

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS (TEL)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA (POSLIT)

FATIMA REJANE DE MENESES

**O HOLOCAUSTO COMO EXPRESSÃO DO MAL: LITERATURA TESTEMUNHAL
E REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA**

BRASÍLIA

2018

FATIMA REJANE DE MENESES

**O HOLOCAUSTO COMO EXPRESSÃO DO MAL: LITERATURA TESTEMUNHAL
E REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Literatura, no Curso de Pós-Graduação em Literatura, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Elga Pérez Laborde

Linha de Pesquisa: Textualidades: da leitura à escrita

Brasília-DF

2018

Meneses, Fatima Rejane de.

O Holocausto como expressão do mal: literatura
testemunhal e representação literária.

Brasília, DF/Fatima Rejane de Meneses. – Brasília, 2018.
380 fl. il.

Orientadora: Elga Pérez Laborde.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília,
Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Programa de
Pós-Graduação em Literatura.

1. Holocausto. 2. Literatura de testemunho. 3. O mal. 4.
Judeus. 5. Memória. 6. Representação. I. Laborde, Elga Pérez. I.
Universidade de Brasília.

CDD

TERMO DE APROVAÇÃO

FATIMA REJANE DE MENESES
**O HOLOCAUSTO COMO EXPRESSÃO DO MAL: LITERATURA TESTEMUNHAL E
REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Literatura, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. Elga Pérez Laborde
Orientadora – Poslit/TEL/UnB
Presidente

Prof. Dr. Henryk Siewierski
Poslit/TEL/UnB
Membro

Prof. Dr. Sidney Barbosa
Poslit/TEL/UnB
Membro

Prof. Dr. João Batista Cardoso
Universidade Federal de Goiás
Membro externo

Prof. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha
Faculdade de Comunicação/UnB
Membro externo

Professor Dr. Robson Coelho Tinoco
Poslit/TEL/UnB
Suplente

Brasília, 3 de dezembro de 2018

Dedico esta tese aos meus pais, Maria das Neves de Meneses e Silvino Sinésio de Meneses, *in memoriam*; aos meus filhos, Karla Michelle de Meneses Braga e Vítor Eduardo de Meneses Mendes, por terem sempre me apoiado e incentivado; ao meu genro, Pedro Braga, pelo apoio e carinho; às minhas netas, Helena e Júlia Braga, pela alegria com que enchem os meus dias; aos meus irmãos, aos sobrinhos e sobrinhas e aos amigos pela compreensão quando de minhas ausências constantes.

Em especial, dedico esta tese aos afogados e aos sobreviventes; a todas as vítimas conhecidas e desconhecidas. Nem tudo foi perdido, pois ficou o testemunho de muitos para contar sobre o horror dos campos de concentração e extermínio.

Esta jornada é de tirar o fôlego, mas foi pontuada por muito estudo, conhecimento e crescimento pessoal. Assim, posso afirmar sem dúvida: tudo valeu a pena.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Literatura, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, da Universidade de Brasília, com os quais fiz disciplinas, pelo apoio recebido e pelo conhecimento adquirido.

Ao Instituto de Letras, no qual fiz Graduação, Mestrado e Doutorado, pelo conhecimento transmitido no longo caminho da vida acadêmica.

À Profa. Dra. Elga Pérez Laborde, mestra e amiga, que aceitou, sem reservas, ser minha orientadora, pelo acompanhamento, orientação, carinho, compreensão e dedicação com incansáveis leituras durante todo o processo. Foi uma parceria excelente!

Aos meus filhos, Karla Michelle de Meneses Braga e Vítor Eduardo de Meneses Mendes, às minhas Netas, Julia e Helena Braga, ao meu genro, Pedro Braga, e aos meus irmãos, Luzimary de Meneses e Manoel Ubiratan de Meneses, pelo incentivo e pela admiração que demonstraram pelo meu esforço em estudar durante tantos anos; à minha cunhada, Elzira Dantas de Meneses, pelo apoio incomparável e pelas constantes orações nos momentos mais difíceis; ao sobrinho e afilhado Guilherme Dantas de Meneses, que após minha aprovação na prova de doutorado me presenteou, com apoio e incentivo, com a obra *Maus*, de Art Spiegelman.

Aos amigos Angélica Barbosa, Coraci Ferreira, Elísia Xavier, Elza Martins Fonseca, Elzira Jardim Dantas de Meneses, Felícia Macedo, Maria Heldaiva Pinheiro, Regina Saraiva, Rosângela Pinheiro Bastos, Rosângela Velez e Sonja Cavalcanti pelo incentivo em momentos em que a desistência parecia a única alternativa. E a tantos outros que não consigo enumerar sem me estender em demasia.

Um agradecimento especial aos amigos Airton Lugarinho de Lima Câmara, amigo e leitor de capítulos embrionários da tese, que se disponibilizou a ler e fez sugestões ricas de conteúdo; Denise Hudson, amiga e incentivadora que me precedeu no doutorado e deu seu apoio incondicional, inclusive com sugestões na escrita da tese; Maria de Nazaré Corrêa, colega de mestrado e doutorado, que se tornou leal e discreta amiga, pelo desprendimento na leitura e opinião sobre o conteúdo, em especial o teórico; e Yana Palankof, parceira de trabalho em revisão, que fez um minucioso trabalho nesse sentido; ao Dario Andrade, discreto amigo, que, com sua cultura e conhecimento literário, foi, sem saber, o fornecedor de uma das indicações bibliográficas iniciais; e a Raimunda Dias, pela constante ajuda na diagramação.

Obrigada a vocês pelo desprendimento e pela dedicação de tempo na leitura da tese e em comentários e críticas que tanto enriqueceram o trabalho.

Aos parentes e amigos em geral, que muitas vezes tiveram de prescindir da minha presença e, acima de tudo, entender as ausências em tantas ocasiões especiais.

Meu maior agradecimento é a Deus, pois sem ele nada teria sido possível. O Senhor me deu forças para continuar e fé para acreditar na minha capacidade de aprender e difundir um pouco do meu conhecimento acadêmico.

A todos vocês que, direta ou indiretamente, colaboraram com essa vitória, minha eterna gratidão e carinho.

*O mundo é um lugar perigoso de se viver,
não por causa daqueles que
fazem o mal, mas sim por causa daqueles
que observam e deixam o mal acontecer.*

Albert Einstein

RESUMO

Esta tese trata da temática do holocausto como expressão do mal sob o ponto de vista da literatura testemunhal e da memória, por meio da leitura e da análise das obras *É isto um homem?* e *A trégua*, de Primo Levi; *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, de Sabina Kustin; *Rumo à vida*, de Olga Papadopol; *Quero viver: memórias de um ex-morto*, de Joseph Nichthauser; e *Paisagens da metrópole da morte*, de Otto Dov Kulka. Como recursos metodológicos foram utilizados conceitos e estudos de autores como Paul Ricoeur (memória e esquecimento); Beatriz Sarlo (tempo e memória); Márcio Seligmann-Silva (literatura de teor testemunhal); Georges Bataille e Rüdiger Safranski (sobre o “mal”); Sigmund Freud e Jacques Lacan (o inconsciente, o real, o imaginário; o trauma e o luto); Theodor Adorno (sobre o holocausto e as consequências da guerra); Hannah Arendt (sobre os direitos do homem e sua análise sobre o holocausto) e Walter Benjamin, entre outros. Os autores das obras que compõem o *corpus* literário levam para seus escritos as marcas do nazismo – época em que o mal e a destruição imperaram de forma significativa e singular. Os relatos sobre o holocausto reconstróem a imagem que se tem desse fato histórico e sua repercussão no mundo. O holocausto judeu é um tema que não se esgota em razão de sua dimensão e complexidade e envolve diversas áreas do conhecimento: literatura, direito, jornalismo, filosofia, ética, sociologia, psicologia, tendo a literatura um papel primordial na divulgação dos fatos históricos por meio do testemunho. Cabe à Academia recuperar esse papel. Nesta tese, percebemos que o homem é capaz de praticar o mal levado por vários fatores e de ultrapassar todos os limites quando seu objetivo é poder e riqueza. Ler e divulgar esses testemunhos é uma forma de cultivar essa memória e mostrar que Auschwitz não pode ser apagado, esquecido.

Palavras-chave: Holocausto. Judeus. Literatura de testemunho. Memória. Representação.

ABSTRACT

This thesis deals with the theme of the holocausto as an expression of evil from the point of view of testimonial literature and memory through reading and analysis of works *Is this a man?* and *A truce*, by Primo Levi; *The life and struggle of a holocaust survivor*, by Sabina Kustin; *Towards the life*, by Olga Papadopol; *I want to live: memories of an ex-dead man*, by Joseph Nichthausser; and *Landscapes of the metropolis of death*, by Otto Dov Kulka. Methodological resources were used concepts and studies of authors such as Paul Ricoeur (memory and forgetfulness); Beatriz Sarlo (time and memory); Márcio Seligmann-Silva (literature with testimonial content); Georges Bataille and Rüdiger Safranski (on “evil”); Sigmund Freud and Jacques Lacan (the unconscious, the real, the imaginary, trauma and mourning); Theodor Adorno (on the holocaust and the aftermath on the war); Hannah Arendt (on the rights of man and his analysis on the holocaust) and Walter Benjamin, among others. The authors of the works that compose the literary corpus take to their writings the marks of Nazism - a time when evil and destruction prevailed in a significant and singular way. The accounts of the Holocaust reconstruct the image of this historical fact and its repercussion in the world. The Jewish holocaust is a subject that is not exhaustive because of its size and complexity and involves several areas of knowledge: literature, law, journalism, philosophy, ethics, sociology, psychology, literature having a primary role in spreading historical facts by witness. It is up to the Academy to recover that role. In this thesis, we perceive that man is able to practice evil brought about by various factors and to overcome all limits when his goal is power and wealth. Reading and disseminating these testimonies is a way of cultivating this memory and showing that Auschwitz can not be erased, forgotten.

Keywords: Holocaust. Jews. Literature of testimony. Memory. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Adolf Hitler.....	362
Figura 2. A destruição dos guetos	363
Figura 3. Adolf Eichmann.....	363
Figura 4. Trem com destino a Auschwitz	363
Figura 5. Antes do banho de chuveiro.....	363
Figura 6. A fome em vários estágios.....	364
Figura 7. Execução de judeus.....	364
Figura 8. Localização dos campos de extermínio da Polônia	364
Figura 9. Em cima, deportação de judeus na Polônia; embaixo, Malka Hornstein e Bluma Wiszgrodzka, combatentes do gueto de Varsóvia.....	365
Figura 10. Cadáveres encontrados após a derrota alemã.....	365
Figura 11. Cicatrizes de experiências.....	365
Figura 12. Crianças sobreviventes em Auschwitz.....	366
Figura 13. Crianças vítimas de experiências médicas em Auschwitz	366
Figura 14. Em cima, soldados nazistas cortam a barba de um judeu ortodoxo; embaixo, menina judia com o distintivo em forma de estrela de David.....	366
Figura 15. Mordechai Anielewicz, comandante da revolta do gueto de Varsóvia.....	367
Figura 16. O hospital em Buchenwald.....	367
Figura 17. Pilhas de objetos roubados dos judeus (muletas, óculos e escovas de cabelo).....	367
Figura 18. Sobreviventes dos campos de concentração e extermínio (a) e (b)	368
Figura 19. Um cadáver sendo queimado.....	368
Figura 20. Prisioneiros de Auschwitz recentemente recolhidos são libertados pelos russos	368
Figura 21. Hitler nos Jogos Olímpicos de Berlim	369
Figura 22. Entrada do campo	369
Figura 23. Local de enforcamento.....	370
Figura 24(a). Alojamento dos prisioneiros.....	370
Figura 24(b). Alojamento dos prisioneiros.....	371
Figura 24(c). Entrada dos alojamentos.....	371
Figura 25. Alojamento, vista externa	372
Figura 26. Prisão especial da Gestapo e SS – liderança do campo	372
Figura 27. Alojamento da SS	373
Figura 28(a). Alojamento de prisioneiro político.....	373
Figura 28(b). Alojamento de prisioneiro político.....	374
Figura 29. As partes em cascalho são os alojamentos destruídos	374
Figura 30. Banheiro.....	375
Figura 31. Buraco no chão usado para tortura.....	375
Figura 32(a). Guarita.....	376
Figura 32(b). Guarita.....	376
Figura 33. Lavatórios	377
Figura 34(a). O muro – antes dele havia uma cerca de arame farpado eletrificada	377
Figura 34(b). O muro visto de outro ângulo.....	378
Figura 35. Vista geral do campo de concentração de Sachsenhausen.....	378
Figura 36. Vista geral do campo e da área administrativa	379

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	20
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO HOLOCAUSTO	20
1.1 A participação das nações e os judeus na Segunda Guerra Mundial	20
1.2 As dificuldades da imigração	22
1.3 Hitler – o delírio racial	25
CAPÍTULO 2	27
UMA NOVA PERSPECTIVA HISTÓRICA – A LITERATURA DE TESTEMUNHO	27
2.1 O significado de “literatura de testemunho”	27
2.2 A literatura comparada e o estudo da tematologia	33
2.3 As obras analisadas	34
CAPÍTULO 3	36
OBRAS DE TESTEMUNHO	36
3.1 <i>É isto um homem?</i> – Primo Levi	36
3.1.1 <i>O inferno nos campos de concentração e de extermínio</i>	39
3.1.2 <i>Os “muçulmanos” e seu papel como testemunhas</i>	44
3.1.3 <i>O trabalho no campo de concentração</i>	52
3.1.4 <i>Direita/esquerda: a seleção</i>	54
3.1.5 <i>A ausência de identidade – apenas um número</i>	55
3.1.6 <i>Ka-Be (sigla de Krankenbau): a enfermaria</i>	56
3.1.7 <i>O escambo no campo</i>	58
3.1.8 <i>O absurdo da música no campo</i>	60
3.2 <i>A trégua – a via crucis de Levi pela Europa</i>	63
3.3 <i>A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto – Sabina Kustin</i>	86
3.3.1 <i>Um testemunho sobre os tempos sombrios e a luta pela sobrevivência</i>	87
3.3.2 <i>O difícil recomeço</i>	99
3.3.3 <i>Um novo país e uma nova vida</i>	102
3.4 <i>Rumo à vida – Olga Papadopol</i>	104
3.5 <i>Quero viver: memórias de um ex-morto – Joseph Nichthaus</i>	118
3.5.1 <i>Primeiro campo: Sosnowice</i>	133
3.5.2 <i>Segundo campo: Sucha</i>	135
3.5.3 <i>Terceiro campo: Sakrau</i>	137

3.5.4 Quarto campo: Bismarkhutte	140
3.5.5 Quinto campo: Reigersfeld.....	142
3.5.6 Sexto campo: Auschwitz	145
3.5.7 Sétimo campo: Gross-Rosen.....	157
3.5.8 Oitavo campo: Buchenwald	158
3.6 Paisagens da metrópole da morte: reflexões sobre a memória e a imaginação – Otto Dov Kulka.....	162
3.6.1 O retorno à metrópole da morte.....	164
3.6.2 A chegada a Auschwitz-Birkenau	167
3.6.3 A liquidação do “campo das famílias”	172
3.6.4 A metrópole fantasma.....	174
3.6.5 “Nós, os mortos, acusamos!”	177
3.6.6 Retorno a julho de 1944	179
3.7 As semelhanças entre os relatos	187
CAPÍTULO 4.....	189
O MAL NA LITERATURA	189
4.1 O maior dos males dos tempos modernos: o holocausto.....	189
4.1.1 A expressão do mal em ações	197
4.2 A banalização do mal	210
4.3 A burocracia a serviço do mal	241
4.3.1 A IBM presta serviço ao Terceiro Reich: a tecnologia Hollerith de cartões perfurados.....	250
4.4 Adorno e a dialética negativa	257
4.5 Como falar de ética quando se trata de Auschwitz?	263
4.5.1 A ética no campo	270
4.6 Uma gramática especial sob o domínio nazista.....	277
4.7 A religiosidade e o holocausto	283
4.8 A memória, o testemunho e o esquecimento	288
4.8.1 O revisionismo.....	302
4.9 A guerra e os fundamentos da psicologia	305
4.9.1 O trauma decorrente da guerra.....	307
4.9.2 Freud e a guerra.....	315
4.9.3 Jung e a crise das civilizações.....	321
CAPÍTULO 5.....	329

O PÓS-GUERRA E A CONTRIBUIÇÃO DAS OBRAS DE TESTEMUNHO	329
5.1 O fim da guerra: a revolta com a suprema impunidade.....	329
5.2 A contribuição das obras	333
5.3 As representações do cinema e do teatro sobre o holocausto	338
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	340
REFERÊNCIAS	352
ANEXOS	361
Anexo 1. Tabela das punições estabelecidas pelo Tribunal de Nuremberg	361
Anexo 2. Fotos da Segunda Guerra Mundial com enfoque no holocausto.....	362

INTRODUÇÃO

A liberdade, Sancho, é um dos mais preciosos dons que os homens receberam dos céus. Com ela não podem igualar-se os tesouros que a terra encerra nem que o mar cobre; pela liberdade, assim como pela honra, se pode e deve aventurar a vida, e, pelo contrário, o cativo é o maior mal que pôde vir aos homens.

Dom Quixote (Miguel de Cervantes)

Quando iniciamos esta pesquisa, uma pergunta esteve sempre presente: por que o interesse pelo holocausto? Primeiro, porque acreditamos que este é um assunto que não se esgota. Segundo, porque têm sido retomadas as pesquisas neste campo, considerando-se a contemporaneidade do tema diante do racismo e do preconceito que nos dias atuais vêm recrudescendo e por ser uma constante desde os primórdios da humanidade. Além disso, o cinema e a literatura vêm retrabalhando esta temática diuturnamente, tendo a literatura de testemunho tomado novo impulso na Academia, o que reforça a premissa de Adorno, Bauman, Ricoeur, Arendt e de outros estudiosos de que o holocausto não pode e não deve ser esquecido.

Nesta tese, buscamos compreender o que provocou o holocausto por meio do estudo sobre o mal e a análise das obras de testemunho. Procuramos dar sustentação à hipótese inicial formulada na pesquisa: a rapidez da propagação do mal deve-se à burocracia alemã e ao empenho dos nazistas em seguir ordens. A metodologia utilizada foi a análise literária e a pesquisa bibliográfica. Os testemunhos do *corpus* literário reforçam a teoria e mostram a presença do mal em toda a trajetória percorrida pelos que não puderam testemunhar e pelos sobreviventes.

O extermínio dos judeus nas câmaras de gás na Segunda Guerra Mundial não foi um crime somente contra esse povo, mas contra toda a humanidade. Essa técnica de matar foi das mais brutais já existentes, pois não dava às vítimas condição alguma de defesa. Os responsáveis pelos extermínios escolhiam os mais indefesos – velhos,

mulheres, crianças e os doentes (como epiléticos, portadores de problemas mentais e de doenças incuráveis e deficientes físicos) – ou os mais fracos, aqueles que não tinham condições de trabalhar e produzir para a máquina de guerra alemã. Para os nazistas, não bastava concentrar os judeus em guetos, era preciso assassiná-los em massa para exterminá-los.

Tomando para si o direito de escolher quais povos podiam ou não habitar a Terra, como se a humanidade não fosse constituída de povos tão distintos, os nazistas pregavam a não aceitação, ou seja, a discriminação total. A ideologia nazista considerava o povo ariano superior biologicamente. A batalha, portanto, era contra os não arianos. Para conseguir implementar um racismo sem precedentes não encontraram limites, nem mesmo aquele imposto pelo bloqueio das outras nações, que de forma quase passiva presenciaram o avanço de Hitler pela Europa. A violação da ética só se fez sentir quando a hegemonia de muitos países foi violada.

Esta tese tem por objetivos apresentar os relatos dos sobreviventes dos campos de concentração; identificar a presença do mal nesses testemunhos e demonstrar que a melhor forma de combatê-lo é a prevenção; mostrar como a burocracia alemã foi decisiva para executar com rapidez a segregação, o banimento, o confisco dos bens e o extermínio dos judeus; e provocar no leitor a vontade de ler as obras analisadas, pois estas são o retrato de uma época do século XX da qual a humanidade tem razões para se envergonhar.

A conexão entre o que conta a história oficial – o historiador – e os relatos dos sobreviventes – a testemunha dos campos de concentração – é possível porque há traços em comum, o que dá credibilidade a ambas as narrativas: uma endossa o que a outra revela.

Os relatos não podem ser vistos apenas como dados estatísticos a serem analisados, em que prevalece somente o número de judeus mortos. Vidas foram aniquiladas, e as consequências vão além dos que sofreram na guerra e nos campos de concentração, pois a humanidade também perdeu, seja seu legado cultural seja histórico. À época, o mundo tomou conhecimento das barbáries cometidas, e esse passado foi preservado pela memória. Recuperar essa memória é um desafio oportuno pela situação que vive hoje o mundo.

O termo holocausto tem uma conotação de sacrifício, de imolação em chamas, como se os judeus tivessem se sacrificado em nome de alguma coisa, o que realmente não aconteceu. Nada mais equivocado do que dar qualquer sentido religioso ao

genocídio praticado pelos nazistas. A morte dos judeus não foi uma oferenda. Sabemos das objeções para o uso desse termo. Em Israel e em círculos judaicos fora dele, as pessoas optam por *Shoah* – palavra hebraica que designa catástrofe e sugere uma compreensão mais ampla desse acontecimento histórico. Contudo, optamos por usar nesta tese a palavra holocausto por ser mais conhecida e consagrada pela historiografia. Assim, holocausto, embora mais restrito, é usado nesta tese para se referir à morte de milhões de judeus nos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial. O holocausto faz-se atual em seu espírito de violência e destruição.

A força da prosa, a riqueza de detalhes no emaranhado da vida nos campos de concentração (centros de detenção e de trabalhos forçados) e nos de extermínio, onde se perdia a própria identidade e a consciência do valor humano, onde os homens eram silenciados e proscritos tomam corpo por meio da memória dos sobreviventes.

Contudo, a memória é às vezes traiçoeira e pode falhar. O próprio Levi (1990, p. 17) reconhece essa limitação quando inicia *Os afogados e os sobreviventes* com a frase: “A memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falaz. Esta é uma verdade gasta, conhecida não só pelos psicólogos, mas também por qualquer um que tenha prestado atenção ao comportamento de quem o rodeia, ou a seu próprio comportamento”.

A literatura de testemunho – conceito bastante recente –, como campo de estudo interdisciplinar, envolve diferentes áreas do conhecimento, como a literatura, a sociologia, o direito, a psicologia, a ética, as artes e tantos outros, e traz a lume discussões sobre a contradição que se apresenta no século XX: extrema evolução e progresso em todas as áreas do conhecimento em contrapartida às catástrofes e aos genocídios perpetrados pelo homem como consequência da violação dos direitos humanos. Os conflitos raciais perpetuam-se, como outrora ocorreu com o holocausto e o domínio de ditaduras nos países da América Latina. Esse conceito envolve ainda o campo da memória e os limites entre história e ficção. A literatura carrega consigo os problemas da humanidade em geral. E o relato de um indivíduo representa a palavra de muitos.

Quando iniciamos o trabalho, percebemos que eram tantos os aspectos levantados nos testemunhos que foi necessário selecionar os que mais chamaram a atenção, para não correremos o risco de nos estender infinitamente ou de ampliar demais o estudo. Mas tínhamos um objetivo além da análise das obras: despertar o interesse pelos testemunhos que dizem muito sobre a história do século XX.

Selecionamos a princípio oito obras, mas, com o decorrer do processo de trabalho, percebemos que o *corpus* era muito extenso e o reduzimos a seis obras. O destaque maior foi dado a Primo Levi, alvo inicial de nossa pesquisa e que aguçou nosso interesse pelo holocausto. A riqueza de suas obras não permite que o estudo se esgote. A cada leitura, novas facetas apareciam, e certamente a leitura que cada um pode fazer das obras permitirá que se confirme nossa opinião. Uma das preocupações da pesquisa foi com a clareza e o encadeamento das ideias relacionadas ao testemunho.

Acreditamos que o conhecimento histórico nos municia de elementos para tentar evitar a repetição das tragédias que vêm acompanhando a humanidade desde tempos remotos. Assim, resgatar os relatos dos sobreviventes é um modo de conhecer a história.

Para analisar o tema proposto nesta tese, a pesquisa foi dividida em cinco capítulos, além da Introdução, das Considerações finais, das Referências e dos Anexos.

No capítulo 1 – Contextualização histórica do holocausto – fazemos um apanhado das informações históricas do nazismo e da ascensão de Hitler ao poder.

No capítulo 2 – Uma nova perspectiva histórica: a literatura de testemunho –, estudamos os testemunhos de judeus que sobreviveram ao holocausto. Relatos de testemunho sempre existiram desde tempos remotos, inclusive de forma apenas oral. Contudo, o termo “literatura de testemunho” passa a ser utilizado a partir da Segunda Guerra Mundial com o holocausto e amplia-se posteriormente com a literatura dos países da América Latina que passaram pelas ditaduras. Ela mostra os traumas dos tempos modernos.

No capítulo 3 – Obras de testemunho – analisamos a literatura de cunho testemunhal que forma o *corpus* do trabalho. Iniciamos com a obra de Primo Levi *É isto um homem?* e depois seguimos a trajetória percorrida por ele na volta para casa mostrada em *A trégua*. Forma e conteúdo são os focos das duas narrativas, ou seja, aquilo que elas mostram e a maneira como o fazem, a estrutura da escrita. Se considerarmos como temática a guerra e os campos de concentração, percebemos que ela muda seu enfoque, que sai do campo de concentração para alcançar o caminho de retorno de Levi, cruzando toda a Europa até alcançar novamente a Itália. A forma da narrativa também se modifica. A dor parece menos intensa na segunda obra. Ainda no capítulo 3, analisamos as outras obras selecionadas: *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, de Sabina Kustin; *Rumo à vida*, de Olga Papadopol; *Quero viver: memórias de um ex-morto*, de Joseph Niththausen; e *Paisagens da metrópole da morte: reflexões sobre a memória e a imaginação*, de Otto Dov Kulka. Todos esses relatos

mostram o sofrimento de milhares de judeus, além de ciganos, homossexuais e outros grupos, nos campos de concentração ou a longa jornada empreendida para sair da Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial e a ambição da política totalitária de Hitler e dos nazistas.

Com o intuito de dar sustentação à análise pretendida, utilizamos conceitos e estudos de autores como Paul Ricoeur (memória e esquecimento); Beatriz Sarlo (tempo e memória); Márcio Seligmann-Silva (literatura de teor testemunhal); Georges Bataille e Rüdiger Safranski (sobre o “mal”); Jacques Lacan (o inconsciente, o real, o imaginário; o trauma e o luto); Theodor Adorno (sobre o holocausto e as consequências da guerra); Hannah Arendt (sobre os direitos do homem e sua análise sobre o holocausto) e Walter Benjamin, entre outros. Recorremos ainda – sempre que necessário a partir da leitura das obras literárias – a historiadores e/ou sociólogos com o objetivo de evitar dados imprecisos ou para melhor compreender determinados momentos da história. Esse procedimento, todavia, não excluirá o recurso a outros teóricos da literatura de testemunho a fim de enriquecer e compreender as questões levantadas. Muitos dos teóricos consultados são judeus – Walter Benjamin, Zygmunt Bauman, Hannah Arendt – e oferecem conhecimento e experiência de vida ligados ao tema da tese.

No capítulo 4 – O mal na literatura – apresentamos os conceitos essenciais, tais como o resgate e o dever da memória; a reparação moral e o perdão; a narrativa dos sobreviventes como mecanismo para evitar o esquecimento; o trabalho de diversos autores que enfocaram essa temática e como a violência atinge hoje tantos países. Mostramos ainda a incapacidade do homem de aprender com seu passado para evitar novas catástrofes, apesar das tentativas que faz.

No capítulo 5 – O Pós-Guerra e a contribuição das obras de testemunho – enfocamos como a literatura de testemunho tem contribuído para dar forma aos relatos que envolvem o holocausto e como a violência, o racismo e a discriminação, mostrados nesta literatura, têm persistido hoje no mundo.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO HOLOCAUSTO

A história é émula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro.

Miguel de Cervantes

1.1 A participação das nações e os judeus na Segunda Guerra Mundial

Com a ascensão ao poder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (partido nazista), em janeiro de 1933, e, conseqüentemente, com a ideologia que se centrava na ideia de superioridade biológica da raça ariana, judeus, ciganos e outros grupos passam a ser discriminados e perseguidos na Alemanha. No início foi criado o campo de concentração de Dachau com o intuito de prender aqueles que se opunham ao partido. As Tropas de Proteção (*Schutzstaffel* – SS), com 200 mil participantes, e as Tropas de Assalto (*Sturmabteilung* – SA), com 2 milhões de membros, intimidavam, agrediam e prendiam todos que discordavam do regime.

Quando a Alemanha inicia a Segunda Guerra Mundial em 1939, o nazismo tem como objetivo excluir todos os judeus da vida econômica, social e cultural alemã e expulsá-los do país ao implementar as leis antijudaicas. Esse mesmo processo vai ocorrer nos países que vão sendo anexados, como Áustria e Tchecoslováquia, chegando a 8 milhões de judeus europeus sob o domínio nazista em 1941 com as ocupações do leste da Polônia, do leste da União Soviética e da ilha de Madagascar.

O ministro da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, afirmou em 1932 (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 21):

Mostraremos sem medo o judeu... o inimigo do mundo, o destruidor de civilizações, o parasita dos povos, o filho do caos, a encarnação do Mal, o fermento da decomposição, o demônio que causa a degeneração da humanidade. [...]. É verdade que o judeu é um ser humano, mas pulga também é um ser vivo e por sinal bastante desagradável. Nosso dever consiste, portanto, em exterminá-los e o mesmo deve ser feito com os judeus.

Desse modo, os decretos antijudaicos e a violência do regime nazista – com seu conceito de raça, que remetia à busca de uma unidade nacional alemã, bem como a difusão diária de ideias antissemitas – prepararam o terreno para o extermínio.

Até hoje causa estupefação o fato de um país tão civilizado como a Alemanha, que produziu alguns dos maiores filósofos, escritores e cientistas da humanidade, ter promovido discriminação e violência. Contudo, o que se viu foi a propagação do Mal, não aquele que os nazistas atribuíam aos judeus, mas o Mal da violência e da capacidade do homem de submeter outro ser humano a tanto sofrimento. Além dos campos de concentração, os judeus foram confinados em guetos, como aconteceu na Polônia a partir de setembro de 1939 com a invasão nazista.

Como registrado em inúmeros documentos, o regime nazista foi o grande responsável pelo genocídio de 6 milhões de judeus, mas é impossível não deixar de considerar que a indiferença de milhões de pessoas em toda a Alemanha, na Áustria e no resto do mundo contribuiu para o aumento no número de vítimas.

Em sua iniciativa de dizimar os judeus, Hitler destrói a identidade individual destes e transforma-os em inimigos sem rosto. Primo Levi é um dos representantes dos que sobreviveram e puderam contar a história de uma experiência catastrófica e infeliz. Ele vivenciou e presenciou o sofrimento e a dor dos que pereceram nos campos de concentração, daqueles que não tiveram voz. Mas as atrocidades precisavam ser relatadas e levadas ao conhecimento do mundo.

Em 15 de setembro de 1935, com a “Lei do Cidadão do *Reich*”, a discriminação e a perseguição aos judeus foi legalizada, dando carta branca para o desprezo ao ser humano. Assim, todos os judeus, mesmo os nascidos na Alemanha, passaram a ser considerados estrangeiros. O que importava era a proteção do sangue alemão,¹ que não deveria ser maculado por nenhum judeu, ou seja, todas as atrocidades foram legalizadas. Espancamentos nas ruas, despojamentos dos bens, desonra pública, inclusive com corte das barbas dos judeus religiosos, perdas de direitos civis deram início aos maus-tratos que culminariam nos campos de concentração. O terror arbitrário perpetrado nas ruas foi seguido pelos decretos discriminadores em relação aos judeus. A imprensa

¹ Adolf Hitler reuniu-se com os demais membros do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores em Nuremberg no sétimo congresso anual em 15 de setembro de 1935. Em uma sessão extraordinária foram adotados alguns textos sugeridos por ele, entre eles estavam: a Lei da Bandeira do Reich; a Lei da Cidadania do Reich; e a Lei da Proteção do Sangue e Honra Alemães. Esse conjunto de leis formava o que ficou conhecido como as Leis de Nuremberg, provocando uma segregação racial a ser praticada pelo povo germânico. Durante a Segunda Guerra Mundial, os campos de concentração receberiam milhões de judeus para executarem trabalho escravo, servirem como cobaias de experiências e, sobretudo, para serem exterminados.

acompanhava com horror essas investidas, mas nada foi feito até que França e Inglaterra declararam a guerra, o que representava apenas uma formalidade, pois a guerra tinha se iniciado bem antes.

Quando Polônia e Áustria foram invadidas, outros países, como Holanda, por exemplo, continuaram neutros. Neutralidade era a palavra à qual outros países também se apegavam, e a intervenção só teve início quando perceberam que o desejo de Hitler era dominar toda a Europa.

1.2 As dificuldades da imigração

Quando tentavam sair da Alemanha, os judeus enfrentavam outro problema sério: as restrições à entrada de imigrantes em quase todos os países, inclusive o Brasil. Isso é relatado por Cytrynowicz (1990, p. 31-32):

Numa conferência convocada em 1938 com a participação de 29 países para discutir o problema dos refugiados judeus, apenas a República Dominicana aumentou as quotas de imigração, sempre inferiores ao número dos que queriam imigrar. Ninguém queria receber refugiados, numa década de crise econômica e forte acirramento do nacionalismo, movimentos fascistas e recrudescimento do antissemitismo. Havia segregação dos judeus através de leis na Hungria, Romênia, Polônia, Lituânia, Letônia e Itália. O governo de Getúlio Vargas impôs uma série de restrições à imigração (documentadas por Maria Luiza Tucci Carneiro em *Antissemitismo na Era Vargas*).

Diante da dificuldade dos alemães de expulsar com rapidez os judeus de seu território ou dos territórios conquistados e anexados, a solução final passou a ser o extermínio. “Os países em que as comunidades judaicas tiveram maior número de mortos em relação ao total da população judaica foram Polônia e Holanda” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 75). [...]. Dos 3 milhões de judeus da Polônia, 100 mil sobreviveram, e da Holanda, dos 140 mil judeus, sobreviveram 30 mil.

Na Noruega havia 2 mil judeus. A população ajudou a escondê-los, salvando 930 pessoas, mas entre 740 e 770 foram deportados para Auschwitz.² No final da

2 Auschwitz é o nome de uma rede de campos de concentração localizados no sul da Polônia operados pelo Terceiro Reich nas áreas polonesas anexadas pela Alemanha Nazista, sendo o maior símbolo do Holocausto. Este complexo estava dividido em Auschwitz I – campo principal e centro administrativo do complexo; Auschwitz II ou Auschwitz-Birkenau – campo de extermínio; Auschwitz III (Monowitz – campo de trabalho); e mais 45 campos satélites. Os campos de extermínio mais conhecidos eram: Auschwitz-Birkenau, Belzec, Sobibor, Treblinka, Chelmo e Majdanek; e os de concentração, além de Auschwitz, eram Buchenwald e Dachau.

guerra, apenas 12 sobreviveram. A Bélgica foi um dos países em que a resistência civil foi mais bem organizada. O Comitê de Defesa dos Judeus destruiu os arquivos da Associação dos Judeus da Bélgica para impedir que o nome dos judeus belgas fosse entregue aos nazistas. Aproximadamente 15 mil judeus foram salvos com a ajuda do Comitê. Todavia, foi na Dinamarca que a população ofereceu a mais maciça resistência enfrentada pelos alemães. Embora o país tenha sido ocupado pelos alemães, a Dinamarca era considerada um país neutro. Os dinamarqueses não aceitaram a imposição do distintivo de identificação dos judeus. Lá havia 7.800 judeus, mas o país acolheu mais quatrocentos judeus refugiados da Alemanha. Diante da situação ameaçadora após a ocupação nazista, os dinamarqueses tomaram uma decisão:

A frota pesqueira foi mobilizada para transportar para a Suécia (entre 8 e 24 km de distância por mar) 7.906 judeus e alguns não judeus casados com judeus. Aproximadamente 40 organizações engajaram-se nesta operação. Motoristas de táxi fizeram o transporte até o porto, farmacêuticos deram remédios e estimulantes para as pessoas conseguirem ficar acordadas durante a travessia. A própria polícia dinamarquesa colaborou na fuga (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 77).

O número de pessoas salvas nessa operação, se forem considerados os milhões de mortos na guerra, parece uma

“lágrima no oceano”. Mas esta foi a mais maciça operação de salvamento de judeus empreendida pela população de um país em aberto desafio aos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, foi a única operação de salvamento em que os judeus não tiveram que pagar pelo seu resgate (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 77-78).

Antes do início da guerra, a perseguição aos judeus era notória: eles foram expropriados de seus negócios e muitos tiveram bens e propriedades confiscados. Com isso, os nazistas alteraram o conceito de justiça, pois consideravam o que faziam mais que justo. Acreditavam visar ao bem da Alemanha. Estavam livrando os alemães do “contato nefasto e infeccioso dos judeus”. Para tanto, era “necessário extirpar os ‘tumores’ deste ‘corpo alemão’ para manter a saúde e garantir a ‘superioridade racial ariana’” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 50).

Na França, com o armistício de 1940, os alemães dependiam inteiramente da colaboração dos franceses, mas também houve oposição. A França foi o país ocidental onde a resistência armada antinazista foi mais forte. Os franceses não reagiram às primeiras deportações de judeus em maio de 1942. As oposições só ocorreram quando

foram presos judeus da “zona livre”, área delimitada na própria França, fruto de acordo com a Alemanha, em que os alemães não deveriam ter poder. Contudo, em 4 de outubro de 1940, uma lei dava direito ao governo de prender judeus mesmo na “zona livre”, o que desencadeou muitas manifestações. Mesmo assim, 49.906 judeus foram deportados da França – 25% da população judaica do país.

De acordo com Cytrynowicz (1990), a Itália aliou-se à Alemanha nazista, mas os italianos não eram antissemitas. Portanto, prevaleceu nesse país o sentimento de humanidade de um povo antigo e civilizado, bem diferente dos motivos da Dinamarca, em que a ajuda aos judeus era autenticamente política. Os aliados dominaram apenas a parte sul, pois a parte do norte era de domínio nazista, com a “deportação em 1943 de 1.007 pessoas para Auschwitz” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 79). Assim foi a participação dos países balcânicos:

Romênia, Bulgária e Hungria implementaram leis antijudaicas e colaboraram ativamente, nos anos em que os alemães venciam, em troca de anexação de territórios vizinhos. Com a perspectiva de derrota dos nazistas, passaram a sondar os aliados para um acordo de paz, no qual a vida dos judeus seria uma espécie de garantia aos aliados. [...] A Romênia foi o único país, além da Alemanha, que participou com suas tropas do extermínio. Cerca de 270 mil judeus foram mortos pelos romenos, de uma população de 850 mil judeus (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 80).

A tentativa de impor leis antijudaicas na Bulgária provocou reações da Igreja e de outros setores. Assim, os protestos, inclusive na frente do palácio real, suspenderam a deportação de 12 mil judeus. A Hungria foi ocupada pelos alemães em 1944, e entre “maio e julho desse ano mais de 180 mil judeus foram deportados e mortos em Auschwitz”. Com as pressões internas e internacionais, principalmente da Suíça, Suécia, Espanha e Portugal, as deportações foram suspensas em julho de 1944. “A Hungria foi o primeiro país em que houve alguns esforços para salvar os judeus [...]” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 82).

Na Alemanha não houve qualquer obstáculo à discriminação, às deportações e ao extermínio, com exceção, logicamente, de protestos individuais e de ajuda cotidiana. Mas foram pouquíssimas exceções diante do contingente de judeus. O genocídio era uma realidade.

Na Polônia as deportações começaram em 22 de julho de 1942, sendo os refugiados no gueto de Varsóvia os primeiros a serem deportados para o “trabalho no

Leste” ou “reassentamento”, como muitos acreditavam. Provavelmente, a maioria dos judeus no gueto, cerca de 70 mil, não soubesse que estava condenada à morte:

[...] embora já houvesse em 1942 rumores e mensageiros que traziam informações sobre o extermínio. A incredulidade era constantemente reforçada pelos insistentes discursos alemães de que os judeus apenas iam “trabalhar no Leste”. [...] A ideia de resistência só passou a ser mais popular após as deportações, quando a população do gueto foi drasticamente reduzida e aumentou a consciência de que não haveria salvação sob domínio nazista (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 84).

Sobibor, Belzec, Chelmno e Treblinka foram construídos para extermínio. Auschwitz-Birkenau e Majdanek eram imensos complexos em que havia um campo de extermínio e um campo em que foram instaladas indústrias que utilizavam o trabalho forçado dos presos. Nos campos de concentração de Dachau (cujas câmaras ainda podem ser visitadas) e Theresienstadt foram construídas câmaras de gás que não chegaram a ser utilizadas. Apenas como exemplo, em Auschwitz, morreu 1 milhão de judeus; em Treblinka, 750 mil; em Belzec, 550 mil; em Sobibor, 200 mil; em Chelmno, 150 mil; e em Maydanek, 50 mil. Os campos estavam localizados próximos de entroncamentos ferroviários que facilitavam as deportações.

1.3 Hitler – o delírio racial

As deformações de caráter do homem podem abrir precedentes para violências e desmandos, como ocorreu com Hitler, por meio do nazismo e da intolerância que este pregava. Para Bauman, os nazistas vivenciavam uma “cegueira moral”. Não pensavam ou se conscientizavam do que faziam, apenas seguiam ordens. Dessa forma se dá a bestialização do homem. Acatavam porque eram ordens que deviam ser cumpridas, não importando o que estas envolviam.

Como um sociopata carismático, Hitler encontrou na Alemanha – carente de líderes e com uma situação socioeconômica caótica – um campo fértil para suas ideias, conseguindo assim atrair uma grande massa da população alemã.

A nova lógica de destruição de milhões de seres humanos singulariza o genocídio dos judeus:

Foi a construção de seis campos de extermínio na Polônia, com câmaras de gás, a partir do final de 1941 que concretizou um plano organizado de genocídio dos judeus europeus. Pela primeira vez na história da humanidade, milhões de seres humanos foram assassinados num processo industrial, numa linha de produção da morte, em que todos os aspectos de como matar seres humanos foram racionalizados e medidos em termos de economia de tempo e energia, de custo e benefício (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 87).

Esse processo de extermínio criado pelos nazistas marcou uma ruptura na história. Todos os meios físicos, tecnológicos e humanos foram utilizados nesse propósito. Tudo isso será visto nos relatos das testemunhas.

CAPÍTULO 2

UMA NOVA PERSPECTIVA HISTÓRICA – A LITERATURA DE TESTEMUNHO

*Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e
assim se faz um livro, um governo, ou uma
revolução, alguns dizem que assim é que a
natureza compôs as suas espécies.*

Machado de Assis

2.1 O significado de “literatura de testemunho”

O testemunho sempre existiu, não há dúvida, desde os tempos mais remotos. São inúmeros, por exemplo, os relatos sobre a Revolução Russa e o domínio de Stalin, tais como *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed e *O arquipélago Gulag*, de Aleksandr Soljenítsin. Contudo, a partir da Segunda Guerra Mundial, um novo termo começa a ser usado no campo literário: “literatura de testemunho”, que mostra os traumas dos tempos modernos, com destaque para o holocausto, e vai se intensificar com a literatura dos países da América Latina que passaram pelas ditaduras no século XX.

Na literatura de testemunho do holocausto, alguns escritores tornaram-se historiadores – Otto Dov Kulka é um dos exemplos –, porque ao escrever buscavam informações históricas para complementar seus manuscritos, uma vez que muitos documentos sobre a guerra e os campos de concentração haviam desaparecido ou eram de difícil acesso. Assim, os primeiros relatos sobre os campos foram fornecidos pelos sobreviventes.

As obras analisadas nesta tese apresentam o testemunho narrado em primeira pessoa (eu vivi e eu vi) e mostram o comportamento da personagem narrador diante de situações extremas que afetaram sua capacidade de ver o mundo e de sobreviver às adversidades. Nesse tipo de obra, parte-se do pressuposto de que os fatos narrados têm veracidade, gozam de credibilidade, pois são fruto da experiência do narrador; e narrar o horror equivale a expressar acontecimentos que estão na memória dos sobreviventes.

Nesse sentido, pode-se aventar a hipótese de que há semelhanças entre o testemunho e a história – ambas as narrativas têm um pacto com a verdade.

Algumas características podem ser encontradas em todas as obras analisadas na tese: a minúcia de detalhes; a linguagem simples; a capacidade de levar o leitor a desenvolver a empatia; o comprometimento do autor com a veracidade dos relatos; o desejo de encontrar um sentido, uma explicação para o mal; ambiguidade entre lembrança e esquecimento; a memória; a temática sobre o trauma; os relatos sobre a desesperança; e, em muitos casos, a morte revela-se desejada, pois representa o ponto final na trajetória de sofrimento, não haverá salvação, nem redenção. Contudo, sobreviver é o objetivo.

A cronologia histórica, na literatura de testemunho, marca os episódios. Levi faz isso com clareza, mas oscila entre passado mais remoto e passado mais próximo na sua narração, do mesmo modo como ocorre com as lembranças que vão e vêm. Outros só conseguiram contar os fatos anos depois, sendo marcados ainda mais pela memória coletiva, pois aos acontecimentos vividos vêm se somar os relatos de outras testemunhas.

O holocausto tem sido recorrente na literatura de todo o mundo, incluída a brasileira ou de autores que viveram ou vivem no país, sendo uma temática inesgotável. Ela mostra pontos com mais ou menos afinidades com os registros históricos. O assunto é vasto – mas ainda há muito a ser pesquisado, pois cada obra desencadeia diversas leituras, embora sempre apresentem pontos em comum – e desperta o interesse também de várias áreas de estudo, como a história, a sociologia, a psicologia e a literatura. Muitos autores têm trabalhado essa temática, às vezes como narrativas de terceiros. A fortuna crítica dessas obras e seus autores é bastante ampla e apresenta diferentes vieses de pesquisa.

Procuramos destacar o papel da literatura e das artes em geral na representação dos fatos que envolvem o holocausto, mesmo que estes sejam resultado do imaginário das pessoas que não vivenciaram os campos de concentração. O holocausto é visto como representação do mal e será analisado sob o ponto de vista de vários filósofos e estudiosos do assunto. As perseguições políticas e étnicas não são apenas o pano de fundo dessas obras, mas o principal cenário.

Talvez o grande mérito das obras que tratam do holocausto esteja no fato de despertar naqueles que as leem a solidariedade, mesmo que tardia. Segundo Primo Levi, que vivenciou e escreveu sobre o tormento em um campo de concentração, escrever é

um alívio, por poder relatar a dor e o desespero dos que não ficaram para contar a história. De qualquer forma, os relatos sobre o holocausto reconstróem a imagem que se tem desse fato histórico e sua repercussão no mundo. Os sobreviventes encontraram dificuldade para contar o que tinham vivenciado, mas muitos relatos não decorrentes da experiência foram produzidos para ressaltar a empatia de tantos pelo sofrimento alheio.

Quanto ao judaísmo, este põe em destaque a memória e tem como pressuposto essencial que o holocausto e o sofrimento imposto a esse povo na Segunda Guerra não sejam esquecidos, mas permaneçam vivos, para que o mal não se repita. Entretanto, os relatos históricos de todos os horrores da humanidade não fizeram com que não voltassem a acontecer. Essa é a triste realidade. Assim, interessa observar de que forma a sociedade pós-Segunda Guerra Mundial assimilou o holocausto e como os sobreviventes e os povos em geral aceitaram os relatos sobre a guerra.

Para Seligmann-Silva, a questão do testemunho envolve tanto uma manifestação específica da linguagem em razão das situações-limite que traz em seu bojo como abarca reflexões morais e éticas. O centro das narrativas é a memória e mostra relação com o real. Contudo, pode-se concluir que há literariedade nesses textos.

Há poucas referências nas obras, principalmente em *É isto um homem?*, sobre o tempo cronológico, embora em linhas gerais sejam os anos da guerra e do pós-guerra. Nesta obra em especial, os prisioneiros só se localizam no tempo na época em que foram presos e transportados para o campo de concentração. Em *A trégua*, por sua vez, o tempo é bem marcado por datas, algumas aparecem no transcorrer da viagem e outras possivelmente foram recuperadas por Levi ao escrever a obra.

Sabina Kustin refere-se todo o tempo a uma cronologia, inclusive uma das divisões de sua obra mostra uma cronologia histórica, e no decorrer da narrativa todos os fatos abordados por ela são marcados pelas datas em que ocorreram acontecimentos históricos e imagens naquilo que foi possível, o que dá ao testemunho mais credibilidade. Da mesma forma que Levi, algumas dessas datas e informações devem ter sido recuperadas posteriormente, por isso algumas informações, como o tempo em que esteve escondida num subterrâneo de uma igreja, no caso de Kustin, sejam mais imprecisas. Ambos os autores, Primo Levi e Sabina Kustin, oscilam entre o passado – os acontecimentos dos quais se lembram no campo e no pós-guerra ou libertação – e o presente, momento em que constroem seu testemunho.

Os fatos históricos também primam pela veracidade, mas com mais exatidão e sem interferência sentimental, como ocorre nas narrativas de teor testemunhal. Nas

obras de ficção, por exemplo, tem-se a prerrogativa de inventar os fatos, o que não pode ocorrer em relatos históricos ou em narrativas de testemunho, embora White (2001, p. 98) postule: “Houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tão *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”. Daí o nome que ele dá ao capítulo 3 de sua obra: “O texto histórico como artefato literário”. Desse modo, White (2001, p. 105) afirma ainda:

As narrativas históricas são não apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados.

Para Le Goff (2003), o tempo da memória atravessa a história e a alimenta. A história está sempre no centro das controvérsias e não é considerada uma ciência como as outras. Sendo uma narração, pode ser considerada verdadeira ou falsa e, ainda, uma forma literária. É difícil especificar seus limites, pois busca na memória o conhecimento dos fatos. A história seria, segundo ele, a forma científica da memória coletiva aplicada a dois tipos de materiais: monumentos e documentos, embora estes também possam ser classificados como verdadeiros ou falsos, uma vez que são instrumentos de poder. No sentido amplo, os documentos hoje são considerados os escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, a imagem ou de qualquer outra forma. Ainda segundo Le Goff (2003, p. 33), “a objetividade histórica – objetivo ambicioso – constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais”.

Henri Atlan (apud LE GOFF, 2003, p. 421) aproxima linguagens e memórias e afirma:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor, quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

Nas narrativas de testemunho usa-se o pronome em primeira pessoa para si e terceira pessoa para se referir aos outros com os quais interagiu. Levi usa muito nós

(primeira do plural) para se referir aos prisioneiros, incluindo-se entre eles. O presente do indicativo na narrativa testemunhal torna os acontecimentos atuais, contemporâneos, como se estivessem se processando novamente e também aproxima o narrador do leitor, numa tentativa de buscar o apoio do último para a veracidade dos fatos narrados.

O narrador-protagonista conta a história não apenas na sua perspectiva, mas apoiado pelos fatos históricos. Tomando como base os estudos que fizemos nesta tese, consideramos a literatura de testemunho uma narrativa histórica, uma vez que ela tem como princípio a verdade. Ele seria ou não um narrador onisciente? Não se pode afirmar isso, mas a aproximação dos fatos torna o narrador ou testemunho um copartícipe. Afinal, a dor é coletiva. E os fatos narrados são compartilhados pelas narrativas históricas, como, por exemplo, os relatos dos primeiros soldados que chegaram aos campos de concentração, ou como mostrados por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, obra na qual a autora trata do julgamento do ex-oficial nazista Otto Adolf Eichmann. O próprio título remete à conclusão da autora: o mal tornou-se algo banal e palpável. Nos livros de história e nos documentos da época há farta documentação e registros com fotos. Desse modo, os documentos e os testemunhos mostram as atrocidades praticadas para destruir a dignidade de um povo mediante seu extermínio.

O mal como fato histórico e presente na literatura de testemunho está farto em exemplos. Nesta tese, procuramos compreender o conceito de mal com base em proposições filosóficas numa perspectiva ético-política. Nesse sentido, servem de referência os argumentos de Rosenfield (1988), embasados na filosofia de Kant, que argumenta haver uma impossibilidade de estabelecer se uma ação é essencialmente boa ou má em razão da dificuldade de sondar o coração do homem, pois somente Deus seria capaz de escutá-lo. Ações ditas boas podem também ser expressão de uma má intenção.

Para Friedländer (2012, p. 24), os nazistas e seus apoiadores não têm justificativa para seus atos, pois sabiam o que faziam, e aos outros resta analisar os fatos: “Se tiver a coragem ética e intelectual de ir até o fim do escrito, o leitor compreenderá a inocência fingida dos intelectuais, juízes, governos, sacerdotes. Todos eles aderiram à mentira e tentaram mentir para si mesmos”. E completa: “Os nazistas e seus apoiadores não têm desculpa porque tinham o intento, sabiam o que desejavam: exterminar os judeus e demais inimigos. O holocausto foi a sua obra-prima”.

Os crimes bárbaros cometidos na Segunda Guerra Mundial têm um papel central na análise de textos que tratam desse assunto, uma vez que a elite e a massa do povo

alemão permitiram a concretização e o êxito das ideias e da pregação política do nazismo.

A literatura em geral, e a de testemunho em particular, jamais perderá seu valor, estando sua preservação ligada diretamente aos direitos humanos:

Nas primeiras décadas de nosso século, assistiu-se à queima de livros “degenerados” feita pelos nazistas em Nuremberg. Era um gesto simbólico, certo, porque nem os nazistas queriam destruir todo o patrimônio livresco de seu país. Mas são símbolos que importam. Temam aquele que destrói, censura, proíbe os livros: ele quer destruir ou censurar nossa memória. Quando percebe que os livros são demasiados, e incapturáveis, e que a memória vegetal permanece ameaçadora, então destrói memórias animais, cérebros, corpos humanos. Começam-se sempre pelos livros, depois instalam-se câmaras de gás (ECO, 2010, p. 25).

Os relatos dos fatos históricos e das ocorrências da guerra deixam-nos estarecidos. Não há como tirarmos conclusões, só nos resta analisar as diversas situações. Na literatura de testemunho, de que trata esta tese, os narradores também são personagens; vivenciaram acontecimentos extremos. Diferentemente do que ocorre nas narrativas ficcionais, em que os autores decidem o destino de cada personagem, nesse caso a sorte já estava lançada. Não havia escolha.

O campo deixou marcas profundas em seus personagens, mas marcou também a vida dos que ouviram ou leram os relatos de situações-limite, em que a vida esteve por um fio. Procuramos suporte na psicologia, na sociologia, na história e na própria literatura para entender a literatura testemunhal. Assim, a literatura enfrenta o desafio de perpetuar a memória desses acontecimentos trágicos que não podem ser esquecidos nem por aqueles que o viveram nem por nós que conhecemos os relatos.

E essa literatura não traz tranquilidade quanto ao futuro, pois a catástrofe bate à porta todos os dias. O homem vive nessa oscilação, nesse passo incerto entre avançar e retroceder na construção de sua história. Acreditamos num futuro promissor, mas ao mesmo tempo deparamos com retrocessos em outras áreas que nos levam a questionar a ética e a moralidade. Além disso, conforme a mídia mostra, a luta pelos direitos humanos não tem conseguido resultados efetivos na sociedade contemporânea. A luta desenfreada pelo poder, as diferenças acentuadas entre as classes sociais, o consumismo, a violência nas grandes cidades, as redes sociais, que iludem com uma falsa aproximação entre as pessoas, o uso de drogas, a expansão do uso de armas e os meios de comunicação, que mostram todo o tempo os conflitos e as guerras, repercutem diariamente na luta do homem pela sobrevivência. Essa realidade proporciona novas

situações de testemunho, e a literatura, que não pode modificar a realidade, acaba por fazer o registro e provocar reflexões. A literatura nos mostra a história do passado, reflete o presente e nos prepara para o futuro. Diante da nossa realidade, temos de reconhecer que as expectativas em relação ao futuro não são as mais promissoras – deixam dúvida, angústia e medo.

2.2 A literatura comparada e o estudo da tematologia

Com objetivo e método próprios, a literatura comparada está entre as disciplinas difíceis de delimitar o campo de atuação. Ela busca analisar os estudos de época, tradição, influência, imitação, empréstimo, tradução, temas, entre outros. “[Literatura comparada] é essencialmente o estudo das diversas literaturas nas suas relações entre si, isto é, em que medida umas estão ligadas às outras na inspiração, no conteúdo, na forma, no estilo” (NITRINI, 2000, p. 24).

Para a literatura comparada tradicional, o conceito de influência envolve duas acepções: “A soma de relações de contato de qualquer espécie que se pode estabelecer entre um emissor e um receptor [...]; mecanismo sutil e misterioso por meio do qual uma obra contribui para o surgimento de uma outra” (CIONARESCU apud NITRINI, 2000, p. 229). Esse conceito está diretamente relacionado ao processo de criação literária. Na segunda acepção, influência é o resultado artístico autônomo de uma relação de contato, ou seja, embora haja influência externa, a obra é produzida com autonomia “ostentando personalidade própria, representando a arte literária e as demais características próprias de seu autor, mas na qual se reconhecem, ao mesmo tempo, num grau que pode variar consideravelmente, os indícios de contato entre seu autor e um outro, ou vários outros” (NITRINI, 2000, p. 127). Quando a influência ultrapassa níveis toleráveis, tem-se a imitação. Para Nitrini, a influência pode ser confundida com a imitação, sendo esta última localizada e circunscrita, enquanto a influência é uma aquisição fundamental que altera a própria personalidade artística do escritor.

Contudo, não temos o intuito de estabelecer nesta tese um estudo comparativo de vários autores, mas apenas encontrar pontos de convergência nos relatos do holocausto judeu, a experiência em comum, como as perseguições e a vida nos campos de concentração. Assim, embora a literatura comparada não seja o assunto desta tese, uma de suas vertentes – a tematologia – será estudada. Considerada a área disciplinar mais

antiga nessa literatura, diz respeito ao estudo de temas e à identificação de motivos (e suas variantes) da produção de textos literários (PIMENTEL, 1993). O tema pode ser definido como assunto, matéria, conversação, conferência, escritos etc. – a matéria-prima a ser desenvolvida em um discurso, seja este tema de heróis seja de situações ou acontecimentos. O holocausto, tratado neste trabalho, é, por exemplo, um tema que não se esgota e alcança as mais diferentes áreas, desde a literatura, a psicologia, a sociologia até a reconstrução histórica e política de uma época. Dá margem também aos estudos da literatura comparada, à teoria da textualidade e da transtextualidade com estudos inter-relacionados da literatura. O estudo temático divide-se em dois grupos: o imaginário e o real, com elementos bem distintos, segundo Pérez-Pedrero (2002). O testemunho pertence ao segundo grupo, que envolve experiências pessoais, concretas.

2.3 As obras analisadas

São muitos os testemunhos sobre o holocausto e os campos de concentração. Embora sejam obras semelhantes, cada uma tem suas especificidades. Foi necessário fazer uma seleção para atender às especificidades de cada uma.

Inicialmente, fizemos uma pré-seleção de autores tanto em razão de leituras já feitas como em trabalhos críticos sobre eles. Contudo, as obras foram escolhidas no entendimento de que seus autores são expressivos e representativos pela forma peculiar com que expuseram suas narrativas. Para dar suporte à análise foram selecionados alguns teóricos, mas sem elencar uma lista exaustiva. A análise das obras levanta hipóteses que encaminham para uma compreensão pessoal dos testemunhos do holocausto. Procuramos encontrar elementos comuns para mostrar a forma que o mal assume nos autores selecionados dentro do *corpus* literário. Vejamos as obras selecionadas:

1) *É isto um homem?* e *A trégua*, de Primo Levi. A primeira mostra sua vida no campo de concentração e a segunda, sua saída do campo e todo o sofrido percurso atravessando do Leste à União Soviética, numa Europa semidestruída e enfrentando os absurdos burocráticos dos vencedores até chegar à Itália. Em *É isto um homem?* o autor faz a apologia de uma das teorias que lhe eram mais caras: a de que a ação humana só pode ser julgada individualmente, caso a caso. Suas obras são de cunho eminentemente

testemunhal, pois como judeu italiano sentiu o problema: passou um ano no campo de concentração – Auschwitz –, de 1944 a 1945. Quando foi libertado pelos russos, os alemães já haviam perdido a guerra. Dos 650 judeus deportados com ele, apenas três sobreviveram. Suas obras foram escritas logo após a guerra.

2) *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, de Sabina Kustin, além do teor testemunhal é um depoimento histórico. O livro é o primeiro da Coleção Testemunhos, do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, da Universidade de São Paulo. A narrativa abrange os anos de 1939 a 1945, mas avança até os primeiros anos do pós-guerra, com destaque para o ataque ao navio *Exodus*, no ano de 1947, e a adesão da autora, de origem judaico-polonesa, ao movimento sionista e à criação do Estado de Israel. Kustin relata que sofreu os temores da perseguição nazista até as penúltimas consequências, pois conseguiu escapar das câmaras de gás. Ela conta ainda sua trajetória no Brasil com o marido, também polonês, e suas lutas para sobreviverem tanto em Israel como no Estado de São Paulo, no qual criou a família.

3) *Rumo à vida*, de Olga Papadopol, narra a fuga de sua família, de origem romena, da cidade de Beltz, na Romênia, atravessando a Rússia, a Tchecoslováquia, a Áustria, a Itália e a França até alcançar o Brasil. Foram milhares de quilômetros percorridos fugindo da guerra, num trajeto feito de fome, frio, perigos constantes, ameaças, terror e morte. Muitos ficaram para trás, mas ela e o marido, contando com a ajuda de outros judeus pelo caminho, conseguiram atravessar toda a Europa. Ela conta também o percurso por mar em navio apinhado e em condições sub-humanas.

4) *Quero viver: memórias de um ex-morto*, de Joseph Nichthausser, relata a vida de um menino de 11 anos, o próprio autor, que assiste à invasão de seu país, a Polônia, pelos nazistas, sua sobrevivência num campo de concentração com o irmão mais velho, as atrocidades que presencia e sofre, os maus-tratos, a fome, o frio e as lutas para sobreviver durante seis anos nos mais variados campos de concentração. Por último, a dor, que parece não ter fim, é representada pela morte do irmão, eliminado momentos antes da libertação do campo.

5) *Paisagens da metrópole da morte*, de Otto Dov Kulka, é uma mistura de ensaio e testemunho, envolve memória e imaginação, e trata da tentativa de um homem de compreender seu passado. Sua infância no campo de concentração comove e espanta.

Assim, o *corpus* do trabalho enfoca seis obras. No capítulo 3, procedemos a uma análise mais minuciosa de cada uma delas, relacionando-as com os autores teóricos.

CAPÍTULO 3

OBRAS DE TESTEMUNHO

*Para tanto esquecer é preciso não ter nunca
vivido.*

Mia Couto, *A confissão da leoa*.

3.1 *É isto um homem?* – Primo Levi

*Eles povoam minha memória com sua
presença sem rosto, e se eu pudesse
concentrar numa imagem todo o mal do nosso
tempo, escolheria essa imagem que me é
familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de
ombros curvados, em cujo rosto, em cujo
olhar, não se possa ler o menor pensamento.*
Levi, *É isto um homem?* (1988, p. 132)

As narrativas de teor testemunhal têm na memória seu principal ponto de apoio. Não é diferente em *É isto um homem?* e em *A trégua*. Nelas, Primo Levi busca recuperar suas lembranças do campo de concentração e da longa jornada para retornar à Itália após a guerra.

Na obra *É isto um homem*, de 1958, considerada um dos mais importantes trabalhos memorialísticos do século XX, Primo Levi fala da sua experiência no campo de concentração de Auschwitz, quando para lá foi deportado em 1944, e de sua libertação pelo Exército Vermelho em 27 de janeiro de 1945.

A narrativa de Levi é caracterizada por detalhes, e por trás destes a história da guerra e da resistência ao mal. O relato em primeira pessoa aproxima o leitor dos acontecimentos narrados. O autor conta também as histórias dos outros prisioneiros, em especial dos mais próximos, que dividiram com ele espaço, tempo e situação; dos *Kapos*; dos alemães e de seu comportamento durante a guerra e no final dela, quando a derrota era iminente. Apesar de o testemunho ser uma expressão subjetiva e particular

do passado, ele faz de seu relato a expressão também de uma memória coletiva; ele dá ênfase às pessoas, e não apenas aos fatos ocorridos no campo, e sobre elas emite opinião.

O relato de Levi mescla informações históricas com memorialistas. Ele é sincero sem ser apelativo. Não há vitimização, excesso de sentimentalismo ou exagero na emoção. Há uma expressão fidedigna do sentimento de desamparo, assombro e confusão dos prisioneiros. Em contrapartida, havia precisão e ordem no gesto dos alemães. Desse modo, a emoção que nos atinge vem dos próprios fatos narrados, e não das expressões que ele usa. Nesse sentido, tomemos o que diz Kehl (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 148) sobre Levi e seu testemunho:

O que diferencia o testemunho de Primo Levi de outros que também trabalharam por ampliar o campo simbólico de modo a incluir, nele, a experiência sinistra do nazismo, é que ele sustenta, como sobrevivente, a posição de quem fez escolhas, e de quem responde por elas. Seu suicídio, em 1989,³ logo depois da morte de sua mãe, é testemunho do preço que se paga por estas escolhas em condições limite.

Todo o sofrimento pelo qual o autor passou toma corpo em sua obra. A narrativa tem início logo após sua libertação, quando tudo ainda era claro na memória e o afastamento do campo de concentração era recente. Levi diz em *Os afogados e os sobreviventes* que não odiava os alemães, mas jamais os perdoaria.

Levi em *É isto um homem?* narra sobre seu engajamento político, embora não de forma expressiva, sua prisão pelos nazistas, a vida no campo de concentração e todos os tormentos pelos quais passou. A obra está dividida em um prefácio e 18 capítulos – todos eles têm um título que remete à temática tratada. Não há uma ordenação lógica do texto, mas o detalhamento talvez se deva essencialmente à imediaticidade de sua escrita – logo após a libertação. No total, nove livros. A literatura não lhe permitiu isolar o passado para dar conta do presente. Sua história entre as cercas de arame farpado impossibilita-o de crer no futuro e leva-o a definhar aos poucos. A leitura de sua obra causa incômodo, tristeza e constrangimento.

Os títulos dos capítulos remetem aos episódios que mais chamaram sua atenção e os quais sua memória manteve vivos em razão da violência e do sentido ético de cada um deles, inclusive a exploração do trabalho, as condições sub-humanas, o desrespeito ao ser humano, a violação dos direitos civis etc.

³ Embora na citação conste 1989, Primo Levi morreu em 11 de abril de 1987.

Esclarece Levi no Prefácio (1988, p. 7-8): “Este meu livro, portanto, nada acrescenta, quanto a detalhes atrozes, ao que já é bem conhecido dos leitores de todo o mundo com referência ao tema doloroso dos campos de extermínio”. [...]. “Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto de imaginação”.

Ainda no prefácio, Levi explica como foi deportado para Auschwitz em 1944 e comenta os possíveis defeitos do livro. Se para alguns a necessidade de contar era suplantada pela dor do trauma, para ele era essencial:

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto com a finalidade de liberação interior. Daí seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente (LEVI, 1988, p. 8).

É possível compreender o paradoxo na narrativa de Levi entre a ânsia de tentar narrar os acontecimentos traumáticos e ao mesmo tempo não encontrar palavras que traduzissem tal sofrimento. Tudo era tão terrível que parecia impossível ter acontecido e impossível também alguém acreditar. Anos de estudos sobre o holocausto trouxeram mais conhecimento da história em si, mas não proporcionaram maior compreensão dos fatos. Esse acontecimento afetou milhões de pessoas e deixou sua marca profunda na história da humanidade.

Para Levi, narrar significava gritar contra as injustiças e exteriorizar o trauma, inclusive no seu apelo em forma de poema (LEVI, 1988, p. 9-10). Essa ânsia de contar, de promover uma “liberação interior” só era superada pela dor das lembranças.

Nesse depoimento pessoal que envolve também a memória coletiva, ele enfoca situações vividas por tantas pessoas como ele e mostra a que nível de degradação e desumanização pode chegar o homem numa situação de trabalhos forçados, humilhações, assassinatos. Contudo, o relato não é carregado de ódio e vingança, mas de descrença e desesperança em relação aos homens. Os judeus nos campos eram desprovidos de esperanças e saúde, e a morte era, então, o menor dos males.

Em “A viagem”, Levi fala de seu engajamento político e de seu moderado e abstrato espírito de rebelião, a forma como se ligou ao grupo de guerrilheiros pertencentes ao Movimento “Giustizia e Libertà”, de sua inexperiência e pouco juízo aos 24 anos, e

da sua forte propensão, favorecida pelo regime de segregação ao qual as leis contra os judeus haviam me obrigado durante os últimos quatro anos, a viver num mundo só meu, um tanto apartado da realidade, povoado de racionais fantasmas cartesianos, de sinceras amizades masculinas e minguadas amizades femininas (LEVI, 1988, p. 11).

No dia 13 de dezembro de 1943, o autor foi detido pela milícia fascista. Então preferiu declarar sua condição de “cidadão italiano de raça judia”. Foi enviado para Fóssoli, perto de Módena, em janeiro de 1944.

3.1.1 O inferno nos campos de concentração e de extermínio

Parece tênue o fio que separa as narrativas históricas ou a historiografia dos relatos de testemunho, pois têm pontos em comum. Este último apresenta um envolvimento pessoal mais marcante dos personagens tornando-os relatos sólidos.

Descrições do espaço e do clima esclarecem os tormentos pelos quais os personagens passam. Os espaços descritos por Levi em *É isto um homem?* – vagão, pátio, locais de trabalho, alojamentos, banheiros, enfermarias dão conta da dimensão do sofrimento. A recordação de algo insuportável dificulta o processo de continuação da vida. Talvez por isso o suicídio acabe sendo uma escolha para muitos que viveram em campos de concentração. Lembrar é passar repetidamente pelo sofrimento, e o sobrevivente quer mesmo é esquecer.

Os sentidos são acentuados no campo: o cheiro putrefato dos alojamentos, da comida, das doenças, dos crematórios; as chamadas incessantes para acordar, fazer fila e selecionar os que serão executados, as ordens dadas por meio de gritos e impróprios, os gemidos, o ranger das camas. Os fatos narrados, embora verdadeiros, parecem inverossímeis pela dimensão trágica e absurda do tratamento dado aos prisioneiros por seus semelhantes. No caso, os algozes não permitem qualquer aproximação entre os prisioneiros dos campos e eles, tidos como raça pura.

Como personagem e testemunha, Levi traça um perfil de si mesmo e dos que com ele conviveram no campo de concentração e no transporte de volta à Itália. Os eventos, que se repetem em vários campos, dão mostras da amplitude dos fatos narrados pelo personagem.

No campo há sempre uma oscilação entre ausência e presença. O que está próximo de repente desaparece em razão das mais diferentes circunstâncias: doença, transferência para outro campo, punição, morte. Embora vivendo próximos, a individualidade afasta os indivíduos. Cada um busca sobreviver, mesmo que isso signifique muitas vezes prejudicar o outro.

Com a chegada de mais pessoas ao campo, entre adultos e crianças, velhos e doentes, o total era de 650 judeus. Em 21 de janeiro de 1944, todos, sem exceção, seriam levados para uma viagem de mais ou menos 15 dias. “Se um prisioneiro faltasse à chamada, dez seriam fuzilados” (LEVI, 1988, p. 13). Todos se prepararam nos barracões:

As mulheres foram as primeiras a ocupar-se dos preparativos da viagem [...] fincaram no chão as velas fúnebres e as acenderam, conforme o uso de seus antepassados; sentavam em círculo para a lamentação; rezaram e choraram durante toda a noite. [...] desceu dentro de nossas almas, nova para nós, a dor antiga do povo sem terra, a dor sem esperança do êxodo, a cada século renovado (LEVI, 1988, p. 15-16).

Do fundo da memória brotam as lembranças, que, a princípio, na tentativa vã de não sofrer novamente, parecem enevoadas, mas vão surgindo aos poucos e tomando corpo. O que mais chama a atenção no relato de Levi é sua capacidade de contar sem teor apelativo, como pode ser visto em outros relatos, além da riqueza vocabular, da clareza com que expõe sobre o espaço e o tempo e a forma de relacionar os fatos.

Os detalhes atrozes do holocausto não podem mais ser contestados. E não precisamos ir longe para perceber do que o homem é realmente capaz. Hoje, através da mídia, tomamos conhecimento de fatos que nos causam estupefação e são recorrentes na história da humanidade. A violência está por toda parte. As emigrações, por exemplo, são decorrência disso. As pessoas fogem das guerras e das ditaduras; do racismo e da discriminação. O neonazismo tem se disseminado com rapidez e intensidade; e apesar dos progressos da humanidade, há um retrocesso em várias áreas, inclusive, ou em especial, nos empreendimentos sociais. O homem não aprende com a história e repete os mesmos erros, o que traz consequências desastrosas, principalmente para os inocentes.

Segundo Levi, o funcionamento da usina da morte – Auschwitz-Birkenau –, com capacidade de executar 2 mil prisioneiros por dia, adquiria um ar de irrealidade com a música de Lehar e Strauss executada, durante a horrenda operação, por uma orquestra

de vítimas potenciais (RUTHERFORD, 1976, p. 7). Sobre esse assunto, informa ainda Rutherford (1976, p. 19):

Gobineau fora amigo pessoal de Richard Wagner, o compositor, que atacara a memória do falecido Mendelssohn, de quem só recebera estímulo e apoio, por ser ele judeu. [...] a música de Mendelssohn passou a ser por ele considerada “estranha, fria, bizarra, medíocre, antinatural e perversa”. Por certo foi o antissemitismo de Wagner, além de sua música, que o recomendou a Hitler (RUTHERFORD, 1976, p. 19).

Em nossas pesquisas encontramos várias informações sobre as dependências do campo de concentração, que em geral têm a seguinte distribuição: mais ou menos sessenta barracos de madeira ou blocos para os prisioneiros; barracos de duchas e latrinas, uma para cada seis ou sete blocos; uma cozinha; uma granja experimental; enfermaria e ambulatório; um bloco para sargentos; os dormitórios dos prisioneiros cheios de beliches que vão até o teto (em média 200 a 250 por bloco); um bloco para os proeminentes ou aristocratas, ou seja, prisioneiros incumbidos de funções superiores, no qual os prisioneiros comuns não entram; um bloco para os arianos alemães, políticos ou criminosos; uma cantina para os cidadãos alemães e os prisioneiros chefes e para distribuição de tabaco, inseticidas e outros artigos; o escritório central e a chefia do trabalho; os blocos residenciais dos chefes alemães do campo;⁴ e o bloco das mulheres ou prostíbulo, servido por prisioneiras polonesas; a praça da chamada com grama e bem cuidada, na qual se localizam as forcas para execução dos prisioneiros. A maioria dos SS morava fora dessa área.

No campo, os prisioneiros são de três tipos: os criminosos – que recebem, ao lado do número costurado no uniforme, um triângulo verde; os políticos, um triângulo vermelho; e os judeus, uma estrela de Davi,⁵ vermelha e amarela.

O sofrimento na hora de dormir é imenso, soa como mais uma punição, pois as camas são de tábuas removíveis com um fino colchão de palha e dois cobertores, nas quais se acomodam dois prisioneiros.

Segundo Levi, sofrendo com fome, frio e sede, todos imploravam por água, mas ninguém dava atenção aos passageiros dos vagões. Não havia espaço para acomodar

⁴ A palavra campo é utilizada em toda a tese para se referir aos campos de concentração e/ou de extermínio criados pelo Terceiro Reich na Segunda Guerra Mundial para abrigar os prisioneiros de guerra políticos, judeus, ciganos, delinquentes etc.

⁵ A estrela de Davi tinha de ser ostentada pelos judeus em público como um sinal distintivo de sua condição judaica. Essa obrigatoriedade foi utilizada por nações cristãs e islâmicas, mas adquiriram destaque na Alemanha nazista a partir de outubro de 1939.

tantas pessoas, que se amontoavam disputando espaço. Depois de quatro dias chegaram à Polônia, onde deviam desembarcar e deixar a bagagem no chão. Os SS começaram a interrogar sobre idade, se estavam são ou doente, e indicavam duas direções, diziam que veriam a bagagem depois, bem como as pessoas das famílias que estavam separadas. Permitiram que as mulheres ficassem com os filhos menores, e os homens aptos ao trabalho também foram separados do grupo. O que aconteceu com o restante nunca ficou esclarecido.

Naquela escolha entre aptos e não aptos ao Reich, do grupo de 650, apenas 96 homens e 29 mulheres foram para Buna-Monovitz e Birkenau. Do restante não se soube notícia. Nos relatos de vários sobreviventes, segundo Levi, nem sempre esse critério foi o escolhido, muitas vezes as portas dos vagões eram abertas dos dois lados “simultaneamente, sem aviso, nem instruções aos recém-chegados. Entravam no campo os que, casualmente, tinham descido por um lado ‘certo’; os do outro lado iam para a câmara de gás” (LEVI, 1988, p. 22).

Tudo no campo desencadeava o medo e o intensificava. Os alemães não poupavam palavras para assustar ainda mais os prisioneiros. Levi conta que os significados vão sendo apreendidos aos poucos. Demoram a perceber até mesmo o termo pelo qual são chamados: *Häftling* – prisioneiro, mas logo compreenderão o significado. Uma frase é repetida com exaustão: “Vocês não estão mais em casa, isto não é um sanatório, daqui só se sai pela chaminé (o que significa isso? Já vamos sabê-lo)” (LEVI, 1988, p. 36).

A alimentação no campo é frugal e escassa, insuficiente para o tipo de trabalho e para suprir as necessidades dos doentes, o que provoca uma desnutrição extrema e crônica, sendo impossível sua reversão. Os prisioneiros aprendem logo o valor dos alimentos: raspam a gamela de sopa até o fim e quando comem o pão, colocam a gamela embaixo do queixo para não desperdiçar alguma migalha. A melhor sopa é a do fundo do panelão, mais densa do que a retirada da superfície, daí a escolha pela posição mais conveniente da fila. Os objetos também adquirem outro valor. Tudo serve no campo: “O pedaço de arame serve para amarrar os sapatos; os trapos, para envolver os pés; o papel, para forrar (embora proibido) o casaco contra o frio” (LEVI, 1988, p. 43).

Para Seligmann-Silva (2003, p. 47), “a literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a ‘realidade’”. Nesse sentido, a obra de Levi *É isto um homem?* mostra que a

linha que separa esses dois conceitos é tênue e indissociável, pois não há como separar o relato que faz sobre o campo da realidade vivida por ele quando prisioneiro.

Levi não é apenas testemunha, mas representa o sobrevivente e fala em nome dos que não conseguiram escapar ao mal maior. Ele toma para si a missão de falar pelos milhares de judeus mortos nos campos de concentração, em especial aqueles que morreram em Auschwitz e não tiveram oportunidade de relatar os horrores pelos quais passaram, mas, ao contrário, foram exterminados. A memória é, além de individual, coletiva. Levi não fornece na obra informações sobre o tempo histórico, como o fazem outros autores de obras testemunhais. A posição de Levi como testemunha é analisada por Agamben (2008, p. 27):

Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso. É evidente que Levi não é um terceiro, ele é, em todos os sentidos, um supérstite.

Como testemunha, Levi viveu uma situação extrema. No espaço delimitado pelo campo, era impossível estabelecer os fatores que determinariam o desenrolar dos acontecimentos. Quando escreveu seus relatos, Levi disse que, acima de tudo, não julgava nem os carrascos nem as vítimas.

Não há como falar do testemunho dos que morreram (os “afogados”, considerando uma expressão de Levi), que, para Agamben, seria o testemunho autêntico. Se o deles seria o autêntico, o dos sobreviventes seria o inautêntico. Não concordamos com essa posição de Agamben. Acreditamos que o sentido de autêntico nesse caso seria de completo, porque a barbárie foi vivida inteiramente. Jamais o testemunho dos sobreviventes pode ser classificado de inautêntico, até porque seria desconsiderar o sofrimento pelo qual passaram. Podemos destacar, no entanto, que esse testemunho é limitado pela sobrevivência. Afinal, é impossível narrar a própria morte. Pode narrar, sim, o fundo do poço – onde se encontravam todos os prisioneiros – ou as “penúltimas consequências”, até porque não se pode deixar de considerar que cada um tem um “limiar de dor” diferente, subjetivo.

3.1.2 Os “muçulmanos” e seu papel como testemunhas

Quando o prisioneiro chega ao nível de desnutrição extrema e exaustão tanto física como mental, usa-se no campo o termo “muçulmano”, que tem um sentido especial e para o qual cabem algumas interpretações: “muçulmanos” são os homens próximos do fim:

A eles não adianta dirigir a palavra. [...]. Não têm, no Campo, conhecidos poderosos, não têm rações extras para comer, não trabalham em *Kommandos* favoráveis, desconhecem qualquer maneira secreta para obter vantagem. E, por fim, sabe-se que eles estão aqui de passagem; que, dentro de umas semanas, deles sobrá apenas um punhado de cinzas em outro Campo próximo e, no Registro, um número de matrícula riscado. [...] e nessa solidão morrem ou desaparecem sem deixar lembrança alguma na memória de ninguém (LEVI, 1988, p. 130).

Sucumbir é mais fácil, diz Levi (1988, p. 131): “Basta executar cada ordem recebida, comer apenas a ração, obedecer à disciplina do trabalho e do Campo. Desse modo, a experiência demonstra que não se aguenta quase nunca mais do que três meses”.

Agamben (2008, p. 52-53) também trata sobre o termo *Muselman* e afirma: “A explicação mais provável remete ao significado literal do termo árabe *muslim*, que significa quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus [...]. Contudo, [...] o muçulmano de Auschwitz parece ter, pelo contrário, perdido qualquer vontade e qualquer consciência”. Esse prisioneiro perdeu toda a esperança, não tem mais pelo que lutar, nem pela própria vida, pois já a perdeu.

Cytrynowicz (1990, p. 101) também trata sobre a desnutrição no campo e afirma que o peso de um homem podia, de forma rápida, cair para “40 kg, chegando a 30 kg em alguns casos. Começava um processo de descalcificação, e o corpo consumia sua própria gordura e músculos. O andar era lento e a pessoa ficava totalmente passiva”.

Os “muçulmanos” são os que vão para o gás. A história é sempre a mesma: “Simplesmente acompanharam a descida até o fim, como os arriões que vão até o mar” (LEVI, 1988, p. 131). São aqueles homens que por azar, por um acidente, foram esmagados e não conseguiram adaptar-se. Levi (1988, p. 132) dedica a eles um grande trecho de seu testemunho: “Nem começaram a aprender o alemão e a perceber alguma coisa no emaranhado infernal de leis e proibições, a não ser quando seu corpo já

desmoronara e nada mais poderia salvá-los da seleção ou da morte por esgotamento”. É um dos trechos mais pungentes de *É isto um homem?*

Considerando o que diz Levi, o muçulmano era um ser no qual a humilhação, o horror e o medo haviam destruído toda a consciência e toda a personalidade, levando-o à mais absoluta apatia. Estava, ainda mais que os outros prisioneiros, à margem do mundo precário e ameaçado do campo.

Aqueles prisioneiros, também judeus, que tinham a atribuição de retirar os cadáveres das câmaras e levar para os fornos crematórios faziam parte de uma unidade chamada de “*Kommando Especial*”.⁶ Esse trabalho era exercido durante algum tempo, depois também eram eliminados da mesma forma, e outros tomavam seu lugar.

Em um estudo de Z. Ryn e S. Klodzinski (1987, p. 94, apud AGAMBEN, 2008, p. 50-51) há o registro do depoimento de um sobrevivente sobre os sintomas da desnutrição no campo:

No que diz respeito aos sintomas da doença da desnutrição, devemos distinguir duas fases. A primeira caracteriza-se pelo emagrecimento, pela astenia muscular e pela progressiva perda de energia nos movimentos. Nesse estágio o organismo ainda não está profundamente danificado. [...] Era difícil perceber o momento da passagem de uma fase para a outra. Para alguns isso acontecia de maneira lenta e gradual, para outros, muito rapidamente. [...] Os olhos ficavam cobertos por um véu, as órbitas, profundamente cavadas. A pele tomava um colorido cinza-pálido, tornava-se sutil, dura, parecida com papel e começava a descamar-se. Era muito sensível a qualquer tipo de infecção e contágio, especialmente à sarna. Os cabelos eriçavam-se, tornavam-se opacos e se rompiam facilmente. [...] respirava lentamente, falava baixo e com grande fadiga. Dependendo da duração do estado de desnutrição, apareciam edemas grandes ou pequenos. [...] Nessa fase, os doentes tornavam-se indiferentes a tudo que acontecia ao seu redor. Eles se autoexcluía de qualquer relação com o seu ambiente. [...] sua temperatura baixava normalmente até abaixo dos 36 graus, tremiam de frio. Observando de longe um grupo de enfermos, tinha-se a impressão de que fossem árabes em oração. Dessa imagem derivou a definição usada normalmente em Auschwitz para indicar os que estavam morrendo de desnutrição: muçulmanos.

E ainda sobre o muçulmano acrescentam:

O muçulmano não causava pena a ninguém, nem podia contar com a simpatia de alguém. [...] para as SS era apenas inútil imundície. [...] A história – ou

⁶ Esse *Kommando (Sonderkommandos)* é “encarregado das câmaras de gás e dos fornos, *Kommando* que por sua vez é periodicamente exterminado e que é mantido em absoluta segregação do resto do campo” (LEVI, 1988, p. 218). Talvez se deva a essa extermínio periódica a capacidade dos alemães de manterem segredo sobre tudo o que acontecia nas câmaras de gás e nos crematórios e de tão poucas informações terem escapado. Esse tipo de registro foi mostrado algumas vezes em filmes sobre o holocausto, como, por exemplo, *Cinzas de guerra* (2001), que mostra os grupos de judeus encarregados de conduzir outros colegas de prisão à morte e depois levar os corpos até a fornalha.

melhor, a não história – de todos os “muçulmanos” que vão para o gás é sempre a mesma: simplesmente, acompanharam a descida até o fim, como os arrios que vão até o mar. [...] seu corpo já desmoronara e nada mais poderia salvá-los da seleção ou da morte por esgotamento. A sua vida é curta, mas seu número é imenso; são eles os “muçulmanos”, os submersos, [...] já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer. Hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se em chamar “morte” à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la (RYN; KLODZINSKI, 1987, 127, apud AGAMBEN, 2008, p. 51).

Há uma pesquisa dedicada ao muçulmano publicada em 1987 (logo após a morte de Primo Levi, que faleceu em 11 de abril de 1987) – “Na fronteira entre a vida e a morte: um estudo do fenômeno do muçulmano no campo de concentração”⁷ – e escrita por Z. Ryn e S. Klodzinski (apud AGAMBEN, 2008, p. 163-164) que trata especificamente sobre o muçulmano no campo de concentração:

Apresenta 89 testemunhos, quase todos de ex-deportados de Auschwitz, aos quais havia sido submetido um questionário sobre a origem do termo, sobre as características físicas e psíquicas dos muçulmanos, sobre as circunstâncias que causavam o processo de “muçulmanização”, sobre o comportamento dos outros prisioneiros e dos funcionários com relação a eles, sobre a sua morte sobre as suas possibilidades de sobrevivência. [...]. Uma seção [...] traz dez testemunhos de homens que sobreviveram à condição de muçulmano e tentam agora descrevê-la.

Desse modo, ao contrário do que diz Levi, o muçulmano agora fala e dá testemunho em primeira pessoa. Ele sobreviveu à fronteira que separa a vida da morte, chegou ao extremo. Sofreu até as penúltimas consequências.

Levi (2016, p. 66) defende que o muçulmano é a verdadeira testemunha, e não o sobrevivente. Este só empresta àquele a voz:

Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas, muitos anos depois. Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “muçulmanos”, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção.

Para Levi (2016, p. 67), os sobreviventes têm a obrigação de testemunhar:

⁷ A pesquisa foi escrita em alemão, e o trecho reproduzido nesta tese aparece traduzido na obra de Agamben (2008, p. 163-164).

Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram [...] Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal [certamente aqui ele se refere aos “muçulmanos”, que mesmo antes de morrerem fisicamente não têm mais capacidade mental e psicológica de lutar]. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação.

A afirmação de Levi é um paradoxo, uma vez que os que não sobreviveram não podem falar, mas são representados pelos que sobreviveram e dão testemunho. Assim, os sobreviventes exercem um duplo papel: testemunham por si mesmos e pelos que naufragaram. Os afogados não podem falar. Desse modo, não podemos tirar dos sobreviventes a autoridade de “testemunhas”. Podemos até falar em “incompletude” narrativa, porque ninguém que tenha entrado nas câmaras de gás para ser executado sobreviveu para contar. Talvez o paradoxo de Levi se dissolva também quando vemos relatos de “muçulmanos”, ou seja, daqueles que chegaram ao fundo do poço, mas mesmo assim sobreviveram para contar.

Para expressar Auschwitz é preciso recuperar sempre a palavra dos que sobreviveram – o testemunho, contradizendo o que diziam os SS do campo de concentração, conforme narrado por Levi em *Os afogados e os sobreviventes* (2016, p. 7):

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que *os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança*: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos Lager (grifo nosso).

O que queriam os SS felizmente não se concretizou. Os fatos narrados foram aceitos como verdadeiros e confirmados pela história e pelos meios de comunicação, estes últimos de forma tardia. Por ironia, muitas informações foram tiradas dos próprios documentos dos nazistas, apaixonados que eram pela ordem, pela catalogação, pelos registros, enfim por todo o aparato burocrático.

Em *Memória da barbárie*, Cytrynowicz (1990, p. 13) registra:

Os homens submetidos ao horror dos campos nazistas sabiam que estavam vivendo uma violência sem precedentes na história. Tinham receio de que suas histórias não pareceriam críveis. Primo Levi, que esteve em Auschwitz, morreu em 1987. Os sobreviventes estão morrendo. O testemunho dos

campos nazistas passará aos livros. É preciso manter a memória e contar sempre esta história, como suma e exemplos mais extremos da barbárie e da destruição de que o homem foi capaz neste nosso século.

A atrocidade dos fatos era reconhecida pela própria SS, conforme pôde ser visto no Julgamento de Nuremberg. Assim, a memória, essencial na retomada dos acontecimentos, impede que o esquecimento ocupe o lugar. Não se pode deixar que o silêncio subjugu os relatos e sua divulgação. O resgate dos trabalhos de Levi é um exemplo de continuação dos estudos sobre o holocausto. Além disso, o processo histórico de pesquisa continua por meio de dissertações e teses sobre o assunto, de filmes, de publicações em livros e revistas e de publicações em revistas acadêmicas com todo o suporte técnico-científico.

O estado em que os prisioneiros foram encontrados pelos aliados era desesperador. A única coisa que não sucedeu a eles foi atravessar o limiar da porta de acesso às câmaras de gás, escaparam por muito pouco. Muitos certamente seriam os próximos. No final, as câmaras não foram suficientes para eliminar a todos.

Não há como falar de dignidade em Auschwitz – os homens não têm nome, não têm rosto, não têm expressão, são apenas números. Chegaram ao limite. Formam uma massa disforme e desesperançada, embora todos tenham que se tornar muçulmanos, pois a estes só cabe a morte nas câmaras de gás ou de outro jeito qualquer. O temor está contido no fato de que se veem no outro, de saber que fatalmente terão o mesmo destino. O Terceiro Reich conseguiu o que queria – destruí-los em sua dignidade.

O termo usado no campo para as comidas conseguidas por fora era alimentos “organizados”, e estes suscitavam inveja, escárnio, desprezo e admiração. Eram diferentes dos distribuídos normalmente, como o pão e a sopa. Algumas vezes esses alimentos eram jogados pelos que estavam fora do campo, ou pelos que trabalhavam na fábrica, onde a vigilância menos severa permitia surrupiar algum. Eles eram resultado de humanidade ou piedade, mas outras vezes eram resultado da “simples curiosidade de nos ver disputando uns com os outros o naco de comida como bichos, sem pudor, até que o mais forte engula e os demais vão embora frustrados, claudicantes” (LEVI, 1988, p. 179). Seu testemunho mostra o contraste entre o cotidiano da sociedade alemã e a rotina no campo de concentração.

“A memória é um instrumento estranho: durante o tempo passado no campo, dançaram na minha cabeça dois versos que um amigo meu escreveu: ‘Até que um dia, dizer amanhã não terá sentido algum’” [...] E completa: “Aqui é assim. Sabem como é

que a gente diz ‘nunca’ na gíria do campo? *Morgen früh*: amanhã de manhã”, diz Levi (1988, p. 196). Essa reflexão de Levi remete-nos a Adorno quando diz que depois de Auschwitz não é mais possível haver poesia. Essa premissa de Adorno não se confirma. Sempre haverá poesia, mesmo quando o homem se desilude com o homem.

Em 11 de janeiro de 1945, Levi diz que ficou doente com escarlatina e foi para o Ka-Be. Sabia que seu estado não era tão grave que pudesse ser “selecionado” e que a escarlatina não lhe dava receio. Com ele, 13 pessoas estavam ali internadas com difteria, febre tifoide, com erisipela no rosto e dois incrivelmente esgotados. Conseguiu uma cama só para ele e tinha direito a quarenta dias de isolamento. Trouxera seus pertences e algumas pedrinhas para isqueiro, retiradas das pederneiras roubadas do Laboratório, que valeriam pelo menos seis rações de pão. No quinto dia chegou o barbeiro, Askenazi, um grego que estava no campo há quase três anos. Levi perguntou-lhe, em italiano, se havia algo novo. Ele respondeu: “*Morgen, alle Kamarad weg*” (Amanhã, todos vão embora.) (LEVI, 1988, p. 223). Isso confirmava os boatos de que os russos estavam a uns 100 quilômetros de distância e que os alemães preparavam na fábrica minas de sabotagem. Levi diz que a notícia não o emocionou, já não sabia o que era dor, temor, alegria. Sua sensibilidade não era a de antes do campo.

Levi tinha 24 anos quando entrou no campo. Ele foi mandado para um bloco onde tinha um amigo, Alberto, de apenas 22 anos. Ninguém apresentou melhor capacidade de adaptação que esse jovem. Ele permaneceu ileso e compreendeu desde o começo que a vida no campo era uma guerra que precisava ser vencida:

Não fez concessões a si mesmo, não perdeu tempo com recriminações ou compadecendo-se de si próprio e dos outros, foi à luta desde o primeiro dia. [...] Luta pela vida, mas é amigo de todos. Sabe quem subornar, quem evitar, quem poderá mover-se à compaixão, a quem se deve resistir. Sempre vi nele, e ainda vejo, o símbolo raro do homem forte e bom, contra o qual nada podem as armas da noite (LEVI, 1988, p. 81).

Nos dormitórios é uma sorte quando se confia no companheiro de cama, pois não é fácil dividir 70 centímetros de cama, um cobertor e as longas noites inverniais de suor, cheiro e calor com alguém, a menos que se trate de um amigo. Ele e Alberto dividiram a mesma cama e qualquer ração extra que conseguiam. Levi não corria risco de pegar escarlatina, pois a tivera quando criança.

Levi soube depois pelo médico grego (um homem egoísta, culto, inteligente e calculista) que quem estivesse em condições de andar receberia roupa e sapatos e

partiria no dia seguinte. O campo seria evacuado pelos alemães, só ficariam os doentes graves. Diz Levi (1988, p. 225): “O terror é especialmente contagioso e o ser apavorado procura, antes de tudo, a fuga”. Ele e Alberto – eram inseparáveis há seis meses e conhecidos como os “dois italianos” – tinham conversado antes sobre o perigo da evacuação. Dois doentes disseram que saíam. Levi disse que tentou persuadi-los de que era perigoso e que não estavam protegidos contra o frio e a neve. Não adiantou. Soube depois que tinham sido abatidos pelos SS poucas horas depois do início da marcha. Levi conta que não tinha condições, sofria com náusea, febre e dores. Os menos doentes haviam saqueado o depósito de sapatos da enfermaria, e havia alguns espalhados por ali. Trocou os sapatos por um par melhor. Mais tarde veio o médico, de mochila nas costas e manta. Jogou para Levi uma revista de novela francesa e disse: “Pega, italiano; lê. Pode me devolver quando nos tornarmos a ver” (LEVI, 1988, p. 227). Levi diz que mesmo passados alguns anos ainda o odiava por aquela frase, pois ele sabia que eles estavam condenados.

Naquele dia, Alberto desafiou a proibição, pulou a janela e foi ver Levi. Alberto partiu e Levi permaneceu, e com ele mais alguns que ouviram sábios conselhos e se esconderam em algum beliche. Partiram todos desse campo e de outros campos no dia 18 de janeiro de 1945. Eram uns 20 mil prisioneiros. Todos desapareceram durante a marcha de evacuação, inclusive Alberto. Talvez um dia alguém escreva sua história, diz Levi.

No dia da evacuação, os doentes ainda receberam a sopa da noite. Eram mais ou menos 800 em todo o Ka-Be: “Apagara-se o ritmo da grande engrenagem do campo. Começaram para nós dez dias fora do mundo e do tempo” (LEVI, 1988, p. 228). Com o desligamento do aquecimento central a temperatura começou a cair nos alojamentos; a maioria dos doentes só tinha a camisa, e alguns nem isso. Por ironia, um SS passou ainda pelos blocos e escolheu para cada bloco um não judeu como chefe e determinou que fizessem uma lista dos doentes, discriminando os judeus e os não judeus. Mais uma vez a mania dos alemães pelas classificações. Conservaram até o fim seus hábitos. Os judeus não acreditaram que viveriam até o dia seguinte. Levi diz que traduziu para dois franceses novatos no campo tudo o que tinha sido dito; não eram judeus, ainda não conheciam a fome, só tinham um mês de campo, mas tiveram medo.

Levi conta, nessa passagem como se sentia em relação aos acontecimentos que envolviam sua vida. Ainda havia em cada bloco um SS armado; a luz funcionava; não havia relógios, mas devia ser 11 da noite quando as luzes se apagaram, inclusive as dos

holofotes nas torres dos guardas; ouviram então a artilharia antiaérea e o barulho dos aviões. “Parecia longe; talvez sobre Auschwitz”, diz Levi (1988, p. 230). Ele retrata a sordidez extrema com que eram tratados:

O campo, recém-morto, estava se decompondo. Nada mais de água e luz; portas e janelas quebradas batiam com o vento; rangiam as chapas soltas dos telhados; no alto, ao longe voavam as cinzas do incêndio. À obra das bombas somava-se a obra dos homens: esfarrapados, vacilantes, esqueléticos, os doentes que estavam em condições de se movimentar arrastavam-se por todas as partes como uma invasão de vermes em cima da terra endurecida pelo gelo (LEVI, 1988, p. 232).

Ouviram o ronco de uma motocicleta. Um SS entrou no campo. “Como sempre, ao ver um desses rostos duros, mergulhei no terror e no ódio”, diz Levi (1988, p. 233). O alemão seguiu adiante sem vê-lo. Só depois Levi se deu conta do perigo que correra. Tomaram outras providências e instalaram a estufa. Um franco-polonês sugeriu que nos dessem uma fatia extra de pão pelo serviço; a sugestão foi aceita. “Foi o primeiro gesto humano entre nós [...] voltamos lentamente a ser homens” (LEVI, 1988, p. 234).

Conta Levi todo o progresso que fizeram em busca da sobrevivência. Em outro trecho: “Pela primeira vez, desde o dia da minha chegada, eu estava livre, sem guardas armados, sem que arames farpados me separassem da minha casa” (LEVI, 1988, p. 246). Prepararam-se para abandonar o campo. Vários morreram ainda. Os que puderam mudaram para outros blocos. Os cadáveres estavam por todo lado aos montes.

Charles e Levi trabalhavam até a exaustão, fazendo a sopa e depois inclusive arrastando o panelão de 25 litros do lavatório até o quarto. Arthur fazia a distribuição deixando as três rações extras para os três trabalhadores, eles, como os outros prisioneiros tinham determinado. Um dia, um grupo fez uma excursão até o campo dos prisioneiros de guerra inglês e trouxe num carrinho margarina, pós para pudim, toucinho, farinha de soja, aguardente. Todos acreditavam que os russos chegariam, mas no campo perde-se o hábito da esperança e da confiança no próprio raciocínio. “Pensar é, também, um mal porque conserva viva uma sensibilidade que é fonte de dor, enquanto uma clemente lei natural embota essa sensibilidade quando o sofrimento passa de certo limite” (LEVI, 1988, p. 252). Certamente esse era um recurso instintivo usado pelos prisioneiros para isolar a dor. Dias depois os russos finalmente chegaram.

26 de janeiro de 1945. “A obra de embrutecimento empreendida pelos alemães triunfantes tinha sido levado ao seu término pelos alemães derrotados” (LEVI, 1988, p. 252). Levi volta aqui a falar de que não *é isto um homem* quando diz:

É um homem quem mata, é um homem quem comete ou suporta injustiças; não é um homem que, perdida já toda reserva, compartilha a cama com um cadáver [...]. Não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem. Nós três ficamos em grande parte imunes a isso e por essa razão nos devemos gratidão recíproca. Minha amizade com Charles resistirá ao tempo (LEVI, 1988, p. 252-253).

Levi (1988, p. 255) termina seu relato dizendo: “Em abril, em Katowice [um dos locais em que pararam ao sair do campo dias depois, registrado em *A trégua*], encontrei Schenk e Alcalai com boa saúde. Arthur reuniu-se alegremente com a sua família e Charles recomeçou a ensinar; já trocamos longas cartas. Espero poder revê-lo algum dia”.

3.1.3 O trabalho no campo de concentração

No campo de concentração, poucos trabalham no seu próprio ofício (ferreiros, eletricitas, soldadores, pedreiros, mecânicos), mas não gozam de tratamento especial. Quase não há folgas. Os chefes são subornados com comida, podendo render um bom posto na fábrica.

O campo provocou uma ruptura na vida dos prisioneiros, e para Arendt (apud AQUINO; REGO, 2014, p. 78) ele funcionava como “uma espécie de laboratório” em que se trabalhava para “extirpar do prisioneiro sua humanidade”. Sem remuneração alguma, o ser humano é explorado com trabalhos braçais sem contrapartida, nem mesmo alimentação e proteção contra as intempéries.

De acordo com Levi, as horas de trabalho variavam conforme a estação. No inverno: das 8 h às 12h e das 12h30 às 16h; no verão: das 6h30 às 12h e das 13h às 18h. Os prisioneiros não desempenham tarefas nas horas de escuridão ou com cerração fechada – embora se trabalhe com chuva, com neve ou com o vento feroz dos Cárpatos –, pois estas situações favoreceriam as fugas. As folgas aos domingos ocorrem a cada dois domingos trabalhados; e nos de folga, é feita a manutenção e a limpeza do campo. Portanto, não há dia de descanso. E completa: “Esta será a nossa vida. Cada dia conforme o ritmo fixado *Ausrücken* e *Einrücken*, sair e voltar; trabalhar, dormir e comer; adoecer, sarar ou morrer” (LEVI, 1988, p. 47).

A queda dos primeiros flocos de neve, para quem já conhecia o inverno no campo, era uma tristeza. Isso é mostrado no relato de Levi (1988, p. 182): “Se no

passado, nesta época, alguém nos dissesse que veríamos ainda um inverno no campo, teríamos ido tocar a cerca eletrificada” [...]. “Porque ‘inverno’ significa ainda mais” [sofrimento]. Para aliviar o trabalho pesado do inverno, os prisioneiros sonham com a chegada da primavera, quando o frio abranda e tem-se um inimigo a menos.

Muitos no campo se convencem de que tudo está perdido e que o fim é inevitável, enquanto para outros a salvação é provável e não está longe; há pessimistas e otimistas, o que depende do caráter de cada um. Muitos oscilam entre uma posição e outra, de acordo com o momento. Com 15 dias no campo os ânimos já estão destruídos, a fome é crônica, a pele ou cinzenta ou amarelada e ressequida, ventre inchado, pernas machucadas, pés feridos. Apesar do cansaço, muitos dos recém-chegados não dormem, encontram-se entre a tensão e a ansiedade; o terror e o medo, que ocupam todos os espaços.

O pão é sempre moeda de troca por uma colher, um cigarro, um botão. Uma colher valia meia cota diária de pão e era motivo de roubo nos campos. Nos lavatórios a água é fétida e nauseabunda, e o chão é todo enlameado, mas é preciso limpar-se. A brutalização do homem nos campos levava a atitudes desmedidas, daí vêm o roubo dos alimentos e as trocas de comida por objetos essenciais, como a colher e o sapato. A exploração do homem passa a ser uma rotina, uma situação legalizada, com a perda da essência da vida. É preciso superar as limitações humanas e buscar novas formas de sobrevivência em que os valores são outros e a busca da superação gera as atitudes. No campo desenvolve-se uma estrutura de classes: o fraco é dominado pelo forte ou pelo mais esperto ou pelo mais inescrupuloso.

São as pequenas coisas que levam o prisioneiro a seguir em frente. Para Levi, quando se levanta para mais um dia igual aos outros, ao prisioneiro só resta “concentrar a atenção e o desejo na forminha de pão cinzento, que é pequena, sim, mas que em breve será só nossa e, durante cinco minutos (até que a tivermos devorado), constituirá tudo que a lei deste lugar nos permite possuir” (LEVI, 1988, p. 90).

A nudez no campo torna-se uma rotina. Assim que chegam, os prisioneiros são obrigados a tirar todas as roupas e os sapatos e todos os objetos de valor, que nunca mais verão. Os homens são barbeados e tosquiados com brutalidade por outros prisioneiros com uniformes listrados e com número costurado no peito.

3.1.4 Direita/esquerda: a seleção

Os judeus eram transportados em vagões superlotados, nos quais faltavam água, alimentos e ventilação. Por serem hermeticamente fechados, neles muitos morriam durante o transporte. Quando chegavam ao campo, os prisioneiros eram selecionados: para a esquerda os que iam para a câmara de gás; para a direita os que iam para o trabalho forçado. Alguns eram mantidos vivos para tarefas rotineiras do campo. Crianças e velhos passavam pela mesma seleção. As conversas entre os que chegavam e os do campo eram proibidas como forma de impedir que as informações sobre os destinos de cada um fossem divulgadas. São muitas as ocasiões em que a seleção ocorre, e uma delas é quando há superlotação nos alojamentos. Ora, isso significa que muito em breve haverá uma nova seleção (*Selekcja*), e nas conversas já se ouve falar disso. Logo a palavra estará entre os prisioneiros como um pesadelo.

Em Birkenau, as chaminés do crematório trabalham dia e noite sem cessar. O sino toca ao raiar do dia, mas se toca durante o dia, não se pode sair dos alojamentos, ou seja, vai haver seleção. No dia desta, dentro dos blocos, ficamos nus e com a ficha na mão aguardando a comissão. Nessa ficha estão os dados de cada um: matrícula, nome, profissão, idade e nacionalidade.

Quando são empurrados para o *Tagesraum* (escritório do bloco onde ocorre a seleção), os prisioneiros ficam amontoados e sentem o calor do corpo do outro e levantam a cabeça para respirar. Há duas portas no escritório. Todos cruzam as duas portas e saem para o pátio frio. Entre as duas portas ficam um suboficial da SS no meio, à sua esquerda o escriturário e à direita o chefe do bloco. Corre-se no ar frio, e o oficial vê os prisioneiros de frente e de costas e julga a sorte de cada ao entregar a ficha ao da esquerda ou ao da direita – isso representa a vida ou a morte de cada um dos prisioneiros. A seleção de um alojamento de 200 homens é feito em três ou quatro minutos. À tarde todo o campo de 12 mil homens.

Primo Levi está entre os sobreviventes que não conseguiram compactuar com o silêncio e usou sua voz para representar o grito dos que não sobreviveram para contar. Sua narrativa é comovente, convincente e, acima de tudo, impressionante, porque mostra o lado negro da história, o pior do ser humano, a capacidade de atormentar os indefesos.

O homem do campo de concentração transita entre o eu e o grupo até se dar conta que não há um grupo, cada um está sozinho com sua dor; cada um faz seu

caminho interior, que vai da dor à esperança, da vida à morte. Em instantes, perde-se ou ganha-se a vida de volta apenas com um gesto: esquerda e direita.

Se pensarmos nas estatísticas do campo, ficaremos impressionados pela sua capacidade de subtrair, diminuir. Nunca se sabe qual será o resultado final. Quantos sobreviverão? Quantos meses se passaram? Quantos restarão no fim? Os judeus mantidos como prisioneiros não podiam até aquele momento aquilatar a dimensão do extermínio. Mas já à época Levi (1988, p. 199) pensava nos números. Anos depois ele descobriria como os números foram catastróficos: 6 milhões de judeus.

3.1.5 A ausência de identidade – apenas um número

Em um dos trechos mais marcantes de *É isto um homem?*, Levi trata da perda de identidade de todos os prisioneiros no campo. Eles tinham perdido tudo: liberdade, família, parentes, amigos, casas, negócios, trabalhos, mas os nazistas vão além e tiram deles a esperança, os hábitos, os costumes e até o nome, algo que individualiza e identifica cada ser humano:

Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: Chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (LEVI, 1988, p. 32).

Os prisioneiros “são puro sofrimento e carência” (LEVI, 1988, p. 33). Foram privados de tudo que possuíam, do menor objeto de recordação, como se o passado nunca tivesse existido. “Ficará claro, então, o duplo significado da expressão ‘campo de extermínio’”.

Fechem-se entre cerca de arame farpado milhares de indivíduos diferentes quanto a idade, condição, origem, língua, cultura e hábitos, e ali submetam-nos a uma rotina constante, controlada, idêntica para todos e aquém de todas as necessidades; nenhum pesquisador poderia estabelecer um sistema mais rígido para verificar o que é congênito e o que é adquirido no comportamento do animal-homem frente à luta pela vida (LEVI, 1988, p. 127-128).

Entre os critérios de seleção estavam o estado de saúde e a quantidade de presos que chegava em cada comboio, no intuito de limitar as superlotações, o que era irônico, pois o número de pessoas que permaneciam nos alojamentos era sempre superior ao número que estes comportavam, chegando a ter duas pessoas em cada leito estreito que mal dava para um prisioneiro.

Com a classificação por número, os judeus foram reduzidos a objetos e desprovidos de qualquer característica humana. Foram, portanto, reificados, desumanizados. Os prisioneiros são vistos apenas como um objeto a serviço do Estado, o mesmo Estado que lhes tira tudo e os transforma em escravos do nazismo: “[...] e o nosso nome é o número que levamos no braço e costurado no peito” (LEVI, 1988, p. 104). Levi fala da tatuagem que recebem no braço esquerdo. Uma marca que levarão até morrer: “Por outra parte, o processo todo de inserir-se nesta ordem, nova para nós, acontece de forma grotesca e fantástica. Depois da operação tatuagem, encerraram-nos num barracão onde não havia ninguém” (LEVI, 1988, p. 35). Feita com uma agulha minúscula, o número está ligado ao nome de cada um em ordem alfabética. Para receber pão e sopa, têm de mostrar o número. Só depois de muitas bofetadas e socos conseguirão assimilar o som do número em alemão.

O número revela tudo: a época da entrada no campo, o comboio com o qual se chegou e, conseqüentemente, a nacionalidade. Todos tratarão com respeito os números entre 30 mil e 80 mil: sobraram apenas algumas centenas, assinalam os poucos sobreviventes dos guetos poloneses. [...] Quanto aos números mais altos, carregam uma nota de leve ironia, como acontece com os termos “novato” ou “calouro” na vida normal (LEVI, 1988, p. 34-35).

O homem no campo tinha dificuldade de se comunicar com as pessoas de outras línguas e muitas vezes permaneciam afastados dos outros prisioneiros de sua nacionalidade.

3.1.6 Ka-Be (sigla de Krankenbau): a enfermaria

A enfermaria é formada por oito blocos iguais aos do campo. Isolada por uma cerca de arame farpado, possui um décimo da lotação do campo. Poucos ficam lá mais de duas semanas, e ninguém mais de dois meses: “Nesse prazo a regra é ficar bom ou morrer. Quem tende a ficar bom, é curado no Ka-Be; quem tende a piorar, do Ka-Be é

mandado às câmaras de gás” (LEVI, 1988, p. 63). Após machucar seriamente o pé esquerdo numa quina de ferro nos trilhos, Levi vai até a enfermaria.

O processo de acesso à enfermaria é lento e doloroso: esperam-se horas na fila e ao vento. Tem-se de desamarrar os sapatos no tempo certo, nem muito cedo para não ficar com os pés no barro, nem tão tarde que passe sua vez. Não se pode entrar calçado. Tem-se de segurar tudo nas mãos: a gamela, a colher, o casaco, o boné; entrega-se no depósito apenas o sapato e os panos que embrulham os pés; e pega-se um recibo. Levi conta que, na vistoria, permitem-lhe uns dias de descanso enquanto os outros vão para o trabalho. Depois da alvorada foi selecionado para ficar uns dias no Ka-Be para tratar o pé. Surpreende-se ao entrar, pois tudo é tomado do prisioneiro: gamela, colher, boné. Ele não sabia que deveria tê-los escondido, confiando a alguém ou vendido. Quando olham seu número, os prisioneiros percebem que ele tem pouco tempo de campo, por isso foi capaz de tamanha tolice.

Levi diz que um dos momentos mais terríveis que passou no campo foi ao ser examinado por um enfermeiro que apontava para suas costelas como se ele já fosse um cadáver. Depois, verificou-lhe as pálpebras, a face inchada, o pescoço fino, apertou sua canela e observou a cavidade feita na carne pálida e disse: “*Du Jude kaputt. Du schnell Krematorium fertig* (Tu judeu liquidado, tu em breve crematório)” (LEVI, 1988, p. 68). Depois de horas, Levi é chamado, fazem perguntas, preenchem a ficha e permitem sua entrada no dormitório. Beliches de três andares preenchem todo o lugar, com filas estreitas entre eles. Cada cama abriga dois doentes. Por sorte, ao chegar Levi fica sozinho em uma cama. A higiene ali também é precária. A fome é a mesma, mas não faz frio nem se apanha, a não ser que se cometa uma falta grave.

Do mesmo modo que o resto do campo, os doentes também são acordados às 4 horas e têm de limpar e arrumar a própria cama e lavar-se, mas com menos pressa e rigor. Às 5h30 todos os dias são distribuídos a sopa e o pão, mas é permitido se alimentar devagar e continuar deitado até o meio-dia, quando ocorre novamente a distribuição da sopa. Até as 16 horas, sesta; depois, visitas médicas e curativos. O rancho da noite é distribuído junto às camas dos doentes. Às 17 horas, apagam-se as luzes. Levi precisa aguardar a colher que um companheiro de enfermaria lambe com cuidado para emprestar a ele na hora da sopa. O som da banda de música é ouvido até no Ka-Be. São os prisioneiros sadios que seguem em formação para o trabalho.

Um dos diagnósticos mais perigosos na enfermaria é o de esgotamento, não há cura, pois com certeza levará à morte. É no Ka-Be que Levi ouvirá histórias – pois ali

têm tempo para conversas – sobre as seleções, as câmaras de gás, os fornos crematórios. Olham para seu número, 174.517, e comentam que essa numeração começou há 18 meses e vale para Auschwitz e os campos que dele dependem: 10 mil em Buna-Monowitz e 30 mil em Auschwitz e Birkenau. Certa noite chegam os SS e anotam um “x” no nome de vários doentes, inclusive de Schmulek. “Olha para Schmulek e, atrás dele, vejo o olhar de Walter; não pergunto mais nada” (LEVI, 1988, p. 75). Levi diz que a partir daquele momento compreendeu o que significava. No dia seguinte, os doentes se lavam e são barbeados, os que não passam por esse ritual é porque foram “selecionados” (Schmulek deu a Levi, antes de partir, a faca e a colher). “Cada dia vai a Morte, e toca este ou aquele” (LEVI, 1988, p. 75).

Para permanecer no Ka-Be os doentes com disenteria têm de mostrar, num ritual macabro, que a diarreia continua; dispõem de um minuto para fazer na bacia, diante de todos, e apresentar o resultado, que exibem ao enfermeiro, enquanto este com registro, relógio e lápis tudo anota. Os que aguardam se retorcem para reter no intestino o precioso líquido por vinte ou 10 minutos antes de chegar a sua vez. Nos casos duvidosos, a bacia é levada ao médico para que a examine. Alguns aproveitam uma distração do enfermeiro para trocar a bacia com outro disentérico, que apresente garantia de êxito na hora H, em troca de pão ou sopa na luta para permanecer no Ka-Be.

Na enfermaria, os doentes têm tempo de pensar na vida que levam no campo, como foram transformados ou o quanto retiraram deles; conversam entre os leitos, falam das lembranças, da família e de uma dor diferente: *Heimweh* (palavra bonita para exprimir a “dor do lar”, ou a saudade de casa. Ali todos se dão conta das lembranças do mundo e de casa. Levi deixa a enfermaria com grande pesar depois de transcorridos vinte dias e a ferida ter sido curada.

Geralmente o prisioneiro não volta ao bloco em que esteve anteriormente nem ao mesmo trabalho, pois os comandos mudam de bloco para bloco. É preciso adaptar-se novamente ao alojamento e aos companheiros e procurar adquirir os objetos essenciais para a vida no campo, como colher e faca. Recebe-se apenas outro uniforme e sapatos.

3.1.7 O escambo no campo

Mesmo no campo os negócios acontecem com frequência, como já pudemos constatar nas diversas leituras das obras de testemunho: troca-se pão e sopa por um

curativo nos pés, como o feito pelo engenheiro Kardos. Há dias em que a chamada é para a troca dos sapatos rotos, mas só os dez primeiros conseguem trocá-los. Alguns alfaiates negociam sua arte por pequenas fatias de pão.

Levi recorda-se que no campo não se poderia falar em comer, pois comer é comer como gente, à mesa. O termo alemão *fressen*, usado no campo, significa comer como bicho, da mesma forma que fazem os prisioneiros: comem em pé, com pressa, queimando boca e garganta na tentativa de saciar a fome crônica. Assim, o termo era usado pelos chefes com escárnio, pois traduzia o comportamento dos prisioneiros, bem próximo da animalidade.

Os gregos são um grupo especial no campo e excelentes negociantes, cheios de manipulações e de uma solidariedade nacional. E essa sabedoria grega manifesta-se de várias formas:

[...] com a prática sistemática do roubo e da escalada aos cargos, e com o monopólio da Bolsa de trocas [...] sem esquecer a repulsa dos gregos à brutalidade inútil, a sua assombrosa consciência de que ainda subsiste uma dignidade humana (ao menos, potencial), faz deles o núcleo nacional mais coerente do Campo e, sob esses aspectos, mais civilizado (LEVI, 1988, p. 115-116).

Os produtos têm um valor na hora da troca: sopa – meia ração de pão por um litro de sopa; nabo, cenouras e batatas – são extremamente variáveis; Mahorca (tabaco ordinário) – oficialmente à venda na cantina, mas acabam logo por abuso de autoridade dos *Kapos* ou dos “proeminentes”, mas seu valor é variável e é chamada de bônus-prêmio; a colher comum vale meia ração de pão; a colher-faca, três quartos de ração.

Algumas pessoas do campo chegam a trocar coroas de ouro dos dentes por pão ou tabaco, o que geralmente envolve a intermediação de terceiros, que pagam antes da extração três ou quatro rações de pão à vista; e após a extração, vinte ou mais rações de pão. Nesse caso, as rações serão pagas pouco a pouco, pois há a participação de alguém externo ao campo que leva o ouro a ser vendido. “O tráfico com os trabalhadores externos é um crime expressamente previsto no Regulamento do Campo, assimilado aos crimes ‘políticos’ e severamente punido” (LEVI, 1988, p. 120). As penas são envio do prisioneiro para Gleiwitz III, nas minas de carvão, ou seja, morte por esgotamento dentro de poucas semanas. E o trabalhador externo, seu cúmplice, pode ser denunciado à competente autoridade alemã e condenado ao campo de concentração entre 15 dias e oito meses e submetido às mesmas condições, mas não passam pela seleção nem são

raspados, portanto se diferenciam do restante. Para eles é apenas uma punição. “Para nós, o Campo não é uma punição; para nós não está previsto um prazo; o Campo é apenas o gênero de existência que nos foi atribuído, sem limites de tempo, dentro da estrutura social alemã” (LEVI, 1988, p. 120-121).

Roubar não é um ato considerado tão criminoso, o problema é que os chefes poupam certos objetos que podem ser negociados por eles mesmos. Por exemplo, todos os sapatos têm de ser engraxados, mas a graxa não é fornecida, o que estimula o roubo ou a negociação. Outros tantos objetos são motivo de roubo nas fábricas em torno do campo: “[...] lâmpadas, escovas, sabão comum ou de barbear, limas, alicates, sacos, pregos; vendem-se o álcool metílico, bom para fazer beberagens, e a gasolina, que serve para rústicos lampiões, prodígios da indústria secreta dos artesãos do Campo” (LEVI, 1988, p. 123).

Todos no campo sabem que os próprios enfermeiros colocam no mercado, a preço baixo, as roupas e os sapatos dos mortos e dos “selecionados” que partem nus para Birkenau; e que enfermeiros e médicos contrabandeam para a fábrica as sulfamidas de seu estoque, vendendo-as aos trabalhadores externos em troca de alimentos; que os enfermeiros ganham bem com o tráfico de colheres, que não são fornecidas aos recém-chegados (LEVI, 1988, p. 124). As colheres são toscas e maciças, com o cabo afiado para servir de faca e são feitas pelos prisioneiros chapeadores ou ferreiros nos seus horários de folga ou às escondidas.

3.1.8 O absurdo da música no campo

Para Levi, um dos acontecimentos mais bizarros e irônicos no campo é a música constante de uma banda que toca mais ou menos uma dúzia de marchas e canções populares alemães; são obrigados, então, a marchar acompanhando o ritmo da música na ida e na vinda do trabalho mesmo com o corpo beirando à exaustão, com frio e fome. Essas músicas ficarão gravadas nas mentes dos que sobreviverem por muito tempo. Para Levi será a última coisa do campo a ser esquecida, “expressão sensorial de sua geométrica loucura, da determinação dos outros em nos aniquilar, primeiro, como seres humanos, para depois matar-nos lentamente” (LEVI, 1988, p. 70). A música é acompanhada de uma coreografia estranha, uma marcha dos presos indo para o trabalho ou dele retornando. A música era uma tentativa de abafar os gemidos e os gritos no

campo. É um ritual monstruoso. Afirma Levi (1988, p. 71): “Quando a memória nos restitui alguma dessas inocentes canções, o sangue gela em nossas veias e temos consciência de que regressar de Auschwitz não foi pequena sorte”.

Quando se pensa nos tormentos que a Segunda Guerra provocou no povo judeu, é comum se perguntar se vale a pena lembrar. Levi (1988, p. 127) prontamente responde que sim e completa:

Estamos convencidos de que nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todas merecem ser analisadas; de que se podem extrair valores fundamentais (ainda que nem sempre positivos) desse mundo particular que estamos descrevendo. Desejaríamos chamar a atenção sobre o fato de que o Campo foi também (e marcadamente) uma notável experiência biológica e social.

Em Auschwitz, as chamadas ocorriam de manhã e na volta do trabalho com o intuito de controlar os presos, enquanto uma orquestra de prisioneiros tocava, desestruturando-os totalmente e destruindo suas referências do mundo exterior. Era algo inacreditável, tendo em vista que era um campo basicamente de extermínio de seres humanos.

Levi narra um episódio em que mais uma vez ele e os prisioneiros escutaram a música da banda. Todos foram levados à Praça da chamada e, prática comum, retiraram os bonés diante dos SS. Veem a luz violeta dos holofotes e a conhecida silhueta da forca. Mas nada disso é novidade para os prisioneiros. Desde que entrou no campo, Levi assistiu a 13 enforcamentos públicos. Mas dessa vez a punição não é por roubos comuns ou tentativas de fuga.

Hoje a punição no campo deve-se à explosão dos fornos crematórios de Birkenau. Não se sabe, e talvez não se venha a saber nunca, como realizaram a façanha. Acreditam que tenha sido alguém do *Sonderkommando*, ou *Kommando* Especial. Parece que o homem que vai morrer hoje na frente de todos tinha ligações com o motim dos amotinados de Birkenau. Antes da execução, como de praxe, o alemão faz um discurso, do qual ninguém entende nada, e ao final pergunta: – *Habt ihr verstanden?* (Compreenderam?). Outra voz se faz ouvir em seguida: – *Kamaraden, ich bin der Letzte!* (Companheiros, eu sou o último!) (LEVI, 1988, p. 218-219). Recordar-se Levi que naquele vil rebanho ninguém reagiu. Abriu-se o alçapão e o corpo estrebuchou. A banda de música recomeçou a tocar. Os prisioneiros desfilam diante dos SS que os olham passar, indiferentes.

A sua obra foi concluída, e bem concluída. Os russos já podem vir: já não há homens fortes entre nós, o último pende por cima das nossas cabeças. [...] Os russos podem vir: só encontrarão a nós, domados, apagados, já merecedores da morte inerme que nos espera (LEVI, 1988, p. 219).

Levi não menciona com clareza o que sente diante de tal situação, mas as palavras e expressões “vil rebanho”; “não há homens fortes entre nós”; “domados”; “apagados”; “merecedores da morte” expressam o sentimento que o assalta de vergonha e inutilidade. Talvez não haja palavra para expressar sua dor e revolta, até porque de nada adiantaria, seria apenas mais um a morrer, seria dar um novo prazer aos alemães. E continua mais adiante: “Aqui estamos, dóceis sob o seu olhar; de nós, vocês não têm mais nada a temer. Nem atos de revolta, nem palavras de desafio, nem um olhar de julgamento” (LEVI, 1988, p. 219). Essa frase de Levi contém uma ironia quando comenta que os alemães “não têm mais nada a temer”, como se alguma vez tivessem algum temor do que poderiam fazer os *Häftlinge* em situação tão precária e de extrema carência material, física, mental, psicológica.

Quando voltam ao bloco após esse episódio de terror e morte, Levi e Alberto não podem se encarar. Sabem que aquele homem que morreu foi feito de “uma substância diferente” da deles; que a vida cruel do campo não conseguiu dobrar, curvar, desistir, chegar ao nível mais baixo e vergonhoso. Que ele e os outros foram quebrados. Mesmo que um dia regressem e mostrem como se adaptaram, vão mostrar que foram quebrados. Finalmente a palavra vem ao pensamento: “Colocamos a gamela no beliche, repartimos a comida, saciamos a fúria cotidiana da fome e agora nos oprime a vergonha” (LEVI, 1988, p. 220).

Eram tantas as execuções que pensamos naqueles que eram responsáveis por mandar cumpri-las. Eichmann era um desses mandantes. No entanto, ele só presenciou uma execução, em Praga, em 1941: “Teve um acesso de histeria, foi chamado à atenção pelo comandante da cerimônia – Heydrich – e desmaiou. Mas ele deu ordens que mataram milhões” (RUTHERFORD, 1976, p. 41).

No início do Terceiro Reich, as execuções eram por fuzilamento e gás em vagões, e os soldados tinham de cumprir essas ordens. Essa necessidade de eliminação colocava em cena opressores e oprimidos e a brutalidade da perseguição nazista aos judeus e outras minorias. Coabitar o mesmo espaço significava vivenciar o medo e a dor. Isso poderia provocar alguma compaixão nos repressores, então a solução encontrada foi o afastamento, pois muitos não se mostravam preparados para eliminar

velhos, mulheres e crianças. Assim, posteriormente, todas as execuções ocorriam seguindo uma burocracia que permitia certo distanciamento das execuções: com as câmaras de gás, os executores não presenciavam o assassinato que estavam cometendo. Além disso, nos campos, quem tirava os cadáveres e os levava para os fornos após a execução eram os próprios judeus. Estes eram, de tempos em tempos, também eliminados.

Na análise do texto percebemos agora o real significado do nome da obra: *É isto um homem?* Certamente não é um homem, e Levi o sabia. Nenhum podia chegar a um nível tão baixo ou ser levado a isso. Talvez venha daí o esgotamento de lembrar, e lembrar, e lembrar infinitamente e sofrer milhares de vezes a mesma dor nessa trajetória de contar tudo o que viveu junto com os outros prisioneiros, bem como sua capacidade, depois de escrever a obra *Afogados e sobreviventes*, a nona de sua longa jornada de testemunho, de tirar a própria vida, como acreditam os biógrafos que se debruçaram sobre sua produção “literária de testemunho”.

3.2 *A trégua* – a *via crucis* de Levi pela Europa

*Agora esse sonho interno, o sonho de paz,
terminou, e no sonho externo, que prossegue
gélido, ouço ressoar uma voz, bastante
conhecida; uma única palavra, não imperiosa,
aliás breve e obediente. É o comando do
amanhecer em Auschwitz, uma palavra
estrangeira, temida e esperada: levantem,
“Wstavach”.*

Levi (2010, p. 213)

Em *A trégua*, escrita em 1963, Levi conta sua saída do campo de concentração e o percurso de dez meses pela Europa semidestruída logo após o fim da guerra, numa verdadeira *via crucis*, até finalmente chegar à Itália em 19 de outubro de 1945. São vários meses de mais situações de sofrimento. Dividido em 17 capítulos, o livro mostra passagens da experiência do autor no campo de concentração como prisioneiro e sobrevivente, mas enfoca em especial o caminho percorrido por ele e outros

sobreviventes após a saída do campo. Sua narrativa está aliada ao trabalho da memória e da luta para continuar vivo, apesar da dor e da destruição.

Essa obra de Levi, embora também de cunho testemunhal, tem caráter histórico e social, uma vez que seu relato retrata os problemas enfrentados não apenas por ele, mas por todos os prisioneiros. Assim, a subjetividade de Levi dá margem ao coletivo: todos são iguais na mesma desgraça. O homem torna-se natureza-morta ao ser subjugado às condições impostas pelo poder dominante. Muitos se impressionam com o fato de o judeu não se rebelar. Na verdade, ele tem consciência do seu estado, mas não encontra condições favoráveis a uma reação. Levi descreve os espaços físicos e as pessoas e conta como os fatos se desenrolam, levando o leitor a visualizar o campo e sua rotina.

A singularidade do relato de Levi toca mais que o relato historiográfico. Permite que o homem se perceba ou perceba o personagem como representante do ser humano, do todo do qual o prisioneiro se afastou ou se perdeu dentro de uma espécie comum: o homem sem ambições, entregue à sua própria sorte. Desse modo, a narrativa que a princípio não era literatura vai se tornar como tal graças à singularidade dada pelo autor. A particularidade da obra supera a individualidade do autor. A subjetividade é universalizada.

Os que sobreviveram fugiram ao determinismo a que o campo de concentração conduzia. Eles vão aos poucos perdendo a conexão com o passado, pois toda sua atenção está voltada para o presente, para a vida imediata. Suas reações são totalmente impedidas pelas contradições e pelas diferenças que o campo impõe. Uma nova realidade é apresentada na qual nenhum poder é dado ao indivíduo. Nesse sentido, a humanidade do homem é uma construção, tanto para a maldade como para a bondade. No campo, para sobreviver, o homem precisa se desumanizar.

As barreiras ainda são imensas: o transporte é escasso ou inadequado; faltam comida, água e condições de higiene; há uma burocracia excessiva, principalmente ao considerar que os sobreviventes enfrentavam problemas de saúde e estresse físico e mental prolongado.

Em janeiro de 1945, com a derrota próxima, os alemães começaram a incendiar ou a destruir de alguma forma os campos de extermínio ou de concentração, deixando para trás os prisioneiros doentes e abandonando a guerra. Em Auschwitz, as ordens eram colocar para trabalhar todos os que ainda estivessem em condições, devendo ser estes conduzidos para Buchenwald e Mauthausen.

No campo de Buna-Monowitz (também denominado de Auschwitz III) foram abandonados oitocentos prisioneiros na enfermaria. Aproximadamente, quinhentos morreram antes da chegada dos russos em razão das doenças, do frio e da fome; cerca de duzentos mesmo após a chegada da primeira patrulha russa (quatro soldados montados a cavalo) no dia 27 de janeiro de 1945; alguns doentes não resistiram porque o socorro chegara tarde.

O trabalho no campo após a saída dos alemães também foi exaustivo. Quando perceberam que tinham sido abandonados, os prisioneiros com um pouco de saúde começaram a transportar os mortos para as valas abertas na neve, pois não podiam deixá-los nos alojamentos da enfermaria. O cheiro que exalava dessas valas era insuportável em razão do apodrecimento dos cadáveres a céu aberto. Começaram a cuidar dos mais doentes e a procurar alimentos espalhados pelo campo. Tudo servia, até mesmo batatas podres e alguns enlatados enferrujados. Contudo, conforme narração de Levi (2010), nada ocorreu imediatamente no campo nos dez dias que separavam a fuga dos SS e a chegada dos russos.

Levi recorda-se que os soldados se aproximaram da cerca de arame farpado, falaram entre si e se mostraram embaraçados com o que viram: barracões destruídos, cadáveres em decomposição e muito poucas pessoas vivas, mas em estado lastimável. A piedade marcava seus semblantes e pareciam envergonhados diante da situação. Observa Levi (2010, p. 10):

A mesma vergonha que sentíamos após as seleções, e todas as vezes que devíamos assistir a um ultraje ou suportá-la; [...] aquela que o justo experimenta ante a culpa cometida por outrem, e se aflige que persista, que tenha sido introduzida irrevogavelmente no mundo das coisas que existem e que a sua boa vontade tenha sido nula ou escassa, e não lhe tenha servido de defesa.

Com a vinda dos russos, os sobreviventes perceberam que a liberdade tinha chegado, mas de um modo bastante grave e sem os sentidos sonhados: “[...] e inundou as nossas almas de felicidade e doloroso sentimento de pudor, razão pela qual quiséramos lavar nossas consciências e nossas memórias da sujeira que as habitava” (LEVI, 2010, p. 10).

Quando os aliados chegaram aos campos de concentração, registraram as primeiras imagens do que viram e ficaram incrédulos. Quase não havia distinção entre os vivos e os mortos, tal era a condição precária dos sobreviventes. Além disso, em

razão de seu estado físico e mental, os prisioneiros não conseguiam compreender que estavam sendo libertados.

Levi (2010, p. 13) escreve que com a liberdade, a febre e as dores do corpo “surgiram dores mais urgentes: a dor do exílio, da casa distante, da solidão, dos amigos perdidos, da juventude perdida, e da multidão de cadáveres nas proximidades”. Completa ainda que ouviu um choro no alojamento. Era Thylle que chorava, “um doloroso e desavergonhado choro de velho, insuportável como a nudez senil” (LEVI, 2010, p. 13).

Depois daquela noite chegaram uns vinte civis poloneses, homens e mulheres, mandados pelos russos para colocar ordem e limpeza entre as barracas e remover os cadáveres. Entre eles havia um menino que trouxe uma vaca de presente e saiu correndo. Ela foi abatida em poucos minutos e seus pedaços distribuídos nos alojamentos onde estavam os sobreviventes.

Foram se aproximando aos poucos outras mulheres polonesas bem jovens, mostrando piedade e nojo, que começaram a cuidar dos doentes, limpando e alimentando, recolhendo restos de carvão e madeira dos barracões destruídos e fazendo um fogo no centro do campo para cozinhar a sopa em recipientes improvisados. Em seguida, chegou Yankel, um prisioneiro judeu russo, com uma carroça dizendo que tinha sido encarregado de transportar para o *Lager* central de Auschwitz os doentes mais graves em grupos de trinta – o local seria transformado num lazareto.

Muitos morriam de frio nas estradas lamacentas ao redor; os sobreviventes mais gulosos, ainda comandados pela antiga fome, se empanturravam das rações de carne que os russos, que ainda combatiam no *front*, enviavam de forma irregular, às vezes muita ração, às vezes pouca, às vezes numa quantidade enorme, mas maldistribuída.

Levi relata que esteve bastante doente nos primeiros dias dos russos, com febre, dores por todo o corpo, dor de garganta, rosto inchado, vermelho e áspero, com a pele como se tivesse sido queimada. Foi transportado para o local dos doentes graves, e ao transpor o portão ainda viu os barracões onde sofrera tanto, a praça com sua forca e uma gigantesca árvore de Natal, que ainda sobrevivia às intempéries, mas era possível ler as três palavras de escárnio acima do portão: “*Arbeit macht frei*” (“Só o trabalho liberta”). Assim ele conheceu o famoso “Campo Maior” de Auschwitz. Teve certeza que o lugar em que viveram, Buna-Monowitz, com 12 mil habitantes, era uma minúscula aldeia comparada com aquela imensidão. Não eram blocos de madeira:

[...] inumeráveis edifícios tétricos e quadrados, de tijolo, de três andares, todos iguais; entre eles passavam estradas pavimentadas, retílineas e perpendiculares, a perder de vista. Tudo o mais era deserto silencioso, esmagado sob o céu baixo, repleto de lama, chuva e abandono (LEVI, 2010, p. 16).

Levi (2010, p. 16) conta que na recuperação em Auschwitz, após o encontro com os russos, precisavam de muita coisa, mas o primeiro banho quente ali foi um banho “funcional, antisséptico, altamente técnico, à maneira russa, em escala humana, extemporâneo e aproximador [...] necessário e bem-vindo”. Recordar-se Levi que foi um banho dado por mãos piedosas, massagrador, não o banho humilhante e grotesco dado pelos alemães quando os prisioneiros entravam no inferno do campo de concentração.

Levi narra que o último do grupo a ser lavado jazia no chão inanimado e rígido, numa posição de defesa, com os joelhos espremidos contra o rosto, os cotovelos colados no corpo e as mãos em cunha com dedos duros apontando para as costas. As polonesas o transportaram com cuidado na posição em que se encontrava e o lavaram como puderam e delicadamente. Levi descreve a cena assistida por ele e um amigo, Charles, com detalhes em *A trégua*. Quando viram o número – 200 000 –, perceberam que era um francês, e Charles voltou-se para a parede em silêncio. Os prisioneiros foram vestidos após o banho e tiveram o cabelo raspado, isso ocorreria pela última vez, e a barba feita.

Charles e Arthur, que nos últimos dias tinham ficado mais próximos de Levi, despediram-se dele e se juntaram ao grupo de franceses do qual faziam parte. Ainda muito doente Levi foi levado para a enfermaria e enviado à seção de infecciosos. Ele continuou por vários dias naquele ambiente em que só existia dor, sofrimento e lamúrias, com remédios escassos e sem material sanitário. Precisavam de tratamento três quartos dos 5 mil prisioneiros do campo. Os próprios doentes se ajudavam, pois os médicos, no total eram poucos, também estavam doentes. Pela manhã, todos os dias, encontravam uma quantidade enorme de pessoas mortas nos beliches ou espalhadas pelo chão. Levi foi transferido para uma enfermaria menor, onde permaneceu por mais quatro dias com febre altíssima, incapaz de comer e com uma sede imensa. No quinto dia a febre desapareceu. Depois de mais alguns dias, os moribundos estavam todos mortos, poucos haviam escapado. Começaram a chegar ao campo pessoas de vários locais.

Havia entre os prisioneiros um menino, Hurbinek, nome dado pelos companheiros, diz Levi. Era um filho da morte, um nada, um filho de Auschwitz.

Estava paralisado dos rins para baixo e tinha as pernas atrofiadas, mas de olhar vivo no rosto pálido, maduro, judicante, carregado de força e tormento. Tinha apenas 3 anos de idade (LEVI, 2010, p. 21). Henek, um vigoroso rapaz húngaro, ficava sempre a seu lado, dava-lhe comida, limpava-o sem repugnância e falava com ele, que, ao contrário, pronunciava uma palavra ininteligível que soava como *mass-klo*, *matisklo*. Havia ali pessoas de todas as línguas da Europa, mas a palavra do menino permaneceu secreta. Viveu poucos dias mais, “combatera como um homem”, pois até seu “minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto, mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras” (LEVI, 2010, p. 21).

Henek era um bom companheiro e uma fonte de surpresa. Ficara pouco tempo no campo, não adoecera e mostrara-se saudável de corpo e espírito. Pelo contrário, o campo servira-o como escola: em poucos meses fizera dele um jovem carnívoro pronto, feroz e prudente. Fora capturado na Transilvânia, junto à fronteira romena, onde morava, e enviado para Auschwitz com toda a família, assassinada logo ao chegar. Para escapar disse aos SS que tinha 18 anos e que era pedreiro, mas tinha na verdade 14 e era apenas estudante. Insistiram sobre sua idade e fora mandado para o bloco das crianças, virando então uma espécie de supervisor. Foi mandado para o bloco das experiências e tinha de selecionar as crianças. Indagado se sentia remorso, ele dizia que não. E perguntava de volta: Por que sentir? Acaso havia outra maneira de sobreviver? Escondido em uma adega quando da fuga dos alemães, Henek viu onde tinham deixado algumas latas presas na lama e amassadas sob as correias de um blindado. Ele as recuperou: eram de carne, peixe, porco, frutas, vitaminas. Com elas conseguira sobreviver até a chegada dos russos e passara a alimentar Levi, já bastante doente, com as restantes.

Os relatos vão aos poucos configurando a situação dos campos. Hurbinek não era o único menino. Havia algumas crianças em condições de saúde um pouco melhores. O mais influente do grupo não tinha mais que 5 anos, Peter Pavel.

Um dia apareceu no grupo o antigo mascote de Buna-Monowitz – Kleine Kiepura –, que tinha por volta de 12 anos. Era detestado por todos, pois gozava de privilégios, por ser o preferido de um *Kapo*. Todos o temiam e evitavam, pois estava sempre envolvido em delações, denúncias anônimas, mexericos e afetos ilícitos. Recordar-se Levi de que um dia o vira dizer com voz estridente: “Este não é um sanatório. Este é um *Lager* alemão, chama-se Auschwitz, e daqui ninguém sai senão

pela chaminé. Se quiser é assim; se não quiser, vá tocar o fio elétrico” (LEVI, 2010, p. 25). Ele desapareceu dias depois para alívio de todos.

Levi afirma que as histórias são muitas e que naqueles primeiros dias de liberdade vêm à memória fatos que ele sabia que todos os sobreviventes precisavam esquecer, mas todos só pensavam em voltar para casa depois de recuperar a saúde.

Ainda no campo, após a libertação, fala de seu encontro com duas polonesas que desempenhavam, muito mal, suas funções de enfermeiras – Hanka e Jadzia. A primeira era uma ex-*Kapo* de 24 anos, insolente e vaidosa; a segunda, por sua vez, envolvia-se com todos os homens que passavam pelo seu campo de visão: “Precisava, queria, tinha a necessidade urgente de um homem, de um homem qualquer, logo de todos os homens” (LEVI, 2010, p. 25).

No decorrer da narrativa, Levi descreve as pessoas com as quais interagiu. Frau Vitta, ou Frau Vida, como era conhecida, ao contrário das outras duas polonesas, amava todos os seres humanos com um amor simples e fraternal. Era viúva, judia e sobrevivente de Birkenau. Fora ferida profundamente durante um ano de *Lager*. Nos últimos dias no campo, fora destinada ao “transporte dos cadáveres, dos miseráveis despojos anônimos, e aquelas derradeiras imagens pesavam-lhe por dentro como uma montanha” (LEVI, 2010, p. 27). Ocupava-se agora, por iniciativa própria, dos doentes e das crianças, lavava o chão, os vidros, as panelas, tigelas e copos. Limpava sem parar. Segundo Levi, ela tinha sede de palavras, de confiança, de calor humano. Foi ela quem fechou os olhos de muitos acometidos pela difteria (uma forma de disenteria de origem tuberculosa que se espalhou como praga pelo campo, da qual ele fala em várias ocasiões), inclusive de dois companheiros de Levi, André e Antoine.

Olga, uma antifascista judaico-croata, disse um dia a Levi qual o destino das mulheres que tinham sido transportadas com ele para o campo: todas tinham morrido, inclusive as crianças que estavam com elas, bem como todos os velhos. Disse ainda que isso ocorrera assim que chegaram ao campo. Das 550 mulheres que entraram no *Lager*, apenas 29 tinham sido admitidas em Birkenau, e dessas 29, apenas cinco sobreviveram até aquele momento, sendo Olga uma delas. Levi a conhecera pouco antes de se tornar prisioneiro. Ela era uma mulher de grande inteligência e cultura, forte, bela, consciente. Foi difícil para ele reconhecer agora aquela mulher de rugas precoces, de expressão trágica: “Um lenço cobria-lhe a cabeça: ela o retirou de repente, e a máscara tornou-se macabra como uma caveira. O crânio de Olga estava nu: cobria-o apenas uma rala penugem cinzenta” (LEVI, 2010, p. 28).

Após um mês de cama, ainda no campo, Levi sentiu-se melhor. O médico disse-lhe que a escarlatina terminara e o aconselhou, ridiculamente, a não se expor ao cansaço e ao frio. Ao sair da enfermaria improvisada, Levi encontra um ex-*Kapo* cheio ainda de autoridade que entregou a ele uma pá e o mandou varrer a neve. “A quem mais conseguiria mandar varrer a neve senão a pessoas como nós?”, recorda-se Levi (2010, p. 30). Considerando materialmente impossível seguir a ordem, Levi se desfaz da pá. O frio era intenso, e o céu estrelado prometia uma aurora maravilhosa – relata ele – como as que assistiam da praça da convocação do *Lager*. Passados alguns dias, foi conduzido, com mais uma dezena de pessoas, para uma ferrovia na tentativa de retornar à Itália.

Nessa ferrovia, com muita destruição ao redor, ele e os outros esperaram horas pela retirada: com frio, fome e sem teto para os abrigar. Depois chegou um comboio de quatro vagões de carga puxados por uma locomotiva. Assim, encontraram os primeiros “civis” após a libertação. Começaram a travessia até Neu Beru, que seguia para Cracóvia, onde os russos separaram uma leva de ex-prisioneiros e os locaram em casernas, escolas, hospitais, conventos, todos em estado de extrema necessidade. Quando olhava essas pessoas, ele se via refletido. Segundo as informações que tiveram, todas as estradas fervilhavam de homens e mulheres de todas as raças naquela mesma situação.

Desse modo, todos foram concentrados em Katowice, onde souberam que a própria guarnição russa passava fome. A guerra tinha acabado, mas os problemas eram imensos e se acumulavam. Aos poucos as esperanças dos prisioneiros foram se desvanecendo com as notícias que chegavam. Nada de viagem segura e breve, nem campos em situações melhores para receber todas aquelas pessoas. Levi percebeu que não havia um corte profundo e claro entre o bem e o mal, o passado e o futuro:

Mas não; acontecera algo que somente pouquíssimos sábios dentre nós haviam previsto. A liberdade, a improvável, impossível liberdade tão distante de Auschwitz, que apenas nos sonhos ousávamos imaginar, chegara: mas sob a forma de uma impiedosa planície deserta. Esperavam por nós outras provas, outras fadigas, outras fomes, outros gelos, outros medos (LEVI, 2010, p. 35).

Levi continua sua narrativa e diz que estava em jejum há 24 horas, sem forças e desanimado. O trem viajava lentamente. Quando finalmente parou, muitos não tiveram coragem de descer, com medo de serem deixados para trás. Ele desceu e caminhou até a cabine do telégrafo, onde adormeceu, paralisado pelo frio, pelo sono e pela exaustão. O telegrafista o encontrou na manhã seguinte e o ajudou com algum alimento. A escassez

estava por toda parte. Quando retornou ao vagão, os companheiros sofriam com fome e frio. Um deles não conseguiu se mover, teve de ser massageado pelos outros por longo tempo até conseguir movimentar as pernas. “Fora para todos nós uma noite terrível, talvez a pior de todo o nosso exílio” (LEVI, 2010, p. 37).

O trem partiu novamente em direção a Szczakowa, onde a Cruz Vermelha polonesa criara um serviço de cozinha quente para ajudar os que se deslocavam após a guerra: “[...] distribuía-se uma sopa bastante substanciosa, a todas as horas do dia e da noite, e a quem se apresentasse, sem distinção” (LEVI, 2010, p. 37). O trajeto não foi longo, pois o trem estava avariado. Levi conta que ele e um grego que conhecera naquela ocasião resolveram continuar a viagem caminhando até Cracóvia. Com a caminhada, seus sapatos se estragaram, impossibilitando-o de continuar. Quando percebeu sua parada repentina, o grego perguntou a idade e profissão de Levi. Quando ele disse que tinha 25 anos e que era químico, o grego o chamou de estúpido por não ter sapatos, porque eles eram essenciais para sobreviver. “Mas eu tive escarlatina, febre, estive na enfermaria: o depósito de sapatos ficava muito distante, era proibido aproximar-se, e, de mais a mais, dizia-se que fora saqueado pelos poloneses. Acaso eu não tinha o direito de acreditar que os russos se preocupariam com isso?” (LEVI, 2010, p. 39). Acharam depois alguns fios, com os quais o grego amarrou os sapatos de Levi aos pés.

Levi continua a contar que prosseguiram viagem até alcançar a Cracóvia. As estradas estavam desertas, as lojas e as vitrines, vazias, as janelas e as portas, trancadas ou arrombadas. Com a guerra, a destruição reinava por todo lado. Levi e o grego chegaram a uma caserna repleta de pessoas, especialmente italianos. Havia de tudo ali e em abundância: aquecedores acesos, velas e lâmpadas de carbureto, comida, bebida e palha para dormirem. Os italianos estavam distribuídos de dez a doze por quarto, enquanto em Monowitz eram dois por metro quadrado. Festejaram a chegada do grego com alegria. Levi disse que descobriu que seu companheiro de viagem não era um grego qualquer, mas um supergrego. Mordo Nahum, tão lacônico com Levi, mostra que sabe italiano e torna-se o centro do local. Ele estivera no *front* e fora capturado pelos alemães. Levi conta que sua convivência com o grego o levou a meditar novamente sobre princípios morais:

Todos os códigos morais são rígidos por definição: não admitem nuances, compromissos ou contaminações recíprocas. Devem ser acatados ou recusados em bloco. Essa é uma das principais razões pelas quais o homem é

gregário e busca, mais ou menos conscientemente, a proximidade não de seu próximo genérico, mas somente de quem compartilha de suas convicções profundas (ou da falta de tais convicções) (LEVI, 2010, p. 43).

Em sua obra *Os afogados e os sobreviventes*, Levi comenta que sua experiência no *Lager* com a fome e o frio fez com que incluísse entre as necessidades primordiais o contato humano. Ele completa que o campo representava para ele uma “horrenda anomalia de minha história e da história das coisas conhecidas” (LEVI, 2010, p. 49).

Ainda na companhia do grego Mordo Nahum, Levi partiu para Katowice, que ficava a 80 quilômetros dali, alguns dias depois, numa manhã fria. O objetivo que o guiava era chegar ao centro de recolhimento para refugiados italianos, franceses, gregos etc. A viagem demorou três dias de completa exaustão, fome e frio com um percurso de apenas 20 quilômetros feito de trem e o restante a pé.

O autor relata em certo trecho de *A trégua* que antes de Katowice, num lugar chamado Trzebinia, encontraram um advogado num grupo enorme de pessoas que o interrogou sobre Auschwitz, mas que descrevia Levi para o público em volta não como um judeu italiano – que era o que ele realmente era –, mas como um prisioneiro político italiano.

Percebi que a onda quente do sentir-se livre, do sentir-se homem entre os homens, do sentir-se vivo, refluía longe de mim. Encontrei-me de pronto velho, exangue, cansado, além de toda a medida humana: a guerra não terminara, guerra é sempre. Os meus ouvintes foram-se em pequenos grupos: deviam ter entendido. Eu sonhara algo semelhante, todos sonháramos nas noites de Auschwitz: falar e não sermos ouvidos, reencontrar a liberdade de permanecer solitários (LEVI, 2010, p. 51).

Após alguns dias de caminhada, Levi narra que chegaram finalmente a Katowice e foram levados a uma região próxima, Bogucice, anteriormente um minúsculo *Lager* alemão que “abrigara” os mineradores-escravos que trabalhavam numa mina de carvão. Apresentaram o salvo-conduto e foram aceitos nos barracões vigiados pelos soldados soviéticos. Havia ali, aproximadamente, quatrocentas pessoas: franceses, italianos, holandeses, gregos, tchecos, húngaros e outros. O grupo era formado por operários civis da Organização Todt, enviados militares, *ex-Häftlinge* e uma centena de mulheres. Todos viviam em harmonia, sem horário nem regras, nos barracões ou nas adjacências do campo, inclusive numa escola primária abandonada.

Conta Levi: “A guerra estava para terminar, a longuíssima guerra que devastara o seu país; já terminara para eles [os soviéticos]. Era a grande trégua: pois ainda não

havia começado a outra dura estação, que devia seguir-se, como ainda não fora pronunciado o nome nefasto da guerra fria” (LEVI, 2010, p. 56).

No campo de Bogucice, Levi encontrou Leonardo, um antigo companheiro de Buna-Monowitz. Ele era médico e chegara semanas antes a Katowice, seguindo caminhos menos intrincados:

Entre os *Häftlinge* de Buna, os médicos formavam um grande número, e bem poucos [...] conseguiram fazer-se reconhecer como tais pelo médico-chefe das SS. Por isso, Leonardo não desfrutara de qualquer tipo de privilégio: fora submetido aos mais duros trabalhos braçais, e vivera o seu ano de *Lager* de modo extremamente precário (LEVI, 2010, p. 58).

Leonardo suportara a fadiga e o gelo com dificuldade; por diversas vezes tivera de ser internado na enfermaria, inclusive por debilitação geral, o que o selecionava para morrer no gás. Contudo, a solidariedade de seus colegas no cargo o salvara e ele escapara milagrosamente da câmara de gás. Mas não apenas a sorte o ajudara. Segundo Levi, ele possuía outra virtude essencial: “Uma ilimitada capacidade de resignação, uma coragem silenciosa, não nativa, não religiosa, não transcendente, mas deliberada e desejada a cada instante, uma paciência viril, que o mantinha milagrosamente à beira do colapso” (LEVI, 2010, p. 58).

Depois de alguns dias naquele campo após a libertação, Levi se ofereceu para trabalhar como farmacêutico poliglota, pois percebeu que mesmo ali precisava fazer algo. Foi encarregado da catalogação de uma centena de materiais médicos e farmacêuticos e de remédios tirados dos *ex-Lager* alemães, fruto de saques anteriores realizados pelos alemães em todas as nações da Europa. Nessa ocasião, morava num quarto com mais oito operários italianos. Todas as manhãs ele ia à enfermaria ajudar Leonardo no ambulatório, principalmente no controle cotidiano dos piolhos, pois o tifo petequial alastrava-se de modo endêmico e mortal. Essas atividades profissionais davam a ele direito a um *propusk* (salvo-conduto) e a uma alimentação melhor.

Levi fala ainda dos encontros e desencontros com várias pessoas da época da prisão em Buna-Monowitz. Encontra então César em Katowice, que chegara antes dele, e recorda-se de como o conhecera. Fora nos últimos dias do *Lager*, quando este fora abandonado pelos alemães, mas os russos ainda não tinham chegado. Uma noite, ao ouvir vozes, saiu do beliche onde se encontrava bastante doente e entrou num local ocupado por cadáveres hirtos de frio:

As paredes e o teto perdiam-se nas trevas, de tal modo que me parecia adentrar uma enorme caverna. Não havia nenhum tipo de aquecimento, com exceção dos hálitos infectados dos cinquenta doentes que viviam ainda. Apesar do gelo, o mau cheiro das fezes e da morte eram tão intensos que impediam a respiração, sendo preciso forçar os próprios pulmões para obrigá-los a receber aquele ar viciado.

Mesmo assim, cinquenta viviam ainda. [...] gemiam ou gritavam, outros desciam com dificuldade dos beliches para evacuar no pavimento [...] (LEVI, 2010, p. 68).

Levi conta que foi neste lugar que encontrou dois italianos num único beliche, formando um emaranhado para se defender do gelo: César e Marcelo. Nada mais podia ser feito por Marcelo, que morreu logo depois, mas ajudou César como pôde, com água e os restos de uma sopa rala, “e eu não sabia que estava construindo as bases de uma longa e singular amizade”, diz Levi (2010, p. 69). Depois que se recuperou, semanas depois, César o ajudou com os outros doentes até a chegada dos primeiros russos ao campo.

Ao chegar a Katowice e encontrar novamente Levi, César relatou a ele que os soldados russos chegaram à região umas semanas antes, no final da guerra, em número maior e bloquearam a cidade: a população ativa desaparecera na guerra. “A Polônia era um país de luto. Um país de velhos e de viúvas” (LEVI, 2010, p. 70). E continua a contar que, na praça central do campo, os russos fizeram uma seleção, como antes os alemães faziam nos campos de concentração, mas o objetivo ali agora era outro: selecionar trabalhadores, não para ir à morte, mas sim ao trabalho. Posteriormente, levaram todos para Gleiwitz, a pé, por mais de trinta quilômetros, e os acomodaram em estábulos, palheiros. Foram obrigados a trabalhar por 16 horas por dia. Os homens construindo trincheiras, e as mulheres lavando e cozinhando até o final da guerra. Quando a guerra realmente acabou, foram levados para Katowice pelos russos, que passaram a acolher todos os que saíam dos campos de concentração e se deslocavam de volta a seus países. Esses fatos não foram vividos por Levi, mas relatados por César, que chegara antes dele a Katowice.

Assim, os russos vitoriosos chegaram à cidade em número maior, após abandonarem as trincheiras, e começaram a limpar e a arrumar o campo que havia nas proximidades para evitar a disseminação de doenças, narra Levi. Usando madeiras, pregos, martelos e rolos de arame farpado, fecharam as latrinas do campo e deram início à desinfecção de todos que chegavam. Alguns dias depois chegou a polícia secreta soviética (a NKVD), de fama ligeiramente sinistra, e inspecionou tudo.

Em abril, com o degelo e o surgimento de um sol ameno, Levi e os companheiros de viagem resolveram conhecer a cidade de Katowice, pois só conheciam os arredores. Na cidade, perceberam que a tragédia os tocara e poupava, pois tudo ali era destruição:

Túmulos a cada esquina, túmulos mudos e apressados, sem cruz, mas encimados pela estrela vermelha dos militares soviéticos mortos em combate. [...] [todos os túmulos tinham a mesma data], do último extermínio alemão. No meio da rua principal, três, quatro tanques alemães, aparentemente intactos, transformados em troféus e monumentos [...]. Nos cruzamentos importantes, sinais de trânsito fincados pelos russos, contrastando curiosamente com a nitidez e a precisão pré-fabricada dos análogos sinais alemães, e daqueles americanos que veríamos depois [...].

Apesar de tudo, a cidade ainda vivia, após anos de pesadelo da ocupação nazista e do furacão da passagem do *front* (LEVI, 2010, p. 75-76).

No fim de abril, Levi sentiu-se tomado pela nostalgia e pelo tédio:

A vida no campo de Bogucice, o ambulatório e o mercado, as relações humanas rudimentares com os russos, poloneses e outros, as rápidas alternâncias de fome com barriga cheia, as esperanças de regresso e as decepções, as esperas e as incertezas, a caserna e os expedientes [...] suscitavam em mim mal-estar, nostalgia e, principalmente, tédio (LEVI, 2010, p. 82).

Nos últimos dias de abril de 1945, sabíamos no campo que a vitória estava próxima. E no dia 8 de maio a guerra terminou. A notícia era esperada, mas explodiu como um furacão. Durante oito dias foram só comemorações: o Kommandantur, Bogucice, Katowice, toda a Polônia e todo o Exército Vermelho explodiram de entusiasmo delirante. Havia russos por toda parte. E cantavam, gritavam e se abraçavam, conta Levi (2010, p. 87):

Chegou o dia 8 de maio: dia de exultação para os russos, de desconfiada vigília para os poloneses; para nós, de alegria trespassada de profunda saudade. Com efeito, daquele dia em diante, nossas casas não estavam mais proibidas, nenhum *front* de guerra já nos separava, nenhum obstáculo concreto, apenas papéis e repartições. Sentíamos que o repatriamento agora nos era devido, e cada hora passada no exílio pesava como chumbo; pesava ainda mais a absoluta falta de notícias da Itália. Todavia, fomos em massa assistir à representação dos russos, e fizemos bem.

A narrativa de Levi continua, e ele conta, então, que adoece novamente após um banho de chuva. Não conseguia respirar livremente, sentia dores atrozes no peito, como se algo impedisse o ar; como se fosse uma picada aguda acima do estômago e próximo

da coluna. Foi piorando dia após dia, até não conseguir executar nenhum movimento e ter a respiração ofegante. Leonardo, o médico, mostrou-se bastante preocupado com a doença de Levi, mas depois de muita investigação descobriu que era uma pleurite seca aninhada entre os dois pulmões, sobre o mediastino e o diafragma.

Fez, então, muito mais do que normalmente esperamos de um médico. Transformou-se num comerciante clandestino e num contrabandista de remédios, ajudado por César, e percorreu a pé dezenas de quilômetros pela cidade, de um endereço a outro, à procura de sulfamidas e cálcio endovenoso (LEVI, 2010, p. 93).

Naquele momento extremo, Leonardo contou com a ajuda do dr. Gottlieb – que estivera em Auschwitz –, mas não se sabia em que qualidade e em que condições [...], nem como “conseguiu permanecer sempre junto com um irmão e com outro misterioso cunhado” (LEVI, 2010, p. 94). Gottlieb transformou-se depois na “cara dos russos e das leis, num homem abastado e no médico mais estimado de Katowice” (LEVI, 2010, p. 94). Ele trouxe minha saúde de volta. Tratou-me, conta Levi, com ampolas e seringas e uma última vez disse: “‘Levanta e anda’. A dor desaparecera, minha respiração se libertara; estava muito cansado e tinha fome, mas levantei-me e pude andar” (LEVI, 2010, p. 95).

Conforme o relato, Levi passou ainda vinte dias na enfermaria, lendo avidamente os poucos livros que encontrou: um manual de trigonometria, uma gramática inglesa, um romance de propaganda nazista. Foi nessa ocasião que conheceu Cravero, um turinense, que se ofereceu para levar uma correspondência dele para a mãe e a irmã. Cravero chegou a Turim em meados de maio – seguindo caminhos tortuosos e sozinho pela Europa –, como Levi soube posteriormente, e entregou a carta. Relatou a elas que eu estava em condições de saúde preocupantes; que eu estava sozinho, doente, abandonado e sem dinheiro e que precisava urgentemente de ajuda. Sugeriu ainda que se a mãe de Levi desse a ele, Cravero, um “amigo fraterno”, conta Levi, duzentas mil liras, em duas ou três semanas ele traria Levi são e salvo para casa. A mãe e a irmã pediram a Cravero que voltasse em alguns dias, porque não dispunham de tal quantia. “Cravero desceu as escadas, roubou a bicicleta de minha irmã, que estava ao pé do portão, e desapareceu. Escreveu-me dois anos depois, na época de Natal, um afetuoso cartão de boas-festas das Prisões Novas”, recorda-se Levi (2010, p. 100).

Algumas semanas se passaram até que os italianos e outros povos iniciassem o repatriamento via Odessa. Começaram a se preparar para a viagem, narra Levi. Tinham

algum dinheiro de negociações que faziam nas feiras, valores insignificantes. Na véspera da partida, Levi e Leonardo devolveram as chaves do ambulatório e se despediram.

Em meados de junho de 1945, em Katowice, um trem com vagões de carga esperava os que iam para Odessa, depois pelo mar pelo Oriente e em seguida para a Itália. Eram aproximadamente oitocentos italianos. Viajariam centenas de quilômetros em vagões avariados, dormindo no chão, com ridículas reservas alimentares preparadas pelos russos: um pouco de pão e uma caixa de margarina de soja para cada vagão. A margarina era de origem americana e dura como queijo parmesão, certamente destinada a climas tropicais. Os russos informaram que o restante dos alimentos seria distribuído depois. Iam todos carregados de esperanças. Não havia nenhum russo a bordo:

A viagem durou seis dias, e, se no decurso desta não fomos levados à mendicância ou ao banditismo, e se, ao contrário, chegamos ao final da viagem em boas condições alimentares, o mérito deve ser todo creditado ao dr. Gottlieb. [...]. Os chefes de estação e os comandantes viam a nossa chegada com olhar atônito e desolado, ansiosos para se desembaraçarem de nossa incômoda presença (LEVI, 2010, p. 109).

Por todo o percurso, Gottlieb estava lá, resolvendo questões burocráticas, negligências ou obstinação de funcionários. Ele era capaz de produzir documentos de repartições públicas abarrotados de carimbos, selos e assinaturas ilegíveis que a qualquer um pareceriam verossímeis. Chegou mesmo a dizer em uma ocasião em que não tínhamos alimento algum: “Companheiro, você não entendeu. Esses italianos *devem* receber comida, hoje mesmo: é uma ordem de Stálin’; e os víveres chegaram num relâmpago” (LEVI, 2010, p. 110).

Continuaram viajando. Levi devia estar curado da pleurite, mas todas as noites uma febre intensa voltava, de natureza desconhecida, e o deixava prostrado pela dor em todo o corpo. Para piorar, numa noite que parecia um dilúvio, o teto, que não era de zinco, não deu conta da quantidade de água. O trem parou em Lvov, cidade-esqueleto, devastada pelos bombardeios e pela guerra, e tiveram de procurar abrigo na estação. Fizeram um fogo no chão, Levi estava semiconsciente. César foi a uma aldeia próxima e conseguiu alguns ovos, verduras, um pacotinho de chá com que alimentou os companheiros mais próximos. Todos se sentiram vivificados, inclusive Levi, e com um estado de alma não habitual, atentos, lúcidos: “Por isso, cada fato e cada palavra

daquela noite ficaram impressos na memória, e posso falar a respeito como de algo ocorrido ontem” (LEVI, 2010, p. 111).

Em todo o trajeto, muitos questionavam o fato de Levi não falar ídiche. Ele dizia que os judeus da Itália e da Europa Ocidental não falavam, e que eram judeus cristãos, mas a resposta não satisfazia as pessoas, que repetiam que então eles não eram judeus.

Após a primeira noite na estação, a febre e o mal de Levi voltaram. Gottlieb deu a ele uma vodca grosseira, pois não tinham medicamentos. Contudo, o tratamento singular foi um sucesso: a febre e as dores haviam desaparecido definitivamente, e não voltaram mais.

O trem tornou a partir e em poucas horas chegou a Zhmerinka, entroncamento ferroviário a 350 quilômetros de Odessa. Gottlieb avisou ali que deviam desembarcar, pois o trem não ia continuar, narra Levi. Desta vez, Gottlieb nada sabia e pareceu embaraçado. Ele desapareceu no dia seguinte com os inseparáveis irmão e cunhado. Confabulara com os ferroviários russos e partiu para Odessa, para a fronteira polonesa, num trem militar.

Levi conta que ficaram três dias em Zhmerinka. Depois chegou outro comboio de italianos com aspecto diferente dos que ali estavam. Eram seiscentos homens e mulheres bem vestidos, com malas e baús e alguns com máquinas fotográficas. Tinham chegado até ali pagando passagens em vagões regulares de passageiros. A princípio eles partiriam antes. Eram funcionários civis e militares da legação italiana de Bucarest, Romênia, com famílias e numerosas crianças. Todavia, no final de junho, Levi e os outros partiram para um destino impreciso, só sabiam que seguiam para o Norte. No total eram 1.400 italianos e romenos em trinta vagões de carga.

A viagem recomeçou, narra Levi. Depois de uma parada, César e Levi descobrem que há alguns vagões vazios. Sobem para o vagão-enfermaria, com tanques eficientes, com água e sabão, leitos suspensos por molas reguláveis, lençóis brancos e cobertas quentes. Tudo bem diferente da situação de miseráveis num inverno inclemente. Levi relata que encontrou um livro em italiano na cabeceira da cama que escolhera: *Os meninos da rua Paulo* – um livro que ele não lera na infância – e ali ficaram até a parada seguinte.

A viagem terminou poucas horas depois e foram levados, sob um temporal, em fila indiana, caminhando na relva e no lodo, na escuridão e molhados até os ossos, para um barracão abandonado e semidestruído pelos bombardeios. O pavimento estava molhado e cheio de lama. Os exércitos alemães em fuga tinham devastado e roubado

tudo o que havia nos barracões, só não levaram os afrescos que recobriam as paredes internas. Quando a noite terminou e com o calor benéfico do sol, viram acampados ali milhares de estrangeiros em trânsito, como eles, pertencentes a todas as nações da Europa, narra Levi. Encontrou ali com Mordo Nahum, o grego esperto, que o acolheu com fraterna cordialidade. Perguntou o que Levi precisava: roupa, comida, uma mulher? E apontou umas vinte meninas sonolentas deitadas ao sol. Explicou que elas vinham da Bessarábia e estavam sob sua proteção.

Segundo Levi (2010, p. 125), o campo em que encontrara Mordo Nahum se chamava Slutsk, situado na Rússia Branca. Nessa pequena aldeia havia 10 mil pessoas: homens, mulheres e crianças; católicos, judeus, ortodoxos e muçulmanos; brancos, amarelos e negros com uniforme americano; alemães, poloneses, franceses, gregos, holandeses, italianos e outros; alemães que pretendiam passar por austríacos; austríacos que se declaravam suíços; russos que se declaravam italianos, uma mulher vestida como homem e até um general húngaro vestido com uniforme.

Em Slutsk, estávamos bem. Fazia calor, demasiado até; dormia-se no chão, e se não havia trabalho, não faltava comida para ninguém. Aliás, o serviço do refeitório era maravilhoso: segundo determinação russa, funcionava em revezamento, uma semana para cada uma das principais nacionalidades representadas no campo. Comia-se num lugar amplo, luminoso e limpo; cada mesa possuía oito talheres, bastava chegar à hora certa e sentar-se, sem inspeções, turnos ou filas, e logo chegava a procissão dos cozinheiros voluntários, com pratos surpreendentes, pão e chá [...]. Os húngaros estavam no poder: cozinhavam guisados na brasa e enormes rações de espagete com salsa, muito cozido e desvairadamente açucarado (LEVI, 2010, p.125-126).

O campo de Slutsk não era cercado. Constituía-se de edifícios decrepitos com um ou dois andares sob o sol luminoso do ardente verão russo; tinha uma latrina em cujo pórtico estava escrito: “*Mújskaia*”, “*Jénskaia*”, “*Ofitsérkaia*”, ou seja, “Para homens”, “Para mulheres”, “Para oficiais”. A administração russa não se preocupava realmente com o campo, mas lá se comia todos os dias, o que significava para todos que era uma boa administração.

Permaneceram em Slutsk dez dias. “Eram dias vazios, sem encontros, sem acontecimentos para ancorar a memória” (LEVI, 2010, p. 126). Certa manhã, uma notícia propagou-se com rapidez: iam ser alojados em Stáryie Doróghi, a setenta quilômetros de distância, e o trajeto seria percorrido a pé. A notícia provocou agitação, pois temiam perder a abundância das cozinhas de Slutsk, talvez para uma condição mais miserável. A marcha seria longa e exaustiva, e a maioria não tinha sequer sapatos

adequados. Sabiam que partiriam no dia 20 de julho. O comando russo, no sentido literal da palavra, parecia não existir. Cada um tomou suas próprias e limitadas providências, diz Levi. No último momento descobriram que havia um trem, mas este só seria permitido às mulheres e às crianças.

Partiram com certa confiança, pois o tempo estava esplêndido e as pessoas bem nutridas, conta Levi. Nada havia em todo o caminho, uma planície interminável. Aos poucos a multidão compacta foi afrouxando, e muitos ficaram para trás e começaram a abandonar certas bagagens, que deveriam ser recolhidas por uma carroça guiada por um suboficial irado e de aspecto monstruoso: perdera os lábios na batalha e tinha do nariz até o queixo um rosto aterrador. Ele recolheu os pertences, mas não os devolveu e gritou e ameaçou com chicotes os que tentaram reavê-los. Levi e os companheiros deixaram que o grupo seguisse adiante. Estavam famintos e com os pés em chagas. “Montamos no chão as cobertas, abrimos os sacos, acendemos o fogo, e começamos a preparar o jantar, com pão, *kasha* de milho e uma lata de ervilhas” (LEVI, 2010, p. 130).

César e Levi afastaram-se do pequeno grupo e começaram a andar por um atalho bem batido. Depois de muitas peripécias, encontraram a aldeia, constituída de cinco ou seis casas de madeira ao redor de uma pequena praça. Após algumas negociações, inclusive para conseguir alimentos, voltaram para junto dos companheiros. Sentiram-se melhor na manhã seguinte porque tinham descansado e comido. Seguiram, então, para Stáryie Doróghi por uma planície. “Nos dois lados da estrada, jaziam, informes, peças enferrujadas, artilharia, carros, arame farpado, latões, capacetes: as sobras dos dois exércitos, que por tantos meses se enfrentaram naquelas paragens. Entrávamos na região dos pântanos de Pripet” (LEVI, 2010, p. 137).

Levi (2010, p. 139) escreve que ficaram surpreendidos com Stáryie Doróghi:

Não era um vilarejo; ou melhor, havia um minúsculo vilarejo, no meio do bosque [...] o aquartelamento destinado para todos nós, mil e quatrocentos italianos era um único e gigantesco edifício [...] Krásnyi Dom, a “Casa Vermelha”, e, com efeito, era exageradamente vermelho, por dentro e por fora.

Levi recorda-se (2010, p. 139) que viveram muitos dias naquela construção singular e desordenada, “num bloco de três andares, subdividido em pequenos quartos, talvez já destinados a escritórios militares ou administrativos”. Agora, não restava nada das antigas instalações. Mas não tinham motivo para reclamações sobre o campo. Havia alimentação e alojamento, uma cama de palha para cada um com a largura de 60 cm (muito mais do que tinham em Auschwitz). “Nós, italianos”, diz Levi, “não éramos

submetidos a qualquer tipo de obediência ou disciplina”. Alguns trabalhavam espontaneamente, como ele e Leonardo, o primeiro como enfermeiro e o segundo como médico, ressalta Levi.

A alimentação consistia de um quilo de pão de centeio por dia e a *kasha* (feita de milho, toucinho, feijão, carne e especiarias), “nutritivo, mas ferozmente indigesto, que somente depois de vários dias de experiências aprendemos a tornar comestível, fazendo-o ferver por várias horas” (LEVI, 2010, p. 141).

Levi relata que permaneceram em Stáryie Doróghi, na casa vermelha, por dois meses – de 15 de julho a 15 de setembro de 1945. “A nostalgia é um sofrimento frágil e suave, essencialmente diverso, mais íntimo, mais humano do que as outras dores que havíamos suportado até então: frio, golpes, fome, terror, doença, privação. É uma dor límpida e clara, mas urgente: invade todos os minutos do dia, não concede outros pensamentos, e nos incita às evasões” (LEVI, 2010, p. 145).

Quando perguntavam por que não voltavam ou quando voltariam, uma das respostas era que não havia trens e outras respostas eram fantasiosas: que eles iam ser trocados por prisioneiros russos na Itália, e outros motivos.

São narrados com detalhes fatos inusitados, como, por exemplo, a chegada da caminhonete do cinema, que ficou poucos dias, mas foi um entretenimento e uma novidade para aquela vida ociosa e sem perspectivas; e uma revista de variedades (dança, canções, uma pequena orquestra produzida pelos “romenos”).

Nos primeiros dias de setembro foram distribuídos sapatos para todos que precisavam. Uma inquietude espalhou-se pelo campo, e muitos indagavam o motivo da distribuição, se iam ser transferidos novamente ou ocorreria o repatriamento. À preocupação juntava-se a mudança do clima: “O ar tornou-se frio e úmido, e começaram as primeiras chuvas, que nos faziam recordar a precariedade de nossa condição [...] Outro inverno, o terceiro: e que inverno!” (LEVI, 2010, p. 178).

Levi conta que o anúncio de que partiriam foi dado no teatro. A princípio pensaram que fosse algo da peça. Mas, de repente, o homem que interpretava o chefe dos canibais tirou sua fantasia e gritou: “Amanhã vamos partir! [...]. Não é mais teatro, estou falando sério! Chegou o telegrama, amanhã vamos todos para casa!” (LEVI, 2010, p. 179).

Naquela noite, lembra-se Levi, ninguém dormiu. Cantaram e dançaram ao redor de fogueiras no bosque até o dia amanhecer. Na tarde daquele dia um automóvel Fiat 500 A, velho e enferrujado, parou no campo. Dele desceu o marechal Timosénko, o

herói da revolução bolchevique, da Carélia e de Stalingrado. Entrou no edifício e conversou com os russos que ali estavam. Saiu logo depois e se dirigiu aos italianos. Confirmou que era mesmo verdade: “Guerra terminada, todos em casa” (LEVI, 2010, p. 181). Disse ainda que a escolta estava pronta, os víveres para a viagem também, que os papéis necessários estavam em ordem; que o trem em poucos dias esperaria por eles na estação de Stáryie Doróghi:

Quando a partida ficou acertada, percebemos, para nossa surpresa, que aquela terra sem fim, aqueles campos e bosques, onde se desenrolava a guerra, aos quais devíamos a própria salvação, aqueles horizontes intactos e primordiais, aquela gente vigorosa e amante da vida, pertenciam ao nosso coração, penetraram em nós e permaneceram longamente: imagens gloriosas e vivas de uma estação única em nossa existência (LEVI, 2010, p. 182).

Em 15 de setembro de 1945, Levi e os outros deixaram em caravana a Casa Vermelha e foram para a estação. Dessa vez o trem estava lá, com sessenta vagões bastante avariados, mas havia carvão, água e víveres. Eram 1.400 viajantes distribuídos em torno de 20 a 25 por vagão, o que representaria uma viagem cômoda e repousante. Mas só partiram no dia seguinte. Após tantos meses e transferências já eram uma comunidade organizada. Os grupos foram aglomerados espontaneamente conforme a convivência. Os vagões estavam assim divididos: “os romenos” ocupavam uma dezena de vagões; três vagões para mulheres sozinhas; quatro ou cinco vagões para os casais, legítimos ou não; dois para famílias com crianças; um para a orquestra, ou seja, para a companhia de teatro; aquele ocupado por Levi e Leonardo, denominado vagão-enfermaria, com mais 18 pessoas, entre elas César, Daniel, o sr. Unverdorben, Giacomantonio, Velletrano e o Mouro e uns 15 ex-prisioneiros militares. No total, umas vinte pessoas. As autoridades a bordo eram apenas a escolta: sete soldados na faixa de 18 anos.

Levi (2010, p. 184) tomou consciência que apesar de tudo haviam resistido e vencido:

Após o ano do *Lager*, de tormento e paciência; após o oceano de mortes que se seguiram à libertação; após o gelo e a fome, e o desprezo, a soberba companhia do grego; após as doenças e a miséria de Katowice; após as transferências insensatas, que nos fizeram sentir condenados a gravitar eternamente através dos espaços russos, como inúteis astros apagados; após o ócio e a nostalgia dolorosa de Stáryie Doróghi, voltamos a subir novamente, uma viagem para cima, de volta para casa. O tempo, após dois anos de paralisia, readquirira vigor e valor, trabalhava novamente para nós, e isso punha fim ao torpor do longo verão, à ameaça do inverno próximo, e nos tornava impacientes, ávidos por dias e quilômetros.

Na noite de 16 de setembro de 1945, o trem chegou a Bobruysk, e na de 17 de setembro, a Ovruch. Perceberam que estavam repetindo de trás para frente as etapas da viagem anterior. Depois, o trem diminuiu a velocidade e parou na estação de uma aldeia. Tornou a partir, e na manhã seguinte chegou a Kazatin e logo depois a Zhemerinka. Na noite de 19 de setembro de 1945, chegaram todos à Bessarábia, no Prut, na fronteira soviética. Pela manhã, ao abrirem as portas dos vagões, não viram mais a estepe deserta, geológica, mas as colinas verdejantes da Moldávia, com “casas coloniais, palheiros, filas de parreiras, não mais enigmáticas inscrições cirílicas, mas, logo na frente de nosso vagão, um casebre torto, azulado de verdete, encimado com letras claras: ‘Paine, Lapte, Vin, Carnaciuri de Purcel’” (LEVI, 2010, p. 190).

Levi diz que ele e Leonardo encontraram na estação de Iasi um trocador do único bonde da cidade. Apesar das dificuldades, era judeu e falava ídiche, conseguiram entender-se. Ele informou que “outros comboios de sobreviventes haviam passado por Iasi, de todas as raças: franceses, ingleses, gregos, italianos, holandeses, americanos. Em muitos deles, havia judeus que precisavam de ajuda: por isso, a comunidade judaica local constituía um centro de assistência” (LEVI, 2010, p. 192). Levi conta que foram até lá, ele, o sr. Unverdorben e Leonardo. Esse senhor falou de todo o sofrimento que tinham passado e dos poucos que sobreviveram e deu a eles algum dinheiro, que perceberam depois ser principalmente uma ajuda simbólica.

A viagem continua. As rações ficaram escassas e maldistribuídas conforme o trem avançava: cenouras por vários dias seguidos; feijões secos e duros; só batatas; *kasha*; só pepinos, mas sem óleo; só óleo; sementes de girassol; só pão e salsicha em abundância; depois milho durante semanas. Era tudo um exercício de paciência, diz Levi. Cozinhava-se no chão, em fogos improvisados sobre pedras; apenas os vagões-família tinham fogões. O grande problema era água e lenha, por isso quando o trem parava era um corre-corre para todos os lados; e ainda por cima faltavam baldes e vasilhas, conseguidos por meio de furtos, compras ou mesmo negociatas.

Certo dia, conta Levi, na tentativa de pegar água, ouviu o trem que partia. Perdê-lo significaria ficar para trás e esperar meses por outro. Diz ele:

[...] corri sem poupar esforços, pela vida, saltei duas sebes e o tapume, e arrojé-me nas pedras móveis do calçamento, enquanto o trem desfilava diante de mim. O meu vagão já passara: mãos piedosas estenderam-se para mim, engancharam os cintos e o balde, enquanto outros me agarraram pelos cabelos, pelas costas, pelas roupas, e me içaram ao último vagão, onde permaneci deitado, semidesmaiado, por meia hora (LEVI, 2010, p. 196).

Começou a chuva. Isso piorava ainda mais a situação, narra Levi. Afinal, “o teto do vagão não era de zinco: poucos metros quadrados continuavam habitáveis, enquanto nos outros chovia impiedosamente” (LEVI, 2010, p. 198). Choveu por três dias. Na noite de 26 de setembro, após percorrerem mais de oitocentos quilômetros em terras romenas, chegaram à fronteira húngara, num vilarejo chamado Curtici, onde ficaram detidos: “As autoridades militares ou ferroviárias romenas não nos queriam mais ou já nos haviam ‘descarregado’, enquanto as húngaras não nos queriam aceitar, ou não nos haviam ‘tomado sob a sua responsabilidade’” (LEVI, 2010, p. 199).

No sexto dia que estavam ali, César, enraivecido, deixou-os e tomou um trem para Bucareste. Apesar de tudo, na Hungria já se sentiam na Europa. Partiram em direção a Budapeste no dia 6 de outubro de 1945, e depois de algum tempo o trem parou em Szób. Havia uma feira ali. Com fome, Levi conta que trocou o casaco de Auschwitz por uma mistura de queijo fermentado com cebolas. Quando o trem partiu, tiveram de socorrer um garoto com uma crise epiléptica, Vincenzo. Aí entendeu, conta Levi, porque ele se refugiava sempre na floresta e se mostrava arredio: não queria que ninguém o visse ter uma crise, por isso também trocava tanto de vagão.

Em 7 de outubro, vigésimo-segundo dia de comboio, chegaram a Bratislava, na Eslováquia. De noite entraram em terras alemãs novamente e no dia 8, no cais de Leopoldau, estação periférica de Viena, “tão feia e casual como aquelas [periferias] que nos eram familiares de Turim e de Milão, e tal como aquelas, segundo nos lembrávamos, estava desfigurada e arruinada pelos bombardeios” (LEVI, 2010, p. 203). Deram uma volta a pé em Viena e retornaram aos vagões. Uma tristeza. Os alemães tinham sido vencidos, mas Viena estava destruída. Diz Levi (2010, p. 205):

[...] não era compaixão, mas uma pena mais ampla, que se confundia com a nossa própria miséria, com a sensação pesada e grave de um mal irreparável e definitivo, presente por toda a parte, aninhado como uma gangrena nas vísceras da Europa e do mundo, semente e danação futura.

No dia 10 de outubro estavam em Nussdorf, e no dia 11 atravessaram St. Pölten, Loosdorf e Amstetten. Numa estrada que corria paralela à rodovia, alguém gritou em napolitano: “Vamos pra casa, pessoal!” [...]. “A linha de demarcação estava, portanto, próxima: alcançamo-la em St. Valentin, a poucos quilômetros de Linz. Ali nos fizeram descer, saudamos os jovens bárbaros da escolta e o maquinista benemérito, e passamos à guarda dos americanos” (LEVI, 2010, p. 205). Foram encaminhados, então, para os campos de trânsito:

Era um campo sujo e primitivo. Não havia luz, aquecimento ou camas: dormia-se no chão de madeira, em barracões pavorosamente frágeis, em meio a um palmo de altura de lama. A única instalação eficiente era a dos banheiros e da desinfecção: sob essa espécie de purificação e de exorcismo, o Ocidente tomou posse de nós, diz Levi (2010, p. 206).

Depois do banho, as 1.400 pessoas foram amontoadas num salão de alvenaria e, por meio de uma aparelhagem com canudos que entravam por todas as aberturas das roupas e insuflavam inseticida: “O inseticida era o DDT, novidade absoluta para nós, como os jipes, a penicilina e a bomba atômica, a respeito da qual soubéramos havia pouco” (LEVI, 2010, p. 206). Segundo Levi, um oficial da marinha opôs-se e disse que ninguém tocaria em sua noiva. Um oficial americano e seus companheiros cercaram o homem, e após uma breve luta dominaram-no e empoaram por todos os lados a moça. Fizeram tudo isso sem cólera ou represália, e tudo entrou na ordem americana.

Chegaram à fronteira da Áustria com a Itália no dia 15 de outubro, trigésimo-primeiro dia da viagem. Contudo, não foi essa fronteira que cruzaram, ao contrário, atravessaram da Áustria para a Alemanha e chegaram novamente a Munique tomados por um cansaço ferroviário inconsolável.

Estávamos cansados de todas as coisas, cansados especialmente de ultrapassar inúteis fronteiras. Parecia que tínhamos algo a dizer, coisas enormes a dizer, a cada alemão em particular, e que cada alemão tinha coisas a nos dizer [...]. Sabiam “eles” a respeito de Auschwitz, da tragédia silenciosa e cotidiana, a um passo de suas portas? Se sabiam, como podiam caminhar pelas ruas, voltar para casa e olhar os próprios filhos, transpor os umbrais de uma igreja? Se não sabiam, deviam, deviam sagradamente ouvir, saber de nós, de mim, tudo e depressa: eu sentia o número tatuado no braço queimando como uma chaga (LEVI, 2010, p. 209).

Levi conta que agora viajavam com mais um vagão, este repleto de jovens judeus, meninos e meninas, provenientes de todos os países da Europa Oriental que iam para Israel. Um navio esperava-os em Bari. “Perguntou-me o chefe deles: ‘Pois então Hitler não morreu?’ Sentiam-se imensamente livres e fortes, donos do mundo e de seu destino” (LEVI, 2010, p. 210). E continua a narrar:

Chegamos de noite a Garmisch-Partenkirchen, ao campo de Mittenwald, entre as montanhas, na fronteira austríaca, numa extraordinária desordem. Aí pernoitamos, e foi a nossa última noite de gelo. No dia seguinte, o trem seguiu para Innsbruck, onde se encheu de contrabandistas italianos, os quais, na ausência das autoridades constituídas, deram-nos os cumprimentos da pátria, e distribuíram generosamente chocolate, aguardente e tabaco. Na subida para a fronteira italiana, o trem, mais cansado do que nós, partiu-se em dois, como um fio demasiadamente esticado: muitos ficaram feridos, e essa foi a última aventura (LEVI, 2010, p. 211).

No meio da noite chegaram a Brenner, que tinham atravessado para o exílio vinte meses antes: “Os companheiros, menos sofridos, em alegre tumulto; Leonardo e eu, num silêncio transido de memória” (LEVI, 2010, p. 211). No dia 17 de outubro chegaram ao campo de Pescatina, próximo de Verona, e ali se separaram, “cada qual seguindo a própria sorte: mas somente na noite do dia seguinte o trem partiu para Turim” (LEVI, 2010, p. 212).

Levi chega a Turim no dia 19 de outubro, após 35 dias de viagem. “A casa estava de pé, todos os familiares vivos, ninguém me esperava. Eu estava inchado, barbudo e maltrapilho, e tive dificuldade em fazer-me reconhecer. Encontrei os amigos cheios de vida, o calor da mesa segura, a concretude do trabalho cotidiano, a alegria libertadora de contar” (LEVI, 2010, p. 212).

Passados muitos meses, narra Levi, desapareceu o hábito de andar de cabeça baixa, à procura no chão de algo para comer ou guardar logo no bolso, como tantas vezes no campo de concentração. Entretanto, nunca o abandonou um sonho: “Estou à mesa com a família, ou com amigos, ou no trabalho, ou no campo verdejante: um ambiente, afinal, plácido e livre, aparentemente desprovido de tensão e sofrimento; mas, mesmo assim, sinto uma angústia sutil e profunda, a sensação definida de uma ameaça que domina” (LEVI, 2010, p. 212-213). Tudo o que sonha está impregnado do *Lager*, não conseguiu deixar para trás algo tão medonho e escuta ou sente: “É o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira, temida e esperada: levantem, ‘Wstavach’” (LEVI, 2010, p. 213). Assim termina a narração de Levi de *A trégua*. A memória de um passado que não ficou para trás.

Em abril de 1986, um ano antes de cair da escada interna do prédio em que vivia – que os biógrafos acreditam ter sido suicídio –, Levi publica *Os afogados e os sobreviventes*, também sobre o holocausto, considerado seu mais importante livro, mas com enfoque mais filosófico.

3.3 A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto – Sabina Kustin

Certa vez, escondida, pude ver da minha janela um alemão levar uma criança de mais ou menos três meses de idade e rasgar sua barriga com a baioneta. Depois, jogou-a

*contra a parede. Uma covardia sem igual.
Nessa ocasião eu tinha apenas 11 anos de
idade. É impossível descrever o terror a que
assisti da minha janela.*
Kustin (2005, p. 43)

3.3.1 Um testemunho sobre os tempos sombrios e a luta pela sobrevivência

O livro de Sabina Kustin, além de testemunho, é um depoimento histórico sobre o holocausto e um protesto contra a injustiça e o genocídio. O primeiro da Coleção Testemunhos, idealizada pelo Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI), da Universidade de São Paulo (USP). Sabina sofreu até as “penúltimas consequências”, termo usado por ela, pois escapou das câmaras de gás.

A narrativa abrange os anos de 1939 a 1945, com um pequeno resumo de tudo o que aconteceu em sua vida na Segunda Guerra Mundial, no campo de concentração de Bergen-Belsen; os primeiros anos do pós-guerra, com destaque para o ataque ao navio *Exodus* no ano de 1947; sua vida em Israel; sua adesão ao movimento sionista; a criação do Estado de Israel; sua vinda para o Brasil e como se radicou na capital paulista desde 1958. Enfim, um relato sobre sua sobrevivência e os temores da perseguição nazista. Kustin ressalta que seu nome, Jaffa, recebido em Israel, “é mantido como um tributo aos 6 milhões de judeus ceifados pela fúria homicida dos nazistas” (2005, p. 110).

A autora diz em seu testemunho não ser possível deixar de considerar, por um lado, que a sociedade alemã se calou de forma proposital, e o fez na tentativa de sobreviver, pois as punições eram severas para os que ajudavam os judeus ou não os delatavam; por outro, os alemães trabalhavam em causa própria, atraídos pela propaganda nazista de soberania e pelo mito de Hitler, cultuado pela sociedade alemã.

Na Coleção Testemunhos, há um trecho – condizente com o que pensamos – que foi mais uma das motivações para a escrita desta tese. Maria Luiza Tucci Carneiro, uma das idealizadoras da coleção, diz:

Cabe a nós – historiadores, educadores, editores e promotores de políticas culturais – trazer à luz aqueles registros que, esquecidos no fundo de uma gaveta ou guardados como meras lembranças, possam contribuir para a afirmação da dignidade do cidadão e do homem (KUSTIN, 2005, p. I).

Quando inicia seu testemunho sobre o holocausto, Sabina Kustin (2005, p. 20) ressalta:

Considero importante para a formação de nossos jovens lembrar uma época tão deturpada pelo ódio, pelo fanatismo e pelo racismo. [...]. As ambições desmedidas de Hitler e seus homens deixaram como herança a maior mentira do século XX: a de que judeus, ciganos e negros pertenciam a raças inferiores. Até hoje colhemos frutos dessa catástrofe que muitos consideram o maior crime já cometido contra a humanidade.

O registro de Kustin é feito de fragmentos da memória. Sem justificativas para esses acontecimentos bárbaros, resta a alguns negá-los, como acontece repetidamente com o holocausto.

Não houve empecilhos para a ação de Hitler de eliminar os judeus, nem mesmo a contribuição destes para o poderio alemão com o trabalho, as indústrias, o pagamento de impostos, a cidadania de todos aqueles que viviam em vários países europeus, nem mesmo o fato de serem alemães. Ser judeu era ser inferior cultural e biologicamente, o que permitia que tudo sofressem: aprisionamento, perda dos bens, tortura, escravidão, morte, extermínio.

Na Noite dos Cristais – 9 de novembro de 1938 –, em que foram destruídos os estabelecimentos de judeus e as sinagogas em toda a Alemanha, muitos judeus tiveram a certeza de que não tinham mais espaço naquele país. Precisavam sair de lá para não serem vítimas de acontecimentos ainda mais trágicos. Mas sair também era difícil, pois o fluxo migratório, além de intenso, exigia dinheiro e desapego de tudo o que os judeus haviam construído até então: objetos, lembranças, o lar, negócios, bens.

A necessidade de contar é mostrada em todas as narrativas de testemunho. Kustin não foge à regra. Todavia, a sua é entremeada de silêncios, como se tentasse expulsar as recordações mais sofridas, mas é preciso dar voz às lembranças para aliviar a dor e o medo.

Sabina Kustin – em polonês, Jaffa, ou Iáfa (nome que recebeu em Israel e como costuma ser chamada pelos mais próximos) – narra a história de sua vida desde a infância; o período em que se escondeu no subsolo de uma igreja por quase dois anos depois da invasão da Polônia pelos nazistas em 1939, quando foi salva por um padre; depois num campo de concentração, em que viveu até as “penúltimas consequências”; posteriormente em Israel e em seguida no Brasil, onde vive até hoje.

O início do relato mostra a dimensão do que foi sua vida: “Nasci já adulta. Não tive infância e penso que nunca fui criança” (KUSTIN, 2005, p. 19). Kustin diz que começou a escrever aos 12 anos de idade. Procurou registrar tudo o que via e sentia, mas perdeu esses rascunhos em consequência das tribulações que enfrentou.

Kustin (2005, p. 19-20) voltou a escrever anos depois da tragédia da qual foi personagem. Diz ela: “[...] forçando a memória para não me esquecer de nenhum detalhe [...] uma história sem mentiras, sem imaginações, sem fantasias”. Seu relato foi documentado e gravado em 23 de outubro de 1996 pela Fundação Survivors of the Shoah, presidida pelo cineasta Steven Spielberg, e serviu de subsídio ao filme *A lista de Schindler*, entre outros testemunhos do holocausto.

Sabina expõe na obra suas crenças e princípios e discute temas como o valor da vida humana, os crimes cometidos pela humanidade em geral, a fome que assola o mundo, as guerras, a necessidade de sempre buscar o diálogo e lutar diariamente pela paz e pela liberdade.

As formas de narrativa de Sabina Kustin e Primo Levi são diferentes: Levi detém-se em mostrar como os fatos ocorreram; Kustin segue essa perspectiva, mas emite opiniões pessoais. Sua introdução tem um fundo moral, com o uso abundante de adjetivos, e isso ocorrerá em todo o texto. É uma narrativa de testemunho de cunho eminentemente histórico, com sua passagem pelo gueto de Lodz e pelo campo de concentração; sua viagem no navio *Exodus 1947*; os julgamentos dos nazistas em Nuremberg, na Alemanha; a criação do Estado de Israel.

Como diz Kustin (2005, p. 24): “Ao contrário do famoso *Diário de uma jovem*, de Anne Frank, publicado na Holanda em 1947, este meu livro não é a simples reprodução de documentos descobertos acidentalmente. Trata-se do depoimento espontâneo sobre a minha vida em diferentes partes do mundo”. Sua narrativa abrange assuntos mais recentes à época em que narra: a miséria, as drogas, o terrorismo, a violência urbana de São Paulo. Ela não se restringe ao holocausto, como Levi e outros autores de literaturas de testemunho. Embora judia, não pautou sua vida apenas por essa condição, mas pelo desejo de sobreviver à guerra e vencer as adversidades; conheceu e reza sempre a oração católica Pai-nosso. Protegida por um padre aprendeu um pouco da cultura cristã e da necessidade de respeitar as outras religiões. Ela termina a introdução afirmando que seu livro foi escrito em primeira pessoa, do seu próprio punho, e na fase de publicação esteve sob a orientação da professora Maria Luiza Tucci Carneiro, responsável pela Coleção Testemunhos.

Das obras de testemunho trabalhadas nesta tese, a de Sabina Kustin foi a única que incluiu uma cronologia do holocausto, de 1933 a 1945, um índice remissivo e uma lista de imagens, o que reforça sua característica de testemunho histórico. As imagens vão da deportação dos judeus, dos trabalhos forçados nas trincheiras em Varsóvia e nos guetos até fatos de sua vida pessoal em Israel, em passeios por alguns países e cenas pessoais da vida social e familiar na Grande São Paulo.

O livro é dividido em quatro capítulos, com títulos e subtítulos que levam os nomes das principais etapas de sua vida: “Tempos sombrios”; “Minha história, meu passado”; “Minha vida após a libertação”; “Fé na vida”.

Em “Tempos sombrios”, a autora faz um pequeno apanhado histórico: a Segunda Guerra Mundial; a comunidade judaica e a chegada de Hitler ao poder em 11 de abril de 1933, com o lema “*Die Juden sind am allem schuld*” – “Os judeus são culpados de tudo” (KUSTIN, 2005, p. 27); as mudanças ocorridas em seguida na Alemanha, bem como as invasões de Luxemburgo, da Holanda e da Bélgica, da França, da Grécia, da Rússia e da Polônia; a criação do primeiro campo de concentração na Alemanha em 21 de março de 1933 com o intuito de encarcerar os adversários do regime nazista– campo de presos políticos.

Conforme vai narrando, Kustin apresenta uma cronologia dos fatos: em 1939, após a anexação da Polônia, quase 4 milhões de judeus “foram isolados em bairros das grandes cidades, cercados, policiados e habitados exclusivamente por eles” (KUSTIN, 2005, p. 31-32); o Levante do Gueto de Varsóvia, em 19 de abril de 1943, um dos maiores movimentos da organização sionista, quando os judeus se recusaram a obedecer a uma ordem de deportação e lutaram contra os soldados da SS, resistindo em porões e esgotos – quase meio milhão de pessoas. Muitos judeus foram presos e outros mortos ali mesmo. Essa indústria da morte chegou a fuzilar toda a população judia de algumas cidadezinhas. “Tudo isso até atingir o absurdo número de 6 milhões de judeus mortos durante a guerra. Destes, quase metade (2,8 milhões) era polonesa”, diz Kustin (2005, p. 32).

A autora conta que sua cidade, Lodz, na região central da Polônia, contava com uma população de 665 mil habitantes, sendo metade judia. A maior dentre suas várias indústrias têxteis era de propriedade de uma grande família judaica. Os nazistas invadiram a cidade no dia 6 de setembro de 1939 e caçaram, surraram, humilharam e encaminharam para trabalhos forçados todos os judeus. Os velhos e os religiosos foram torturados e assassinados. “Para os judeus, o nazismo significou uma vida hedionda e um pesadelo permanente” (KUSTIN, 2005, p. 33).

Muitas informações de Kustin são dados estatísticos certamente recuperados após a guerra, o que não diminui seu valor. Ao contrário, realçam também o teor histórico de seu testemunho. Em “Minha história, meu passado”, ela envereda pelos relatos que envolvem sua experiência como judia. Teve uma infância feliz até os 10 anos de idade em Lodz, na Polônia; fala sobre sua ascendência e sobre a vida com os pais, os avós, os tios, os primos e o irmão gêmeo, bem como sobre as comemorações do calendário judaico – uma vez que pertencia a uma família judia tradicional, mas não ortodoxa –, em especial sobre o *Mezuzót* (pergaminho no qual está escrito a reza “*Shemá Israel*”, enrolado e colocado num pequeno estojo, afixado no umbral do lar judaico para protegê-lo); do *Shabat* (o sétimo dia da criação divina, observado desde o pôr do sol nas sextas-feiras até o entardecer dos sábados).

Para Kustin, não havia antissemitismo na Polônia, ou pelo menos ela nunca tinha notado, mas percebeu a preocupação do pai ao ouvir no rádio que os alemães haviam invadido outros países e se encaminhavam para a Polônia, invadida em 1^o de setembro de 1939. Três dias depois, a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha. Ouviram então falar dos guetos e de como em algumas cidades próximas a Lodz os judeus foram obrigados a pegar seus pertences e deixar suas casas. Depois foram concentrados nas praças de suas cidades e fuzilados. Os alemães tinham informações sobre cada família.

Os nazistas ordenaram que, de outubro a dezembro de 1939, os judeus usassem braçadeiras amarelas com a estrela de Davi para que fossem facilmente identificados. Assim, os nazistas entraram em Lodz em 6 de dezembro de 1939. Ela relata que eles entravam nas casas chutando as portas e gritando “*Heil Hitler*” (“Salve Hitler”) e “*Flafuchte jude!*” (“Judeu imundo”). As casas foram lacradas, as sinagogas incendiadas e as famílias retiradas de seus lares com socos, chutes e coronhadas. Os nazistas permitiam que os judeus carregassem poucos objetos e matavam na hora quem levasse mais. Da janela do apartamento em que moravam, viam o pátio do colégio em frente, onde vinte a trinta judeus eram executados por dia, o que a levava a chorar desesperadamente.

O primeiro gueto oficial do século XX foi o de Lodz, estabelecido em 6 de janeiro de 1940 em uma das regiões mais pobres da cidade. Encaminhados para lá, muitos judeus foram fuzilados e outros espancados durante o trajeto. Havia ali 320 mil judeus, mas 162 mil não conseguiram fugir por medo ou por falta de recursos. Foram, assim, encurralados. Ninguém podia sair.

No gueto, as pessoas viviam sujas, famintas, com roupas rasgadas e choravam sem parar. A cada dia uma quantidade de judeus era afastada da família e levada em caminhões. Kustin conta que se escondeu em buracos do prédio e chorou. Ficavam horas na fila para comprar produtos. Ela e o irmão tiravam a braçadeira e vendiam balas nas ruas para os polacos. “Os alemães batiam em todos com bastões e faziam os meninos andarem de quatro. Havia corpos mortos por todos os lados” (KUSTIN, 2005, p. 41). Seus pais não saíam de casa, e seu irmão começou a sustentar a família com as balas que vendia.

Em maio de 1940, teve início o processo de “guetização”:

[...] os judeus de Lodz foram encerrados em guetos; em novembro, os de Varsóvia [foi o maior gueto judaico estabelecido pela Alemanha nazista na Polônia durante o holocausto, na Segunda Guerra Mundial. Nos três anos de sua existência, em decorrência da fome, das doenças e das deportações para campos de extermínio, sua população estimada foi reduzida de 380 mil para 70 mil habitantes]; em 1941, juntaram-se os da Galícia (KUSTIN, 2005, p. 42).

Referindo-se ainda ao gueto, narra Kustin (2005, p. 34):

As rações eram insuficientes, mesquinhas. Não havia lenha e o inverno chegou rigoroso. [...]. Em um só quarto viviam várias famílias e, diariamente, chegavam judeus de cidades vizinhas e da Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia. Passaram pelo gueto de Lodz mais de meio milhão de pessoas. Quando ele foi liquidado, em 1944, sobraram 80 mil indivíduos, que foram encaminhados para o campo de concentração de Auschwitz. Lá, cerca de 260 mil prisioneiros, em sua maioria judeus, foram exterminados nas câmaras de gás.

Segundo Kustin (2005, p. 42), havia informantes entre a população local. Estes recebiam dinheiro para denunciar à Gestapo e à SS os locais onde moravam os judeus: “[...] Esse período de perseguições e delações durou cerca de um ano e meio”. O fato de os alemães conhecerem seus vizinhos judeus e serem às vezes de forma direta responsáveis por sua morte tornava os massacres ainda mais tenebrosos. Consideramos impossível entender as atitudes dos nazistas ou partilhar, no sentido mais profundo, dos sentimentos dos que passaram pelo holocausto.

Aprender a calar e não emitir opinião era uma forma de sobreviver na Alemanha na Segunda Guerra Mundial. A ocupação nazista não dava margem a expressar opiniões nem permitia dizer de que lado se estava. O ódio antigo aos judeus acentuou a ambição dos nazistas de matar indiscriminadamente. Desse modo, o inimigo podia ser qualquer um. O silêncio também era uma forma de sobrevivência dos próprios alemães, pois

estes também podiam ser punidos. Ajudar judeus significava ir contra o regime. Contudo, o ensinamento do Talmude (composto por 63 tratados de assuntos legais, éticos e históricos) – aquele que salva uma vida salva o mundo inteiro – foi considerado por muitos que ajudaram os judeus, mesmo não tendo conhecimento do livro sagrado.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, os judeus acreditaram a princípio que os nazistas voltariam toda a sua atenção para o *front* de batalha. Mas não foi o que aconteceu. Eles tanto faziam a guerra como se dedicavam à exterminação dos judeus.

Certamente a maioria dos alemães sabia, ou desconfiava, da situação dos judeus, afinal era impossível acreditar que milhões de pessoas desapareciam completamente e abruptamente ou deixavam suas cidades, seus trabalhos, suas casas sem nenhuma razão clara. Todas as profissões e todos os *status* estavam envolvidos com o extermínio, desde um burocrata até um maquinista de trem. Para Arendt (2008), todas as instituições públicas na Alemanha durante os anos de guerra estavam envolvidas com ações e transações criminosas.

Kustin narra que com 11 anos de idade estava aterrorizada pelo que via, mas não entendia por que os nazistas sentiam tanto ódio e agiam com tanta brutalidade: “Certa vez, escondida, pude ver da minha janela um alemão levar uma criança de mais ou menos três meses de idade e rasgar sua barriga com a baioneta. Depois jogou-a contra a parede. Uma covardia sem igual” (KUSTIN, 2005, p. 43).

As mulheres sofriam ainda mais com a guerra e as perseguições aos judeus. Além de sofrerem a violência, presenciavam-na contra toda a família, mas em especial contra os filhos, estando impossibilitadas de salvá-los. Há relatos de mulheres que enlouqueciam ou paravam de lutar. Vejamos uma das informações a respeito:

Os alemães pegavam as mulheres judias, mães de família e moças solteiras para serem violentadas por oficiais nazistas. As mulheres alemãs que trabalhavam para a Gestapo eram terríveis, por serem coniventes com essa situação. Enviavam as moças judias para experiências científicas, enquanto outras terminaram seus dias nas câmaras de gás. Marcavam as mulheres como gado e matavam as crianças com a frieza com que se mata uma galinha (KUSTIN, 2005, p. 51).

Todos os irmãos e sobrinhos de seu pai foram levados para o gueto, no qual morreram também seus avós, continua Kustin. Os nazistas separavam as famílias. Primeiro prenderam seu pai e o levaram a tapas para o gueto. Ela diz que o pai pediu que ela não se afastasse do irmão, mas um dia em que ela estava escondida levaram seu irmão e sua mãe, após denúncias, e nunca mais se encontraram. Depois, uma vizinha

escondeu-a e continuou arriscando-se por vários dias. Essa senhora levava-a à noite ao gueto para ver se Sabina encontrava o pai e o irmão, mas isso nunca aconteceu. Ela soube depois que o pai tinha apanhado tanto que faleceu em decorrência do espancamento. Nunca mais teve notícias da mãe e do irmão, mas disse ter acreditado por meses que tinham morrido. A respeito da mãe ela não menciona mais nada no livro.

Os alemães procuravam os judeus nas ruas e nos prédios, numa marcha incessante. Kustin dá seu testemunho (2005, p. 48): “Foram meses sem comida, deixando tudo para trás: lar, bens, meu passado. Perdi a família e o contato com os parentes. Acabei me juntando a outras seis crianças: três meninas e três meninos. Esse sofrimento durou meses”. Soube depois que a família tinha sido levada para os campos de Auschwitz e Treblinka: “O que eu podia esperar naquele momento trágico? Só medo e terror. Todavia, entendi o grande drama de minha sobrevivência: sabia que estava só” (KUSTIN, 2005, p. 48).

Sabina e outras crianças saíam à noite em busca de alimento. Roubavam batatas nas plantações e catavam restos de comida nas ruas; escondiam-se em buracos e viviam infestadas de piolhos; às vezes tiravam a tarja amarela do braço e andavam pela cidade; em pleno inverno, tremiam de frio. Apesar do medo, alguns católicos ajudavam com o que podiam, mas poucos. “Morriamos um pouco de cada vez ao ouvir a marcha dos soldados” (KUSTIN, 2005, p. 51).

Com apenas 11 anos de idade, Kustin viveu de esmolas e da ajuda das vizinhas, que se arriscavam em ajudá-la, e o risco era enorme: se os nazistas descobrissem uma única criança judia, fuzilariam todos do prédio. Ela afirma não culpar o povo polonês por essa barbárie e que havia pessoas boas, mas estas se apavoravam diante da violência dos nazistas. Acredita que Deus, em sua infinita misericórdia, a salvou.

Certo dia, ao sair do esconderijo, Kustin foi presa pelos nazistas e colocada num caminhão repleto de crianças a serem levadas para as câmaras de gás. O caminhão percorreu muitos quilômetros. Quando parou, os soldados, que agiam com inominada violência, empurraram as crianças para os vagões de gado. Ao redor tudo era escuridão. De repente apareceu um padre, Kustin soube depois seu nome, Marjska. Protegido pela noite escura, com uma Bíblia na mão, ele mandou que elas pulassem do caminhão. Ele conseguiu tirar sete crianças: três meninas (uma delas era ela) e quatro meninos. Ela se lembra de alguns nomes: Isoha, Irenka e Bluma. Tinham todos entre 12 e 14 anos. O padre mandou que tirassem a roupa e vestissem as de coroinha, recorda-se Kustin. Elas

obedeceram e entraram na carroça, que ele cobriu com pedaços de lenha, para escaparem dos alemães.

Para Kustin, as razões do padre são um mistério até hoje, mas sabe que ele a salvou. Ela e as outras crianças viajaram por muito tempo naquele transporte, sentiam falta de ar, fome, frio e medo; chegaram a uma igreja, que ela não sabe dizer onde ficava, e foram escondidas embaixo do assoalho de madeira. Era um buraco no chão, sem nada, coberto com as madeiras e estas disfarçadas com tapetes. Nem mesmo aos outros padres ele contou logo o que estava fazendo. De dia havia uma réstia de luz, e à noite, só a escuridão. Mandou que as crianças ficassem quietas e depois trouxe cobertores, pão, batatas, água e um balde para as necessidades. Viviam em condições ultrajantes, dormiam no chão e estavam sempre apavoradas. Os alemães iam muito à igreja. Quando ouviam o barulho das botas e sempre que o padre abria o buraco, achavam que eram os alemães que tinham vindo buscá-las. Ela acredita que ficaram ali por cerca de um ano,⁸ entre brigas, silêncios, privações e medo.

Kustin recorda-se que às vezes, de madrugada, o padre tirava as crianças do esconderijo, uma de cada vez, para que se lavassem e andassem um pouco, mas sofriam muito tentando enxergar na escuridão. A comida era escassa. Disfarçados, ajudavam na faxina da igreja. Tiveram piolho e o padre cortou seus cabelos com uma tesoura de jardim. Dois sacerdotes mais jovens algumas vezes cuidaram das crianças.

O padre Marjska ensinou às crianças o Pai-nosso e a Ave-Maria para fingirem melhor que eram coroinhas católicos; os padres contavam histórias da Bíblia cristã; falavam do catolicismo e mostravam pinturas de Jesus e da Virgem Maria. Kustin diz: “O padre sabia o que estava acontecendo, mas preferiu não nos dizer nada, para não nos amedrontar ainda mais” (KUSTIN, 2005, p. 55).

A situação em que se encontravam era tão terrível que um menino enlouqueceu e uma menina ficou bem doente e repetiu que queria morrer. Sabina diz que teve tifo e que o padre a isolou, por vários dias, em outro buraco no piso. No início de 1944, o padre tirou todas as crianças do buraco. Ele tinha sido denunciado. Veio de madrugada para tirá-las, colocou-as na mesma carroça na qual as tinha salvo antes e as levou até a fronteira da Polônia com a Rússia Branca, deixando-as lá. Era inverno, nevava e estavam congelando com roupas impróprias para o clima. Sabina diz que ela e as

⁸ Em outro trecho do relato, Sabina menciona que ficaram ali por quase dois anos. Acreditamos que a referência “quase dois anos” seja a mais correta, porém não é possível afirmar, uma vez que ela vagou por dias tanto nas ruas quanto escondida no antigo prédio onde morara com os pais.

crianças se prepararam para morrer. Enquanto estavam ali, sentindo que não aguentariam mais, numa completa exaustão moral, física e psíquica, foram presas pelos soldados soviéticos.

Kustin conta que gostaria de agradecer tanto ao padre de Lodz, Stephan, quanto ao padre Marjska, aquele que a manteve e às outras crianças a salvo na igreja. Ambos se arriscaram para salvá-las. Naquele trajeto de dois ou três dias até a fronteira, o padre Marjska foi interrogado inúmeras vezes pelos alemães que o pararam para saber que carga era aquela que levava, mas ele sempre convencia os nazistas de que levava materiais para a igreja. Porém, Sabina acredita que ele foi executado mais tarde. Nunca conseguiu saber o destino dos dois padres, embora tenha tentado.

Os soldados soviéticos levaram então as crianças, junto com outras também judias, para a Sibéria. Eles xingavam e diziam que os judeus eram um peso para eles. Nesse trajeto, ela e as outras crianças fugiram, mas foram presas novamente, e dessa vez pelos alemães.

Essa parte da narrativa de Sabina Kustin não é clara. Ela não explica como conseguiram fugir dos soviéticos e voltar para a Polônia nem como caíram nas mãos dos alemães, só diz que todas as crianças, inclusive ela, foram levadas para o campo de concentração de Bergen-Belsen no final de 1944 em vagões de trem. Apesar de tudo, as crianças conseguiram sobreviver aos sofrimentos e às privações, com roupas inadequadas e sem alimento, fazendo as necessidades no próprio vagão.

Continuando seu relato, Kustin (2005, p. 57) calcula que a viagem de trem demorou uma semana e descreve sua chegada a Bergen-Belsen: “Lembro-me até hoje dos seus grandes e aterradores portões sendo abertos para a entrada das fileiras de novos prisioneiros. Eram carros para transportar gado, hermeticamente fechados, e vinham de toda a Europa para os maiores campos, repletos de judeus deportados”.

O campo de Bergen-Belsen, comandado por Josef Kramer, era monstruoso. Nele milhares de seres humanos passaram pelas mais horríveis experiências e perderam suas vidas de forma cruel. Foi no campo que ela percebeu a dimensão da tragédia que o padre Marjska quis esconder. Todos ali realizavam trabalhos forçados, com fome, doentes e num estado de exaustão completo. Dormiam em verdadeiras prateleiras e todos juntos: homens, mulheres e crianças no mesmo barracão.⁹ Ainda em seu relato, Kustin conta que as pessoas no campo estavam desesperadas, enlouquecidas e eram

⁹ É importante ressaltar que essa informação diverge de outros testemunhos, como, por exemplo, o de Levi, que afirma serem os barracões de homens separados dos das mulheres.

levadas para o crematório diariamente. “Agora, eu não esperava mais nada, só a morte. No campo éramos esqueletos humanos. Mal conseguíamos andar” (KUSTIN, 2005, p. 58). Ela conserva na memória essas imagens. E continua sua narrativa:

Em 15 de abril de 1945, os britânicos libertaram Bergen-Belsen, símbolo das dimensões da Solução Final. Em 19 de janeiro de 1945, o Exército Vermelho libertou a cidade de Lodz, onde, segundo a Cruz Vermelha, não restavam mais do que 900 sobreviventes naquele que era o maior gueto da Polônia.¹⁰ Lembro muito bem que os soldados aliados que nos encontraram ficaram chocados, sem acreditar no que tinham diante dos seus olhos: um espetáculo de horror cujo cenário completava-se com as câmaras de gás Zyklon B e os fornos ainda com mortos. Levaram-me para um hospital, onde fui alimentada, pois estava macérrima e não conseguia sequer andar. Era um verdadeiro esqueleto vivo (KUSTIN, 2005, p. 58).

Nos últimos meses de 1944 e no início de 1945, à medida que os outros campos iam sendo libertados, inclusive Auschwitz, Bergen-Belsen tornou-se um pesadelo de aglomeração humana, com mais de 40 mil prisioneiros em condições indescritíveis. Os crematórios funcionavam sem parar, e a fuligem era tanta que fazia arder os olhos dos guardas da SS nas torres de vigilância antes de o campo ser libertado.

Famintos, trabalhando até a morte e torturados ao acaso, as baixas por morte chegaram a quase 20.000 apenas em março de 1945. Depois da libertação, equipes de horrorizados médicos ingleses foram incapazes de salvar cerca de 14.000 seres agonizantes. E finalmente, no desfecho pavoroso, bulldozers amontoaram em valas comuns os corpos retorcidos e enrijecidos (BLACK, 2001, p. 14).

Quando a guerra terminou, Sabina Kustin soube das matanças, mas não que haviam sido mortos 6 milhões de judeus. Em 1946, ela voltou ao gueto de Lodz, onde presenciara tantas mortes e perdera a família. Chorou intensamente. Depois foi a Bergen-Belsen, em que vira tantas pessoas irem para as câmaras de gás. Foi ao barracão que abrigara tantos em condições desumanas e viu os fornos crematórios e as câmaras de gás onde eram realizados os “banhos da morte”. E completa: “Até hoje não posso compreender as atrocidades que um ser humano é capaz de cometer contra o seu semelhante. Os nazistas, eles sim, eram verdadeiros animais. Essa é a imagem que

¹⁰ Segundo nossas pesquisas, essa informação de Kustin não é verdadeira, uma vez que o maior gueto da Polônia foi o de Varsóvia, e não o de Lodz, embora ambos ficassem em regiões próximas. O gueto de Lodz foi, após o gueto de Varsóvia, o segundo maior gueto de judeus na Europa. Talvez as informações de Kustin se devam ao fato de que até o outono de 1943 Lodz fosse considerado o maior gueto da Europa dominada pelos alemães. Ambos se situavam na Polônia, e seus habitantes conviviam diariamente com a miséria, a fome e o frio e passavam muitas horas nas oficinas de trabalho sujeitos à exaustão e ao desespero.

devemos guardar daqueles que praticavam a violência, sem limites, a serviço do Terceiro *Reich*” (KUSTIN, 2005, p. 59).

Ao lermos o testemunho de Sabina Kustin, questionamos: por que o homem é capaz de causar tanto sofrimento aos outros de sua espécie? Nada justifica tanta barbaridade. É impossível negar a presença do mal nos testemunhos aqui expostos. As imagens no livro de Kustin, como dezenas de outras divulgadas, impressionam pela dimensão e pela violência que mostram.

Ao prosseguir em sua narrativa, Kustin conta que a volta para Lodz foi traumática. Ela encontrou a senhora Dalken – a vizinha que a tinha ajudado no prédio em que morava na época da ocupação nazista. Esta chorou muito quando a viu e disse que pensava que Sabina tinha morrido. Kustin (2005, p. 61) esclarece: “Eu era agora uma moça, estava muito magra e com a cabeça raspada, pois tivera tifo”. Só então Sabina soube que o pai morrera no gueto e seu irmão e tio foram levados para Auschwitz. Descobriu também que o antigo apartamento estava ocupado por um casal. O pouco que conseguiu recuperar ela doou mais tarde para um orfanato mantido por entidades sionistas.

Depois de muitas buscas, ao voltar ao local onde antes da guerra um tio, Boris, era proprietário de uma *delicatessen*, Kustin descobriu que ele tinha sobrevivido a Auschwitz. O tio perdera todos no campo: “Sua esposa e filha foram mortas quatro horas antes do final da guerra. Os nazistas quebraram a camada de gelo que pairava sobre um rio e as afundaram vivas instantes antes da libertação. Queriam ‘terminar o serviço’ antes da iminente derrota para as forças aliadas” (KUSTIN, 2005, p. 63). O tio casara-se com Mala após a libertação, em 27 de janeiro de 1945, pelos soldados soviéticos. Ele contou ainda que conseguira salvar Felek, o irmão gêmeo de Sabina, uma vez dos fornos crematórios, mas na segunda ocasião não fora possível, sendo ele queimado vivo em 1944, seis meses antes do final da guerra. O tio contou a Sabina que a procurara, mas depois perdera as esperanças.

O encontro entre Sabina e seu tio Boris foi emocionante. A esposa o tinha preparado, mas quando se viram, ele e Sabina desmaiaram. Em seguida, recuperaram-se e abraçaram-se emocionados. Ela ficou hospedada com o tio e a nova esposa por um ano.

Em 1946, Sabina começou a participar de organizações sionistas e resolveu ir aos campos de concentração. Foi a Auschwitz, Treblinka, Bergen-Belsen e Birkenau e percorreu com outras jovens todos os locais dos campos, inclusive as câmaras de gás e

os fornos crematórios. Procuraram por familiares nas redondezas dos campos, mas não os encontraram. Sobre esse episódio ela faz o seguinte relato:

Eu vi as covas onde os nazistas jogavam os mortos. Vi, com meus olhos, montanhas de dentes, sapatos, brinquedos, óculos e barras de sabão feitas com *gordura de seres humanos*. Aquilo me deixou descontrolada: eu não conseguia acreditar. Achei que iria morrer de tanta dor. Continuei a procurar por meus familiares por toda a parte, por onde sabia que existia algum campo. Alguma notícia de minha família? Nenhuma informação (KUSTIN, 2005, p. 64) (grifo nosso).

A autora lembra que sua revolta chegou ao máximo ao assistir os Processos de Nuremberg, realizados de 14 de novembro de 1945 a 4 de outubro de 1946, quando teve início o julgamento dos crimes nazistas e dos carrascos da guerra. Vieram repórteres do mundo inteiro e foi feita tradução simultânea de todos os trabalhos para o inglês, o russo, o francês e o alemão:

Foram apresentadas toneladas de documentos e centenas de filmes. Com os veredictos foram julgados todos os carrascos e criminosos de guerra, que foram responsabilizados pelas perseguições e extermínios contra os judeus e outros assassinatos e crueldades nos campos de concentração, pelos assassinatos dos prisioneiros de guerra e pela formação do trabalho escravo, realizados pelos estrangeiros na Alemanha (KUSTIN, 2005, p. 65).

Sabina considera o Julgamento de Nuremberg um processo inacabado, “porque não há preço para milhões de vidas inocentes ceifadas pela intolerância e pelo racismo” (KUSTIN, 2005, p. 65).

3.3.2 *O difícil recomeço*

Em 1947, Kustin foi para Lublin, na Polônia, onde aderiu à organização sionista Hashomer, que ajudava as crianças judias. Viu os judeus que voltavam dos campos de concentração ou de refúgios provisórios. Muitos eram levados para hospitais num estado lastimável, só pele e osso, e traziam números tatuados na pele. A Hashomer ajudava com comida e explicações sobre o que eram: “judeus”, diz a autora, pois muitos eram crianças ou não sabiam de sua condição de judeu. Não suportando mais viver na Polônia, viu uma oportunidade de viajar para a Palestina com a mesma organização. O

grupo viajou para a França e de lá, com 3,5 mil sobreviventes dos campos de extermínio, seguiu no navio *Exodus* para a Palestina.

Em seu testemunho, Sabina fala também do processo de restrição para a entrada na Terra de Israel sob o domínio da Grã-Bretanha. No caminho, o navio foi arrestado por uma frota da Royal Navy por todo o Mediterrâneo e abordado a 12 milhas neutras ao largo das águas territoriais da Palestina. Houve um combate naval e os soldados britânicos mataram três judeus e feriram uma centena. A tripulação do *Exodus 147*, como passou a ser chamado posteriormente, rendeu-se quando ameaçaram afundá-lo. Ironicamente, os britânicos resolveram levar os judeus de volta à Alemanha. A maioria dos refugiados foi conduzida até Hamburgo. Contudo, as tentativas de proibir a entrada de mais refugiados na Palestina não surtiram o efeito desejado, pois mais dois navios com 15 mil passageiros a bordo seguiam para o mesmo destino.

A viagem de três meses no *Exodus* foi cansativa e arriscada, uma vez que a embarcação era pequena para o transporte de tantas pessoas, não havia água potável, tinha pouca comida e grande parte dela estragou e apodreceu. Passaram por alguns países que permitiram que desembarcassem e ofereceram naturalização, mas todos queriam chegar à Palestina. Muitos adoeceram e morreram a bordo. No episódio com a Grã-Bretanha, Sabina, ferida no ouvido com um tiro e considerada uma terrorista judia, foi operada em Hamburgo por um médico alemão que se sensibilizou com seu estado. Os amigos mais próximos acharam que ela não sobreviveria, pois o ferimento chegou a gangrenar.

Após ter sido curada, Sabina foi levada, como os outros viajantes antes dela, para um campo fechado por muros e arame farpado, com barras de alumínio que esquentavam terrivelmente sob o sol. Eram agora prisioneiros dos ingleses. Ainda demorou mais um ano para alcançar a liberdade e ir para o Estado de Israel, resultado da divisão da Palestina entre árabes e judeus.

O Estado foi criado depois da Assembleia-Geral da ONU em 1947, uma vez que o governo britânico se sentiu impotente para resolver o conflito, pois a solução deveria agradar tanto aos árabes como aos judeus. Como o caso com o *Exodus*, no entanto, atraiu a opinião pública mundial, o governo britânico decidiu delegar à ONU a decisão sobre a partilha da Palestina entre os dois povos em 29 de novembro de 1947. Essa reunião foi presidida pelo diplomata e político brasileiro Osvaldo Aranha. Assim, “a ONU reconheceu o Estado de Israel em 29 de novembro, ocasião em que foi levantada a primeira bandeira do país, diante da sede da ONU em Nova York” (KUSTIN, 2005, p. 78). A partilha da Palestina em dois Estados, no entanto, foi rejeitada pelos árabes.

Assim, somente em 14 de maio de 1948 o primeiro-ministro Ben Gurion proclamou a independência do Estado de Israel. Isso pôs fim a uma luta antiga dos judeus de todo o mundo, que reivindicavam um lugar no planeta: “Muitos já haviam emigrado para a Palestina – a terra prometida de que falava a Bíblia – e se fixaram ali de corpo e alma” (KUSTIN, 2005, p. 77).

Com a criação do novo Estado, os judeus dedicaram-se ao seu crescimento e à sua estabilização econômica. Havia muito trabalho a ser executado. Desse modo, “numa demonstração de amor e de fantástico empenho técnico, os primeiros colonos judeus fizeram florescer jardins e pomares na aridez do deserto, construindo assim a imagem que se transformaria na marca registrada de Israel dos primeiros anos” (KUSTIN, 2005, p. 77).

Neste ponto, a sequência cronológica não é muito rígida, pois a autora oscila entre os acontecimentos, repetindo às vezes com mais minúcias um episódio já abordado anteriormente. Isso não diminui, no entanto, a importância e a exatidão de seu testemunho.

Os sionistas afirmaram-se perante as nações após a tragédia do holocausto e os horrores cometidos pelo nazismo. Só depois de décadas como uma nação sem terra, os judeus finalmente conquistaram seu território e não pouparam esforços para construir o novo Estado e colocar em prática um sistema cooperativo em que todos trabalhavam juntos: crianças e adultos. “O país ficou conhecido, aos olhos do mundo, como a pátria dos *kibutzim* (cooperativa agrícola que combina o ideal de retorno a Israel e o ideal comunitário de organização política e social) [...] um lugar onde todos buscavam o bem comum”, recorda-se Kustin (2005, p. 77).

A trajetória de Kustin não termina aí. Quando decidiu ir para Israel, o Estado ainda não era independente. Ela fez tudo para alcançar esse objetivo. Tinha apenas 17 anos e só falava polonês, russo e ídiche, mas chegou a Israel pelo porto de Haifa depois de ter lutado muito para conseguir ser incluída na cota permitida para entrar no país, sendo esta estabelecida pelos ingleses. Todos os viajantes do *Exodus 1947* foram recebidos posteriormente pelo presidente de Israel.

Com a ajuda da organização Hashomer, Sabina é encaminhada para um *kibutz*, onde vive e trabalha por um bom tempo, mas depois envereda por outros caminhos, mais independentes, uma vez que a situação em Israel se tornou difícil: havia conflitos, violência e racionamento. Como seu sonho era conhecer povos, países e culturas diferentes, ela decidiu estudar, sozinha, inglês, russo e alemão, além do hebraico e do

ídiche. Resolve então sair do *kibutz* e ir para Tel Aviv influenciada por dois antigos amigos do *Exodus*. Encontra então um lugar para morar. Quanto ao trabalho, o governo deu a ela duas opções: ser soldado ou trabalhar no restaurante militar. Ficou com a segunda opção. Trabalhava e estudava. O trabalho era árduo e cansativo. Quando podia, viajava. Ficou encantada com a beleza existente num território tão pequeno e rico em história e cultura. Conheceu Haifa, Jerusalém, Golan, Neguev.

No restaurante em que trabalhava, Sabina conheceu um garçom, Efraim, e começaram a namorar. Ele tinha sobrevivido ao campo de concentração de Buchenwald com outros amigos e trazia no braço o número de identificação tatuado pelos nazistas. Formaram uma turma com os amigos dele. Ambos desejavam encontrar alguém para dividir a vida, pois eram solitários e carentes. Desde os 10 anos de idade ela não sabia o que era amor e carinho. Uniram-se e resolveram se casar. O casamento de Sabina e Efraim realizou-se em 17 de agosto de 1949, numa cerimônia religiosa simples. Só tinham os sonhos e a vontade de vencer na vida, diz ela, por isso trabalharam exaustivamente. Viviam num cortiço apertado e com dificuldades, e Sabina logo engravidou. Nasceu a primeira filha em 27 de março de 1950, à qual deram o nome de Elka, o mesmo da irmã de Efraim morta em um campo de concentração. “A pobreza era muita”, diz Kustin (2005, p. 87). Depois de algum tempo, tio Boris e sua esposa vêm para Israel fugindo da Polônia, agora dominada pelo comunismo.

3.3.3 *Um novo país e uma nova vida*

Para Sabina, os sonhos foram ficando distantes diante das dificuldades. De repente, porém, Efraim recebe da Cruz Vermelha a informação de que tinha tios (irmãos do pai e da mãe) e primos no Brasil. Tudo indicava que eram prósperos. Quando souberam das dificuldades do casal, eles prometeram enviar passagens para que emigrassem para o Brasil. Os tios viviam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sem saber sequer onde ficava o Brasil, decidiram empreender mais esta batalha. O primeiro a vir foi Efraim, em 1956; em seguida, Sabina com a filha, Elka, chegam ao Brasil em 27 de março de 1957 no porto de Santos. Foram três semanas de viagem, sozinha, com uma filha de 7 anos de idade. Ela conta que sentiram muito por deixar em Israel dois fiéis companheiros do marido: Tziv Gotesman, que mora atualmente em Nova York e do qual Efraim era amigo desde Buchenwald, e Itzchak Noiman, que permaneceu com a

família em Israel. No trajeto de Santos a São Paulo, o marido contou que a família tinha alugado para eles um pequeno sobradinho e ajudaria com comida no começo.

Alguns dias se passaram e Efraim começou a cobrar da família o mais importante naquele momento: trabalho. Eles ficaram apenas na promessa, diz a autora. Alegavam a língua como a grande dificuldade. O marido começou a aprender português enquanto ela cuidava da casa. Não conseguindo emprego, começaram a comprar roupas para vender em domicílio, mas não com a ajuda da família, que acabou não cumprindo o prometido, mas com a ajuda da colônia judaica, que o casal procurou em um momento de desespero. Conseguiram roupas para vender e começaram a bater de porta em porta em dois bairros de São Paulo: Vila Mariana e Vila Clementino. Alguns judeus da Rua José Paulino também passaram a fornecer roupas para eles. Aos poucos formaram uma clientela. Às vezes os clientes os convidavam a entrar e comer algo. Ela continuou no negócio, mas o marido arrumou um emprego numa fábrica de abotoaduras no bairro do Bom Retiro.

Em 1960, nasceu a segunda filha, Branca, já na época das “vacas gordas”, conta Kustin. Conseguiram prosperar e montar o próprio negócio, um armarinho na Rua 25 de Março, reduto da colônia árabe. Efraim fez amigos na comunidade, tanto muçulmanos como cristãos. Mesmo sendo de origem judaica, o casal nunca sentiu diferença de tratamento no bairro, afirma ela.

Com o conhecimento de línguas que possuía, Sabina acabou enveredando pelo mundo dos negócios em 1975 – fruto da confiança e do respeito que adquiriu na colônia judaica – e viajando muitas vezes para o exterior para negócios de importação e exportação, inclusive para feiras em vários países do mundo. Ela conta com detalhes sua trajetória no Brasil com o marido e suas lutas para sobreviver no Estado de São Paulo, no qual criou as filhas.

Em 1968, Sabina e a família mudaram-se para o bairro dos Jardins e, posteriormente, para Higienópolis. Ela diz que sempre viajou para Israel para rever os amigos. Ela ressalta que o Brasil é sua pátria do coração e que com o passar dos anos evoluiu como mulher e como ser humano, deixando de se lamentar pelo seu passado miserável de refugiada judia. Destaca ainda que sempre foi conhecida também como sobrevivente do holocausto e que nunca deixou de agradecer pelas oportunidades de vida que encontrou no Brasil, longe do nazismo. Em 7 de março de 1986, faleceu seu marido, um sobrevivente de um campo de concentração que amava a vida e lutou até o

fim por ela, mas não conseguiu vencer o câncer. Para ela, o holocausto foi um fenômeno único na história da humanidade.

Sabina (2005, p. 109) declara: “A verdade é que fiquei com muito ressentimento do povo alemão e precisava me livrar deste rancor. Os nazistas mataram toda a minha família. Além dela, milhões de outros judeus, ciganos, testemunhas de Jeová etc.” Mas seu encontro com o papa Paulo VI foi o que realmente mudou sua vida. Sua conversa com ele foi toda em hebraico, e no final ele disse: “Filha, somos todos filhos de um Deus só. Tire esse ódio de seu coração. Creia em Deus” [...]. Ela diz que finalmente sentiu o coração aliviado. “Entendi naquele momento que nem todo o povo alemão foi culpado da desgraça do nazismo. Hitler fez uma verdadeira lavagem cerebral na população. Perdoei os alemães, mas não os nazistas” (KUSTIN, 2005, p. 109-110).

A narrativa de Kustin avança para acontecimentos muito pessoais que não precisam ser abordados nesta pesquisa. Tudo o que ela conta em sua obra coincide com os relatos dos outros testemunhos sobre o holocausto. Se há alguma divergência talvez se deva às falhas da memória, o que torna sua narrativa ainda mais verdadeira. Não há uma memória seletiva, contudo, pois ela transita em fatos de sua vida bastante dolorosos, como a perda da família e do seu irmão gêmeo.

Testemunha ocular e sobrevivente, Sabina fez de sua obra um testemunho e um exemplo da luta pela sobrevivência em tempos de guerra e depois dela. Embora sua vida esteja ligada a uma das maiores catástrofes da história, sua mensagem, no entanto, é de esperança e fé, embora consciente da maldade humana.

3.4 Rumo à vida – Olga Papadopol

O governo italiano prestou um grande auxílio às vítimas da Segunda Guerra Mundial. Cumulou os judeus de regalias, bastava demonstrar a nossa identidade judaica, seja por meio de documentos, seja pela recitação de um trecho da Bíblia sagrada, para termos o privilégio de viajar gratuitamente por toda a Itália, de trem, de ônibus e de bonde.

Olga Papadopol (1979, p. 91)

O livro de Olga Papadopoul, *Rumo à vida*, publicado em 1979, é um texto em 108 páginas, despretensioso, de linguagem direta, quase informal, sem correções, com uma organização interna simples e composto de três capítulos – Recordações, Epílogo e Palavras finais –, além de introdução e prefácio.

Nessa obra, a autora narra a fuga de sua família da cidade de Beltz, na Romênia, e sua passagem pela Rússia, Tchecoslováquia, Áustria, Itália e França até alcançar o Brasil. Sua caminhada representa a trajetória de milhares de famílias judias na tentativa de sair da Europa na Segunda Guerra e pode ser considerada uma memória coletiva.

Foram milhares de quilômetros percorridos fugindo da guerra, num trajeto feito de fome, frio, perigos constantes, ameaças, terror e morte. Muitos ficaram para trás, mas ela e o marido, contando com a ajuda de outros judeus pelo caminho, conseguiram atravessar toda a Europa. Ela narra também o percurso por mar em navio superlotado e em condições sub-humanas.

Olga afirma que ninguém tem o direito de duvidar das narrativas sobre os campos de concentração e como os nazistas desprezavam a dignidade humana. Fala de sua vida como adolescente comum e feliz na cidade de Beltz, na Bessarábia, região entre a Romênia central e a Ucrânia. Beltz significa região dos lagos, e sua riqueza está baseada na agricultura. Seu pai, a quem era muito ligada, em 1938 demonstrava muita preocupação com os problemas europeus envolvendo as grandes potências, que enfrentavam dificuldades, em especial com a iminência da guerra. A situação econômica do país era boa, e as classes sociais eram iguais às de outros países: rica, média e pobre, sem descartar a miserável, muito presente à época.

Papadopoul fala também das futilidades normais em qualquer juventude. Ela e a família levavam uma vida simples sob um regime monárquico, com o rei Carol, que abdicaria em favor do seu filho Michael. Com apenas 18 anos, o rapaz demonstrava ser contrário ao pai por questões de família. Quando assumiu o poder, o jovem, simpatizante do nazismo, talvez com o intuito de sobreviver, permitiu que vários partidos nazistas se instalassem em Bucareste, pois a Bessarábia tinha sido anexada à Romênia. Desses partidos, ela cita Cuza e Coga como moderados; o Codreano era um partido que congregava “elementos mais ferozes, verdadeiros assassinos, imbuídos de um profundo ódio contra os judeus. [...] Os primeiros judeus a sofrer com a sanha nazista foram os fazendeiros, que começaram a ser encontrados com suas cabeças decepadas” (PAPADOPOL, 1979, p. 23).

No final de 1938, uma conceituada família viu-se às voltas com os nazistas. A essa família de 12 filhos pertencia o futuro marido de Olga, Levi. Nove filhos tinham emigrado para os Estados Unidos, Brasil e Israel, onde possuíam parentes. Levi, Chaim e Sheva permaneceram sob os cuidados da avó paterna. Chaim fazia faculdade de Filosofia, e um dia, sentado num parque público, foi assassinado com um tiro de revólver. Desconhecia-se o responsável. Soube-se depois que quem cometera o crime fora um sobrinho de um nazista do partido Codreano, que ocupava a prefeitura da cidade. O partido nazista, para desviar a atenção do verdadeiro assassino, acusou o tio de Chaim, Benjamin, um idoso de 72 anos, alegando que ele tinha viajado de Beltz para Tchernovitch, cidade universitária, para matar o sobrinho por causa de herança. O ancião foi preso. Depois levaram Levi para depor. Ele sofreu maus-tratos e foi torturado e chicoteado para que confessasse o crime. Finalmente ambos foram absolvidos e libertados graças à intervenção de um primo de Levi que veio do Brasil especialmente para isso. Levi foi absolvido porque o crime ocorrera enquanto ele se encontrava no quartel, e o exército testemunhou o fato. Todavia, foram oito meses de angústia e trabalhos forçados antes que o processo terminasse. Tio e sobrinho foram libertados.

A comunidade judaica, bem numerosa na cidade, prestou homenagem, com preces e banda de música, aos dois homens libertados. Pouco depois desse episódio, Olga conheceu Levi enquanto passeava com a irmã. Para Olga, foi amor à primeira vista!

Em 1940, a Romênia foi forçada a transigir com o nazismo, que acabou tomando conta do país. Assim teve início uma época do terror, lembra-se Olga. Com a ascensão do nazismo, os soviéticos aproximaram-se dos franceses, ingressando na Liga das Nações e apoiando os partidos comunistas de outros países, bem como os governos da França e da Espanha.

Em 23 de agosto de 1939, Stalin assinou um acordo de não agressão com os alemães, acreditando que a Grã-Bretanha e a França haviam incentivado Hitler a se expandir para o Leste. Em setembro dividiram a Polônia com os alemães, e em novembro atacaram a Finlândia. Em 1940, ocuparam a Bessarábia, que até então pertencera à Romênia.

Olga relata que certo dia ela e a família souberam pelo rádio que a Bessarábia tinha sido ocupada. Os soviéticos estabeleceram o prazo de 48 horas para as pessoas se decidirem se queriam sair da Romênia ou dirigir-se à Bessarábia. Cada pessoa só podia transportar dez quilos em objetos. Os que se dirigiram à Bessarábia foram dizimados.

Os romenos antissemitas aproveitaram a situação para realizar *pogrons*¹¹ (massacre de judeus) nas cidades e nos trens e repetiam que os judeus tinham vendido a Bessarábia aos russos. Os poucos que conseguiram chegar ao seu destino estavam feridos e com orelhas decepadas; os estabelecimentos judeus foram pilhados. A crueldade era tanta que colocavam cal nos trens, e depois que os judeus embarcavam, jogavam água para que a cal fervesse, asfixiando-os, à semelhança das câmaras de gás. Mais uma vez o judeu foi o bode expiatório. “Apesar dos pesares, nós sobrevivemos e alguns nunca esquecerão o mal que assolou toda a Europa, e especialmente a Polônia” (PAPADOPOL, 1979, p. 28).

Olga recorda-se que, com as notícias desses acontecimentos, sugeriu a Levi que saíssem clandestinamente do país. Ele aprovou a ideia, mas o número dos que desejavam a mesma coisa era imenso, o que dificultava ainda mais a saída. Ficar também se tornou difícil, pois não havia emprego. Seu marido aceitou ser aprendiz de torneiro acreditando que teria uma chance de não ser enviado à Sibéria. Olga conta que como menor conseguiu emprego no almoxarifado de uma cooperativa do Estado e estudava à noite. Ela sabia que corria o risco de ser enviada às minas de carvão de Dombas, na Ucrânia, por ser menor, pois era costume mandarem os jovens executar esse trabalho por ocasião da ocupação das terras onde residiam.

As punições aos trabalhadores eram constantes nessa época. Cinco minutos de atraso representavam o desconto de um mês de salário; na reincidência, dois salários; na terceira falta, três meses de cadeia. Dizia-se à época que quem não tivesse sido preso pelo menos uma vez não era cidadão soviético. Olga evitou as punições algumas vezes alegando vários tipos de doença. Com o tempo, as diversões e as alegrias do povo de Beltz foram desaparecendo. Faltou aos poucos a iluminação, levando os estabelecimentos, o cinema, os teatros, os restaurantes e as lojas a fecharem as portas; faltava todo tipo de mercadoria: das mais simples às mais luxuosas, procedentes de Paris, Roma e Londres; os transportes só funcionavam à noite; e famílias inteiras começaram a desaparecer à noite sem que ninguém prestasse conta de seu paradeiro.

A quantidade de russos aumentou de forma impressionante em questão de dias. Ocupavam as terras e as casas e pegavam tudo o que queriam. Os habitantes passaram a ser uma massa compacta e marginalizada da sociedade, escravizada e sem nenhum

¹¹ Ataque violento a pessoas com a destruição simultânea de seu ambiente (casas, negócios, centros religiosos). Na Segunda Guerra Mundial, o termo era usado para denominar atos de violência contra os judeus.

direito. Em certa madrugada, quando a guerra na Polônia já estava em ritmo acelerado, um terremoto deixou calçadas e casas rachadas. Mais uma calamidade a assolar a população.

Em 22 de junho de 1941, Olga Papadopol (1979, p. 33) conta que ouviram no rádio a seguinte notícia: “Camaradas, estamos em guerra, não somos nós que a desejamos. A razão está do nosso lado e vamos vencer! O inimigo será esmagado!” Então as pessoas sumiram das ruas em busca de gêneros alimentícios, querosene, lenha e outros produtos. Os mais velhos falavam da Primeira Guerra Mundial, de abrigos antiaéreos e da necessidade de levar alimentos para esses abrigos.

Os romenos também perseguiram os judeus e soltavam bombas nos locais onde estes viviam. Oito dias depois da declaração de guerra, a Romênia uniu-se à Alemanha e invadiu a Bessarábia com intenção de destruir todos os judeus.

A União Soviética foi traída pelo próprio povo da região, afirma Olga, uma vez que este estava descontente com sua política. Só havia traição e sabotagem! E a guerra continuou, deixando a todos assustados. Os aviões sobrevoavam a região soltando bombas. Havia corpos mutilados por todos os lugares. Mas, propositalmente, as bombas não atingiram os cristãos, apenas os judeus, pois os aviões tinham recebido informações do serviço secreto romeno.

Olga e Levi resolveram encontrar um novo lugar para viver, mas seu pai disse que estava velho demais para partir. Abençoou-os e exortou-os a manterem viva a esperança em qualquer situação. Seguiram, por sugestão de amigos, para Singerei, uma pequena aldeia situada a trinta quilômetros da cidade. Do alto do morro, quando partiram, avistaram toda a cidade em chamas. Chegaram à aldeia e foram recebidos por um amigo do irmão de Olga, que os acolheu em sua casa. Após vários dias, os bombardeios pararam. Olga lembrava-se sempre do pai e pedia a Levi e ao cunhado, Yankel, que voltassem à cidade para procurá-lo. Queriam tentar novamente que ele os acompanhasse na fuga. Quando chegaram à cidade, ela estava destruída, e os bombardeios recomeçaram. Retornaram à aldeia, onde o amigo lhes disse: “Vocês são judeus, não devem permanecer aqui” (PAPADOPOL, 1979, p. 37).

Dominados pelo pavor, resolveram deixar a aldeia. Os quatro – Levi, Olga, a irmã desta e o marido – partiram ao amanhecer. Tinham uma bússola, e esta indicava a União Soviética. Para lá seguiram, apesar de odiarem o regime político, mas precisavam se afastar dos alemães. Caminharam exaustivamente vários quilômetros. Bem próximo de Telenest, encontraram um grupo de judeus que informou que não fossem para lá,

pois estavam realizando *pogrons* e saqueando o comércio e as casas dos judeus antes que os alemães o fizessem. Relata Papadopol (1979, p. 39): “Aos gritos de urra, urra, urra, utilizando machados e enxadões, praticavam os mais brutais atos de selvageria contra seres inocentes e indefesos”.

Olga relata que, embora tenham se passado 36 anos desses fatos e de nada ter anotado, as cenas permanecem claras em sua mente. Foram dias e dias fugindo nas piores condições, presas de frio, fome, exaustão e medo.

Após semanas nesse êxodo estarrecedor, encontraram um grupo numeroso de judeus. Foram abrigados por um casal de médicos, que contou como era terrível viver sob o regime de Stalin. Olga contou que estavam fugindo dos alemães. Após o bombardeio da noite, resolveram partir novamente, queriam ir para a Ásia Central, sair da Europa. Assim, atravessaram toda a Ucrânia, algumas vezes em trens como clandestinos. O objetivo era chegar a Stalingrado, na Rússia. Em uma das viagens, Levi desceu para procurar restos de comida, e o trem partiu antes que voltasse. Olga conta que se desesperou. Chegaram a Stalingrado horas depois. Era uma cidade grande e triste, com gente de todos os cantos da Europa. As pessoas acreditavam que a guerra acabaria logo, não mais que seis meses. Jamais imaginaram que demoraria mais cinco anos.

Foram todos alojados em um estádio de futebol e depois seriam enviados para um lugar onde tivessem trabalho e pudessem viver. Escreveram seus nomes nas paredes na esperança de que Levi visse. Como a irmã estava grávida, tiveram alguns privilégios e foram enviados para uma aldeia, Svetle Yar, para onde seguiram de barco. Olga estava triste porque Levi ainda não os tinha encontrado. A casa para a qual foram enviados era simples, eles dormiam no chão da cozinha. Começaram a trabalhar no campo colhendo batatas, tomates e pepinos. A alimentação era só essa. Consolavam-se por estarem longe dos alemães. Dias depois, ao voltarem para casa, encontraram Levi. Começaram a conviver com as mulheres da aldeia e a costurar para elas, o que lhes rendia outros alimentos, como leite e pão.

Passaram-se semanas e tiveram notícias de que os alemães estavam chegando em Stalingrado. Assim, os homens estavam sendo alistados para defender o solo russo. Levi e Yankel não queriam fazer isso, e o grupo resolveu fugir novamente. As mulheres foram na frente; e os homens iriam encontrá-las logo depois. O objetivo era ir para a Ásia Central. Olga e os outros três chegaram a Karmane, a primeira cidade da Ásia, e procuraram emprego. Foram alojados numa creche e trabalhavam o dia todo colhendo algodão de dia e limpando à noite. O trabalho era exaustivo. Acordavam às 6 horas da

manhã, trabalhavam e andavam mais seis quilômetros para deixar os sacos de algodão no depósito depois da colheita. Repetiam o processo durante todo o dia. Os alimentos eram escassos e o trabalho em excesso. Ficaram ali por dois meses, depois fugiram para Bucara, cidade próxima à fronteira do Irã. O número de refugiados era enorme e não havia lugar para todos. Em seu relato, Olga descreve com detalhes as ruas, o povo, as casas. Ficaram alojados em um estábulo e proibidos de continuar dormindo nos bancos das praças. Começaram a trabalhar numa fábrica de juponas para o exército. Depois do trabalho, ficavam horas na fila para receber o pão. O dinheiro que tinham mal dava para comprar um pouco de ricota, pois o salário era baixíssimo. Eles viraram pele e osso. As pessoas morriam nas ruas por falta de alimentos e medicamentos; lituanos, poloneses, russos e romenos eram em maior quantidade. Foi na cidade de Bucara que a irmã de Olga deu à luz. Apesar de tudo, o bebê nasceu forte e saudável.

A guerra continuava. Os alemães não conseguiram avançar como pretendiam por causa do inverno rigoroso, mas dominaram a cidade de Stalingrado em junho de 1942. Os soviéticos reagiram com a ajuda da Inglaterra e dos Estados Unidos numa das batalhas mais sangrentas da Segunda Guerra Mundial, conhecida como Batalha de Stalingrado, que durou de julho de 1942 a janeiro de 1943. As estimativas apontam 2 milhões de mortos entre soldados e civis de ambos os lados.

Para Olga, terem fugido de Stalingrado para Bucara e de lá continuado a viagem, após o nascimento do sobrinho, foi o que salvou os quatro componentes do grupo e a criança. Em 1942, Olga e Levi resolveram se casar e decidiram que não teriam filhos naquela situação, mas ela logo engravidou. No sétimo mês descobriram que a criança estava morta. A autora do testemunho conta que, sem anestesia, a parteira sentou em cima de sua barriga e à força retirou pedaços da placenta. Era uma menina.

O antissemitismo crescia em Bucara, no Usbekistão, mesmo em relação àqueles que tinham ido para a guerra com os russos. Um dia, um amigo de Beltz chegou à cidade e informou que todos da cidade natal tinham morrido. A vida continuava para os três com muitos sacrifícios e perigos constantes, pois a cidade abrigava os piores elementos da Rússia. Ficaram na cidade por quase quatro anos. Olga resolveu escrever às agências de informações espalhadas pela União Soviética à procura de notícias sobre seus familiares. Ficou arrasada quando descobriu que ninguém da família tinha sobrevivido. Localizou a sogra da irmã e duas filhas dela; o sogro tinha sido fuzilado quando os romenos invadiram Beltz. Soube que seu “adorado pai cavara a própria

sepultura junto com outros amigos e foram enterrados vivos pelos alemães” (PAPADOPOL, 1979, p. 66).

Ninguém podia viajar pela União Soviética sem a chamada de um parente de outro lugar. Uma irmã de Olga, Pesia, e seu filho foram chamados pela sogra, mas não quiseram partir, pois agora, viúva, a irmã ia se casar com um polonês, e só poderia regressar mais tarde para a Polônia. Olga quis então aproveitar a chamada da irmã e acrescentou no documento o nome da família Darman. Ela e o marido se apresentaram à polícia munidos do novo documento. Com a autorização para viajar, prepararam-se para partir.

Olga Papadopol (1979, p. 67) relata: “O homem propõe e Deus dispõe, nem tudo na vida acontece conforme o combinado; Pesia conseguiu chegar a Israel através da Polônia, e nós viemos parar no Brasil através da Romênia”. De uma família de seis filhos, só Olga e a irmã sobreviveram.

Levi e Olga viajaram sessenta dias de trem atravessando o imenso deserto que separa a Ásia Central da parte europeia da Rússia soviética; passaram pela Rússia central e pela Ucrânia. A guerra deixara tudo em ruínas; em cada estação, viam-se milhares de prisioneiros alemães segurando marmitas e esperando em longas filas um pouco de alimento. Papadopol (1979, p. 68) relata:

Um fato curioso nos surpreendeu, eram os trens de carga que iam em direção oposta. Os vagões estavam fechados por grades e dentro deles havia um número enorme de mulheres grávidas enjauladas como animais. Eram pessoas que tinham tido relações amorosas com os oficiais e soldados nazistas durante a ocupação da Ucrânia. O governo soviético resolvera deportá-las em massa para os lugares mais inóspitos possíveis.

Passaram por Penza e Kiev. Nesta última, houve uma revisão rigorosa, pois alguns dias antes um *pogrom* matara quase todos os judeus da região; poucos deles tinham sobrevivido. Olga continua sua narrativa. Tiveram de permanecer alguns dias em Kiev. Seguiram viagem e passaram por Moghilov, Podolsk e Otak, a primeira cidade da Bessarábia. Chegaram de volta a Beltz. Receberam mais notícias tristes: seu irmão mais velho, o tradutor mencionado no início do relato, tinha morrido com toda a família, tendo sobrevivido apenas o filho de 8 anos graças aos *partisans*, mas tinha sido levado para um orfanato distante. Encontraram uma vizinha na feira que disse que a irmã dela, Maressia, ocupava agora a casa que tinha sido dos pais de Olga.

A miséria espalhava-se por toda a cidade de Beltz. Os poucos sobreviventes da guerra estavam morando em casas com paredes de tela e madeira; o local era como uma favela. Viajaram para Socaron, onde vivia outro irmão de Olga com a família. As notícias eram as mesmas: morte e escombros. Voltaram a Beltz. Levi partiu no dia seguinte para Tchernovicz a fim de conseguir documento que os permitissem sair do país. Dias depois, Olga foi ao encontro dele. Conseguiram trabalho por uns dias e ficaram na casa de alguns conhecidos enquanto se preparavam para partir, agora em direção à Romênia.

Com a ajuda de Valenka, uma jovem que eles tinham ajudado em Bucara, os dois conseguiram um visto de permanência na cidade. A burocracia era necessária tanto para partir como para ficar. Mas queriam partir para a Romênia de qualquer maneira.

Depois de alguns meses Olga e Levi foram chamados ao Departamento de Assuntos Estrangeiros. Receberam o visto de saída e os documentos necessários. Arrumaram tudo e esconderam o pouco dinheiro que tinham em um maço de cigarro que o marido ofereceu algumas vezes aos militares russos em ocasiões em que passaram por revistas. Eram muitas pessoas no grupo de viajantes. Alugaram um caminhão para levá-los até a fronteira da União Soviética com a Romênia e de lá para a cidade mais próxima, Bacau. O caminhão sofreu um acidente e várias pessoas se machucaram. A polícia rodoviária os socorreu e levou até Siret para atendimento médico e de lá seguiram para Bacau, onde ficaram por uns dias até seguirem para Bucareste, onde Olga tinha um primo, Micha Levi, um deputado socialista.

Olga conta que ela e o marido desejavam de qualquer maneira chegar a Israel. O primo ajudava na imigração clandestina de judeus para Israel, mas no momento o caminho estava fechado. A vida na Romênia era difícil em razão da inflação galopante, da escassez de alimentos – alguns eram considerados artigos de luxo, tais como carne e frango. O primo recebeu a visita de um representante de Israel que trabalhava em prol da imigração clandestina através da Europa. Levava os sobreviventes da guerra pelas montanhas até a Itália. Contudo, em nenhum momento, narra Olga, a terra prometida saía de seus pensamentos. Acreditavam que em Israel seriam livres e teriam uma pátria.

Finalmente se prepararam para partir, recorda-se Olga. Foram levados para a cidade de Oradia Mare, na fronteira com a Hungria, onde se esconderam por alguns dias, alojados em um curral; ultrapassaram a fronteira e continuaram caminhando ou rastejando por entre os trigais até chegar à primeira aldeia, onde receberam ajuda de Tushka, uma senhora que tinha sido casada com um oficial húngaro. Durante a guerra,

ele se recusara a “salvar os pais e os irmãos dela e nada havia feito para tentar livrá-los do campo de concentração de Auschwitz, onde haviam perecido em fornos crematórios” (PAPADOPOL, 1979, p. 79).

Olga e os outros fugitivos caminharam então até Bratislava. Em solo húngaro, havia dois caminhões que os levaria a Budapeste e a uma sinagoga semidestruída. Depois, seriam levados para casas que abrigavam outros refugiados, lembra-se Olga. Havia soldados russos por toda parte. Os caminhões foram parados, mas os motoristas mostraram os documentos e puderam partir. Chegaram a casas abandonadas de famílias judias exterminadas nos campos de concentração e nas câmaras de gás.

Olga relata que permaneceram em Budapeste escondidos por três dias. Depois, seguiram até uma cidade que fazia fronteira com a Áustria e se prepararam para pegar o trem. Caminharam com sede, medo e cansaço na noite escura e nublada. Acompanhavam os dois rapazes que iam à frente. Qualquer erro seria fatal. Eram sessenta pessoas. Em certo momento, não avistaram mais os rapazes e os cachorros que os guias levavam. Apavorados, sentaram-se no chão e aguardaram. Era a troca da guarda da fronteira; dois motociclistas avistaram os rapazes e os caminhões e os detiveram e revistaram. Um dos motoristas conseguiu fugir. Os guardas começaram a procurá-lo. Então, avistaram o grupo e o prenderam. Perguntaram quem eram e de onde vinham e se eram judeus. Ninguém respondeu.

Olga conta que um dos companheiros que conhecia o idioma alemão respondeu às perguntas e disse que tinham vindo da Hungria e que iriam para a Áustria e depois para Israel. Eles queriam saber a rota que os prisioneiros tinham seguido e quem eram os guias. Disseram ainda que estavam acostumados a arrancar os dentes e as informações das pessoas aos bofetões. O grupo, esgotado, dormiu sobre as pedras do pátio. No dia seguinte foram revistados à procura de ouro. Levaram o grupo até o posto húngaro, que não os quis receber, alegando que não os tinha visto atravessar a fronteira. Foram conduzidos novamente para o posto austríaco. Fazia três dias que não comiam. Essa briga entre um posto e outro demorou horas. Souberam depois que as autoridades judaicas de Viena, colocadas a par do que ocorria, começaram a interceder pelo grupo. E conseguiram seu intento.

Os representantes dos judeus aproximaram-se do posto austríaco da fronteira munidos de documentos, e soltaram os sessenta prisioneiros. Transportados para os caminhões, eles receberam pão e água. “A alegria da liberdade é algo indescritível para alguém que a perdeu por várias vezes” (PAPADOPOL, 1979, p. 84).

O grupo foi transportado, então, para um prédio enorme, o hospital Rotschild, onde estavam abrigados milhares de refugiados aguardando a partida rumo à Itália e de lá para Israel. Cada quarto acomodava vinte pessoas. Os austríacos não tratavam bem os judeus nem antes, nem durante, nem após a guerra, diz Olga. Resolveram passear em Viena, mas por todo lado havia cartazes com a seguinte mensagem:

É proibida a entrada de judeus. [...] Viena estava dividida em três zonas de ocupação: a inglesa, a americana e a russa. [...]. Os ingleses eram contrários à nossa permanência na Áustria, devido à imigração clandestina se destinar a Israel, que ainda estava sob mandato britânico (PAPADOPOL, 1979, p. 86).

Antes de partirem, Olga e Levi foram visitar o túmulo de Theodor Herzl, “o pai do sionismo, cuja visão e inteligência orientaram o povo judeu à recuperação de seu lar nacional”, narra Papadopol (1979, p. 87).

“Emile Zolá¹² foi um dos corajosos escritores que denunciaram em seus livros e em suas cartas a absurda condenação e a vileza da justiça francesa que arruinaram toda uma família [condenação de um oficial francês pelo simples fato de ser judeu]” (PAPADOPOL, 1979, p. 87). Finalmente chegou a vez de Olga e o marido partirem. O grupo era formado por 45 casais. Como Olga estava com febre alta, foi permitido que Levi a acompanhasse no caminhão que transportava as mulheres. O primeiro caminhão foi preso. O segundo, no qual viajavam Olga e Levi, foi desviado pelo motorista quando percebeu o que tinha ocorrido com o primeiro. Pararam no local combinado e receberam a documentação necessária, sendo considerados cidadãos de Salzburgo. Os documentos referiam-se a pessoas já falecidas há muito tempo, menciona Olga. Não foram parados novamente, pois era o horário de as pessoas saírem do trabalho. Quando paravam os caminhões, os investigadores não conseguiam olhar os documentos com muito cuidado. Levi e Olga entraram separados em Salzburgo, mas encontraram-se logo em seguida em meio ao desespero. O medo estava presente nos momentos de separação.

O grupo foi para um ex-campo de concentração em Salzburgo: “A sensação foi horrível, dava para enlouquecer só ao ver com os próprios olhos as dependências do

¹² Romancista e ativista político francês que publicou, em 13 de janeiro de 1898, uma carta aberta no jornal *L'Aurore* com o título *Eu acuso! O processo do capitão Dreyfus*. A carta de Emile Zolá (1840-1902) foi dirigida ao então presidente Félix Faure. Nesta, ele faz uma denúncia contundente e implacável contra os oficiais que ocultaram a verdade no caótico caso em que o oficial francês de origem judaica Alfred Dreyfus foi acusado injustamente de traição e espionagem. O Caso Dreyfus é, sem dúvida, um dos maiores e mais polêmicos casos de erro judiciário da história. Em razão da carta aberta, Zola acabou sendo processado e condenado por difamação (disponível em: <www.justificando.cartacapital.com.br>. Acesso em: 5 maio 2017).

local de torturas. Estremecíamos de horror e de aflição [...] esta vinha a ser, em suma, a tão decantada civilização do século vinte” (PAPADOPOL, 1979, p. 88). Dias depois, seguiram para a região dos Alpes, que teriam de escalar para atravessar a fronteira. Que ironia! Iam praticar alpinismo naquelas circunstâncias e daquela forma. Sequer eram amadores. Essa seria mais uma dura e perigosíssima prova.

Os homens da Haganá¹³ tudo faziam para proteger o grupo, orientando-o por todo o caminho tortuoso e íngreme. Era ainda mais complicado para os que tinham crianças. Os pais carregavam os filhos às costas e alguns amarravam cadeiras à cintura para transportá-los. Os mais jovens ajudavam os mais velhos. Andavam dia e noite. Dormiam ao relento, e uma noite choveu e relampejou. Foram avisados que os ingleses os esperavam em Chipre. Pretendiam aprisioná-los. “Os ingleses nem ao menos sentiam remorsos por nos perseguirem após tudo o que tínhamos passado. [...] Éramos apenas seres humanos, nada mais, pouco pesávamos na balança” (PAPADOPOL, 1979, p. 89).

Nesse ponto, o relato de Olga assemelha-se muito ao de Sabina Kustin quando fala das perseguições e dos impedimentos dos ingleses para que os judeus chegassem a Israel, que ainda pertencia à Grã-Bretanha. Israel conseguiria sua independência em 1948.

O relato de Papadopol (1979, p. 90) continua: “Chegamos à quinta montanha; nunca, enquanto viver, poderei me esquecer daquela vista maravilhosa [...], mas ninguém conseguia olhar para baixo devido às tonturas. A descida parecia impossível. Somente loucos poderiam empreender tal façanha”.

Antes de entrarem em território italiano, foram alojados em Vilach, uma mansão que pertencera a colaboradores nazistas que acabaram se liquidando uns aos outros. Chegaram esfarrapados e enlameados. Ônibus vistosos os esperavam. Narra Papadopol (1979, p. 90): “Finalmente o sol voltaria a brilhar para nós, íamos rumo a Milão, a grande e industrializada metrópole do norte da Itália”.

Em Milão, Olga recorda-se que foram conduzidos a um acampamento próximo à Praça do Duomo. “Fomos submetidos a um rigorosíssimo exame médico, muitos haviam contraído tuberculose, sífilis e outras doenças perigosas e foram imediatamente

¹³ Em hebraico significa defesa. Organização paramilitar judaica de caráter sionista que ajudava refugiados e atuava no território do que era então o Mandato Britânico da Palestina entre 1920 e 1948. Fundada em 1920, representou o embrião do futuro exército do Estado de Israel e foi responsável pela defesa da comunidade judaica na Palestina até a fundação deste. Participou ainda da organização da imigração clandestina de refugiados. Disponível em: <www.conib.org.br/glossario/Haganá>. Acesso em: maio 2017.

encaminhados para os tratamentos adequados a cada caso. O hospital tinha recursos e os médicos eram os próprios refugiados húngaros e italianos” (PAPADOPOL, 1979, p. 91).

O grupo de judeus foi transferido depois para outro acampamento de refugiados na escola Cadorna, ainda em Milão. Os italianos foram gentis e cederam escolas e prédios enormes de três ou quatro quarteirões para abrigar os refugiados. Mas eram tantos que em cada quarto ficavam de 35 a 40 pessoas. Levi e Olga ocupavam um beliche, mas aos poucos ela foi piorando da gripe, que já durava vários meses, e teve então de ser transferida para o sexto andar do prédio, onde funcionava uma enfermaria.

A cada dia chegavam mais refugiados, e o espaço foi diminuindo. Duas pessoas passaram a ocupar uma cama. A alimentação era cada dia pior, e muitas vezes essa vinha com um tempero nada especial: vermes. Era um nojo, relata Olga. E acrescenta que hoje [por volta de 1979], sentada em uma poltrona de sua residência, custa a acreditar que conseguiu comer semelhante coisa.

Ficaram na Itália por mais de um ano. Os italianos precisavam das escolas para seus filhos. A Joint¹⁴ já os ajudava há muito tempo. A situação precisava ser resolvida. A Segunda Guerra Mundial tinha sido uma catástrofe, mas eles queriam um mundo livre de temores e ameaças, afirma Olga.

Todos pensavam em uma solução se não conseguissem chegar a Israel por causa do impedimento dos ingleses. Surgiu uma brecha: a América Latina. Os países entre os quais podiam escolher eram: São Domingos,¹⁵ Colômbia, Argentina, Uruguai, Panamá e Brasil. Decidiram escolher o Brasil, no qual vivia a maior parte da família de Levi. Começaram a tratar dos passaportes e a preparar tudo para a viagem. Levi foi a Florença e a Roma para obter os vistos.

Alguns dias depois, Olga e Levi partiram do Porto de Bordeaux em um navio muito velho, da Primeira Guerra Mundial, o *Jamaica*. A viagem foi paga pela Joint. Olga menciona que agradece sempre a ajuda dos irmãos judeus que os ampararam, defenderam e os mantiveram numa época de tanto sofrimento. A viagem foi difícil e cansativa. A alimentação era boa, e a conversa girava sobre os oito anos de sofrimento sob o regime nazista. Foram dias de recordação da família, dos amigos, de todos os sofrimentos que tinham passado até ali. Ela se lembrava sempre dos ensinamentos da

¹⁴ Organização de ajuda a refugiados judeus.

¹⁵ Na verdade, Olga Papadopol deve estar se referindo à República Dominicana, cuja capital é Santo Domingo (aportuguesamento para São Domingos).

Torá: “Respeitar o ser humano e ser respeitados em igualdade de condições” (PAPADOPOL, 1979, p. 97).

Conheceram muitas pessoas no navio, rememora Olga, inclusive nazistas, que agora trocavam a arrogância pelo cinismo; tentavam passar por boas pessoas afirmando que tentaram salvar alguns judeus. Ninguém acreditava. Papadopol (1979, p. 97) assim se expressa: “Os mortos não falariam mais e a guerra afinal já estava acabada”.

Chegaram finalmente ao Brasil após 22 dias de viagem por mar. Há 25 anos Levi não via os irmãos. Desembarcaram no Rio de Janeiro e ficaram deslumbrados com a beleza da Baía da Guanabara. Estavam cheios de esperança de que encontrariam apoio e trabalho. Foram bem-recebidos pela família de Levi. Era o dia 18 de fevereiro de 1948. Conheceram um pouco do Rio e seguiram para São Paulo de trem.

Narra Olga que ela e Levi participaram nos primeiros dias de sucessivas reuniões familiares. Ficaram hospedados por três meses na casa da irmã de Levi. A família, depois desse tempo, alugou para eles um pequeno apartamento e pagaram o aluguel de seis meses. Levi foi até o Rio consultar um dos irmãos, Paulo, sobre o que fazer para trabalhar. Olga pintou, limpou e arrumou o pequeno apartamento. Quando o marido voltou, começaram a trabalhar com confecções. Foram melhorando aos poucos e tiveram dois filhos. Ela afirma que se sentiam sobreviventes de uma guerra que dizimou 6 milhões de judeus, inclusive parentes e amigos. E esclarece: “O meu nome de família é Olga Laterman Papadopol, nasci em Beltz, Romênia, em 2 de dezembro de 1925. Vi horrores e admirei milagres” (PAPADOPOL, 1979, p. 100).

Em seu relato, Olga Papadopol (1979, p. 100) ressalta que deseja que os povos possam se encontrar através do diálogo franco e aberto e anulem “todas as formas de intolerância religiosa e de discriminação racial. Que a vida seja o valor máximo a ser respeitado por todos indistintamente”.

Papadopol (1979, p. 105) esclarece: “O nosso é um exemplo de vida, e considero dignos de admiração todos os que superaram a fome, a miséria física e moral que o destino cruel lhes impôs durante a Segunda Guerra Mundial, pois conseguiram sobrepujar todas as barreiras, que não foram poucas, e mostrar ao mundo o que é um judeu”.

Para Olga, os sobreviventes aprenderam que o antissemitismo é uma marca, um sinal turvo de um mundo não redimido. No Brasil ela sempre se recordava da irmã, que seguiu para Israel à procura de paz, liberdade física e espiritual, porém até a época da escrita deste testemunho – 1979 – ainda vivia sob tensão depois de três décadas

marcadas por guerras e sofrimentos. Pesia vive em Israel com o filho, Chaim, agora um bravo e valente soldado do exército israelense.

Desde fevereiro de 1948, Olga vive no Brasil. Anos depois, morando num lindo apartamento em São Paulo, só tinha a agradecer por ter trabalhado duro e ter sobrevivido à guerra.

Todos estes episódios de uma realidade passada se me afiguram por vezes como abstração de uma mente perturbada. No entanto é verdade, uma verdade doída e dificilmente esquecida; tudo isso aconteceu a milhões de pessoas que tiveram que lutar muito para sobreviver, mesmo após terem escapado com vida à sanha nazista (PAPADOPOL, 1979, p. 93).

Olga afirma que o Brasil representou para ela o término da luta e o começo de uma verdadeira vida. Contudo, tem consciência de que enquanto “nas sociedades chamadas livres o dinheiro e o poder tiverem domínio absoluto, enquanto as leis de Deus, ‘não matarás’ e ‘nem furtarás’, estiverem subordinadas à ambição e à cobiça, ao sangue e à ânsia de poder, o antissemitismo persistirá, como um sinal de alerta para o mundo” (PAPADOPOL, 1979, p. 106).

3.5 *Quero viver: memórias de um ex-morto* – Joseph Nichthausser

A história humana registrou uma época na qual nem as crianças viviam em paz. E esta cruel e desumana época não está tão longe de nós. [...]. Nestes dias não havia coração, nem amor, nem piedade. A bestialidade e a brutalidade se apoderaram dos homens.

Hugo Schlesinger, Opus 72 (Apresentação, p. 5, da obra *Quero viver*, de Joseph Nichthausser)

A obra de Joseph Nichthausser – *Quero viver: memórias de um ex-morto* – relata de forma biográfica, coloquial e simples a vida de um menino de 11 anos de idade, ele próprio, que “assistiu à invasão da Polônia pelos exércitos alemães e, em seguida, milagrosamente, conseguiu passar por vários campos de concentração. Ainda mais,

conseguiu sobreviver a estes infernos que eram Auschwitz, Gross-Rosen e Buchenwald” (NICHTHAUSER, 1976, p. 11). Esses campos foram libertados pelo Exército americano.

José conta ainda como a companhia do irmão mais velho, David, foi essencial para sua sobrevivência; as atrocidades que presencia e sofre; os maus-tratos, a fome, o frio e as lutas durante seis anos nos mais variados campos de concentração. No entanto, mostra também a capacidade de superação de uma criança ao enfrentar um evento-limite e a perda de todos os membros da família. Por último, o sofrimento, que parece não ter fim, é representado pela morte do irmão, eliminado momentos antes da libertação do campo.

Na apresentação da obra de Joseph Nichthausser, Hugo Schlesinger conta que há muitos anos compilou uma antologia do sofrimento humano intitulada *Crianças no mundo sem Deus*, na qual apresentou páginas inéditas das crianças que contam episódios do holocausto. A história do menino Joseph, de Anne Frank, de Halinka e Dora, de Davi, de Eva e de tantos outros deveria entrar nos livros da história humana e ser lembrada nas escolas.

No prólogo do livro, o autor esclarece que não tinha a pretensão de “mostrar ao mundo algo novo, ou tentar justificar quem quer que fosse, pois muito já se escreveu sobre o tema do holocausto e dos fatos ocorridos na Segunda Guerra Mundial” (NICHTHAUSER, 1976, p. 11).

O testemunho de Joseph Nichthausser é dividido em três longos capítulos: “A invasão da Polônia vista por um menino”; “E a vida continua... com os alemães”; e “Vida e morte nos campos de concentração” – este último dividido em subtítulos com os nomes dos campos pelos quais ele e o irmão passaram – como se o autor, no seu impulso de narrar, buscasse em um só fôlego, sem pausa, expulsar da memória o registro dos fatos traumáticos. Seu intuito é alcançar a superação, recuperar a voz presa na garganta. As palavras saltam num fluxo contínuo.

Para Joseph, todos os personagens são reais, e ele conservou seus nomes no testemunho que dá. Muitos morreram tragicamente nas câmaras de gás, fuzilados ou em decorrência das doenças provocadas pela vida no campo ou por causa dos bombardeios às fábricas onde trabalhavam. Outros morreram após a guerra: na Polônia, na América do Norte, no Chile, no Brasil, na Argentina, na França, em Israel e em vários outros países. Todos morreram com honra e coragem, como souberam viver nos campos de concentração. Esse livro homenageia todos eles.

O autor explica que não poderá esquecer jamais do “dr. Heinz Grassler, médico aprisionado em 1937, um dos primeiros a chegar a Buchenwald. Seu crime foi ser do partido oposicionista, pelo qual foi tachado, naturalmente, de comunista e mandado para o campo” (NICHTHAUSER, 1976, p. 12). Ele conta que esse prisioneiro um dia o encontrou próximo à cerca eletrificada coberto de neve. Seu número era 3.650, e a cor do triângulo, vermelha, indicação de prisioneiro político. Era o segundo dia de José¹⁶ – como o chamavam a família e os amigos – no campo e ele nada tinha comido. O doutor Grassler deu a ele naquele dia um pouco de comida e o alimentava quase todos os dias com um pedaço de pão, umas batatas ou cebolas. “Mas a coisa mais preciosa que ele me deu foi a vontade de aguentar até o fim. Nunca poderei esquecer as palavras de conforto que me dispensava. Até hoje não compreendo por quê” (NICHTHAUSER, 1976, p. 13). E completa que seu amigo foi enforcado no dia 22 de março de 1945, quando faltavam apenas três semanas para a libertação. Viu o gancho no subsolo do crematório onde ele fora pendurado com as mãos atadas atrás das costas. Na parede de cal, a marca de suas unhas.

Para Nichthauser não existem palavras exatas para descrever tudo o que viu e ouviu naqueles anos terríveis de 1939 a 1945. Enumera os membros da família que morreram: a mãe, na câmara de gás do campo de Treblinka; o pai, de esgotamento no campo de Ludwigsdorf; a irmã Francisca, o marido e o filho, em Lwow, de maneira nunca esclarecida; o irmão Bernardo, que desapareceu com esposa e filho em Tarnow; o irmão David, fuzilado em Buchenwald, em 6 de abril de 1945, cinco dias antes da chegada do Exército americano.

Nichthauser relata que foi em 31 de agosto de 1939 que deixou de ser criança. Virou adulto de repente em meio ao estampido dos canhões. Sabia que algo grave estava acontecendo, mas não sabia o quê. Fala um pouco de sua infância, das brincadeiras simples na rua e na escola com amigos e primos; das brincadeiras de guerra que praticavam, sem saber o que aquilo significava de verdade. Eram muito pobres e passavam por dificuldades. O pai trabalhava com transporte de carga com dois cavalos e uma carroça levando carvão e prego para diversas firmas: era uma pequena empresa familiar e trabalhava até altas horas da noite preparando o transporte para o dia seguinte. Conta o autor que gostava de pescar; que admirava os irmãos, em especial David, e que todas as quartas-feiras ia com ele à Organização Bétar. Com ele aprendera as preces, a

¹⁶ Logo no início da obra *Quero viver: memórias de um ex-morto*, o autor, Joseph Nichthauser, passa a utilizar em seu testemunho o nome em português: José.

história judaica e o hebraico. O pai apenas supervisionava para ver se José estava aprendendo.

Trazendo de volta o passado, ele conta que ouvia com curiosidade os relatos do pai sobre a Primeira Guerra Mundial e sabia que os alemães não gostavam nem de judeus nem de poloneses, mas jamais supôs até onde chegaria seu ódio. Alguns meses antes de a guerra começar, várias famílias judias chegaram da Alemanha, contudo ele entendeu que elas haviam sido expulsas.

Três meses antes de completar 11 anos, o pai disse que tinham de arrumar tudo e partir e que inicialmente passariam por Cracóvia, onde Fela, a irmã de José, estava com uma tia, e que precisavam chegar à Rússia. O pai disse ainda que estavam em guerra contra os alemães e que seria uma guerra muito mais terrível que aquela que tinha contado a ele. Exortou-o a ter coragem e fé para enfrentar tudo o que poderia acontecer, mas que quem dirigia o destino deles era o Todo-Poderoso; que muita gente iria morrer, mas ninguém saberia o motivo. E o pai continuou a falar: “Não é a primeira vez que o nosso povo será perseguido e oprimido. Não é a primeira vez que teremos que ser escravos e curvar nossas cabeças perante o inimigo. A nossa fé no Todo-Poderoso sempre nos salvou, pois assim é a vontade d’Ele” (NICHTHAUSER, 1976, p. 22).

Antes de produzirem cadáveres, os nazistas desnacionalizaram as vítimas e as deixaram sem nenhum tipo de proteção política, tirando-lhes propriedades, negócios, empregos, salários, nação. Era preciso informar o mundo que os acontecimentos eram reais, sendo necessária a intervenção de todos, não só para proteger os judeus, mas para frear as ações totalitaristas do Estado alemão. Essa conscientização demorou a acontecer.

José relata que chorou muito enquanto arrumavam os objetos e a charrete. Deixariam toda uma vida para trás. Recordou-se das noites tranquilas em que o irmão lia para ele a respeito da Revolução Francesa e de autores como Slowacki, Sienkiewicz, a história de Bar-Kochba e sobre os reis da Polônia. Partiram ao anoitecer. Os bens da família eram dois cavalos, uma carroça e dois trenós. O que o pai ganhava só dava para alimentação, mal dava para vestir.

O objetivo primeiro da viagem era chegar a Cracóvia, a cerca de 60 quilômetros, para pegar a irmã, Fela. A estrada estava cheia de fugitivos, inclusive de soldados poloneses em charretes e bicicletas, que fugiam da guerra. Uma motocicleta afastava todos para a margem da estrada com a finalidade de permitir a passagem dos comboios de artilharia, dos canhões e dos carros dos oficiais.

José afirma que existia antissemitismo na Polônia, mas havia um acordo tácito das autoridades policiais, por isso viviam uma época de calma e sem violência contra os judeus. Estes podiam frequentar a escola e o ginásio, mas os cursos superiores eram mais difíceis, pois havia cotas para judeus. Recordava-se de algumas vezes o chamarem de “judeuzinho sujo”, mas sem violência física. Sabia ainda – o pai contara a ele – que não era permitido aos judeus terem terras, daí serem explorados pelo nobre, que aluga a terra ao judeu, mas vai extorqui-lo em metade da colheita. Diante da necessidade, os judeus sabiam coser, fazer sapatos, negociar cereais, emprestar dinheiro – considerado um ato desprezível – e ler. O judeu lê sua Bíblia, de onde tira sua sabedoria. Quando consegue mandar o filho para a escola, o nobre o odeia porque o judeu é médico, advogado, banqueiro. Por isso são o bode expiatório dos pobres e dos nobres, que pretendem conservar o judeu na servidão e na ignorância. Na cidade em que moravam, relata ele, havia dois jornais importantes com assuntos ligados aos judeus.

Ele e a família viajaram durante o dia e a noite. O medo dos alemães impelia todos para frente, mesmo os que caminhavam a pé por muitos quilômetros. Encostou a cabeça no ombro da mãe, que cantava para ele. Nunca mais puderam ficar tão juntos, lembra-se José.

A família entrou em Cracóvia horas depois. Esta era uma das velhas cidades da Polônia e abrigava também a mais velha colônia judaica. O bairro Kazimierz era todo habitado por judeus, a maioria profundamente religiosa e pobre. Foram ao centro da cidade encontrar a irmã. Os alto-falantes da cidade anunciavam que estavam em guerra com os alemães.

Nas paredes da cidade os cartazes anunciavam a mobilização, o racionamento, os abrigos antiaéreos; e as sirenes, a aproximação dos aviões inimigos. O pai de José encostou a carroça em uma parede e todos procuraram se abrigar como podiam. Os ataques eram dos russos, por isso José conta que não entendeu: era para a Rússia que o pai pretendia ir; muitos diziam na cidade que os russos eram inimigos também.

Encontraram Fela, a tia e duas primas. A irmã o abraçou e beijou, bem como o resto da família. Chamaram a tia e as primas para seguirem com eles, mas elas disseram que a mãe não queria sair de Cracóvia. Ele conta que observou como as primas eram bonitas, e nunca imaginou que alguns meses mais tarde toda essa família morreria nas câmaras de gás de Treblinka, na época ainda em fase de experimentação. Os cadáveres eram queimados numa pira, pois não existiam os crematórios. As notícias que tiveram

em Cracóvia antes de partir diziam que os alemães avançavam pela Tchecoslováquia para encurralar o exército em fuga para a fronteira russa.

Nichthauser continua seu relato. Por volta de 11 horas da manhã saíram de Cracóvia e seguiram viagem. Iam com a família um casal de vizinhos e o filho. A carroça estava lotada. O pai, Simão, seguia a pé e de vez em quando se revezava com o vizinho e com o filho David para descansar um pouco. Fela, com 17 anos, era uma moça linda, cheia de vida e alegria. Ela falava com todos. A estrada empoeirada estava lotada de gente fugindo em desordem, e muitas pessoas, com o intuito de diminuir o peso que carregavam, abandonavam pelo caminho seus pertences, dificultando a marcha dos outros pelo acúmulo de objetos espalhados. No rosto de todos estava estampado o desejo de fugir dos alemães.

Ouviam ao longe o barulho de canhões. A mãe de José, Malka, chorava baixinho e perguntava ao marido o que seria deles. Com a ajuda do Todo-Poderoso, vamos sair dessa situação, dizia o pai. Os alemães são pessoas como nós e não vão nos fazer mal. Somos gente humilde e pobre. A preocupação da mãe era com os filhos, Bernardo, que estava no exército, e Francisca, que morava numa cidade ocupada pelos russos – Baranowicze. O marido a tranquilizou. Sobre isso expõe Nichthauser (1976, p. 39-40):

Meu pobre pai! Ele naturalmente não podia prever que nossa irmã Francisca, com seu marido e o filho de um ano, desapareceriam simplesmente sob a brutalidade dos alemães; estes liquidaram todos os judeus que os russos deixaram inexplicavelmente nas suas mãos. Nunca houve explicação clara e lógica do governo de Stalin sobre o que o levou a abandonar milhares de judeus, impedindo-os de entrar na Rússia, onde poderiam sobreviver e combater o inimigo comum. Em vez da sobrevivência e liberdade, Stalin acabou provocando a sangrenta matança de todos os judeus do distrito de Lwow e até mesmo da própria Rússia, o famoso Babi-Yar, onde alemães fuzilaram milhares de crianças, mulheres e homens do povo russo, não porque fossem russos, mas sim judeus.

No final da tarde, José recorda-se que ouviram o ronco dos motores de tanques alemães. O pai parou a carroça, pegou uma tesoura e começou a cortar a barba, pois os judeus eram reconhecidos pela barba. Fela desceu da carroça e caminhou em direção aos alemães. A mãe e a vizinha começaram a rezar apavoradas. David chamou o pai, mas a irmã já estava perto dos alemães. A coluna parou e um soldado abriu a escotilha. Tinha um capacete de couro e uma arma na mão. Fela falava alemão fluentemente e se dirigiu a ele. Em seguida, o pai foi se aproximando e logo depois viram que o alemão oferecia um cigarro a ele. Os alemães ordenaram que voltassem para casa. Não perguntaram qual era a religião deles, mas apenas de onde eram e para onde iam. Nesse

momento, David disse: “Não fique triste, José, um dia nós os veremos fugir, com estes mesmos tanques, de volta para a Alemanha”, recorda-se José. Isso aconteceria, mas o irmão, David, não estaria vivo para ver.

José conta que demoraram quatro dias para voltar para casa. Os alemães já estavam na cidadezinha e modificaram a vida diária do povo. O senhor Goldfinger também voltou e encontrou seu armazém arrombado, cheio de lixo e com as prateleiras vazias. Não havia trabalho, e o pai de José vendeu o cavalo e a carroça para comprar alimentos, mas o dinheiro acabou rapidamente. Um dia José ouviu o pai e a mãe dizendo que não tinham mais como alimentar os filhos. O garoto saiu à rua e vendeu sua coleção de selos de estimacão. Foi pouco dinheiro, mas deu para comprar alguns mantimentos. A princípio, o dono da loja disse que não vendia a judeus, mas, quando viu o dinheiro, mudou de ideia. A mãe emocionou-se quando viu o que o filho tinha feito; José disse a ela que colecionar selos era coisa de criança e que iria procurar um trabalho.

Com a anexacão da Alta Silésia, a troca de moeda e o desaparecimento da língua polonesa, os alemães passaram a obrigar os judeus a executar certos serviços sem nenhuma remuneração: tirar a neve das calçadas e das estradas e recolher o lixo, e faziam uma chamada para ver quem não estava trabalhando. Alguns judeus mais ricos pagavam aos mais pobres para comparecer em seu lugar. Ricos, naquela época, eram os judeus que podiam comer todos os dias. José então se candidatou a substituir alguns deles depois de falar com o pai, que aceitou, mas disse: “Pode ir, filho, pode ir. Mas vê se não trabalha demais para estes cachorros” (NICHTHAUSER, 1976, p. 50). José ficou surpreso com o jeito de falar do pai, que tratava todos com gentileza, mas foi entendendo pouco a pouco, quando começou a perceber o que estava acontecendo com os judeus – eram obrigados a deixar cortar a barba, ser empurrados e chutados.

Depois David arrumou com um judeu mais abastado um cartão de convocacão para substituí-lo num trabalho. José também conseguiu. O frio era intenso e o trabalho, pesado. Narra José: “Foi assim que ingressei nas fileiras de escravos do Terceiro Reich, de plena e espontânea vontade, para substituir um velho judeu em troca de alguns cobres, que serviriam para minha família, para que não chegássemos ao desespero que a fome traz sempre consigo” (NICHTHAUSER, 1976, p. 52).

David disse a José que no dia seguinte ele deveria ir com Fela levar alguns alimentos para a avó numa cidade próxima. Foi o que fizeram. Quando voltavam para casa, foram abordados na estrada por um oficial alemão em um carro da Polícia de

Segurança perguntando se a estrada dava para Andrychow, exatamente para onde os irmãos estavam indo. O oficial lhes ofereceu uma carona, e a irmã conversou com ele em alemão. Ao ser perguntado sobre o tratamento que daria aos judeus, o tenente Haase disse que o mesmo que qualquer mão de obra, que tanto os judeus como os poloneses receberiam salário. Ao contar os problemas que estavam enfrentando, o tenente ofereceu ajuda e a mandou comparecer no dia seguinte para um emprego. Posteriormente, o tenente Haase também conseguiu um emprego para David na garagem da Gestapo como lavador e vigia.

Dias depois, os irmãos presenciaram a queima da sinagoga que frequentavam. As vitórias dos alemães os deixaram orgulhosos e ainda mais arrogantes. Diversas restrições começaram por meio de cartazes espalhados pela cidade. Foi criada a Polícia Judaica, formada por jovens judeus. Estes muitas vezes eram mais insolentes que os próprios alemães, afirma Joseph Nighthausen. Os judeus receberam ordens de deixar suas casas e ir morar numa rua na beira do rio. Todos nas casas de polacos e numa só rua? – o povo se perguntava. Souberam que a ordem tinha vindo de Heinrich Himmler. Os judeus devem separar-se dos outros indivíduos. José relata: “Esta era a ordem e ela foi cumprida em dois dias. Só mesmo a capacidade alemã de organizar com disciplina era capaz de executar toda a mudança de algumas centenas de judeus de Andrychow” (NIGHTHAUSER, 1976, p. 61). Começava a segregação.

Assim, a família de José e a de um vizinho passaram a viver numa casa de três cômodos num espaço pequeno. Com o tempo, a relação começou a esfriar entre as duas famílias. Então aquilo era um gueto! Soube José. A rua foi fechada nas duas extremidades e guardada por policiais judeus. Com base em dados históricos retirados de Friedländer (2012), selecionamos algumas informações sobre os guetos que muito se assemelham a toda a narrativa do autor e de outros judeus que deram seu testemunho.

No gueto, as pessoas eram obrigadas a dividir o espaço em que iriam viver com antigos vizinhos e conhecidos ou com desconhecidos. Além de perderem suas casas, perdiam também a liberdade. Os locais eram pequenos, abafados e ficavam abarrotados com os pertences de cada um, mesmo quando estes levavam poucos, pois cada um só tinha permissão de levar uma mala ou trouxa. Às vezes não ficava espaço para as pessoas se deitarem e elas usavam para isso até mesmo os vãos das portas. Há relatos que mostram que em um quarto chegavam a morar 12 pessoas. A taxa de mortalidade nos guetos, especialmente entre os judeus mais pobres, era altíssima, pois as condições de vida eram precárias e insalubres. O mais surpreendente em relação à fome nos guetos

é que muitos trabalhavam em fábricas nas produções daquilo que os nazistas utilizariam na guerra, ou seja, seu trabalho era útil e necessário naquele contexto.

Para Friedländer (2012), os judeus aceitaram essas condições porque não encontraram outra solução. Os que puderam, saíram da Alemanha enquanto houve tempo; os que ficaram foram transformados em prisioneiros. Os judeus que permaneceram no país passaram a usar, costurada no peito, a estrela amarela. O uso era obrigatório. Aos judeus não foi dada a prerrogativa de escolher.

José soube depois que, quando havia judeus demais para matar, os nazistas usavam caminhões hermeticamente fechados, designados como locais de execução por meio do escapamento de gases bombeados para o interior dos veículos. Ele conta que nos caminhões eram colocados os velhos, as crianças e as mulheres. Os motoristas ligavam o motor dos carros assim que as portas dos veículos eram lacradas. O escapamento de gás matava as crianças mais lentamente, num sofrimento ainda mais intenso para estas. Outra descrição desse processo é dada por um membro do comando Lauer em depoimento no período pós-guerra (E. KOGON apud FRIEDLÄNDER, 2012, p. 294):

Ainda posso ouvir as batidas e os gritos dos judeus – “Caros alemães, deixem-nos sair!” [...]. Assim que as portas eram fechadas o motorista ligava o motor. Ele dirigia até um ponto fora de Poltava [sul da Ucrânia]. Eu estava à espera quando o furgão chegava. À medida que as portas eram abertas uma densa fumaça escapava, seguida por uma massa confusa de corpos retorcidos. Era uma visão assustadora.

Em pouco tempo, cerca de trinta furgões de gás funcionavam na Bielorrússia, na Ucrânia, em Warthegau e na Sérvia. Posteriormente, eles foram ampliados para as terríveis câmaras de gás dos campos de extermínio, que podiam eliminar até 2 mil judeus de cada vez com outro tipo de gás. Sabe-se, contudo, que, mesmo quando as câmaras de gás estavam em pleno funcionamento, outras formas de extermínio funcionavam concomitantemente: fuzilamento, enforcamento, afogamento, inanição, falta de atendimento médico etc. As formas de execução eram variadas. Os alemães usavam todos os recursos para matar e não faltar matéria para os fornos com o intuito de não deixar rastros.

Como Hitler considerava os judeus responsáveis por tudo o que acontecia de ruim à Alemanha, eles precisavam pagar de todas as formas, inclusive com a vida. Pode representar um paradoxo, mas não podemos negar que o *Führer*, mesmo em sua

insanidade, se dedicou a seu objetivo, conseguiu persuadir milhares a ajudá-lo a alcançar seu propósito e teve sucesso, infelizmente estava a serviço do mal.

O irmão de José relatava em carta que tinha chegado a pé, sem documentos e sem dinheiro, depois de uma longa marcha, à cidade de Tranow, onde estava estabelecido e o aguardavam a esposa e o filho de nove meses. A notícia trouxe imensa alegria a toda a família. Entretanto, provocou tristeza a longa carta da irmã, Francisca, dizendo que fora apanhada, com o marido e o filho, pelo exército russo, mas estava sendo bem tratada. Isso deu um pouco de tranquilidade à mãe de José.

Outro fato causou enorme consternação entre os judeus: a notícia da morte do sr. Becker em decorrência de um colapso cardíaco. Ele tinha sido preso dias antes, por transportar alguns quilos de salame, e enviado a uma prisão chamada Auschwitz para ser reeducado e poder voltar à vida civil, expõe Nitchhauser. Essa foi a primeira vez que ouviram falar de Auschwitz, que ficava a 22 quilômetros de Andrychow.

Os acontecimentos, no entanto, foram piorando com uma rapidez muito maior do que se aguardava. Souberam da existência de campos de concentração para os judeus, onde estes ficavam encarcerados e trabalhavam sem remuneração sob a guarda do exército alemão. Certo dia, David foi preso após ser abordado por dois SS. Sequer ajudou o fato de ele mostrar os documentos e a carteirinha de trabalho, que atestava a prestação de serviços à Gestapo. Para os SS os documentos não valiam nada. Afirmaram serem eles que governavam os judeus. David foi levado com mais trinta indivíduos para uma escola. As famílias foram informadas de que deveriam preparar algum vestuário e um pouco de alimento.

Fela, avisada por José a pedido da mãe, foi ao escritório do tenente Haase e solicitou ajuda: “Foram os SS que chegaram num automóvel e prenderam vários judeus, na rua mesmo. Mesmo aqueles que mostraram sua documentação em ordem” (NICHTHAUSER, 1976, p. 67). O tenente Haase prometeu que faria o possível para salvar seu irmão e seguiram até o local onde David estava preso. Os pais já os aguardavam. Em um dos momentos, o pai disse à esposa: “Malka, se eles não libertarem David, eu irei com ele para a Alemanha. Não o deixarei ir sozinho. Não posso fazer isto; aconteça o que acontecer. Irei e não tente impedir-me” (NICHTHAUSER, 1976, p. 68). Aguardavam ansiosos o retorno do tenente. Ele saiu alguns minutos depois e disse: “Escute, Lucy, não posso fazer nada, pois as ordens dos SS têm de ser cumpridas ao pé da letra. Eu contei que você e seu irmão trabalham para nós, que são úteis, mas infelizmente não existe possibilidade de libertá-lo. A única coisa que lhe prometo [...] é

que dentro de dois meses, se ele não voltar, você poderá visitá-lo no campo. [...] seu irmão não vai para a Sibéria” (NICHTHAUSER, 1976, p. 68). Fela pediu novamente ao tenente para intervir por eles com os SS para que aceitasse que o pai acompanhasse o filho. Os dois tenentes entreolharam-se, e o da SS respondeu sorrindo:

Como não, senhorita, com todo prazer. Realmente vejo que tudo pode acontecer entre vocês, judeus. Até hoje nunca vi um pai querendo acompanhar seu filho. Não há dúvida alguma, deixarei seu pai acompanhar seu irmão, desde que ele se apresente voluntariamente. [...]. Não vamos muito longe, o campo será perto de Breslau. Pode ter certeza que receberá cartas de lá, anunciando que tudo vai bem. Nós, alemães, não costumamos dizer mentiras (NICHTHAUSER, 1976, p. 68-69).

Além da maldade, eram tratados com ironia e mentiras, pois os SS sabiam o que estava reservado aos prisioneiros.

O pai de José retornou com roupas e alimentos para ele e David e apresentou-se novamente aos soldados. As famílias tiveram acesso ao local em que estavam os prisioneiros judeus. Despediram-se de David e do pai em prantos. O pai colocou as mãos sobre a cabeça de José, abençoando-o. Olharam-se nos olhos. José recorda-se que naquele momento soube que essa seria a última vez que veria seu pai. José se pergunta se o pai previu que era a última vez que olhava a esposa, a filha e o filho caçula.

A mãe, Fela e José voltaram para casa em meio à tristeza que representava a ausência dos entes queridos. Para José, os dias transcorriam tristes. Somente as raríssimas cartas de Bernardo e Francisca traziam alegria ao rosto da mãe. Por toda parte os exércitos alemães venciam. “Heil Hitler” era o grito que se ouvia constantemente, além das notícias de que pessoas estavam sendo enviadas para Auschwitz. Todos demonstravam medo ao ouvir esse nome – a maldita cidade onde estava situado o campo. José diz que tudo se baseava em “ouvir falar”, uma vez que de lá não saía nada que pudesse incriminar os alemães. Naquela época ainda não se podia imaginar que Auschwitz se tornaria palco e escola dos crimes mais terríveis da história da humanidade.

Algumas semanas depois, a família de José recebeu uma carta de David e do pai na qual informavam que o nome do campo era RPB (abreviação de Reichsautoban Lager), perto de Breslau. Eles diziam que estavam bem e trabalhavam duramente na pavimentação de uma autoestrada e que podiam receber um pacote com comida e roupa de duas em duas semanas. Não se queixaram de nada, certamente sabiam que a carta seria censurada: havia no envelope um Z enorme. O tenente Haase disse que os

embrulhos deveriam ser mandados pelo correio com o endereço indicado na carta. José pediu a Fela que arrumasse um emprego para ele, pois trabalhar com o lixo, embora rendesse algum dinheiro, não dava direito ao documento de trabalhador. Ela conseguiu o emprego no mesmo dia: ele trabalharia lavando bicicletas e o carro do tenente Haase.

Souberam depois que Francisca passava bem em Lwow, onde os russos governavam, mas Bernardo enfrentava privações e fome em Tarnow. Quando podia, a família mandava toucinho defumado e roupas, principalmente para Joãozinho, o filho de um ano e meio do casal. David e o pai tinham sido levados há quatro meses para a Alemanha quando Fela recebeu um documento, cheio de carimbos, autorizando-a a viajar de trem para Breslau para visitá-los. Embora ficassem felizes, a mãe e o irmão se apavoraram por ela viajar sozinha para a Alemanha numa época em que se acentuavam as perseguições aos judeus. Fela disse à mãe que a data da visita era a que estava determinada no documento, então esta perguntou: “Mas será que o tenente te explicou de que maneira entrarás no campo para poder visitar os nossos?” (NICHTHAUSER, 1976, p. 82).

Todos os amigos queriam saber os detalhes da viagem e enviar cartas, bilhetes e pequenos embrulhos para entes queridos presos no mesmo campo. A autorização era um fenômeno na comunidade, pois os judeus não podiam ultrapassar o portão do seu gueto, a não ser quando estivessem sendo transportados para o campo. Causava perplexidade que Fela, uma moça judia, tivesse sido autorizada a viajar para a Alemanha apenas porque um tenente da Polícia de Segurança do Terceiro Reich prometera essa viagem há alguns meses!

Fela voltou depois de alguns dias. “Vi-os todos”, foram as primeiras palavras da irmã, conta José.

Vi-os, mamãe, como os vejo agora. Vi papai, David, vi todos os outros, dentro do campo e na obra onde eles estão trabalhando. Vi-os e falei com eles o dia todo e vários dias. [...]. David vai voltar brevemente para casa, contou-me papai. Ele já está empenhado na libertação de David perante as autoridades do campo. Papai é muito respeitado por causa dos seus antecedentes no exército alemão (NICHTHAUSER, 1976, p. 85-86).

Fela continuou a contar que o irmão e o pai estavam magros e enfraquecidos, mas o moral e a saúde, em geral, eram regulares. Achou todos bem-dispostos apesar da imensa saudade que sentiam. José ficou surpreso de o pai ter dito que David sairia em breve, pois achava que o pai “sabia perfeitamente que daquele campo, ou melhor, de qualquer outro, ninguém podia sair para voltar para casa” (NICHTHAUSER, 1976,

p. 86). Recordar-se que a irmã disse que jantou com os prisioneiros no campo e que estes cantaram para ela. Fela, que sabia viver bem com todos, nunca falou mal dos alemães, apesar de todo o sofrimento. O importante era “adaptar-se à situação que ninguém podia mudar. Ninguém mesmo, pois todos os países estavam perdendo a guerra contra o nazismo” (NICHTHAUSER, 1976, p. 88). Essa parte da narrativa é diferente de todos os relatos vistos nesta tese, e nas pesquisas que fizemos, não encontramos informações de visitantes judeus nos campos nazistas.

A alegria com a volta de Fela durou pouco. Uma carta enviada para Bernardo retornou e no envelope estava escrito “destinatário deportado – devolver ao remetente”, e a assinatura do carteiro. Para ele os alemães estavam abrindo o jogo. Para onde estavam deportando uma família inteira? Um homem, uma mulher e uma criança de nove meses. Por que deportado? A carta fez a mãe envelhecer muitos anos, apesar de Fela forjar umas mentiras: ser deportado significava apenas que tinham sido colocados em outro lugar para trabalhar, mentira em que muitos acreditaram durante certo tempo do domínio nazista. Para Nichthauser, tudo se resumia a uma só palavra: esperança.

Dias depois David voltou.¹⁷ Abraçou a mãe e disse que aqueles abraços eram do pai para ela. Informou que o pai estava trabalhando na administração do campo; que estava bem; e que desde que Fela visitara o campo tinha havido mudanças, apesar de os guardas estarem mais taciturnos. A irmã arrumou um trabalho para ele. Todos tinham de trabalhar, eram as ordens nazistas. Surge então na mente de José a figura de Moisés Merin, amaldiçoado por uns e abençoado por outros. Ele se tornou o representante dos judeus de Sosnowice e tratava diretamente com Heinrich Himmler a respeito da sorte dos judeus da Alta Silésia:

Criou os famosos centros de imensas oficinas de costura, onde mulheres trabalhavam na confecção de uniformes para os exércitos nazistas, fornecendo ao mesmo tempo milhares de crianças e velhos para centros de destruição. Convenceu os alemães a aceitarem a mão de obra judaica, suspendendo temporariamente a matança, ainda mais maciça do que a planejada pelo alto comando alemão de assuntos judaicos. Era personalidade quase lendária em nosso mundo (NICHTHAUSER, 1976, p. 91).

Todos os secretários de Merin eram da escória de um submundo judaico: ladrões, vagabundos e cafetões, expõe Nichthauser. Merin impediu parcialmente a liquidação dos centros judaicos, evitando a morte brutal de muitos nas câmaras de gás,

¹⁷ O retorno de David ao convívio da família depois de ter ido para um campo de concentração, mesmo não sendo Auschwitz, também é uma informação que não consta em nenhum outro testemunho de judeus.

para onde todos, sem exceção, estavam destinados. Em contrapartida, fazia os judeus trabalharem exaustivamente. Para alguns, graças a ele os mais aptos e mais jovens puderam trabalhar e viver esperando que um dia o nazismo fosse extirpado, levando consigo suas ideias absurdas de uma raça pura.

José relata que a chegada do inverno trouxe mais sofrimento e miséria e os problemas de vestuário e da falta de lenha, carvão e fósforos para aquecimento. Era penoso trabalhar naquele frio rigoroso. Nichthauser (1976, p. 94) recorda-se:

A rotina diária prosseguia no seu normal. Nós, trabalhando para o fortalecimento e a grandeza do Terceiro Reich; os alemães, para subjugar e dominar o mundo livre, fazendo reinar a sua raça de super-homens. Enquanto isto, crianças e mulheres tinham de executar trabalhos acima das suas forças para que a Alemanha pudesse vencer tranquilamente os seus inimigos. [...]. A fome reinava entre quase todos os moradores.

Na reunião do pequeno grupo Betar, organização que pregava a volta para a terra da Palestina, David aconselhava todos a não deixarem cair o moral e para zelar pela limpeza do corpo. O irmão repetia que um corpo sujo pode provocar o abatimento moral e em consequência a perda da vontade de viver.

Em *O mal-estar na civilização* (2011), Freud aborda esse assunto ao comentar que entre as exigências culturais do ser humano estão beleza, limpeza e ordem, que não podem ser considerados fatores acessórios. Isso nos fez lembrar dos testemunhos estudados nesta tese e em todas as privações pelas quais passavam os prisioneiros nos campos de concentração, obrigados a se submeterem às mais diversas situações de falta de higiene e até mesmo a comer alimentos sujos e estragados para não morrer de fome, como acontecia diuturnamente. Tudo isso funcionava como uma forma de abalar e humilhar o prisioneiro.

Certa noite, a família ouviu gritos que vinham da rua: “Todos para fora! Todos para fora!” Fela pediu que David e José vestissem roupas quentes. Fazia muito frio. David saiu da casa para ver o que estava acontecendo. Fela começou a encher algumas sacolas com toda a alimentação que encontrava. Deu uma para cada um deles quando David voltou. Ele disse:

Isto é o começo do fim. Isto é *Judenrein* [livre de judeus]. Eles não querem mais judeus em Andrychow. Estão nos evacuando para um lugar desconhecido. Ninguém sabe de nada e dentro de quinze minutos teremos de estar na rua, pois as casas serão visitadas pelos SS, os quais matarão qualquer judeu que encontrarem dentro das residências (NICHTHAUSER, 1976, p. 95).

José conta que ficou com a garganta seca, era a primeira vez que ouvia uma ameaça de morte. David disse que esse procedimento estava ocorrendo em todas as cidades pequenas do distrito de Silésia e que certamente iam encontrar a mãe. Fela informou o que tinha colocado em cada mochila e pediu que fizessem uma prece, pois começava uma nova vida para eles, que não sabia como seria, mas tinha certeza que seria dura. Como não tinham ideia, naquele momento, de que prece dizer, David orou: “*Shemá Israel, Adonai Elohenu, Adonai echad*. Repita comigo José: Escuta, ó Israel, Deus é único, Deus é um só” (NICHTHAUSER, 1976, p. 96). Apanharam as coisas e saíram à rua. A temperatura era de mais ou menos 15 graus negativos.

Os SS e os policiais judeus estavam na rua monitorando tudo. Os judeus mexiam-se o tempo inteiro para não congelar. Os irmãos pensavam na mãe, mas sabiam que ela estava mantendo contato com vários parentes no local em que trabalhava. Tinham esperança de que ficasse bem. José conta que jamais imaginaram o que iria acontecer mais tarde. O dia já estava clareando quando deram ordem para avançarem. Depois de algum tempo chegou o tenente Haase, que se aproximou dos SS e os saudou à maneira hitleriana. Era a primeira vez que o viam fazer aquilo. Com as mãos às costas, aproximou-se de Fela e disse: “Nada vos acontecerá de mal. Irão trabalhar. Desejo-vos muita felicidade” (NICHTHAUSER, 1976, p. 98). Fez meia volta e, sem olhar para trás, entrou no automóvel e partiu. Tinha um bom coração. José acredita que ele não queria *Judenrein*, mas tinha de ficar calado e obedecer.

Um SS com um bastão na mão indicava esquerda ou direita. Separava as famílias apenas com esse gesto. Ninguém sabia ainda o motivo da seleção. Do lado esquerdo foram colocados velhos, mulheres e crianças de colo; do lado direito, os jovens com um mínimo de 16 anos. Ninguém sabia o motivo real daquela segregação. Quando chegou a vez dos três irmãos, o SS perguntou:

– “É a senhorita quem trabalhou para o tenente Haase?”

– “Sim, senhor coronel, fui eu”, respondeu Fela.

– “Estes dois são seus irmãos?”

– Sim, senhor coronel”, respondeu Fela quase desfalecendo. O bastãozinho girou para o lado onde estava o pequeno grupo de jovens.

– “Vão para lá”, disse o SS.

“Todos estavam numa passividade inexplicável diante dos carrascos nazistas. A esperança e a fé no Todo-Poderoso eram tão grandes, como grande era a aceitação do suplício que eles iriam experimentar sem o saber”, relata Joseph Nighthausser (1976, p. 100). Chegaram alguns caminhões bem fechados, com encerado de cor verde e guarnecidos por dois soldados das tropas SS. Entraram no caminhão, pela porta traseira, os velhos e as crianças em fila. As mulheres foram empurradas porque não conseguiam subir rapidamente, sendo auxiliadas por quem já estava dentro do caminhão. Todos subiram com seus pertences. Nem gritos nem lágrimas, alguns acenos com as mãos. Pais e mães jovens esperavam no pátio. “Foram encontrar-se com Deus a fim de lhe contar os males do povo judeu naquela terra” (NIGHTHAUSER, 1976, p. 101).

O outro grupo tomou a direção da via férrea, com os pertences nas mãos, e atravessaram a cidade. Os transeuntes desviavam o olhar. Entraram nos vagões que aguardavam na estação e sentaram-se nos bancos de madeira. O trem apitou e partiu. Destino desconhecido...

Nighthausser enumera os campos pelos quais ele e o irmão David passaram desde a extinção do gueto de Andrychow: Sosnowice; Sucha; Sakrau; Bismarkhutte; Reigersfeld; Auschwitz; Gross-Rosen; Buchenwald. Faz um resumo de como funcionava cada um, o tipo de trabalho executado e o número de mortos.

3.5.1 Primeiro campo: Sosnowice

Nighthausser recorda-se que chegaram à estação, antes do campo, depois de mais ou menos três horas de viagem. Ela estava cheia de soldados de todas as armas. A porta abriu-se e ouviram uma ordem: “Peguem suas porcarias e caiam fora, rapidamente! E nada de molezas! Andem!” (NIGHTHAUSER, 1976, p. 110). Os irmãos procuraram permanecer juntos. José observou que não havia ninguém da idade dele. Todos os amigos e parentes tinham ficado nos caminhões. Ele perguntou ao irmão por que os SS gritavam tanto. David respondeu que era para assustar os judeus; o objetivo era aniquilá-los e submetê-los a uma disciplina de ferro; assim, tinham de manter o moral alto para não sucumbir de corpo e alma ao nazismo.

Os prisioneiros entraram no campo cercado de arame farpado. Havia um pátio grande e um edifício de vários andares. Ficaram em fila, e um major das tropas SS ficou à frente do grupo. As mulheres foram separadas e entraram no edifício. Um sujeito

pediu a atenção de todos. Num alemão misturado com ídiche, deu as seguintes informações: ele era o chefe daquele campo de seleção; cada um seria selecionado para um campo de trabalho de acordo com sua capacidade física; no campo não havia cozinha, então todos deviam comer o que tinham trazido de casa; no dia seguinte ou no outro saberiam para onde iriam; que nenhum mal aconteceria a ninguém; que não tentassem fugir e se comportassem bem a fim de não serem enviados para Auschwitz. Alguém perguntou o que aconteceria se eles fossem para Auschwitz, o que ocorria lá, que trabalho terrível fariam em Auschwitz. O homem respondeu que só um idiota faria uma pergunta daquelas e bem se via que era de uma cidade pequena. “Em Auschwitz, meus cretinos, não se trabalha. Lá, a gente *vira fumaça*” (NICHTHAUSER, 1976, p. 113). Saiu com a cabeça erguida, todo orgulhoso de si mesmo, como se tivesse dito uma grande poesia. Acompanhou-o um murmúrio surdo, comentando-se a fumaça de Auschwitz. Não podiam imaginar o sentido real.

No dia seguinte, a luz acendeu-se e alguém gritou: “Levantem-se, seus porcos! Rápido! Desçam correndo!” (NICHTHAUSER, 1976, p. 114). O judeu, “servo dos alemães”, como disse David, mandou que fizessem uma fila no corredor e sentassem no chão. Informou que sairiam por um momento e todos deviam deixar ali tudo o que possuíssem – dinheiro, joias, relógios e outros objetos de valor. Quem deixasse de depositar voluntariamente o que estavam exigindo, repetiu, e fosse apanhado mais tarde com algum objeto, seria punido de forma severa de acordo com as leis. A ganância e o roubo eram os sintomas da presença do mal naquele caso. “Para onde vocês vão não há necessidade de ter joias ou relógios, pois nós providenciaremos tudo, para vocês não terem preocupações de pensar em coisa alguma. Apenas trabalhar” (NICHTHAUSER, 1976, p. 115).

Durante todo o dia não receberam água ou alimento; ficaram deitados nos beliches. Depois veio a ordem para descerem ao pátio. Após alguns minutos ouviram um tiro. Todos se voltaram e viram um homem dependurado na cerca. Um SS disse que, na confusão, o homem tentara fugir. Presenciaram assim o primeiro assassinato.

Viram Fela e outras mulheres a distância. Ela sorriu para eles, que retribuíram apenas para encorajá-la também. Naquele momento, José foi separado do irmão. David estava com os olhos esbugalhados pregados nele. Aí compreendeu o horror nos olhos do irmão: ao seu lado só havia gente velha ou de aspecto doentio; aquele grupo devia estar destinado à morte. Assustado, ele diz ao SS que quer trabalhar e formar uma equipe com o irmão. Era assim que trabalhavam na oficina da Gestapo. O SS autoriza e ele

corre para o grupo do irmão, que acabara de entrar no prédio. Viu Fela e soube que ela tinha compreendido tudo. No corredor, caiu nos braços do irmão, que falou: “Desta vez eu gostei muito, só assim iremos sair desta porcaria de guerra. Basta esta coragem que você demonstrou perante o major Knoll. Seja sempre assim e veremos estes filhos da p... perderem a guerra” (NICHTHAUSER, 1976, p. 119).

3.5.2 Segundo campo: Sucha

Quando chegaram ao campo, estavam mortos de frio, pois o trem em que viajaram não tinha teto. A viagem durara algumas horas, mas sentiam um cansaço imenso. Marcharam por 15 minutos até o campo. Este não era guardado por soldados, mas por policiais judeus, conhecidos por seus uniformes e por sua arrogância. Em cada quarto do prédio, oito colchões de palha colocados no chão. Pela primeira vez em quatro dias receberam a primeira comida quente: uma sopa, acompanhada de um pão. Alguém no grupo perguntou ao encarregado do campo para onde tinham sido levados os velhos e as crianças. O homem mostrou-se aborrecido e não respondeu. David explicou a José que no mundo dos nazistas não havia lugar para os judeus velhos e para as crianças, nem para as mulheres de certa idade. José perguntou ao irmão: “Achas que eles poderiam ter matado tanta gente, e todas estas crianças? Achas que isto é humanamente possível?” O irmão disse:

Olhe, José, eu não sei nada mais do que você sabe. Posso apenas fazer suposições e lançar hipóteses ou ainda tirar deduções dos fatos. [...]. Não acredito que eles deixem com vida todos os que foram levados em caminhões de Andrychow. [...] O sistema deve ser sempre o mesmo: os velhos para serem liquidados, junto com as mulheres, mas não entendo o que eles fazem com as crianças. Não acredito que as crianças estejam sendo liquidadas também. Nunca se fez isso até hoje (NICHTHAUSER, 1976, p. 123).

José ficou desesperado com as explicações do irmão. Isso significava que esse seria também o destino de sua mãe, que seria morta apenas por ser judia. Não podia acreditar que pudesse ser verdade. Eles podiam desprezá-los, odiá-los, bater, cuspir e rir deles, mas matar a sangue frio, matar sua mãe, aquilo não entrava em sua mente de menino de 13 anos. Não aceitou, não acreditou. Não podia ser verdade. Depois das explicações, David levantou-se, pôs o boné na cabeça e disse a prece, murmurando e balançando um pouco o corpo.

No dia seguinte, acordaram cedo para o trabalho. No refeitório, receberam uma grossa fatia de pão e uma grande xícara de café preto. Souberam por outro judeu que nem todos de Wadowice, onde trabalhava a mãe, tinham sido eliminados. O prefeito fora obrigado a entregar uma cota de pessoas. Os outros continuavam trabalhando na produção de uniformes para os nazistas.

David, José e um grupo de jovens foram designados para cortar mato e confeccionar “bonecos” para reforçar as margens do riacho Skawa. Cada pessoa tinha de confeccionar 35 bonecos. Na pausa do almoço, em que comeram um sanduíche frio, os jovens conversaram entre si. Também havia no grupo algumas moças. Quase todos estavam sozinhos, sem parentes, cujo destino era desconhecido. Todos suspeitavam que os outros tinham morrido de alguma maneira. Após o trabalho, voltaram para o campo, onde receberam ordem de tomar banho e em seguida um prato de sopa e uma porção de batatas e repolho. David apresentou José ao grupo de amigos. Muitos eram do grupo Betar.

Na semana seguinte, José adoeceu de pneumonia. Ele tentara salvar um jovem que caíra na água gelada. No final, outros jovens tiveram de ajudar, pois o rapaz agarrou-se a José desesperadamente porque não sabia nadar, e ambos quase se afogaram. José então foi mandado para a enfermaria.

Tornara-se um hábito no campo os alimentos suplementares, conseguidos por meio de troca pelo pão ou pela sopa. Como não possuíam objetos de valor, os judeus trocavam o que tinham – sapatos, camisas, lençóis, cobertores, enfim, tudo que ainda era deles e tinha algum valor comercial – por alimentos. Os poloneses os procuravam na construção para essa espécie de comércio proibido.

No último dia antes de voltar ao trabalho, José ficou assustado quando não viu o irmão retornar. Perguntou ao encarregado do campo; este informou sobre uma abordagem policial no trem de volta do trabalho e que David tinha sido apanhado transportando meio quilo de manteiga e um salame. O irmão fora levado para a sede da Gestapo na cidade. José pediu ao senhor Klapholz que fizesse alguma coisa para ajudar seu irmão, pois era o único que ficara de toda a sua família. Ele respondeu que ajudaria no que fosse possível, pois conhecia algumas pessoas da Gestapo. Zelma levou José para o quarto e tentou acalmá-lo, mas ela também chorava. Os outros rapazes entraram cabisbaixos e falando baixinho. Depois de algum tempo, o senhor Klapholz entrou com David no quarto, e este disse:

Para com esta cara de tristeza. Agora já acabou. Estou livre. O senhor Klapholz tirou-me de lá. Nem terei mais que voltar. Queriam saber quem eram os poloneses que me vendiam aqueles alimentos. Mas eu expliquei que você estava doente e que eu os ganhara de um mestre, sem fazer comércio algum (NICHTHAUSER, 1976, p. 132).

Chegou a primavera. Um dia ouviram o barulho de uma metralhadora. Contaram que um moço que fugira do gueto de Sosnowice e se refugiara ali há uns dias, viu a chegada dos SS no campo e tentou fugir pulando a janela, mas um soldado o viu e atirou. Instantes depois, veio a ordem para que todos fossem ao pátio levando seus pertences, pois seriam repatriados para um lugar na Alemanha. Desceram e formaram pequenos grupos, falando baixinho e demonstrando medo. Perto do poço, no centro da praça, jazia um corpo, o de André Schwartz. Todos partiram em seguida em direção à via férrea. Iriam para a Alemanha, portanto não para Auschwitz, que ficava a uns quarenta quilômetros de Sucha.

Quando o trem partiu, David disse a José: “Cabeça para cima! Vamos conhecer mais cidades! Tudo por conta dos alemães! [...], tudo vai acabar bem, vamos simplesmente para um outro campo” (NICHTHAUSER, 1976, p. 135). David ia triste. Zelma tinha sido colocada em outro vagão, só de mulheres. Mal tivera tempo de se despedir. José conta que admirava a alegria de David. Ele era excepcionalmente forte e controlado. “Quero te dar um beijo, David, disse eu. A frase escapou-me e fiquei envergonhado de tê-la pronunciado. Mas ele aproximou-se e disse: ‘Podes...’”, recorda-se José (NICHTHAUSER, 1976, p. 136).

3.5.3 Terceiro campo: Sakrau

Depois de um dia de viagem chegaram a uma estação solitária. Não havia placa indicando o local. Foram colocados em fila e caminharam pela estrada. Era um lugar deserto com um mato baixo. Souberam apenas que nesse campo seriam feitas escavações para uma fábrica de armamentos. As moças marchavam atrás dos rapazes. Um deles tentou fazer um sinal para uma das moças. Foi repreendido, insultado e ameaçado pelos soldados: “vira-latas”, “suínos” e outros xingamentos que envolviam as mães e as avós. Começava uma verdadeira disciplina militar. Marcharam por três horas. Estavam exaustos.

Chegaram a um campo cheio de prisioneiros, que sequer ergueram os olhos para os novatos. A primeira coisa que perceberam é que todos tinham as cabeças raspadas, um aspecto físico precário, magros e sem expressão no rosto. Receberam ordem de parar. As moças foram levadas para os barracões. A ordem era ficarem ali. Mal se aguentavam em pé. De um barracão saíram um prisioneiro bem vestido e, atrás dele, dois oficiais. Quando chegou perto, este gritou: “Atenção! Silêncio! Silêncio!” (NICHTHAUSER, 1976, p. 137). Era um prisioneiro-chefe. Ele fez a contagem de todos com cuidado. Quando terminou, postou-se à frente dos oficiais e disse à maneira militar: “Chefe do setor do campo Sakrau anuncia a chegada de duzentos e quarenta prisioneiros do campo Sucha, às suas ordens!” (NICHTHAUSER, 1976, p. 138). Os oficiais voltaram para o barracão. O prisioneiro-chefe continuou:

Atenção todos! Agora vão cortar os cabelos, tomar banho e uma sopa; depois irão para seus alojamentos. Amanhã é dia de trabalho. [...]. Se trabalharem bem serão bem tratados, mas aquele que desobedecer será castigado, podendo ser mandado para Auschwitz, onde lhe será ensinado como trabalhar. Sigam-me, irão agora ao barbeiro (NICHTHAUSER, 1976, p. 138).

No campo, os cabelos foram raspados. David disse que eles estavam engraçados, mas ia ser útil para que nenhum bicho ficasse preso em seus cabelos. E continuou explicando que os alemães agiam assim para desmoralizá-los, mas tinham de reagir e não se deixar abater. Em seguida foram para a fila na cozinha. Entregaram a cada prisioneiro uma tigela com uma sopa verde e rala, sem gosto, acompanhada de uma porção de pão, mas disseram que o pão já era para o dia seguinte. Um prisioneiro novato argumentou que se era para o dia seguinte não deviam distribuir naquela hora. Recebeu como resposta uma esbarrada de um dos companheiros da cozinha, o que o fez derramar toda a sopa, sem direito a reposição. A brutalidade dos cozinheiros surpreendeu a todos.

Os prisioneiros foram encaminhados para a barraca n. 26, onde havia beliches e uma cadeira para cada dois prisioneiros. José adormeceu em seguida. Ouviu David gritando ao seu ouvido: “Levanta, José, levanta!” José disse que sentiu como se tivesse acabado de dormir. Era madrugada ainda. Todos se vestiram rapidamente. Em frente ao barracão, entregavam uma xícara de café para cada prisioneiro. Aquele era um campo de concentração de trabalhos forçados, sob a guarda e a mira de soldados nazistas. Quase não entendiam as ordens, que eram dadas numa mistura de ídiche e alemão. Os chefes berravam sem parar. Os soldados, ao contrário, permaneciam silenciosos.

Marcharam por um terreno cheio de buracos e de lama. Os sapatos tornaram-se pesados, dificultando a caminhada. Os chefes distribuíaam socos e pontapés.

Finalmente chegaram ao local das obras, uma planície cheia de máquinas, ferramentas e barracões. Várias correias funcionavam e os prisioneiros, seis de cada lado, tinham de cavar a terra argilosa e colocá-la nas correias, preenchendo-as. Receberam então pás e picaretas. Quem trabalhasse devagar não receberia sopa ao meio-dia. Uns cavavam e outros revolviam a terra e carregavam-na até a correia. David disse a José para fazer o serviço devagar, agitar bem o corpo e aparentar fazer um grande esforço; que tinha de parecer que estava trabalhando sem parar. Acrescentou ainda que teriam de aguentar até o fim da guerra. José narra em seu testemunho que aquelas palavras do irmão lhe deram força. Os chefes eram nojentos. Judeus como eles, prisioneiros também, mas colaboravam com os alemães daquela forma vergonhosa. Quando José falou isso a David, ele respondeu que eles queriam apenas salvar a própria pele, que tinham perdido a família como eles; que um dia eles teriam de prestar contas pelo que estavam fazendo com outros judeus, pois ninguém os estava obrigando a surrar os outros daquela forma. “Não são maus, mas serão julgados um dia” (NICHTHAUSER, 1976, p. 142).

Os prisioneiros sabiam que não podiam levar um pontapé que os incapacitasse para o trabalho. Seria o fim. Muitos morriam por esgotamento físico em razão da carência de alimentos e do trabalho extenuante, e os chefes eram culpados disso. Teriam de prestar contas, pois tinham mais chances de sobreviver do que eles. Não trabalhavam e recebiam rações maiores. Havia leis que proibiam sevicar alguém mesmo para salvar a própria vida. “Repito e não cansarei de dizer que o único jeito de atravessar esta situação é evitar que alguém nos surre. Dói fisicamente e desmoraliza por completo qualquer um, disse David” (NICHTHAUSER, 1976, p. 143).

No campo de Sakrau não havia atendimento médico apesar da necessidade de mão de obra dos alemães. Também não havia mortes por tiro ou enforcamento. As pessoas morriam de morte natural ou de disenteria. Pela manhã, um grupo recolhia os cadáveres e os enterrava num bosque próximo. Não deixavam marcas ou nomes. Eram jogados na cova e cobertos com terra, como se fossem cachorros. Às vezes alguém recitava o *Kadischn*, prece israelita, pelos mortos.

Os prisioneiros trabalhavam debaixo de chuva ou de sol. Chovia muito naquela manhã. Estavam todos encharcados enquanto aguardavam ordem para marchar para o trabalho. Apareceram vários soldados que não eram da guarda daquele campo. Foram

informados que seriam transferidos para outro campo. Seguiram em marcha para a via férrea.

José continua sua narrativa expondo a sequência dos fatos. Os prisioneiros viajaram nos dois últimos vagões do trem. Chegaram a uma estação enorme e barulhenta. Havia soldados alemães por todos os lados. Souberam que aquela cidade representava o centro da indústria pesada: altos-fornos, prensas, laminações, fundições gigantescas – tudo o que os alemães precisavam a fim de continuar sua luta para dominar o mundo. Esperaram na estação durante muito tempo. Nos campos anteriores não havia tropas da SS, mas apenas do Wermacht, o exército regular da Alemanha. David disse que tanto fazia para eles que os soldados fossem do Wermacht ou da SS. Tinham de trabalhar de qualquer jeito. Os alemães precisavam do trabalho dos judeus. Perceberam que ficariam sob as ordens da SS: “Avançar!”, eles disseram. Começaram a marchar cruzando a pequena cidade, com ruas limpas e cheias de árvores. As sinalizações indicavam o campo de trabalhos forçados de Bismarkhutte.

3.5.4 Quarto campo: Bismarkhutte

David e José chegam ao quarto campo de concentração, composto apenas de quatro barracas. O portão era de arame farpado. José calculou que ali caberiam duzentos prisioneiros. Encontraram ali várias pessoas de sua cidade. Os SS os mandaram deixar os objetos pessoais no chão. David e José ficaram entristecidos porque tinham conseguido guardar alguns alimentos para uma eventualidade. O chefe do campo era um judeu francês. Ele disse que cada um teria de dar o melhor de si para justificar a existência do campo e o bom tratamento que receberiam dos SS. Foram alojados em quartos grandes, bem espaçosos. Receberam informações sobre o trabalho naquele campo, a comida, o tratamento dado pelos SS, que, ao contrário da informação do chefe judeu, não era dos melhores.

Nichthauser percebe que a tragédia é igual em todos os campos. Mudam os locais, mas não a vida que levam neles. Conforme registro, ele e o irmão passaram por nove campos. Tudo é imenso e devastador. Em um ano nos campos, levado pelas circunstâncias dolorosas, ele amadurece e seus sentimentos vão se intensificando na narrativa com o passar dos meses, mudando de estupefação para revolta. O campo vai se

agigantando no olhar da criança e suas perspectivas também se modificam. Aprende a lutar e a se adaptar.

Um dia, andando pelo campo, José viu por uma fresta um quarto com cadeado em que depositaram os objetos tirados dos judeus. Ele achou um prego solto e forçou o cadeado, que cedeu. Saiu dali assustado e avisou o irmão sobre o que tinha feito. David o seguiu e voltaram ao local. José vigiou o local enquanto David entrava e retirava parte de suas coisas e enfiava no casaco. Voltaram assustados para o quarto e respiraram aliviados. Agora tinham se reduzido à condição de simples ladrões! Esta era uma situação que José jamais imaginara em sua vida: ser compelido a roubar! Avisaram alguns amigos, mas alertaram sobre o perigo que iriam correr. Na situação em que se encontravam, tal atitude era desculpável, pois o cenário ao redor era de fome e miséria. Encontrar o depósito de alimentos salvaria muitos naquele dia.

Para Bauman (1998, p. 173-174), assim se desencadeava a luta pela sobrevivência:

Uma compulsão irresistível de viver punha de lado os escrúpulos morais e, com eles, a dignidade humana. No meio da luta generalizada pela sobrevivência, o valor da autopreservação era entronizado com incontestável legitimação da escolha. Tudo o que servia à autopreservação era certo. Quando o que estava em jogo era a viagem final, todos os meios para evitá-la se justificavam.

Mais tarde ouviram um apito forte e o aviso: “Todos para fora”. Chamada para revista!” Era uma chamada, acrescida de seleção e classificação de prisioneiros para o trabalho do dia seguinte. David ofereceu-se para trabalho voluntário ao ar livre como verificador dos trilhos onde passava o trem carregado com terra. Um SS perguntou: “Quem entende algo de locomotiva a vapor?” José respondeu, batendo com os calcanhares: “Eu, senhor sargento! Entendo, sim, aprendi na escola como funciona uma locomotiva a vapor” (NICHTHAUSER, 1976, p. 152). José aprendeu logo o trabalho e mantinha a locomotiva limpa. O mestre de obras berrava o tempo inteiro. A locomotiva tinha de estar sempre cheia. O trabalho era pesado. Trabalhavam o dia todo e ao meio-dia recebiam uma sopa que os deixava mais famintos. Narra Joseph Nichthausen (1976, p. 155):

Havia naquilo um prazer sádico de gritar, berrar e surrar todos aqueles judeus indefesos, esfomeados e maltrapilhos, que só podiam obedecer, fazendo esforços tremendos para conseguirem o rendimento desejado pelos mestres de obras. Meu trabalho parecia infantil em comparação com o que os outros

faziam. Tinha apenas que colocar algumas pás de carvão na caldeira, prestar atenção nos trilhos e antes de mais nada manter a limpeza perfeita dentro e fora da máquina.

O relato de Nichthauser sobre a falta de banho como aniquilamento moral é observado em dois outros livros de testemunho analisados nesta tese. Ele conta que ao voltarem do trabalho o cansaço era tão intenso que só pensavam em se jogar na cama, adormecendo ou ficando em um torpor, com os olhos fixos na parede. O fato de não se lavarem constituía o primeiro passo para a doença, assim como o desleixo, que provocava o aniquilamento moral. José conta: “A indiferença a tudo que se passava em volta predominava no comportamento de quase todos. [...] David e eu estávamos em bom estado. Emagrecêramos muito, mas em compensação ganhávamos forças morais” (NICHTHAUSER, 1976, p. 155). O irmão sempre repetia que tinham de aguentar e não cair num autoabandono. Por isso davam um jeito de se limpar do modo que fosse possível.

Certa manhã, os prisioneiros foram divididos em dois grupos: um grupo iria para Theresienstadt; o outro, para Reigersfeld. Souberam depois que o primeiro grupo morreu alguns meses depois de tifo. No segundo estavam David e José.

3.5.5 Quinto campo: *Reigersfeld*

David e José chegam ao quinto campo de concentração. Era como os outros. A única diferença era que ali havia barracas de trabalhadores de diversas nacionalidades: franceses, tchecoslovacos, poloneses, belgas, ingleses, australianos, iugoslavos, gregos. Todos trabalhavam na gigantesca construção da futura fábrica de produtos químicos. O chefe do campo era um judeu francês, vesgo e antipático de nome Lew, que disse que ali não havia lugar para doentes, preguiçosos ou malandros e expôs as regras do campo: todos tinham de colaborar; não havia tolerância para transgressão às disciplinas; não era permitido conversar com as moças da cozinha; máximo de limpeza nos alojamentos; as infrações seriam punidas com pauladas ou encarceramento na solitária e sem alimentação. Ordenou que fizessem grupos de cinquenta prisioneiros e que fossem para seus quartos.

Tinham de ter esperança, mas nada lhes garantia que Hitler perderia a guerra – pois estava ganhando em todas as frentes – ou que os nazistas deixariam testemunhas das atrocidades que estavam cometendo.

No primeiro dia de trabalho, o seguinte à chegada, David reconheceu o soldado que ia ser responsável pela vigilância: Grabke, que tinha trabalhado com eles na oficina da Gestapo em Andrychow. Ele perguntou se o soldado se lembrava deles, e este respondeu: “Lembro-me perfeitamente bem. Vocês dois trabalhavam na nossa garagem e sua irmã Lucy trabalhava na cozinha, não é mesmo? Onde ela está agora? Que coincidência! Ah! Vocês sabem que eu estava no mesmo campo com seu pai?” (NICHTHAUSER, 1976, p. 161). David pediu a ele que contasse tudo o que sabia sobre o pai e que não tinham notícia da mãe ou de Lucy. Ele respondeu que não sabia nada de Fela. As crianças, os velhos e as pessoas de Wadowice – onde estava a mãe deles – tinham sido levados para o noroeste da Polônia, para um campo chamado Treblinka, do qual não tinha informações. Informou aos jovens que encontrara o pai deles em Ludwigsdorf fazia alguns meses, e provavelmente devia ainda estar lá, mas ele, Grabke, tinha sido mandado para onde estavam agora. David ficou comovido e agradeceu.

Grabke informou ainda que na semana seguinte iria a Ludwigsdorf enviar alguns alimentos para a família dele em Breslau, pois tudo o que havia de alimentos estava sendo enviado para os soldados na frente de batalha, portanto para eles também faltavam alimentos. Disse ainda que procuraria notícias do pai deles e que transmitiria informações dos filhos ao pai, afinal não havia leis que proibissem os prisioneiros de tentar obtê-las. Disse que aguardassem. Informou ainda que David e José trabalhariam no descarregamento de sacos de cimento dos vagões e cada um teria de descarregar 180 sacos por dia. Quando acabassem, poderiam descansar.

Quando os prisioneiros começaram a trabalhar, viram como o serviço era pesado. Os primeiros trinta sacos foram fáceis, mas depois... David mandava José ir à latrina a fim de que pudesse descansar enquanto estivesse lá e continuava o trabalho. O serviço demorou por vários dias. Os trens não paravam de chegar. Certa noite, além do trabalho exaustivo durante o dia, Lew determinou que de duas em duas horas dois judeus vigiassem a porta do alojamento para que ninguém fugisse. Todos sabiam que aquela não tinha sido uma determinação dos SS, mas do próprio chefe judeu. David e José pegaram um turno, mas como este último não se aguentava em pé e acordado, David o incentivou a ir dormir. Indagado por Lew, que infelizmente o tinha encontrado sozinho, David respondeu que o companheiro era seu irmão e estava um pouco doente,

por isso o mandara para a cama, mas estava de prontidão. Do quarto, José ouviu tudo, pulou da cama e saiu da barraca a tempo de ver Lew esbofetear David enquanto gritava: “Desta vez estou perdendo, mas da próxima vocês dois irão para o campo de Auschwitz” (NICHTHAUSER, 1976, p. 163). José conta que naquele momento sentiu o ódio sufocá-lo e jurou a si mesmo que um dia vingaria o irmão.

Depois de alguns dias, viram de longe o conhecido Grabke cuidando de outro grupo de trabalho. Contudo, parecia que ele os evitava. Isso aconteceu várias vezes. Certa vez, quando David tentou se aproximar de Grabke, este se afastou rapidamente. Os irmãos ficaram inquietos, pois sabiam que ele era um homem bom. Alguns dias mais tarde, depois da sopa da noite, dois amigos disseram a eles que tinham uma notícia triste a dar. Era um recado da parte de Grabke, que estivera em Ludwigsdorf e tentara dar notícias dos dois irmãos ao pai deles, mas soubera que este tinha falecido de morte natural dentro do campo há uns dois meses. David soltou um gemido terrível e começou a chorar convulsivamente. José lembra-se que não conseguiu chorar e sentiu uma imensa pena de ver o irmão chorando como uma criança. Tentou chorar, mas as lágrimas não vieram. David pediu que contassem a verdade, como o pai morrera e se tinha sofrido. Os amigos disseram que era tudo o que sabiam. Acrescentaram que ele tinha sido enterrado num bosque próximo ao campo, mas era do conhecimento de todos que os alemães não deixavam vestígio de onde os prisioneiros tinham sido enterrados.

Os amigos de David e José os incentivaram para que rezassem o *Kadisch*, a prece pela alma dos mortos, de manhã e à noite durante um ano e que só poderiam rezá-la na presença de dez pessoas adultas, no mínimo. Assim são as leis judaicas. Esse é o único momento na narrativa em que se fala de religiosidade. Não havia espaço ou tempo nos tormentos do dia a dia para praticar qualquer rito judaico.

José narra que só então as lágrimas vieram. O irmão o abraçou chorando, sem falar. As palavras eram desnecessárias. Choravam porque o pai morrera longe dos filhos e não houve alguém para lhe fechar os olhos nem lhe dar um último consolo. Foi enterrado num bosque sem nenhuma cerimônia. Os amigos pediram que eles se levantassem para dar início à prece. Rezavam sempre a prece da noite sem convicção, mas dessa vez o faziam com fervor. Todos murmuravam. Depois um breve silêncio. Uma voz na escuridão do quarto disse: “Vocês dois dirão o *Kadisch*” (NICHTHAUSER, 1976, p. 165).

José repetia as palavras que o irmão pronunciava. Não sabia de cor, mas a prece tinha de ser dita pela alma do seu pai. E acrescenta:

Tinha certeza que Deus queria assim e que com aquela prece talvez meu pai conseguisse um lugar e a paz eterna no céu. Lá de cima nosso pai cuidaria de nós. Acrescentei mentalmente uma pequena prece para que ele olhasse por todos nós e que um dia pudéssemos nos reunir, pelos menos os que restávamos da família. Somente isto pedi a meu pai, naquela oração que rezei em polonês (NICHTHAUSER, 1976, p. 165).

Nos dias que se seguiram, eles repetiram a mesma prece duas vezes ao dia, pela manhã e à noite, acompanhados de alguns homens, mas nem todos acreditavam mais no poder místico daquela prece. Estavam desiludidos. Deus os havia abandonado completamente. Os dias continuaram no mesmo ritmo cansativo.

Passados alguns dias, receberam das mãos dos soldados alemães um jornal antisemita com a seguinte frase: “Eis aqui os judeus que querem combater nossos exércitos” (NICHTHAUSER, 1976, p. 166). E mostraram uma foto de dois prisioneiros judeus que tentaram fugir de Reigersfeld e foram sumariamente apanhados e fuzilados. Expuseram isso para desencorajar outras tentativas de fuga. Os cadáveres foram expostos no pátio, e os prisioneiros tinham de olhar para eles. No segundo dia, havia um cheiro insuportável; depois foram removidos e enterrados nos arredores. Naquela semana, David abraçou José e perguntou-lhe se ele se lembrava que dia era aquele. Diante de sua resposta negativa, ele o abraçou e disse que Fela estava fazendo, naquele dia, 19 anos; que apenas podiam se abraçar e desejar saúde a ela, mesmo distantes.

No domingo seguinte, chegaram ao campo vários caminhões fechados dos quais desceram soldados da SS. Um deles ordenou ao comandante Lew que fizesse a chamada geral de contagem e que todos pegassem suas coisas, pois seriam evacuados imediatamente. Ninguém ficaria no campo Reigersfeld. Os prisioneiros esperaram em pé no frio por um longo tempo e depois receberam ordem de entrar nos caminhões.

3.5.6 Sexto campo: Auschwitz

Viajaram em silêncio por várias horas. Quando chegaram ao campo, ninguém podia supor que ali fosse Auschwitz. José conta que o lugar era enorme, uma verdadeira cidade, e havia um movimento febril por todos os lados. Os prisioneiros usavam uniformes listrados de branco e azul: camisa, calça, paletó e uma espécie de chapéu por causa do frio. Um prisioneiro tinha uma faixa amarela no braço na qual se lia o nome “*Kapo*”. Pelas feições, percebia-se não ser judeu. Não podiam acreditar que estavam em

Auschwitz, onde tanta gente conhecida tinha chegado e não saíra; onde se dizia, às escondidas, que todos os horrores eram ali praticados: torturas físicas, experiências dolorosas com cobaias humanas. “Era a nossa vez”, pensou José (NICHTHAUSER, 1976, p. 169). Ao prisioneiro restava apenas se adaptar às mais diversas situações de violação de seus direitos e tentar sobreviver.

No pátio, um tenente da SS, berrou: “Vocês receberão alimentação suficiente para trabalhar e não morrer. Não para sobreviver. Vocês todos trabalharão, terão que dar o máximo de si mesmos para justificar a sua existência” (NICHTHAUSER, 1976, p. 170). Um SS disse que precisava dos especialistas; outro disse que não poderia entregar ninguém, pois as ordens que recebera era para dar tratamento especial a todos os grupos que chegassem dos outros campos, e apontava com os dedos: “Eles não servem para nada. Em alguns dias estarão mortos e perderemos despesas de transporte, fornecimento de roupas regulamentares, alimentos, água etc. Não adianta, Herr Forster. Estes, não entrego. Não posso. Ordens são ordens” (NICHTHAUSER, 1976, p. 170). O primeiro tornou a protestar, mas o SS respondeu que não podia ir contra as ordens expressas que recebia do major Eichmann. Afastaram-se, então, para telefonar ao tal major.

Nesse intervalo, David comentou se José tinha visto a inscrição na porta de entrada. Não? “*Arbeit Macht Frei*. O Trabalho Liberta”, disse o irmão a ele. E completou: “Deviam ter escrito: ‘Deixai qualquer esperança, vós que entráis’”¹⁸ (NICHTHAUSER, 1976, p. 171). O comentário sobre a escrita no portão também foi feito por Primo Levi em *É isto um homem?* José respondeu que não sabia nem queria. Ao fundo puderam ver a cerca de arame farpado; o arame era montado em isoladores de porcelana, indicando alta tensão. Ouviram som de música, lembra-se José. A informação sobre música no campo de Auschwitz é dada por todos que lá estiveram e sobreviveram.

Entraram em seguida numa sala onde estava escrito “Banhos”, e o *Kapo* ordenou que tirassem as roupas. Receberam um sabonete e entraram no chuveiro com água bem quente. Fazia muito tempo que não tomavam banho quente, e isso os alegrou. Mandaram que saíssem correndo sem se enxugar e entrar na outra sala, cujas janelas não tinham vidro e por onde entrava um vento gelado. José disse que todos ficaram calados, sem coragem de abrir a boca diante de tanta bestialidade e tratamento desumano. Esperaram muito tempo, horas a fio, gelados, pulando e se esfregando para

¹⁸ Essa é uma referência direta ao inferno de Dante.

amenizar um pouco o frio. Vários prisioneiros entraram com trouxas e as jogaram no chão; dentro havia as roupas listradas. Continuaram aguardando. Mandaram que todos esperassem na fila, só aí veio a distribuição do vestuário: cueca, camisa, calça, paletó e um par de meias e sapatos. Vestiram-se rapidamente. Nem perceberam que umas eram grandes demais, e outras, pequenas.

Depois que todos estavam vestidos, foram encaminhados ao “ambulatório”. Os primeiros a ser chamados saíram alguns minutos depois com a manga arregaçada e olhando o antebraço esquerdo. Uns davam pequenos sopros para aliviar a dor e outros contorciam o rosto. Viram claramente o número tatuado no braço, como animais de filmes de Far West! Chegou a vez de David e José; eles viram uma espécie de agulha-injeção. À chamada, estenderam o antebraço ao SS, que riscou um número de uma lista à sua frente, molhou a ponta no tinteiro e deu a primeira picada; tudo foi tão rápido que José não percebeu quando soltou um pequeno grito de dor; recebeu uma bofetada e a observação de que ficasse quieto; se desse mais um grito, receberia uma surra inesquecível. “Não dói agora, doerá depois”, disse o SS (NICHTHAUSER, 1976, p. 173). José apertou os dentes.

Continuando a narrativa, José diz que David também foi tatuado e olhava o irmão com calma, mas José percebeu que David sofria mais pela bofetada que o irmão tinha recebido do que pela própria tatuagem. Saíram. Só aí José viu o que estava escrito: 184.465. Um número simplesmente. Olhou para o braço de David. O dele era 184.464. Foram conduzidos para uma barraca enorme com beliches de três pavimentos compostos de tábuas nuas. Deram licença para que deitassem. E foi o que fizeram com prazer, lembra-se José. Compararam o número que receberam com o de outros que estavam ali há muitos meses e tinham trabalhado na construção do campo. “Como é a vida aqui?”, David perguntou, levantando-se. O homem mais velho respondeu:

Você é um ingênuo, meu filho. Aqui não há vida alguma. Aqui é o reinado de Satã. A morte está por toda parte. Não há vida em Auschwitz. [...]. De onde vocês vêm que não sabem disto? [“Reigersfeld”, responderam José e David] [...] Como vocês já podem ter notado, parece um paraíso em comparação com o que aconteceu aqui. Antes de tudo, vocês devem saber que a quatro quilômetros daqui há outro Auschwitz (NICHTHAUSER, 1976, p. 174).

O velho disse a David e a José que havia outros campos Auschwitz e conhecia vários de nome: Gleiwitz, Jwischowitz, Bunau, Birkenau, Blechhammer, e outros de que não se lembrava mais. Informou ainda que no “outro Auschwitz” as pessoas

entravam e não saíam mais. Eram pelo menos dez campos. O homem acrescentou que as pessoas eram separadas em dois grupos na estação. Não havia dúvida que um dos grupos constituía uma equipe robusta, apta para o trabalho físico, e o outro era composto de velhos e crianças de todas as idades. “O que está dizendo?! Eles vão ali para morrer?! Isto não é possível! Estão matando crianças e mulheres! Como? De que maneira? Não acredito. Não pode ser verdade!”, disse David (NICHTHAUSER, 1976, p. 175). David e José se olharam e tiveram o mesmo pensamento: a mãe! Então ela morreria porque não fora considerada apta para o trabalho. Várias perguntas saíram de todos os cantos do alojamento para o homem que sabia tanta coisa a respeito do transporte. Na verdade, o homem não sabia muito. O segredo era bem guardado, recorda-se José.

“Tudo começava a assemelhar-se a um sonho mau. Não podia ser verdade que matassem crianças. Tudo não passava de pesadelo. Um outro mundo, um mundo de feras, sem alma e coração. Desumanas e cruéis. Deus, ajudai-nos!”, pensou José (NICHTHAUSER, 1976, p. 176). Após a revista, voltaram para o alojamento.

O velho continuou a falar intempestivamente, como um desabafo, uma vez que tinha uma plateia de novatos no campo. Alguém perguntou se tinha como escapar dali, de sair vivo do campo. Ele respondeu que primeiro era preciso ter fé no Deus Todo-Poderoso, na sua sabedoria; segundo, não perder a esperança, porque quem perde a esperança perde automaticamente a vida. Torna-se um “muçulmano”. Ele disse ainda que talvez alguns tivessem a sorte de sobreviver para poder contar depois o que se passou atrás das cercas eletrificadas do campo de Auschwitz.

Levi usou o termo “muçulmano” em seus testemunhos e explicou o significado. Bauman, um estudioso do holocausto, também trata desse assunto e o analisa a fundo, como veremos no capítulo 4. Depois de outras explicações do velho judeu, David questionou porque ele repetia “vocês verão a liberdade”, como se quisesse cometer suicídio. O velho afirmou que David era muito perspicaz e merecia uma resposta honesta:

De fato, não tenho vontade de viver e nem de sobreviver. Não tenho coragem para o suicídio. Seria suficiente agarrar-me à cerca eletrificada e acabar comigo, mas não tenho coragem para tal ato. Não tenho para quem viver. Perdi minha esposa e dois meninos [...] sob os cuidados do dr. Mengele, demoraram a morrer. Foram submetidos a experiências médicas. Serviram de cobaias humanas entre as mãos da fera. Meus dois meninos! Um tinha 12 e o outro 14 anos. Para quem viver? Quero juntar-me a eles e não sei como (NICHTHAUSER, 1976, p. 179).

No dia seguinte, foram escolhidos para trabalhar com mecânica e levados de caminhão para outro lugar cercado também de arame farpado. Uma banda toca uma marcha militar. José recorda-se que aquele procedimento ultrapassava os limites da compreensão! Pararam porque longas filas de prisioneiros entravam no campo. Viram uma chaminé e alguém disse que o lugar era um crematório. O chefe daquele campo se apresentou pronunciando o próprio nome: Demerer; e informou que estavam no campo Auschwitz Blechhammer. Ele falava um alemão impregnado de forte sotaque ídiche. Informou que iam trabalhar muito, mas teriam um tratamento bom e deveriam ser disciplinados e esforçados. Foram levados para tomar banho. A água quente, sabonete e as toalhas listradas provocavam dores no braço tatuado; muitos tinham inclusive gânglios na axila, provocados pela infecção da tatuagem. Em seguida, foram encaminhados para um alojamento, onde havia colchões de palha de trigo e um cobertor em cada cama. David e José pegaram duas camas bem próximas e falaram sem esforço. Estavam cansados, famintos e fracos. Sentiam tonturas. Imaginaram que nada poderia ser pior do que aquele campo e ali eles terminariam a jornada.

José chamou a atenção de David para o que tinha em frente à janela: um crematório de aspecto lúgubre. Naturalmente era a imaginação, porque na realidade não passava de uma casinha com uma chaminé bem alta e suja de fuligem no topo. David pergunta irritado: “E o que tem isto? É um crematório. É costume queimar os que morrem. Cremar cadáveres é hábito em vários países, mesmo antes da guerra, por falta de lugar nos cemitérios. Provavelmente é o caso aqui. Toma menos tempo do que abrir uma cova e enterrar um morto” (NICHTHAUSER, 1976, p. 182). Com a resposta, José acrescentou timidamente: “Também não deixa nome nem rastro, não é, David?” (NICHTHAUSER, 1976, p. 182).

José narra que de repente entrou um *Kapo* no alojamento e perguntou se alguém estivera no campo de Sucha. Os dois irmãos responderam que sim. O *Kapo* então perguntou se tinham conhecido seu filho que estava lá. O nome dele era André Schwartz e fugira de um transporte que ia para Auschwitz e acabou em Sucha, onde não havia tanto perigo e tanta disciplina. David respondeu que o tinha conhecido, que era simpático e tinham trabalhado com ele. Disse que, na liquidação do campo, Schwartz permaneceu em Sosnowice e eles foram para Sakrau. José conta que não percebeu na hora por que David estava mentindo com tanto sangue-frio. Afinal, deviam dar a notícia de que o filho tinha sido fuzilado no dia em que liquidaram o campo e que seu corpo fora colocado ao lado do poço, no centro do pátio. O pai de André então indaga:

Mas, então, ele está vivo? Você tem certeza do que está dizendo? Não sabe para onde foi mandado? Importante é que vive! Inteligente como ele é, saberá safar-se de qualquer situação. Não sei como agradecer-lhes por esta boa notícia. Vocês me deram um sopro de vida. Ele é meu único filho. Sua mãe foi presa na rua e fuzilada por engano (NICHTHAUSER, 1976, p. 184).

Depois de receber as notícias, o *Kapo* perguntou o nome deles; disse que os deixaria sob o comando dele mesmo, o de número 21; perguntou se tinham comido e levou-os para a cozinha. José entendeu o que David tinha pretendido dando várias notícias verdadeiras ao *Kapo* sobre o filho, mas escondendo a verdade sobre a morte deste, e pensou como era bom ter um irmão tão inteligente!

Joseph Nichthausen continua seu testemunho contando que, em Auschwitz, ele e David ouviram muitas histórias sobre morte de judeus em vários lugares e em um local perto de Kiev, na Rússia. Acusavam Stálin de ter deixado que matassem todos os judeus. Eles podiam ter sobrevivido se ele os tivesse deixado seguir pela Rússia adentro. O lugar se chamava Babi-Yar. Logo que chegaram, os alemães reuniram os judeus de todo o distrito e os fuzilaram. Não deixaram ninguém vivo, nem uma criança sequer. Contavam que mais de 20 mil pessoas tinham morrido, outras afirmavam terem sido 25 mil.

Acordar representava mais um dia de sofrimento e o confronto com a realidade que o sono apagava. De soldador a mecânico, fizeram de tudo. Era uma tarefa árdua, e a produção era verificada no fim do dia. A comida era ruim e pouca. Começaram a ficar fracos, magros e com os ossos do rosto salientes. Todos chamavam o fenômeno de “o começo do fim”. De vez em quando havia seleções: antes da saída para o trabalho e de a orquestra tocar. Este era o maior pesadelo. Os SS percorriam as fileiras de prisioneiros e apontavam com o dedo. O *Kapo* ordenava que o condenado fosse retirado. Fazia alguns dias que tinham recebido a visita de Eichmann. Ordenaram que limpassem o quarto e a área na frente das barracas. Sabiam que ele era a mão direita de Himmler. Depois da visita, a disciplina tornou-se ainda mais rigorosa.

Em um domingo, presenciaram três enforcamentos por suposta fraude. A sentença foi lida, bem como o número dos prisioneiros: “Por ordem do supremo chefe das SS e de todas as polícias do Estado alemão, [...] são condenados à morte por enforcamento os prisioneiros, números: 166.890, 182.324, 186.945. A execução será imediata” (NICHTHAUSER, 1976, p. 191). Os três soldados da SS aproximaram-se e chutaram as cadeiras. José sentiu a mão de David tapar-lhe os olhos. David foi arrastado pelo SS e levou uma tremenda bofetada que o jogou ao chão. Em seguida, deram-lhe ordem para voltar ao seu lugar. Tudo estava acabado, as pernas balançavam-se grotescamente no ar.

A língua roxa e grossa saía da boca de cada um; os olhos esbugalhados e injetados de sangue demonstravam a agonia pela qual tinham passado. O campo produz o silêncio dos sentimentos, pois senti-los ou expressá-los torna a vida ainda mais difícil.

Chegaram as notícias dos primeiros reveses dos exércitos nazistas. Todos pensavam que os alemães perderiam a guerra. Era só questão de tempo. Precisavam ter fé. David começou a fazer negócios dentro e fora do campo. José tentou persuadi-lo a parar de brincar com a morte. Ele repetia que precisavam de alimentos e de outros produtos e que só assim conseguiriam sobreviver e sair juntos daquele inferno. Certa noite, David deu a José uma barra de chocolate inglês.

Joseph Nitchhauser (1976, p. 194) narra: “A vida continuava no ritmo infernal. Infrações, delitos, castigos, pauladas, condenações, enforcamentos faziam parte da nossa vida diária”. Certo dia José terminou o serviço de soldagem mais cedo e procurou o mestre para informar que terminara. Não o encontrando, sentou-se próximo aos botijões de acetileno. Foi despertado com um pontapé de um mestre alemão desconhecido. Ele anotou o número de José em um papel, e este empalideceu de medo. Quem iria acreditar em sua inocência? Quando contou a David o que tinha acontecido, este disse que José responderia pelo delito. Na chamada habitual, foram anunciados vários números para se apresentar ao portão. Quando ouviu o seu número, José pensou que fosse desfalecer, mas se aproximou do SS:

– Prisioneiro número 184.465 às suas ordens!

O tenente o olhou e perguntou ao ajudante:

– Quem é esse aí?

O ajudante consultou uma lista e respondeu:

– Ele dormiu durante as horas de serviço.

O tenente olhou novamente para José e disse:

– Ah! Foi você quem dormiu durante as horas de trabalho?

Apavorado, José respondeu: – Sim, senhor tenente, eu dormi.

O tenente não esperava por essa resposta. Então disse:

– Todos trabalhando e você dormindo!? Está autorizado a dar-me uma explicação.

José respondeu:

– Senhor tenente, acabei meu serviço de solda antes da hora, dada minha capacidade neste setor. Procurei e perguntei pelo meu mestre, porque pretendia receber mais trabalho, mas não o achei. Resolvi então aguardar a sua chegada e descansei sentado perto dos botijões de acetileno. O escapamento de gás me fez dormir. Não era um sono de verdade, pois foi provocado pelas emanções. Fui despertado por um mestre estranho ao meu serviço, que não me deixou dar explicação a respeito do que aconteceu.

José diz que pronunciou as palavras como num sonho. Apavorado e gelado de medo, enquanto ao seu lado outros prisioneiros recebiam as pauladas. Ouviu o tenente dizer:

– Tomarei informações a seu respeito com seu mestre. Meia volta! A passo de corrida. Debandar (NICHTHAUSER, 1976, p. 195-196).

Alguns dias depois, conta José, passaram por outra emoção forte. Chegou um grupo da SS incumbido de fazer nova seleção. Ninguém estava em segurança. Um deles caminhava acompanhado do subchefe do campo. O SS parou à sua frente e perguntou por que ele estava tão magro. O menino não conseguiu abrir a boca, pois estava paralisado de medo e horror. O SS repetiu a mesma pergunta em polonês. Aí José respondeu também em polonês: “Devo produzir muito e não tenho muito para comer” (NICHTHAUSER, 1976, p. 197). O subchefe sussurrou algo no ouvido do SS que disse alegremente, virando-se para José: “Você vai para a cozinha. Trabalhará lá. Não irá para a fábrica. Pode ir agora. Ande! Passo de corrida!” (NICHTHAUSER, 1976, p. 197). Trabalhar na cozinha era fazer parte da elite do campo. Nada podia ser retirado do recinto, apenas sua ração diária. Mas na cozinha era permitido comer o quanto o prisioneiro quisesse.

O comandante judeu do campo, Demerer, recebera uma ordem dos SS de formar um grupo teatral, tipo show. José se ofereceu para apresentar uma dança polonesa, *Krakowiak*, bem como cantar algumas canções em ídiche. Foi aceito. O dia da apresentação se aproximava. No campo só se falava que os alemães estavam perdendo a guerra em todas as frentes de batalha. Souberam de Stalingrado, de El Alamein, de Tobruk, de Creta. Contudo, para os do campo isso não mudava o panorama imediato. No domingo da apresentação, a orquestra apresentou valsas vienenses para dar início ao espetáculo. Parece ironia, mas esse tipo de evento também é relatado na obra de Kulka.

O *Kapo* da cozinha informou que José não ficaria mais na cozinha, comporia um comando de jovens, com 16 anos no máximo, para fazer uma aprendizagem de mecânica. Era o comando 56. A ordem vinha do chefe do campo. Trabalhariam mais do que qualquer outro prisioneiro, mas com a cabeça e não com os braços. Foram conduzidos a uma sala grande e limpa, com bancas individuais, tornilho, limas, martelo, alicates, chaves de fenda – a coleção de ferramentas de um mecânico. Entrou um rapaz louro da idade dos prisioneiros, era membro da Juventude Hitlerista, que disse: “Nós estamos aqui, na outra sala, para ver se vocês aprendem direito mecânica. Qualquer transgressão ao regulamento será resolvida aqui mesmo. Na base disto”, e apanhou o punhal, mostrando em seguida a lâmina que retirara da bainha. Relata Nichthauser (1976, p. 205):

Os meninos alemães do outro lado [da sala] aprendiam a mesma coisa. Não havia mais homens na Alemanha. Todos estavam nas fileiras do exército. Por isso estavam nos recrutando, prevendo que no futuro faltaria mão de obra especializada. Com os meninos da Juventude Hitlerista acontecia da mesma maneira. Éramos iguais [...] O fato é que gostávamos da escola e fazíamos esforços para satisfazer ao mestre que verificava nossos trabalhos.

Os alemães da sala ao lado terminaram primeiro o período de aprendizagem. Estes resolveram se divertir no último dia de escola. Um deles avisou ao comando número 56 que naquele dia eles teriam uma surpresa. O grupo não tinha ideia do que aconteceria. Houve cerimônias, cantos militares, discursos, risos e distribuição de biscoitos e bebidas para eles. Os prisioneiros sentiam o cheiro da comida pela porta que se abria de vez em quando. Os mestres olhavam e saíam. À tarde a violência começou: Os jovens da Juventude Hitlerista entraram na sala, fizeram um semicírculo, em atitude de batalha. Até aí, narra José, ele e seus companheiros achavam que fosse brincadeira e ficaram calados. De repente eles agarraram Leon, um bom menino francês, e começaram a surrá-lo com pontapés, bofetadas e socos. Isso tomou o grupo de surpresa. Não esperavam aquela agressão tão selvagem. Um dos meninos tentou explicar que não se podia bater num rapaz que era aluno. Foi agredido também. Nichthauser (1976, p. 206) conta:

Eles tiraram fora os punhais e num instante tudo estava vermelho. Senti o aço chocar nos dentes e minha boca ficar cheia de sangue. Outra punhalada, ao mesmo tempo, no braço direito. O sangue corria do meu braço pingando no chão. Corri para a porta, pois vi que nada mais havia a fazer. O sangue enchia-me a garganta e do meu ouvido direito um filete escorria ao longo do pescoço. Estava surdo e atordoado. Fui procurar David que trabalhava nas imediações.

José recorda-se que David estava assustado como nunca o vira antes, e o conduziu até a enfermaria enquanto era informado pelo irmão sobre o que tinha ocorrido. Não havia nada a contar. O punhal tinha atravessado a bochecha e quebrado um dente. O médico colocou uma borracha no braço para estancar a hemorragia, limpou seu rosto e ouvido e costurou a bochecha. José pensou como podia haver tanto ódio em pessoas tão jovens.

De acordo com o testemunho de José, ele e seu grupo eram obrigados a trabalhar, mas não tinham dúvida que toda a produção seria utilizada para combater os amigos, os libertadores, os que lutavam contra os alemães. Sabiam que a gasolina abasteceria aviões e tanques para combater americanos, ingleses, russos e tantos outros que poderiam libertá-los dos nazistas. Então começaram os alertas. Todos os dias, às 11 horas, as sirenes tocavam e todos interrompiam o trabalho. O alerta demorava uns 15 minutos. Certa manhã de julho de 1944, a sirene tocou, as máquinas pararam e reinou o silêncio. A primeira explosão foi uma surpresa. Alguém mostrou o céu e viram que ele se cobria dos projéteis da artilharia antiaérea alemã. Ouviram os roncões dos aviões.

Todos da fábrica correram em direção ao bosque a uns dois quilômetros da fábrica. O ronco se aproximava. Alguém gritou: “Estão chegando! São os americanos! As fortalezas voadoras! Eles vão arrasador toda esta área! Corram! Rápido! Escondam-se no bosque!” (NICHTHAUSER, 1976, p. 208). As bombas começaram a cair. Todos corriam como loucos, sujos de lama e de terra, uns com o rosto ensanguentado.

No momento do tumulto, viram vultos à frente. Eram os guardas da SS empunhando pistolas e fuzis. Pensavam que eles iam atirar nos aviões, mas eles apontavam as pistolas para os prisioneiros. José foi ferido duas vezes na perna. Quis se mexer. Não conseguiu. Sentiu que descia um precipício. Despertou numa cama. Eram beliches de dois pavimentos. Estava no hospital do campo. Alguém disse que ele escapara por um triz. Se tivesse sido atingido um pouco acima, ficaria sem a perna. José lembrou-se das bombas, de correr e depois cair, do SS atirando. O ataque arrasou o bosque, não a fábrica. Ninguém sabia o motivo. Nunca souberam por que bombardearam um inocente bosque de pinheiros, em vez de destruírem a fábrica. À noite, David o visitou no hospital. José relata o encontro:

Não podes imaginar, David, o que significa as bombas caírem em cima da gente. [...] A terra treme e há um cheiro esquisito de pólvora no ar. Aquilo não deixa a gente respirar. [...] Só pensei em correr. Fugir das bombas, das explosões, do cheiro, do ar pesado e empestado. E não morrer. A gente fica agarrado à vida de todas as maneiras. Queremos viver e a morte vem do céu nos aviões americanos (NICHTHAUSER, 1976, p. 212).

A disciplina tornou-se mais rígida no campo. Os enforcamentos viraram rotina. Os que iam ser executados ficavam presos por uns dias num *bunker*; quando saíam, pareciam indiferentes a tudo e a todos. Tinham pressa de morrer. Quanto aos outros, afirma José, nada de amizade ou solidariedade: “Estavam descendo ao mais baixo grau de vida. Cada vez mais próximos dos animais. Vivendo, agindo e talvez sentindo como eles” (NICHTHAUSER, 1976, p. 213). José reconhece que David, dentro do possível, sempre cuidava dele, o irmão mais novo, que nessa época tinha mais de 15 anos. Ensinando-o. Mostrando o mundo sujo de Auschwitz-Blechhammer como um mundo passageiro:

Como uma consequência natural dos acontecimentos mundiais. [...]. Para fazer surgir um mundo melhor. Onde não haveria restrições nem proibições para determinada raça ou cor; onde a justiça triunfaria em todos os aspectos e onde todos teriam alimento suficiente, sem precisarem seguir um louco-criminoso, um líder, que pregasse a supressão de uma raça (NICHTHAUSER, 1976, p. 213).

Nesse ponto da narrativa, Joseph Nichthausen expõe toda a consequência do mal que atingiu suas vidas e destruiu toda a família. Mostra como o irmão foi importante em sua educação, ajudara em sua sobrevivência e o incentivara a ter sempre coragem para lutar. Diz que os bombardeios americanos se tornaram regulares; bombas caíam por todo lado; e o medo tomava conta de todos. No entanto, David nunca deixava o moral cair; não podiam virar “muçulmanos” e perder as esperanças. Tinham de sobreviver juntos. Nichthausen reconhece em todo o testemunho como esse sentimento tornava a vida diferente nas circunstâncias mais terríveis.

José diz que os americanos mandaram avisos escritos em várias línguas advertindo a todos que seriam lançadas bombas que não explodiriam durante os bombardeios e sim depois de algumas horas ou até alguns dias após a passagem dos aviões. E elas caíram em abundância. Não tinham como saber onde estavam escondidas nos edifícios, no solo, nos escombros, no campo, embaixo da terra.

Como o mal imperava no campo e não poupava ninguém, os SS prometeram àqueles que encontrassem bombas e as desarmassem uma dupla razão. Era muito baixo o preço que ofereciam pagar, mas muitos prisioneiros se tornaram voluntários em tal empreendimento. Muitos perderam a vida desse modo; morreram esfaqueados de maneira horrível. Não alcançaram a liberdade. Ao contrário, voltavam ao campo em sacos e macas; pedaços de corpos eram trazidos todos os dias para os crematórios. Ironicamente, morreram com o estômago cheio, pelo menos uma vez em tantos anos, pensa José.

A fábrica produzia menos, apesar de contar com 60 mil escravos. A gasolina tornou-se rara e os reatores não funcionavam com precisão; os russos avançavam em todas as frentes; e os do campo trabalhavam sete dias na semana sem repouso; souberam que Paris estava livre e os aliados avançavam; as rações pioravam e a morte reinava no campo. David conseguiu um par de sapatos para o irmão e meias de lã para os dois. O inverno se aproximava. José perguntou se David achava que os SS iam deixá-los ali para serem libertados pelo Exército Vermelho. Perguntou ainda se o irmão acreditava que eles os deixariam vivos para contar ao mundo o que se passava ali. Falou de seu medo de os prisioneiros não verem o fim da guerra. David mostrou-se irritado e disse que tirasse aquelas ideias sinistras da cabeça.

Pela primeira vez em toda a narrativa, Nichthausen (1976, p. 216) fala sobre o testemunho e o que o irmão achava disso:

O mundo sabe de tudo e os SS não têm o mínimo interesse em nos matar. [...] terão que matar os prisioneiros de guerra americanos, ingleses e todos os

outros. São milhares de testemunhas a nosso favor. Vivemos ou não, é sem importância. Outros falarão por nós. Isto no caso dos nazistas não nos deixarem vivos, como dizes. O mundo terá piedade de nós e do nosso povo depois desta guerra.

Recorda-se José que não falaram mais do assunto. Não houve tempo. Em um dos dias que antecederam o Natal, pouco antes do toque de levantar, alguns SS bem agasalhados invadiram os alojamentos com armas nas mãos e mandaram todos saírem com os cobertores. Os prisioneiros tinham de marchar imediatamente; todos receberam no portão de saída uma tripla ração de pão e margarina; presumia-se que os doentes tinham sido massacrados no campo. Nos primeiros quilômetros, estavam quase correndo, apesar de a neve estar acima dos tornozelos. Sentiam um calor intenso e sede. Caminharam por duas longas semanas à beira da exaustão. Até os cobertores nas costas pesavam como chumbo. Não havia casas ou sinal de vida; apenas a neve. Os raios solares atingiam a neve e provocavam dores nos olhos. Muitos comiam a ração sem pensar no amanhã. Aqueles que tentavam pegar um pouco de novo levavam coronhadas e corriam o risco de serem fuzilados.

Conta José que os prisioneiros não sabiam para onde iam. Espalhou-se a piada de que um SS interrogado sobre isso respondera a um *Kapo* que pretendiam salvar, do Exército Vermelho, os prisioneiros. Recorda-se Joseph Nichthausen (1976, p. 217): “Um fato era certo: estávamos nos afastando a cada passo dos nossos libertadores. E isto doía mais do que a própria sede. A única esperança era que talvez os russos nos alcançassem com seus tanques, antes que nos afastássemos deles”. Muitos começaram a sentir os pés gelados. Mas ninguém parava; quando caía, levantava-se logo sob ameaça. Os soldados caminhavam dos dois lados ao longo da coluna; havia uma centena de SS; e os prisioneiros, 5 mil. O medo dos socos fazia a coluna avançar; e ao longe o som dos canhões russos. À noite, chegaram a um vilarejo e foram encaminhados a um celeiro, onde havia palha e feno para se acomodarem. Todos estavam esgotados. O frio era intenso. David tirou os sapatos de José e massageou seus pés. O queixo não obedecia e José não conseguia falar; estava gelado. Essa noite de 21 de dezembro de 1944 foi uma das mais terríveis pela qual passaram. A primeira da retirada do campo Auschwitz-Blechhammer.

No dia seguinte, foram despertados pelos gritos dos SS. Levantaram e começaram a cruzar o vilarejo. Já estavam andando quando ouviram os tiros de fuzil. Compreenderam que os que não se levantaram foram abatidos no celeiro.

Atravessaram vilas e vilarejos. A neve estava batida pela passagem de outros veículos ou comboios, o que tornava menos dolorosa a caminhada. A neve adería às solas dos sapatos, tornando-os pesados. Os SS disparavam por qualquer motivo: sair da fila, apanhar um pouco de neve, mancar demais. Naquela noite, quando pararam, os SS ligaram o rádio muito alto. Os prisioneiros puderam ouvir que os russos tinham parado o avanço para se reagruparem.

Depois de uma semana de caminhada, a coluna diminuía bastante, muitos ficaram pelo caminho. Quando entravam em algum vilarejo, os SS proibiam camponeses de dar alimento aos prisioneiros sob pena de serem executados. Mesmo assim, alguns jogavam fatia de pão ou cereais. Era a decadência física e moral. Nada comovia os que caminhavam. Olhavam os mortos à beira da estrada para ver se eram conhecidos. Muitos ainda viviam mesmo baleados e gritavam vomitando sangue: “Eu não estou morto! Ajudem-me, pelo amor de Deus! Não me deixem na neve!” (NICHTHAUSER, 1976, p. 220). Os prisioneiros que tentavam fugir, pois os SS não conseguiam manter a mesma vigilância do começo da marcha, eram fuzilados. Os corpos caíam uns sobre os outros manchando a neve de sangue. Depois de 12 dias, chegaram a Groditz, um antigo campo, onde encontraram um estoque de repolhos; os SS autorizaram que fizessem uma sopa. As instalações da cozinha estavam intactas. Souberam depois que todos no campo tinham morrido de tifo.

Retomaram a caminhada no dia seguinte, recorda-se José. Dos 5 mil prisioneiros que tinham partido, só restavam 1.200. Agora viam o final da fila. Na frente caminhavam os mais fortes e nas últimas só havia “muçulmanos”, os predestinados a morrer em breve.

3.5.7 Sétimo campo: Gross-Rosen

Nos primeiros dias de janeiro de 1945, chegaram ao sétimo campo desde que deixaram Andrychow. Estavam encharcados e sujos. De acordo com a contagem feita ao chegarem ao campo, dos 5 mil prisioneiros que tinham partido, agora só restavam 620. Quando atravessaram os portões, viram cadáveres espalhados por todos os lados. Os prisioneiros andavam devagar com cobertores na cabeça. O aspecto do lugar era sinistro.

Enquanto aguardavam a revista, relata Nichthausen, um vulto pequeno aproximou-se dele. Estava irreconhecível, mas identificou-se como um amigo de José da cidade de Andrychow. Uma imagem surge na mente de José: um amigo de outrora

agora acabado, destruído. Jogaram muitas vezes xadrez. As imagens dos dois momentos falam mais que quaisquer palavras. Nada sobrara das bochechas redondas e vermelhas, lembrou-se José. Agora só restavam ossos salientes num rosto cadavérico. O amigo disse que sabia que logo encontraria os pais, e apontou para o céu, afastando-se. Era noite escura, não havia luz no campo, e a revista durou horas sob o frio e o vento. Depois, não havia alojamentos, mas barracas improvisadas.

No dia seguinte, os que chegaram observaram os prisioneiros de Gross-Rosen e perceberam que a maior parte não usava uniforme, o que indicava não terem passado por Auschwitz. Mais tarde, no mesmo dia, depois da contagem, foram colocados em vagões para gado: duzentos em cada um deles. Viajaram uma noite e dois dias. Nada receberam de alimento durante esse tempo. Chegaram à cidade de Weimar, destruída pelas bombas. Havia crianças correndo nas calçadas e velhos que caminhavam pelas ruas. Os prisioneiros olhavam com inveja enquanto sonhavam com a liberdade e como seria voltar à normalidade, mas o pensamento concentrava-se em uma só coisa: comida. José lembra-se que ninguém pensava em estudos ou em recuperar o tempo perdido. Comida era o mais importante. Então, ouviram a sirene, e a rua ficou vazia. Todos sumiram. Em seguida, vieram os roncões dos aviões. Quando se aproximaram da estação, começaram a soltar bombas. Os pilotos americanos não podiam fazer distinção entre os prisioneiros e os alemães. Um vagão foi destruído e os corpos se espalhavam estraçalhados pelo chão. David e José saltaram do vagão e correram. Receberam ordem de formar filas e afastaram-se do centro da cidade, o local mais destruído. Continuaram caminhando.

Se esquecer representa a vontade de seguir em frente e superar o passado de dor, lembrar significa repetir o sofrimento, afirma José em seu testemunho. Reforçamos essa posição, em especial quando se trata de um trauma, como no caso dos sobreviventes do holocausto. A esse respeito, afirma Seligmann-Silva (2003, p. 76): “Toda escritura do passado, eu repito, é uma (re)inscrição penosa e nunca total”. Essa ideia, embora óbvia, chama atenção sobre os testemunhos, pois estes, por mais completos, certamente possuem marcas escondidas de fatos dos quais as vítimas não querem lembrar-se.

3.5.8 Oitavo campo: *Buchenwald*

José relata que chegaram ao escurecer a um grande portão. Alguém disse: “Temos a honra de chegar ao primeiro campo de concentração nazista na Alemanha.

Isto aqui é Buchenwald” (NICHTHAUSER, 1976, p. 226). Foram separados em grandes grupos e entraram em duchas quentes e depois num recipiente enorme para desinfecção. O produto provocava ardor no corpo inteiro. Receberam uniformes listrados e uma fita branca com um número que deveria ser costurada no peito do lado esquerdo. Foram conduzidos a um edifício com uma sala que parecia de cinema, com poltronas de madeira. Um prisioneiro informou que provavelmente ficariam na sala vários dias, pois não havia lugares nas barracas. Dos alto-falantes partia a notícia de que os alemães atacavam os americanos e os ingleses e saíam vitoriosos. José e David souberam que na região onde tinham morado os hitleristas tinham sido derrotados; os russos tomavam conta do local. Continuaram na sala por dois dias, recebendo de forma regular pão e sopa e algumas novidades sobre a guerra.

Todas as manhãs, relata José, um carrinho recolhia os mortos e levava para os crematórios. Finalmente, receberam ordens de sair da sala. Reconhecidos como prisioneiros de Auschwitz, foram levados para o bloco n. 65, um local extremamente sujo e decadente. Havia na entrada pilhas de cadáveres nus, magros, com olhos abertos e fixos, cheios de medo da morte. O pavor assaltou José.

Percebemos na narrativa de Nichthausen a semelhança com tantos outros testemunhos analisados nesta tese. As descrições da alimentação, da chegada ao campo, das instalações, do tratamento recebido pelos prisioneiros. São muitos os aspectos que unem Levi, Kulka, Nichthausen, Kustin e Papadopol.

Relata José que no bloco não havia trabalho e eram poucas as revistas. O noticiário que ouviam pelos alto-falantes informava que a guerra chegava ao fim. Mas muito lentamente. Todos os dias um médico aparecia e perguntava se alguém queria ir para a enfermaria. Certo dia ele disse a David que queria ir, mas o irmão respondeu de forma bruta que ninguém voltava para contar como tinha sido tratado. Depois de muita insistência, David aceitou que ele fosse e o acompanhou até a enfermaria. José recebeu então um líquido na veia, que acreditou ser algo para dormir e não mais acordar. Dormiu dois ou três dias. Não sabia com exatidão quanto tempo. Quando acordou, um enfermeiro entregou a ele um termômetro. Ele se recordou do que David ensinara: friccionar a ponta do termômetro para a temperatura subir e parecer que estava com febre. Pôde então continuar na enfermaria.

José permaneceu duas semanas na enfermaria e recuperou as forças. Fez amizade com um enfermeiro polonês católico, Heitor, com quem conversava sobre religião e judaísmo e sobre o comportamento dos judeus. Quando voltou ao alojamento, encontrou

David, que ficou feliz ao revê-lo. José contou aos prisioneiros o que soubera na enfermaria, inclusive que os russos tinham libertado o campo de concentração de Auschwitz.

Alguns dias mais tarde, ouviram o eco longínquo da artilharia. A vida, no entanto, continuava da mesma maneira no campo. Todos os dias os SS se afastavam com alguns prisioneiros para rumos desconhecidos. Corriam rumores de que o campo estava todo minado e que na última hora os SS explodiriam tudo. A tensão aumentava a cada dia. Certa noite chegou uma ordem de que os jovens, todos com menos de 16 anos, fossem levados para outro bloco. Eles eram quatro, José entre eles. Mal teve tempo de despedir-se do irmão. Foram levados para o bloco 66, onde receberam um triângulo vermelho, como se fossem prisioneiros políticos. Conta Nichthauser (1976, p. 235):

Somente muito mais tarde, nós que sobramos do genocídio da última hora, ficamos sabendo que um poderoso grupo de comunistas alemães e alguns poloneses, entre eles o chefe do bloco 66, Gustav, organizaram a salvação dos jovens. Eles sabiam de antemão dos planos das autoridades do campo e, em consequência, formaram o bloco 66 só de jovens, para podermos escapar. Eles sabiam que os outros seriam sacrificados. Fomos destinados a sobreviver. Isto se o campo não fosse pelos ares... (NICHTHAUSER, 1976, p. 235).

Joseph Nichthauser continua sua narrativa contando que de dia ele e David ficavam juntos. À noite, voltava ao bloco 66 para a chamada. Chegou então a noite terrível. Foram tirados do sono com gritos e receberam ordens de sair a passo de corrida. Os SS mandaram que os judeus dessem um passo à frente, mas nenhum deles se moveu. Eram prisioneiros políticos. Essa era a instrução que tinham recebido no bloco dos jovens. No dia seguinte José correu para o bloco 65 para encontrar o irmão. Percebeu que faltava muita gente. Havia outra pessoa na cama de David. José perguntou a cada um sobre o irmão, mas não obteve resposta. Finalmente contaram que o irmão dera um passo à frente quando perguntaram quem era judeu, mas não havia necessidade, pois os próprios SS não sabiam quem era judeu e quem não era. David tinha, então, sido levado com mais alguns.

José recorda-se que naquele momento soube que o irmão tinha ido para sempre. Seu coração doía e sentiu vontade de gritar. E se perguntava: Por que o irmão tinha feito isso? Por que Deus tinha permitido? Logo o irmão, tão corajoso e inteligente! Por que não esperara? A guerra já estava no fim! José conta que soube depois que David e os outros foram levados a um bosque próximo do campo e fuzilados. Não tinham sido enterrados.

Nichthausen (1976, p. 237-238) completa que queria chorar: “Mas as lágrimas não vinham e não vieram. Vieram sim, mas muitos anos depois!... Andei totalmente apático e indiferente a tudo. [...] Sou o último dos Nichthausens”. Este foi o pensamento que o consumiu por vários dias.

Do bloco 66 só restaram trezentos prisioneiros. Durante alguns dias os SS dizimavam cem de cada vez. Chegavam e mandavam fazer vinte filas de cinco prisioneiros e mandavam o restante debandar. “Rigorosamente cem. Nem mais, nem menos. Sempre a superdisciplina nazista” (NICHTHAUSER, 1976, p. 238). Um dia ele também ficou entre os cem escolhidos. Sabia que chegara à porta da eternidade e dera graças a Deus por ter-lhe dado a força e a coragem necessárias para suportar até o último suspiro. Então, uma metralhadora pipocou bem perto e eles começaram a correr e voltaram para o bloco. As balas zumbiam por todos os lados. Nichthausen (1976, p. 240) conta que começaram a rastejar e estavam bem próximos da cerca:

Então vimos o espetáculo mais bonito que já foi dado ver a um ser humano. No vale, pertinho do vilarejo Butelstadt, na estrada, estavam parados três tanques americanos com suas estrelas brancas de cinco pontas pintadas dos lados. No primeiro deles, o tanquista observava os arredores com um binóculo. Estávamos salvos! Até que enfim! Depois de cinquenta meses de escravidão, estávamos salvos, vendo a chegada dos nossos libertadores. Pensei em David e tive vontade de gritar de dor e aflição.

Os dois oficiais que se aproximaram tiraram os capacetes e avançaram alguns passos. Os prisioneiros notaram que na lapela de um brilhava uma cruz e na do outro um castiçal, símbolos do capelão católico e do rabino militar. O relato de Joseph Nichthausen coincide com o de vários outros testemunhos sobre a reação dos aliados ao chegarem aos campos de concentração, fossem russos, fossem americanos ou ingleses: compaixão e indignação. Cheios de piedade, ajoelharam-se e choraram sem proferir uma palavra.

Depois, o rabino perguntou quem eram eles. José respondeu que todos ali eram judeus, mas nos outros blocos havia alemães, franceses, poloneses, russos e gente de muitas outras nacionalidades. O rabino perguntou também quantos anos José tinha. Este respondeu que tinha 16 anos e meio. “O rabino levantou os braços para o céu, como para testemunhar e pronunciou com uma voz forte e cheia de dor: ‘Ó Grande Deus! Tende piedade desta gente! Tende piedade deste povo! Tende piedade destas pobres crianças judias!’” (NICHTHAUSER, 1976, p. 241).

Ao término da leitura da obra, concluímos que David era um sonhador, acreditava em utopia. Aos poucos, o campo vai modificando sua personalidade, levando-o até mesmo a roubar para sobreviver e em especial para ajudar o irmão, José. Este texto lembra o pensamento desenvolvido por Viktor Frankl no livro *Em busca de sentido*, ele também um sobrevivente dos campos. Para este, os que não pereceram tinham encontrado esse sentido em meio às adversidades. No caso dos irmãos José e David, apesar das condições extremamente desfavoráveis, eles tinham um ao outro, um laço de parentesco se manteve. Além disso, a fé e o otimismo de David, bem como a esperteza de ambos em contornar as abordagens de “seleção” dos SS, ajudaram José a sobreviver. Com a morte de David, talvez se os aliados não tivessem chegado de imediato, José tivesse sucumbido, pois havia perdido a força que vinha do irmão.

3.6 Paisagens da metrópole da morte: reflexões sobre a memória e a imaginação – Otto Dov Kulka

*E então emergiremos, em medonhas fileiras,
um crânio sobre os nossos crânios e canelas
ossudas; e urraremos na cara de todos
Nós, os mortos, acusamos!*

Poema de uma jovem morta na câmara de gás
de Auschwitz, reproduzido em *Paisagens da
metrópole da morte*, de Otto Dov Kulka (2014,
p. 76)

Na exposição de seu passado, o historiador israelense Otto Dov Kulka, depois de décadas em silêncio, conta como se dispôs a escrever sobre seu sofrimento na infância em um campo de concentração. *Paisagens da metrópole da morte: reflexões sobre a memória e a imaginação* é uma obra que mistura ensaio e testemunho, pois mescla reflexões do escritor e historiador à sua narrativa de testemunho e envolve memória e imaginação, conforme concepção do próprio autor. Kulka procura embasamento em documentos e registros recuperados após a guerra para completar sua narrativa. Contudo, não tem o rigor científico com o qual produzia seus trabalhos acadêmicos. A subjetividade que acompanha esses relatos não diminui ou prejudica seu valor. Em sua

tentativa de compreender o passado, os vazios nos quais antes só havia imaginação vão sendo preenchidos pelas informações recuperadas aos poucos em sua pesquisa, e os fragmentos do passado vão tomando forma até as imagens se tornarem nítidas e comporem sua memória dos fatos.

O cenário do testemunho de Kulka é o campo das famílias (*Familienlager*), onde ficaram as crianças judias de Theresienstadt em Auschwitz-Birkenau, especificamente no bloco das crianças e dos jovens. Ele permanece nesse lugar por um ano até que o campo e quase todos os prisioneiros fossem liquidados no verão de 1944. Sua infância desse período comove e espanta. Seu testemunho foi escrito muito tempo depois dos acontecimentos que deram origem à obra.

Da obra de Kulka fazem parte um Apêndice, com um artigo historiográfico sobre o campo de concentração anteriormente publicado, e uma lista de fotos explicativas, tiradas por ele. O livro revela “tensões imanentes: o confronto entre as imagens da memória e a representação da pesquisa histórica” (KULKA, 2014, p. 12). Assim, o discurso literário apresenta características diferentes do discurso histórico, mas ambos se reforçam. No testemunho não há um rigor teórico ou uma cientificidade como o exige a historiografia. Entretanto, as marcas da história acompanham toda sua narrativa testemunhal, uma vez que os fatos narrados não são fruto da imaginação – são resultado da experiência.

No seu testemunho, Kulka considera as circunstâncias do armazenamento dos fatos. A memória vai sendo recuperada a cada passo da narrativa como um processo natural que ainda não foi concluído, como se literalmente caminhasse pelo passado ao repetir seu trajeto no campo de concentração onde vivera. Percebe-se às vezes uma seleção dos fatos. Um processo natural na tentativa, bem-sucedida, de não se estender demais. Existe muito mais a ser dito, mas o autor é econômico nas palavras. As lembranças do passado vão se enevoando com o tempo, mas os traços marcantes persistem por meio do registro escrito, com detalhes que muitas vezes um documento histórico não apresenta.

A demora ou a instantaneidade em relatar não torna a memória mais ou menos fidedigna, embora a passagem do tempo dificulte a busca das informações na memória, sendo esta reconstruída e recuperada conforme o avançar da narrativa escrita.

Kulka relata ter inicialmente gravado suas memórias em áudio para depois escrever o livro. A Saul Friedländer – seu colega israelense-americano e um dos maiores historiadores do holocausto judeu e da história da Segunda Guerra Mundial –

ele faz um agradecimento especial pelo incentivo para que escrevesse a obra, tendo em vista que fora o primeiro a ouvir suas gravações em fita. Ele tinha temor de publicar seus escritos científicos concomitantemente aos relatos pessoais. Por sua vez, Friedländer cita Kulka como um dos sobreviventes em sua obra *A Alemanha nazista e os judeus*. Kulka agradece ainda a Heinz Brüggermann pela introdução com base nas correspondências sobre Walter Benjamin, Franz Kafka e W. G. Sebald e sobre comentários a respeito de textos de *Paisagens da metrópole da morte: reflexões sobre a memória e a imaginação*.

Embora o passado seja doloroso, Kulka é uma das poucas testemunhas que parecem ter acertado as contas com ele. Suas memórias não o impedem de continuar com a vida e de se dedicar aos estudos sobre o holocausto como historiador.

O livro é composto de dez capítulos com títulos sobre os assuntos tratados e três capítulos com fragmentos extraídos de seus diários. Ele evoca suas lembranças da infância no campo e luta a cada momento para não estender à sua vida o trauma do passado, que envolve, além da vida no campo, a perda da mãe em circunstâncias angustiantes.

Reprimir a dor pode piorá-la. Para os psicólogos em geral, é preciso superar o sofrimento de outrora ao menos o suficiente para voltar a viver, o que não significa desconsiderar o horror vivido. Assim, sua narrativa oscila entre o passado e o presente: a memória remete-o ao campo; no presente ele fala dos acontecimentos que o envolvem e das opções que o conduziram à pesquisa. Superar o trauma não é esquecer, é deixar para trás o que não pode ser alterado e buscar a cura. Kulka demonstra, a cada passo do relato, que sofreu, mas procurou redimir o passado com seu trabalho como historiador. Ele utiliza em seu testemunho fotos, desenhos e fac-símiles de outras fontes. A linguagem metafórica, recorrente neste livro – “imutável lei da morte”, a “grande morte” e a “metrópole da morte” –, extrapola a experiência vivida em Auschwitz e foi utilizada porque à época fazia parte de uma ordem mundial que parecia tender a mudar o curso da história humana, permanecendo, portanto, nas reflexões do autor sobre a memória.

3.6.1 O retorno à metrópole da morte

Otto Dov Kulka foi uma das poucas crianças que escaparam. Primeiramente, foi enviado para o campo de Theresienstadt e, posteriormente, para o de Auschwitz. Viveu nesses campos dos 10 aos 11 anos.

O testemunho de Kulka inicia-se com uma conferência científica internacional na Polônia em 1978, patrocinada pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas, e posteriormente se volta para os fatos vividos. A decisão de visitar Auschwitz, local onde vivera como prisioneiro na infância, teria sido tomada antes da viagem. No caminho, ele se recorda da jornada noturna realizada em janeiro de 1945, saindo do complexo do qual se sabia ninguém jamais saía.

A memória de Kulka está misturada com informações históricas, em especial por ser ele um historiador. O escritor diz ter encontrado dificuldades para se afastar de sua experiência acadêmica; faz, então, descrições minuciosas do campo, mesclando o olhar do historiador com o da testemunha.

Embora o relato conduza aos fins de seus dias no campo, vamos seguir outro trajeto nesta tese para não diminuir o impacto da narrativa de Kulka. Ao retornar ao campo de Auschwitz-Birkenau como visitante, percebe estar tudo como antes: o portão de tijolos vermelhos e a torre, a estrada de ferro com os trilhos nos quais agora a grama crescia. Lembra-se que atravessou os portões pela segunda vez em sua vida, mas agora sozinho, com uma névoa diferente. No lugar onde havia as chaminés dos alojamentos estavam pilares de concreto desmoronando e tiras enferrujadas de arame farpado. O silêncio imperava no lugar. Mas antes...

Kulka recorda-se de como o local era densamente povoado pelos presos e pelos soldados e também do cortejo de luzes sobre seu rosto na noite em que chegou à “metrópole da morte”. Consegue identificar, apesar de passados tantos anos, os alicerces do bloco dos jovens e das crianças; reconhece o lugar onde funcionava o bloco 31, depois o do hospital – onde o dr. Mengele fazia seus experimentos – onde fora internado com difteria. Essa doença fatal acabara, no entanto, por salvá-lo. As crianças e os adolescentes eram utilizados como cobaias nos experimentos de pesquisa, pois os animais não determinavam o mesmo resultado, e por isso não se chegava aos fins esperados. Para Kulka, as crianças dos experimentos eram as borboletas que voavam para não mais voltar.

Agamben diz em *Homo sacer* (2010) que Himmler, em 1941, autorizou que médicos usassem prisioneiros para experiências médicas. Assim, foi instalada em Dachau uma cabine pressurizada em que as cobaias humanas eram submetidas a pressões que correspondiam a 12 mil metros de altitude. Uma prisioneira de 37 anos, com boa saúde, foi submetida:

Após 4 minutos, começou a suar e a menear a cabeça. Depois de 5 minutos, produziram-se câibras, entre 6 e 10 minutos, a respiração se acelerou e a VP [*Versuchepersonen* (cobaia humana)] perdeu a consciência; entre 10 e 30 minutos a respiração diminuiu até três inspirações por minuto, para depois cessar de todo (AGAMBEN, 2010, p. 150).

Depois o corpo foi dissecado para constatação das eventuais lesões orgânicas.

De acordo com Agamben (2010), outros experimentos eram feitos para determinar a possibilidade de aviadores e marinheiros caídos ao mar sobreviverem em águas geladas. As cobaias eram imersas em águas geladas até a perda da consciência e depois reanimadas, inclusive por meio de calor animal: o prisioneiro era colocado entre duas mulheres nuas que tentavam reanimá-lo com o calor do corpo (em um desses experimentos a mulher reanimou o homem até que este conseguisse ter uma relação sexual). Para experimentos sobre a potabilidade da água marinha, os prisioneiros eram submetidos a três processos: um abstinha-se de água; outro recebia apenas água do mar; e um terceiro, água do mar com *Berkazusatz*, uma substância química que deveria diminuir os danos da água do mar.

Outros tipos de experimentos envolviam inoculações de bactérias de alguns tipos de doença; esterilização não cirúrgica, por meio de substâncias químicas ou radiações, para servir à política eugenética do regime; transplantes etc. Muitas dessas experiências eram feitas tanto em judeus como em ciganos. Os princípios éticos eram violados, sem falar do juramento médico. Mesmo que fossem encontrados documentos nos campos de concentração em que alguns detentos autorizavam tais pesquisas em troca de algum benefício ou melhoramento de suas condições de vida, não poderiam ser admitidos eticamente, pois, em tais circunstâncias, não eram consentimentos voluntários. Alguns desses atos eram sádico-criminais e nada tinham a ver com pesquisa científica.

Na verdade, os acontecimentos nos campos superam o conceito jurídico de crime, pois as condições nas quais viviam os prisioneiros eram desumanas. O campo foi um espaço criado para abrigar todas as violações impostas pelo estado de exceção, iniciado em 28 de fevereiro de 1933, quando os nazistas tomaram o poder e suspenderam todos os artigos da Constituição que diziam respeito à liberdade pessoal, à liberdade de expressão e de reunião, à inviolabilidade do domicílio e ao sigilo postal e telefônico, ou seja, todos os direitos fundamentais. Para Arendt, o campo era resultado do domínio totalitário, portanto era lugar onde tudo era possível, pois ali estavam suspensos todos os direitos.

Conforme Agamben (2010), os judeus – privados de seus direitos de cidadão pelas leis de Nuremberg – foram também, no momento da solução final, completamente desnacionalizados. No campo, perderam seu estatuto político e foram reduzidos à vida nua. O campo tornara-se o mais absoluto espaço biopolítico, sendo mais honesto indagar “quais procedimentos jurídicos e quais dispositivos políticos permitiram que seres humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito (a esta altura, de fato, tudo tinha se tornado verdadeiramente possível)” (AGAMBEN, 2010, p. 167).

Continuando sua caminhada pelo campo, Kulka relata que chegou ao local onde pereceram todos os seus amigos – as borboletas –, que entraram e nunca saíram. Os crematórios I e II, um em frente ao outro, tinham sido explodidos pelos nazistas, mas as câmaras de gás não foram destruídas; as escadas que davam acesso aos crematórios ainda existiam. Avançou pelo caminho, felizmente nunca percorrido. Não pôde entrar porque o teto tinha desabado. Subiu os degraus novamente. Pediu ao motorista que tirasse uma foto sua em frente ao portão de malha de ferro. A foto mostra-o cortado ao meio. Encerra a visita.

3.6.2 A chegada a Auschwitz-Birkenau

Otto Dov Kulka começa então sua narrativa do passado. Agora enfrenta o retorno – não em sonho, mas conscientemente – à metrópole da morte. O autor afirma que não precisa descrever como foram transportados em vagões de gado, uma vez que isso foi extensivamente tratado em outras narrativas. Recordar-se, no entanto, que a mãe subiu até a janela do vagão, barrada com arame farpado, e jogou os bilhetes que tinha escrito para a irmã, que morava na Boêmia, com esperança de que alguém os remetesse: “Estamos seguindo para o leste. Não sabemos para onde. Por favor, quem encontrar este bilhete, remeta ao endereço acima” (KULKA, 2014, p. 29). Os bilhetes – eram vários com a mesma mensagem – foram entregues, mas a tia os destruiu por cautela. Nenhum deles foi preservado. Souberam disso após a guerra.

Chegaram a Auschwitz, relata Kulka. Havia luzes penduradas nas grades de arame farpado eletrificado e inúmeros alojamentos de madeira. Quando passaram em meio aos campos naqueles trilhos, lembra-se Kulka, “a mãe, que em geral era otimista,

entendeu que aquilo era o... que dali ninguém saía. Entendeu que era o que depois, na minha mitologia particular, recebeu aquele nome, ao qual sempre retorno, a ‘Metrópole da Morte’” (KULKA, 2014, p. 30).

A maior ironia de estarem em Auschwitz é que tinha sido uma escolha da mãe. Decidiram deixar Theresienstadt e ir para Auschwitz porque a mãe dela, a irmã e o sobrinho – toda a família que ainda tinham – estavam lá. Assim, ela decidiu que tinham de ir para aquele lugar desconhecido. Kulka dissera aos amigos de Theresienstadt que, se lá fosse melhor, os avisaria para que fossem também. Muita gente que enviava cartões-postais de lá escrevia em hebraico: “Todo dia encontramos *Onkel Hlad* ou *Onkel Mavei*” (KULKA, 2014, p. 32). Isso significava “Tio Fome” ou “Tio Morte” em tcheco. A chegada ao local é uma imagem recorrente para o autor. Nunca esqueceu e sempre retoma essa recordação nos momentos mais estranhos.

O campo de Theresienstadt era destinado à “propaganda internacional”. Contudo, para Friedländer não fica claro o motivo pelo qual o delegado do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Maurice Rossel, em sua visita a este campo, não pediu para prosseguir até Birkenau.

Seus anfitriões da SS lhe disseram que o gueto tcheco era o “campo final”; contudo, Rossel dificilmente poderia acreditar que Theresienstadt era tudo que havia para se ver em relação à deportação dos judeus da Europa. Seja como for, em 1º de julho, o representante do CICV enviava uma efusiva nota de agradecimento a Thadden, o funcionário encarregado em Wilhelmstrasse, com quem mantinha contato. Ele chegou até mesmo a anexar fotos tiradas pela delegação durante a visita ao campo, como lembrança da agradável excursão. [...] (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 688).

Rossel acrescentou que a viagem representava uma recordação excelente e que o relatório seria tranquilizador em razão de as condições no campo serem satisfatórias. Esse acontecimento mostra como tudo era feito para ludibriar os órgãos internacionais ou que, no mínimo, estes se deixaram enganar. Posteriormente, no decorrer de 1943, outros campos, em número pequeno, foram adicionados à fraude, alguns inclusive como campo para judeus que podiam ser utilizados como troca em caso de alemães que caíssem em mãos inimigas.

Kulka recorda-se que foram designados para um local que chamavam de “campo das famílias”: mulheres, crianças e idosos. Cada trem que chegava passava por um procedimento que recebia o nome de “seleção”. Após esta, a maioria dos recém-chegados era mandada para as câmaras de gás, e o restante, apto a trabalhar, depois da

desinfecção, da troca de roupas por um uniforme de prisioneiro, era conduzido para um dos campos de trabalho de Auschwitz. Mas a eles, após terem a cabeça raspada, foi permitido ficarem com as roupas; os prisioneiros antigos diziam que isso era um mistério que não conseguiam explicar. Um dos veteranos – que estava em campos de concentração desde 1939 e em Auschwitz desde 1942 – era seu próprio pai. O pai encontrou-os entre os que vinham de Theresienstadt e lhes explicou o que acontecia nas plataformas, como ocorria a separação dos prisioneiros e como estes seguiam em longas procissões em direção aos prédios de tijolos com chaminés grandes que cuspiam chama e fumaça dia e noite; ele falou ainda sobre os crematórios, sobre as câmaras de gás e sobre Auschwitz-Birkenau.¹⁹ Kulka só desvendou essas informações anos depois; na época era criança e não entendia o que significavam.

O nome oficial de *Familienlager* era BIIb. Ali viviam famílias inteiras. Qual seria o significado daquele “milagre”? Qual a diferença daquele para os outros campos? Qual o seu propósito? Essas perguntas ficaram sem respostas. Ninguém descobriu. Kulka menciona que sobre esse tema escreveu um artigo – o único sobre os campos de concentração, mas em terceira pessoa – com dados que recolheu de documentos dos arquivos alemães. O artigo está reproduzido no apêndice de sua obra.

Assim que chegaram encontraram Fredy Hirsch, um *madrich* (um guia, um instrutor, um educador informal de jovens sionistas), que não quis ser *Kapo* e escolheu educar e cuidar das crianças e dos jovens, juntamente com outros *madrichim* escolhidos por ele, em uma grande construção, um “bloco”. Em pouco tempo aquele alojamento tornou-se o centro da vida espiritual e cultural do lugar. Kulka afirma que ali se processou seu modo de ver a vida e a cultura; essa base moral tomou forma dentro dele nos poucos meses entre seus 10 e 11 anos de vida, de setembro de 1943 a julho de 1944, quando o campo foi desativado.

Kulka recorda-se dos estudos de história no bloco do campo e das exposições artísticas – em especial de uma ópera infantil encenada pelo grupo – e dos desenhos que faziam nas paredes. Na verdade, o autor ressalta que ensaiou, mas não pôde apresentar porque no dia estava no hospital com difteria. Podemos observar no texto vários desenhos de crianças que estiveram presas nos campos e que não sobreviveram. A maioria é do campo de Terezín, também conhecido como Theresienstadt. Muitos desses desenhos estão no Museu Judaico de Praga na Coleção Desenhos Infantis de Terezín.

¹⁹ Muitos sobreviveram aos campos de concentração, mas muito poucos aos campos de extermínio. Kulka foi um deles.

O sofrimento produziu arte, mesmo posteriormente. As crianças do bloco apresentaram também peças satíricas que reproduziam a realidade de Auschwitz. Crianças e instrutores entendiam bem os sarcasmos apresentados nas peças. Uma delas chamava-se

“Auschwitz do Céu – Auschwitz da Terra”: como recém-chegados ao Céu, descobrimos com espanto que no mundo lá de cima também havia seleções e crematórios. Ou, em outra cena da peça: para espanto do cirurgião em atividade em Auschwitz do Céu, os mesmos vermes, emissários epidêmicos da morte de Auschwitz, eram descobertos nos intestinos dos pacientes (KULKA, 2014, p. 37).

Quando lemos a narração de Otto Dov Kulka, ficamos surpresos que o campo permitisse àqueles prisioneiros ensinar as crianças e não trabalhar como escravos, como acontecia com todos os outros em todos os campos, e mais, o fato de as crianças terem esse tipo de atividade, uma vez que os nazistas demonstravam frieza no tratamento dispensado a crianças, velhos e mulheres, eliminados antes ou depois de chegarem.

Kulka recorda-se que os homens da SS também assistiam às apresentações como espectadores, inclusive o dr. Mengele e outro médico chamado Lucas, contra o qual o autor depôs no julgamento de Auschwitz em Frankfurt. E observa:

As alusões cifradas, a linguagem em código, permitiam que nós, crianças e *madrichim*, déssemos expressão às duas facetas da nossa situação. Era importante para nós, independente se aqueles espectadores captavam ou não a mensagem. [...] fazíamos graça, mesmo fora dos espetáculos, sobre o único modo de deixar Auschwitz – pelas chaminés, as chaminés dos crematórios –, gracejos nessa linha, ou a linguagem que criamos como nosso vernáculo (KULKA, 2014, p. 37-38).

Kulka comenta que só usou aquela linguagem com duas pessoas, dentre as mais chegadas a ele em Jerusalém:

Com o pintor Yehuda Bacon, um dos jovens que estive comigo naquele tempo; e com o meu melhor amigo, o falecido poeta de língua alemã Gerschon Ben-David, que aprendeu todas as expressões idiomáticas codificadas daquele modo de falar irônico, o que nos permitiu ter um diálogo “divertido” de um humor negro ímpar (KULKA, 2014, p. 38).

As crianças brincavam também de apostar quem ousaria tocar no arame farpado. Todas queriam superar aquele medo. A sorte é que se aproximavam da cerca de dia, quando ela não ficava ligada, e não de noite. A cerca era um “subsistema de morte”. Agiam desse modo para superar o medo dos crematórios. “Essas eram diversões extracurriculares, sem relação com ‘o bloco’” (KULKA, 2014, p. 39). Dessa forma,

percebe-se que as crianças tinham conhecimento do que representavam os crematórios. O autor conta que elas viviam em uma espécie de estufa no bloco das crianças, meio afastadas da realidade, mas muitas vezes viram serem transportados montes de cadáveres que eram só pele e ossos. A maior parte desse transporte era feita à noite ou muito cedo, mas às vezes deparavam com essas cenas que não conseguiam esquecer.

O autor afirma ter consciência de que, como crianças, não viveram os tormentos dos prisioneiros adultos, arrancados de seu mundo cultural com suas normas e jogados em um mundo com normas de crueldade e morte, um mundo que não tinham conhecido antes. Para ele, o primeiro mundo ou a primeira ordem que conheceu foi a ordem das seleções, a morte como única perspectiva certa a governar o mundo. “A diferença era que aqui [em Auschwitz], em contraste com Theresienstadt, também estava claro que ninguém deixaria o lugar com vida. A morte era uma certeza, seu domínio sobre cada pessoa não estava em dúvida” (KULKA, 2014, p. 41). Um questionamento que o dominava, ainda criança no campo, era como os vivos entravam aos montes e eram engolidos pelas estruturas feitas de telhados oblíquos e tijolos vermelhos transformados em chamas, em luz e fumaça e depois sumiam no céu escuro.

Um acontecimento marcou muito Kulka: mais ou menos meio ano depois que o campo fora desativado, os prisioneiros tinham sido cremados ou enviados como escravos para todo o Reich, e apenas algumas dezenas de jovens lá permaneciam. Ele e outros tinham sido transferidos para o *Männerlager*, o grande campo de escravos, e lembra-se ainda que uma gaita, não sabe como, veio parar em suas mãos. Aprendeu a tocá-la e começou a tocar uma música que cantavam no coro das crianças. Um jovem prisioneiro judeu de Berlim aproximou-se dele e perguntou se ele sabia o que estava tocando. Ele respondeu: “Ah, é uma melodia que a gente cantava naquele campo que não existe mais” (KULKA, 2014, p. 43). O jovem disse que aquela era a “Ode à alegria”, poema de Schiller que inspirara Beethoven ao escrever sua sinfonia, a *Nona sinfonia*, e

[...] tentou explicar o terrível absurdo daquilo, o terrível assombro daquilo, que uma música de louvor à alegria e à fraternidade entre os homens [...] fosse tocada defronte aos crematórios de Auschwitz, a algumas centenas de metros do local de execução, onde a maior conflagração já vivenciada pela mesma humanidade de que falava a canção estava acontecendo naquele exato momento em que conversávamos e em todos os meses em que estivemos lá (KULKA, 2014, p. 43).

Kulka recorda-se e narra que sabia quem era Beethoven porque conhecera no hospital, quando estava com difteria, um jovem prisioneiro de mais ou menos 20 anos que lhe transmitira alguns conhecimentos das riquezas culturais que havia acumulado. A primeira coisa que ganhara do rapaz tinha sido o livro *Crime e castigo*, de Dostoiévski – a primeira grande obra literária que lera desde que fora afastado da biblioteca de seus pais na Tchecoslováquia. Depois passaram para Shakespeare, Beethoven e Mozart e tudo da cultura europeia. Kulka narra que absorveu muita informação.

O autor lembra-se de Imre, o regente, impelindo o coro, fazendo todos cantarem enquanto uma fila de pessoas de preto caminhava lentamente em direção ao crematório. Passados tantos anos, ele se pergunta o que teria feito Imre executar aquele texto específico – considerado um manifesto universal de todos os que acreditam na dignidade humana, nos valores humanísticos, no futuro – diante daqueles crematórios. Seria uma manifestação de protesto? Devoção àqueles valores a que só as chamas podiam dar fim? Ou seja, enquanto o homem respira, ele respira liberdade. As razões, quaisquer que sejam elas, vão permanecer desconhecidas. Restam a nós as conjecturas. Kulka reforça que sempre volta a esse episódio na tentativa de interpretar “a continuidade da existência de normas sociais, de valores culturais e morais nas condições que foram criadas imediatamente à ascensão dos nazistas ao poder e por todo o caminho até a beira dos fossos dos assassinatos em massa e dos crematórios” (KULKA, 2014, p. 46). A questão permanece aberta.

3.6.3 A liquidação do “campo das famílias”

Kulka (2014, p. 48) conta como as famílias eram exterminadas:

No fim de seis meses, ou no decorrer de uma noite, todos os 5 mil, ou todos os que restavam dos 5 mil que chegaram conosco em setembro de 1943, foram aniquilados. Naquela noite de março de 1944, quase todos eles morreram nas câmaras de gás, com exceção de alguns que só por acaso estavam hospitalizados e foram deixados vivos para enganar os outros – os médicos e os pacientes –, minha mãe e eu entre eles.

O autor menciona ainda que os que chegaram nos transportes seguintes sabiam que, como seus predecessores, só teriam seis meses de vida. Depois, acabariam nos crematórios. Não havia explicação para a escolha desse tempo.

Em julho, a liquidação recomeçou. Houve uma seleção “regular”, como sempre ocorria: os aptos para os campos de trabalho na Alemanha – minha mãe estava entre eles; e os restantes para as câmaras de gás. Kulka relata que estava entre estes, mas escapou pela segunda vez (a primeira tinha sido quando estivera internado com difteria). A primeira fora por acaso; agora não tinha como escapar. No entanto, de modo inesperado, após concluída a seleção, chegou ao campo uma ordem para que os jovens, dezenas, fossem escolhidos para trabalhar no campo, por exemplo, puxando carroças. Mão de obra escrava, mais barata que cavalos. Foram transferidos para outro campo.

Para Kulka, as imagens daquela noite de março de 1944, em que todos os seus amigos de infância e parte da família, soube depois, foram aniquilados permanecem em seus sonhos, embora não os tenha visto morrer. Nos sonhos vê a si mesmo e aos amigos entrando nas câmaras de gás, mas um minuto antes da execução ele escapa por uma portinha de ferro enferrujada e foge por um curso d’água subterrâneo. O sonho repete-se com pequenas variações.

A experiência que persistiu em sua memória foi a do trauma, repetido inúmeras vezes, e resume a lei imutável da grande morte. O que se entende por trauma? Considerando-se a raiz grega da palavra, é uma lesão causada por um agente externo e representa uma ferida. Na terminologia psicanalítica, uma lesão provocada na psique em resultado de uma experiência que pode ter sido agradável ou desagradável em si mesma.

A memória de alguém que sofreu um trauma está carregada de imagens e emoções de eventos do passado revividos no momento atual de vida, proporcionando algum tipo de desgaste, seja cognitivo, seja físico ou emocional. Na literatura de testemunho, este é expresso pela situação-limite, que ficou gravada como memória traumática, fazendo com que o indivíduo, mesmo após o afastamento daquilo que o provocou não se sinta seguro nem consiga dar continuidade a uma vida que possa ser considerada normal.

Kulka diz que em outubro de 1944 já se encontrava no campo dos homens e era um aprendiz de um grupo de ferreiros do qual o pai fazia parte. Todos os dias, após o trabalho, ele passava uma pequena vasilha de metal com sopa para o tio – um irmão da mãe, que estava num campo adjacente – do outro lado do arame farpado. Nesse dia, especificamente, houve uma rebelião entre os prisioneiros do *Sonderkommando*, que puseram fogo no crematório e tentaram fugir. Assim, a cerca foi eletrificada durante o dia. Mas Kulka só soube disso depois. Ao passar a vasilha para o tio, encostou no arame farpado e sentiu choques percorrerem todo o seu corpo. Ficou grudado.

Naquele momento compreendi o que tinha acontecido: fora apanhado na cerca eletrificada. [...] ficou claro para mim que eu estava morto, porque todo mundo sabia que quem encostava no arame morria instantaneamente. [...] na minha frente, de casaco verde desbotado e segurando uma vara grande de madeira, um prisioneiro de guerra soviético estava parado e me olhava. O único pensamento que martelava o tempo todo na minha cabeça era: estou morto, e o mundo que vejo não mudou! É assim o mundo após a morte? (KULKA, 2014, p. 53).

Kulka continua sua narrativa: “[...] alguém por ali pegou a vara de madeira – ou talvez fosse uma pá – das mãos do prisioneiro de guerra soviético e empurrou meu peito com ela algumas vezes. Deslizei para o chão” (KULKA, 2014, p. 54). Depois, com as mãos queimadas, teve de esconder-se para não ser selecionado, pois as queimaduras viraram feridas purulentas, o que o impedia de trabalhar. Nesse episódio, ele mostra que conseguiu sobreviver de maneira inesperada duas vezes: quando ficou preso na cerca eletrificada, experiência que ele chama de “pequena morte”; e quando foi poupado da câmara de gás. Inexplicavelmente, vencera a morte após uma situação-limite.

3.6.4 *A metrópole fantasma*

Logo após o episódio de Kulka no arame farpado, em outubro de 1944, o campo de Auschwitz foi evacuado. A seleção que precedeu a desocupação tinha por objetivo escolher quem seria enviado para trabalhos forçados. Assim, trens e mais trens lotados partiram de Auschwitz para os campos da Alemanha. Os prisioneiros que ficassem seriam mortos nas câmaras de gás. Certamente, Kulka não teria escapado da seleção, pois as mãos estavam feridas e era ainda criança, não tinha nem 11 anos e meio, mas ele se esgueirou entre o grupo dos homens e foi para o portão e de lá para os trens. Ele tinha usado o mesmo procedimento quando o campo de Theresienstadt fora evacuado.

Kulka narra que no portão de saída um guarda da SS chamado Buntrock – um sujeito aterrador, que seria julgado em Cracóvia em 1947, após a guerra – o parou e perguntou qual era sua idade. Ele respondeu que tinha 15 anos. O guarda perguntou, então, por que o jovem mentia, mas este não soube o que responder e pensou que ali ocorreria a lei imutável do campo: ninguém escapa deste lugar. O SS Buntrock (KULKA, 2014, p. 56), conhecido por sua crueldade, hesita um momento e então pronuncia: “*Hau ab!*” – “Some daqui!”, e manda que ele se junte ao resto dos jovens não selecionados para os campos de trabalho. Assim, Kulka é mandado de volta para o

campo com os outros jovens; fica claro para ele que sua hora tinha chegado. Resignou-se com a “grande morte” e com o fim inevitável.

A vida continuou no campo, conta o autor. Nos meses que restavam até a liquidação em janeiro de 1945, Auschwitz tornou-se um campo fantasma. Todos ali sabiam que, quando a linha de frente dos aliados se aproximasse, os prisioneiros seriam exterminados inexoravelmente. Tudo ocorria de forma diferente agora. As chamadas cessaram no campo, inclusive as longas filas em direção aos crematórios. As pessoas morriam de “morte natural”. Houve outras mudanças: os crematórios começaram a ser desmontados, e as estruturas remanescentes foram explodidas. Sabia-se que a “grande morte” ainda iria acontecer, era um destino imutável para os habitantes da “grande metrópole”.

Chegou o inverno, lembra-se Kulka, e com ele a ordem de mudar do campo de Birkenau (Auschwitz II) para Auschwitz I, onde estavam encarcerados os prisioneiros políticos. De lá, na noite de 18 de janeiro de 1945, começou a longa jornada pela neve, por vastidões em que não se tinha nada, nem mesmo o que, apesar de tudo, a metrópole oferecia. Recorda-se de que chegara ali com a mãe e vira as cadeias de luzes bruxuleantes.

Kulka conta que a jornada do dia 18 de janeiro de 1945 foi chamada de “marcha da morte”, embora fosse uma jornada para a liberdade. Ele se recorda de todos os acontecimentos dessa jornada: as vastidões abertas, a brancura da neve, as árvores, os vilarejos, a movimentação dos prisioneiros, a paisagem noturna. A princípio ficou inebriado com a brancura, com a liberdade, deixando para trás as cercas de arame farpado. Mas lembra-se especialmente da “cor noturna de neve por todo lado, de um comboio muito longo, preto, movendo-se lentamente, e de repente manchas negras à beira da estrada: uma grande mancha negra, e depois outra grande mancha negra, e outra mancha...” (KULKA, 2014, p. 19). A princípio não entendeu o que significavam aquelas manchas escuras. Depois olhou com mais atenção e descobriu que eram cadáveres, uma infinidade deles. Sentiu suas forças acabando e percebeu que estava ficando próximo das últimas fileiras, o que era um risco, porque se vacilasse, se ficasse para trás, seria impiedosamente fuzilado e viraria uma mancha negra à beira da estrada. Qualquer um que não conseguisse acompanhar o ritmo era fuzilado e deixado à margem da estrada. As manchas negras aumentavam gradativamente.

Quando voltou ao campo décadas depois, Kulka percebeu que para ele aquela jornada nunca levava realmente à liberdade:

Permaneci naquela Metrópole, um prisioneiro daquela Metrópole, daquela lei imutável que não deixa lugar para ser salvo, para violar essa terrível “justiça” pela qual Auschwitz tem de permanecer Auschwitz. Por isso, a lei imutável continuou para mim, e assim continuei preso a ela (KULKA, 2014, p. 60).

Kulka fala da “grande morte” e do contraste entre ela e a “pequena morte” – constituída de violência, crueldade, torturas, assassinatos individuais – descrita como a rotina diária daquele mundo dos campos. Ele procura sondar a memória e não escrever suas memórias. Recordar-se de um assunto já citado em seu livro sobre como às vezes ele e outras crianças viam os cadáveres – ossos cobertos de pele – quando seguiam para o alojamento dos jovens no campo especial dos judeus de Theresienstadt em Auschwitz. Mas afirma que não se recorda de nenhuma cena de violência naquela área do campo em que viviam; não duvida que houvesse violência ali, como pode ser visto nos desenhos de Dinah Gottlieb e em muitas outras descrições de prisioneiros mais velhos que seu amigo, o poeta Gerschon Ben-David, registrou.

No entanto, um episódio, ocorrido no outono de 1944, está marcado nitidamente em sua memória: a punição de um prisioneiro diante dos outros prisioneiros e que todos foram forçados a assistir. Isso aconteceu no acampamento dos homens depois do fechamento do campo das famílias e após a evacuação de Auschwitz, no principal campo de trabalho, o campo dos veteranos, dos novos e dos jovens prisioneiros, do qual ele agora fazia parte. Ocorreu por volta de 9 horas de uma manhã nevoenta, depois que os prisioneiros tinham partido para trabalhar fora ou dentro do campo. Houve uma busca-surpresa para descobrir os que estavam se esquivando do trabalho. Alguém tinha sido pego na latrina, onde às vezes os prisioneiros se escondiam para não ir ao trabalho. Foi trazido pelos homens da SS e por alguns *Kapos* para a punição pública. A narração do episódio feita neste parágrafo é idêntica à de Joseph Nichthausen (José) em *Quero viver: memórias de um ex-morto*. É muito provável que não seja apenas semelhante, mas o mesmo episódio narrado por dois sobreviventes do campo em seus testemunhos.

Os homens da SS espancaram o prisioneiro com suas bengalas. Os golpes atingiam especialmente a cabeça, na qual apareciam manchas vermelhas após cada pancada. O prisioneiro tentava inutilmente se proteger. Tudo ocorreu em silêncio, sem som, e parecia um jogo de taco: os uniformes verdes da SS; os trajes de prisioneiros dos *Kapos* bem passados e em contraste com o traje imundo e manchado do prisioneiro, o sangue que brotava da cabeça e escorria pela face. Kulka menciona não ter na memória consciência moral do fato; apenas ficou marcada a ocorrência do episódio. Depois

dessas “preliminares”, a punição teve prosseguimento. Amarraram o prisioneiro e o açoitaram obrigando-o a contar as chibatadas. Só pararam quando ele ficou desacordado, ou talvez estivesse morto. Soltaram o homem e dispersaram a todos.

Outro evento de violência e crueldade presenciado por Kulka não envolve punição, mas morte. Dessa vez é executada ao entardecer e presenciada por todos os prisioneiros do campo dispostos em uma configuração de U. Filas e mais filas e à frente os patíbulos. Serão executados alguns prisioneiros que tentaram escapar e fracassaram. Essas tentativas de fuga ocorreram inúmeras vezes no campo. Da mesma forma que na punição descrita antes, agora também impera o silêncio, “a grande mudez, o tremendo, estonteante silêncio [...] e as bengalas flageladoras, eu me lembro bem. A conhecida ordem: ‘*Mütze-e-e-em ab!*’ – ‘Tirar bonés’ – e instantaneamente todo o espaço clareou com a luz de milhares de cabeças raspadas” (KULKA, 2014, p. 67). Os prisioneiros, em um movimento ensinado por meio de repetidos maus-tratos, tiram rapidamente os bonés. Os que serão punidos são levados aos patíbulos. O narrador afirma não se lembrar se o veredito foi lido em voz alta, se algo foi dito, mas recorda-se de ver os nós serem atados nas cordas, dos laços ao redor dos pescoços e da voz que rompe o silêncio: “*Za Stalina! Za rodinu!*” – “Por Stálin! Pela Pátria!” –, gritos de heroísmo, de resistência” (KULKA, 2014, p. 68). Esse episódio é idêntico ao narrado por Levi.

Kulka baixou os olhos e recusou-se a olhar, mas um pensamento surgiu de repente de que tinha de olhar, tinha de gravar isso no coração para não esquecer, para poder se vingar quando chegasse a hora da justiça e da retaliação. E aí tornou a olhar para a cena, para ver e ouvir os últimos estertores dos condenados, os corpos se contorcendo nos laços. Como na vez anterior, todos se dispersaram em seguida.

3.6.5 “*Nós, os mortos, acusamos!*”

Após esse episódio dos enforcamentos, os pensamentos de Kulka voltaram-se para o tema da vingança. A justiça tinha de ser feita e precisava seguir seu curso no devido tempo. Encontrou isso em diversas mensagens e documentos recuperados e com os quais teve envolvimento enquanto estava lá, naquela Metrópole, e que levou para o mundo pós-guerra. Um desses documentos foi a carta que sua mãe escreveu na noite de 30 de junho de 1944, quando ela pensou que não sobreviveria. Era uma carta de

despedida de sua mãe para seu pai. A carta está guardada nos arquivos do Yad Vashem,²⁰ depois de ter ficado anos sob os cuidados do pai de Otto Dov Kulka.

O autor de *Paisagens da metrópole da morte* relata que na carta sua mãe expressa revolta:

[...] crueldade da provação: por que a vida de uma criança inocente tem de acabar nessas mãos brutais?! E a frase seguinte ressoa com a exigência de que se vingasse aquele sangue sem culpa, o sangue dos inocentes que era derramado ali. Na época, obviamente eu não entendi todas as implicações dessa frase (KULKA, 2014, p. 71-72).

Só depois conheceu a prece com o verso em que os fiéis clamam a Deus que vingue o sangue dos inocentes: “*Hashem yikom dam nekiim*” – “Deus vingará o sangue dos inocentes” (KULKA, 2014, p. 72).

Outros testemunhos foram preservados, e o de sua mãe foi um deles. Vale destacar três poemas, aparentemente as últimas obras de uma poeta desconhecida de uns 20 anos de idade (os poemas permitiram inferir sua idade) que integrava o transporte que levava Kulka e sua mãe para Auschwitz:

Uma jovem, em pé na entrada da câmara de gás, no último instante tirou um maço de papéis e o entregou a um dos *Kapos*, cuja tarefa era assegurar que aquela “operação especial” fosse executada “sem emperramentos”. No dia seguinte ele deu aquelas páginas ao meu pai, sabendo que ele tinha ligações com o campo dos judeus tchecos. De início, meu pai pensou que eram as despedidas da minha mãe. Só quando abriu o pacote ele descobriu que tinha nas mãos os três únicos poemas escritos no campo das famílias dos judeus de Theresienstadt que sobreviveram às chamas de Auschwitz. O primeiro intitulava-se “Nós, os mortos, acusamos!” (KULKA, 2014, p. 73).

Kulka reproduz em sua obra três poemas escritos em tcheco com as últimas palavras dos condenados em sua execução pública: 1) “Nós, os mortos, acusamos!” intensifica os episódios narrados por Kulka; fala do desrespeito com os mortos, da ausência de rituais, da desesperança, da quantidade imensa de judeus mortos nos campos; da ressurreição dos mortos e lança um clamor à humanidade por justiça e acerto de contas; 2) “Sepultura estrangeira” não trata especificamente de Auschwitz, mas do destino da Europa e mostra o pesar e o protesto contra os assassinatos em massa perpetrados nas duas Guerras Mundiais com a destruição de sucessivas gerações de jovens europeus; e 3) “Prefiro perecer” expressa a crença da poetisa nos últimos

²⁰ É o mais importante museu judeu sobre o holocausto e está situado em Jerusalém. Nele são preservados documentos e imagens da Segunda Guerra Mundial para que o passado não seja esquecido e as gerações futuras tomem conhecimento do que ocorreu.

momentos de vida de que não se deve reagir à violência e à carnificina com violência e carnificina; sua recusa, portanto, de manchar as mãos com sangue. Cada um dos poemas²¹ termina com um protesto sobre a situação da qual falaram:

“Nós, os mortos, acusamos!”

*E então emergiremos, em medonhas fileiras,
um crânio sobre os nossos crânios e canelas ossudas;
e urraremos na cara de todos
Nós, os mortos, acusamos!*

“Sepultura estrangeira”

*Mas quando passar a tempestade
quem há de entender, quem há de entender
que aqui em um túmulo estrangeiro apodrece
(quem dirá por que utopia)
A juventude traída da Europa?*

“Prefiro perecer”

*E no entanto prefiro perecer
com seu cuspe em meu rosto,
prefiro morrer covarde
a ter sangue nas mãos.*

(KULKA, 2014, p. 76-78)

3.6.6 Retorno a julho de 1944

Kulka recupera da memória a despedida da mãe em julho de 1944, logo após a liquidação do campo das famílias e daqueles que ali permaneceram depois das últimas seleções, as finais. Ele foi transferido para o campo dos homens, e a mãe foi enviada para os prédios de tijolos cinzentos do campo das mulheres. Antes da extinção do campo das famílias, ele vê a mãe por alguns segundos, depois ela se vira e caminha em direção às estruturas cinzentas do campo. Vestindo uma saia fina, ela não olha para trás, como esperava Kulka, e vai se distanciando aos poucos até se tornar um pontinho no outro extremo e desaparecer. A única explicação que o filho encontrou foi que talvez se ela tivesse se virado não suportasse “a loucura do horror, a dor insuportável e a consciência de que estava nos deixando ali, meu pai e eu” (KULKA, 2014, p. 82).

A memória, segundo Kulka, vem sempre misturada com momentos em que o esquecimento parece prevalecer. Era muito criança para lembrar-se de certos momentos.

²¹ Os três poemas foram traduzidos da versão inglesa de Gerald Turner do original tcheco.

Os fragmentos da memória oscilam todo o tempo. Acredita então que a memória seleciona os fatos mais importantes. Na memória do corpo dos sobreviventes, as marcas do campo; na memória da mente, um passado inesquecível.

Somente depois da guerra, muito depois de chegar até ele e o pai a notícia da morte de sua mãe, foi que Kulka veio a saber, já em Jerusalém, qual foi a jornada da mãe ao sair de Auschwitz e seguir em direção ao campo de Stutthof, cidade-satélite da metrópole da morte. As informações foram dadas por uma mulher que a acompanhou em seus últimos momentos e durante toda a jornada quando saíram de Auschwitz e depois no outro campo. Quando ouviu todas as informações, ele deu outra interpretação àquela despedida, àquele caminhar resoluto para longe dos dois homens que ela tanto amava: “Minha mãe levava consigo o embrião de meu irmão, um embrião de Auschwitz, do encontro dela com meu pai ali, e também sua decisão de tentar partir pelo menos com ele, se nós dois tivéssemos que permanecer e perecer” (KULKA, 2014, p. 82).

Ela suportou todas as provações da jornada, o trabalho massacrante e – milagrosamente e graças à habilidade e ao sacrifício de suas amigas – conseguiu dar à luz. A criança nasceu em Stutthof, e as mulheres que trabalhavam no hospital prometeram a sua mãe que resguardariam o recém-nascido caso não surgisse nenhuma emergência e não entrasse nenhum SS da direção do lugar. O bebê era sadio e berrava muito. Com a aproximação dos soldados da SS, as mesmas amigas que ajudaram a mãe puseram fim à vida do recém-nascido, soube Kulka. A amiga informou ainda que ela se recuperou do parto antes da evacuação do campo de Stutthof.

Elly Kulka e mais três amigas fugiram pouco antes do começo da evacuação e encontraram abrigo em uma cabana no quintal de um fazendeiro alemão. Elas fingiram ser refugiadas alemãs da cidade próxima, Elbing, que tinha sido bombardeada. Uma das amigas adoeceu na cabana, a mesma que deu as notícias a Kulka e a seu pai sobre o que acontecera com a mãe desde que deixara Auschwitz até seus derradeiros momentos de vida.

A mãe tinha consigo um diamante dado pelo marido e pensava em usá-lo para cuidar de si e do bebê quando fosse necessário. Ela o trocou por dinheiro, roupas e remédios e cuidou da amiga, que estava com uma doença grave quando fugiram e poderia levar à morte, a febre tifoide. A moça recuperou-se, mas Elly adoeceu logo depois e não se recuperou. Ela foi enterrada no pequeno vilarejo chamado de Nickelswalde (nome alemão) e hoje conhecido como Mikoszewo (nome polonês), ao lado do cemitério protestante alemão daquela época. Eles conseguiram identificar o lugar, que hoje possui apenas sepulturas de católicos poloneses.

O cemitério foi encontrado com base no testemunho da única alemã ainda viva dessa comunidade, pois seu avô fora o agente funerário da região. Ela mostrou o lugar onde tinham sido enterradas duas das quatro mulheres que viviam na fazenda. Uma foi enterrada; e logo depois, outra; no caso, a mãe de Otto Dov Kulka. Não havia lápides no cemitério. A informação dada pela amiga da mãe era esta: ela tinha falecido em 25 de janeiro de 1945, um pouco antes de o vilarejo ser libertado. Ainda de acordo com essa amiga, seus últimos momentos, seus últimos pensamentos foram dedicados a Otto Dov Kulka. Ela falava de um lugar onde tentaria escondê-lo no campo das famílias. Na verdade, todos eles tinham saído do lugar na época em que vira o filho pela última vez.

Depois da guerra, em 1961, Kulka e o pai obtiveram informações em Jerusalém de que a marcha da morte foi de uma crueldade extrema, e as mulheres que sobreviveram sofreram morte brutal nas mãos dos SS. Apesar de tudo, sua mãe escapou ao menos dessa morte ainda mais terrível.

Em sua obra, o autor relata que em 1946, com apenas 14 anos, testemunhara no julgamento de criminosos de guerra realizado em Cracóvia. Enquanto estavam lá, visitaram Auschwitz e Birkenau. O que desencadeou a recordação do julgamento foi o arame farpado que viu em sua visita a Jerusalém em 1960, quando visitara a Porta da Misericórdia. Aquele arame farpado o levara de volta a Auschwitz. Em 1978, quando participou de uma conferência científica, foi sozinho visitar a metrópole da morte, Auschwitz. Em 1992, visitou Stutthof com o pai e o local onde fora enterrada a mãe.

Otto Dov Kulka e o pai, em 1992, foram a Danzig e a Stutthof procurar o túmulo da mãe. O portão, diferentemente de Birkenau, estava bem conservado, e os prédios, bem guardados e preservados, pois fora transformado em memorial, principalmente o do campo dos prisioneiros do movimento da resistência polonesa contra os nazistas. Havia ali plantas, mapas, dados estatísticos e salas contendo objetos de tortura e instrumentos de execução, da mesma forma que tinham sido preservados os de Dachau, na Alemanha.

O campo de Stutthof agora era apenas uma campina, com grama aparada que ia até a orla de uma grande floresta negra. Os responsáveis pelo campo informaram a eles – Kulka e seu pai, Erich Kulka – que depois da floresta ficava o mar. Kulka separou-se do grupo que estava com ele e andou em direção à floresta, porque soube que era nela que existira o campo das mulheres judias de Auschwitz e o grande fosso onde os corpos eram queimados. Havia placas espalhadas que indicavam o que tinha sido cada local.

Kulka entrou na floresta e ali recitou o *Kadisch* – a oração judaica pelos mortos. Em seguida, começou a voltar lentamente para o prédio do memorial. No caminho encontrou algumas tiras de couro ressecadas dos antigos setores do campo de Stutthof. Pegou dois pedaços e levou consigo, da mesma forma que fizera com um pedaço de tijolo das ruínas do alojamento das crianças e dos jovens em Birkenau e outro tijolo dos escombros dos crematórios e levou com ele para Jerusalém.

Voltou para o grupo com o qual tinha vindo. O diretor propôs que Kulka, um “ilustre historiador”, fosse conhecer os pesquisadores do memorial. Ele o fez rapidamente, pois não era um momento fácil, em razão da emoção que sentia ao recordar-se de tudo o que sabia sobre a mãe naquele local, mas trocou algumas informações sobre temas de pesquisa. Recebeu uma fotocópia das fichas das prisioneiras, da ficha de sua mãe, com seus detalhes: “Causa da morte – em branco; data da morte – em branco; data de chegada e local de estada anterior – Auschwitz” (KULKA, 2014, p. 89-90). Ele ainda conserva a ficha.

Em seguida, Kulka e os outros foram ver uma pequena exposição montada no memorial. Um dos itens era uma vitrine grande e comprida contendo milhares de sapatos amontoados desordenadamente como se vê em fotografias no museu de Auschwitz. Kulka perguntou se ali também retiravam os sapatos das mulheres antes de mandá-las para a morte. O diretor respondeu: “Não, esses sapatos são de Auschwitz” (KULKA, 2014, p. 91). Ele informou que Auschwitz, além de mandar os exércitos de escravos – as mulheres, de cabeças raspadas –, enviava para Stutthof vagões cheios de sapatos para serem consertados e examinados pelos prisioneiros em busca dos últimos tesouros que poderiam por acaso ter sido escondidos neles. Posteriormente, após a reforma, eles eram enviados a todas as partes do Reich. Kulka descobriu então essa nova ligação entre a metrópole de Auschwitz e uma de suas cidade-satélites: Stutthof. Recordou-se da informação dada pelo motorista tagarela de Cracóvia de que no rio Vístula – o maior rio da Polônia, que a atravessa de sul a norte –, próximo ao campo de Stutthof, eram jogadas as cinzas dos cremados. Depois dessa visita de retorno ao passado, Kulka voltou para Jerusalém.

Recorda-se ainda Kulka (2014, p. 101-102) que num dia de verão em Auschwitz-Birkenau, com 11 anos, vira no céu azul aviões prateados de brinquedo:

O único azul harmônico, dominando todas as outras cores, impresso em minha memória como a cor do verão, a cor da tranquilidade, a cor do esquecimento – esquecimento momentâneo –, é aquela cor de um verão

polonês em 1944. [...] a cor da infância, uma cor de inocência, uma cor de beleza. E essa também é uma lei imutável da qual não há como escapar. Não há como escapar da beleza, da sensação da beleza no auge e no meio da Grande Metrópole que governa a todos.

Kulka menciona no relato que sempre se absteve de ler qualquer obra literária ou artística que descrevesse Auschwitz, os campos de concentração e a “solução final”; nunca visitou exposições ou museus que tratassem do assunto, nem mesmo o memorial do Yad Vashem; nem assistiu ao filme *Shoah*, que muitos consideraram sua propriedade intelectual ou vivencial. Não porque traria a ele sofrimento e abalo, mas para preservar sua atitude de distanciamento. O único momento ao qual não se pôde furtar foi o da conferência Holocausto na Literatura, proferida por um colega da universidade; depois desse evento resolveu ler um dos livros nele mencionados. Era um livro sobre a vivência do autor, mas provocou nele um total estranhamento. Não conseguiu relacionar o livro que lera com sua própria experiência de Auschwitz.

Em sua análise sobre o filme-documentário *Shoah* (1985), de Claude Lanzmann – com duração de 9 horas e 26 minutos –, Cangi (2003, p. 142) defende que este busca revelar o funcionamento da solução final e “excluir a violência explicativa dos porquês, deixando à vista a máquina letal, sua potência e seus efeitos sobre o corpo e a alma das vítimas”; procura mostrar ainda, sem teor apelativo, as reminiscências e os locais onde se encontravam as vítimas e os funcionários. Para o diretor do filme, o objetivo deste é compreender, e para isso retoma o intuito de todos que sobreviveram: testemunhar.

Contudo, Kulka esclarece que confrontou o mundo da metrópole da morte por outra via, central em sua vida: a pesquisa científica da história. Daí sua opção pelo distanciamento metodológico que a pesquisa científica exige, por não permitir o envolvimento biográfico. Em suas pesquisas, ele não lidou com a morte violenta, o assassinato, a humilhação e a tortura dos judeus nos campos de concentração. Contornou essa dimensão do mesmo modo que fazia com os montes de esqueletos em frente aos alojamentos em Auschwitz enquanto caminhava em direção ao barracão dos jovens. Desse modo, dedicou-se ao pano de fundo geral da “ideologia e da política que fundamentaram aquilo tudo, as implicações históricas, a dinâmica da sociedade e do governo, e a sociedade e liderança daqueles que foram objeto da ‘solução final’ – os judeus – no período que precedeu aquela etapa do fim violento e máximo” (KULKA, 2014, p. 109). E afirma que o mundo jamais poderá libertar-se do fato de que a metrópole da morte existiu bem como a lei imutável da grande morte.

O autor mostra três capítulos dos diários que escreveu com anotações posteriores à guerra, ou seja, em 28 de julho de 2003, 22 de janeiro de 2001 e 17 de agosto e 15 de novembro de 2002. Os três capítulos são anotações sobre seus sonhos, e o último deles foi sobre um sonho que tivera sobre vivenciar a presença física de Deus.

Na última anotação, denominada por Kulka de “O pesar de Deus”, que não faz parte do sonho que ele descreveu, agora um fato real, ele se recorda que o pai costumava pesquisar e registrar em Israel as figuras espectrais que tinham escapado por um triz dos fornos crematórios. O pai menciona uma das perguntas que assolavam essas pessoas: “Não existe mesmo Deus?” E, “Se existe, onde é que Ele estava e como foi que permitiu acontecer o que aconteceu com esta geração?” (KULKA, 2014, p. 127). Kulka expõe que o próprio pai fez essa pergunta persistentemente, inclusive a alguns de seus contemporâneos nas entrevistas que gravou. Tudo o que o pai gravou está guardado nos arquivos do subsolo do Monte da Recordação, no memorial Yad Vashem. E um dia, no apartamento do pai em Kiryat Yovel em Jerusalém, este disse a Kulka (2014, p. 129):

Os *Sonderkommandos* tinham um *Kapo* judeu, ou talvez não um *Kapo*, mas um homem grandalhão que ostentava a autoridade da Torá, que todos viam como um mestre, um líder e uma rocha de segurança. [...] Eles também lhe faziam essas perguntas: “Onde está Deus?” e outras variações dessa pergunta que era feita ali, naquele lugar de verdade. E o rabino [...] respondia – assim responderam ao meu pai: “É proibido fazer essa pergunta, essas perguntas, ali e por toda a eternidade”.

Kulka termina seu relato com um Apêndice, o único artigo que ele publicou sobre o campo de concentração: “Gueto em um campo de extermínio”. Nesse artigo, Kulka afirma que o holocausto representa a situação praticamente incomparável de existência humana e social dos judeus nos últimos dias de vida e em uma situação limite. Ele apresenta um resumo dos fatos que se destacaram na história do “campo das famílias”, criado em 1943 em Auschwitz para abrigar 5 mil judeus transferidos de Theresienstadt. A entrada dessas pessoas no campo passou por um processo diferente: não foram selecionadas nem classificadas como aptas ou não para o trabalho; os homens, as mulheres e as crianças não foram separados; não tiveram a cabeça raspada nem usavam roupas de prisioneiros. Mas como as condições penosas de vida no campo não poupavam ninguém, nos primeiros seis meses mais de mil tinham falecido. No final dos seis meses, de uma só vez, todas as famílias foram exterminadas em uma só noite nas câmaras de gás, ou seja, mais ou menos 4 mil pessoas. Até a liquidação, os prisioneiros acreditaram que escapariam das câmaras de gás, nas quais estavam sendo

eliminados milhares de judeus, considerados não aptos ao trabalho, trazidos de toda a Europa para Auschwitz. Todavia, aos prisioneiros do campo das famílias não restava sequer a esperança de serem considerados aptos, uma vez que todos teriam o mesmo destino – a morte.

Antes da execução, os prisioneiros receberam ordens de enviar cartões-postais para o gueto de Theresienstadt e para conhecidos que vivessem em territórios do Terceiro Reich ou em países neutros. Na verdade, a data nos cartões era de duas semanas depois do assassinato dessas pessoas.

No intervalo entre um grupo e outro, as atividades no campo corriam normalmente: os encarregados dos serviços médicos cuidavam dos doentes, dos velhos e das crianças, as atividades educacionais para as crianças e os jovens eram executadas, bem como os concertos e as peças teatrais.

Em seguida, chegaram mais 5 mil prisioneiros, que passaram pelos mesmos processos de entrada e de extermínio. Ninguém sabia como enfrentaria seu destino – a morte –, principalmente quando ouviram os relatos sobre os acontecimentos que envolveram o primeiro grupo:

O suicídio de Fredy Hirsch no último instante [pertencente ao primeiro grupo]; tentativas de resistência por alguns dos outros principais funcionários e a entoação do *Hatikvá*, o hino do Estado judeu em gestação, do hino nacional tcheco e da Internacional, nas profundezas das câmaras de gás subterrâneas (ou, como escreveu Gradowski em seu diário, descoberto enterrado em Auschwitz, “um canto de dentro do túmulo” (KULKA, 2014, p. 140).

Esse ato foi uma espécie de profissão de fé de três movimentos seculares de messianismo político: “O movimento sionista; o movimento que acreditava que a redenção dos judeus estava na sua integração aos movimentos nacionais dos povos entre os quais eles viviam; e o movimento socialista, com sua promessa de salvação universal” (KULKA, 2014, p. 140).

Depois de março ficou claro para todos os envolvidos que a duração da vida dos que entravam naquelas condições era de apenas seis meses. Transcorrido esse tempo, depois da chegada de mais 5 mil prisioneiros, eram exterminados nas mesmas condições. Nessa segunda vez, houve uma seleção de aptos para o trabalho, que foram enviados depois à Alemanha para campos de trabalho, e os prisioneiros restantes, da mesma forma que os anteriores, foram exterminados de uma só vez. Para Kulka, só recentemente a descoberta de alguns documentos oficiais do Gabinete Central de

Segurança do Reich pôde esclarecer a situação. Assim como ocorrera no gueto de Theresienstadt, o objetivo era semelhante e complementar: enganar a Cruz Vermelha Internacional em sua visita ao campo. Assim, camuflou-se a ideia da aniquilação dos judeus deportados para o Leste. Os cartões-postais, de um lado, e os recibos de pacotes enviados, de outro, confirmavam que as famílias estavam vivas. Contudo, o papel da Cruz Vermelha foi dúbio. O relatório dos que visitaram o gueto era tão positivo que não viram necessidade de visitar o campo de concentração de Birkenau. Logo depois da visita, os prisioneiros foram exterminados.

Os relatos de Otto Dov Kulka sobre os enganos preparados para a Cruz Vermelha coincidem com os do testemunho de Joseph Nithhauser em *Quero viver: memórias de um ex-morto*. Ludibriar a Cruz Vermelha Internacional – provavelmente um plano arquitetado por Eichmann, uma vez que toda a documentação saiu do departamento que ele comandava no RSHA, na Cruz Vermelha alemã em Berlim e na Cruz Vermelha Internacional em Genebra – foi um ato vil e grosseiro, afirma Kulka. Em uma carta, a solicitação para conhecer Theresienstadt foi assim confirmada: “Considerando o aumento do número de indagações do exterior a respeito dos vários campos de judeus, essas visitas planejadas parecem ser muito oportunas” (KULKA, 2014, p. 143). Após a saída do órgão de renome internacional, os judeus foram enviados para Auschwitz a fim de serem exterminados. A Cruz Vermelha deu-se por satisfeita com a visita a Theresienstadt e não foi a Auschwitz-Birkenau conforme pretendia inicialmente. Mais ou menos três semanas depois desses acontecimentos, na primeira metade de julho, o campo foi extinto. Vendeu-se ao mundo uma imagem falsa sobre os judeus nos campos.

Em nosso entendimento, a eliminação das famílias depois de seis meses tinha ainda outra motivação: um pouco antes dos seis meses, o aspecto das pessoas não era tão ruim. Então vinham novos prisioneiros com um aspecto um pouco melhor caso a visita fosse mesmo necessária. Depois desse prazo, aqueles prisioneiros, já enfraquecidos e de aspecto sofrido, magros e extenuados, eram substituídos pelos novos prisioneiros trazidos de Theresienstadt, com uma aparência um pouco melhor.

Analisando-se, no entanto, a vida das famílias nesse campo, percebe-se que elas tinham um tratamento especial se comparado ao que recebiam os outros prisioneiros: atividades comunitárias; direito de trabalhar num programa educacional e até mesmo cultural; os cargos administrativos eram exercidos apenas por judeus, em geral os prisioneiros veteranos do gueto de Theresienstadt. Fredy Hirsch – o diretor de educação

e também do centro de jovens – era considerado a autoridade máxima do campo das famílias tanto pelos prisioneiros como pelos SS, embora não de maneira formal por estes últimos.

Algumas atitudes mostram que houve uma mudança no comportamento tanto dos judeus como dos nazistas a partir de 1943: tentativa da SS de mostrar que os judeus não estavam sendo exterminados, em especial para a Cruz Vermelha Internacional; os esforços dos prisioneiros nos campos de extermínio para alertar os judeus que estavam nos guetos, bem como a opinião pública e os países neutros sobre o que estava acontecendo nos campos; tentativas de resistência coletiva e individual dos presos quando eram mandados para as câmaras de gás; os prisioneiros começam a perceber que os dos campos das famílias estavam sendo punidos com a morte; busca de interação com os movimentos secretos nos campos e com membros dos *Sonderkommando* dos crematórios. Kulka (2014, p. 137) afirma ainda no seu texto:

O “campo das famílias” dos judeus de Theresienstadt no coração do campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau, analisado integralmente, com sua liderança e suas atividades comunitárias intensivas, nos dá uma oportunidade de sondar duas dimensões paralelas da existência dos judeus no período do Holocausto: a perpetuidade dos *judeus como sociedade* mesmo diante do processo de extermínio em massa [...] juntamente com a sobrevivência dos *judeus como indivíduos* na população multinacional de prisioneiros do maior campo de concentração e extermínio nazista (grifos do autor).

Otto Dov Kulka, contrariando todos os prognósticos, conseguiu escapar quando todos pereceram. Não sabia o motivo, talvez em razão do destino inexorável que a alguns protege e a outros condena.

3.7 As semelhanças entre os relatos

Os testemunhos apresentam semelhanças e reforçam a memória coletiva:

- a burocracia fazia parte do comportamento alemão;
- todos os ritos religiosos foram suprimidos;
- os suplícios dos campos abalam a fé dos prisioneiros;
- em muitos casos, a força mental e espiritual compensava a fraqueza física;

- a numeração tatuada despersonaliza o indivíduo, que se torna apenas um número; o homem reduzido à condição de animal ou coisificado não é mais um sujeito;
- as necessidades alteram o comportamento dos indivíduos;
- muitos judeus prisioneiros eram obrigados a auxiliar os nazistas em situações revoltantes;
- a fome, a sede, o trabalho excessivo, os meios de transporte até os campos e as condições de higiene contribuíram para o aumento do número de mortos;
- os judeus eram tratados de forma desumana;
- a personalidade e a ética eram alteradas em situações-limite, levando o prisioneiro até mesmo a roubar para sobreviver;
- o sofrimento leva alguns ao abatimento extremo, como ocorre com os “muçulmanos”, e outros à revolta;
- nem sempre os mais fortes fisicamente são os que sobrevivem; no campo não havia uma regra geral para isso nem uma explicação lógica;
- a violência gratuita imperava no comportamento dos nazistas. Tudo era motivo de punição.

O tratamento imputado aos prisioneiros fragilizava-os tanto física como psicologicamente, e isso era executado utilizando-se os seguintes processos:

- humilhação – os SS tripudiavam sobre os prisioneiros, e os chefes nazistas mentiam sobre as informações;
- confisco dos bens e da identidade;
- separação de familiares e amigos;
- o silêncio – não saber o destino dos entes queridos;
- à falta de informação, a imaginação preenche as lacunas, aumentando o medo.

CAPÍTULO 4

O MAL NA LITERATURA

*Quando um homem bom é ferido,
todos os considerados bons devem sofrer com
ele.*

Eurípedes

4.1 O maior dos males dos tempos modernos: o holocausto

Um dos teóricos a refletir sobre a maldade foi Kant (1724-1804). Para ele, o ser humano teria uma propensão para o mal. Retirar do outro seu direito à justiça e à liberdade é colocar-se a serviço do mal. Elie Wiesel – judeu húngaro e prêmio Nobel da Paz – diz em entrevista concedida em 1995, que o assassinio de pessoas seria considerado o *mal absoluto*. Essa expressão toma por base o termo *mal radical*, de Hermann Broch (1886-1951). Wiesel menciona que se Auschwitz e Buchenwald não mudaram o homem ele não sabe o que conseguiria mudá-lo. Não importa o termo usado – *mal absoluto* ou *mal radical* –, ambos se referem a tudo o que não é desejável ou que deve ser destruído. O trauma profundo a que foi submetido levou-o a crer que Deus morrera em Auschwitz. A teologia da morte de Deus, concebida por Nietzsche, revestiu-se do horror do holocausto para influenciar Wiesel (CORDEIRO, 1998, p. 88).

O mal como fato histórico e presente na literatura de testemunho é farto em exemplos. Nesta tese, procuramos compreender o conceito de mal com base em proposições filosóficas numa perspectiva ético-política. Nesse sentido, servem de referência os argumentos de Rosenfield (1988), embasados na filosofia de Kant, que argumenta haver uma impossibilidade de estabelecer se uma ação é essencialmente boa ou má em razão da dificuldade de sondar o coração do homem, pois somente Deus seria capaz de escutá-lo.

Seria impossível constatar de forma objetiva e subjetiva uma ação cuja dimensão coletiva é essencialmente má sem “abandonar os critérios filosóficos das formulações sobre a política e a história [...]. E a transgressão de um grupo humano é simultaneamente constatável objetivamente” (ROSENFELD, 1988, p. 15). Os crimes

contra a humanidade violam a lei “independentemente do fato de que essa violação possa ser o resultado do comportamento de todo um povo, pois eles teriam nesse caso pervertido o que eram suas próprias leis” (ROSENFELD, 1988, p. 17). O que seria crime contra a humanidade? Rosenfield afirma serem todos os crimes que suprimem as formas conhecidas de convivência humana resultado de caprichos de dirigentes políticos mediante o uso da violência. O genocídio judeu foi considerado um desses crimes, além de ter sido provocado pela ação política do homem.

Por sua vez, ao interpretar o holocausto, Bauman afirma (1998, p. 32):

Foi um evento que revelou a fraqueza e a fragilidade da natureza humana (a abominação do assassinato, a aversão à violência, o medo da consciência culpada e a responsabilidade pelo comportamento imoral) quando confrontada com a simples eficiência dos mais acalentados produtos da civilização; sua tendência a subordinar pensamento e ação à praticidade da economia e da eficiência. [...] A civilização moderna não foi a condição *suficiente* do holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição *necessária*. Sem ela, o holocausto seria impensável. Foi o mundo racional da civilização moderna que tornou viável o holocausto.

A filosofia colocou a “origem do mal na essência inteligível do homem, independentemente dos relatos bíblicos da criação, ou de uma natureza animal do homem, ou mesmo de uma causa temporal” (ROSENFELD, 1988, p. 19). Esse conceito fará parte da essência do homem, considerando-se sua dimensão moral e política e sua condição de ser livre. Para Hegel, conforme mostrado por Rosenfield, no mundo antigo o indivíduo era livre; depois, apenas alguns; e hoje, no mundo moderno, todos os indivíduos são livres, ou deveriam ser. E essa liberdade dá fundamento à igualdade dos homens entre si, embora esta última seja uma utopia. O homem sempre buscou uma sociedade e um Estado livres; da mesma forma, a liberdade é uma das metas da ação humana. O homem estabelece as regras, sendo a transgressão destas, bem como da liberdade ou dos princípios tidos como universais pelo homem, que dá sustentação ao conceito de mal.

Na recuperação que faz das ideias de Kant, Rosenfield (1988, p. 39) aponta que ele considerava a “natureza um rico tesouro de disposições para um fim: a conservação da espécie humana”, uma vez que a natureza produziu o mais perfeito fruto: o homem. Ele observa que a natureza seria portadora de uma sabedoria e de uma providência capazes de conduzir o homem para a realização de seus fins. Para Kant, essa realização era vista no modo de considerar o amor pela vida e o amor sexual: o primeiro visava à conservação do indivíduo, e o segundo, à da espécie humana. O homem concentra em si

duas dimensões: a individual e a coletiva, não havendo uma contraposição entre a ação de cada uma delas.

Considerando os princípios de Kant, Rosenfield (1988, p. 40) defende que “mesmo que os homens possam ser jogados uns contra os outros, nada impede que no fim esses homens possam reconhecer-se no seio de um mesmo progresso moral da humanidade”. Nesse sentido, o homem deve tratar o outro como fim em si mesmo e reverenciar nele uma mesma humanidade. Para Kant, nas palavras de Rosenfield (1988, p. 48), o homem não apenas pode como deve ser racional. Ele é também um ser sensível na medida em que age segundo desejos, pulsões, inclinações. Kant enuncia que o mal estaria inscrito na naturalidade imediata do homem, como uma tendência do sujeito a estar mal-intencionado com respeito a outrem.

Apoiado ainda nas reflexões de Kant, Rosenfield (1988, p. 51) afirma que “a vontade é livre nesta tensão constitutiva da natureza humana. O mal nasceria do abandono do ato de liberdade, nasceria de um deixar fluir ao nível desta satisfação imediata, [...] falta de uma determinação positiva”. A guerra representaria um estado de desencadeamento de paixões e de emoções, fazendo parte da animalidade não dominada do homem, e talvez não dominável; encontra-se na natureza humana. Kant profere em *À paz perpétua* (1989, p. 28) que “a guerra é má porque faz mais gente má do que a que leva”. Assim, a guerra conduz à transgressão e à perversão da lei moral e viola os princípios de humanidade.

Na explanação de Rosenfield (1988, p. 69) sobre as ideias de Schelling, por sua vez, o conceito de liberdade está ligado ao conceito de Deus e ao de natureza, e a concepção da liberdade é tida como a faculdade de fazer o bem e o mal, cabendo ao homem perscrutar “a significação metafísica deste poder e fornecer os próprios limites desta faculdade no sentido de encontrar uma solução para esse paradoxo: o de desesperarmos da razão”. No homem estão os dois princípios: a luz e as trevas, ambos presentes em qualquer ser natural, e “a natureza é a base originária de Deus” [...]. E seria no “devir de Deus com sua realização em um ser que se encontra o abismo mais profundo e o céu mais elevado, isto é, os dois centros” (ROSENFELD, 1988, p. 70).

Sendo o mal um conceito universal, é no homem que ele ganha uma dimensão própria. Nesse sentido, considerando as ideias de Schelling, Rosenfield afirma que há uma necessidade de inscrever o “mal humano” no “mal universal”. Se assim não o fizesse, Schelling sentir-se-ia obrigado a desvincular a ação humana do mundo da natureza e do mundo divino, tendo como consequência que o homem só poderia apoiar-

se em si mesmo, tanto para realizar o bem quanto para fazer o mal (ROSENFELD, 1988).

Rosenfield (1988, p. 85) argumenta que Schelling “caracteriza o mal como sendo originário no homem, no sentido de que ele provém de um ato de liberdade e não das paixões ou emoções humanas, condicionadas sensivelmente” e que isso o aproxima de Kant, a quem ele se refere explicitamente. Daí o espírito humano, ainda segundo Schelling, “ser capaz de doença, de erro, de pecado e de mal”. Isso decorre do fato de o homem possuir alma e ter “uma relação mais estreita, pura e racional com Deus”.

Ao falar do mal, Freud, Bataille e Schelling fazem uma diferença substancial. Para Bataille, em *A literatura e o mal* (2015), o mal é exercido com prazer; para Freud, em *O mal-estar na civilização* (2011), o homem deve reprimir seus desejos agressivos e sexuais para tornar possível a vida em comum; para Schelling, o mal independe do prazer e é “demoniacamente diabólico”, conforme registra Rosenfield (1988, p. 86) sobre este último, e “o mundo, o homem e a natureza seriam divinos em seu desenvolvimento”.

Rosenfield (1988, p. 87) apoia ainda, baseado em sua própria experiência histórica contemporânea, que:

a) A ação irracional conheceu uma existência histórica que põe em questão o ser do homem e as formas de sociedade que este se deu; b) pode-se remontar a uma concepção da natureza humana como sendo originariamente indeterminada; c) a ação humana pode livremente escolher seja o bem, seja o mal, nenhuma razão determinando *a priori* as condições dessa escolha.

O bem e o mal levariam então a uma metafísica do mal, um campo de estudo abstrato. O mal, contudo, é um conceito essencial, uma incógnita retomada no mundo contemporâneo representado pelos mais diferentes tipos de violência – política, social, econômica – e faz parte do mundo irracional do agir humano.

Maria Rita Kehl (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 142) pergunta em seu ensaio: “A literatura e a arte, em geral, teriam uma relação necessária com o Mal?” E responde a seguir que o mal não é irrepresentável. Concordamos com os argumentos dessa autora. O mal pode ser e é representado, e a literatura do século XX tem se ocupado do tema inúmeras vezes por ser este um período farto em catástrofes, como mostram os acontecimentos e os testemunhos. Só se torna impossível trazer essa representação para um nível de compreensão que atenda nossa necessidade de resposta e nos apresente algum sentido.

Didi-Huberman (SARLO, 2007) também afirma que o único processo irrepresentável no holocausto é a ausência dos documentos que foram sistematicamente destruídos. Não há imagens de um crematório em funcionamento, a não ser quatro fotografias, que foram inclusive analisadas por ele em sua obra *Imagens apesar de tudo*.

Para Levi não eram representáveis os mortos nas câmaras de gás, pois é uma experiência que não pode ser reconstituída. Mas em relação ao testemunho sempre vai existir um vazio, algo não dito.

Kehl (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 143), em sua análise dos documentários *Arquitetura da destruição e Hitler*, postula que o nazismo “começa com uma preocupação e uma proposta estéticas: banir da cultura europeia as representações do mal”, tais como a “arte de Kokoshka, o erotismo, o doentio (como os textos de Freud), a perversidade”. Daí as fogueiras de livros apreendidos considerados representação do mal. No entanto, descambou para um tipo de mal sem limite e estabelecido com base nas opiniões e nos sentimentos de um homem frustrado, insano e dominado por um ideal estético deturpado e alienado. Afirma ainda Kehl (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 143-144):

O nazismo começa, então, silenciando as representações do mal na pintura e na literatura (e na produção teórica que lhe é contemporânea); depois elimina os doentes, os loucos, os deformados de nascença.

Por fim, projetando no semelhante, no estranhamente familiar, todo o intolerável, em nome do narcisismo das pequenas diferenças, ao tentar banir da Europa a presença do (judeu) “degradado”, o nazismo transformou-se, *em ato*, na maior expressão coletiva do mal de que se tem notícia; o mal absoluto, aquele que não se reconhece enquanto tal, que fala em nome de um “bem” igualmente absoluto.

Os aspectos de desumanização revelam múltiplas facetas, como se o homem fosse se aperfeiçoando na disseminação do mal. Nesse sentido, tanto os judeus como os nazistas foram desumanizados – cada um numa esfera diferente – como resultado da lei e da obediência. Os primeiros tratados de forma desumana; os segundos porque se desumanizaram pela crueldade que praticavam. Os efeitos do campo e da guerra revelam a necessidade de trabalharmos o testemunho numa perspectiva psicanalítica, pois estes geraram males psicológicos impossíveis de serem apagados e que nos levam também a uma análise da modernidade. A expressão “barbárie civilizada” é utilizada por Michael Löwy (2010)²² ao se referir às duas Guerras Mundiais:

²² Disponível em: <www.ecodebate.com.br>.

Os quatro massacres que encarnam de maneira mais acabada a modernidade da barbárie são o genocídio nazista contra os judeus e os ciganos, a bomba atômica em Hiroshima, o Goulag estalinista e a guerra norte-americana no Vietnã. Os dois primeiros são provavelmente os mais integralmente modernos: as câmaras de gás nazistas e a morte atômica norte-americana contêm praticamente todos os ingredientes da barbárie tecnoburocrata moderna. Auschwitz representa a modernidade não somente pela sua estrutura de fábrica de morte, cientificamente organizada e que utiliza as técnicas mais eficazes. O genocídio dos judeus e dos ciganos é também, como observa o sociólogo Zygmunt Bauman, um produto típico da cultura racional burocrática, que elimina da gestão administrativa toda interferência moral. Ele é, deste ponto de vista, um dos possíveis resultados do processo civilizador como racionalização e centralização da violência e como produção social da indiferença moral.

Todos os setores da sociedade alemã estavam envolvidos com o holocausto. A burocracia nazista era impessoal, destituída de avaliação sentimental ou moral e, acima de tudo, com características e capacidades modernas, pois usa todo o aparato técnico-científico para alcançar seu fim, sendo este mais moderno, eficiente e amplo e com um número infinitamente mais significativo de vítimas do que as formas de destruição usadas pelos bárbaros antigos. Daí a expressão usada por Löwy (2010): “barbárie civilizada”. Considerando ainda sua abordagem, “na verdade, Auschwitz e Hiroshima não são em nada uma ‘regressão à barbárie’ – ou mesmo uma ‘regressão’: não há nada no passado que seja comparável à produção industrial, científica, anônima e racionalmente administrada da morte em nossa época” (LÖWY, 2010).

Questionamos se o mal pode ser controlado ou se escamoteia em órgãos que deveriam prezar pelo bem da humanidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como integrantes do Conselho de Segurança – considerado sua instância mais importante, cujo objetivo é lutar por medidas e ações que visem à segurança internacional e à promoção da paz mundial – os países que mais produzem armamentos no mundo, sendo o poder de veto exercido exclusivamente pelos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Rússia e Reino Unido). Assim, podemos falar em mediação de conflitos? É possível zelar pela paz nessas circunstâncias? Os interesses de algumas nações não estariam prejudicando as tentativas de encontrar o bem comum, da mesma forma que sabemos que para alcançar o bem coletivo muitas vezes precisamos abrir mão de interesses individuais? É possível encontrar a paz considerando esses parâmetros? No mínimo, torna-se difícil compreender os fenômenos políticos e históricos contemporâneos.

Em sua análise sobre o mal, Rosenfield (1988) aponta, numa acepção filosófica, que podemos colocar em questão nosso entendimento da natureza humana ao percebermos que as ações humanas não têm limite, ultrapassam todas as fronteiras do imaginável quando imperam a sede de poder e a ambição. O homem está sempre transgredindo algum tipo de norma, sejam elas jurídicas, religiosas, morais, políticas sejam normas ligadas aos usos e aos costumes. Isso não significa que a transgressão não possa abrir caminho para uma reavaliação dessas mesmas normas, que podem ser consideradas injustas, mas dão a oportunidade de introduzir novos direitos com uma visão mais ampla de justiça. Esse fato pode levar à ampliação das leis e da Constituição de um país, uma vez que normas que foram importantes numa época podem não ser em outra. Quando isso não ocorre, a lei torna-se inócua, ineficaz.

Rosenfield (1988, p. 132) menciona que “a experiência do mal é comumente associada à transgressão religiosa dos mandamentos religiosos, seja por um ato propriamente dito, seja por uma intenção, um desejo escondido, seja ainda pela situação do homem sobre a Terra como portador de um pecado originário”. Precisamos deixar claro que não é no sentido religioso que avaliamos o mal neste trabalho, considerando a existência e o valor da lei de Deus, mas em sua acepção filosófica, como violação da liberdade e da justiça. “O mal é criado pela ação humana tomada em sua dimensão coletiva” (ROSENFELD, 1988, p. 137). E mais adiante acrescenta: “O mal é tomado no sentido de um ato que quer o mal pelo mal enquanto violação do princípio da humanidade do homem” (p. 139). Uma análise da história universal faz-nos ver que o homem está sempre flertando com o mal. O ser humano, segundo Rosenfield (1988, p. 149-150), deveria

[...] voltar-se para a criação de normas éticas e para a institucionalização de regras políticas e jurídicas cada vez mais universais, ou ao menos portadoras da capacidade de uma tal universalização. [...] o conceito de natureza humana é um *constructo* que visa dar conta das qualidades que definem este bípede que fala, constrói frases, argumenta e entra em relação de comunicação e de trabalho com seus semelhantes, criando assim instituições que asseguram a sociabilidade.

Desse modo, caberia ao homem elaborar e enunciar leis universais aplicáveis a todos os homens, independentemente de raça, sexo, idade ou religião, com uma preocupação em conservar os direitos que o homem foi adquirindo ao longo da história, que, conforme Rosenfield (1988, p. 150-151), seriam “direito de cidadania à liberdade individual, à liberdade de pensamento, à liberdade religiosa, à liberdade de organização

social e política, à liberdade de intervenção na cena pública assim criada”. O homem também engendrou no curso da história as formas do mal e da malignidade, que continuam, infelizmente, sendo a base de suas ações.

Utilizando as ideias de Bergson, Canto-Sperber (2007) argumenta estar o mal social na dominação técnica do mundo, no delírio do poder e na guerra, e a humanidade agarra-se à vida e à capacidade de criar, buscando nisso a alegria, sendo esta, segundo ele, “um estado de alma definitivo, um sinal para a humanidade de sua vitória sobre o mal. A filosofia é, essencialmente, otimista” (CANTO-SPERBER, 2007, p. 568). Ele considerava ser a presença do mal primeiro sensível – dor corporal; depois sofrimento da alma; depois moral, sob a forma da falta; e o mal moral é possível porque o homem possui em si a capacidade de escolher entre o bem e o mal. Bergson, por sua vez, defendia que um único ato de bondade “basta para justificar o mundo, apesar de todo o mal que ele pode conter” (CANTO-SPERBER, 2007, p. 568). Há no ser o sentimento de dor e de prazer. O homem não pode evitar o sofrimento. Dar sentido à dor é fazer dela um meio de comunicação com o outro.

O mal, para Jean Nabert, não é simplesmente a transgressão de normas morais, ele está primeiramente na inadequação do eu consigo, na desigualdade entre o que ele é e o que ele faz; “desde a origem, o mal está presente nos atos de secessão pelos quais o outro é, de imediato, o inimigo, o estranho, o adversário” (CANTO-SPERBER, 2007, p. 568-569).

Assim, não podemos deixar de considerar que o mal está por toda parte, mas ler as narrativas sobre os campos de concentração significa indignar-se com o que “o homem chegou a fazer do homem” (LEVI, 1988, p. 78). O julgamento de Nuremberg mostrou a violência com que os atos foram praticados e os tipos de crimes cometidos: assassinatos, execuções, torturas, experiências com crianças e adultos. Percebemos que o homem é capaz de subjugar o outro em busca de poder e domínio sem se preocupar com limites ou ética. No Direito, por exemplo, estuda-se como a situação de cárcere modifica o caráter do indivíduo, que normalmente busca poder com o intuito de aumentar suas chances de sobrevivência.

4.1.1 A expressão do mal em ações

O mal seria decorrente de uma ação praticada. Pensar não é produzir o mal. A ação é que o determina, em razão de sua qualidade de eticidade, ou seja, ser condizente com a moral e a ética. Nesse sentido, o nazismo foi farto em ações.

As descrições e as contradições do campo de concentração são tantas que fica difícil enumerá-las: uma banda toca músicas populares e românticas; marchar acompanhando o ritmo da música ao ir e ao voltar do trabalho, mesmo com o corpo exausto e faminto; contagem e recontagem exaustiva após o dia de trabalho; rapazes tão jovens que mais parecem crianças; a água não potável, que causa tumescência no rosto e no ventre, mas são proibidos de recolher até mesmo o gelo que escorre pelas janelas; a cerca de arame farpado é dupla, sendo a mais interna ligada à corrente de alta tensão. Que razão poderia haver, além da maldade pura e gratuita, para alguém proibir uma pessoa de recolher o gelo para saciar a sede? Sobre um episódio semelhante também dá seu testemunho Nichthausen (1976). Na transferência de um campo para outro, caminharam por duas semanas na neve até os joelhos. Alguém se abaixou para apanhar a neve, levou uma coronhada do SS, que disse ser proibido pegar a neve. Como justificar tamanha insanidade?

O primeiro gesto de maldade pelo qual passaram os judeus foi receberem pancadas de forma gratuita e arbitrária, “o que foi tão novo e absurdo que não chegamos a sentir dor, nem no corpo nem na alma. Apenas um profundo assombro: como é que, sem raiva, pode-se bater numa criatura humana?” (LEVI, 1988, p. 17). Levi em seu texto faz uma reflexão sobre a situação a que são submetidos. O mal chega aos prisioneiros pela fome, pelo frio, pelas pancadas, pelos maus-tratos.

Assim que chegam ao campo, conforme narra Levi em *É isto um homem?*, são colocados numa sala de duchas frias e obrigados a permanecer em pé, pois há mais de um palmo de água fria sob os pés. Esperam durante toda a noite pela desinfecção que só ocorrerá na alvorada. A desinfecção é um paradoxo, pois são infectados diariamente por doenças presentes no campo.

Ao toque de um sino, os recém-chegados veem o campo despertar e sentem a água que sai fervendo das torneiras. São apenas alguns minutos, depois são empurrados, ainda molhados e quentes, para uma gélida sala ao lado. Recebem roupas listradas e sapato com solas de madeira que só utilizarão depois de atravessarem nus e descalços o campo gelado para acessar os barracões. Só aí se vestem. Sobre essa recepção diz Levi

(1988, p. 32): “Não há espelhos, mas a nossa imagem está aí na nossa frente, refletida em cem rostos pálidos, em cem bonecos sórdidos e miseráveis. Estamos transformados em fantasmas como os que vimos ontem à noite”.

Os alemães aprimoram-se na maldade vã e gratuita. Quando acordam para a labuta, os prisioneiros correm nus pelo pátio, no ar gelado, em direção às latrinas e aos lavatórios. Verdadeiros bichos, urinam enquanto correm para poupar tempo, pois logo virá a distribuição do pão, um tijolinho cinzento “que parece gigantesco na mão do teu vizinho e, na tua, pequeno de fazer chorar” (LEVI, 1988, p. 51).

A estação mais difícil no campo é o inverno, de outubro a abril. Como se isso não bastasse, os nazistas acentuam o sofrimento dos prisioneiros, pois não fornecem a estes roupas adequadas e ainda estabelecem proibições absurdas. Diz Levi (1988, p. 181):

De cada dez de nós, sete morrerão. Quem não morrer sofrerá minuto a minuto, durante cada dia, todos os dias: desde antes da alvorada, até a distribuição da sopa, à noite, terá que retesar os músculos, pular de um pé para outro, golpear-se com os braços nas axilas para aguentar o frio. Deverá renunciar ao pão para arranjar luvas e perder horas de sono para consertá-las quando começarem a descoser-se. Já não poderemos comer ao ar livre; teremos que comer no Bloco, de pé, dispendo apenas de um palmo de piso, e está proibido encostar-se nos beliches. Todos terão feridas nas mãos, e para conseguir uma atadura haverá que esperar durante horas, à noite, na neve e no vento.

Nada no holocausto, contudo, pode ser comparado ao horror das câmaras de gás. Dizem que nestas todos tentavam escapar, atirando-se contra as portas, arranhando-se, atacando-se mutuamente. A morte demorava de cinco a 15 minutos. Quando tudo silenciava, os exaustores eram ligados. Um grupo de prisioneiros judeus, o chamado “comando especial”, usando máscaras e botas, entrava nas câmaras e tirava os corpos. Eram retirados dos mortos obturações de ouro, cabelos e óculos. Em seguida, estes eram levados para os crematórios por elevadores ou vagões ferroviários, dependendo das câmaras e dos locais. “Eliminados os cadáveres, os ossos eram reduzidos a pó num moinho por conselho de Blobel” (RUTHERFORD, 1976, p. 127). Paul Blobel era um coronel da SS que trabalhava em campos de concentração.

Os gases utilizados nas execuções eram monóxido de carbono do escapamento de carros, caminhões ou tanques do exército, cianeto de hidrogênio e, em Auschwitz, Zyklon B. O que ocorria em Auschwitz em nada diferia dos outros campos de concentração. A predileção por esse campo para aplicação da “solução final” se devia

ao fato de sua capacidade de execução ser ainda maior – em torno de 2 mil prisioneiros por vez.

O assassinato em massa não era apenas imaginado pelos esquadrões especiais, mas exigia-se destes a participação em todos os sentidos, pois viam os corpos dos mortos, ouviam os últimos gemidos dos que lutavam na hora da morte; viam ainda a sujeira, a fome, as doenças e, por fim, sentiam o cheiro nauseabundo dos corpos incinerados que exalava das chaminés ou que apodreciam nos alojamentos e nas valas comuns. No campo, visão, audição e olfato são requeridos além do limite suportável.

Segundo Rutherford (1976), muitas vezes, o número de judeus levados às câmaras de gás era tão alto que estes eram forçados a entrar nelas com os braços erguidos para que coubesse o máximo, e ainda jogavam as crianças por cima. Os que sobravam eram alinhados do lado de fora para receber o tiro na nuca, menos doloroso que as aflitivas mortes nas câmaras. Esse ritual macabro ocorria nos campos de Treblinka, Sobibor, Majdanek, Belsec, Chelmo e, sobretudo, em Auschwitz-Birkenau.

Não havia necessidade, portanto, de que o número de executores do holocausto, ou dos soldados nos campos, fosse grande, uma vez que para a execução desse trabalho de extermínio o desenvolvimento industrial e tecnológico associado à burocracia exigia pouca mão de obra. Além disso, os próprios judeus executavam muitos dos trabalhos exigidos: retirar as vítimas das câmaras de gás, os restos dos fornos crematórios, cavar as valas comuns para enterrar os mortos. Alguns, inclusive, eram obrigados, sem saber, a cavar seus próprios túmulos. Sobre esse assunto, Rutherford (1976, p. 7) chama a atenção para alguns aspectos:

A perseguição aos judeus não era novidade. Por toda a História, a raça judaica tem sido alvo de medidas discriminatórias – muitas vezes com total apoio da lei – nalguns países, havendo exemplos anteriores a Hitler de massacres dirigidos contra ela. Mas os perseguidores de Hitler acrescentaram outra dimensão a essas medidas. Enquanto os excessos a que nos referimos, cometidos antes de Hitler, foram perpetrados em clima de exaltação de ânimo, em hora de aturdimiento, Himmler, Heydrich e gente de sua espécie levaram a efeito o genocídio calma, desumana e friamente planejado (RUTHERFORD, 1976, p. 7).

Um dos criminosos de guerra submetido a interrogatório em Nuremberg foi Höss, que tanto se orgulhava de dar cumprimento às ordens do *Führer*. Ele informou que às vezes era obrigado a estar presente: “Eu tinha de observar friamente enquanto mães, com filhos, rindo ou chorando, entravam nas câmaras de gás... Minha pena era tão grande que eu tinha vontade de desaparecer dali; mas não podia mostrar o menor traço

de emoção” (RUTHERFORD, 1976, p. 135). Questionado como era possível executar esses atos, respondeu que eram ordens estritas do *Reichs Führer* Himmler.

Tudo era bem planejado no campo. Conforme Robert Lifton (1986), responsável pelo transporte dos cilindros da câmara de gás numa ambulância pintada com as cores da Cruz Vermelha, o extermínio era considerado “assunto médico”.

Para os nazistas, matar os judeus significava manter a saúde da raça ariana. Em inspeção a Auschwitz, Goebbels disse: “Nossa função aqui é cirúrgica... incisões drásticas, ou a Europa vai morrer da epidemia judaica” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 90).

Não há momento algum no campo em que não se perceba a presença do mal, mas certamente a seleção é um dos mais importantes: um homem decide a vida ou a morte de outro homem. O lado esquerdo é o do infausto, azarado, desgraçado, seja lá que nome receba: “Todos se juntam ao redor dos mais velhos, dos mais macilentos, dos mais ‘muçulmanos’: se as fichas deles foram para a esquerda, então a esquerda é certamente o lado dos condenados” (LEVI, 1988, p. 189).

A herança e a tradição eram desrespeitadas e esquecidas na luta constante pela sobrevivência até que a inanição e a exaustão davam lugar ao desespero e à morte, pois todos os dias no campo de concentração os prisioneiros participavam de um jogo em que não se jogava realmente, pois não havia escolha. Só era permitido torcer para não ser escolhido para a câmara de gás. Unidos pela mesma fragilidade, de certo modo estão todos à espera do golpe final: a morte.

Quase sempre iam para a esquerda os mais velhos ou fracos, os que tinham cabelos grisalhos e os que aparentavam ter menos de 15 anos. Esse horrível jogo de azar era responsável por quem viveria ou quem morreria. Daí a razão pela qual Auschwitz era chamado de campo de extermínio, fosse pela escolha, fosse pelo trabalho em situação precária de alimentação e saúde, condicionada pela falta de alimentos, pela sede extrema, pela disseminação de doenças, pela falta de tratamento médico ou pelas precárias condições de higiene. A seleção era feita diariamente e muitas vezes imediatamente após a chegada dos comboios. O número dos que iam para as câmaras era sempre superior ao dos que eram aproveitados. Não obstante, nem mesmo a prudência no falar e no agir evitavam as severas punições nem o processo de execução perpetrado pelos nazistas.

Em Buchenwald, conta Primo Levi, até mesmo os moribundos e os doentes eram obrigados a comparecer às chamadas, onde permaneciam várias horas no inverno, às

vezes sob temperaturas de até 20 graus negativos. As seleções eram constantes e ocorriam nas chamadas diárias ou a qualquer momento nos barracões.

Os campos de concentração desumanizavam ainda mais. Para sobreviver, era preciso, além de tudo, abdicar de valores morais: praticar pequenos roubos; não se importar com o sofrimento alheio; não se importar com as humilhações; esquecer as dores físicas e espirituais; guardar como bens preciosos a tigela e os sapatos, pois sem eles era impossível ter alguma chance de sobreviver, uma vez que sem a primeira não se poderia comer a minguada sopa rala e sem os sapatos não se podia caminhar na neve e na lama para executar os mais terríveis trabalhos, inclusive a limpeza das latrinas. Normas quase impossíveis de esquecer em meio a tantos tormentos diários. Não havia ordem ou higiene fora ou dentro dos alojamentos: no chão havia, além dos farrapos, da podridão, dos excrementos, muitas vezes cadáveres espalhados até que os guardas percebessem e mandassem retirá-los, quando então eram jogados em covas coletivas. Tifo, diarreias, piolhos, sarnas, tudo se espalhava em meio à degradação humana.

Os homens nos campos de concentração são mão de obra gratuita, escravos, que sequer são alimentados adequadamente para exercer as funções deles exigidas, mesmo que seja colocar um trilho para a passagem do trem. Passado tanto tempo, tem-se então a certeza de que o objetivo era aniquilar, exterminar.

Levi (1988, p. 43-44) relata certos rituais em que não havia razões para o tipo de ação exigida:

Infundáveis e insensatos são os rituais obrigatórios: arrumar a cama perfeitamente plana e lisa; passar nos tamancos barrentos a graxa patente para isso destinada; raspar das roupas as manchas de barro [...]; à noite, a gente deve submeter-se ao controle dos piolhos e ao da lavagem dos pés; aos sábados, fazer-se barbear e raspar o cabelo, cerzir ou fazer-se cerzir os farrapos; aos domingos, submeter-se ao controle geral da sarna e ao dos botões do casaco, que devem ser cinco. [...]. Quando as unhas crescem, a gente precisa cortá-las, e isso só pode ser feito com os dentes (quanto às unhas dos pés, basta o atrito dos tamancos) [...].

Quanto aos objetos pessoais, Levi relata que tinham de ser levados a todos os lugares do campo, até mesmo à latrina ou ao lavatório, pois em instantes seriam roubados. Na troca de sapatos era preciso identificar o tamanho apenas pelo olhar, pois depois de pegá-lo não era possível trocá-lo, fosse grande ou pequeno, o que causaria transtornos imensos. Os sapatos significam muito na vida do campo:

A morte começa pelos sapatos. Eles se revelaram, para a maioria de nós, verdadeiros instrumentos de tortura que, após algumas horas de marcha, criam feridas dolorosas, sujeitas a infecção na certa. [...] seus pés incham e, quanto mais incham, mais insuportável torna-se o atrito com a madeira e a lona dos sapatos. Então só resta o hospital, mas entrar no hospital com o diagnóstico *dicke Füße* (pés inchados) é sumamente perigoso, já que todos sabem (e especialmente os SS) que dessa doença, aqui, não dá para se curar (LEVI, 1988, p. 44-45).

A enfermaria, que tinha por objetivo melhorar a saúde do prisioneiro para fazê-lo retornar ao trabalho, certamente agravava em muitos casos as doenças. Ser selecionado para a enfermaria era um processo exaustivo e doloroso.

Depois de admitidos na enfermaria, os prisioneiros são deixados nus e descalços no frio, aguardando a vez de serem contados e de rasparem suas cabeças, barbas e pelos. Tomam uma ducha e são contados novamente; depois nova ducha, embora ainda estejam molhados da anterior. Com esse ritual, todos naquela manhã perderam a sopa; ficaram dez horas em pé e seis horas nus. O médico faz um exame rápido e aperta o pé de Levi com força, arrancando-lhe um grito de dor, e diz: “*Aufgenommen*” (aceito). Ele conta que foi mandado para outro bloco com um abrigo nas costas e uma sandália. Mas assim que chegou ao barracão, tiraram-lhe tudo novamente.

Mais uma vez encontro-me nu e último de uma fila de esqueletos nus: os que baixaram hoje. [...] logo um deles [um dos prisioneiros] pega no meu braço, olha o número, e então os dois riem mais alto. Todo mundo sabe que “os 174 mil” são os judeus italianos: os bem conhecidos judeus italianos, que chegaram há dois meses, todos advogados, todos doutores, eram mais de 100 e já são apenas 40; os que não sabem trabalhar, os que se deixam roubar o pão, os que apanham da manhã até a noite; os alemães chamam-nos “*zwei linke Hände*” (duas mãos esquerdas); até os prisioneiros poloneses desprezam-nos porque não sabemos falar ídiche (LEVI, 1988, p. 67-68).

No campo, é eterna a luta por uma colher ou uma faca, um botão, um barbante, um arame, pequenas coisas que não damos importância quando estamos em liberdade. Na enfermaria, há, no entanto, uma contradição na negociação das colheres:

A lei é que a gente possa entrar no Ka-Be com a colher; sair, só sem ela. Os que ficam bons, ao receberem alta e antes de reaverem suas roupas, têm sua colher roubada pelos enfermeiros. Que logo a revendem na Bolsa. [...]. E já que às colheres dos curados, somam-se as colheres dos mortos e dos “selecionados”, os enfermeiros chegam a receber, diariamente, a arrecadação da venda de umas 50 colheres. Em compensação, os doentes com alta são obrigados a voltar ao trabalho com a desvantagem inicial de meia ração de pão, destinada à compra de uma nova colher (LEVI, 1988, p. 124-125).

Embora não seja um exemplo tirado das obras analisadas, vale ressaltar uma situação em que o prazer em usar o mal fica patente. Em *O que os cegos estão sonhando?* (2012), de Noemi Jaffe, uma obra também de testemunho, a autora reproduz o relato de sua mãe sobre um campo das mulheres em que estas eram obrigadas a usar a mesma gamela tanto para comer como para fazer as necessidades fisiológicas.

Nos campos de concentração não se buscava o bem comum, era cada um por si tentando desesperadamente sobreviver. Os interesses particulares estavam sempre em conflito, pois uma colher ou um sapato representavam muitas vezes o tênue limite entre viver e morrer. A fome, por exemplo, enlouquece o prisioneiro, que só pensa em saciá-la. São duas as necessidades intensas nos campos de concentração: comida e água. Os alimentos eram insuficientes até mesmo para os que não precisavam trabalhar. Embora essencial para a sobrevivência, o pão era também moeda de troca e tema de conversas e negociações. Podia ser trocado por uma colher, um cigarro, uma informação, um pedaço de linha, um barbante, uma agulha. Bolorento ou seco, com uma massa que parecia misturada com serragem, era aguardado com ansiedade. O campo transformava todos em animais famintos; condicionava a vida naquele espaço restrito; abalava o instinto de sobrevivência; modificava a identidade, pois muitos eram capazes de roubar para tê-lo; e sua falta podia transmutar muitos em muçulmanos. Isso nos faz lembrar o que diz Schiller, que a fome e o amor sustentam a máquina do mundo. A fome no campo tirava vidas, mas impulsionava muitos a agir.

Vejamos um exemplo do processo provocado pela fome e narrado por José quando diz que não havia moral nem respeito pelos mais idosos. Ele presenciou uma cena em que os próprios filhos arrancaram a vasilha de sopa de um velho, empurrando-o com cotoveladas; e o pai, por sua vez, chorava amaldiçoando os filhos. Esse episódio é provocado pela fome crônica que dominava os prisioneiros. José disse ao irmão: “Como é possível, David, que Deus permita isto?” (NICHTHAUSER, 1976, p. 222). David respondeu que todos estavam ficando malucos e que o desejo de viver e a fome deixavam as pessoas no mesmo nível dos animais.

A narrativa de Nichthausen (1976) contém exemplos do nível de violência dos nazistas. A punição não era executada na mesma proporção do delito, mas o ultrapassava em bestialidade. Os prisioneiros presenciaram certa vez no campo um homem ser punido por suposta infração no trabalho. O condenado era preso a um cavalete e levava vinte pauladas. No quinto golpe desmaiava, mas continuava apanhando. Era despertado com um balde de água fria e tinha de executar, a uma ordem

do médico, uma ginástica: levantar e sentar várias vezes; isso era feito para auxiliar a circulação do sangue e preservar a saúde. Assim, o prisioneiro era condenado a morrer em pouco tempo, pois ficava incapacitado para o trabalho. Sentia-se humilhado e perdia o interesse pela vida e pela sobrevivência. Tornava-se, então, um “muçulmano”. Na primeira seleção após isso, era escolhido e mostrava-se indiferente.

Episódio semelhante é descrito em *Paisagens da metrópole da morte: reflexões sobre a memória e a imaginação*. Talvez seja o mesmo fato:

Amarraram o prisioneiro em um equipamento especial de flagelação. Ataram as pernas dele, puxaram suas mãos à frente e as amarraram também. [...] Começou então a segunda parte da cerimônia: o açoitamento, com o próprio prisioneiro contando em voz alta as chibatadas, uma após a outra, e a contagem que prosseguia, cada vez mais fraca, até por fim silenciar. Depois – pelo que ainda me lembro – soltaram o homem do poste, e todos se dispersaram (KULKA, 2014, p. 64).

Se os gestos de maldade são a expressão do mal, a compaixão é muitas vezes seu inverso. No final de *Quero viver: memórias de um ex-morto*, Nichthauser mostra como se comportaram os aliados ao chegarem a Buchenwald, último campo em que esteve prisioneiro. Aproximaram-se dos prisioneiros um capelão católico e um rabino militar:

Ao mesmo tempo, os dois se ajoelharam à nossa frente e sem dizer uma palavra sequer cobriram o rosto com as mãos, desatando a chorar silenciosamente. Ficamos perturbados, vendo aqueles homens maduros, militares, chorando como crianças. Há tanto tempo que não víamos lágrimas nos olhos das pessoas, chorando de piedade (NICHTHAUSER, 1976, p. 240-241).

Não há como negar, o comportamento dos alemães era animalesco. Levi (1988, p. 20-21) compara os alemães com cães: “A porta foi aberta com fragor, a escuridão retumbou com ordens estrangeiras e com esses bárbaros latidos dos alemães ao mandar, parecendo querer libertar-se de uma ira secular”.

O mecanismo do terror era constantemente usado no campo, tanto com as execuções quanto com as punições. Levi afirma em seus testemunhos que o *Lager* não era lugar de resistência, pois significava punição certa. Qualquer benefício próprio trazia em si o sentimento de culpa. Tudo no campo carrega em si a carga da irrepresentabilidade, do inacreditável!

Vejamos um fato narrado por José Nichthauser (1976) ocorrido em Auschwitz que não faz nenhum sentido e mostra a insanidade a que chegaram os nazistas. Os SS

entraram nos alojamentos e mandaram que todos deitassem no chão, levantassem; deitassem no chão, levantassem; e assim sucessivamente. Ninguém entendia o motivo da ginástica. Muitos ficaram deitados no chão; os SS os chutavam com violência, como se estivessem matando. José sentia um fogo nos pulmões e sabia que não aguentaria mais. Os SS deram ordem para interromper e que os prisioneiros se mantivessem alinhados. Permaneceram assim por muito tempo, até o sol baixar. Não houve sopa no almoço nem pão no jantar. Os crematórios funcionaram o dia todo e a noite inteira, exalando um cheiro insuportável. No dia seguinte, souberam que o castigo se devia ao levante no gueto de Varsóvia e que o famoso chefe das SS Heydrich fora assassinado por patriotas tchecos. Os judeus tinham pegado em armas contra os nazistas.

Há certos relatos sobre o tratamento que os nazistas impunham ao prisioneiro que são difíceis de acreditar. Nichthausen (1976) conta que, na revista, ao entrarem no campo Gross-Rosen, depois de horas parados no pátio sob o frio e o vento, foram levados para barracas onde dormiram acorados, tremendo de frio, apoiados uns aos outros. Não havia espaço para se deitarem.

Não podemos negar, contudo, que os judeus, impelidos pelas circunstâncias e pela necessidade de sobreviver, também acabaram flertando com o mal. Os *Kapos* são um exemplo disso. Eram chefes judeus designados pelos alemães para exercer tarefas especiais tanto nos guetos como nos campos de concentração. Nos guetos, atuavam nas polícias e nos conselhos judaicos; e nos campos, como comandantes, chefes de alojamentos e nos crematórios. Muitos deles se excederam e eram detestados pelos compatriotas.

O saque dos bens dos judeus alcançou uma escala astronômica. Nessa expropriação, os nazistas se preocuparam com as obras de arte, pois havia uma educação nesse sentido, uma vez que o alto escalão era composto de homens mais cultos. Muitos alemães passavam necessidades, mas eram capazes de comprar ou roubar pinturas e outras artes, como mostrado no filme *A dama dourada* (2015). Uma das maiores ambições dos nazistas era tomar posse desses bens. Friedländer (2012, p. 596) mostra que há registros e foi confirmado em muitos depoimentos que o montante de bens a ser enviado para o Reichsbank, constituído de metais preciosos, moedas estrangeiras e joias, era incalculável.

Na Alemanha, arianizar as propriedades e os negócios judaicos foi apenas mais uma forma de saciar a ambição germana e sua ânsia de dominação.

O antissemitismo é um esquema profundamente arraigado, um ritual da civilização, e os *pogroms* [ou seja, o movimento popular violento organizado contra uma comunidade étnica ou religiosa, em especial uma comunidade judaica, destruindo casas, negócios, centros religiosos] são os verdadeiros assassinatos rituais (ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 207).

Friedländer (2012) relata que os bens saqueados eram distribuídos, em sua maioria, da seguinte forma: parte da mobília ia para os escritórios do ministério de Alfred Rosenberg, nos territórios do Leste; a maior parte era leiloada ou doada entre a população do Reich; parte era entregue nas seguintes cidades alemãs: Oberhausen, Bottrop, Recklinghausen, Münster, Düsseldorf, Colônia, Osnabrück, Hamburgo, Lübeck, Rostock e Karlsruhe, num total de 144.809 metros cúbicos de utilidades domésticas. Em outro relatório constava que os artigos têxteis recolhidos de Lublin e Auschwitz ocupavam 825 vagões de carga. Friedländer (2012, p. 598) expõe:

Não é possível ter-se um panorama preciso da campanha de pilhagem e expropriação das vítimas judaicas na Europa. Conduzida e implementada por todo o continente, primeiro e sobretudo pelos alemães, ela se disseminou em meio aos oficiais locais, à polícia, vizinhos ou simples transeuntes, em Amsterdã ou Kovno, em Varsóvia ou Paris. Ela incluía a “alimentação” dos extorsionistas, a distribuição de propina ou o pagamento de “multas”, individualmente, mas sobretudo em uma ampla escala coletiva. Envolveria a apropriação de casas, saques de objetos domésticos, mobília, coleções de arte, bibliotecas, roupas, roupas íntimas, roupas de cama; significou o confisco de contas bancárias e de políticas de seguro, o roubo de lojas ou de empresas comerciais ou industriais, o saque de cadáveres (cabelos de mulheres, dentes de ouro, brincos, alianças, relógios, membros artificiais, canetas-tinteiro, óculos), em resumo, a captura de tudo que fosse utilizável ou que pudesse ser trocado ou vendido. Isso incluía o trabalho escravo, experimentos médicos assassinos, a prostituição forçada, a perda de salários, pensões e de todo tipo de rendimento e, para milhões, a perda da vida. E das meias arrancadas quando os cadáveres eram despidos.

O trecho acima permite mostrar a imensidão do ultraje, dos roubos e dos assassinatos empreendidos. O 13º Decreto Suplementar da Lei de Cidadania do Reich, de 1º de julho de 1943, explica bem: “As propriedades de judeus deverão ser confiscadas pelo Reich depois de sua morte” (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 598). Dessa forma, a “solução final” precisava e devia ser colocada em funcionamento para que esse objetivo pudesse ser concretizado.

Sobre os guetos, Friedländer (2012) diz que, de acordo com dados que obteve de Raul Hilberg e Stanislaw Staron, as exportações do gueto de Varsóvia passaram de 400 mil zlotis, em junho de 1941, para 15 milhões, em julho de 1942, quando tiveram início as deportações. Ainda com base em dados dos dois autores, Friedländer afirma que a maior

produção vinha de empresas judaicas e não das alemãs, com mão de obra dos judeus no gueto. O mesmo cálculo indica que o número de judeus empregados no gueto aumentou de 34 mil, em setembro de 1941, para mais de 95 mil, em julho de 1942. No entanto, nunca se garantiu o nível mínimo de alimentos para toda a população que ali vivia.

Assim, os guetos foram usados para produzir riquezas, mas a população morria à míngua e vagava pelas ruas em completo estado de inanição e com a saúde precária, com doenças contagiosas que se espalhavam rapidamente. No relato sobre o gueto de Lodz, Friedländer (2012) afirma que, no outono de 1942, assim como acontecera em Varsóvia, os alemães estabeleceram suas próprias regras de prioridade. Em 1^o de setembro, começaram as deportações. Os pacientes dos cinco hospitais do gueto foram “evacuados” no prazo de duas horas; os que protestavam eram fuzilados de imediato. Dois mil pacientes, inclusive quatrocentas crianças, foram deportados. Após prender a maioria dos pacientes, os alemães verificavam os registros do hospital e, se houvesse alguém desaparecido, na maioria das vezes membros da família eram escolhidos em seu lugar.

As razões para a violência eram as mais insanas. Kustin (2005, p. 43) conta que um dos tios foi morto pelos nazistas em praça pública porque se recusou a se separar da esposa e dos filhos:

Eu presenciei toda essa desgraça. Nós ficamos alucinados, porque achávamos que íamos todos morrer. [...]. Vi as pessoas sendo arrancadas de suas casas. Vi moços, velhos e crianças sendo mortos pelos homens de Hitler. [...]. Matavam judeus a cada minuto. Arrancavam suas barbas, deixando a pele em carne viva.

Em um trecho de sua obra, Sabina Kustin dá um exemplo do instinto de perversidade de um nazista. O episódio foi presenciado por ela aos 11 anos. Um oficial segura uma criança judia de mais ou menos três meses de idade e rasga sua barriga com a baioneta. Depois, joga-a contra a parede. Isso mostra que nem as crianças escaparam da maldade nazista. As que não tiveram uma morte imediata passaram por torturas ainda maiores: foram usadas em experiências pseudocientíficas dolorosas.

Nichthaus (1976) narra em seu testemunho as informações que os prisioneiros receberam de um velho assim que chegaram a Auschwitz e perguntaram como era a vida no campo. O senhor disse que um bom polonês, Josef Cyrankiewicz, contara, com lágrimas nos olhos, que vira um transporte só de crianças ser encaminhado para as câmaras de gás. Muito simples! Os incapacitados e as crianças morriam nas câmaras de gás e em seguida eram incinerados em fornos crematórios. Completou a informação dizendo que isso acontecia o tempo todo, noite e dia. De toda a Europa, ocupada pelos

nazistas, chegavam transportes diariamente; aquele local era a “usina da morte”; dali ninguém saía vivo. Ele disse por fim: “Mas há pessoas que trabalham no sentido de obter mais e mais esclarecimentos para uma futura divulgação ao mundo livre” (NICHTHAUSER, 1976, p. 175). As informações ultrapassavam tudo o que tinham imaginado. Que matassem gente adulta, que podia ser um inimigo em potencial, mas crianças inocentes! José lembra-se com horror de tudo o que ouviu à época, sem imaginar que os dados eram ainda mais terríveis! Percebemos nos relatos que as pessoas sentiam prazer em fazer o mal. O velho continuou, lembra-se Nichthauser (1976, p. 177-178):

Auschwitz é segredo de Estado. Mas nós, judeus, alemães, não queríamos acreditar que tal coisa existisse. [...]. É claro que não precisa ser químico para reconhecer o cheiro da fumaça que sai dos crematórios. [...]. Os meus vizinhos em Berlim sabiam para onde eram levados, aos poucos, os judeus, socialistas, alguns sacerdotes ou ainda homens que ousaram criticar os discursos dos governantes do Reich. [...]. Buchenwald ou Dachau, os campos de concentração que Hitler criara para trancafiar os seus adversários. Foram os campos pioneiros e que já existiam antes da guerra. [...] Desprovidos de quaisquer definições ou sentimentos. Mas acima de todos eles estão dois homens: Heinrich Himmler e Adolf Eichmann. Todas as ordens vêm deles. Eles planejam, coordenam e organizam, enquanto os outros executam. Uns, com amor e excesso de zelo, pois gostam de assassinar; outros o fazem de acordo com as ordens recebidas dos superiores, não se preocupando com o regulamento do exército alemão que reza que as ordens indecorosas ou de natureza criminosa podem ser recusadas, sei disto, pois lutei na Primeira Guerra Mundial, na frente francesa e conheço o manual do exército do Reich.

Muitos detalhes escabrosos do nazismo são vistos nos livros de história. Os judeus que presenciaram não puderam contar como ocorriam as torturas porque os mais atingidos não sobreviveram. Quando o Exército Vermelho entrou em Lublin, os correspondentes de guerra puderam ver no campo de Majdanek, que não era um grande centro de extermínio, os crematórios, as latas de Zyklon B e ossos humanos, segundo Rutherford (1976, p. 141).

Os aliados foram bastante criticados na época da guerra, até justificadamente, diz Rutherford (1976, p. 151):

[..] por se terem aproveitado logo das descobertas de campos de concentração para fazer propaganda. Com isso fizeram com que os alemães decidissem não abandonar as áreas em que havia campos de concentração sem antes os evacuar, se possível. E o problema fugira das mãos de Himmler, pois Hitler ordenara que todo interno dos campos que pudesse andar tinha de ser deslocado. Quando a evacuação não fosse possível, teriam de ser massacrados.

Se não fosse a interferência da Cruz Vermelha, isso teria acontecido em Dachau, pois o plano era bombardear os internos usando aviões, mas isso foi evitado porque os americanos entraram no campo em 24 de abril, encontrando numerosos semivivos e semimortos (RUTHERFORD, 1976). Em Theresienstadt, onde Eichmann prometera aos representantes da Cruz Vermelha que não haveria mais deportação, todos os arquivos do campo foram destruídos em 12 de abril de 1945. A Cruz Vermelha hasteou sua bandeira imediatamente, salvando os que ali estavam de execução ou de evacuação.

As informações sobre as evacuações em massa mostram que, embora autorizadas pelo Terceiro Reich para início em 19 de janeiro de 1945, muitos campos não foram inteiramente esvaziados, pois neles permaneceram os doentes. Levi trata do assunto em suas obras analisadas nesta tese. Outras razões impediram os nazistas de eliminar os que ainda estavam vivos à época dessas ordens: ainda lutavam contra os soviéticos e preferiram destruir o que restava das câmaras de gás e dos crematórios, bem como os arquivos, seguindo orientação das unidades da SS.

Em 15 de abril de 1945, tropas britânicas libertaram o campo de concentração de Bergen-Belsen, na Alemanha. Ali os soldados se depararam com uma situação nunca vista e que os comoveu:

Cerca de 10 mil cadáveres de pessoas reduzidas a montes de ossos estavam jogados pelo campo sem terem sido enterrados. Aproximadamente 40 mil sobreviventes esqueléticos vagavam à procura de comida. Diante do estarecimento dos soldados com esta visão, o comando militar britânico decidiu realizar um documentário para registrar estas imagens. Numa das cenas do documentário, Alfred Hitchcock, que participou das filmagens, explica sua preocupação de filmar aqueles fatos de forma que o filme nunca pudesse ser acusado de falsificação. Esta preocupação de Hitchcock devia-se à consciência de que estes fatos eram tão inéditos, chocantes e absurdos que poderiam ser, algum dia, passíveis de dúvida sobre sua real existência. Hitchcock procurou filmar lentamente e de forma que a câmera se movimentasse sem interrupções (cortes) das pessoas vivas e das construções do campo para as valas onde estavam centenas de cadáveres. Com estes cuidados, imaginou Hitchcock, estava descartada a possibilidade de alguém no futuro dizer que este filme era uma falsificação (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 153).

Após a guerra, o número dos que alegaram não ter conhecimento do que ocorria com os judeus era enorme. Mas como não ter conhecimento se a quantidade de judeus desaparecidos era incontável? Como justificar o sumiço de tantas pessoas de um momento para outro? Questionado por que o nacional-socialismo sobrevivia, Adorno afirmava que havia nos homens uma disposição pelo indizível e porque eram dadas condições para que isso ocorresse e ainda perdurasse. Havia uma tendência a minimizar

os acontecimentos do passado, uma escolha de palavras para atenuá-lo. Alguns chegaram a defender que as vítimas tinham dado motivo para isso.

Em Mathausen, campo superlotado, como todos os outros, a Cruz Vermelha impediu que os prisioneiros fossem colocados numa fábrica subterrânea que deveria ir pelos ares. Em 8 de maio de 1945, o campo foi entregue às tropas de Patton, oficial do exército dos Estados Unidos, que liderou as forças norte-americanas na Segunda Guerra Mundial. E os delegados da Cruz Vermelha continuaram sua luta por toda a Alemanha.

No final da guerra, quando tudo estava perdido para os nazistas, estes deram uma ordem diferente e abandonaram os prisioneiros para que fossem recolhidos por caminhões da Cruz Vermelha. Eram colunas inteiras de prisioneiros, homens e mulheres famintos, esgotados, desesperançados que se deslocavam de Sachsenhausen e Ravensbrück para os últimos focos de resistência nazista. Disseram então que eles não deveriam ser fuzilados. “Quando seus salvadores se debruçavam sobre eles, para levantá-los, os prisioneiros, já por hábito, imploravam que não os fuzilassem” (RUTHERFORD, 1976, p. 151).

A tragédia prosseguiu até os últimos dias de abril, quando Hitler dedicou seus últimos momentos à “feitura de seu testamento, em que instava seus sucessores a prosseguir na política por ele adotada. Alguns dias mais tarde a guerra na Europa terminava” (RUTHERFORD, 1976, p. 151).

Os crimes de Hitler, contudo, não podem ser imputados apenas a ele, mas também a seus apoiadores. As pessoas esqueciam-se do fato de que não era possível destruir a memória. Além dos testemunhos, havia registros históricos. Não se sabe com exatidão quantos morreram, mas o mais provável é que o número seja ainda maior que o divulgado.

Levi (2010) afirma que uma das coisas que mais o impressionaram após a libertação foi a mudança de comportamento dos nazistas. Numa metamorfose surpreendente, muitos assumiram maneiras relativamente educadas e ambíguas, apesar de fatos como a do *Kapo* que dera a ele uma pá, como se ainda mandasse no campo.

4.2 A banalização do mal

O mal está ligado a temas como holocausto, guerra, escravidão, violência urbana, ditaduras, exploração de mão de obra, diferenças sociais acentuadas e, como

decorrência, fome, mortes, assassinatos, pobreza, desemprego, miséria humana, questões sociais em geral. Em seu estudo “Sobre a violência e o mal”, Aguiar (2009, p. 259) escreve:

A filosofia tem condições de iluminar o que está acontecendo. Filosoficamente falando, trata-se de refletir sobre a categoria do mal. [...]. A explicação socioeconômica é insuficiente, podendo, inclusive, ser invertida: os maiores males hoje são fruto da opulência, da riqueza, da técnica e dos padrões de consumo, etc.

Mesmo assim, a filosofia também não resolve o problema. Essa relação entre a violência e o mal não pode ser explicada de forma simples, nem por uma só área do conhecimento ou por “visões compartimentalizadas próprias das ciências contemporâneas”, de acordo com Aguiar (2009, p. 260). Nem mesmo a teologia a esclarece.

Teria o homem propensão para o mal, uma vez que estão contidos nele o bem e o mal inexoravelmente? Nessa visão, o homem não é apenas um ser para o amor e a vida, mas também para a morte, o egoísmo e o ódio. Concernente com essa perspectiva está o que Freud chama de “pulsão de morte”.²³ A tradição não aceita tal perspectiva como “determinante”, mas apenas no “horizonte das possibilidades”, podendo haver no homem essa capacidade.

Assim, como conceituar o mal? O mal é a capacidade do sujeito de levar dor e morte aos outros seres humanos e às vezes numa dimensão e extensão inimagináveis. Com sua intenção de praticar o mal, o homem abdica da razão e deixa seu instinto animal prevalecer sobre ela. Seguindo nessa direção, Aguiar (2009, p. 261) afirma:

O mal estaria, assim, relacionado a *um mais* de sofrimento capaz de levar à morte física ou de anular o homem como ser de transcendência, como subjetividade. [...] Forte tendência do mal nos últimos tempos é proveniente de posturas que ensejam determinar um padrão de homem que teria direito de viver na Terra, contrapondo-se, assim, à condição da diversidade e pluralidade humanas. [...]. Não será possível perceber o espraiamento do mal não só nas guerras religiosas, mas também na biotecnologia aplicada aos humanos, na padronização cultural propagada pela mídia?

Aguiar (2009, p. 260) aponta: “A categoria do mal, na minha compreensão, só tem eficácia, hoje, se for pensada para além da perspectiva moral e religiosa”. Estamos,

²³ Em sua teoria das pulsões, Sigmund Freud afirmava que existem no homem duas pulsões antagônicas: Eros, a *pulsão sexual*, com tendência à preservação da vida; e Tânato, ou *pulsão de morte*, que levaria à segregação de tudo o que é vivo, à destruição.

como ele, propensos a acreditar nisso. Não podemos negar que os valores morais e religiosos não conseguiram frear a violência e o mal, talvez porque estes não sejam valores respeitados pelo homem. Dessa forma, o que se vê hoje é a propagação do racismo, um progresso tecnológico desmesurado, que traz em seu bojo o consumismo exacerbado e a violência, a destruição das culturas e dos costumes, uma inversão do que seja ética, a falta de respeito pela vida humana.

Para Aguiar (2009, p. 262), “a renúncia da dimensão espiritual levaria os seres inteligentes a se tornarem vulneráveis ao mal”. Nessa linha, recordamos o *amor mundi*, de que trata Hannah Arendt em *A condição humana* (2007), que seria a capacidade do homem de se associar aos outros por meio do discurso e da intermediação do mundo, que deveria ser, segundo ela, a base da educação – saber partilhar o mundo com o outro.

O mal seria uma escolha humana. O livre-arbítrio dá ao homem a liberdade de escolher como agir conforme sua vontade. Sem preocupação com condicionamentos religiosos, com a existência ou não de um Deus, é possível perceber que quanto mais o sujeito se volta para seus instintos e se aproxima do lado material da vida, mais se afasta da espiritualidade e da sua capacidade de transcendência, de evolução do espírito.

Desse modo, ao estudarmos o holocausto e suas dimensões, é natural que nossa análise enverede pela avaliação do caráter de Hitler e seu poder na Alemanha nazista. O próprio Freud (apud SAFRANSKI, 2010) mostra-se impressionado com as experiências da Primeira Guerra Mundial: o assassinato em massa nela ocorrido – impensável até então – e a explosão de forças destrutivas. Essa guerra tinha representado, para o psicanalista, o fim de sua ilusão sobre o progresso incomparável da humanidade. Ele só não podia imaginar o genocídio que seria perpetrado na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Safranski (2010, p. 10), “não é preciso recorrer ao diabo para entender o mal. Ele pertence ao drama da liberdade humana”.²⁴ E acrescenta que “com Hitler o sombrio delírio do século se converteu em seriedade sangrenta”, pois ele representa a “última modernidade desenfreada” (idem).

Para Bataille (apud SAFRANSKI, 2010, p. 336): “O mal infame serve um poder, uma ideologia, e quer ser útil a esse respeito”. Nesse sentido, o mal simbolizado por Hitler estava legitimado pelo poder nazista, pois ele tomou para si a ambição de tornar os alemães uma raça superior e pura. Esse era o propósito oficial do Estado. Em outro trecho, Bataille (apud SAFRANSKI, 2010, p. 337) questiona: “De outro modo, quem

²⁴ Todas as citações de Safranski foram traduzidas pela autora deste artigo, uma vez que não existe tradução em língua portuguesa.

não vê hoje que o mal está, de uma forma simples em bestialidade, servindo razões de Estado? Sem esse personagem, não seria Buchenwald o símbolo decisivo, inegável e irrefreável do mal. [...] Afinal, Hitler não surgiu do nada”.

Ao procurarmos entender o mal provocado por Hitler, parece decisivo analisar o que desencadeou a loucura dessa personagem histórica. Desde a infância, ele apresentava um comportamento antissocial que evoluiu numa raiva descontrolada pelos judeus e em um ego distorcido, o que o faz eleger a crueldade e a destruição numa acentuada falta de consciência ou “falta de ser”, de acordo com a tradição filosófica. Diante disso e recuperando a concepção do filósofo político Edmund Burke (1729-1797) de que para que o mal floresça é apenas necessário que os homens de bem nada façam, é possível indagar por que milhares de alemães apoiaram Hitler, numa solidariedade com sua sanha destruidora, que fez do preconceito uma justificativa para matar. O afã de poder de Hitler – um louco embrionário – o faz galgar os degraus do rancor e do ódio, aproveitando-se de uma nação que buscava um líder. Daí o apoio popular que teve, pois muitos o viam como um líder nato, que faria da Alemanha uma nação ímpar ou uma supernação imperialista. Nesse caso o mal tornou-se contagioso, pois toda uma nação o acompanhou e defendeu, o que acabou por destruí-la bem como ao seu povo.

Assim, promovendo um diálogo entre os testemunhos analisados na tese – uma representação do ponto a que o homem chegou em relação aos atos de crueldade, perfídia, traição e barbárie, ou seja, o que para Freud não correspondia ao nível cultural desenvolvido pela humanidade – e os diversos filósofos e críticos que escreveram sobre o holocausto, é importante retomar o que diz Freud: “O instinto de morte não era somente um dado psicológico, mas uma realidade cósmica” (FREUD apud SAFRANSKI, 2010, p. 340). Para Freud, “as forças destrutivas da natureza humana se apresentam demasiado poderosas” [...]. Desse modo, o mal vai muito além de um problema moral e se torna um problema ontológico” (FREUD apud SAFRANSKI, 2010, p. 342).

Outra hipótese para o fato de Hitler ter arrebanhado tantos seguidores pode ser encontrada ainda em Safranski (2010, p. 361) quando este afirma que os homens se sentem atraídos por enganadores. Nesse sentido, foi Hitler um poder “demoníaco”. Dele brotava “uma força enorme”, a tal ponto que as forças morais unidas não foram capazes de impedir sua ascensão, embora o mais lúcido dos homens pudesse reconhecê-lo como

embusteiro e enganador. Mas as massas se sentiam atraídas por ele, e a Europa não foi capaz de prever os males que ele, com seu poderio, traria à humanidade.

Em 1919, Hitler já afirmava ser necessário superar o antissemitismo como “mero fenômeno emocional”, porque aí não se poderia efetivamente remover a “tuberculose racial das nações” (SAFRANSKI, 2010, p. 366). O regime nazista canalizou sua força para rituais de sacrifício com o intuito de cometer assassinato em massa. Ora, o partido de Hitler chegou ao poder na crise da democracia de massas, quando imperava o desemprego, a inflação, a paralisia das instituições democráticas, a humilhação nacional. Nada disso, no entanto, justifica o horror perpetrado por ele, pois outras nações enfrentaram esses mesmos problemas e tomaram rumo diferente.

Sem Hitler não teria havido o nazismo nem o holocausto. Hitler foi fruto dos escritos que lia, todos antissemitas e racistas, o que corroborou para gerar seu ódio em relação ao mundo. Sua vida era um fracasso: como estudante no ensino superior, como artista (pois era assim que ele se sentia – um verdadeiro artista) incompreendido. Tinha inúmeros projetos frustrados: queria escrever uma obra teatral, inventar uma bebida sem álcool, esboçar planos para um Estado ideal. Tudo para ele tinha de ter a marca da grandiosidade. Era deslumbrado pela música, pelos grandes gestos, tinha fascinação pelas massas, pelos efeitos teatrais, pelas festas inaugurais e culpava os judeus por todos os fracassos de sua vida.

Com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial e o clima de dissolução da ordem tradicional e seus valores – tais como pátria, povo, mandato e obediência –, Hitler, utiliza sua capacidade de oratória, aproveita-se da situação do país e entrega-se à anarquia, à guerra e à miséria material para se autoafirmar. Seus delírios convertem-no em um expoente ou representante da demência da época, organiza o partido nazista e dedica-se a escrever seus projetos revolucionários: *Minha luta*, em 1923.

Hitler era dado a mudanças de humor – ia da apatia a explosões histéricas, da ausência à presença ameaçadora – e falava sempre como se estivesse se dirigindo a grandes multidões. Sua obsessão manifestava-se como magia demoníaca. Em sua obra *Minha luta*, já se pode perceber o nível de desequilíbrio que seu ego era capaz de desenvolver:

A natureza é cruel [...]. Ela não tem compaixão dos débeis, estes têm de perecer. [...]. Se as ideias pacifistas e humanitárias chegarem a triunfar, a consequência será a degeneração. [...] A natureza é moralmente indiferente e não concede nenhum prêmio aos bons sentimentos. Seus mandamentos são cruéis. [...] A humanidade se fez grande na *luta eterna* e perece na *paz eterna* (SAFRANSKI, 2010, p. 375) (grifos nossos).

Ao falar de loucura, recuperamos as ideias de Foucault (1995), ao afirmar que a vitória não cabia nem a Deus nem ao Diabo, mas à loucura, e esta era “o já está aí da morte”, estando a loucura sempre presente nos ambientes. Ela atrai, mas não fascina, mas muitos foram atraídos por ela. A presunção de Hitler, por exemplo, transformou-se em loucura, em irregularidade de conduta, processo natural quando os distúrbios não são bem conduzidos ou solucionados. A psicanálise permite múltiplas interpretações, pois envolve o inconsciente e trabalha com a incompletude do ser. Hitler, em sua eterna insatisfação consigo mesmo, procurou suprir essa falta com a linguagem – com discursos pomposos e repletos de promessas de grandeza para o povo e o Estado alemão –, sendo a loucura o resultado do modo de manifestar ou processar essa falta.

Em sua concepção doentia de criação de uma raça ariana pura, Hitler acreditava serem os judeus o grande empecilho aos seus propósitos: “Se não se extirpa o ‘gérmen patógeno’, perecerá a vida superior” (SAFRANSKI, 2010, p. 379). E mais: para ele, a raça judia não simbolizava apenas um grupo genético ou biológico, mas uma “comunidade de espírito” (idem, p. 380). Portanto, o que devia ser extirpado era esse princípio espiritual, uma vez que, para ele, “a consciência era um invento judeu [...]. A natureza é cruel, por isso também devemos ser”, afirmava Hitler (SAFRANSKI, 2010, p. 381). Sua loucura era tamanha que chegou a anotar em seu testamento que havia prestado um grande serviço à humanidade com a extirpação dos judeus, dos ciganos, dos homossexuais, dos aleijados. Hitler queria uma raça perfeita.

O sistema de Hitler desenvolveu-se com rigor lógico baseado em certas premissas, mas principalmente em dois pressupostos: a superioridade da raça ariana e a inferioridade da raça judia. Contudo, o saldo que Hitler deixou foi uma Europa destruída, milhões de mortos na guerra e milhões de judeus assassinados.

Rene Girard (apud SAFRANSKI, 2010, p. 368), numa tentativa de explicar determinados procedimentos nazistas, diz que “a disposição para a violência tem raízes profundas, e que é tão angustiante como contagiosa. Espalha-se como um vírus nos corpos sociais e pode acabar se transformando em fúria generalizada”. Em decorrência, o nazismo “estatizou” o crime, pois para os nazistas a destruição dos judeus era qualificada de “obra sagrada” (SAFRANSKI, 2010, p. 368). “De qualquer modo, não foi o universo, o destino inexplicável que causou a queda de Hitler. Foi necessária a força unida da comunidade de nações para acabar com esse horror (idem)”. Assim,

Hitler significa uma ruptura na história recente. [...] “Auschwitz se converteu em um mito fundacional negativo”, uma vez que esse ditador se mostrou capaz de despertar “as forças assassinas e bárbaras latentes na civilização humana, abrindo um abismo. A partir de Auschwitz a cultura ocidental é marcada pelo niilismo (SAFRANSKI, 2010, p. 361).

A constatação de que Hitler foi uma ruptura na história se completa com a afirmação de que ele violou todo um universo moral, mas “ele só pôde fazê-lo porque desde meados do século XIX havia começado um embrutecimento sem paradigma do homem sob o signo do biologismo e da fé naturalista na ciência” (SAFRANSKI, 2010, p. 362).

Por sua vez, Zygmunt Bauman (apud SAFRANSKI, 2010, p. 365-366), filósofo e sociólogo polonês, ressalta que “a máquina nazista requeria uma administração moderna e eficiente, espírito de invenção científica, organização, técnica desenvolvida, capacidade industrial e, sobretudo, uma equipe eficiente, objetiva no cumprimento do dever, todo um conjunto de virtudes secundárias da máquina da sociedade industrial”.

O assassinato massivo funcionou como uma indústria. Sobre as características da modernidade, Max Weber (apud SAFRANSKI, 2010, p. 366) menciona: burocratização, divisão do trabalho, diferenciação das esferas de valor, objetivação da administração, desmoralização do trabalho e da ciência, redução da privacidade moral. Todas essas características podem ser vistas na política nazista de dizimação dos judeus.

A memória da catástrofe tem uma longa tradição no judaísmo, uma cultura na qual se destaca o pacto entre Deus e seu povo: um não deverá esquecer-se do outro. Esse culto à memória pregado pela religião judaica é visto nos rituais de rememoração da história, ao se falar do Êxodo com o intuito de transportar as gerações posteriores para aquele evento – a perseguição aos judeus. Na análise que faz do judaísmo no século XX, Cordeiro (1998) esclarece ser difícil, talvez mesmo impossível, ser um judeu completo vivendo fora do *ishuv* (comunidade), e isso não apenas pela constante ameaça da assimilação e do esquecimento das próprias tradições, mas pela impossibilidade de cumprir os deveres comunitários que cabe a todo judeu.

Assim, na trajetória histórica do homem, percebe-se que situações de massacre, abuso de poder e aniquilamento, mesmo quando se dá a elas nova roupagem e novos motivos, ocorreram reiteradamente.

Sobre a responsabilidade que cabe a cada ser humano em relação a esse horror, Safranski (2010) afirma, com base em Arendt, que o indivíduo também pode ser responsabilizado pelo fato de obedecer a ordens que deveriam ser questionadas. Assim,

é difícil deixar de condenar homens como Eichmann – o administrador da solução final –, por exemplo.

Se considerarmos o que diz Santo Agostinho (apud SAFRANSKI, 2010, p. 386), que “a mentira implica a intenção de induzir alguém ao erro”, a política de Hitler estava plena de mentiras, pois serviu sem escrúpulos a todo tipo de demagogia. Hitler violou os direitos humanos de um povo e transmutou um pensamento de Nietzsche, que considerava que se há uma decisão a favor da dignidade humana, também é possível uma decisão contra ela. Hitler fez suas estas palavras, e, como diz Hannah Arendt (apud SAFRANSKI, 2010, p. 392), “tomou essa decisão e conspirou [contra a humanidade] em plena luz do dia”.

A presença do mal pode ser vista também no estudo de Adorno (2003, p. 119), que defendia que educar após Auschwitz significava, antes de tudo, educar contra a barbárie. Essa posição está expressa no trecho: “Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita”.

Nos estudos político-filosóficos de Hannah Arendt – ao tratar do Julgamento de Nuremberg; da análise sobre os campos de concentração e de extermínio, das câmaras de gás; do holocausto; da capacidade do homem de suprimir os direitos do outro; do racismo e da educação – está sempre presente a análise sobre o que seria o mal e como ele se tornou algo banal e corriqueiro para a humanidade, em especial na Segunda Guerra Mundial.

Seguindo esse direcionamento do pensamento de Arendt, os campos de concentração corresponderiam ao que se pode chamar de mal em toda a concepção da palavra. A eliminação do homem tanto física como psicologicamente, até não restar algo de humano. Os homens no campo não tinham valor, nem personalidade, representavam apenas um número. Daí a pergunta de Levi que dá título a uma de suas obras: “É isto um homem?” Não, uma vez que os prisioneiros estavam privados de quaisquer direitos e eram tratados como animais.

No mundo contemporâneo, o mal tem crescido, e os crimes contra a humanidade repetem-se hoje como algo corriqueiro e banal. A violência está em toda parte, em todas as classes sociais, e embates entre os variados grupos são rotineiros e divulgados incessantemente pela mídia. As pessoas repetem: “Isso acontece todo dia. Por que estão estranhando agora?” Há um distanciamento dos fatos. Mesmo quando elas se emocionam, não são tomadas providências. Essa também foi a atitude diante das

notícias sobre a Segunda Guerra. A primeira reação dos países e da opinião pública foi indiferença, e muitos deles só reagiram quando a invasão se tornou iminente e quando perceberam que a Alemanha já dominava parte da Europa e pretendia dominar o restante.

Sobre o mal, Aguiar (2009, p. 271) afirma:

Na prática do mal banal está em jogo a atitude de homens que não querem dividir a Terra com outros: negros, imigrantes, homossexuais, doentes, judeus, árabes, etc. [...] O mal banal se realiza na medida em que os homens renunciam à própria humanidade, mesmo que não seja uma renúncia consciente e, por conta disso, se permitem realizar crimes contra a humanidade.

Tomando-se por base o que defende Bataille (2015, p. 26-27), podemos afirmar que o mal está ligado em sua essência à morte, e o mal assumido gloriosamente é representado pela guerra. O nazismo, com seu objetivo de exterminar os judeus, seria, assim, uma feição do mal que a literatura apresenta e representa. No lado oposto estaria a vida, considerada o bem maior, sendo da natureza do homem tentar preservá-la a qualquer custo. E os testemunhos mostram com clareza essas tentativas, muitas delas frustradas.

Para Bauman e o cientista político Donskis (2014), que travam um diálogo publicado com o título *Cegueira moral*, o mal está onde mais haja poder financeiro e político, portanto no Ocidente, e enumeram duas manifestações deste: a insensibilidade ao sofrimento humano e o desejo de colonizar a privacidade – a divulgação global de biografias, intimidades, vidas e experiências de outras pessoas. “A geografia simbólica do mal não para nas fronteiras dos sistemas políticos, mas penetra em mentalidades, culturas, espíritos nacionais, padrões de pensamento e tendências de consciência” (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 15).

Foi com o Tribunal de Nuremberg²⁵ que se deu início aos julgamentos dos criminosos nazistas, quando se procurou cobrar responsabilidade dos executantes das ordens nos campos de concentração e em todas as nações dominadas pelo Terceiro Reich. Esse tribunal decretou 12 condenações à morte; três prisões perpétuas; duas

²⁵ “A Carta que proveu o estabelecimento do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg criava jurisprudência para três tipos de crimes: ‘crimes contra a paz’, que o tribunal chamou de ‘supremo crime internacional [...] na medida em que contém em si mesmo o mal acumulado do todo’; ‘crimes de guerra’; e ‘crimes contra a humanidade’” (ARENDR, 1999, p. 277). Só o último era novo e sem precedentes.

condenações a vinte anos de prisão; uma a 15; e outra a dez anos. Muitos foram absolvidos: Hans Fritzsche, Franz von Papen e Hjalmar Schacht, por exemplo.

De acordo com Arendt (1999), os que escaparam dos julgamentos de Nuremberg e não foram extraditados para os países onde cometeram seus crimes nunca foram levados à justiça ou encontraram nas cortes alemãs a maior compreensão possível.

Os testemunhos podem ser usados com cunho moral e jurídico, como ocorreu no julgamento de Eichmann. A esfera jurídica ali estava no próprio julgamento, com os testemunhos dos sobreviventes. Sobre isso, Sarlo (2007, p. 51) afirma:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. É esse aspecto que salientam as apologias do testemunho como “cura” de identidades em perigo.

Para Arendt (1993, p. 13), “a sobrevivência de ‘elementos’ totalitários em regimes não totalitários continua a ser uma ameaça tão mais poderosa quanto mais recoberta estiver pelo esquecimento e pela subsequente paralisação de um pensamento que se encontra impedido de começar a pensar”.

Ao tratar do passado, afirma Arendt (1993, p. 54) que “não se trata de um passado que já passou, do desvio acidental de um projeto histórico inacabado, ou de um ‘peso morto que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento’”. O passado está aí, marcado pelas lembranças.

Hannah Arendt, em sua reflexão sobre os crimes cometidos pelos nazistas, também fala do perdão e afirma que os homens não são capazes de perdoar o que não podem punir, nem de punir o imperdoável. Em razão da escala monstruosa dos crimes cometidos contra os judeus na Segunda Guerra, é impossível falar em perdão. Para o filósofo Wladimir Jankélévitch (PERRONE-MOISÉS, 2006), se “nenhuma punição proporcional pode ser encontrada, o crime permanece imperdoável”. Da mesma forma, esquecer não é perdoar.

No posfácio que escreve para *Homens em tempos sombrios* (2008), Celso Lafer afirma que as críticas de Arendt à conduta das lideranças judaicas na Europa na época do holocausto a isolaram da comunidade judaica, que se ressentiu com sua crítica e com sua falta de tato para tratar do assunto ou sua falta de amor pelo povo judeu. Contudo, na concepção de Lafer, um estudioso de Arendt, a crítica a ela foi injusta, uma vez que esta nunca rejeitou ou se afastou de Israel ou das tradições judaicas. “O holocausto e o

genocídio dos judeus pelos nazistas determinaram a visão de vocação universal de Hannah Arendt sobre o mal e a sua pesquisa do vínculo entre o bom homem e o bom cidadão” (LAFER, 2008, p. 301).

Aquino e Rego (2014, p. 14), da mesma forma que Lafer, acreditavam que Arendt foi injustiçada. Para eles, ela enfrentou o conflito de se deixar assimilar culturalmente ou preservar suas origens judaicas em um mundo que se tornara inóspito para os judeus em todos os sentidos. Ela assumiu o judaísmo como sua identidade política. Não se considerava nem liberal, nem marxista, nem conservadora.

Arendt, de acordo com Lafer, em uma atitude condizente com sua ideologia, abrigava em seu apartamento em Berlim, em 1933, os que se opunham ao regime nazista. Ela trabalhou em prol dos humilhados e dos ofendidos: “Como o que escrevi pode chocar pessoas boas e ser distorcido pelas más, quero tornar claro que, como judia, a minha simpatia está não só com a causa dos negros, mas também com a causa de todos os oprimidos e não privilegiados e apreciaria que o leitor disso tomasse conhecimento” (ARENDR, 2008, p. 302).

Bauman (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 16) interpreta o holocausto não como uma orgia de monstros e demônios, mas como um conjunto de condições políticas, econômicas e sociais que levaram à prática do mal e afirma que sob essas mesmas circunstâncias “os membros de uma nação fariam as mesmas coisas que os alemães e outras nações fizeram – nações que tiveram a oportunidade de interpretar rápida e simplesmente seus próprios sofrimentos e os fatos em que se envolveram”.

A quebra de valores e princípios morais básicos – como, por exemplo, tirar a vida de alguém – e o comportamento maciço de uma sociedade legitimaram o extermínio de uma raça e conduziram à barbárie de que se tem registro histórico e memorialista. Não obstante, a política, a história e a psicologia não são suficientes para explicar as razões do holocausto judeu. São muitas as hipóteses, mas não se chega a uma solução. E Auschwitz permanece como um mistério.

Em seu livro *A Alemanha nazista e os judeus: os anos da perseguição, 1933-1939*, Friedländer afirma como causa fundamental do êxito operacional do genocídio judeu o “antisemitismo redentor”. Mas há várias teorias sobre a solução final e sobre os objetivos de exterminar os judeus. Algumas dessas teorias tomam caminhos opostos:

A primeira delas considera o extermínio dos judeus como representando, em e por si mesmo, uma meta importante das políticas alemãs. [...] A outra tendência é diferente. Ela tem ajudado, no decorrer dos anos, a descobrir

muitas novas trilhas. No entanto, com relação ao estudo do holocausto, cada uma dessas trilhas se origina, em última análise, no mesmo ponto de partida: *a perseguição e extermínio dos judeus da Europa não teria passado de uma consequência secundária das grandes políticas alemãs que perseguiram metas inteiramente diferentes* [grifo no original]. Entre essas metas, as mais frequentemente mencionadas incluem um novo equilíbrio econômico e demográfico na Europa ocupada por meio do assassinato de populações excedentes, a redistribuição e dizimação étnica, para facilitar a colonização alemã no Leste europeu, e a pilhagem sistemática dos judeus, a fim de facilitar o avanço da guerra sem impor um ônus material excessivo sobre a sociedade alemã ou, mais precisamente, sobre o Estado racial-nacionalista de Hitler (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 18-19).

Dos documentos antigos descobertos no pós-guerra é possível verificar como os testemunhos são verossímeis e fidedignos aos fatos. Tomemos como exemplo Friedländer (2012, p. 262) quando menciona que Heydrich, em julho de 1941, elencava as medidas a serem adotadas contra os judeus que viviam nas áreas que acabavam de ser ocupadas. O chefe de segurança do Reich ressaltava a necessidade de encorajar os atos de violência racial locais, que ele denominava de autolimpeza. Heydrich resumia as instruções previamente dadas: “Todos os judeus membros de partidos ou funcionários do Estado deveriam ser executados, e as manifestações locais de violência racial deviam ser incentivadas. Finalmente, em 17 de julho, Heydrich dava ordens para a execução de todos os prisioneiros de guerra judeus” (KLEIN apud FRIEDLÄNDER, 2012, p. 263). Os testemunhos falam dessas execuções sumárias em várias cidades, a princípio em especial nas pequenas; nas maiores, começaram por criar os guetos, nos quais os judeus iam morrendo aos poucos em condições extremas, inclusive trabalhando até o esgotamento para o Reich e, posteriormente, sendo enviados aos campos de concentração e aos de extermínio, quando a máquina administrativa foi sendo aperfeiçoada para as execuções em massa. A literatura de testemunho dá mostras de como isso ocorreu na voz dos sobreviventes, e as obras analisadas nesta tese ressaltam essa posição.

Bauman afirmou que nada é mais difícil do que escrever sobre situações que você não vivenciou e sequer desejaria vivenciar. Sobre isso ele dá um exemplo:

O que você diria sobre um ser humano que, numa noite, durante a Segunda Guerra Mundial, ouve bater à porta uma criança judia em busca de abrigo, na esperança de ser salva? O ser humano deve decidir na hora, sabendo muito bem que está arriscando a própria vida e a de sua família. Essa é uma situação que não se deseja para ninguém, nem para si mesmo (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 16).

O pior não é a latência do mal presente em cada um, aponta Bauman, mas saber que há situações e circunstâncias em que fé, cultura e relações humanas não poderão

impedir que o mal se realize. Em outro trecho do diálogo, Bauman (BAUMAN; DONSKIS, 2014) afirma que causam surpresa as ações de Israel, legítimo herdeiro da fé judaica, que acabam destruindo outro mito histórico, que todos abraçam e acalentam, de que o sofrimento enobrece e de que as vítimas da imposição da dor emergem de suas tribulações luminosamente limpas e elevadas. E faz uma analogia com o mundo de hoje, em que o mal não escolhe Hitler ou Stálin como personificação. O mal em nossos dias é mais difícil de reconhecer. Usa camuflagens e é anônimo.

Todos esses estudos permitem entender o que afirma Walter Benjamim: o homem não aprendeu com a história e continua espalhando seu horror pelos quatro cantos do mundo.

Para Agamben, o assassinato dos judeus não foi um sacrifício ou uma execução capital, mas mera matabilidade; não foram também exterminados em um violento e gigantesco holocausto, foram literalmente exterminados como piolhos, como Hitler tinha anunciado que o faria. “A dimensão na qual o extermínio teve lugar não é nem a religião nem o direito, mas a biopolítica” (AGAMBEN, 2010, p. 113).

No fim da guerra, o mal já estava feito. A rendição incondicional da Alemanha não solucionou o problema físico e psicológico dos sobreviventes do regime nazista. Duas décadas se passariam até que os campos de pessoas deslocadas fossem esvaziados.

Arendt reconhecia em *A condição humana* (2007) que na ética era essencial o cuidado com o eu, enquanto na política era fundamental o cuidado com o mundo, exigindo este último que os indivíduos se arrisquem moralmente.

Para Arendt, citada por Aquino e Rego (2014, p. 69), “quando todos estão deixando-se levar, impensadamente, pelo que os outros fazem e por aquilo em que creem, aqueles que pensam são forçados a mostrar-se, pois a sua recusa em aderir torna-se patente, e torna-se, portanto, um tipo de ação”.

Para os historiadores, 1942 foi o ano crítico da guerra. Para Hitler, sua profecia de 1941 teria de se cumprir: os judeus seriam aniquilados. Em janeiro de 1942, Heydrich buscava meios para “implicar outros na trama”, o que ele conseguiu ao realizar a conferência de Wannsee, que aconteceu em 20 de janeiro. Além dos membros do Reich, incluindo Eichmann, entre os convidados encontravam-se:

[...] civis do Ministério do Interior, do Ministério das Relações Exteriores e de outros departamentos. [...] Apesar da linguagem eufemística usada na apresentação do assunto, não pôde haver dúvida de que seus ouvintes compreendiam perfeitamente o que Heydrich queria dizer. Os judeus seriam usados em turmas de trabalho nas quais uma grande parte “desapareceria por

redução natural”. Os que sobrevivessem – “indubitavelmente os de resistência mais sólida” – receberiam “tratamento especial”. “Tratamento especial” significava simplesmente extermínio (RUTHERFORD, 1976, p. 100).

Depois de transposto o primeiro obstáculo, a conferência prosseguiu. Nas palavras de Eichmann: “Passamos a discutir as várias maneiras possíveis de matá-los [os judeus]” (RUTHERFORD, 1976, p. 100).

Hermann Gräbe, um engenheiro civil alemão, depondo no Tribunal de Nuremberg, declarou que presenciou um desses assassinatos em massa no aeródromo de Dubno, na Ucrânia:

[...] viu grande número de pessoas alinhadas contra um grande monte de terra. Entre elas havia uma mulher, de cabelos brancos, ninando uma criança de não mais que um ano de idade; alhures, um pai segurava a mão de seu filho, de uns dez anos, afagando-lhe a cabeça, enquanto o menino tentava conter as lágrimas; uma jovem esguia, de cabelos negros, ao passar por Gräbe apontou para si mesma e disse: “vinte e três anos”. Gräbe, espantado por não o terem mandado sair dali, foi para o outro lado do monte. Havia um poço enorme, contendo talvez uns mil corpos, quase todos apresentando sangramento na cabeça. Muitos ainda se moviam; alguns tentavam mostrar, com as mãos erguidas, que se encontravam ainda vivos, talvez para que os eliminassem de vez. [...] uma mulher paralítica, por ordem de um SS foi despida e carregada pelos demais condenados (RUTHERFORD, 1976, p. 107-108).

De acordo com relatos, “todos iam humildemente ao encontro da morte, obedecendo ordens destinadas a facilitar aos carrascos a própria execução. Ninguém implorava misericórdia. Ninguém procurava escapar. Ninguém resistia” (RUTHERFORD, 1976, p. 108). A resistência viria depois.

Em 3 de março de 1943, houve um dos maiores massacres isolados da solução final, 16.000 judeus, em questão de horas, foram metralhados em Lublin. Durante a cremação dos corpos, toda a cidade ficou coberta de cinzas.

Rutherford (1976) registra que Auschwitz se tornou sinônimo de extermínio, de tal modo que, quando se dizia que alguém “fora para Auschwitz”, automaticamente se aceitava a ideia de sua morte. Esse campo de concentração era chamado de Auschwitz ou Auschwitz I, e o de extermínio, distando três quilômetros dali, em Birkenwald, era chamado de Auschwitz II ou Auschwitz-Birkenau.

Muitos dos registros do holocausto se devem aos seus perpetradores, extremamente afetos à ordem, à organização, aos registros incansáveis, à burocracia. Há milhares de estudos e publicações a respeito, mas o assunto continua inesgotável. No

final os judeus não eram tão poderosos como Hitler imaginava – nem na Alemanha nem nos Estados Unidos – nem dantescos como ele divulgava:

Nas sinagogas, a maioria rezava não pelo sucesso de conspirações apócrifas, mas pelo seu país e pelos seus governantes. [...] Tal era o patriotismo que nutriam, que as velhas e tradicionais famílias de judeus alemães se recusavam a deixar o país, aguardando a “recolonização” em casa, com as malas já prontas (RUTHERFORD, 1976, p. 155).

Os alemães, além de todo o mal que causaram e de terem atraído a revolta dos países, desperdiçaram o conhecimento de cientistas e técnicos e a mão de obra especializada, preferindo exterminar os judeus ao invés de utilizá-los. Conforme Rutherford (1976, p. 159):

A “solução final” não foi apenas um crime de proporções inimagináveis, com uma única vítima multiplicada ao infinito. Foram três grandes crimes, dos quais o cometido contra os judeus foi apenas o primeiro. O segundo foi ter levado homens, em nada diferentes de seus semelhantes, a se desfazerem do mais comedido princípio de decência a ponto de se prestarem a servir de cúmplices na trama diabólica. É inútil tentar crer que tudo seja culpa do sistema. Os homens precedem os sistemas; não existisse o homem não existiria o sistema. Se havia um sistema errado, este era mais antigo que o instalado pelos nazistas. Era o velho sistema humano da complacência, da apatia, da covardia moral, de se adotar a posição de menor resistência.

O terceiro grande crime foi o perpetrado contra toda a raça humana.

Friedländer (2012, p. 23) afirma em sua obra: “Nem um único grupo social, nem uma só comunidade religiosa, nem uma única instituição acadêmica ou associação profissional na Alemanha e em toda a Europa manifestou solidariedade com relação aos judeus”. Impossível contestar essa afirmação. E completa:

Em 27 de junho de 1945, Lise Meitner, o judeu e químico austríaco de renome mundial, que em 1939 emigrara da Alemanha para a Suécia, escrevia a seu ex-colega e amigo Otto Hahn, que permanecera trabalhando no Reich: “Todos vocês trabalharam para a Alemanha nazista e jamais tentaram sequer alguma resistência, mesmo que passiva. Sem dúvida, para apaziguar sua consciência, aqui e lá, vocês ajudaram alguém em necessidade, mas vocês permitiram o assassinato de milhões de inocentes e nenhum protesto jamais foi ouvido” (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 23).

Como consequência das duas Grandes Guerras Mundiais ficou a certeza de que o homem pode se comportar da mesma forma novamente, se é que já não o está fazendo. Continuando seu pensamento, Rutherford (1976, p. 159) afirma: “A ‘solução final’ deixou-nos para sempre receosos de que as teorias raciais que elegeram os judeus

em vítimas podem fazer de outro grupo étnico qualquer alvo de perseguições e abominações”. Rutherford cita especificamente os judeus, uma vez que é a estes que dedica seus estudos, mas é importante ressaltar que os ciganos, os homossexuais e os aleijados também foram exterminados no regime nazista.

Besançon inicia *A infelicidade do século* (2000) fazendo uma ironia com o comunismo e com o nazismo. Ele afirma que ambas as doutrinas se diziam filantrópicas: o comunismo pretendia o bem de toda a humanidade; o nazismo, o bem do povo alemão. O genocídio foi executado por uma das nações consideradas o centro da civilização mundial. Talvez por isso a obra de Besançon se chame *A infelicidade do século*. Na primeira metade, o nazismo, na segunda, o comunismo, ambos trazendo, na sua concepção, infelicidade à humanidade. Sua crítica maior é que os crimes do nazismo já foram exorcizados ou ficaram relativamente neutralizados.

Não podemos falar em holocausto sem mencionar os seis centros de extermínio dos judeus: Auschwitz, Belzec, Chelmno, Majdanek, Sobibor e Treblinka. Os relatos daqueles que estiveram nesses centros são os mais terríveis desse episódio, e os documentos e as fotos o comprovam. O campo de Dachau foi um dos primeiros campos de concentração a ser criado e serviu de modelo para os outros. Logo que Hitler assumiu o poder, os primeiros prisioneiros políticos foram levados para esse campo, e embora não fosse um campo de extermínio, foi nele que mais prisioneiros políticos foram assassinados.

Para Raul Hilberg (BESANÇON, 2000, p. 29) – um dos mais conceituados historiadores do holocausto –, a destruição dos judeus era executada em cinco etapas: 1) expropriação (de casas, contas, terra e gado); 2) concentração (quanto mais estivessem concentrados, mais fácil seria exterminá-los, daí os guetos e os campos de concentração; aqui se pode ver o papel desempenhado pela burocracia); 3) operações móveis de assassinato (ocorridas durante o transporte de prisioneiros por meio do fuzilamento, caminhões ou vagões com gases, enforcamentos etc.; cerca de um quarto dos judeus morreu dessa forma); 4) deportação (envio para os campos de concentração, em que os judeus iam sendo eliminados aos poucos: pela inanição, pela sede, pelo frio e as doenças dele resultantes, pelo esgotamento físico e moral e pela falta de higiene etc.); 5) e centros de extermínio (a palavra por si só é suficiente para expor o que acontecia, com o uso de câmaras de gás). Raul Hilberg repetiu muitas vezes que a máquina de genocídio nazista não diferia em sua estrutura da organização normal da sociedade alemã: era a mesma sociedade no desempenho de seu papel normal e cotidiano.

Para Besançon, essas cinco etapas citadas por Hilberg foram praticadas pelo comunismo, que a essas acrescentou a execução judiciária. Esta só não foi praticada pelo nazismo porque para esse regime o judeu não pertencia à espécie humana, não sendo merecedor, assim, de nenhum tipo de justiça.

O número de pessoas exterminadas pelo nazismo é bem conhecido, haja vista que os alemães tinham por hábito manter os registros dos que entravam nos campos, da quantidade de pessoas nos trens, do montante em cada gueto e das despesas com alimentação, vestuário e transporte, por exemplo. Informações detalhadas sobre a forma como pereceram suas vítimas são mais difíceis de encontrar porque, quando a derrota se tornou iminente, os nazistas destruíram muitas provas e retiraram dos campos aqueles que podiam se mover, eliminando-os durante o percurso. Há registros desses fatos em Levi, em Kustin e em Nichthausen.

Besançon (2000, p. 32-33) aduz que não há como mensurar que morte foi mais atroz que outra, uma vez que nenhuma delas está ligada à justiça ou à honra. Portanto, “classificar os suplícios é impossível e indecente. [...] Ninguém pode saber o que sentia uma criança ao inalar o gás zyklon B”, por exemplo.

Desse modo, Auschwitz seduz e causa repulsa; ultrapassa o cotidiano e parece impossível de ser vivenciado; permite um distanciamento, mas absorve e desconstrói; comum e corriqueiro, mas inverossímil; experiências pessoais transmutam-se em coletivas.

A que se deveu a chamada loucura nacionalista do nazismo, se é que esta pode ser assim classificada? Não existe uma definição única para o problema nazista. Não há como determinar se foi este ou aquele motivo que levou o povo alemão a agir daquela forma, a se fazer de surdo e cego diante do desaparecimento de tantas pessoas, ou, mais especificamente, de tantos judeus. O número de pessoas era enorme. Por que ninguém se questionava a respeito? O que podemos perceber é que os parâmetros morais e éticos, quando se tratava dos judeus, tinham sido alterados ou suprimidos. “Matar judeu era a lei” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 109).

Podemos conjecturar em torno de vários motivos para a ocorrência do nazismo: 1) crença de que o povo alemão era uma raça pura; 2) que havia um precedente de ódio em relação aos judeus e que os alemães idolatravam seu líder, Hitler, e creditavam a derrota na Primeira Guerra Mundial aos judeus; 3) ambição e interesse pelo que o povo judeu possuía – suas riquezas e seus negócios, que os nazistas acreditavam ser bem mais do que se mostrou na realidade; 4) capacidade de imputar ao outro a responsabilidade

que cabia a cada um; 5) nacionalismo exacerbado; 6) excesso de obediência às ordens militares, o que não justifica a obediência do resto da população que não era composta por militares; 7) medo de todos quando perceberam a violência com que os nazistas tratavam aqueles de que não gostavam ou aqueles que eram contra o regime do Terceiro Reich; esse medo tornou-se extensivo, universal e dominante na Alemanha nazista – todos se sentiam ameaçados e todos denunciavam todo mundo; 8) a necessidade inata no homem de sobreviver leva-o a tentar vencer o medo; 9) covardia, desumanidade, racismo etc – a enumeração não tem fim.

São tantos os motivos que desencadearam o nazismo que mesmo aqueles que se debruçaram por anos no estudo do holocausto e da Segunda Guerra ainda não conseguiram se decidir por um em particular ou estabelecer uma única causa ou justificativa. Embora saibamos ser impossível usar esta última palavra.

Outra razão alegada para o comportamento nazista estaria ligada à paranoia ou à esquizofrenia coletiva, que também oferece uma gama de interrogações e análises. Uma delas seria: por que então a atitude dos nazistas mudou logo depois da derrota? Seria pelo fato de as circunstâncias mudarem ou porque o contexto era outro? Então não há como falar em esquizofrenia. Sabe-se inclusive que após a derrota o povo alemão “percebeu” o que tinha acontecido aos judeus. Besançon (2000, p. 39) afirma: “A Alemanha, que tinha sido a Atenas da Europa durante um século, despertou embrutecida por doze anos de nazismo”. Essa é uma verdade da qual não se pode fugir. E completa Besançon (2000, p. 39):

A inépcia é o cenário de fundo da destruição moral. Ela é sua condição. O desajustamento moral da consciência natural e comum só pode existir se a concepção do mundo, a relação com a realidade, forem previamente perturbadas. Se essa cegueira é uma circunstância atenuante ou se ela é uma parte integrante do mal, eu não discutirei aqui. Ela não suspende o julgamento moral.

Ainda hoje nas escolas alemãs, os alunos entre 13 e 15 anos têm o primeiro contato com o nazismo e o Terceiro Reich e demonstram bastante interesse pelo tema, segundo a DW Brasil, *site* internacional com representação no país. Para o professor alemão Peter Hoffmann, em entrevista a este *site*, “os alemães que entenderam o que aconteceu na história [referindo-se ao Terceiro Reich, período entre 1933 e 1945] ainda têm vergonha”. Para ele, é preciso “preservar a história para que o que ocorreu no passado não se repita”. E ressalta: “Uma pergunta que eles sempre me fazem é: ‘se você tivesse

vivido na época, teria feito parte daquilo?’ Eu sinceramente não sei o que faria naquele contexto, tendo um professor nazista me ensinando como eu deveria me portar’.

O que mais causa estupefação nos relatos sobre a Segunda Guerra e o holocausto é que o povo – não os militares – agisse da forma como agiu. Os militares têm a vã desculpa de atribuir o que fizeram à obediência militar. Sobre isso diz Besançon (2000, p. 45): “Quanto à lealdade do corpo de oficiais, ela se explica pela tradição militar [...]. Os soldados obedecem como obedecem os soldados”. Os outros – a população em geral – não têm essa prerrogativa. Não significa que achemos ser essa uma justificativa, mas foi o que alegaram todos os oficiais julgados em Nuremberg.

Sem nos afastarmos do problema, vejamos o que argumenta Hoffmann em entrevista à DW Brasil (SOUTELLO, 2017) sobre o comportamento do restante da população alemã hoje: “A percepção sobre o mal causado pelo nazismo só veio muito depois”. Ele conta que ouvia histórias de seus pais, que eram crianças na época, sobre a recepção ao ditador quando este visitava a cidade: “Havia uma atmosfera de euforia sempre que Hitler aparecia. Foi um fenômeno de massa”, explica o professor.

Para Laura (SOUTELLO, 2017), uma jovem formada em Estudos da América Latina com foco em antropologia, é difícil acreditar que seus antepassados ficassem eufóricos na presença de Hitler. Mas não tem como contestar essa informação, porque é dada por sua tia-avó, que à época morava na cidade de Zuckmantel, na República Tcheca, pertencente à Alemanha. A tia-avó conta que Hitler pegou a flor de sua mão e beijou sua bochecha. Laura ficou estarrecida quando ouviu isso, pois percebeu que ela falava com uma espécie de orgulho. Quanto a isso, pudemos notar nos relatos históricos sobre o *Führer* que este era considerado um homem poderoso, além de ser solteiro. Assim, muitas mulheres sonhavam em desposá-lo. Certamente o *marketing* foi o grande construtor dessa recepção favorável ao ditador.

Os fatores ideológico-culturais foram essenciais na política nazista e responsáveis por todo o mal causado aos judeus. Mas o ódio obsessivo de Hitler – que acreditava ser intenção dos judeus dominar o mundo, cabendo a ele salvá-lo, bem como à Alemanha – aos judeus e seu carisma como líder capaz de subjugar as massas precisam ser considerados, bem como sua política de solução final. Para Hitler era preciso dizimar a Europa para dominá-la. Essa dominação passava por três diferentes credos da salvação supra-histórica expressos em sua mensagem:

A pureza última da comunidade racial; o esmagamento final do bolchevismo e da plutocracia; e a redenção milenarista final (emprestada de temas cristãos que eram conhecidos de todos). [...]. Nesse sentido, a luta de Hitler o converteu num líder providencial [...] lutava contra o mesmo inimigo meta-histórico: o judeu (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 22).

Uma das fontes bastante utilizadas para esclarecer a persistente obsessão de Hitler pelos judeus foram os diários de Goebbels. Neles estão registradas as reações das pessoas dos *status* mais altos do regime e as cartas de soldados das camadas mais simples. As limitações maiores dos historiadores estão relacionadas à coleta de dados sobre as reações do papa Pio XII e da Igreja Católica à época, uma vez que o Vaticano nunca permitiu acesso a esses documentos.

Se pudéssemos classificar as pessoas como símbolos do mal, Himmler seria um deles. Ele tinha orgulho do que fazia e queria registrar para a história. Em vários documentários a respeito do holocausto, esse lado de sua personalidade pode ser confirmado por meio de fotografias. Durante a guerra, proferia, diante dos oficiais superiores e dos chefes da SS, discursos entusiásticos, sendo um dos mais significativos o do dia 9 de junho de 1942:

Tudo o que fazemos deve ser justificado em relação a nossos ancestrais. Se não encontrarmos este vínculo moral, o mais profundo e o melhor porque mais natural, não seremos capazes a esse nível de vencer o cristianismo e de constituir esse Reich germânico que será uma bênção para toda a Terra. Há milênios é o dever da raça loura dominar a terra e sempre lhe propiciar felicidade e civilização (BESANÇON, 2000, p. 40).

Esse discurso, cheio de exaltação do povo alemão, só pode ser visto por seu sentido irônico. Ele traz ainda em seu bojo racismo e preconceito religioso: como o nazismo proporcionaria felicidade e civilização? Desde quando o termo barbárie é sinônimo de civilização? A quem foi dada essa felicidade a que ele se refere? Só uma mente doentia e má poderia tratar assim a liberdade e a vida de milhares de seres humanos. Como Himmler classificava os judeus como piolhos, destruí-los seria uma questão de higiene, ou seja, limpar a Alemanha – constituída por uma raça pura – daqueles que a contaminavam. Essa é a ética nazista de que se tem conhecimento. Em outro discurso, de 6 de outubro de 1943, Himmler pronuncia:

Foi-nos feita a seguinte pergunta: “O que fazer com as mulheres e as crianças? – Eu decidi, e também neste caso, encontrei uma solução evidente. Eu não me sentia no direito de exterminar os homens – se vocês preferem, matá-los ou mandá-los matar – e deixar crescer as crianças que se vingariam

em nossas crianças e em nossos descendentes. Foi preciso tomar a grave decisão de fazer desaparecer esse povo da Terra. [...]. Eu creio poder dizer que isso foi realizado sem que os nossos homens e os nossos oficiais tenham sofrido em seus corações ou em suas almas (BESANÇON, 2000, p. 42-43).

Considerar Himmler e os SS representação do mal no sentido mais puro da palavra pode parecer estranho, pois, no contexto nazista do Terceiro Reich, bem e mal tinham significados diferentes. Havia inclusive uma gramática com sentidos diferentes, como pudemos constatar, em especial nas obras de Primo Levi. O mal para eles era a raça judia; o bem, a raça loura. Mas em tudo havia a vontade de exterminar os judeus, os componentes dessa raça inferior.

A punição na Alemanha a quem se opunha ao regime a partir de 1933 era extremamente severa: a deportação para um campo de concentração. E não havia qualquer oposição legal ou organizada ao genocídio. Como em qualquer regime de terror, a oposição era uma escolha que muitos deixaram de fazer. O risco existe em qualquer situação, mas o que a história mostra é que havia opções:

Uma parte da população da Dinamarca correu risco de vida, mas salvou os judeus. Alguns milhares de judeus foram escondidos por famílias em toda a Europa. A holandesa Miep Gies, que escondeu a família Frank em Amsterdã, conta como para ela salvar os judeus não era uma questão ideológica, mas um princípio moral diante de um regime assassino. A história mostra que existiam opções para ajudar os judeus e que onde os nazistas se defrontaram com resistência da população, como na Dinamarca, Itália e Bulgária, não conseguiram realizar todos os seus planos de deportação e extermínio (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 115).

Seria na Alemanha, à época, “natural” matar judeus? Até hoje esta é uma pergunta sem resposta. Como disse, na prisão, Rudolf Hoess – comandante do campo de Auschwitz – a um psiquiatra após a guerra: “Mas Himmler ordenou e até explicou a necessidade e eu realmente nunca pensei muito se isto era errado. Parecia simplesmente *uma necessidade*” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 110, grifo nosso). De qualquer forma, todos colaboraram para que a “saúde alemã” fosse preservada.

Para Cytrynowicz (1990, p. 114), “é preciso entender minuciosamente como se organizou este Estado [a Alemanha], como foi a ascensão do nazismo e como pessoas consideradas normais puderam acabar envolvidas e participarem, com maior ou menor conhecimento, do genocídio de um povo”. Sobre isso, Bauman (1998, p. 39) ressalta:

A maioria dos que executaram o genocídio eram pessoas normais, que passariam facilmente em qualquer peneira psiquiátrica conhecida, por mais

densa e moralmente perturbadora. Isso também é teoricamente intrigante, em especial quando visto em conjunto com a “normalidade” daquelas estruturas da organização que coordenaram as ações desses indivíduos normais no empreendimento do genocídio.

Hitler recrutava a juventude alemã. As crianças cresciam sob lavagem cerebral. Ele fomentava acampamentos de rapazes e moças para que estas engravidassem e gerassem bebês da raça pura.

Faz mais de setenta anos que a Segunda Guerra acabou. A maioria dos que viveram a catástrofe já faleceram, mas os fatos continuam vivos na memória coletiva e nos inúmeros relatos dos historiadores, dos escritores, dos cineastas e em especial da comunidade judaica. Muitos se têm empenhado em preservar a história, que desmente os prognósticos de que não se repetirá. O que não condiz com a verdade, pois as guerras e a violência no mundo dão provas de que a insanidade do homem não encontra limites e que o terror pode se repetir, ou já está se repetindo diuturnamente.

Para Bauman (1998, p. 195), John Steiner cunhou o conceito de *efeito adormecido* para denotar a capacidade normalmente apagada no homem de ser cruel. No entanto, muitas vezes essa capacidade é despertada. Desse modo, é assustador pensar na violência do mundo hoje – desigualdade social extrema, opressão, pobreza, miséria, desemprego, violência, desvalorização da vida, terrorismo, guerras, drogas e todos os efeitos adormecidos nos autocratas, nos tiranos, nos terroristas e nos que pensam apenas em si mesmos – e o que pode ser gerado nesses contextos sociais.

O mal adormecido no homem pode ser despertado sob condições específicas. No entanto, se há um mal latente, também há um bem, resta saber qual deles será mais forte e qual contingente de pessoas será maior. São poucos os heróis, do mesmo modo como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, em que alguns tentaram salvar alguns – poucos – do holocausto.

Por sua vez, Durkheim (1970) enuncia que o homem é um ser moral apenas porque vive em sociedade. Ora, sendo assim, o comportamento do homem está inexoravelmente ligado à sociedade em que vive; ele é um produto do meio. Como a moralidade só é encontrada na sociedade, esta pode gerar tanto pessoas boas como pessoas más, sem deixar de considerar a personalidade subjacente de cada um. Caso contrário, jamais teríamos pessoas boas procedentes de um meio social destruidor; do mesmo modo, nem indivíduos de má índole gerados em famílias boas e numa situação social confortável. Sem a coerção social, o homem seria um bárbaro. A moral impõe os

limites necessários para que o homem viva em sociedade. Ela estabelece as regras do jogo; ao indivíduo resta aceitar ou não e se adaptar a elas.

A tese de cunho moral, ou seja, a conformação às normas morais em vigor naquela época e lugar, no entanto, não dá conta de todo o problema do holocausto, assim como a de obediência às determinações do regime político também não o deram. O que mais teria determinado a ocorrência de fatos tão estarrecedores? A pergunta permanece sem resposta.

Dostoievski defende em *Os irmãos Karamazovi* (p. 301) que “somos todos responsáveis por todos, por todos os homens, e eu mais que os outros”. Essa frase, também tomada de empréstimo por Emanuel Levinas, sintetiza toda a responsabilidade de uma nação – no caso a Alemanha – pela ação, e de todas as outras nações por omissão. Muitas vezes não há como nos isentarmos de culpa, do mesmo modo como ocorre hoje. Com a facilidade dos meios de comunicação, inteiramo-nos do que acontece no mundo e nos mobilizamos ou não para reverter situações desastrosas.

Levinas (apud BAUMAN, 1998, p. 211) ressalta que “‘estar com os outros’, esse primaríssimo e irremovível atributo da existência humana, significa primeiro e acima de tudo *responsabilidade*”. Responsabilidade que ele considera devemos ter em relação ao outro; responsabilidade tanto pelo que se faz como pelo que se deixa de fazer.

O antagonismo entre povos sempre existiu. Há motivos para preocupações porque, segundo Bauman (1998, p. 111), “sabemos agora que *vivemos num tipo de sociedade que tornou possível o holocausto e que não teve nada que pudesse evitá-lo*. Só por essas razões já seria necessário estudar as lições do holocausto”. E reforça (1998, p. 112):

O holocausto foi tanto um produto como um fracasso da civilização moderna. Como tudo o mais que se faça à maneira moderna – racional, planejada, cientificamente fundamentada, especializada, eficientemente coordenada e executada – o holocausto superou e esmagou todos os seus supostos equivalentes pré-modernos, expondo-os comparativamente como primitivos, perdulários e ineficientes. [...] foi um empreendimento em todos os aspectos superior.

Nesta tese, procuramos estudar o mal no contexto da Segunda Guerra Mundial e como ele se expressou à época. Mas com as avaliações de Bauman e Donskis (2014) pudemos perceber que o mal estava – e está – à espreita em cada ser humano normal e saudável. Este mal é acentuado em situação de guerra, na qual o homem é capaz, dependendo das circunstâncias, de cometer atos que em última instância tiram a vida de

alguém ou a coloca em risco. Nessa discussão, o pensamento de Bauman e Donskis, por sua vez, não se distancia do pensamento de Arendt no seu estudo *Eichmann em Jerusalém*, quando esta afirmava que o mal era algo banal, pois se esperava que o réu fosse um monstro ou uma criatura do inferno, mas ele se apresentou como um burocrata banal da morte: alegava apenas que tinha cumprido seu dever. Mesmo diante de tantas testemunhas, ele se dizia inocente. Quando se faz um paralelo entre o testemunho de Eichmann em Jerusalém e o das vítimas, torna-se concreto o que afirma Arendt: o mal era algo banal e praticado a cada instante no campo e fora dele contra os judeus.

Assim como Arendt, deparamos com uma incógnita: entender a banalidade do mal disseminado pelo regime nazista tendo Eichmann como uma representação e o nazismo como ideologia voltada para o genocídio de uma raça. O nazismo alterou a Europa de forma marcante, e os testemunhos de sua violência, arbitrariedade e desrespeito ao ser humano só mostram as diferentes facetas desse mal.

Arendt (1999, p. 167) reforça sua posição sobre o conceito de banalidade do mal ao afirmar com ironia:

No Terceiro Reich, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhece – a qualidade da tentação. Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tentada a *não* matar, a *não* roubar, a *não* deixar seus vizinhos partirem para a destruição (pois eles sabiam que os judeus estavam sendo transportados para a destruição, é claro, embora muitos possam não ter sabido dos detalhes terríveis), e a *não* se tornarem cúmplices de todos esses crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação (grifos no original).

Banal e corriqueiro, o mal espalhou-se na máquina da Alemanha nazista do mais alto escalão do poder ao mais simples burocrata (havia planejadores, organizadores e executores dos atos nos mais diversos níveis, inclusive os que não estavam diretamente envolvidos com execuções). O número de funcionários era imenso. De maneira geral, “o grau de responsabilidade aumenta quanto mais longe nos colocamos do homem que maneja o instrumento fatal com suas próprias mãos” (ARENDR, 1999, p. 268). Podemos fazer uma analogia com as ideias de Beatriz Sarlo (2007), em sua análise sobre terrorismo de Estado na Argentina, ao afirmar que os vários escalões dificultam a responsabilização.

A história do holocausto precisa de um “âmbito mais amplo”, conforme as palavras de Saul Friedländer (2012, p. 17), uma vez que “a cada passo, na Europa ocupada, a execução das medidas alemãs dependia da submissão das autoridades

políticas, da ajuda de forças policiais locais ou outros auxiliares, da passividade ou apoio das populações e, sobretudo, das elites políticas e intelectuais”. Não podemos deixar de fora nem as próprias vítimas: “Ela [a história do holocausto] também dependia da disposição das vítimas em seguir ordens, na esperança de atenuar as sanções alemãs ou ganhar tempo e, de alguma forma, escapar à pressão inexorável do rolo compressor alemão” (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 17-18).

Segundo Arendt (1999), Adolf Eichmann – o encarregado de coordenar as deportações para o extermínio dos judeus – considerava o extermínio de milhões de inocentes uma rotina, um serviço burocrático. Para ele, seu trabalho estava sancionado pelo Estado e pela sociedade alemã. Para os nazistas, não havia constrangimento ético em relação a essa prática, que passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Arendt acreditava ainda que nem sempre grandes crimes são *necessariamente* cometidos por grandes criminosos.

Em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999), Hannah Arendt faz um estudo sobre o julgamento de Adolf Eichmann. Após a guerra, Eichmann fugiu para a Argentina, adotou um nome falso e ali viveu até 1960, quando foi encontrado pelo serviço secreto de Israel (o Mossad). Raptado num subúrbio de Buenos Aires em maio de 1960, foi levado para Julgamento no Estado de Israel. Hannah Arendt acompanhou todo o processo como correspondente da revista *The New Yorker*. O julgamento ocorreu de abril a dezembro de 1961. Eichmann foi condenado ao enforcamento, pena consumada em 31 de maio de 1962. Esta foi a única pena de morte aplicada no Estado de Israel.

A escolha da obra de Arendt *Eichmann em Jerusalém* no estudo sobre o mal deveu-se à capacidade desse criminoso de causar tantas mortes apesar de sua alegação de não sentir ódio das vítimas. Ele foi uma das figuras centrais do nazismo em razão de sua capacidade cega de cumprir ordens sem questionar, de ser vazio de sentimentos, além de destituído de senso moral. Os nazistas, levando-se em conta a quantidade de mortos que geraram, seriam, assim, o mal absoluto – assassinos em massa. Com relação a toda essa despersonalização do homem, Arendt trabalha nesta sua obra o mal sob a perspectiva ética e mostra sua perplexidade diante das ações de Eichmann e de como este se escondia por trás de sua obrigação de oficial da SS de cumprir ordens. Essa ideia de Eichmann foi repetida por ele em todo o seu discurso de defesa quando o acusavam da morte de milhares de judeus.

Em contrapartida, a obra de Arendt reforça nossa opinião de como a burocracia trabalhou a serviço do mal, fazendo-o propagar-se sem sequer ser avaliado. Os oficiais obedeciam às ordens sem questionar. Do mesmo modo, o réu julgado em Jerusalém acreditava não estar cometendo crime. Afirmava, então, não ter nada contra os judeus, que considerava inclusive um povo idealista.

Hannah Arendt (1999), ao falar desse personagem da história e da banalidade do mal, ressalta ser impressionante que homens surpreendentemente normais fossem capaz de manter em marcha essa máquina de matar – o nazismo. Para ela, o êxito de Hitler simbolizou a vitória de uma “teologia política” perpretada pela loucura e pela crueldade.

Para Eichmann, as acusações que faziam a ele eram infundadas. Não podia ser acusado de assassinato: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não judeu – nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não judeu; simplesmente não fiz isso” (ARENDR, 1999, p. 33).

Eichmann não se sentia culpado, nem arrependido, tampouco envergonhado de suas ações. Acatar ordens era sua obrigação. Afirmou que não faria diferente. Ele executaria quaisquer ordens que recebesse; era isso o que esperavam dele. Não podia ser acusado de cumprir seu dever diante daqueles aos quais estava subordinado. Alegava que nenhuma de suas ações resultava de iniciativa própria. Muitas vezes declarou em seus depoimentos que o Exército tivera de fuzilar judeus rebeldes, embora a história mostre que os judeus não eram rebeldes e que ele não tinha autoridade sobre os generais. Contudo, a atitude dos judeus na Segunda Guerra e nos campos de concentração desmentia essa acusação.

Para Arendt (1999), o julgamento de Eichmann mostrou a mediocridade do criminoso do Terceiro Reich: responsável pela deportação e pelo envio de milhões de judeus para os campos de extermínio e causador de grandes males à humanidade com sua total obediência ao regime nazista e à burocracia alemã.

Arendt considerava Eichmann um arrivista de pouca inteligência, medíocre, um burocrata mesquinho e calculista, para quem coordenar as deportações era apenas uma boa oportunidade de emprego e carreira. Fiel às ordens recebidas sem questioná-las moralmente e com uma memória pouco confiável, não se lembrava de datas e acontecimentos importantes, a ponto de o juiz encarregado de seu julgamento, em certa ocasião, perguntar-lhe irritado: “O que você *consegue* lembrar?” (ARENDR, 1999, p. 66).

A trajetória de vida de Eichmann avaliada por Arendt era de um homem insignificante, com ambições além de sua capacidade pessoal. Quando interrogado como conseguira “conciliar seus sentimentos pessoais sobre os judeus com o antisemitismo aberto e violento do Partido ao qual se filiara”, ele respondeu com um provérbio que andava também na boca de muitos judeus: “Nada é tão quente para se comer, como era ao se cozer”²⁶ (ARENDR, 1999, p. 51).

Segundo Arendt (1999), em vários trechos do interrogatório Eichmann podia ser classificado sem qualquer dúvida de hipócrita, em especial quando se tratava da questão judaica, como ele mesmo se referia, a ponto de dizer que imaginava que a solução final fosse colocar “solo firme debaixo de seus pés [judeus], de forma que tivessem um lugar próprio, um solo próprio” (ARENDR, 1999, p. 69).

Colocado em uma cabine de vidro, Eichmann mostrou-se pouco a pouco em seu depoimento destituído de moral ou culpa. Seu julgamento – o maior após o Tribunal de Nuremberg – pôs em relevo a “banalidade do mal”, expressão consagrada por Arendt. Seguir ordens era sua justificativa repetida em todo o julgamento. Desse modo, um tema chamou a atenção de Arendt em decorrência desse fato e da tragédia do holocausto: o totalitarismo, que ameaçava o destino das sociedades democráticas. Totalização é a redução de qualquer forma de diferença à uniformidade com o objetivo de aumentar a racionalização. As condições humanas foram moldadas pelo racionalismo com desvalorização da interioridade.

Arendt (1999) assombrou-se ao perceber que Eichmann, julgado pela sua capacidade de fazer o mal, não conseguia pensar por conta própria e não avaliava a dimensão de seus atos; estava sempre propellido a obedecer sem questionar. Ela se perguntava se a capacidade de fazer o mal tinha origem nessa propensão a não pensar, pois ele parecia não refletir sobre as consequências de seus atos e repetia incessantemente que cumpria ordens e realizava o que era de competência do seu cargo.

Eichmann foi acusado de cinco crimes, mas principalmente, segundo Arendt (1999, p. 32), “crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial”. Ele assim se declarou: “Inocente, no sentido da acusação”, completa Arendt (1999, p. 32). Segundo seu advogado, nunca confirmado pelo réu, “Eichmann se considera culpado perante Deus, não perante a lei” (ARENDR, 1999, p.

²⁶ De acordo com o *site* DW Akademie sobre a matéria “Alemães têm provérbios para todos os casos”, a outra versão seria: “O diabo não é tão feio quanto se pinta”. Acesso em: 19 jun. 2017.

32). Com essa alegação ele reforçava que tinha seguido ordens. Ainda de acordo com seu advogado, “o único problema criminal legítimo no caso Eichmann seria julgar seus raptos israelenses, coisa que até agora não foi feita” (ARENDR, 1999, p. 33).

Interrogado durante oito meses por um policial judeu, Eichmann contou a ele sem hesitar, “com consideráveis detalhes e repetidas vezes, por que tinha sido incapaz de atingir uma patente mais alta na SS e porque isso não era culpa sua” (ARENDR, 1999, p. 62). Nas páginas de seu interrogatório, considerando-se os relatos de Arendt (1999), conclui-se que ele usava todo tipo de subterfúgio para subir, mas alcançava pouco sucesso. Aprendera, então, a acatar ordens. Para o Terceiro Reich, as ordens de Hitler tinham força de lei.

O modo de agir de Eichmann era compatível com o de dezenas de outros membros do regime. Arendt revelou, no acompanhamento que fazia do julgamento, que havia duas posições contraditórias quanto às avaliações dos psiquiatras que analisaram as condições psicológicas de Eichmann: a) “meia dúzia de psiquiatras atestaram sua ‘normalidade’; [...] pelo menos, seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa, filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos ‘não apenas normal, mas inteiramente desejável’” (ARENDR, 1999, p. 37); b) outra linha de investigação afirmava que Eichmann havia sido descrito pelos psiquiatras como “um homem obcecado, com um perigoso e insaciável impulso de matar; [...] uma personalidade pervertida, sádica” (ARENDR, 1999, p. 37). Insano ou não, o que interessava no julgamento era a proporção do mal que ele tinha provocado.

Usando uma expressão de Bauman e Donskis (2014), a cegueira moral de Eichmann era consequência de sua crença de que ordens existiam para serem cumpridas, quaisquer que fossem estas. Daí sua total ignorância de tudo que não fosse direta, técnica e burocraticamente ligado a seu trabalho.

No julgamento, confrontado com provas documentais de extraordinária lealdade a Hitler, Eichmann tentou explicar várias vezes, afirmando como eram as ordens no Terceiro Reich: “As palavras do *Führer* tinham força de lei. [...] Bibliotecas inteiras de comentários jurídicos ‘abalizados’ foram escritas demonstrando que as *palavras* do *Führer*, seus pronunciamentos orais, eram a lei do mundo” (ARENDR, 1999, p. 165). No seu último depoimento ele reforçou sua posição de que “sua culpa provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas. Mas ele não era membro do grupo dominante, ele era uma vítima, e só os líderes mereciam punição” (ARENDR, 1999, p. 269).

Alguns defendiam à época que o julgamento de Adolf Eichmann tinha sido resultado da vingança daqueles que haviam perdido a guerra. Mas os fatos não podiam ser destituídos do julgamento de certo e errado, por mais que os crimes cometidos pelos réus fossem considerados “legais”, segundo Hannah Arendt. Acima de tudo havia “a responsabilidade moral de resistir à socialização”, ou seja, de “obedecer às máximas morais que determinam o comportamento social e os mandamentos religiosos: ‘Não matarás’” (BAUMAN, 1998, p. 206).

O julgamento – no qual foram ouvidas 119 testemunhas – chega ao fim depois de rejeitados todos os pedidos de clemência:

Em 31 de maio de 1962, em Ramla, Israel, dois dias depois de a Suprema Corte ter pronunciado seu julgamento, e poucas horas depois, nesse mesmo dia – era uma quinta-feira –, pouco antes da meia-noite, Eichmann foi enforcado, seu corpo foi cremado e as cinzas espalhadas no Mediterrâneo fora das águas israelenses (ARENDR, 1999, p. 271).

A principal acusação a Eichmann deveu-se à prática de crimes contra o povo judeu, e sua captura, que a teoria de jurisdição universal pretendia desculpar, não foi porque cometeu crimes contra a humanidade, mas exclusivamente a seu papel na solução final do problema judeu. Pela Convenção Internacional, da qual o Estado de Israel é um dos signatários, a corte de Israel, segundo Arendt (1999), poderia ter tomado uma das quatro decisões seguintes: 1) instaurar um tribunal internacional; 2) manter Eichmann prisioneiro até a criação de um tribunal especial pela ONU; 3) até mesmo matá-lo em Buenos Aires; 4) reformular o princípio territorial para que ele fosse julgado em Israel. Mas nenhuma dessas providências foi tomada. Israel poderia ter alegado ainda que território é um conceito político e legal, não geográfico, assim, apesar do fato de o crime ter sido cometido antes da instituição de Israel, 1948, tinha sido contra o povo deste Estado. Mas a atitude do Estado foi preocupar-se antes de tudo que a justiça fosse feita, e não com a preservação de seu prestígio como nação, como muitos amigos, judeus e não judeus, aconselharam, temendo que houvesse uma reação contra os judeus em todo o mundo. O que os judeus queriam era o direito de serem juízes em causa própria – como tantas outras nações ocupadas pela Alemanha tinham feito – e não apenas acusadores. Ben-Gurion parecia *não entender* a pergunta: “Por que ele [Eichmann] não é julgado por uma corte internacional?” (ARENDR, 1999, p. 294). Mas aqueles que faziam a pergunta também pareciam *não entender*:

Para Israel, o único aspecto sem precedentes nesse processo específico era que, pela primeira vez, desde a destruição de Jerusalém pelos romanos no ano 70, os judeus tinham a possibilidade de julgar crimes cometidos contra seu próprio povo. [...] pela primeira vez não precisavam apelar a outros para proteção e justiça ou depender da comprometida fraseologia dos direitos do homem (ARENDDT, 1999, p. 294).

A obediência cega a Hitler ficou patente também em um depoimento de um dos generais alemães, Alfred Jodl, enforcado em Nuremberg após o julgamento. Quando lhe perguntaram como era possível que todos eles, honrados generais, tivessem continuado a servir um assassino com lealdade tão inquestionável, ele respondeu “que não era tarefa de um soldado agir como juiz de seu comandante supremo. Que a história se encarregue disso, ou Deus no céu” (ARENDDT, 1999, p. 167).

São muitas as razões do holocausto, como mencionado anteriormente. Podemos citar fatores que de um modo ou de outro fizeram o mal se perpetuar: desde o totalitarismo até um antissemitismo camuflado; uma histeria coletiva; uma ambição pelo que os judeus possuíam; a liderança de Hitler, que prometia o que a população ansiava; uma quantidade significativa de militares; a insatisfação com a situação financeira; o contexto histórico vivido pela Alemanha; o medo e as punições para todos os que se mostrassem contrariados com o regime. Fica a pergunta: mas por que contra uma raça em especial? Os judeus tinham sido sempre bode expiatório ao longo da história. Não havia como mudar esse fato.

De certa forma, Eichmann representava todos aqueles que tinham sido julgados e condenados e também os que nem tinham sido julgados e menos ainda condenados. Seu julgamento trouxe à tona – do mesmo modo que o Tribunal de Nuremberg – que a insanidade é atribuída à ação. Consolidar o mal depende de atitudes, de ações. Intenção apenas não leva à prática do mal. O que o nazismo fez – e Eichmann como um de seus representantes – foi colocar em prática um desejo ou propósito. Posicionar-se em relação a algo pode ser inofensivo quando não incita ou envolve o ato de agir.

O medo, numa intensidade bem menor, também assolava a população alemã. Quem protegesse um judeu poderia pagar com a vida. Com os militares era diferente. Eles podiam negar-se a ocupar cargos que envolvessem a exterminação dos judeus sem correrem o risco de serem punidos com a própria vida. No julgamento de Eichmann, uma testemunha de defesa, Von dem Bach-Zelewski, declarou: “Era possível evitar um encargo por meio de um pedido de transferência. Sem dúvida, em casos individuais, era preciso estar preparado para certas punições disciplinares. Não havia, porém, nenhum

perigo de vida” (ARENDR, 1999, p. 107). Eichmann não era um soldado que podia ser fuzilado por desobedecer a uma ordem. Era da SS, portanto não estava sujeito à justiça militar. Seria julgado pela polícia e pelo tribunal da SS. Podia, desse modo, recusar-se a exercer certas funções, como muitos o fizeram. Em seu último depoimento à corte ele admitiu que podia ter recuado sob um pretexto qualquer.

Para Arendt (1999), no fim da Segunda Guerra, muitos que se opuseram a Hitler não o fizeram por indignação moral ou compaixão. A única razão era a iminente derrota alemã. Alguns pagaram com a vida e sofreram morte terrível em razão dessa decisão tardia.

Na defesa de Eichmann em Jerusalém, o dr. Servatius, seu advogado, disse: “Eichmann cometeu atos pelos quais um vencedor é condecorado e um perdedor vai para o patíbulo. [...] O poder diz o que é certo” (BAUMAN, 1998, p. 38). Essa ideia mostra que as ações têm uma avaliação moral ligada às circunstâncias em que ocorrem.

Para Arendt (1999), a pena de morte foi imputada a Eichmann porque ele tinha desempenhado um papel central num empreendimento cujo propósito era eliminar certas raças da Terra, assim também ele tinha de ser eliminado. Para ela, “se a justiça não deve ser apenas feita, ela deve ser vista” (ARENDR, 1999, p. 300), então a justiça do que foi feito em Jerusalém deveria ter emergido para ser vista por todos. Afirmou que desejou que os juízes tivessem tido a ousadia de se dirigir ao acusado nos seguintes termos:

[...] política não é um jardim-de-infância; em política, obediência e apoio são a mesma coisa. E, assim como você apoiou e executou uma política de não partilhar a Terra com o povo judeu e com o povo de diversas outras nações – como se você e seus superiores tivessem o direito de determinar quem devia e quem não devia habitar o mundo –, consideramos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana, haverá de querer partilhar a Terra com você. Esta é a razão, e a única razão, pela qual você deve morrer na forca (ARENDR, 1999, p. 302).

Em seu pós-escrito ao julgamento de Eichmann em Jerusalém, Arendt (1999, p. 322) afirma:

É bastante concebível que certas responsabilidades políticas entre nações possam algum dia ser julgadas em uma corte internacional; o que é inconcebível é que tal corte venha a ser um tribunal criminal que declare a culpa ou a inocência de indivíduos.

E a questão da culpa ou inocência individuais, o ato de aplicar a justiça tanto ao acusado quanto à vítima, são as únicas coisas que estão em jogo numa corte criminal. O julgamento de Eichmann não foi exceção, mesmo que a corte se tenha visto confrontada com um crime que não podia

encontrar nos livros de leis e com um criminoso que não tinha similar conhecido por nenhuma corte, pelo menos antes do julgamento de Nuremberg. A presente reportagem não trata de nada além da medida em que a corte de Jerusalém esteve à altura das exigências da justiça.

4.3 A burocracia a serviço do mal

Em seu empenho de destruir os judeus, os nazistas tiveram sucesso porque puseram em funcionamento uma sociedade altamente burocrática e organizada. O que ocorreu na Segunda Guerra Mundial foi feito com cálculo e planejamento, atendendo aos ditames dessa rotina bem articulada – com respeito à hierarquia e com linhas de autoridade e responsabilidade bem demarcadas –, fazendo com que o fluxo fosse contínuo e sistemático. Tudo ocorria com precisão e dinamismo, numa verdadeira linha de produção.

Assim, o serviço público e o partido forneceram todo o aparato necessário para consolidar o assassinato em massa, desde a precisão militar, a disciplina, a organização, a obediência, até a insensibilidade, num processo automatizado e metódico. A burocracia, colocada a serviço da destruição, desempenhou bem seu papel. O departamento da SS responsável pela destruição dos judeus europeus era chamado de Seção de Administração e Economia. Tudo convergia para a execução das pretensões de Hitler de livrar o Reich dos judeus, estando a solução do problema a cargo dos subordinados das forças militares, que inicialmente buscaram a solução na emigração para outros países. Contudo, com o crescimento do domínio imperialista, as nações para as quais os judeus tinham ido eram as mesmas que iam sendo dominadas.

Auschwitz-Birkenau tinha seis câmaras de gás disfarçadas como se fossem banheiros para desinfecção, algumas com espaço para 2 mil pessoas. As áreas destinadas ao confinamento dos judeus eram restritas e insuficientes. Auschwitz era também lugar de trabalhos forçados. Os presos eram levados para trabalhar fora do campo; a expectativa de vida para quem trabalhava nas minas de carvão era de três meses. Quando já não podiam trabalhar, eram levados para as câmaras de gás e substituídos pelos recém-chegados. Com a necessidade crescente de produção para a guerra e a falta de alemães para o trabalho nas fábricas, muitos judeus foram poupados no início para suprir essa deficiência. Daí muitas vezes o adiamento das mortes. Sobre isso afirma ainda Cytrynowicz (1990, p. 104):

A possibilidade de resistência nos campos de extermínio era quase impossível não somente devido à brutal repressão, mas principalmente pelo sistema de poder imposto pelos alemães. Os alemães criaram um sistema no qual iam concedendo pequenos poderes, e correspondentes privilégios, a certos presos até montar uma estrutura paralela de poder entre os próprios presos [...] os próprios presos se vigiavam mutuamente e mantinham a disciplina. [...] Em geral, criminosos alemães comuns ocupavam estes cargos, que jamais eram dados aos judeus. Os alemães exploravam também as diferenças e rivalidades étnicas e nacionais, além das dificuldades de língua para impedir a comunicação entre os prisioneiros e impor um sistema repressivo mais eficiente.

Em maio de 1942, o regime nazista criou uma unidade especial, o *Komando 1005*, chefiada por Paul Blobel, encarregada de eliminar todos os traços do extermínio. Eles diziam que talvez as gerações futuras não entendessem esta “missão heroica” que foi o genocídio.

Roney Cytrynowicz (2003, p. 127-128) afirma em seu estudo:

São centenas, milhares, milhões de ofícios, ordens e trâmites burocráticos para matar, mesmo que escritos na novilíngua e mesmo que os historiadores não tenham ainda chegado à gênese da Solução Final (detalhe historiográfico que não tem maior relevância, especialmente diante da estrutura de poder nazista, que muitos historiadores chamam de “hitlerismo” dada a centralidade do próprio Hitler no sistema de poder e uma cadeia de ordens que prescindia muitas vezes de registros escritos).

[...] Tudo era conduzido na mais absoluta “ordem” e “normalidade”.

Da mesma forma, não havia, conforme expresso por Cytrynowicz (2003), uma fronteira demarcando a vida dos alemães ou dos poloneses que viviam nas proximidades dos campos e os judeus exterminados diariamente naquele mundo à parte: os campos de concentração ou de extermínio, ambos representantes do genocídio, dependendo apenas da rapidez no processo.

A tecnologia de produção criada pelos nazistas coloca em relevo a organização alemã como um todo, em que a meta era alcançar os objetivos estabelecidos, não importando a que custo – o domínio da Europa pelo Terceiro Reich. A guerra e os inimigos eram apenas um adendo.

Se a meta era se livrar dos judeus, tudo tinha de ser feito nesse sentido. Assim, em 1º de outubro de 1941, Himmler ordenou que se desse um ponto final à emigração de judeus e se iniciasse o extermínio físico de todos eles nos campos de concentração. Os nazistas empenham-se, então, em colocar em funcionamento a máquina administrativa alemã. A tecnologia criada e aperfeiçoada tornou o projeto realizável.

O homem parecia ir se aprimorando em relação ao mal, pois tudo que se opõe ao bem, à ordem, à virtude, à honra, ou tudo o que é censurável ou indesejável, é representação do mal. Para Bauman (1998, p. 36),

o extermínio físico foi escolhido como o mais factível e eficiente para atingir a finalidade original e recém-ampliada. O resto foi matéria de cooperação entre vários departamentos da burocracia estatal, de cuidadoso planejamento, de projetar a tecnologia e o equipamento técnico adequados, de traçar orçamentos, calcular e levantar os recursos necessários – com efeito, competência da tediosa rotina burocrática.

Bauman (1998, p. 39) sustenta que “iniciativas individuais eram desencorajadas e se fazia muito esforço para manter toda a tarefa num quadro estritamente impessoal, prático e eficiente. Ganhos e motivações pessoais em geral eram censurados e punidos”. Assim, as mortes tinham de acontecer de forma organizada e obedecendo a ordens. E então ele pergunta: “Como foram esses alemães comuns transformados nos perpetradores do extermínio em massa?” Na opinião de Herbert C. Kelman, inibições morais contra atrocidades violentas tendem a ser corroídas se satisfeitas algumas condições, isoladas ou em conjunto: “A violência é *autorizada* (por práticas governadas por normas e a exata especificação de papéis) e as vítimas da violência são *desumanizadas* (por definições e doutrinações ideológicas)” e posteriormente tornaram as vítimas invisíveis aos executores (BAUMAN, 1998, p. 41).

Na Alemanha nazista, a máquina burocrática estava em funcionamento 24 horas. Os alemães podiam destruir todo um povo apenas dando uma ordem de seus locais de trabalho. Havia um distanciamento tanto físico como psíquico entre a ação imediata e o assassinio em massa, entre a execução e a inibição moral. O ato tornava-se invisível e suas vítimas também. Conforme se aprimoravam, afastavam o executor da vítima, por isso os métodos que inicialmente ordenavam de atirarem nas vítimas depois de estas cavarem os fossos acabaram sendo substituídos por métodos mais aprimorados. Os executores não eram colocados em conflitos morais diante das vítimas. As execuções nas câmaras de gás e os crematórios, em que sequer precisavam enterrar os mortos, atribuindo aos próprios judeus o recolhimento dos corpos a serem cremados, facilitou o trabalho. Assim, ficava visível a separação entre assassinos e vítimas.

O sucesso técnico-administrativo do holocausto deveu-se em parte à hábil utilização de “pílulas de entorpecimento moral” que a burocracia e a tecnologia modernas colocavam à disposição. Dentre elas destacavam-se a natural invisibilidade das relações causais num sistema complexo de

interação e o “distanciamento” dos resultados repugnantes ou moralmente repulsivos da ação ao ponto de torná-los invisíveis ao ator (BAUMAN, 1998, p. 46).

Se se considerar que a “Alemanha entrou este século [o século XX] com um número muito maior de acadêmicos e profissionais judeus do que os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha atuais” e que era “amplamente vista pela comunidade judaica internacional como um refúgio da igualdade e da tolerância religiosas e nacionais”, causa estupefação que o holocausto tenha permitido a execução em números cada vez maiores de judeus e outros povos de forma tenebrosamente dinâmica, principalmente quando se percebe, conforme ressalta Bauman (1998, p. 51), que “o ressentimento popular com os judeus não era nem profundo nem amplamente disseminado”.

Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben (2008) trata essencialmente da dificuldade de dar o testemunho pelo qual passam os que viveram e testemunharam os horrores e a desumanidade dos campos de concentração na Alemanha nazista. Ele defende que Levi comete um paradoxo ao afirmar que o testemunho autêntico seria aquele dos que morreram. Como? Se eles não podem testemunhar? Os que dão o testemunho depois do holocausto são os que sobreviveram para falar. Uma das poucas exceções é, por exemplo, Anne Frank, que deixou por escrito a história do tempo em que viveu confinada com a família em uma casa em Amsterdam até se tornarem prisioneiros em um campo de concentração. Nesse campo morrem ela, a irmã e a mãe. O único sobrevivente foi o pai, que após a guerra divulga o diário que ela deixou. Por que então o único testemunho autêntico seria apenas o dos que morreram se temos o testemunho dos que sobreviveram?

Martin Heidegger (AGAMBEN, 2008, p. 80), de quem Arendt era discípula, usou, em 1949, a expressão “fabricação de cadáveres” para definir os campos de extermínio. Apesar disso e das críticas que recebeu em razão de sua relação com o nazismo – que não é possível negar –, ele foi um pensador profundo. A expressão usada só reforça a forma como as mortes ocorriam, num processo técnico e burocrático. Além disso, mostra o que o homem é capaz de fazer quando são afastados os empecilhos.

O planejamento foi a característica mais marcante do holocausto, tarefa que não seria realizada com o sucesso pretendido se fosse debitado na conta do ódio e da fúria, pois exterminar 6 milhões de judeus não era tarefa fácil e levaria anos para ser alcançada. Apenas Hitler e Stálin conseguiram matar tanta gente num espaço de tempo tão exíguo. Como conseguiram? Usaram a burocracia para executar uma quantidade

significativa de pessoas, o que nos lembra um termo de Adorno (1995, p. 31): “assassinato administrativo”.

Para Bauman (1998, p. 130), “a burocracia fez o holocausto. [...] O que a burocracia precisava era da definição de sua tarefa. Racional e eficiente como era, podia se confiar nela para levar a tarefa ao fim”. O caminho já estava traçado com os propósitos de Hitler e a disseminação do antissemitismo. O planejamento racional dominava toda a vida nos campos de concentração, e tudo ocorria com a conhecida precisão alemã – na hora e no tempo estabelecidos.

Em maio de 1942, ainda não funcionavam os crematórios, assim os cadáveres eram enterrados. Posteriormente, muitos foram desenterrados e queimados. Novamente os nazistas precisaram utilizar a burocracia, uma vez que, em razão da quantidade de corpos insepultos, tornou-se necessário criar os crematórios, daí o cheiro constante que suas chaminés exalavam sobre o campo. A máquina burocrática tinha de funcionar do mesmo modo que funcionava em outros locais. Assim, a necessidade de eliminar era saciada em Auschwitz II-Birkenau. Vários relatos contam que o cheiro dos fornos crematórios era tão forte e os gritos dos judeus tão altos e estridentes que foi necessário afastar a parte administrativa para longe dos locais de execução para não “incomodar” os funcionários do campo. Pela mesma razão, as casas dos responsáveis pelo campo, os SS, conservavam certa distância da área de acesso a ele.

Os campos de extermínio foram destruídos pelos alemães em duas situações: quando eram desativados e com a proximidade do fim da guerra. No final de 1944, apenas em Auschwitz continuava o extermínio dos judeus. “Entre maio e outubro de 1944, cerca de 600 mil judeus ainda foram deportados e exterminados neste campo, entre eles mais de 180 mil da Hungria e 200 mil do gueto de Lodz (em agosto). Quando os soviéticos chegaram em Lodz, havia menos de 1.000 judeus sobreviventes no gueto” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 104-105). Em novembro de 1944, Himmler deu ordens para cessar o extermínio:

A derrota já era iminente e ele queria negociar com os aliados. [...] Entre a ofensiva final da URSS contra os alemães em janeiro de 1945 e a queda de Berlim, em maio de 1945, mais de 250 mil presos de campos foram levados para a Alemanha. Pelo menos 150 mil morreram, principalmente nas longas caminhadas sob temperatura abaixo de zero. Muitas vezes os guardas fuzilavam os que iam caindo pelo caminho. Cerca de 500 mil pessoas sobreviveram aos campos nazistas, entre elas alguns poucos milhares dos campos de extermínio (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 105).

Assim, em 1942 Auschwitz II-Birkenau mudou seu *status* de campo de trabalhos forçados – com execuções esporádicas – para centro de extermínio, uma vez que a quantidade de judeus que chegava ao campo era grande e os trabalhadores escravos podiam ser facilmente substituídos pelos que chegavam. Para o historiador Michael Thad Allen (apud FRIEDLÄNDER, 2012, p. 599), o maior responsável por essa mudança nas instalações do campo foi Hans Kammler: “Em Kammler, a competência tecnológica, e o extremo fanatismo nazista coexistiam [...] Pela sua intensidade, sua habilidade como engenheiro, seu gênio organizador e sua paixão pelo nacional-socialismo, os homens da SS o consideravam um paradigma”. Quando lemos esses relatos, percebemos que a maldade humana é ilimitada na mesma proporção da inteligência e da criatividade para executar o mal. Tudo era visto nos menores detalhes, e a engrenagem nazista funcionava a todo vapor.

Quando os soviéticos entraram em Auschwitz, em 27 de janeiro de 1945, encontraram pilhas e mais pilhas de bens dos judeus e sete toneladas de cabelos. Cerca de 5 mil prisioneiros que não podiam andar foram libertados pelas tropas soviéticas. Os sobreviventes contavam que quando chegavam ao campo, todos os seus pertences, o pouco que conseguiam carregar, eram retirados: roupas, sapatos, relógios, joias, guarda-chuvas, bolsas, cobertores, óculos, comidas e todos os objetos pessoais. Depois de contados e selecionados, eram distribuídos aos colonos ou aos soldados da SS como presente de fim de ano; os objetos de mais valor eram encaminhados para os órgãos ligados à guerra.

Com um ponto de vista oposto ao de Arendt, Isaiah Trunk (BAUMAN, 1998, p. 142-143), que fez a mais completa e abrangente investigação dos registros remanescentes dos *Judenräte*, afirma: “A participação ou não participação judaica nas deportações não teve influência substancial – de nenhuma forma – no resultado final do holocausto na Europa oriental”. Quando havia recusa dos conselhos, a SS ou trocava os indivíduos ou fazia ela mesma a seleção, o que demonstrou que as atitudes individuais de desobediência não surtiram efeito. Assim, o estudo de Isaiah Trunk (apud BAUMAN, 1998, p. 162-163) não deixa dúvida:

Não era culpa deles que, ante a força superior dos alemães e a total eliminação das inibições morais alcançadas pela engrenagem burocrática da guerra antijudaica, não houvesse solução no quadro de suas opções que não servisse aos objetivos alemães. O aparato burocrático alemão foi posto a serviço de uma meta incompreensível na sua irracionalidade. A meta era a aniquilação dos judeus; todos, velhos e jovens, inválidos e capazes, passivos

economicamente e ativos em potencial. [...] A guerra, em outras palavras, estava perdida para os judeus antes de começar.

Sobre esses conselhos, Isaiah Trunk (BAUMAN, 1998) desenvolve um trabalho exaustivo escrito em três volumes, sobre o qual não nos podemos deter aqui. Com base em informações históricas e testemunhais, é impossível deixar de reconhecer que, onde vivessem judeus, havia líderes judeus, e estes, quaisquer que fossem as razões, cooperaram com os nazistas de uma forma ou de outra. Não é possível saber hoje se isso foi para o bem ou para o mal, embora não certamente de forma intencional. Contudo, a quantidade dos que acusam os conselhos é muito maior. Alguns pesquisadores acreditam que o número de judeus mortos teria sido menor. Não podemos negar que são só estimativas. No contexto de guerra as circunstâncias mudam.

A burocracia eficiente estendia-se ao campo inclusive no que dizia respeito às seleções. O exame era rápido e sumário, como relata Levi (1988, p. 190): “O essencial para a administração do campo não é que sejam eliminados justamente os mais inúteis e sim que surjam logo vagas numa porcentagem prefixada”. Ele afirma que nunca soube se era uma iniciativa estranhamente piedosa dos chefes do bloco ou se por uma ordem expressa dos SS, mas, entre a seleção e a partida, as vítimas, em Monowitz-Auschwitz, recebiam uma dupla ração.

Levi afirma em seus relatos que os prisioneiros entendem e percebem a importância que os alemães dão à burocracia. Mesmo as determinações mais estapafúrdias eles seguem à risca. São disciplinados e obedientes. “Os chefes de Bloco são todos alemães ou de educação alemã; gostam da ordem, do sistema, da burocracia e, ainda que sejam uns brutamontes violentos e coléricos, têm um amor infantil pelos objetos reluzentes e de cores vivas” (LEVI, 1988, p. 216). Assim, não dispensam ninguém do banho. Para os prisioneiros é um tormento, pois a água é pouca, gelada ou quente demais, têm de se despir na frente dos outros, não têm sabão nem toalhas e ainda correm o risco de ter os objetos roubados enquanto estão ausentes. Mas a punição para quem não toma banho e está seco é severa: cinco chicotadas e sem ficha para retirar o pão na manhã seguinte, explica Levi (1988). Talvez o fato de os alemães não questionarem o que estava sendo feito aos judeus e de não se preocuparem com a ética possa ser atribuído a essa obediência excessiva e a essa burocracia que mantinha distância entre a ordem e a execução.

A explicação para o extermínio dos judeus da Europa não está na longa história do antissemitismo europeu. Vai além. É consenso entre os historiadores recentes sobre o

período nazista que a “perpetração do holocausto requereu a neutralização das atitudes alemãs normais em relação aos judeus, não a mobilização delas” (BAUMAN, 1998, p. 215). A tarefa de eliminação só chegou a termo porque o judeu foi despersonalizado, e os que executaram as tarefas foram destituídos de sentimentos e de compromissos individuais. O distanciamento foi necessário para colocar em execução a solução final.

Ian Kershaw (apud BAUMAN, 1998, p. 218), estudioso de todo o problema judaico, afirma: “A ‘Solução Final’ não teria sido possível sem os sucessivos passos para excluir os judeus da sociedade alemã, dados abertamente aos olhos do público, na sua forma legal que conquistou ampla aprovação, e resultaram na despersonalização e degradação da figura do judeu”.

Sobre as condições em que o holocausto se processou e a expectativa de como o mundo civilizado reage hoje a esse tipo de problema, Baumann (1998) afirma, com base na concepção de Paul Hilberg, que a questão essencial levantada por todos não era apenas saber de que modo uma nação civilizada como a alemã fora capaz de proceder da forma como vimos, mas questionar se outras nações não seriam capazes de agir do mesmo modo se estivessem nas mesmas circunstâncias. Depois de 1945 e do conhecimento das ações perpetradas contra os judeus, uma certeza dominava a todos: o homem era capaz de cometer atrocidades inimagináveis. Processara-se uma *ruptura* entre o homem e a moral.

Do mesmo modo, muitos se questionam se a autopreservação não tirara qualquer racionalidade do judeu. Não há métodos científicos que possam determinar o que poderia ou não ter sido feito para impedir que o mal se propagasse com a rapidez com que ocorreu e mesmo se algo poderia ter sido feito. A consciência humana ainda não determinou as consequências do terror no longo prazo nem como impedir que o mal se repita. Vigiar o presente talvez seja a única solução óbvia hoje, mas o homem está cercado pelo mal em pequenas e em grandes dimensões.

Em razão de sua complexidade, ainda não temos noção, no século XXI, do que representou o holocausto judeu. Os crimes eram cometidos em grande escala, numa dimensão nunca vista antes. Embora pareça invisível, o mal parece estar presente nos locais onde este ocorreu. O documentário *Holocausto – a execução do mal*²⁷ mostra isso, bem como o planejamento por trás da máquina de extermínio. Acertar contas não é a maior

²⁷ Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 17 mar. 2018.

cobrança do holocausto. Hoje a grande preocupação é alertar para que acontecimentos como esse não se repitam e, acima de tudo, criar soluções para a paz mundial.

Os alemães eram organizados e faziam registro de tudo relacionado ao transporte de prisioneiros; às riquezas retiradas dos prisioneiros; listavam todos os objetos: óculos, relógios, anéis, candelabros, casacos, dentes de ouro, joias, dinheiro, quadros e outros objetos. Enfim, tudo o que pudesse ser aproveitado e utilizado para conduzir a máquina de guerra nazista, tanto no campo como fora dele. Além disso, registravam todos os que entravam nos campos e conferiam diariamente nas chamadas e nas seleções. Essa burocracia serviu na guerra e na derrota. No fim da guerra, esses registros foram utilizados para dimensionar as perdas materiais e humanas.

Alguns fatores afetam a moralidade em qualquer Estado ou época: 1) a distância do fato – que anula ou enfraquece a pressão da responsabilidade moral; 2) a substituição da responsabilidade moral pela responsabilidade técnica –, o que encobre a importância moral da ação; 3) a segregação e a separação, que promovem a indiferença pelo sofrimento do outro.

Assim, no conceito de Bauman (1998), o mal depende mais das interações sociais do indivíduo do que das características da personalidade. A sociedade é um dos maiores determinantes da forma como o indivíduo se relaciona com os outros, principalmente quando pressionado ou quando há uma legitimação da crueldade, como ocorre em guerras e como ocorria nos campos de concentração, em que os indivíduos eram confrontados com situações limites. Os judeus estavam confinados àquele espaço para serem eliminados, sendo responsabilidade do Estado e de cada um em particular cumprir seu papel para que isso ocorresse. Mas, de acordo com Bauman (1998, p. 194), não se pode deixar de considerar que “alguns indivíduos tendem a ser cruéis quando colocados num contexto que enfraquece as pressões morais e legitima a desumanidade”. Daí se falar em natureza social do mal. Com relação aos nazistas, pode-se supor que “na maioria das pessoas, se não em todas, vive um pequeno SS esperando para vir à tona. Amitai Erzioni sugeriu que Milgram [com sua pesquisa] teria descoberto o ‘Eichmann latente’ escondido no homem comum” (BAUMAN, 1998, p. 195).

4.3.1 A IBM presta serviço ao Terceiro Reich: a tecnologia Hollerith de cartões perfurados

A burocracia alemã contou com a ajuda da tecnologia Hollerith de cartões perfurados da IBM – uma das principais corporações americanas – na ação gigantesca e complexa da identificação dos judeus para posteriormente segregá-los com o intuito de confiscar seus bens, isolá-los em guetos, deportá-los, organizar o trabalho escravo e, por fim, aniquilá-los. Colocar essa máquina em funcionamento exigia o uso de computadores atualizados. A desculpa inicial foi o recenseamento de todos os alemães, que teve início em 12 de abril de 1933. Nesse dia o mundo acordava para uma nova realidade que mudaria o rumo da história: a ascensão de Hitler ao poder. O diretor do Escritório Estatístico do Reich, Friedrich Burgdörfer, agradeceu o fato de o novo governo autorizar a realização do censo. Esse nazista virulento chefiava ainda o Escritório de Política Racial e era um dos maiores defensores da “higiene racial”.

A pesquisa do escritor Edwin Black, filho de sobreviventes poloneses e autor de premiada investigação sobre as finanças do holocausto e especialista em relações comerciais do Terceiro Reich, é mostrada na obra *IBM e o holocausto*, publicada em 2001, e redundou num trabalho impressionante de coleta e análise de documentos da Segunda Guerra Mundial. Black transita por um caminho desconhecido até 2001 e conta com a colaboração de dezenas de pessoas na pesquisa de documentos em tantos países e em tantas línguas, bem como pesquisadores e tradutores, muitos deles voluntários, sobreviventes e filhos de sobreviventes, refugiados e estudiosos sem nenhuma ligação pessoal com o holocausto: “Além de pesquisadores profissionais e arquivistas e historiadores de reconhecida capacidade, e até mesmo de antigos investigadores do Tribunal de Nuremberg” (BLACK, 2001, p. XI).

No total, mais de cem pessoas em sete países participaram do esforço da pesquisa durante meses. Essas pessoas vasculharam documentos poloneses e europeus obscuros e buscaram palavras-chave: recenseamento, censo, estatística, listas, registros, ferrovias, cartões perfurados e vários outros tópicos, fazendo cópias dos materiais e enviando para Black, que os armazenava num arquivo central com identificação da procedência. No final foram mais de 20 mil páginas de documentação extraída de cinquenta arquivos; coleções de manuscritos, bibliotecas de museus e outros repositórios; livros e relatórios genéricos; periódicos técnicos e científicos contemporâneos referentes a cartões perfurados e estatísticas; publicações nazistas e

jornais da época. As informações iam de 1933 a 1950. Toda a documentação tem cópia impressa para a qualquer momento confirmar todas as afirmações do livro *IBM e o holocausto*. Ao reconstituir os fatos, o autor orientou-se por dois princípios: contexto e consequências, e tinha a seu favor o fato de ter trabalhado na indústria de computadores e possuir anos de experiência como jornalista investigador especializado em má conduta corporativa. Black (2001, p. 11) registra que se dedicou ao projeto como “caso típico, embora grandioso, de comportamento empresarial, com uma grande diferença: a conduta em questão afetou a vida e a morte de milhões de pessoas”. Black (2001, p. 11-12) afirma ainda:

A história da IBM e o holocausto é apenas o começo. Poderia ter escrito 20 livros com os documentos que descobri, um para cada país da Europa. Estimo que haja outros 100.000 documentos espalhados em porões e arquivos corporativos em todos os Estados Unidos e na Europa. Os arquivistas das empresas devem atentar para o seguinte: esses documentos estão relacionados com um crime e não devem ser transferidos, adulterados ou destruídos. É preciso que sejam remetidos para instituições arquivísticas apropriadas, capazes de colocá-los imediatamente à disposição de acadêmicos e de promotores em crimes de guerra, de modo a assegurar a continuidade do processo de responsabilização.

Apenas mediante a exposição e análise do que realmente ocorreu, o mundo da tecnologia finalmente terá condições de professar o mote bem conhecido: *Nunca mais*.

A IBM e sua subsidiária alemã permitiram e facilitaram a execução das medidas pretendidas por Hitler e pelo Terceiro Reich para o genocídio perpetrado com tamanha intensidade. O fornecimento de toda essa tecnologia para os nazistas sequer foi objeto de debate pela IBM, que não negou a ajuda. Apenas a Dehomag, a subsidiária da IBM na Alemanha, era capaz de projetar e executar sistemas para identificar, classificar e quantificar a população a fim de segregar judeus e arianos.

A ambição desmedida do homem chega às últimas consequências, o que nos leva a pensar nas questões sobre o lucro e as irresponsabilidades sociais das empresas em relação a questões morais e éticas. Como diz Greg Bradsher, especialista em ativos da era do holocausto, em comentário reproduzido nas páginas iniciais da obra de Black (2001): “Que este livro sirva de lembrete às empresas americanas de que é preciso manter constante vigilância quanto ao apoio direto ou indireto a ditadores e a regimes totalitários”.

A IBM foi parceira entusiástica dos negócios do Reich, mesmo quando as perseguições políticas e raciais tiveram início e quando a guerra era iminente. As

negociações iniciais foram realizadas com o escalão superior do Partido Nazista e depois com o Reich. Ao final da guerra, a empresa declarou, como tantos alemães culpados, que apenas cumpria ordens.

Em 10 de novembro de 1938, com o *pogrom* nacional intensificaram-se as humilhações públicas, e a legislação sem fim empurrou os judeus do Reich para a fome, a miséria, o terror.

Os bens dos judeus foram sistematicamente destruídos, arruinados e saqueados. Os camisas pardas espalhavam torças pelo chão e dançavam sobre as páginas dilaceradas. Móveis despedaçados entulhavam as ruas. Objetos de valor, como troféus, eram levados em carrinhos. Rasgavam-se fotografias, livros e cortinas.

O querosene vinha depois. [...]. Por meio de simples fósforos, artefatos incendiários ou bombas caseiras, ateava-se fogo a quase tudo que pertencia aos judeus. Não apenas em Berlim, não somente em Viena, mas em todos os lugarejos e cidades do Terceiro Reich (BLACK, 2001, p. 178).

Black (2001, p. 214) narra como se deu o segundo maior recenseamento da Alemanha:

Em 17 de maio de 1939, a Alemanha foi vasculhada por 750.000 recenseadores, sobretudo voluntários. Praticamente ninguém passou despercebido nos 22 milhões de domicílios, 3,5 milhões de imóveis rurais e 5,5 milhões de lojas e fábricas no Grande Reich. O mundo tinha poucas dúvidas de que o censo nacional de maio de 1939 era de natureza racial. A cobertura do *New York Times* sobre o gigantesco projeto deixava claro que o recenseamento “fornecerá informações detalhadas sobre ascendência, crença religiosa e bens materiais de todos os residentes [...]”.

Mas a verdade é que o lucro imperou sobre a moralidade, e a tecnologia colocou-se a serviço do mal, estabelecendo um recenseamento racial listando não apenas filiações religiosas, mas linhagens étnicas que remontavam a gerações, o que permitia não só contar os judeus, mas identificá-los; o estabelecimento dos guetos; a identificação dos campos e dos horários dos trens em direção a estes, tanto os de concentração como os de extermínio; nacionalidade, data de nascimento, estado civil, quantidade de filhos, motivo do encarceramento, características físicas e habilidades profissionais.

Com o recenseamento, o Reich passou a saber quantos judeus se encontravam sob sua jurisdição, assim como a quantidade de alimentos a distribuir: 184 calorias por pessoa por dia. Existia apenas um método para tabular o censo: o sistema Hollerith da

Dehomag. A IBM atuava na Polônia, e sua gráfica que imprimia os cartões perfurados ficava a poucos metros do Gueto de Varsóvia.

Os cartões Hollerith eram divididos em colunas e orifícios. A Dehomag substituiu o cartão padronizado de 45 colunas e adotou o formato de sessenta colunas, cada uma com dez posições horizontais, com seiscentas possibilidades de perfuração estabelecidas de acordo com as informações pretendidas. Por exemplo: as colunas três e quatro reuniam 16 categorias codificadas de prisioneiros, dependendo da posição dos orifícios:

O orifício 3 significava homossexual; o orifício 9, antissocial; orifício 12, cigano; o orifício 8, judeu”. [...] A coluna 34 era rotulada “Razão de Partida”. O código 2 simplesmente significava transferido para outro campo a fim de prosseguir com o trabalho. Morte natural era código 3. Execução, código 4. Suicídio, código 5. O agourento 6 designava “tratamento especial”, termo que em geral significava extermínio, seja em câmara de gás, seja por enforcamento ou fuzilamento (BLACK, 2001, p. 15).

A coluna 22, “Religião”, devia ser perfurada no orifício 1 para protestante, no 2 para católico e no 3 para judeu; as colunas 26 e 27 representavam as várias nacionalidades. Os cartões perfurados – da mesma forma que o número tatuado no braço – identificavam milhares de seres humanos e classificava-os, desumanizando-os. Os escritórios da IBM mantinham cópias dos livros de código para o caso de extravio dos registros das diferentes localidades. E a empresa era fornecedora exclusiva de quase 1,5 bilhão de cartões perfurados, consumidos pelo Reich anualmente para operar as máquinas. A leitura dos cartões perfurados era feita numa máquina conhecida como “leitora”, e depois estes eram classificados em pilhas com base numa série especificada de orifícios, sendo a máquina capaz de produzir o retrato de toda uma população.

Ler o livro *IBM e o holocausto* foi bastante desconfortável e até constrangedor, pois este mostrava a intensidade da participação da empresa na máquina de guerra nazista numa coleta e armazenamento de dados constante, mediante o uso do cartão perfurado e o sistema de classificação de cartões da IBM, uma tecnologia precursora em 1933, executada pela sua subsidiária alemã, para alcançar o intento de exterminar judeus por toda a Europa. A empresa, usando seu próprio *staff* e equipamentos, projetou, produziu e forneceu a assistência técnica de que o Terceiro Reich necessitava para realizar o que nunca antes se produzira: a automação da destruição humana. Black (2001, p. 3-4) afirma, de acordo com suas pesquisas:

As máquinas não eram vendidas, mas alugadas, sujeitas a manutenção e atualização constante apenas por uma fonte: a IBM. As subsidiárias da IBM treinaram oficiais nazistas e seus prepostos em toda a Europa; instalaram escritórios regionais e representações locais em todo o continente sob domínio nazista, cujo provimento de pessoal era assegurado por um fluxo constante e itinerante de empregados da IBM; e esvaziavam fábricas de papel para a produção de 1,5 bilhão de cartões perfurados por ano, apenas na Alemanha.

Os acontecimentos que envolviam a Alemanha nazista com sua violência antisemita e a repressão geral eram conhecidos em toda a América e notícia nas páginas iniciais do *New York Times*, nas transmissões radiofônicas e nos noticiários de cinema de 1933 a 1945. Em 29 de agosto de 1933, por exemplo, o jornal divulgava em artigo de primeira página que existiam na Alemanha 65 campos de concentração brutais com cerca de 90 mil prisioneiros judeus e não judeus. Houve protestos em vários locais nos Estados Unidos, inclusive com frases que diziam para não se fazer negócios com Hitler, mas nada adiantou.

Quando Herman Hollerith criou seus cartões, ele deu a eles as dimensões de uma nota de dólar, segundo Black (2001), talvez sem imaginar que esse monopólio da IBM equivalia a uma “licença para imprimir dinheiro”, que foi o que conseguiu no final: lucros inestimáveis e certos. Ironicamente, a Alemanha podia gastar bastante, pois utilizava para isso os bens usurpados dos judeus, como noticiava em 8 de setembro de 1936 o *New York Times* sob o título “Reich confisca 25% das fortunas dos judeus”. Enquanto a comunidade judaica da Alemanha se perguntava como o Reich podia saber de tudo e de todas as informações financeiras e pessoais, o resto do mundo se estarrecia com o reinado de terror de Hitler. Em 27 de abril de 1938, um decreto determinava que os judeus informassem todas as suas posses, e as máquinas Hollerith tudo registravam.

A IBM continuou durante toda a existência do Terceiro Reich seu compromisso com a Alemanha nazista. Não estamos colocando na empresa a responsabilidade pelo desmembramento do hitlerismo, apenas procuramos ressaltar que esta forneceu as ferramentas tecnológicas de que Hitler necessitava para a realização de seus desígnios e com a rapidez e a eficiência que certamente só lápis e papel não fariam. Thomas Watson e a IBM, juntos ou isoladamente, passaram anos ganhando dinheiro, inclusive em meio à guerra e ao genocídio:

Quando a Alemanha quis identificar os judeus pelo nome, a IBM mostrou-lhes como executar a tarefa. Quando a Alemanha pretendeu usar essa informação para desenvolver programas de exclusão social e expropriação de bens, a IBM forneceu-lhes os recursos tecnológicos [...]. Em última análise,

não havia solução que a IBM não concebesse para um Reich disposto a pagar pelos serviços prestados. Uma solução levava à outra (BLACK, 2001, p. 82).

“Nos primeiros meses de 1940, os exércitos de Hitler assolaram a Europa usando um aparato militar ‘sem paralelo na história da humanidade. *Blitzkrieg* – guerra relâmpago – era mais do que uma palavra” (BLACK, 2001, p. 255). A tropa de assalto terrestre era composta de 100 mil homens, com apoio aéreo e marítimo. Nada podia deter a Alemanha. Todas as manobras e movimentações dessas forças eram controladas pelos sistemas de cartões perfurados da IBM, que detinham todas as informações de combate, munição e movimentos das tropas dos nazistas. Além disso, a IBM de Nova York sabia a localização exata e atualizada de cada uma de suas máquinas do Grande Reich, tanto no sentido de auditar as despesas como de depreciar seus equipamentos espalhados pela Europa: “A IBM, quase que sozinha, trouxe a guerra moderna para a era da informação. Por meio de esforços persistentes, agressivos e resolutos, a IBM praticamente atrelou a ‘blitz’ no *krieg* para a Alemanha nazista. Em termos simples, a IBM organizou os organizadores da Guerra de Hitler” (BLACK, 2001, p. 266).

A relação da IBM com o Reich só apresentaria um declínio em 6 de junho de 1940, quando da invasão de Hitler a Paris. Thomas J. Watson assegurava ao subsecretário de Estado americano, Welles, em Washington que a IBM se livraria dos simpatizantes nazistas. Watson escreveu uma carta relutante a Adolf Hitler devolvendo a medalha que o *Führer* outorgara a ele. A mensagem, enviada por postagem e liberada por Watson para os jornais, declarava: “As atuais políticas de seu governo são contrárias às causas pelas quais tenho trabalhado e em razão das quais recebi esta condecoração” (BLACK, 2001, p. 277). A atitude de Watson seria considerada pelos alemães um insulto ao *Führer* num momento de glória para a Alemanha. Na Dehomag, em Berlim, diz Black (2001), o pandemônio foi completo. Para o governo alemão, a IBM de Nova York e Watson eram considerados apenas uma ameaça externa que ele estava disposto a rechaçar. Mas não era bem assim, uma vez que a empresa não aceitou vender a subsidiária, e o processo arrastou-se por anos mediante negociações que não levavam a uma solução para a IBM.

Todavia, a IBM parecia maior que a guerra, pois ambos os lados (nazistas e aliados) não tinham condições de prosseguir sem a todo-poderosa empresa. Ela era um importante recurso de guerra para os aliados na luta pela liberdade. Assim, a IBM ingressou em fins de 1943 numa fase nova, sendo considerada inclusive crucial no pós-

guerra para controlar a infraestrutura administrativa e econômica da Europa, com valiosas informações para as autoridades de ocupação e repositório de provas condenatórias.

O Reinado de Hitler chegava ao fim. O poderio da IBM, todavia, continuava, conforme Black (2001, p. 500):

A Segunda Guerra Mundial finalmente terminou em 8 de maio de 1945. Quase imediatamente a IBM se apressou em recuperar suas máquinas e contas bancárias em todo o território inimigo. A profusão de histórias poderia compor muitos volumes, mas algo era evidente: não havia desvão onde a IBM não fizesse negócios, e em nenhuma hipótese deixou de auferir seus lucros – país a país.

Ao término da Segunda Guerra, a Europa estava despedaçada, em desordem, e milhões de pessoas de todos os credos e nacionalidades tinham sido mortas. Os sobreviventes, as vítimas e os combatentes, extenuados. A recuperação levaria anos. Contudo, a subsidiária da IBM na Alemanha sofrera poucos danos e estava pronta para retomar o ritmo normal dos negócios: “Suas máquinas tinham sido salvas; seus lucros, preservados; e seu valor como negócio, protegido. Assim, quando findou a guerra, a IBM de Nova York conseguiu reaver sua problemática e valiosa subsidiária alemã, recuperar suas máquinas e ficar com todos os lucros” (BLACK, 2001, p. 531). Desse modo, a Dehomag, empresa de Berlim da IBM, foi acolhida de volta como precioso patrimônio americano, ainda sob o controle de Thomas J. Watson. E a IBM de Nova York retomou o controle total da subsidiária alemã.

Assim, conforme declarou Black, o negócio da IBM nunca foi nazismo, nunca foi antissemitismo, sempre foi dinheiro. Todavia, sua contribuição decisiva para que o mal se perpetrasse foi inegável, bem como sua participação e a do seu CEO e fundador, Thomas J. Watson, representante da subsidiária alemã. Ficaré sempre a dúvida: se os recursos organizacionais nazistas tivessem se limitado apenas a lápis e papel, teria sido eliminada com tanta rapidez uma quantidade tão grande de pessoas da forma como ocorreu?

4.4 Adorno e a dialética negativa

Adorno – sociólogo, musicólogo e compositor alemão integrante da Escola de Frankfurt – sustentava que após Auschwitz era preciso elaborar o passado prejudicado e criticar o presente, evitando que este perdurasse e aquele se repetisse. Ele era comprometido com o trabalho social e com a sociedade de classes.

Em um ensaio de 1949 – Educação após Auschwitz²⁸ –, Adorno declarou que escrever poesia após Auschwitz era um ato de barbárie. A frase causou polêmica, mas permitiu também várias leituras ou interpretações. Acreditamos ser sua intenção mostrar que a história e a literatura em particular não podiam se distanciar ou ignorar o mal causado pelo nazismo. Além disso, seu ensaio é um alerta para as gerações futuras – ao mostrar a violência que o homem é capaz de praticar contra o homem – a fim de a catástrofe não se repetir.

De acordo com Adorno (1995), Auschwitz foi possível porque o homem usou sua subjetividade no momento de agir e por moralmente não haver uma conciliação entre o particular e o universal. Quando se atende a um deles, o outro fica em segundo plano. Adentrando pelo campo da psicologia, percebemos que Hitler e seus aliados foram escravos de sua primeira infância, produtos de uma mutilação, embora circunstância alguma possa atenuar a responsabilidade dos homens que foram punidos por esse genocídio. Levando-se em conta a dimensão dos atos cometidos e o montante dos atingidos, as penas foram pequenas e alcançaram um número insignificante de indivíduos.

A experiência do campo de concentração deixou marcas profundas nos que conseguiram escapar, daí a ocorrência comum de muitos suicídios após a libertação e alguns deles perpetrados anos depois. Conforme Adorno (2009, p. 307), a afirmação de que a morte é sempre a mesma é abstrata e não verdadeira: “A morte nos campos de concentração tem um novo horror: desde Auschwitz, temer a morte significa temer algo pior do que a morte”.

Após a tragédia da Segunda Guerra, ainda de acordo com Adorno em *Educação e emancipação* (1995), só havia uma solução: declarar a morte da arte. Afinal, como seria possível fazer poesia depois do holocausto? Se a humanidade tivesse levado a

²⁸ O mais conhecido texto de Adorno é “Educação após Auschwitz”, palestra proferida por ele em 18 de abril de 1965, na Rádio de Hessen, na Alemanha, e posteriormente incluída em *Educação e emancipação* (1995).

sério tal perspectiva, aí, sim, não haveria mais esperança, seria o fim do mundo civilizado e a aprovação da violência e da barbárie. O homem perdeu com a guerra, inclusive obras memoráveis, porém não cabe neste trabalho estudar o assunto. Podemos, no entanto, ressaltar o esforço de alguns para conservar a beleza, a cultura e a própria civilização quando tudo ao redor desmoronava. Os nazistas destruíram todo o patrimônio histórico construído por anos por tantas nações e povos que demoraram a perceber – ou não quiseram – a sede de destruição e conquista de Hitler. É inegável também, e a história nos mostra, que o homem sempre criou em épocas de terror e violência. Em meio às catástrofes da guerra, parecia loucura que alguns tentassem prezar a cultura e o conhecimento. Sabe-se, por exemplo, que um grupo de amigos tocava Beethoven enquanto os nazistas efetuavam prisões. Nada os demovia. Mesmo sabendo que poderiam ser os próximos a serem atingidos, eles continuavam a tocar.

Uma questão-chave nas ideias de Adorno após a Segunda Guerra gira em torno de como a filosofia pode ajudar para Auschwitz não se repetir. Ele era contra o sistema de governo totalitário, uma vez que este faz do homem um servo do Estado. Consoante Adorno, os campos de concentração representaram a violação de direitos humanos essenciais, como liberdade e justiça; uma ruptura com a ética; um entrelaçamento entre o mal e a ausência de compaixão nas relações humanas. Com base em suas concepções e em sua dialética negativa, o mal é representado por tudo que vá de encontro a essa justiça e liberdade. Assim, cabe ao homem construir uma nova ética que não produza uma herança como a deixada por Auschwitz, que não cede lugar ao perdão, uma vez que este é sinônimo de esquecimento.

Conduzido pelas ideias de Adorno, Seligmann-Silva (2003, p. 108) afirma:

Não há mais aqui nem representação, nem identificação, mas somente uma aproximação atenta daquilo que foge tanto das justificativas da razão como das figurações da arte, mas que deve, porém, por elas ser lembrado e transmitido: a morte sem sentido algum, morte anônima e inumerável que homens impuseram a outros homens – e ainda impõem.

Auschwitz – considerado por vários autores, entre eles Saul Friedländer e Hannah Arendt, o evento crucial do século XX – é uma ruptura entre o homem racional e o irracional, que não vê limites para sua insensatez ou para sua maldade. Destituída de ética, a Alemanha nazista escraviza os judeus para impor um Estado totalitário e acompanhar as diretrizes estabelecidas por Hitler.

Para Adorno (1995), um dos problemas do mundo é ter-se desenvolvido cientificamente e ao mesmo tempo apresentar tanta miséria. Desse modo, ele se questionava como um país tão culto e educado como a Alemanha desembocou na barbárie nazista de Hitler. A preocupação de Adorno devia-se ao fato de ele acreditar ser a educação a base político-social de uma nação. Sua atenção estava centrada no modelo de articulação entre trabalho e formação. Segundo ele, a manipulação das massas no nazifascismo e a expansão das sociedades consumistas seriam exemplos concretos de formas de dominação.

Adorno (1995) aprendeu com Walter Benjamin que a crise da formação cultural constitui uma característica da modernidade, portanto fazia ressalvas ao progresso, considerando-o um caminho de via dupla. Assim, Auschwitz não representaria apenas o genocídio num campo de extermínio, mas a tragédia na sociedade capitalista, sendo a própria sociedade responsável pela sua desumanização.

Conforme Levi, era impossível entender o holocausto – diante de tudo o que viu nos campos e da consciência que teve, após a guerra, da dimensão dos acontecimentos – sob um ponto de vista humano, porque ele não tinha uma perspectiva humana. Ele representava o terror desumano e destruidor. Benjamin dizia (1994, p. 225) que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, pois, segundo ele, todo monumento tinha por trás o sangue do vencido e a brutalidade do vencedor. Certamente ele não se referia apenas à construção das cidades e seus monumentos, mas à construção da civilização.

Em “Experiência e pobreza”, Benjamin (1994) faz também um questionamento sobre o valor da experiência e chega à conclusão, isso em 1933, de que ela não é mais valorizada e que o homem não aprendeu com o passado. Se tivesse aprendido, a Primeira Guerra Mundial, uma das mais terríveis experiências da história, não teria sido suplantada pela Segunda (1939-1945), ainda mais funesta, tão próxima da anterior e superando-a em bestialidade, em violência e dor. A intensidade foi ainda maior em razão do avanço proporcionado pela tecnologia. E acrescenta: “As ações da experiência estão em baixa”. E mais adiante: “A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra” (BENJAMIN, 1994, p. 114, 119).

Se trouxermos a discussão para os eventos que se desenrolam hoje no mundo, como a imigração e as guerras, por exemplo, e se considerarmos ainda que atualmente possuímos mais recursos de divulgação com os meios de comunicação (rádio, televisão, internet), podemos afirmar que a humanidade não aprendeu com seu passado, com a

história, e permite que fatos importantes caiam no esquecimento, o que reiteradamente é tratado por Adorno.

Benjamin (1994, p. 114) pergunta: “Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado hoje por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?” E conclui que em 1933 já está claro que as ações da experiência estão em baixa. Percebia-se que os combatentes da Primeira Guerra voltaram silenciosos dos campos de batalha, “pobres em experiências comunicáveis” (BENJAMIN, 1994, p. 115).

O filósofo alemão considera que os homens anseiam libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar sua pobreza externa e interna. Benjamin (1994, p. 119) conclui que ficamos mais pobres: “Abandonamos, uma depois da outra, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’. A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra”. Sua profecia concretiza-se alguns anos depois na Segunda Guerra Mundial.

Benjamin informa em seu trabalho que, nos dez anos após a guerra, o mercado literário mundial sofreu uma avalanche de obras que não continham “experiências transmissíveis de boca em boca”, uma vez que nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a “experiência estratégica pela guerra de trincheiras; a experiência econômica pela inflação; a experiência do corpo pela fome; a experiência moral pelos governantes. E no campo de forças de correntes e explosões destruidoras estava o frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIN, 1994, p. 115).

Para Adorno (1995, p. 39), o nazismo “insuflou desmesuradamente o narcisismo coletivo ou para falar simplesmente: o orgulho nacional” e, em consequência, o antissemitismo coletivo. Ele chama a atenção para uma deturpação das teorias de Freud bem como para a repressão da psicanálise na Alemanha, enquanto para ele esta deveria, na verdade, indicar o caminho ao homem. Talvez essa aversão dos alemães à psicanálise não se deva apenas ao fato de Freud ser judeu, mas porque a “psicanálise consiste exatamente naquela autoconsciência crítica que enfurece os antissemitas” (ADORNO, 1995, p. 46). Para confirmar esse ponto de vista sobre a aversão à psicanálise, Adorno (1995, p. 47) menciona uma história que contaram a ele: “Uma mulher, após assistir a uma dramatização do *Diário de Anne Frank*, declarou: ‘Bem, poderiam ao menos ter poupado esta menina’. De acordo com ele, o verdadeiro antissemita é definido pela

completa incapacidade de fazer experiência. Assim, acreditamos ser o holocausto o fruto da não aceitação do outro e da incapacidade de respeitá-lo da forma que se apresentasse – com religião, hábitos e maneira de viver diferentes.

Sobre o fascismo, Adorno pensava (1995): “Lembremos às pessoas o mais simples: que o revigoramento direto ou indireto do fascismo representa sofrimento e miséria num regime autoritário, e, em última análise, provavelmente a hegemonia russa sobre a Europa”. Dessa forma, para ele, instalar-se-ia uma política catastrófica.

Embora o próprio Adorno falasse de dialética negativa no sentido literal do termo, seu ponto de vista não era para o catastrofismo. Sua intenção era alertar para os males decorrentes do apego à vida material e à tentativa sempre latente para o esquecimento do passado e a minimização da tragédia. Ele se preocupava com a estetização da barbárie, ou seja, com o fato de o homem valorizar demais a estética e não atentar para a selvageria escondida nas ações praticadas. O cinema, por exemplo, pode provocar esse tipo de atitude ao permitir falsear ou distorcer imagens e fatos, mas o relato dos testemunhos aproxima-se da verdade e, conseqüentemente, dos relatos históricos. Os documentos dos próprios nazistas, amantes da burocracia e da racionalidade, reforçam as informações.

Em conformidade com Adorno (1995), era preciso levar a sério a educação política, uma vez que a experiência concreta não apontava boas soluções. Ele considerava ainda que o passado só estaria plenamente elaborado no instante em que estivessem eliminadas as causas do que passou, e acreditava ser essencial o estudo da filosofia na formação de professores e o respeito aos intelectuais, desrespeitados pelo nazismo.

Qualquer debate sobre meta educacional, segundo Adorno, teria de dar importância ao propósito de não permitir que Auschwitz se repita. Considerava essencial e premente, portanto, atentar para as condições ou os fatos que geraram essa barbárie; desbarbarizar por meio da educação. Esta era a base do seu pensamento. Repetia sempre que o centro de toda educação é política. Para ele, a educação é em si uma ação política. Afirma Adorno (1995, p. 121):

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos [assassínios em massa]; é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos.

Esse problema teria para Adorno relação direta com a educação, devendo ser esta uma autorreflexão crítica preocupada com a formação do caráter. Sua afirmação, segundo ele, tomava como base as ideias de Freud, para quem o caráter se formava na primeira infância. Ainda considerando essa premissa, Adorno defendia a necessidade de a educação infantil²⁹ ser prioridade. E propunha que fossem utilizados todos os métodos disponíveis, em especial a psicanálise, durante anos para estudar os culpados por Auschwitz ou, mais especificamente, pesquisar como uma pessoa se torna assim.

Essa proposta de Adorno se dá alguns anos depois do término da guerra, quando ainda era possível estudar os nazistas, pois, em sua avaliação, eles sequer demonstraram remorso. Essa mesma avaliação foi feita por Arendt e por outros estudiosos do holocausto e confirmada pelos testemunhos de sobreviventes nos julgamentos de nazistas. A indiferença era um traço marcante dessas pessoas – a burocracia apenas acentuou tal comportamento e favoreceu o aparecimento dos “assassinos de gabinete”, expressão citada por Adorno na palestra “Educação após Auschwitz”. Investigações com assassinos em massa mostraram que existem mecanismos que levam os sujeitos a cometerem atrocidades, e a psicologia hoje é farta em estudos e exemplos. Adorno postulava ainda (1995, p. 123):

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes.

Segundo Adorno (1995), os homens tinham de se preocupar com as lutas pelo poder, caso contrário o horror subsistiria. Do mesmo modo, ele era contra todos os coletivos e o poder cego da coletivização, pois havia uma sede de destruição do particular e individual, fazendo entrar em ação o coletivo.

Com base em suas ideias e nas de outros estudiosos, os crimes contra a humanidade na perspectiva do holocausto nazista repetem-se em razão dos contextos sociais e políticos. Assim, se as sociedades não mudarem, outros genocídios ocorrerão. E a história tem registrado essa premissa. A cada dia, milhares de inocentes são dizimados em guerras, como a da Síria, apesar do progresso, do esclarecimento, do

²⁹ Conforme informação de Hellmut Becker em debate com Adorno (1995) sobre educação, a Alemanha inventou o jardim de infância (*Kindergarten*), tornando-se por isso mundialmente famosa.

humanismo tão propalado. A literatura de testemunho em diferentes lugares e contextos mostra essa realidade.

4.5 Como falar de ética quando se trata de Auschwitz?

A ética – como conjunto de regras e preceitos essenciais ao ser humano, ao grupo social e à sociedade – é de vital importância nas relações com o outro. No entanto, na estrutura política nazista, responsável pela limpeza genética da raça ariana, os campos de concentração e de extermínio não se pautavam por esses preceitos. Ao contrário, os nazistas rompiam com as determinações da ética e do respeito aos direitos humanos. Desse modo, zelar pela integridade biológica do povo alemão, “contaminado pelos judeus”, era a missão precípua do Reich. A exterminação do povo judeu seria apenas a consequência desse objetivo do Estado nazista. Nesse sentido, Benjamin argumenta (2013, p. 59): “Qualquer que seja a forma como uma causa atua, ela só se transforma em violência no sentido mais forte da palavra quando interfere com relações de ordem ética. São os conceitos de Direito e Justiça que delimitam a esfera dessas relações”. E na guerra quem determina são os poderosos.

Se considerarmos as condições dos campos e dos guetos, rebelar-se só trazia prejuízos para o próprio prisioneiro. Apenas o empenho e a luta de cidadãos nos diversos países atacados, que não eram prisioneiros, surtiram efeito, tal como as resistências francesa e inglesa ao domínio alemão. Mais que o ódio dos alemães aos judeus, o que alimentou o holocausto foi a indiferença ao que estava acontecendo a esse povo. Interesses, ideologia e ambição de tornar a Alemanha o país mais poderoso da Europa facilitaram o domínio nazista. A elite científica, indiferente à moral, à ética e à religião, preocupava-se em primeiro lugar com o progresso científico, não se importando com o preço a pagar. Isso preparou o caminho para o que acreditavam ser uma seleção nas universidades, que aos poucos foram excluindo os judeus de seus quadros em prol da “limpeza das universidades e a pureza da ciência alemã” (BAUMAN, 1998, p. 154).

Os nazistas – e aqui não podemos incluir todo o povo alemão, embora tenham uma grande parcela de culpa – não tinham ética alguma. Tudo era feito com o intuito de que o judeu pagasse (não se sabe exatamente o quê), mas basta retomar a frase de Hitler quando assume o poder e também citada por Kustin: “Os judeus são culpados de tudo”.

Do mesmo modo, ao se analisar a “ética” nos campos, pensamos no tratamento dispensado aos judeus; na vida degradante a que estes foram obrigados a se submeter; na forma como eram eliminados. Não tinham dignidade nem na vida nem na morte. O objetivo do nacional-socialismo alemão – o genocídio dos judeus da Europa – reforça essa concepção. Os relatos dos sobreviventes mostram a dicotomia dor e sofrimento em contrapartida à falta de consciência e arbitrariedade.

Sobre a dignidade assim se pronuncia Agamben (2008, p. 75):

Também os nazistas recorrem, com referência à condição jurídica dos judeus depois das leis marciais, a um termo que implica a dignidade: *entwürdig*. O judeu é o homem que foi privado de qualquer *Würde*, ou seja, de qualquer dignidade: apenas homem – e precisamente por isso, não homem. [...]. Também por isso, Auschwitz marca o fim e a ruína de qualquer ética da dignidade e da adequação a uma norma (AGAMBEN, 2008, p. 76).

A que espécie pertence o prisioneiro do campo de concentração? Não à humana, pois perdeu toda a dignidade, toda a esperança, todo o discernimento do que é viver. Como sobreviver física e espiritualmente às condições impostas? A única saída parecia ser as chaminés.

Como expõe Spiegelman em *Maus* (2009, p. 204): “Por mais que eu faça, parece pouco em comparação com sobreviver a Auschwitz”. Não que alguém deva ser admirado porque sobreviveu, até porque a escolha de quem sobrevivia ou morria era aleatória, conforme o autor afirma. À esquerda, “a vida”, mesmo sendo esta o campo de concentração; à direita, o caminho direto, sem escapatória, para a câmara de gás.

Um dado histórico que não podemos deixar de considerar é que esse acontecimento histórico não afetou apenas os judeus. Vinte milhões de pessoas foram aniquiladas a mando de Hitler, entre elas 6 milhões de judeus, pois era este povo que ele pretendia *exterminar*. O número restante incluía ciganos, aleijados, homossexuais e os contrários ao regime nazista.

De acordo com Bauman (1998, p. 14), o holocausto está ligado à natureza da modernidade e à situação da Alemanha de então:

As raízes do horror, dizem, devem ser procuradas e serão encontradas na obsessão de Hitler, na subserviência dos seus capangas, na crueldade dos seus seguidores e na corrupção moral semeada por suas ideias; talvez, se procurarmos um pouco além, possam ser encontradas também em certos aspectos peculiares da história alemã ou na particular indiferença moral do alemão comum – atitude que nada tem de espantosa face ao seu aberto ou latente antissemitismo. [...] é uma ladainha de revelações sobre o odioso Estado chamado Terceiro Reich, sobre a bestialidade nazista e outros

aspectos da “doença alemã” que, acreditamos e somos instigados a continuar acreditando, “vai contra a índole do planeta”.

No entanto, se justificarmos dessa forma, colocaremos a culpa apenas nos alemães e tiraremos a responsabilidade de todas as outras nações envolvidas, não importa a intensidade das participações. Além disso, o que dizer sobre os crimes que continuam sendo perpetrados pela “humanidade” em prol dos mais diferentes motivos, muitos deles sem nenhuma justificativa plausível? Como justificar tanta guerra e desumanidade em todo o mundo até hoje, num processo infinito e sem limite?

Assim, as análises de Bauman (1998, p. 15) buscam trazer “as lições sociológicas, psicológicas e políticas do holocausto à autoconsciência e à prática das instituições e dos membros da sociedade contemporânea”. Visto sobre esse prisma, o holocausto seria “mais um item (embora de destaque) numa ampla categoria que abarca muitos casos ‘semelhantes’ de conflito, preconceito ou agressão” (BAUMAN 1998, p. 20). E, como qualquer outro conflito de mesma natureza, considerado até “normal” se levarmos em conta milhares de outros na história da humanidade – a escravidão, as cruzadas etc. Sob o prisma dos judeus, a tentativa de exterminá-los tem uma dimensão mais larga, decisiva e abrangente.

Tomemos emprestado o pensamento do filósofo, político e advogado anglo-irlandês Edmund Burke de que “a única coisa necessária para o triunfo do mal é que os homens bons não façam nada”. Nesse sentido, o povo alemão, considerado civilizado, permitiu que todas as barreiras fossem rompidas a fim de atender a esse propósito. Todos se deixaram corromper pelas mais diferentes razões, das mais desprezíveis àquelas geradas pelo pavor ao regime nazista. Contudo, nenhuma das razões já enumeradas dá conta da intensidade dos fatos, pois o ressentimento contra os judeus não era suficiente para desencadear esse processo de destruição. Nada explica o genocídio, sejam razões pessoais sejam grupais, sociais, psicológicas, políticas. A verdadeira razão permanece uma incógnita, e as raízes do antissemitismo, sabemos, são longínquas. Da mesma forma, não há explicação para tantas atitudes de violência e intolerância que cresceram mesmo após a experiência da Segunda Guerra Mundial. O homem não aprende nem evolui com seus erros, mas acaba por perpetuá-los.

O mal prolifera com muita rapidez em sociedade, e em cada indivíduo parece existir uma centelha de maldade aguardando para ser despertada. Só depende das circunstâncias, pois a fronteira que separa o bem do mal é tênue e se rompe com

facilidade. Ética e princípios morais são necessários para que o homem controle seus instintos violentos. Dalrymple (2015, p. 30) assim se pronuncia sobre o mal:

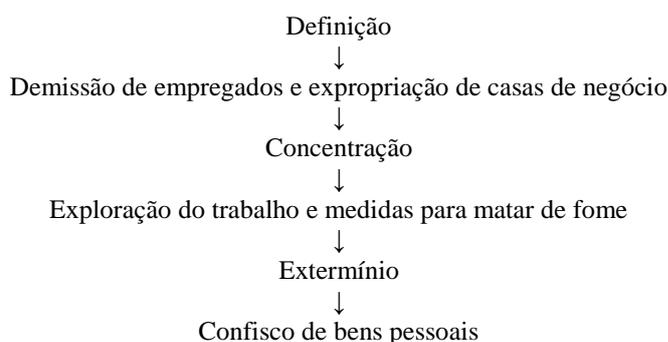
Talvez a característica mais alarmante desse mal de baixa patente e altamente endêmico, justamente aquele tipo de mal que nos aproxima da concepção de pecado original, seja o fato de ser espontâneo e não ser compulsório. Ninguém obriga que as pessoas o cometam. Nos regimes ditatoriais mais horrendos, parte do mal que as pessoas comuns perpetram elas o fazem por medo de não o cometerem. Nesses lugares, fazer o bem requer heroísmo. [...] O mal é livremente escolhido.

Não há como negar a capacidade do homem para o mal quando se olha para a história da humanidade e para o caminho que os povos percorrem em direção ao futuro. E ironiza Dalrymple (2015, p. 307):

Na visão de mundo psicoterapêutica adotada por todo bom progressista, o mal simplesmente não existe; temos apenas vitimização. O ladrão e o roubado, o assassino e o assassinado, são todos vítimas das circunstâncias, subjugados e unidos pelos acontecimentos. As futuras gerações (espero) acharão curioso como, justamente no século de Stálin e Hitler, pudemos ser tão veementes em nossa obstinada negação quanto à capacidade do homem para o mal.

A mesma dificuldade de explicar ou tentar entender o holocausto é sentida pelo seu grande historiador – Raul Hilberg (apud BAUMAN, 1998, p. 106), que pergunta: “Vocês não ficariam mais felizes se eu pudesse mostrar que todos os que perpetraram [o crime] eram loucos?” No entanto, não há uma explicação única e plausível para os fatos. Hilberg (apud BAUMAN, 1998, p. 219-220), considerado a maior autoridade na história do holocausto, enumera “os passos que levaram ao gradual silenciamento das inibições morais e ao desencadeamento do mecanismo da destruição em massa:

Na sua forma completa, um processo de destruição numa sociedade moderna será então estruturado como mostra este quadro:



[...] é, portanto, inevitável que uma burocracia – não importa quão descentralizado o seu aparato ou quão não planejadas as suas atividades – empurre suas vítimas através desses estágios.

Toda a logística foi usada para eliminar o judeu da Europa.

Os relatos de que muitas vezes os comboios transportando os judeus para algum campo eram parados pela população, que tirava deles os poucos pertences que ainda levavam, reforçam a crença de que o povo alemão sabia o destino que seria dado aos judeus: a exterminação, daí a inutilidade dos pertences que os judeus ainda carregavam. Assim, “a pesquisa histórica recente tem cada vez mais revelado a ignorância alemã do destino dos judeus como uma construção mítica do pós-guerra” (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 610). Não há como falar que os alemães ignoravam o que estava sendo feito. Sabiam e foram omissos porque o antijudaísmo existia e era propalado por muitos, talvez não com o ódio mortal com que Hitler o perpetrava. M. Phayer, citado por Friedländer (2012, p. 614-615), afirma:

Tanto os sacerdotes protestantes quanto os católicos sabiam que os trens transportando judeus do Reich e de toda a Europa para a “Polônia” não os levavam para os campos de trabalho, e sim para a morte. Os religiosos que, após a guerra, declararam não ter conhecimento do que acontecia, como o cardeal Bertram ou o bispo Gröber, por exemplo, simplesmente mentiram. [...] A conferência dos bispos rejeitou a ideia de apresentar a petição [como também não fez referência direta ao extermínio] e apenas emitiu uma carta pastoral advertindo os católicos alemães a respeitar o direito dos outros à vida e também o dos “seres humanos de outras raças e origem”.

As vãs tentativas que a Igreja Confessional fez de deter o avanço do extermínio geraram para ela ameaças do chefe da chancelaria de Hitler, que a ameaçou, exortando-a a manter-se dentro dos limites de sua profissão, sem se imiscuir em questões de política em geral (FRIEDLÄNDER, 2012, p. 616). As tentativas de algumas igrejas de propagar o que estava sendo feito com os judeus só geraram mais ameaças e medo.

Lévinas – um dos maiores filósofos judeus do século XX, mencionado ao lado de Martin Buber e Walter Benjamin – considera que a ética está em primeiro lugar na filosofia, sendo toda ela baseada na relação absoluta com a alteridade. Ele descreveu sua biografia, segundo esclarece Hutchens (2007, p. 9) como o “pressentimento e a lembrança do horror nazista”, e dedicou *Autrement qu’etreaudela de l’essence* (1974) aos 6 milhões de judeus mortos durante o holocausto. Foi no tempo que passou no campo de trabalhos forçados para prisioneiros de guerra que Lévinas escreveu *Da*

existência ao existente. Ele afirma que a ética tradicional precisaria de uma revisão e a propõe com base em quatro afirmações:

- 1) A relação entre o eu e uma outra pessoa é o contexto básico em que os problemas éticos devem ser examinados.
- 2) A responsabilidade do eu pelo outro é mais básica (“pré-originária”) que sua liberdade e vontade.
- 3) O bem a que é dirigida a responsabilidade pela outra pessoa tem prioridade sobre a Verdade que o eu livremente decide buscar.
- 4) Uma ética da responsabilidade, e não a “ontologia” da liberdade, deve ser a “primeira filosofia” que inspira o resto da investigação filosófica (HUTCHENS, 2007, p. 18-19).

Considerando o pensamento de Lévinas sobre a responsabilidade ilimitada com o outro e que esta deve vir antes mesmo da liberdade, observamos a semelhança de suas ideias com teorias psicológicas voltadas para o outro. Concordamos com ele e acreditamos estar a ética diretamente relacionada às condições que desencadearam os horrores do holocausto e exerceram influência no modo de vida de toda uma geração. Afinal, uma ação para ter mérito moral precisa ser boa para nós mesmos e para os outros, sendo a caridade e a busca pela justiça uma forma de amenizar os conflitos.

No campo, de forma mais intensa, o outro era negado em sua alteridade e afirmado em sua diferença. A ética não tinha sentido para os nazistas porque ia contra suas ideias de dominação, de subjugação e, por último, de eliminação do povo judeu. O ódio e o antissemitismo geraram vítimas em todas as nações europeias envolvidas na guerra.

Ler Lévinas é antes de tudo aprender a abrir-se para a gratidão e o respeito ao outro, que significa, antes de tudo, justiça e respeito à declaração dos direitos humanos. Ao atribuir relação entre a justiça e o amor, Lévinas (2004, p. 148) afirma que o amor deve sempre vigiar a justiça: “Na teologia judaica – não sou orientado explicitamente por essa teologia – Deus é Deus da justiça, mas seu atributo principal é a misericórdia. Na linguagem talmúdica, Deus sempre se chama *Rachmana*, o Misericordioso: todo este tema é estudado na exegese rabínica”.

Para Araújo (2005), a ética é, em síntese, o estudo da moralidade do agir humano, e a reflexão ética visa propiciar argumentos humanos para o afrontamento do erro, da desordem e da violência. Um tema essencial objeto da ética é a problemática do mal. Para ajudar a debelá-lo, o bem traduz-se socialmente em um ideal de justiça a um só tempo individual e social, devendo, portanto, haver uma relação direta entre ética e política com o intuito de salvaguardar a liberdade e os direitos humanos.

“O mal é essencialmente tudo quanto destrói a plena realização de cada ser humano, desde o que elimina a sua autonomia fundamental, a sua dignidade, valor intrínseco, sem equivalente e, por consequência, sem preço” (ARAÚJO, 2005, p. 27). É o mal muitas vezes irreversível e irreparável, como as consequências das ações humanas contra os judeus na Segunda Guerra o mostram. A liberdade humana, por mais estranho que pareça, com sua falibilidade e debilidade, transforma ações que se configuram em ódio, injustiça, violência e sofrimento, sendo o mal fruto de decisões. Araújo menciona que usa o termo fraternidade isento de caráter religioso, pois assim pode alcançar melhor eficácia na promoção de um altruísmo racional. Quando se trata do holocausto, a ação humana foi determinante para a ajuda na solução dos problemas, e muitos ajudaram, com fraternidade e empatia, a salvar pessoas da morte nos campos de concentração. Araújo (2005, p. 28) afirma que “não há política legítima, nem economia solidária sem ética, ainda que esta necessite de ambas para que realmente se realize integralmente na busca da construção de sociedades justas”.

Para existir uma ética de convicção responsável é fundamental reconhecer princípios mínimos de justiça em que sejam respeitados os valores de liberdade, igualdade e solidariedade, os direitos humanos e a atitude dialógica. Araújo (2005, p. 86) considera o dilema moral contemporâneo intermediado pelo debate entre kantismo³⁰ e utilitarismo³¹ e em torno da tradição religiosa, na qual se destacam Emmanuel Lévinas, baseado no judaísmo talmúdico e autores de raiz cristã, como Paul Ricoeur.

Outro estudioso a falar de ética foi Alain Badiou (1995), que a concebe em relação ao mal. Nesta tese, consideramos a ética, com base nesse autor, como a capacidade de distinguir o mal (o negativo). Além disso, é só a partir do bem que podemos conceber o mal. Nesse sentido, afirma Badiou (1995, p. 24):

Os direitos humanos são os direitos ao não-Mal: não ser ofendido ou maltratado em sua vida (horror à morte e à execução), em seu corpo (horror à tortura, às sevícias e à fome) nem em sua identidade cultural (horror à humilhação das mulheres, das minorias, etc.).

³⁰ Doutrina do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804, que procura estabelecer os limites e a legitimidade das potencialidades cognitivas da razão, bem como mostrar as condições de possibilidade apriorísticas do conhecimento e da legislação moral como características essenciais à constituição universal do espírito humano.

³¹ Teoria desenvolvida na filosofia liberal inglesa, em especial por Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873), que considera a boa ação ou a boa regra de conduta caracterizáveis pela utilidade e pelo prazer que podem proporcionar a um indivíduo e, por extensão, à coletividade.

No campo, por exemplo, a luta pela sobrevivência torna muitos homens indiferentes a qualquer Bem. Ao buscarmos um interesse, só sua concretização, ou seja, alcançá-lo, realizá-lo, é que o legitima.

O mal pode ser exemplificado, na concepção de Badiou (1995) – e com ele concordamos plenamente – pelo extermínio dos judeus da Europa pelos nazistas. Desse modo, a palavra exemplo pode ter um sentido positivo, mas, nesse caso, temos a palavra em seu sentido negativo e incomensurável do mal. Essa seria a forma absoluta do mal. E Hitler simbolizou a concepção do mal. O extermínio e os nazistas são únicos, e compará-los, seja com o que for, constitui uma profanação.

Badiou (1995, p. 74) diz de forma incisiva: “A medíocre categoria do totalitarismo foi forjada para reunir sob um único conceito a política nazista e a política de Stalin, o extermínio dos judeus da Europa e as deportações e os massacres na Sibéria”.

Na atualidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos busca orientar o agir humano considerando princípios da solidariedade e da responsabilidade com o objetivo de promover o desenvolvimento humano sem exclusões, o que mostra que a justiça e a fraternidade são, antes de tudo, princípios humanos e não religiosos.

4.5.1 A ética no campo

A ética assume nova dimensão no campo de concentração: “Tudo pode ser roubado; aliás, é, automaticamente, roubado ao menor descuido, e para evitar isso tivemos que aprender a arte de dormir apoiando a cabeça numa trouxa feita com o casaco e contendo todos os pertences, da gamela até os sapatos” (LEVI, 1988, p. 43). A ética nos campos tem novo limite, sendo sua fronteira demarcada de acordo com o instinto de sobrevivência, a fome, a sede e o frio.

Os regulamentos entram em choque com quaisquer ideias que se tenha sobre direitos humanos, se é que se pode falar disso em situações de domínio de poder como o dos nazistas, verdadeiros predadores do homem e submetidos a desejos cruéis. Em vários trechos do livro, Levi (1988, p. 43) enumera a infinidade de regulamentos e proibições do campo: aproximar-se a menos de dois metros do arame farpado; dormir com o casaco ou sem ceroulas ou com o boné na cabeça, bem como o uso deste em locais fechados; usar os lavatórios e as privadas dos chefes (*Kapos*) e dos cidadãos

alemães (*Reichsdeutsche*); não tomar duchas nos dias estabelecidos ou tomar fora desses dias; sair do bloco com o casaco desabotoado ou com a gola levantada; usar por baixo da roupa papel ou palha para se proteger do frio etc.

No campo, na fábrica e fora desses dois ambientes, o comportamento era medido de forma relativa: o roubo na fábrica era punido pelas autoridades civis e incentivado pelos SS; o roubo no campo era severamente reprimido pelos SS e considerado pelos civis como operação normal de troca; quanto ao roubo entre os prisioneiros, em geral sua punição era igual para o ladrão e para a vítima. Levi (1988, p. 125-126) fala sobre essa ética e o mal em um dos trechos:

Desejaríamos, agora, convidar o leitor a meditar sobre o significado que podiam ter para nós, dentro do Campo, as velhas palavras “bem” e “mal”, “certo” e “errado”. Que cada qual julgue, na base do quadro que relatamos e dos exemplos que relatamos, o quanto, de nosso mundo moral comum, poderia subsistir aquém dos arames farpados.

Em 1986, Levi – como fizera com o título de sua obra *É isto um homem?* – usa novamente a ironia para expressar-se: “De fato, interessam-me a dignidade e a falta de dignidade do homem”, declara em entrevista a Bárbara Kleiner (AGAMBEN, 2008, p. 55).

Todos os chefes do campo parecem se esquecer de tudo o que é correto e ético. Não pensam ou refletem a respeito das ordens recebidas, somente as executam. Naqueles dias, não era fácil para ninguém ser bom. Na guerra, até as crianças cresciam depressa, antes de terem realmente crescido. O sofrimento as fazia amadurecer rapidamente. As que escaparam guardaram sequelas desse tempo.

Como em tudo no campo, a estrutura social sustenta-se na opressão dos privilegiados sobre os não privilegiados, embora todos sejam prisioneiros. De uma forma ou de outra os prisioneiros se desumanizaram: se não por imposição, por letargia diante da dor alheia. Contudo, desumano mesmo foi o que fizeram com todos que ali estavam. A dominação envolve sempre a exploração de um ser por outro, havendo sempre fracos e fortes, dominados e dominadores, vencidos e vencedores, e no campo não é diferente. A igualdade de direitos torna-se relativa na guerra. No campo ninguém era impelido a ajudar os outros. Quando isso ocorria, nem sempre a ajuda era reconhecida ou trazia de volta algum benefício. A compaixão entra em choque com a sobrevivência.

Há considerações de Adorno e Horkheimer (2014, p. 135) sobre o poder daquele que se sente superior ou que domina o mais fraco que podem ser transpostas para o poder exercido pelos nazistas sobre os judeus nos campos:

Quem está inferiorizado atrai sobre si o ataque: o maior prazer é humilhar aqueles que já foram golpeados pelo infortúnio. Quanto menor o risco para quem estiver em posição de superioridade, mais tranquilo o prazer proporcionado: é só diante do desespero total da vítima que a dominação fica divertida [...].

O judeu que se torna chefe do campo representa, de forma paradoxal, o mal que condena nos antissemitas e nos nazistas e utiliza a mimese para reproduzir práticas que condena e as quais sofre. Portanto, a solidão mórbida que assola o prisioneiro atrai sobre si a revolta dos outros, que não encontram outra maneira de sobreviver a não ser resguardando até mesmo os pensamentos mais íntimos.

Ao avaliarmos a forma como os nazistas subjugarão os judeus, tomamos novamente emprestado o que diz Adorno e Horkheimer (2014, p. 37): “A opressão da sociedade tem sempre o caráter da opressão por uma coletividade. É essa unidade de coletividade e dominação e não a universalidade social imediata, a solidariedade, que se sedimenta nas formas do pensamento”. Para eles, a dominação da natureza reproduz-se desde o início da civilização cristã quando esta preceitua a proteção dos mais fracos em detrimento do servo forte. Da mesma forma, o desamparo da mulher dava lugar à sua opressão. No campo de concentração, as mulheres sofreram ainda mais com esse tipo de dominação. Além de serem maltratadas, exploradas e afastadas dos filhos, muitas presenciaram a morte destes.

As dificuldades extremas do campo alteravam inclusive o temperamento das pessoas, em especial daquelas que já tinham propensão à depressão ou ao isolamento. Mesmo vivendo amontoadas e confinadas a espaços muito restritos e submetidas diariamente a esforços sub-humanos, as pessoas pensavam em continuar vivas. Para muitos, sobreviver representava a melhor vingança. Por isso lutavam por uma colher, uma caneca, um pedaço de pão seco.

As necessidades imediatas fazem os prisioneiros preocupar-se apenas com eles próprios e com sua sobrevivência. Desse modo, o grupo não forma um todo orgânico, pois não há relações sociais, tendo em vista que o compartilhamento do espaço coletivo não chega a representar exatamente uma relação. Essa compartimentação faz da solidariedade um ato passageiro ou superficial que o indivíduo só realiza quando não se

sente prejudicado. Em alguns momentos, porém, subjaz a necessidade, ou o desejo, de viver socialmente; o espírito de nobreza é mascarado ou simplesmente desaparece, dando lugar ao endurecimento causado pela fome, pelo cansaço ou pelo trabalho excessivo e sub-humano. Nos campos de concentração, somente após supridas as necessidades primárias é que surgem as relações solidárias.

Essa experiência funesta que foi o nazismo não poderia gerar uma reação distinta no homem. Acreditamos, como Levi (1988, p. 128), que “frente à pressão da necessidade e do sofrimento físico, muitos hábitos, muitos instintos sociais são reduzidos ao silêncio”.

No entanto, o ser humano dispõe de uma imensa diversidade de sentimentos, reações, tendências e inclinações, fazendo com que se dividam entre os que salvam e os que afundam; os bons e os maus; os sábios e os tolos; os covardes e os valentes; os azarados e os afortunados; os heróis e os ditadores; os propensos ao bem e os inclinados ao mal. Mas ao lado disso as circunstâncias são um determinante essencial. Essas diferenças às vezes passam despercebidas em situações normais de vida, mas se sobressaem em situações-limite, como, por exemplo, as dos homens colocados em campos de concentração. Da mesma forma, uns desistem logo ou não têm condições físicas, psicológicas e espirituais de resistir, enquanto outros encontram forças que jamais acreditariam possuir.

No contexto social, ou as máscaras caem ou são colocadas. E os países são considerados mais civilizados quanto mais suas leis são sábias e eficientes, capazes, portanto, de impedir “ao miserável ser miserável demais, e ao poderoso ser poderoso demais” (LEVI, 1988, p. 129). No contexto do campo, por sua vez, cada prisioneiro lutou a seu modo. A regra era: sobreviver a qualquer preço, e cada um em sua solidão fez o que pôde para manter-se vivo.

A narrativa de Levi prossegue e faz uma crítica aos próprios judeus: “Os ‘proeminentes’ judeus constituem um triste e notável fenômeno humano. Convergem neles os sofrimentos presentes, passados e atávicos e a hostilidade ao estrangeiro, assimilado por tradição e educação, para fazerem deles monstros de insociabilidade e insensibilidade” (LEVI, 1988, p. 133). Isso ocorre quando os homens em situações extremas recebem algum poder ou privilégio. Para mantê-lo, são capazes de fazer o pior; e quanto maior o poder, mais é exigido deles. Para Levi, esses homens foram resultado do campo de concentração alemão, que exigia em troca trair os companheiros. Eles têm consciência de que, se não fizerem o que pedem, passarão para o lado dos mais

frágeis e serão substituídos. Não há escolha possível. Contudo, mesmo isso não impediu que heróis e corajosos preferissem proceder de outra forma ante o perigo. Conforme a história registra.

Havia também os “proeminentes” não judeus, ou seja, criminosos comuns, mas arianos. Estes disputavam entre si a brutalidade ímpar com os prisioneiros, uma violência gratuita, que mais se intensificava quanto mais fraco fosse o *Häftling*. E no campo todos esses tinham um cargo, mesmo que fosse dos mais simples.

Existia ainda outro grupo bem diferente, aqueles que sofriam juntos, que se solidarizavam diante da morte e do sofrimento, que, embora não pudessem ajudar o outro, ao menos não acentuavam sua dor. Cada um deles padecia de solidão no meio do grupo. Era impossível partilhar a dor; cada um desenvolvia um sentimento e uma forma diferente de vivê-la. Levi mostra isso nos seus relatos³² (ao todo, nove livros, além das conferências que proferiu ao voltar da guerra. Sua obra é considerada uma das mais significativas sobre o holocausto judeu).

Os menos favorecidos, como ele, diz Levi, tinham de lutar com suas próprias forças para sobreviver: “Era preciso nadar contra a correnteza, travar batalha a cada dia, a cada hora, contra o cansaço, a fome, o frio e a inércia resultante disso” (LEVI, 1988, p. 135). A cada um coube a escolha de como fazer para sobreviver. Levi acrescenta: “Muitíssimos foram os meios que imaginamos para não morrer: tantos quantos são os temperamentos humanos” [...] era praticamente impossível sobreviver sem renunciar a nada de seu próprio mundo moral; isso foi concedido a uns poucos seres superiores, da fibra dos mártires e dos santos” (LEVI, 1988, p. 135-136). Levi mostra admiração especial por alguns que, embora entrassem “no campo como todos: nu, sozinho e desconhecido”, mantinham uma “energia disciplinada e metódica”, conservando-se, dentro do possível, limpos e com a camisa lavada (o que significava achar o sabão, tempo e espaço para lavá-la e vesti-la ainda molhada, evitando que fosse roubada), com uma “tenacidade incrível, pagando cada compra, cada serviço com o pão da sua própria ração e sujeitando-se, portanto, a uma dieta ainda mais dura” (LEVI, 1988, p. 137-138).

De acordo com Levi e outras testemunhas, os intelectuais sofriam de modo especial no campo porque não encontravam escape para suas necessidades mentais e se questionavam a respeito do que acontecia em relação à guerra, além do fato de não se

³² Mal sabia Levi que todo esse trabalho não seria suficiente para levá-lo a esquecer: menos de dois meses antes da publicação de seu último livro, ele se suicida (há controvérsias). Levi nasceu (1919) e morreu (1987) em Turim, na Itália. Ele escreveu ainda poemas, novelas e contos.

aventurarem a negociar, o que dificultava sua sobrevivência. Essa necessidade de aprender a negociar, de se enfrontar pelas vias ilegais – às vezes violando a própria ética, ou seja, não se limitando apenas ao que o campo fornecia – é exposta também na narrativa de Kulka (2014).

Para Levi, outros como ele, por exemplo, foram utilizados em algumas necessidades do campo ligadas à formação intelectual, mas foram poucos, e mesmo assim não gozaram de nenhum tipo de privilégio, pois os nazistas não se preocupavam com o nível de formação dos prisioneiros e não quiseram utilizar isso a seu favor.

O campo moldou o caráter de muitos ou acentuou características já existentes? É uma pergunta cuja resposta não está pronta, mas em situações extremas é difícil julgar ou condenar. A sobrevivência parece estar acima de tudo, mas com certeza o campo transformou todos que por ali passaram e gerou alguns heróis. Foram muitos os afogados e muitos os sobreviventes, usando termos que deram origem a uma das obras de Levi: *Os afogados e os sobreviventes*. Levi não esconde a revolta por toda a dor imputada aos prisioneiros pelos alemães:

Como não se apercebem do esforço grotesco, absurdo que exigem de nós, de nós, já não vivos, nós, meio dementes na esqualida espera do nada? [...] Bem sabemos que vamos acabar “em seleção”, em gás, embora a gente quase não pense nisso, a não ser umas poucas vezes por dia e, ainda assim, de uma estranha maneira distante, como se não se tratasse de nós (LEVI, 1988, p. 152).

Sobre a importância do conhecimento, Francis Bacon (apud ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 16-17) afirma:

A superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida. Nele muitas coisas estão guardadas que os reis, com todos os seus tesouros, não podem comprar, sobre as quais sua vontade não impera, das quais seus espias e informantes nenhuma notícia trazem, e que provêm de países que seus navegantes e descobridores não podem alcançar.

Desse modo, causa-nos estupefação que os nazistas tenham desperdiçado tantos intelectuais e trabalhadores qualificados entre os prisioneiros, tais como cientistas, técnicos e mão de obra especializada, sem usar seus talentos até mesmo para saírem vitoriosos na guerra. Preferiram usá-los somente como objeto de tortura para despejar o ódio que nutriam pelos judeus.

Levi (1988, p. 171) ressalta que no campo “não tentar compreender, não imaginar o futuro, não atormentar-se pensando como e quando tudo isso acabaria, não

fazer perguntas nem aos outros nem a nós mesmos” significava sabedoria. Não pensar no futuro e apenas tentar viver o hoje. As lembranças da vida anterior acompanhavam os prisioneiros, mas com o passar do tempo estas iam ficando cada vez mais veladas e longínquas. O campo era feito de lembranças recentes e doloridas, repetidas a cada dia, como uma ferida que não cicatriza. Às vezes tinham notícia de alguma ofensiva vitoriosa contra os alemães, mas de concreto só o inverno próximo com o aumento do sofrimento que este proporcionava, a fome, a falta de esperança. O futuro era escuro e disforme.

Para Levi (1988, p. 180), os personagens que cruzaram seu caminho e que ele recupera em algumas páginas de seu testemunho não são homens:

A sua humanidade ficou sufocada ou eles mesmos a sufocaram, sob a ofensa padecida ou infligida a outros. Os SS maus e brutos, os *Kapos*, os políticos, os criminosos, os “proeminentes” grandes e pequenos, até os *Häftlinge* indiscriminados e escravos, todos os degraus da hierarquia insensata determinada pelos alemães estão, paradoxalmente, juntos numa única íntima desolação.

Conhecer Lourenço fez Levi (1988, p. 176) acreditar que mesmo num mundo hostil com pequenos “intervalos de escravidão exacerbada”, como a que viviam no campo, alguns ainda eram capazes de se preocupar com o outro. Impossível saber por que alguns não sobreviveram e outros foram “poupados”, pelo menos da morte, naquele instante. Para muitos sobreviventes ficou a indagação: por que o homem sente tanto prazer em destruir o outro e, em especial, de forma tão cruel? Levi (1988, p. 180) se questionava: “Por que a minha vida, só a minha entre milhares de vidas equivalentes, pôde resistir à prova?” Daí seu reconhecimento a Loureço, que o ajudou a permanecer vivo:

E não só por sua ajuda material, mas por ter-me ele lembrado constantemente (com a sua presença, com esse seu jeito tão simples e fácil de ser bom) que ainda existia um mundo justo, fora do nosso; algo, alguém, ainda puro e íntegro, não corrupto nem selvagem, alheio ao ódio e ao medo; algo difícil de definir, uma remota possibilidade de bem pela qual valia a pena conservar-se. [...] Lourenço era um homem; sua humanidade era pura, incontaminada, ele estava fora desse mundo de negação. Graças a Lourenço, não esqueci que eu também era um homem (LEVI, 1988, p. 180).

Levi se dá conta de que faltam duas semanas para o fim do ano. Há um ano estava livre e com a família; era ágil e saudável; pensava em tantas coisas: no fim da guerra; no trabalho; no bem e no mal que regem as ações humanas; na poesia, no amor, na música; na benevolência do destino. Tudo agora distante. Hoje só restam o

sofrimento, a fome e o frio. Então se dá conta de que não poderia tirar a própria vida. E por ironia conclui que o ano passou depressa.

4.6 Uma gramática especial sob o domínio nazista

Os homens no campo encontravam dificuldade para se comunicar. Quanto mais chegavam prisioneiros, maiores os empecilhos, pois havia pessoas de várias regiões da Europa e, logicamente, de várias línguas, além do fato de não serem agrupados de acordo com o país de onde tinham sido retirados. Por isso, quando identificavam pessoas que falavam a mesma língua, os prisioneiros, apesar de todo o sofrimento, procuravam se aproximar para obter informações sobre as cidades ou se alguém tinha visto determinada pessoa. Aos poucos, no entanto, diante dos contratemplos ainda maiores que enfrentavam no dia a dia, recolhiam-se ao silêncio. Assim, a língua, tão importante para o ser humano, era também suprimida.

Assim, uma necessidade ia se fazendo presente no campo: aprender o significado em alemão das palavras mais utilizadas com o intuito de entender as ordens para não ser punido. Aos poucos os prisioneiros conhecem o significado das palavras em alemão e entendem a importância de compreendê-las no contexto em que estão vivendo: “*Ruhe!*” (Silêncio!); espalhadas pelo lavatório várias palavras escritas na parede – parece ironia – exortam à limpeza:

Eine Laus, dein Tod (Um piolho é a tua morte); *Nach dem Abort, vor dem Essen/Hände waschen, nicht vergessen* (Depois da latrina, antes de comer, lava as mãos, não esquece). [...]. Neste lugar, lavar-se cada dia na água turva da pia imunda, bem pouco adianta quanto ao asseio e à saúde; é extremamente importante, porém, como sintoma de resíduo vitalidade, e essencial como meio de sobrevivência moral (LEVI, 1988, p. 53).

A mudança de significado das palavras no campo é mostrada por Levi em diversas situações. O termo trabalho, por exemplo, toma acepção diversa. Trata-se de um trabalho escravo fantasiado de trabalho comum. Na acepção do termo, atribui-se quase como um direito adquirido pelo prisioneiro, havendo inclusive uma tabuleta no campo de Auschwitz: “ARBEIT MACHT FREI” – “O trabalho liberta” –, como se fossem dadas as condições necessárias: liberdade de escolher a ocupação mais adequada, alimentação ao menos suficiente para suprir as necessidades, pagamento,

descanso, cuidados com a saúde, transformados em obrigação, castigo e penalidades etc. Levi menciona que a ironia de tais palavras era uma das lembranças que o atormentavam nos sonhos após a guerra, e a frase estava sempre em sua memória. Levi (1988, p. 182) afirma:

Se os Campos de extermínio tivessem durado mais tempo, teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora para explicar o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega.

Aos poucos no campo vamos acrescentando palavras ao nosso vocabulário. Elas não precisam ser gritadas, mesmo em tom baixo são ouvidas e obedecidas: “*Aufstehen!*” (Levanta), ou, mais frequentemente, em polonês: “*Wstawac!*” (LEVI, 1988, p. 90). É rico o vocabulário utilizado pelos nazistas na Segunda Guerra. Muitos termos ou palavras tiveram seu sentido alterado por eles:

Tais assassinatos [mortes nos caminhões/câmaras de gás] eram chamados nos documentos nazistas de “tratamento”. Os judeus eram denominados “mercadorias” e “carregamento”; os corpos, “peças”, e os caminhões, “veículos especiais”. O processo de morte por asfixia recebeu o eufemismo de “adormecer”. O extermínio com uso de caminhões foi abandonado porque o número diário de mortos estava aquém da pretensão nazista de matar milhões de judeus (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 65).

Uma linguagem em código também foi usada, com modificação do sentido das palavras ou com o sentido semanticamente deturpado e sem apelação ética. Não era permitido usar palavras como “morte”, “vítima” e “assassinato”. Com isso, os burocratas alemães mandavam para a morte milhares de pessoas usando termos como estes. Alguns desses tiveram seu sentido alterado para disfarçar a crueldade utilizada ou para que os judeus não identificassem do que se tratava. No campo ou fora dele podemos citar:

- 1) “Solução final”: extermínio, eliminação de todos os judeus. Para Rutherford (1976, p. 99), a “‘solução final’ não foi feita repentinamente, mas etapa por etapa, efetuada de acordo com uma estratégia sincronizada, perceptível desde o começo da era nazista”.
- 2) “Seleções”: escolhas feitas nos campos para receber “tratamento especial”, ou seja, serem exterminados. Qualquer um que pudesse servir de empecilho era escolhido:

crianças de tenra idade, mãe com bebê, mulher grávida, doente, idoso. A escolha dos que “morreriam imediatamente” muitas vezes era feita “por um simples gesto de bengala. [...] Os que recebiam a trégua temporária eram então levados para a área de trabalho de Birkenau ou para o campo principal de Auschwitz” (RUTHERFORD, 1976, p. 120).

3) “Redução natural”: redução do número de judeus nos campos de concentração, mas não por fuzilamentos ou câmaras de gás. Para Heydrich e para os SS, os campos de concentração e os trabalhos forçados representavam uma “redução natural”, ou seja, o tratamento dado em suas instalações provocava uma morte lenta e penosa pela fome, pelo frio, pelas doenças, pelas punições constantes e sem motivo imediato, pelos maus-tratos. As execuções, “tratamento especial”, eram feitas mediante envenenamentos em vagões ou nas câmaras de gás, fuzilamentos em massa ou enforcamentos. Assim, tudo representava extermínio.

4) “Recolonização”, “deportações para o leste”, “troca de residência” ou “evacuação”, enfim, ser levado para morar em outro local. Essa palavra era muito utilizada pelos nazistas, mas seu significado era muito diferente da realidade. Era uma grande mentira. Eles mentiam para os judeus dizendo que seriam levados para novo local de moradia, que os nazistas chamavam de “plano para compra de casa” em Theresienstadt. Mais um modo de explorarem os judeus. Antes de partir, os judeus deviam entregar todos os seus bens. “A desculpa para despojá-los desse modo era que estes bens seriam usados como títulos de crédito para a compra de casa, e o restante do dinheiro, após a transação, seria dedicado a prover acomodações para os que não tinham meios” (RUTHERFORD, 1976, p. 104). Quando chegavam lá, o local era um catre em um dos beliches dos blocos situados no campo de extermínio. A situação dos judeus era desesperadora: eram difamados, expulsos de suas casas, tinham todos os seus bens roubados, inclusive roupas, objetos pessoais e até os cabelos, como acontecia nos campos de extermínio, agredidos, perseguidos, deportados, assassinados, exterminados, punidos moral, física e psicologicamente, privados de suas crenças e de sua fé, condenados inexoravelmente à morte.

5) “Casas de banho” ou “instalações especiais” eram as câmaras de gás: locais para onde eram levados os prisioneiros para ser exterminados; os nazistas alegavam ser um banho para despiolhar. Nesse local, os judeus desciam uma rampa, quando a câmara era subterrânea, ou percorriam um corredor aberto, cercado de arame farpado, quando era na superfície.

Uma vez no interior da câmara, grandes portas de ferro fechavam-se com estrondo e eles esperavam que a água caísse dos chuveiros instalados no teto. Do lado de fora, no gramado, as tampas, tipo cogumelo, dos ventiladores eram retiradas e à ordem: “Deem-lhes comida”, os cristais de cianeto eram lançados nos tubos que levavam ao interior da câmara e que a percorriam em pilastras de metal perfurado (RUTHERFORD, 1976, p. 120).

- 6) “Alimentos organizados”: eram os alimentos conseguidos por fora, ou seja, além daqueles que recebiam pelas vias normais, como a sopa e o pão. Os gregos, por exemplo, mudaram inclusive a gíria falada no campo: caravana (gamela); que *la comedera es buena* (a sopa está gostosa); *klepsi- klepsi* (vocábulo que exprime a ideia genérica de furto) é de evidente origem grega (LEVI, 1988, p. 115).
- 7) “Tratamento especial”: extermínio, eliminação em massa, não importando de que forma se procedesse: fuzilamento, enforcamento, câmaras de gás.
- 8) “Muçulmanos”: eram os homens próximos do fim, ou seja, os que em breve iriam para as câmaras de gás porque não conseguiam mais reagir, para os quais nada mais importava, e que estavam num estado em que não haveria mais volta.
- 9) “*Kommandos* especiais” ou “esquadrões especiais”: judeus encarregados de retirar os corpos das câmaras de gás e levá-los para os crematórios. Em *Os afogados e os sobreviventes*, Levi (2016, p. 41) trata também desse assunto. Os componentes desses grupos na “qualidade de portadores de um horrendo segredo, eram todos rigorosamente separados dos outros prisioneiros e do mundo exterior” (LEVI, 2016, p. 40).

Contudo, como a experiência mostra que em situações parecidas sempre há falhas, nesse caso não foi diferente, algumas informações sobre esses grupos especiais, mesmo incompletas, escaparam:

Esses *Kommandos* eram compostos por uns miseráveis, quase todos judeus, que os nazistas dos campos obrigavam a fazer este trabalho durante meses, depois também eram mortos nas câmaras de gás e outros vinham substituí-los e assim sucessivamente: “Alguns testemunharam que aqueles desgraçados dispunham de uma grande quantidade de bebidas alcoólicas, encontrando-se permanentemente num estado de embrutecimento e de prostração total. Um deles declarou: ‘Ao fazer este trabalho, ou se enlouquece no primeiro dia, ou então se acostuma’. Mas outro disse: ‘Por certo, teria podido matar-me ou me deixar matar; mas eu queria sobreviver, para vingar-me e para testemunhar. Vocês não devem acreditar que nós somos monstros: somos como vocês, só que muito mais infelizes’” (LEVI, 2016, p. 40-41).

Alguns ferroviários conseguiram tirar fotografias dessas “casas de banho”, e algumas delas chegaram até o gueto de Varsóvia. O uso de câmaras de gás durante o holocausto foi atestado por várias fontes, inclusive pelo relatório Vrba-Wetzler e o

testemunho de Rudolf Höss, comandante de Auschwitz. No Julgamento de Nuremberg, alguns soldados alemães também depuseram nesse sentido, esclarecendo pontos importantes no que dizia respeito às execuções.

O campo tem a capacidade de transformar todos os homens em animais. Todavia, muitos lutaram para sobreviver e poder contar a verdade, para dar um depoimento do horror. Sobre isso, diz Levi (1988, p. 55):

Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa, mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar por defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar nosso consentimento.

A cerimônia da troca de roupa no campo chamava-se *Wäschetauschen*. Quando começava o boato de que seria realizada, todos ficavam atentos. Não há tecido no campo e este é precioso. Para limpar ou enrolar nos pés para proteger do frio ou amainar os ferimentos, um pedaço de pano é essencial, por isso os prisioneiros cortavam um pedaço da camisa antes da troca, mas era preciso disfarçar o feito com linha e agulha. A roupa suja e rasgada vai para a alfaiataria do campo. Mas as trocas acontecem de repente. Muitos se submetem a ser punidos (levando uma surra) e trocam a camisa que vai por baixo do casaco por pão ou sopa.

A realidade parece amesquinhada, muito menor que as reais condições pelas quais passaram os sobreviventes. As imagens são poucas, muitas desapareceram ou sequer foram registradas. Assim, só restam as palavras para exprimir a dor, a fome, o frio, a insatisfação, a opressão, o abuso, a exploração do trabalho, as noites maldormidas, a angústia de perder a família e os parentes.

O instinto de sobrevivência fala mais alto em todos os homens, principalmente quando confrontados com situações extremas, e a sobrevivência no campo de concentração é um exemplo disso. No gueto ou no campo de concentração, o que importa é continuar vivo, pelo menos até que toda a desesperança sobrevenha.

Os sofrimentos relatados são inimagináveis para os que não os vivenciaram. Como entender sua intensidade e abrangência? Há uma incomunicabilidade entre o “real” e as palavras, pois nenhuma delas dá conta do fato. Existe por trás da linguagem um significado intraduzível. Não é fome apenas, mas carência absoluta de alimento, algo insaciável; a palavra trabalho adquire novo significado, pois não há

engrandecimento nem contrapartida por sua execução. Pior que um trabalho escravo, pois a este era dado o alimento suficiente para a execução do que lhe era imposto.

Levi cita poucos episódios sobre a religião judaica no campo, pois é difícil praticá-la naquelas circunstâncias. No meio dos prisioneiros destacam-se alguns rabinos, que falam ídiche e hebraico e são doutos na Torá.³³ Ele menciona um episódio que chamou sua atenção. Num dia de seleção, um dos prisioneiros, o velho Kuhn, reza em voz alta agradecendo a Deus por não ter sido escolhido. Levi (1988, p. 191) assim o classifica:

Insensato! Não vê, na cama ao lado, Beppo, o grego, que tem 20 anos e depois de amanhã irá para o gás [...]. Não sabe Kuhn que da próxima vez será a sua vez? Não compreende que aconteceu, hoje, uma abominação que nenhuma reza propiciatória, nenhum perdão, nenhuma expiação, nada que o homem possa fazer, chegará nunca a reparar?

Se eu fosse Deus, cuspiria fora a reza de Kuhn.

O ídiche – língua de origem indo-europeia do subgrupo germânico das comunidades judaicas da Europa central e oriental, baseada no alto-alemão do século XIV, com acréscimo de elementos hebraicos e eslavos – era falado entre os judeus nos campos, que encontravam dificuldade ou desconheciam completamente a língua alemã. Além de todos os horrores que tinham de enfrentar, procurar conhecer e entender o alemão era uma forma de tentar sobreviver ao afastar-se das punições geradas pela dificuldade de compreensão das ordens recebidas. O nazismo, além de tentar exterminar um povo, destruiu o ídiche, pois os judeus ficaram impossibilitados de usar a própria língua e tiveram de aprender outra para sobreviver.

Sem tempo e condições de dialogar, os homens no campo se voltavam para dentro de si mesmos, num mutismo persistente, numa ausência da necessidade de falar, embora muitas vezes falassem entre si, apesar das dificuldades com línguas às vezes bastante diferentes, como os testemunhos mostram. Com isso, o instinto primordial da linguagem era desprezado. Além disso, a linguagem usada pelo prisioneiro é feita de gestos, ecos e suspiros; ecos porque as palavras são repetidas por milhares deles, e suspiros como uma forma de libertar a dor. O mal é introduzido pelas palavras de deboche e desdém pronunciadas pelos alemães. Verbos de ação que mostram opressão e autoritarismo. A essa dificuldade se somava a impossibilidade de compreensão de tudo o que acontecia no campo, nesse mundo sem sentido. Os que conseguiram sobreviver,

³³ “Torá – é a Lei de Moisés contida nos cinco primeiros livros da Bíblia, reunidos pelos judeus alexandrinos sob o termo grego Pentateuco (cinco volumes) (Lévinas, 2001, p. 203).

no entanto, puderam utilizar a linguagem, antes reprimida e sufocada, numa forma de liberar a angústia, a confusão e o sofrimento em palavras e, mais que isso, em testemunho. Essa linguagem traduz a ação do homem em relação ao outro.

Conforme se posiciona Ricoeur (2007), a linguagem é determinante para a compreensão do mundo, e os símbolos são sua representação. Ele destaca a impossibilidade de compreender a existência do mal racionalmente, mas afirma estar ele sempre presente e que o homem vive a reproduzi-lo. O mal é um enigma que Ricoeur tentou desvendar sem lograr sucesso, mas que considerava um problema ético. Portanto, somente a ética e as ações de cunho moral podiam acabar com esse desvio de caráter do homem ao despertar neste o interesse em praticar o bem.

No campo, por exemplo, havia uma linguagem verbal metafórica ou simbólica. De um lado, a suástica era a representação de tudo o que o poder significava para os nazistas da mesma forma que a expressão “Heil Hitler”; de outro, para os prisioneiros, o arame farpado era um símbolo de sujeição e desumanidade.

Na concepção de Badiou (1995), a pretensão de dominação universal do povo alemão foi concretizada num só nome: judeu. Outros também foram perseguidos, como os ciganos, os doentes mentais, homossexuais, comunistas, mas nenhum deles tinha o sentido simbólico como o de “judeu”. Este era o nome dos nomes: “O nome ‘judeu’ é uma criação política nazista que não tem qualquer referente pré-existente. É um nome cujo uso ninguém pode partilhar com os nazistas, e que supõe o simulacro e a fidelidade ao simulacro – portanto a singularidade absoluta do nazismo como política” (BADIOU, 1995, p. 84). Esse pensamento de Badiou pode ser visto nos testemunhos. Ser judeu era ser menos, ser insignificante, ser desumanizado.

4.7 A religiosidade e o holocausto

O “antissemitismo racista” – expressão usada por Adorno e Horkheimer (2014, p. 213) – “quer se abstrair da religião”. Os judeus, infelizmente – em especial devido à sua crença religiosa, seu apego às tradições e seu instinto econômico –, atraíram para si a vontade de destruição, sendo estigmatizados desde a Antiguidade, tanto por ser considerado o povo eleito como também por ter renegado o Filho de Deus. Contudo, a discriminação econômica foi um fator preponderante:

Os judeus foram os colonizadores do progresso. Desde a época em que ajudaram, como comerciantes, a difundir a civilização romana entre os gentios europeus, eles sempre foram, em consonância com sua religião patriarcal, os representantes de condições citadinas, burguesas e, por fim, industriais. Eles introduziram formas de vida capitalistas nos diversos países e atraíram sobre si o ódio dos que tinham de sofrer sob elas. Por causa do progresso econômico, que é hoje sua perda, os judeus foram sempre um espinho na carne dos artesãos e camponeses, que o capitalismo desclassificara. Agora, eles experimentaram em sua própria carne o caráter exclusivo e particular do capitalismo (ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 212).

Segundo Hutchens (2007, p. 199), Lévinas foi um dos filósofos a questionar por que Deus não se manifestara em relação ao que aconteceu aos judeus na Segunda Guerra: “Lévinas considerava o silêncio de Deus em Auschwitz como um desafio que exige fé no ‘Deus do judaísmo’ e uma abertura sóbria para a moralidade humana de bondade por parte de todos nós”. Não podemos negar que o mal está aí e desafia o ser humano.

Para Hutchens (2007, p. 156), “o compromisso de Lévinas com o judaísmo, como veremos, impele-o à conclusão de que o cristianismo e o ateísmo não são éticos o suficiente, embora o judaísmo possa ensinar-lhes como ser verdadeiramente éticos”. Muito do que Lévinas escreveu é uma exortação ao judaísmo. Para ele o cristianismo fracassou política e socialmente, e a Torá representaria um treinamento que cristianismo nunca conseguiu dar. Embora não fosse contra o cristianismo, Lévinas o considerava mais justificável quando este era mais judaico, e afirmava que orar é voltar-se para um Deus e exigir justiça para o outro, que atribuía à religiosidade do eu (HUTCHENS, 2007).

Ainda sobre religiosidade, Derrida (2004) comenta que Lévinas se considerava um judeu católico, e acrescenta que, em uma conversa que tivera com ele, este afirmara estar mais preocupado com a ética do que com a santidade do sagrado ou com a santidade do outro. Ele explica ainda que Lévinas usa o termo “a Deus” e não simplesmente “Deus” e que este comporta três sentidos em francês: 1) a saudação ou a bênção dada com sentido de bom-dia, vejo você, vejo que você está aí; 2) a saudação ou a bênção no momento de se separar momentaneamente ou de se deixar alguém para sempre; 3) o a-deus (*à-dieu*), o para Deus ou o diante de Deus antes de tudo e em toda relação com o outro. Na concepção de Lévinas, “a Deus” significa que só podemos nos abrir para o Deus, e que ele não pode ser procurado por pensamentos ou feitos. Podemos nos entregar a Deus ou até nos aproximar dele, embora, na verdade, afirma

Lévinas, é o Deus que se aproxima de nós. O “a Deus” nos chama para a outra pessoa, se aproxima de nós através dela e nos faz responsável por ela.

Lévinas (2004, p. 41) diz ainda que “a bondade, para a qual a religião convida, não realiza o Bem, e a purificação que ela propõe não limpa absolutamente”. O século XX traz a marca da insanidade e do mal que o homem é capaz de desencadear: duas guerras mundiais, totalitarismos de esquerda e de direita, hitlerismo e stalinismo, o *goulag*, os genocídios de Auschwitz e do Camboja. Desses acontecimentos, no entanto, o holocausto judeu se sobressai, seja pelo número de pessoas afetadas, seja pelo nível de violência. Sobre isso, diz o padre Bernard Dupuy, citado por Lévinas (2004, p. 137), quando fala da catástrofe do humano e do divino:

O genocídio nazista do povo judeu, escreve ele, é sem precedente na história judaica. Mesmo os genocídios efetivos diferem do holocausto nazista sob dois aspectos, ao menos: povos inteiros foram mortos por razões (e, contudo, horríveis) como a conquista do poder, de um território, da riqueza [...]. Os massacres dos nazistas são o aniquilamento pelo aniquilamento, o massacre pelo massacre, o mal pelo mal [...].

A ética de Lévinas, imbuída de conceitos e princípios religiosos, e seu pensamento são resultado de grande tensão de vida, sofrimento pessoal e de seu povo diante da violência organizada contra o diferente, o outro, com sua alteridade marcada e discriminada, como muito bem mostra em toda a sua obra. Para Lévinas (2004), a ética em si mesma implica responsabilidade; a responsabilidade, por sua vez, implica valores religiosos; e a religião genuína exige valores éticos. Assim, para ele, não há como separar ética, responsabilidade e religião. É a partir do rosto, da responsabilidade com o outro, que aparece a justiça, na qual se encontra a ideia da luta contra o mal. O rosto é também o “Tu não matarás”. Há no rosto do outro a proibição de matar. Ele considerava ser o sujeito responsável pelo outro mesmo não o conhecendo.

De acordo com Arendt, segundo exposição de Aquino e Rego (2014, p. 62):

A Alemanha testemunhou o colapso total da ordem moral duas vezes: quando os nazistas promoveram uma inversão de um dos mandamentos básicos da moral vigente (“Não matarás!”), mas também quando eles foram derrotados e todos voltaram *repentinamente à normalidade*. Essa troca de padrões morais como uma troca de roupa e a facilidade com que os alemães se deixaram reeducar, depois do colapso do regime nazista, não podem deixar de nos espantar. (grifo nosso)

Não há aqui nenhuma preocupação de cunho religioso, nem mesmo ao invocar a expressão “Não matarás”, mas apenas moral, ou seja, uma lei universalmente válida para todos os seres racionais. Como seres racionais, temos normas e leis que precisamos seguir mesmo quando entram em confronto com nossas satisfações pessoais ou com nossos desejos. E como vivemos em sociedade, essas normas e leis precisam ser protegidas e seguidas para evitar um colapso social. O nazismo rompeu todas essas barreiras.

Não podemos negar, contudo, que o holocausto foi um divisor de águas de toda a história judaica e refletiu-se em sua teologia. Lévinas (2004, p. 139) reforça as ideias de Émil Fackenheim quando afirma:

Renunciar, após Auschwitz, a este Deus ausente de Auschwitz – não mais assegurar a continuação de Israel – equivaleria a completar o empreendimento criminal do nacional-socialismo, visando ao aniquilamento de Israel e ao esquecimento da mensagem ética da Bíblia, da qual o judaísmo é o portador e da qual sua existência como povo prolonga concretamente a história multimilenar. Porque, se Deus estava ausente nos campos de extermínio, o diabo aí estava bem evidentemente presente. Donde, para Émil Fackenheim, a obrigação para os judeus de viver e de permanecer judeus para não se tornarem cúmplices de um projeto diabólico. O judeu, depois de Auschwitz, é votado à sua fidelidade ao judaísmo e às condições materiais e mesmo políticas de sua existência.

Lévinas (apud HUTCHENS, 2007, p. 123) acrescenta: “Deus pode ter estado silencioso em Auschwitz, mas ele passou por lá, deixando um rastro que não é qualquer rastro de sua presença”. Lévinas menciona, e com ele concordamos, que a entrada do outro em nossa existência, em especial o outro que sofre, traz consigo uma interpelação à nossa consciência, não dando margem à indiferença. Tornamo-nos responsável pelo sofrimento do outro.

Outro filósofo que refletiu sobre os elementos religiosos judaicos foi Martin Buber (1878-1965), para quem a base da religião é o encontro com um Deus pessoal, o que se realiza no encontro entre os seres humanos; seu pensamento é todo voltado para a alteridade e afirma não haver existência sem comunicação e diálogo, o que pode ser visto em sua obra *Eu e tu*:

[...] cuja filosofia do diálogo é o ponto central da reflexão, tem como pontos-chave a incomunicabilidade e o hassidismo e sua mensagem. [...] trata exatamente do diálogo e dos processos de comunicação. Para ele, o diálogo é o fundamento da existência humana, não no sentido superficial da palavra, mas em sua acepção mais profunda. Ele almejava principalmente o “esclarecimento

do diálogo com Deus a fim de torná-lo de novo possível para o homem contemporâneo” (BUBER, 2001, p. 33, apud MENESES, 2013, p. 23).

Buber considera haver no homem a capacidade de se inter-relacionar com seu semelhante, e esse relacionamento ocorre entre sujeito/sujeito (eu e tu) e sujeito/objeto. Para haver o relacionamento é preciso que haja diálogo, encontro e responsabilidade. Dialogar é não se mostrar indiferente ao outro, é, acima de tudo, valorizar o outro. Seria o modo de o “eu” se pôr à disposição do “tu”. E esse encontro dá-se face a face, olho no olho.

A história do antissemitismo traz consigo fatores religiosos e econômicos além de luta pelo poder religioso. Após a Guerra, o antissemitismo adquire nova roupagem e transforma-se em antissionismo (movimento político que se opõe à existência do Estado de Israel). Essa oposição toma corpo em especial por meio de políticas do extinto bloco soviético e dos países islâmicos. Até 1990, 2,5 milhões de judeus soviéticos foram impedidos de emigrar da União Soviética para Israel. A abertura só ocorreu com a Perestroika de Mikhail Gorbachov.

Para Ruiz (2008, p. 118), “a alteridade é a filosofia primeira que dá sentido pleno a toda a obra de Lévinas”. A questão do outro sempre esteve presente em diversas abordagens na história do pensamento filosófico, da mesma forma que a justiça é vista e avaliada quando consideramos o outro, e é só em relação ao outro que a realizamos. É desse modo que somos considerados: ao realizarmos o bem para outra pessoa. Aristóteles diz, em *Ética a Nicômaco* (1991), que somente a justiça, entre todas as virtudes, é o bem de um outro e que uma pessoa só pode ser feliz quando realiza o bem e a justiça.

Apesar de a alteridade humana ter sido estudada por diversos filósofos, afirma Ruiz (2008), ela tem ocupado sempre um espaço marginal no conjunto dos sistemas filosóficos e na cultura ocidental. Por sua vez, em seu estudo sobre Lévinas, Costa (2008) argumenta que para o homem encontrar o caminho para a proximidade com o outro deve antes aprender o caminho da humanização e isso não se faz sem a conquista dos direitos humanos. Conforme relata Costa (2008, p. 214-215), Lévinas deixou em seus escritos e pronunciamentos um alerta em defesa da alteridade solidária:

O ideal de dominação deve ser substituído pelo ideal de solidariedade. O que importa não é que eu o domine ou que esta nação domine outra, mas que lhe seja solidário. O ideal da arrogância e da prepotência deve ser substituído pelo ideal da simplicidade. O ideal do ter deve ser substituído pelo ideal do ser. O ideal que consiste em dominar os outros, em ser mais que os outros, deve transformar-se em ideal de altruísmo.

Tomé (2010), ao refletir em seu artigo sobre as ideias de Lévinas, também o define, como outros autores, como um filósofo religioso, entre outras razões, por ele considerar a Bíblia essencial ao pensamento. O desejo de Lévinas de entender filosoficamente a sabedoria bíblica e o Talmude³⁴ o conduz a uma dimensão hermenêutica que vai além do âmbito puramente filosófico. Ele faz do texto talmúdico o seu mestre, uma vez que reconhece nele o caráter ético. Desse modo, Tomé (2010) conclui em seu artigo:

A linguagem ético-religiosa em Lévinas faz emergir uma concepção nova de humanismo. [...] A centralidade da relação com o outro se define como modo de ser da subjetividade, como socialidade, como religião, como humanismo, um humanismo do outro homem. Na estrutura do seu humanismo são três os elementos que se articulam: ética, religião e linguagem.

A filosofia de Lévinas está baseada na questão de lembrar o holocausto, ou de lembrar o que está enterrado ao redor dos crematórios, que, para ele, é um acontecimento na história da humanidade que não pode ser nem lembrado nem esquecido plenamente. Lévinas esforçou-se para encontrar um sentido para o holocausto, preocupando-se com o significado ético do sofrimento do outro e com o mal, mas não havia justificativa para o mal. Não encontrava nenhuma justificativa para o fato de se deixar seres humanos passarem fome, como ocorria nos campos e nos guetos, o que mostra a completa ausência de ética.

Na teoria psicanalítica de Freud, Deus era uma ilusão a ser abandonada por pessoas sensatas. Ele seria um artifício do inconsciente e representava a figura paterna e o desejo infantil por um pai poderoso e protetor. Mas nem todos os seguidores de Freud concordavam com essa opinião.

4.8 A memória, o testemunho e o esquecimento

Por que trabalhar com os testemunhos? Além do aspecto literário, o testemunho dos sobreviventes é essencial para revelar a dimensão do mal na guerra, na vida dos prisioneiros e de todos os atingidos pela catástrofe. Ricos em detalhes da vida nos campos de concentração e de extermínio, do transporte, das formas de eliminação, os

³⁴ O Talmude, depois da Torá, é essencial ao judaísmo, pois estruturou a lei judaica. Veio em complemento à Torá e contém a lei oral, a doutrina, a moral e as tradições dos judeus.

testemunhos mostram a experiência real, vão além de uma memória individual e avançam pela coletiva, pois fazem um retrato do contexto em que viveram seus autores e aqueles que com eles se encontraram no mesmo tempo e espaço: os campos de concentração e a guerra; a vida de 1939 a 1945. Os documentos oficiais, por sua vez, detêm-se basicamente nos dados estatísticos.

Narrar é uma forma de utilizar a força das palavras para consolidar e reafirmar a memória e presentificar o passado. Quem lembra vem depois daquilo que é lembrado, ou seja, *o que* é mais importante do que *o quem*. Em relação ao holocausto, essa verdade é facilmente comprovada. O fato histórico torna-se mais importante do que aqueles que o viveram, mesmo a essência do fato sendo o ser humano. O holocausto tem mais significação por aquilo que representou para o mundo dito civilizado. A história hoje também utiliza a memória, e o testemunho do sobrevivente cumpre esse papel, pois é uma narrativa das lembranças em comum de milhares de sujeitos. A memória presentifica o real ocorrido anteriormente. Afinal, a realidade existe independentemente da vontade do homem, e as consequências da destruição da Europa e de centenas de vida podiam ser vistas após a guerra.

Todorov observa que o mal sempre esteve presente no mundo e que a oração cristã do Pai Nosso fala sobre isso ao terminar com uma súplica: “livrai-nos do mal”. Quando isso ocorre em situação de guerra, é ainda mais determinante. Certamente nosso olhar sobre a guerra é externo, mas hoje somos levados a percebê-la a todo instante, bem como genocídios, violências, massacres, torturas ou violações dos direitos humanos. O homem inflige e sofre danos repetidamente.

À pergunta de Todorov se a memória é um remédio contra o mal, somos levados a responder que não. Lembrar não evita a atrocidade e a violência, porque na natureza humana existem as duas facetas: o bem e o mal. Assim, recorrer à memória para evitar o mal não é a solução. Talvez pelo fato de o homem não aprender com seu passado. Isso ocorre porque o mal destrói valores e regras. O mal na modernidade alcança dimensões incomensuráveis, trazendo consigo a bomba, a fome e a guerra aperfeiçoada pela tecnologia.

Como Adorno, o filósofo George Santayana (2016) observa: “Quem não se lembra do passado está condenado a repeti-lo”. Em relação ao holocausto, e podemos enumerar outros crimes, recordá-lo é uma forma de se opor ao racismo e ao antisemitismo. De qualquer modo, a memória deve ser preservada. Se ao lembrar o homem incorre em erro, sem lembrar suas atitudes seriam ainda mais desastrosas.

Quando pensamos no mal, pensamos também em reparação, como ocorre com os crimes contra a humanidade, em que a justiça não pode ser apenas punitiva, devendo ser também reparadora, mas muitas vezes o mal é irreparável. Acreditamos que a melhor forma de vencer o mal é procurar encontrar as razões para sua ocorrência para combatê-las ou minorá-las na esperança de garantir um futuro melhor para a humanidade.

Na concepção de Todorov, não conseguiremos livrar o homem do mal:

Nossa única esperança consiste não em erradicá-lo definitivamente, mas em tentar compreendê-lo, contê-lo, domesticá-lo, reconhecendo que também está presente em nós. Além disso, os Evangelhos sugerem uma interpretação prudente da fórmula da oração: mas para livrar os homens do mal de uma vez por todas Cristo pede a Deus que os guarde e os proteja (TODOROV, 2009, p. 38. Tradução nossa).

Todorov exorta-nos a não esquecer o passado, a lembrar que o bem brota da mesma fonte que o mal e que nos melhores relatos do mundo eles nunca estão separados.

Os últimos estudos de Maurice Halbwachs (2006), compilados na obra póstuma publicada em 1950 *A memória coletiva* – antes de ser capturado e morto pelos nazistas no campo de Buchenwald em 1945 –, deram um novo rumo para o estudo sociológico da vida cotidiana. Para Halbwachs, sociólogo francês que usou pela primeira vez a expressão memória coletiva, só existia esse tipo de memória, sendo preciso tomar como ponto de partida os quadros sociais, que são a referência na reconstrução a que chamamos memória. Embora consideremos a importância de seu estudo, não concordamos com a concepção de Halbwach de que a memória individual não existe sem a coletiva. Acreditamos ser a memória feita tanto de dados individuais – relatos únicos, particulares, subjetivos – como de coletivos. Portanto, a memória coletiva não se sobrepõe à individual, nem esta ultrapassa aquela. Da mesma forma, a memória pessoal tem um impacto na coletiva, mas não a ultrapassa em importância. Elas são interdependentes e se entrelaçam para formar a memória.

No estudo da fenomenologia da memória consideramos de que maneira ocorre o registro e como se dá a recuperação da memória por meio da história e dos testemunhos. Quando se fala em memória individual recuperada em cada um dos testemunhos, subjaz a memória coletiva. Para Halbwachs (2006), o vínculo entre memória individual e memória coletiva é íntimo, imanente, há uma interpenetração entre os dois termos. A história, por sua vez, é uma narrativa ensinada, apreendida pela memorização de fatos,

datas, nomenclaturas, personagens. Não há oposição entre os dois tipos de memória. Eles se complementam e se cruzam.

A memória individual é reforçada pela memória coletiva, que preenche as lacunas das informações. A memória coletiva é a soma de várias memórias individuais. No testemunho do holocausto, elas se juntam e montam o quebra-cabeça da vida no campo de concentração ou de extermínio e a repetição de fatos de maneira sucessiva. A mesma experiência é vivida em essência por várias pessoas, o que reforça as lembranças particulares. Isso se deve ao modo de proceder da máquina administrativa; tudo é idêntico, com pequenas variações e funcionando em uníssono.

No caso da memória coletiva, esta é endossada pelas contingências e pela simultaneidade dos fatos para milhares de pessoas. Segundo Halbwachs, isso é natural, tendo em vista que nos períodos de tensão ou de crise a lembrança coletiva tem mais importância. É ele ainda quem faz uma distinção entre memória histórica e memória coletiva. A primeira é uma criação do homem, artificial, relacionada com ações sociais úteis, é uma reconstrução dos dados fornecidos pela vida social presente. A memória coletiva tem uma origem desconhecida; é uma transmissão oral e relaciona-se com a tradição. Ela serve à memória histórica, que recompõe o passado com a sucessão cronológica dos fatos no tempo.

Assim, poderíamos falar de uma memória autobiográfica e de uma memória histórica, distinção que Halbwachs procura fazer em sua obra. A primeira recebe o reforço da segunda, uma vez que a história de uma pessoa faz parte da história em geral. Do mesmo modo, a autobiográfica é mais interna, e a memória coletiva é mais externa. No holocausto não seria diferente: o que foi vivido por um indivíduo fará parte da história desse acontecimento como um todo. A memória histórica, contudo, tem a característica de ser mais extensa, mais complexa e conhecida por mais pessoas.

Halbwachs (2006, p. 91) assegura: “A lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”. Os testemunhos do holocausto foram dados de forma verbal pelos sobreviventes, mas a escrita dos fatos só se deu numa fase posterior – e para alguns, bem posterior – porque foi necessário reconstruir com mais rigor o que tinha sido vivenciado, processando-se ao registro histórico. Nesse registro, algumas imagens do passado são ressaltadas e destacadas e outras quase se apagam, mas são recuperadas pelo conhecimento que se tem no presente. Por isso muitas narrativas do holocausto

contêm informações históricas que no momento da ocorrência dos fatos aquele que narra não tinha conhecimento. Por exemplo: quantos tinham morrido e de que forma estavam sendo executados; como se desenrolava a guerra; a ajuda que chegava dos países; o modo de transporte usado; o que acontecia nos guetos; as evacuações; a cronologia exata dos acontecimentos relatados.

Assim, na falta de certas informações, é natural que a imaginação do homem preencha as lacunas deixadas pela memória. Colocados em presença de outros que viveram e testemunharam ao mesmo tempo, os fatos vão se ajustando. No entanto, o passado permanece completo em nossa memória do modo que o vivemos, limitado apenas pelo comportamento do cérebro (o lado inconsciente), sobre o qual não temos domínio. A memória dos outros vem apenas reforçar e completar a memória individual.

Considerando o que foi dito, Halbwachs (2006, p. 69) completa que “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda de acordo com as relações que mantenho com outros ambientes”. Halbwachs (2006, p. 100) atesta que a memória coletiva não pode ser confundida como a memória histórica, tendo em vista que esta última é composta de acontecimentos passados selecionados, comparados, classificados de acordo com “necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo”. E acrescenta que “a expressão memória histórica não é muito feliz”.

A necessidade de deixar o registro escrito de testemunhas individuais cresce à proporção que as chances de encontrar diversas testemunhas que conservam alguma lembrança vão diminuindo; quando não se encontram mais indivíduos que nos acontecimentos tratados estavam envolvidos diretamente ou que deles sofreu consequências, que a eles assistiu ou deles recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão. A memória coletiva é formada pela representação comum de várias consciências individuais, que em algum momento se aproximam e se unem no espaço e no tempo.

“O único meio de preservar essas lembranças é fixá-los [os fatos] por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem”, defende Halbwachs (2006, p. 101). Para ele, um dos objetivos da história é criar uma ponte entre passado e presente, sendo o testemunho imprescindível.

De acordo com Jeanne Marie Gagnebin (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 106-107), na reflexão da “literatura dos campos” e sobre as escritas de Primo Levi e Robert Antelme:

Ambos têm uma ânsia desenfreada de comunicar, de falar, de contar, de escrever e, ao mesmo tempo, têm a nítida percepção da vaidade desse empreendimento narrativo, porque ele é incapaz de realmente dizer o horror dos campos; ademais, ele também se choca contra a incompreensão, a má-vontade e a rejeição dos seus interlocutores, mesmo dos mais próximos.

Gagnebin (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 110) repete em seu ensaio uma frase de Maurice Blanchot quando este diz ser impossível esquecer o abismo instaurado pela *Shoah*,³⁵ da mesma forma como é difícil lembrar-se dele e que como não há nada a dizer fora desse acontecimento incompreensível, “é somente à palavra que cabe carregá-lo sem dizê-lo”. Assim, as palavras em milhares de obras sobre esse fato carregam, transmitem, traduzem, possibilitam escrever, como a literatura sempre o fez, a história desse horror.

Considerado um teórico da memória e da conservação do passado, segundo Gagnebin (2014, p. 219), até em demasia, “memória, história e identidade não são, para Benjamin, conceitos imutáveis, mas instâncias que sofrem transformações históricas”.

Nos textos analisados, a memória está sempre presente, pois o testemunho exige uma recuperação desta. Pode haver equívocos e erros sobre datas e eventos, mas nada pode apagar a importância da memória, inclusive como auxílio à história. As narrativas de testemunho assemelham-se e apresentam intercessões que servem para reforçar a veracidade dos relatos. Há várias lembranças em comum nas narrativas de sobreviventes. O apagamento da memória não superou o fluxo das lembranças.

O testemunho de Levi é uma recuperação dos fatos armazenados na memória, embora ele mesmo se mostre incrédulo diante do que viveu e relatou. Essa incredulidade vai acompanhá-lo por anos, e ele a repete no momento em que escreve o livro, recordando-se desse passado que o atormenta: “Hoje – neste hoje verdadeiro, enquanto estou sentado frente a uma mesa, escrevendo –, hoje eu mesmo não estou certo de que esses fatos tenham realmente acontecido” (LEVI, 1988, p. 152).

A tentativa vã de esquecer fez muitos autores só escreverem anos depois de sobreviverem a Auschwitz. Silêncio e testemunho alternam-se, da mesma forma que

³⁵ Significa desastre. O uso dos termos holocausto e *shoah* tornou-se vulgar após a guerra. Atualmente, a palavra holocausto é a mais usada. As diferenças estão explicadas em nota na Introdução.

memória e esquecimento. Ao escrever sua história, a testemunha sente-se compelida, seja por si mesma seja por outra pessoa. Às vezes não é uma lembrança espontânea, mas certamente é necessária. Há, então, uma imposição da memória.

Sem direito algum, aos prisioneiros no campo restava sonhar com a família, com a casa, com os amigos, com a liberdade. Quando é libertado e volta para casa, Levi lembra-se de que quando estava no campo só queria poder contar sobre os fatos vividos, mas percebe que no momento em que pode fazê-lo os outros não o escutam, talvez tenham se cansado de tantos relatos tristes e incompreensíveis. Então Levi se volta novamente para os acontecimentos do campo: “Os companheiros dormem. Respiram, roncam, alguns se queixam e falam. Muitos estalam os lábios e mexem os maxilares. Sonham que comem; esse também é um sonho de todos, um sonho cruel” [...] (LEVI, 1988, p. 86). Quanto aos sonhos, ele menciona ainda (1988, p. 100):

Por trás das pálpebras recém-fechadas, brotam violentamente os sonhos, os sonhos de sempre. De estar em nossa casa, numa prodigiosa banheira quente. De estar em casa, sentados à mesa. De estar em casa, narrando este nosso trabalho sem esperança, esta fome de sempre, este sono de escravos.

As noites maldormidas são acompanhadas ainda pelo constante vaivém dos prisioneiros até o balde que fica ao lado do Guarda:

É um obscuro tormento, uma vergonha indelével. A cada duas, três horas, temos que levantar para despejar essa quantidade de água que durante o dia devemos absorver, sob a forma de sopa, a fim de saciar a fome; essa mesma água que à noite nos incha tornozelos e olhos, marcando em todos os rostos uma semelhança disforme, e cuja eliminação impõe aos rins um trabalho extenuante (LEVI, 1988, p. 87).

Assim, como se não fosse suficiente a exaustão do trabalho durante o dia, o frio constante, a fome, os maus-tratos, as regras são rigorosas e algumas sequer são estipuladas, mas todos os prisioneiros sabem que existem:

A lei é que o último a usar o balde vá esvaziá-lo na privada; a lei é, também, que à noite só se possa sair do bloco de camisa e ceroulas [...] os candidatos ao serviço de esvaziar o balde são poucos, em cada bloco, enquanto os litros de líquidos a eliminar são, no mínimo, 200, de modo que o balde deve ser esvaziado umas 20 vezes. [...] O balde batendo nas pernas nuas, asquerosamente morno; tão cheio que, a cada sacudida algo transborda em nossos pés. Por isso, embora a tarefa seja nojenta, ainda é melhor que toque a nós e não ao nosso companheiro de cama (LEVI, 1988, p. 87-88).

Ora, a explicação está no fato de que em cada cama os prisioneiros dormem pé com cabeça. É um suplício passar o resto da noite sentindo o cheiro que exala dos pés sujos de urina e fezes, e seu rosto sendo tocado por estes pés. Assim são as noites nos alojamentos, como se não bastasse o que suportam durante o dia: fome, pancadas, frio, cansaço e medo.

Os relatos históricos, embora às vezes tratem de fatos ocorridos em um mesmo espaço e tempo, apresentam aspectos diferentes. As narrativas testemunhais não fogem a essa regra. Apesar das semelhanças, são abordados pontos de vista e formas de sentir diferentes, uma vez que a subjetividade está presente. Para muitos, falar era um processo libertador. Em muitos casos era só o que restava quando nada mais existia, sendo uma forma também de resgatar a identidade perdida: eu estou aqui; eu vi e vivi o holocausto e sei o que ele representou para o povo judeu.

Shoshana Felman (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 27-28) argumenta ser o testemunho

[...] compreendido não como uma modalidade de *enunciado* sobre, mas como uma modalidade de *acesso* àquela verdade. Tanto na literatura como na psicanálise, e possivelmente também na história, a testemunha poderá ser – como sugere o próprio termo e como Freud bem sabia (como é evidenciado por sua insistência no “*der Zeuge*” [a testemunha] – aquele que (de fato) *testemunha*, mas também aquele que *gera* a verdade, por meio do processo discursivo do testemunho.

Algumas lembranças podem ser apagadas em razão da dor e do trauma que proporcionam. As lembranças dos outros podem fazer surgir lembranças que não comunicamos a ninguém ou que se distinguiram das lembranças dos outros quando um fato em particular foi vivenciado no contexto apenas por um só indivíduo. Por exemplo, quando Kulka diz que ficou preso na cerca de arame farpado, esse fato foi vivido especificamente por ele, embora todos soubessem o que ocorria ao se tocar a cerca, uma vez que ela existia para todos. Portanto, só lembramos daquilo que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo e em determinado espaço, não havendo confusão entre a nossa memória e a dos outros. A memória está limitada também no espaço e no tempo. Assim, história e memória relacionam-se com o passado, cada uma a seu modo.

Os testemunhos, formados de lembranças compartilhadas do passado, só são conhecidos quando são levadas ao outro as informações a respeito de si mesmo, de alguém ou de algo. Pode ocorrer também que as lembranças de alguns momentos sejam

modificadas pelo testemunho de outras pessoas, mas as alterações são pequenas se considerarmos o fato como um todo. No fim da Guerra, ao saber, por meio de relatos e imagens, o que tinha sido feito aos judeus nos campos, o mundo chorou essas vítimas.

Paul Ricoeur – um dos grandes filósofos e pensadores franceses do período pós-Segunda Guerra Mundial –, como oficial francês da reserva, foi preso pelos nazistas e enviado ao campo de Gross Born na Pomerânia, atualmente Polônia. Sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007) tem como eixo ordenador o holocausto, que simboliza uma rachadura na paisagem do século XX. Sobre o testemunho e a memória, Ricoeur (2007, p. 170-171) declara:

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. [...] É na prática cotidiana do testemunho que é mais fácil discernir o núcleo comum ao uso jurídico e ao uso histórico do testemunho.

Ricoeur (2007) afirma que o testemunho do holocausto se transformou em modelo testemunhal. Para ele, “eu estava lá” é a fórmula típica do testemunho. A essa expressão, a fórmula acrescenta uma segunda: “Acreditem em mim”. Dessa memória compartilhada, segundo Ricoeur (2007), passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações, ligadas a lugares consagrados pela tradição. No entanto, o testemunho precisa de uma resposta para ser autenticado e acreditado, ou seja, que aquele que recebe o testemunho o aceite. Além de aceitar, ele às vezes necessita de um endosso: “Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa”. Nesse caso, “a testemunha deve ser capaz de responder por suas afirmações diante de quem quer que lhe peça contas delas” (RICOEUR, 2007, p. 174). Muitas vezes a testemunha não encontra uma audiência capaz de escutá-la e entendê-la. Sobre isso diz Ricoeur (2007, p. 175-176):

A dificuldade de escuta dos testemunhos dos sobreviventes de campos de extermínio constitui talvez o mais inquietante questionamento da tranquilizadora coesão do pretense mundo comum do sentido. Trata-se de testemunhos “extraordinários”, no sentido em que excedem a capacidade de compreensão “ordinária”.

Essas narrativas foram precedidas pelas da Primeira Guerra Mundial no que diz respeito ao horror, mas as superou. Constituem uma exceção no processo historiográfico

porque colocam um problema de acolhimento ao arquivamento, uma vez que parecem inapropriados por serem experiências extremas, extraordinárias, que dificultam a compreensão do leitor ou mesmo do historiador. Quando foram expostas pela primeira vez, essas narrativas pareciam não ser verdadeiras, eram inumanas, em comparação com a experiência do homem ordinário.

De acordo com Ricoeur, o arquivamento – o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica –, que ocorre após o testemunho oral, era posto à prova antes da explicação e da compreensão. Por isso ele usa a expressão “crise do testemunho” após Auschwitz. “Para ser recebido, um testemunho deve ser apropriado, quer dizer, despojado tanto quanto possível da estranheza absoluta que o horror engendra. Essa condição drástica não é satisfeita no caso dos testemunhos dos que se salvaram” (RICOEUR, 2007, p. 187).

À sua tríplice declaração da testemunha – estava lá; acreditem em mim; se não acreditarem, perguntem a outra pessoa –, Ricoeur (2007, p. 293) acrescenta: “Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para certificar a realidade de nossas lembranças. Dizemos agora: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado”.

Paul Ricoeur (2007) divide sua obra *A memória, a história, o esquecimento* em três partes: 1) *a memória*, que abrange os fenômenos mnemônicos e toma por base a fenomenologia; 2) *a história* procede de uma epistemologia das ciências históricas; 3) *o esquecimento*, que permite uma meditação sobre esse fato e se enquadra numa hermenêutica da condição histórica dos seres humanos. Ele ressalta a importância de se estudar como um par esses dois termos-chave, memória e esquecimento, embora haja uma contraposição natural entre eles, uma vez que um inviabiliza o outro.

No nosso estudo, cabem as duas perguntas que orientam o trabalho de Ricoeur e são repetidas no início de sua obra: *De que* há lembrança? Do holocausto. *De quem* é a memória? A memória trabalhada na tese refere-se à das testemunhas do holocausto: os sobreviventes. O trabalho da memória é acessar o passado por meio das lembranças que a acometem. Há sempre, para Ricoeur, uma ameaça permanente: a imaginação. Não obstante, o referente último da memória é a convicção de que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança. Assim, a memória traz em si um pacto com a verdade ou ambição de função veritativa e apresenta um vínculo com o passado. Ainda para Ricoeur (2007, p. 40), “as deficiências procedentes do esquecimento [...] não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas ou disfunções, mas como o avesso de

sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória”.

Antecedendo Maurice Halbwachs, Ricoeur (2007) usou o termo quadros sociais da memória para falar de memória coletiva. No entanto, foi Halbwachs quem criou o termo memória coletiva e afirmou que para lembrar precisamos dos outros. Quanto à sua segunda concepção, não partilhamos da opinião de que para lembrar precisamos dos outros. Nesse aspecto concordamos com Ricoeur: talvez a ajuda do outro seja importante, mas não é decisiva, até porque o ser humano possui lembranças que só foram vividas por ele em particular.

Quando falamos em memória não há como fugir de seu lado inverso: o esquecimento. Esquecer é aniquilar o passado. Ricoeur (2007) garante que a destruição de um arquivo, de um museu ou de uma cidade, por exemplo, equivale a esquecimento. A guerra provoca a destruição de um passado histórico. O esquecimento é o inimigo da memória e da história e dele depende ainda a confiabilidade da memória. O passado passa a fazer um jogo entre presença/ausência e distância, surgindo então os fragmentos.

Quanto mais distante do evento, mais a memória está propensa ao esquecimento. Daí a importância do registro, seja testemunhal, seja histórico. É quando se fala também de memória feliz. O esforço de recordação, para Ricoeur, pode ter sucesso ou fracassar. Assim, ele dá o nome a uma recordação bem-sucedida de memória feliz, constituída pelo reconhecimento atual da lembrança passada. Um acontecimento do passado não é uma imaginação, é um dado do passado que se fez presente e representa uma confiabilidade da memória.

Seria o esquecimento manipulado? Para Ricoeur (2007) as pessoas escolhem o que contar. Daí o termo usado por ele: memória manipulada. Ele utiliza ainda outro termo quando trata da memória: memória impedida, que estaria ligada ao trauma, ao esquecimento como fuga. Ricoeur (2007, p. 99) alega que, tomando como base as ideias de Todorov, era preciso “extrair das lembranças traumatizantes o valor exemplar que apenas uma inversão da memória em projeto pode tornar pertinente. Enquanto o traumatismo remete ao passado, o valor exemplar orienta para o futuro”.

Ricoeur (2007) estabelece uma diferença entre lembrança e recordação, sendo esta última procurada, intencional. Evocação é outro termo usado para representar a busca empreendida pela memória. Por sua vez, a lembrança é involuntária e surge naturalmente desencadeada por um fato. Embora a memória procure ser fiel ao passado, não é possível lembrar tudo nem narrar tudo. Como a memória é seletiva, inconscientemente são feitos

recortes dos fatos trazidos pela memória, do que lembrar. Recortar é uma forma de repetir, e a cada repetição ocorre de forma involuntária uma modificação, que, contudo, não se distancia dos fatos iniciais. Nessa seleção, colocamos em relevo um fato em detrimento de outro, ou seja, silenciemos certos acontecimentos. Assim, a memória pode ser conservação ou elaboração. Le Goff (2003) postula, como historiador, que não lembramos apenas do fato, mas também das circunstâncias ligadas a ele.

De acordo com Ricoeur, a memória é a matriz da história, de onde são buscadas todas as informações. O esquecimento deve-se também ao trauma, sendo uma forma de defesa, à mortalidade e ao envelhecimento do cérebro. Porém, não tratamos desses assuntos nesta tese. Assim, com base no que diz Ricoeur (2007), memória e esquecimento estão no mesmo parâmetro.

O apagamento gradual da memória é um processo que coloca em risco as informações do passado, quaisquer que sejam elas. Com relação ao holocausto, esse processo é acentuado ainda pela morte dos sobreviventes. O registro escrito por meio dos testemunhos conserva vivos os fatos. Se para Levi o testemunho deve ser o menos passional possível para cumprir sua missão, para nós, pesquisadores e estudiosos, essa atitude também deve ser observada, mas nem sempre esse distanciamento é possível, uma vez que não temos como nos furtar à indignação e ao pavor quando lemos os relatos. A memória é um campo de conflitos, pois há algumas divergências entre os testemunhos, uma vez que está presente a subjetividade de cada um, pois esta é uma de suas prerrogativas. Todavia, em sua maioria, as histórias são bem próximas. Mas cada testemunho, embora subjetivo, traz em si a memória dos outros, daqueles que padeceram juntos.

O aspecto fragmentário da memória também é evidente. As lembranças do passado surgem por meio de fragmentos, retalhos e interrupções temporárias do fluxo natural do passado, do que lembrar, e está presente em todo tipo de rememoração.

Uma pergunta nos vem à mente? Diante do trauma, como vencer ou superar o sofrimento? Para muitos, isso só ocorre mediante o perdão. Da mesma forma, não há como falar em testemunho sem falar em perdão. De que modo este é possível? Ricoeur entende que o perdão faz referência à culpabilidade e ao castigo. Ele é difícil de dar e de receber, bem como de conceituar. O perdão é o horizonte da memória, da história e do esquecimento e envolve ainda os aspectos jurídico e político e a moralidade social. Como aplicar o perdão a crimes aos quais, em razão da imensidão da desgraça que assola as vítimas, cabe a denominação de injustificáveis? Talvez a própria punição

imputada aos nazistas tenha sido em si mesma um ato de perdão. A ação era imperdoável, por isso, em muitos casos, a punição tenha sido considerada tão pequena que se aproximou do perdão, embora de forma involuntária. Sequer se podia aventar o perdão da concepção cristã, pois os fatos mostravam que nem por um momento houve quaisquer resquícios de religião. O ato de perdoar tornou-se, então, a segunda provação a que foi submetido o povo aniquilado e destruído. A noção de crime contra a humanidade comporta a ideia de imperdoável a uma ação irreversível.

Sobre a memória, diz Seligmann-Silva (2003, p. 51-52): “Auschwitz pode ser compreendido como uma das maiores tentativas de ‘memoricídio’ da história [...]. O holocausto é uma ferida aberta pelo trauma – e, portanto, envolve a resistência e a superação da negação – como também visa a um consolo nunca totalmente alcançável”. O grande temor dos que sobreviveram era que seus relatos não fossem considerados verdadeiros. Mas isso viria a ocorrer muitas vezes.

À pergunta: é verdadeiro ou é falso que em Auschwitz foram utilizadas câmaras de gás para matar tantos judeus, poloneses, ciganos? Os negacionistas respondem sempre ser falsa a afirmativa. Negar tal fato é colocar em dúvida os testemunhos dos sobreviventes. Nesse sentido, Gagnebin (2014, p. 28) defende:

É preciso enfatizar a relevância não só epistemológica, mas também, e antes de tudo, ética e política da construção do passado. Esse tema, caro a Walter Benjamin, se tornou candente nos debates posteriores sobre a historiografia da Segunda Guerra, em particular no que se refere à história da *Shoah* – que proíbe tanto o comodismo relativista quanto as posturas dogmáticas do positivismo científico, invocado justamente pelos assim chamados negacionistas.

Essa postura iria de encontro à pretensão dos nazistas: apagar os rastros e eliminar os documentos quando perceberam ser a derrota iminente; lutaram para impor outra versão dos acontecimentos.

Em seu texto *Um pesadelo, talvez?: a elaboração social do trauma do holocausto*, Carolina Sieja Bertin analisa a guerra e seus efeitos, em especial o holocausto. Ela procura responder à pergunta: “De que maneira a sociedade elabora o trauma do holocausto?” E não só em relação às famílias dos sobreviventes, mas a todas as culturas receptoras, inclusive as futuras gerações, que recebem os testemunhos dos sobreviventes e não sabem o que fazer com eles, pois não passaram pela experiência traumática da guerra.

Em sua análise, Sieja concluiu que o testemunho dos sobreviventes – como, por exemplo, Elie Wiesel e Primo Levi, considerados dois grandes representantes – forneceu a base para que as segundas gerações e as sociedades que não vivenciaram o holocausto pudessem construir uma representação de tal trauma. Eles procuram ressignificar os elementos de sua vida por meio de imagens:

O transporte leva aos campos de concentração; a chaminé se torna a torre onde os corpos são cremados; a seleção é a atividade cotidiana onde soldados escolhem quem vai para o gás; a fome é algo usual, etc. Resta, ao escritor, adotar uma determinada linguagem, formar seus símbolos e tentar se aproximar ao máximo do Real que vivenciou (BERTIN, 2016, p. 7).

São procurados, então, diferentes níveis de contato. Nesse sentido, a pintura e o cinema cumprem bem esse papel, em especial este último, que é capaz de unir o símbolo e a imagem em suas representações do holocausto judeu. As produções cinematográficas ficam mais conhecidas que a literatura, pois alcançam um público maior. Algumas pinturas de crianças que viveram no campo de Terezín de 1942 a 1944, publicadas no livro *I neversawanotherbutterfly*, de 1994, mostram essa simbologia da representação traumática do holocausto após a Segunda Guerra. Elas contribuem para o não esquecimento. Nesse sentido, Bertin (2016, p. 14) argumenta:

A busca por imagens que corporifiquem tal experiência passa a ser extremamente necessária. [...]. Nesse sentido, a arte se torna uma importante ferramenta na disseminação do genocídio, colaborando para que sua memória não morra, ao mesmo tempo em que continue a fazer sentido para as próximas gerações.

Em sua vinda ao Rio de Janeiro em 2004³⁶ para dar sua contribuição à discussão dos afrodescendentes latino-americanos – num ato de coragem, pois estava muito doente e a viagem era longa –, Derrida, conforme relata Cláudia Perrone-Moisés (2007) em seu artigo “A justiça e o perdão em Jacques Derrida”, justifica que o perdão não deve ter nenhuma finalidade, pois seus laços essenciais o unem ao amor.

Para Derrida (PERRONE-MOISÉS, 2007), esses crimes [cometidos pelos nazistas] foram “eventos extraordinários” que criaram um novo conceito jurídico a que se deu o nome de crimes contra a humanidade, não cabendo ao corpo anônimo do Estado ou de uma instituição pública perdoar. Seguindo nessa linha, poderíamos afirmar que o perdão só caberia às pessoas que sofreram o crime, mas elas não podem perdoar,

³⁶ A palestra foi proferida por Derrida no colóquio “O Perdão, a Verdade, a Reconciliação – Qual Gênero?”, organizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) em parceria com o Consulado da França no Rio de Janeiro em 2004.

pois perderam a vida. Então essa prerrogativa caberia aos sobreviventes – e só a eles. Derrida afirmava que os pedidos de perdão, embora não sejam atitudes ruins, tornaram-se banais, hipócritas, calculistas, sem o verdadeiro sentido da palavra. Da mesma forma como é impossível haver reparação, não pode haver vingança.

A tradição judaico-cristã fala do perdão, mas o poder de perdoar é sempre divino em sua essência, assim este caberia a Deus. Contudo, encontramos na Bíblia o seguinte diálogo entre Pedro e Jesus: “Então, Pedro, aproximando-se, lhe perguntou: Senhor, até quantas vezes meu irmão pecará contra mim, que eu lhe perdoe? Até sete vezes? Respondeu-lhe Jesus: Não te digo que até sete vezes, mas até setenta vezes sete” (Mateus, capítulo 18, versículos 21 e 22).

4.8.1 O revisionismo

A partir do holocausto judeu passa-se a estudar o significado dos termos memória e direitos humanos com acentuado rigor e, em especial, sob o prisma da ética. Conquanto, são muitos os que acreditam que o genocídio não ocorreu, que é uma mentira dos judeus. Outros consideram os fatos tão terríveis que é difícil acreditar neles ou na capacidade do homem de destruir seus “iguais” – embora este termo não representasse a classificação dada pelos nazistas – de forma tão violenta. Mas os historiadores afirmam que não houve na história nada igual. As câmaras de gás e os 6 milhões de judeus mortos são um fato irrefutável. Há testemunhos, documentos e imagens capazes de provar que o holocausto existiu.

Há quem tente negar a existência do holocausto, mas além dos testemunhos daqueles que o viveram e conseguiram sobreviver e dos soldados russos e norte-americanos, os primeiros a chegar aos campos de concentração e extermínio, muitas pesquisas foram feitas para provar que não há como negar – realmente existiu.

Segundo Cytrynowicz (2003, p. 130), o truque usado pelos negacionistas, geralmente formado por neonazistas, é simples e eficiente: consiste em lançar “dúvida sobre um ponto minúsculo, muitas vezes um lapso de memória, um dado não conhecido, um erro histórico, um retoque de fotografia etc., e a partir daí lança-se a suspeita sobre a própria ocorrência histórica do genocídio”. Tudo com base no famoso complô judaico-sionista defendido pelo mesmo grupo. O negacionismo tenta converter em irrealdade a situação vivida, como faziam os nazistas ao buscarem a total

eliminação do grupo inimigo como forma de impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança.

O termo usado para negar que os campos de concentração existiram é revisionismo – ato de propor outra análise para determinados fatos. Mais especificamente, revisionismo histórico, que é uma investigação crítica baseada em teorias e hipóteses no sentido de testar a validade destas. Para a ciência, é algo normal ou até banal, pois velhas teorias às vezes são contestadas por novas provas e pesquisas. Quando estudamos a história do holocausto judeu, esse é um termo com o qual nos deparamos com frequência. Nesse caso, no entanto, a corrente revisionista nega que as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus, homossexuais e ciganos tenham existido. Desse modo, como fato histórico – e não religioso – o holocausto permite contestação crítica. Para os não judeus isso é mais que válido. Contudo, diante de tantas provas, documentos, fotografias, filmagens no local, testemunhos, os discursos de Himmler, os diários encontrados, inclusive dos nazistas, de Goebbels, por exemplo, de chefes de campos, de pesquisas de historiadores renomados, incluindo investigações científicas sobre os campos de concentração e de extermínio, não há como contestar. Assim, sem justificativas para esses acontecimentos bárbaros, alguns tentam negá-los, como acontece repetidamente em relação ao holocausto.

São muitos os motivos alegados pelos revisionistas, mas eles não sabem explicar, por exemplo, alguns pontos, nem se preocupam em explicá-los: por que, no verão de 1941, Heydrich afirmou: “O *Führer* ordenou que suprimíssemos os judeus” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 55). Não se pode deixar de considerar que documentos mostram que Hitler decidiu exterminar os judeus durante o verão de 1941. E essa ordem foi logo obedecida, dando-se início à solução final. Da mesma forma, se os números são bastante inferiores, como argumentam os revisionistas, que não chegariam a 200 mil mortos, sendo muitos de morte “natural”, parece uma contradição a seguinte afirmativa: “Richard Korherr, inspetor da SS para as questões de estatística, no final de março de 1943, afirmou que mais de 2,5 milhões de judeus já haviam sido ‘evacuados’, o que significa, sem a menor dúvida, na imensa maioria dos casos, mortos, e que essa cifra não compreendia os falecimentos [...] na área do front” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 60-61).

Antes de tudo, negar Auschwitz é tentar apagar a história e a memória de um dos maiores crimes contra a humanidade: se a história necessita do registro da memória, esta não pode prescindir do fato histórico para se aproximar do real ou do verossímil. Há

uma conexão direta entre os dois processos. A história, com uma investigação mais científica, com documentos e registros, e menos subjetiva, mas não totalmente, e a memória com os testemunhos. Portanto, o relato de testemunho traz em seu bojo informações importantes para os historiadores, embora muitos não o reconheçam, conforme ressalta Seligmann-Silva (2003, p. 419):

Devemos insistir na diferença dos registros da memória e da historiografia. No primeiro caso, a dor pode justificar o silêncio (mas ela muitas vezes leva à *necessidade* do testemunho); no segundo é obrigação do pesquisador identificar os fatos e procurar a compreensão: por mais infinita que essa tarefa seja.

Nos dias atuais, a violência tem se intensificado, e há muitos estudos sobre o assunto. Fazendo um paralelo com o genocídio judeu, podemos analisar a violência cometida nos dias de hoje e as perseguições raciais que ocorrem mundo afora. O neonazismo prolifera em vários países, reacendendo a discriminação não só contra judeus, mas em relação a diversos outros povos. Da mesma forma, tem aumentado em todo o mundo a postura de discriminação contra os imigrantes que se deslocam para a Europa, em especial da Síria. Colocar em dúvida o holocausto é perseguir de novo os judeus e colocar em dúvida seu passado, sua memória. Significa ainda qualificar os testemunhos de mentirosos e enganadores.

Levantar dúvidas permite, então, diversos questionamentos aos revisionistas: Se o número de judeus vivendo na Polônia, na Alemanha e em outros países dominados era tão grande, o que aconteceu com pelo menos 5 a 6 milhões de judeus que desapareceram das estatísticas? Por que obrigar os judeus adultos e até as crianças a usarem a estrela amarela no peito e por que tirá-los de casa para outros locais? Qual a razão para a criação de guetos? De que modo pessoas de vários locais contariam a mesma história sobre os mais diversos campos? Por que os judeus resolveram de repente abrir mão de todos os seus bens e negócios – principalmente se pensarmos que eram considerados avaros – e trabalhar de graça e em condições sub-humanas para os alemães? Por que, após a guerra, houve tantos judeus com a marca de números nos punhos e o que isso representava? E os depoimentos dos nazistas nos julgamentos de Nuremberg e de Jerusalém? E as perguntas se sucedem.

Sarlo (2007, p. 38-39) defende que todos os gêneros testemunhais são capazes de dar sentido à experiência: “Um movimento de devolução da palavra, de conquista da palavra e de direito à palavra se expande, reduplicado por uma ideologia da “cura”

identitária por meio da memória social ou pessoal”. E recupera o que diz Geoffrey Hartmann, crítico literário e responsável acadêmico pelo arquivo do holocausto da Universidade de Yale: “O dever de escutar e de restabelecer um diálogo com pessoas que foram marcadas por sua experiência de tal modo que a integração total na vida cotidiana é apenas aparente” (SARLO, 2007, p. 123).

Sobre a memória, diz Elizabeth Jelin (2002, p. 75):

La memoria es una fuente crucial para la historia, aun (y especialmente) en sus tergiversaciones, desplazamientos y negaciones, que plantean enigmas y preguntas abiertas a la investigación. En este sentido, la memoria funciona como estímulo en la elaboración de la agenda de la investigación histórica. Por su parte, la historia permite cuestionar y probar críticamente los contenidos de las memorias, y esto ayuda en la tarea de narrar y transmitir memorias críticamente establecidas y probadas.

4.9 A guerra e os fundamentos da psicologia

Desenvolvendo ainda nosso estudo sobre o mal, levantamos hipóteses baseadas nos estudos psicológicos de Freud e Jung que indicam outra direção – não ousaríamos usar o termo “justificativa” – ou explicações para tais atos.

Não podemos negar que Auschwitz ultrapassou todos os limites do real e deixou muitas interrogações: qual o sentido do comportamento dos nazistas e dos judeus? Como compreender o desenrolar dos fatos e as razões para as atitudes de cada um dos lados? Por que os judeus não reagiram? Por que tamanha “submissão”? Os acontecimentos que envolvem o campo parecem ficcionais, difíceis de acreditar. Ao estudar o holocausto deparamo-nos com uma interrogação bastante frequente sobre a reação dos judeus quando foram destituídos de todos os direitos, dos bens e da própria vida. Esse comportamento, que não cabe nesta tese discutir, por si só talvez mereça um estudo aprofundado no campo da psicologia. Aventaríamos a hipótese de que havia certo distanciamento psicológico dos fatos, uma vez que a submissão dos judeus fica patente em diversos relatos, tanto históricos como testemunhais. Não podemos negar os riscos de esboçar qualquer reação, mas até que ponto isso preservou ou ajudou a preservar vidas? As reações vieram quando os judeus se uniram aos prisioneiros de países aliados, presos em pequeno número. Contudo, são ínfimos os relatos de reação aos abusos cometidos no campo, alguns deles envolvendo os *Sonderkommandos*, para os quais não havia qualquer esperança de sobrevivência.

O nome “Auschwitz” não é simplesmente o símbolo do horror e da crueldade inéditos que marcaram a História contemporânea com uma mancha indelével; “Auschwitz” também é a prova, por assim dizer, sempre viva de que o *nomos* (a lei, a norma) do espaço político contemporâneo – portanto, não só do espaço político específico do regime nazista – não é mais a bela (e idealizada) construção da cidade comum (*pólis*), mas sim o campo de concentração (AGAMBEN, 2008, p. 9, Apresentação).

Conforme Agamben (2008, p. 20), “a aporia de Auschwitz é realmente a própria aporia do conhecimento histórico: a não coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão”. Essa impossibilidade objetiva de obter resposta ou conclusão para uma determinada indagação filosófica deve-se à incapacidade que se tem de entender o comportamento do homem, no caso, de ambos: carrascos e vítimas.

O psicanalista Bruno Bettelheim trata desse assunto quando diz que teve de enfrentar a incredulidade dos norte-americanos que duvidavam dos relatos que ele fazia sobre sua experiência no campo de Dachau entre 1938 e 1939. Ao imigrar para os Estados Unidos em 1939, ele encontrou muitas dificuldades ao tentar publicar um artigo sobre os fatos vividos. Posteriormente, lançou dois livros que também tratavam do assunto: *Sobrevivência* e *O coração informado*. Após a guerra, outros sobreviventes passaram pelas mesmas dificuldades. Surgia, então, uma das perguntas mais comuns: como acreditar em tais barbáries?

Nas obras aqui estudadas, é possível perceber a essência do ser humano e suas atitudes em confronto com a deturpação da razão diante do conflito. Supremacia e dominação eram o centro do poderio nazista. Entretanto, há um irracionalismo subjacente nas ações perpetradas, podendo-se perceber que as atitudes eram desencadeadas de forma racional, premeditada, organizada com todo o aparato militar e burocrático. As contingências tinham papel determinante nos fatos históricos, bem como as ações dos homens de acordo com suas ideologias. Acreditamos que se houvesse ideologias sem ações, talvez não houvesse tanta opressão e destruição, mas o homem é fruto de suas ações.

Tentamos esclarecer pontos de vista sobre o mal e a guerra utilizando estudos das mais diversas áreas. A psicologia também estudou a respeito e levantou hipóteses. Enfocaremos as análises de Freud e Jung sobre a guerra e o mal, bem como sobre uma de suas consequências: o trauma. O trauma foge dos padrões de compreensão – é uma resposta a eventos violentos, a ameaças súbitas, inesperadas, muitas vezes ligadas à morte –, mas retorna mais tarde em *flashbacks*, pesadelos e outros fenômenos e repete-

se infinitamente. O trauma permanece indisponível para a consciência, no entanto se manifesta em várias ocasiões. Para alguns psicólogos, numa designação geral, é preciso revivê-lo, rememorar-lo e externalizá-lo por meio da narrativa, por exemplo, para conseguir superá-lo. O trauma do sobrevivente está vinculado à morte que testemunhou, à partida dos pais, à separação destes, à notícia posterior de que morreram nos campos, à perda de parentes ou amigos próximos e a outros eventos semelhantes.

4.9.1 O trauma decorrente da guerra

O trauma tornou-se um problema patente na vida dos sobreviventes. Na terminologia psicanalítica, trauma significa uma lesão provocada na psique em resultado de uma experiência que pode ter sido agradável ou desagradável em si mesma. Essa lesão é causada por um agente externo e representa uma ferida. No trauma, as defesas psicológicas naturais de uma pessoa são transgredidas, e o indivíduo não encontra recursos em si mesmo capazes de fazê-lo superar uma situação de dor ou lidar com o mundo após o evento traumático. Diversos tipos de violência podem desencadeá-lo: guerras, estupros, torturas, perdas, separações e outros tipos de sofrimento.

Para Freud, o trauma gera uma repetição constante ou um rememorar na mente do indivíduo que passou por um choque. É uma lembrança que não se esgota. Por isso a repetição constante na linguagem do indivíduo, e mesmo quando tenta esquecer não consegue parar de “relatar”, pois o trauma o acompanha para sempre.

De maneira geral, o trauma do sobrevivente deve-se ao fato de este não ter processado de fato a morte e o luto dos pais, dos parentes, dos amigos e dos conhecidos, além de ter vivido uma situação-limite em que a morte era uma constante. Afinal, a morte dessas pessoas muitas vezes não foi presenciada, no sentido de ver a pessoa morrer, mas de ter a confirmação de que morreu. Os judeus simplesmente ouviram falar e tiveram a pessoa suprimida de seu convívio de forma brutal. Mas para prosseguir com a vida e superar uma etapa é necessário ter vivido e completado a fase anterior, mas aos sobreviventes não foi dada essa prerrogativa. Não superaram o momento da morte e do luto.

Os judeus foram impedidos de honrar seus mortos, de sepultá-los, de deixar claro que havia uma separação entre estes e os vivos. Por isso era preciso viver o luto e deixar o passado para trás. Impedir o luto era mais um tipo de violência imputada a um povo que considerava essencial os ritos religiosos ligados à morte. No entanto, diante da

impossibilidade de enterrar os mortos, os túmulos são apenas simbólicos. Da mesma forma, escrever é uma tentativa de cumprir esse ritual.

A memória de alguém que sofreu um trauma está carregada de imagens, emoções de eventos do passado que são revividos no momento atual de vida, proporcionando algum tipo de desgaste, seja cognitivo, seja físico ou emocional. Na literatura de testemunho, o trauma torna-se patente porque a pessoa, mesmo após o afastamento do fato que o provocou, não se sente segura nem consegue dar continuidade a uma vida normal. Muitas vezes, o trauma persiste porque não houve um fim. Confrontar o passado, nesse caso, pode ser uma necessidade. Lapsos de memória são naturais naqueles que viveram o trauma. O campo teve o dom de embrutecer o indivíduo e afastá-lo do “ser social”, pois a preocupação imediata era com a sobrevivência. Desse modo, qualquer justificativa para os atos de Hitler é um desrespeito a suas vítimas.

Os traumas provocados pela guerra deixaram suas marcas nos sobreviventes. Entre elas, podemos mencionar: depressão, angústia, pesadelos, apatia, culpa, desamparo, desespero, tristeza, melancolia; confusão mental e dificuldade de expressar seus sentimentos; alienação e isolamento, que dão lugar a um novo comportamento social; mutismo ou, em contrapartida, necessidade de contar e de repetir exaustivamente tudo o que viveram, como o fazem as testemunhas, sendo a situação mais extrema o suicídio, que a história registrou: Bruno Bettelheim, Paul Celan, Jean Amery e Levi, por exemplo (teóricos que deixaram um testemunho valioso e são estudados reiteradamente na pós-graduação).

Há muitos questionamentos a respeito do suicídio no campo. Mas os testemunhos indicam que essa não era uma opção que se descortinasse para os prisioneiros. É fácil dar um fim ao sofrimento, mas ninguém buscou escapar assim. Matar-se seria degradante, e ali já existiam circunstâncias que proporcionavam decadência demais. Além disso, o judaísmo considera o suicídio um crime tão grave quanto o assassinato. A doutrina judaica ensina que nenhum ser humano é dono do seu corpo. Ao se ferir o corpo ou a alma, comete-se uma ofensa contra a obra e a propriedade divinas. O Criador dá a vida e somente ele tem o direito de tirá-la.³⁷

As testemunhas Levi, Nichthausen, Kulka e Kustin experienciaram o campo de concentração. Papadopol não passou por essa experiência, mas também viveu o trauma,

³⁷ A importância da vida – judaísmo na prática. Disponível em: <<https://pt.chabad.org>> Judaísmo na Prática > Ciclo da Vida > Falecimento & Luto>. Acesso em: março 2017.

o terror da guerra e as perseguições por ser judia. O trauma foi inerente à vida de cada um deles. Para nós, crer na humanidade é uma dificuldade após lermos essas narrativas.

Avraham Milgram, em declaração à *Folha de S. Paulo* (ALMEIDA, 2015), disse: “Os sobreviventes são um elo importante no processo de manutenção da memória, pois personificam a história”. Entretanto, o que se observa é a diminuição do número de sobreviventes: “Hoje, 70 anos após o fim da Segunda [Guerra] em solo europeu – completados na última sexta-feira (8) [8 de maio de 2015] – Henry é um senhor de 84 anos. Morador de Belo Horizonte há quase 60, é um dos 283 sobreviventes do holocausto que vivem no Brasil. Seu relato é precioso” (ALMEIDA, 2015).

Acessar o passado é tornar-se vulnerável à dor. As lembranças ruins, consciente ou inconscientemente, provocam no indivíduo obsessões que o prejudicam e o atormentam. O confronto com a realidade do pós-guerra traz essas diversas situações. O trauma pode ser percebido nas biografias e nas obras de testemunho de pessoas que passaram pelos campos de concentração, o que levou muitas delas a cometerem suicídio anos depois do evento, uma vez que não conseguiram superar o trauma. Assim, o testemunho é responsável também pela tentativa de construção de uma identidade pós-catástrofe a fim de fazer o sobrevivente continuar a viver, sendo mais uma forma de se rebelar contra a barbárie que viveu e testemunhou.

O luto, etapa posterior à morte, precisa ser vivido de maneira intensa por meio de sinais internos e externos para só então ser suplantado pela recuperação emocional. Os judeus sequer tinham tempo para o sentimento de tristeza. Portanto, para eles, a situação restou inacabada. Sob pena de persistir como um tormento à sanidade mental de quem o vivencia, o luto não pode ser nem camuflado nem silenciado. Como vivenciar essas mortes se os corpos foram jogados em valas comuns e desconhecidas? Não há um túmulo exato para visitar, apenas representações. Os judeus não puderam dar um fim aos seus mortos, pois milhares deles permaneceram insepultos. Todo o passado foi eliminado sem deixar rastros, numa tentativa de dizimar, de exterminar o indivíduo como se este nunca tivesse existido. Restavam então o esgotamento, a amargura e a desolação.

O primeiro estágio do luto é a *negação*; o segundo, a *aceitação*. No entanto, diante de um passado tão terrível, o lamento brota de toda recordação do holocausto. Não é possível esquecer. Só haveria um modo: não ter vivido e participado da tragédia. Para os psicólogos, com a morte tem de haver um encerramento de uma etapa para os que continuam vivos, mas para os sobreviventes isso não foi possível. Muitos sequer

souberam do paradeiro dos familiares. Alguns nem durante a guerra nem depois, não sendo possível, portanto, praticar os rituais judaicos.

No luto, segundo Freud, há um sentimento de perda de algo ou de alguém, sem diminuição do sentido de si mesmo. Se no lugar do luto existe uma melancolia, é porque há, de forma intrínseca, uma oposição. A melancolia exige tratamento; o luto exige tempo, pois é um sentimento normal, embora doloroso. Portanto, quando o luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido, deixando em seu lugar uma lembrança. O universo do indivíduo ficou empobrecido, mas sem desvalorização dele mesmo como pessoa. Na melancolia, por sua vez, o indivíduo sente uma diminuição de si, por isso não consegue continuar sua vida e deixar o passado para trás, o que deságua em uma infelicidade persistente. O indivíduo fica ligado ao que morreu, e o ego sente-se diminuído, desvalorizado.

Cada prisioneiro no campo de concentração é um equilibrista a andar sob o fio tênue da arbitrariedade, que decide quem vive ou quem morre. A melancolia dos prisioneiros vem de suas perdas, despojamentos e ruína.

Bauman (1998, p. 22), apoiado nas considerações de Helen Fein, concebe que o holocausto foi um produto único, mas totalmente determinado por fatores sociais e psicológicos que somados levaram à suspensão temporária do controle civilizatório em que normalmente é mantido o comportamento humano. Desse modo, o holocausto seria a libertação do lado selvagem e mau do homem. Se esta catástrofe pudesse ser considerada uma característica da modernidade, não teríamos como explicar outros fatos com a mesma dimensão de violência e desumanidade que a história nos conta.

Bauman (1998) afiança que o holocausto seria uma *verdade* dos tempos modernos e não apenas uma *possibilidade*. Foi um acontecimento sem precedentes em tamanho e violência. Várias foram as condições que o promoveram, como, por exemplo, a indiferença do povo alemão. Além disso, o fato de os judeus não terem um território foi um dos argumentos dos nazistas e de Hitler para alegar que eles pretendiam fazer da Alemanha seu território. Hitler acreditava que,

não tendo Estado territorial, os judeus não podiam participar da universal luta pelo poder na sua forma ordinária de guerra para conquista de território e assim tinham que apelar a métodos indecentes, sub-reptícios e desleais que faziam deles um inimigo particularmente sinistro e formidável; um inimigo, ademais, improvável de ser jamais saciado ou pacificado e por isso fadado a ser destruído para se tornar inofensivo (BAUMAN, 1998, p. 55).

Os fatos demonstram que a omissão dos alemães e das outras nações agravou sobremaneira a situação dos judeus, além do fanatismo depositado em um só homem: Hitler, com a ambição de dominar e subjugar toda a Europa, uma aversão sem limite aos judeus e sua insanidade em relação à pureza da raça alemã.

Além do trauma, o sentimento de culpa é uma constante para os sobreviventes, mesmo sabendo-se “não culpados” e que nada do que ocorreu em relação ao holocausto pode ser a eles atribuído. Contudo, é uma culpabilidade sem falta e sem dívida. Cabe aos nazistas em particular, por praticarem atos tão condenáveis, e aos alemães em geral, por terem participado tão passivamente, deixando que as atrocidades acontecessem, e, de certa forma, ao mundo inteiro, por sua omissão, o ônus da culpa. Muitos dos fatos ocorridos, como a Noite dos Cristais (1938), foram divulgados. Talvez o que não se soubesse à época tenha sido a intensidade das carnificinas, mas tinha-se conhecimento da existência dos campos de concentração, como mostramos em vários trechos desta tese. Além disso, muitos que conseguiram deixar a Alemanha e a Polônia revelaram a dimensão com que os nazistas espalhavam o terror. O Terceiro Reich ostentava ao mundo a força militar e a vontade de Hitler de dominar a Europa.

Levi menciona em seus testemunhos o sentimento de culpa que assolava muitos sobreviventes. Estes se perguntavam o que poderiam ter feito para diminuir o infortúnio dos outros prisioneiros, dos mais fracos, dos desesperados, dos fisicamente debilitados ou mais doentes. Em contrapartida, ele mostra como a caridade e o apoio foram necessários e essenciais para que muitos não perecessem. E isso é mostrado ao descrever em suas obras a ajuda que dera e recebera em troca, em especial em *A trégua* (2010). Para ele, no entanto, mesmo diante de tudo isso, era difícil não sentir culpa ou vergonha. Por mais estranho que possa parecer a nós leitores, pesquisadores e historiadores, afastados do drama, o ato de sobreviver trazia para os prisioneiros a sensação de culpa. É difícil imaginar, diante dos relatos, o que alguém poderia ter feito nas condições, no espaço e no tempo em que os testemunhos estão circunscritos. Ao sobrevivente resta a certeza de que o instinto de sobrevivência prevaleceu. Não se sabe se foi o acaso – ou o destino – que possibilitou isso a muito poucos. O que ficou foi a difícil tarefa de se erguer quando o mundo ao redor desabou, quando não se tem família a quem recorrer.

As razões para tentar sobreviver nos campos de concentração eram inúmeras. Além da necessidade de preservar a própria vida, muitos tomaram atitudes que jamais imaginariam em outras circunstâncias. Outra razão era dar a conhecer ao mundo as

atrocidades cometidas pelos homens, a vontade de querer a qualquer preço tornar-se testemunha, conforme declara H. Langbein (AGAMBEN, 2008, p. 25):

De minha parte, tinha decidido firmemente que, independente do que me viesse a acontecer, não me teria tirado a vida. Queria ver tudo, viver tudo, fazer experiência de tudo, conservar tudo dentro de mim. Com que objetivo, dado que nunca teria tido a possibilidade de gritar ao mundo aquilo que sabia? Simplesmente porque não queria sair de cena, *não queria suprimir a testemunha que podia me tornar* (grifo nosso).

A expressão “não queria sair de cena” também pode significar querer viver, o que representa a determinação de todos os prisioneiros. Só em momentos de completa exaustão eles se entregam e perdem as esperanças, mas mesmo assim não tiram a vida, esperam que o conforto chegue com a morte.

No campo, a cada dia via-se a quebra do fio tênue que separa vida e morte. Quantos presenciaram ou souberam da morte dos membros da família, dos parentes e amigos, além do fato de que estar no campo era ter consciência, acima de tudo, de que esse fio podia romper-se para si mesmo. Tudo isso gerava trauma.

Primo Levi revela em seus escritos que tinha convicção de que era preciso escrever sempre, deixar o registro do que representou para cada um e para todos em geral a catástrofe. Em *Os afogados e os sobreviventes*, uma das mais conhecidas obras de testemunho, Levi (2016, p. 17-18) reitera sua opinião:

É certo que o exercício (neste caso, a evocação frequente) mantém a recordação fresca e viva, assim como se mantém eficiente um músculo exercitado muitas vezes; mas é também verdade que uma recordação evocada com excessiva frequência, e expressa em forma narrativa, tende a fixar-se num estereótipo, numa forma aprovada pela experiência, cristalizada, aperfeiçoada, ataviada, que se instala no lugar da recordação não trabalhada e cresce à sua custa.

Levi (2016, p. 18) expõe no capítulo “Memória da ofensa” sua opinião como um dos sobreviventes sobre a recordação de eventos traumáticos:

Quero examinar aqui as recordações de experiências extremas, de ofensas sofridas ou infligidas. Neste caso atuam todos ou quase todos os fatores que podem obliterar ou deformar o registro mnemônico: a recordação de um trauma, sofrido ou infligido, é também traumática, porque evocá-la dói ou pelo menos perturba: quem foi ferido tende a cancelar a recordação para não renovar a dor; quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para atenuar seu sentimento de culpa.

Em sua abordagem sobre a catástrofe, Nestrovski e Seligmann-Silva (2000, p. 8) dizem que “toda catástrofe é, por definição, um evento que provoca um trauma”. A experiência do sobrevivente, portanto, é convertida em trauma individual ou coletivo e dá a dimensão da relação passado e futuro, sendo o primeiro catastrófico, e o segundo, incerto. Essa relação permite ao indivíduo repetir ou reviver inúmeras vezes no consciente ou no inconsciente o trauma.

A complexidade de narração e trauma persiste, e este foge da realidade pela sua intensidade e pelo mal que provoca no indivíduo, sem às vezes gerar compreensão ou solução. Contudo, se pôde ser feito, se ocorreu, pode ser narrado, e os testemunhos estão aí: são tão reais que parecem mentira ou invenção.

Como processo psicanalítico, o testemunho envolve uma catarse.³⁸ Narrar ou não é uma dúvida que acomete aqueles que passam pelo trauma. Nesse sentido, Nestrovski e Seligmann-Silva (2000, p. 9) fazem a seguinte abordagem:

Não contar perpetua a tirania do que passou; e sua distorção gradual, à distância do tempo, acaba pondo em xeque as certezas da memória, precárias como são. Mas como sustentar esse tipo de conhecimento que não pode ser falsificado pela reflexão, nem tornado consciente de todo sem distorções? Como fazer do leitor uma testemunha do evento? E para quem narra: como se tornar, narrando, uma testemunha autêntica do acontecido e uma testemunha autêntica de si?

White também fala sobre o trauma (1994, p. 103):

Os conjuntos de acontecimentos do passado do paciente, que são a causa presumida do seu sofrimento, manifestados na síndrome neurótica, deixaram de ser familiares, tornaram-se estranhos, misteriosos e ameaçadores e assumiram um sentido que ele não pode aceitar nem rejeitar efetivamente. Não é que o paciente não *sabe* quais eram aqueles acontecimentos, não é que não conhece os fatos; pois, se não conhecesse de algum modo os fatos, seria incapaz de reconhecê-los e recalá-los sempre que aflorassem à sua consciência. Ao contrário, ele os conhece muito bem. Conhece-os tão bem, com efeito, que convive com eles constantemente e de tal modo que se lhe torna impossível ver quaisquer outros fatos exceto através da coloração que o conjunto de acontecimentos em questão confere à sua percepção do mundo.

³⁸ “Na psicanálise: operação de trazer à consciência estados afetivos e lembranças recalçadas no inconsciente, liberando o paciente de sintomas e neuroses associadas a este bloqueio; na psicologia: liberação de emoções ou tensões reprimidas, comparável a uma ab-reação”. Ab-reação: “Na psicologia: descarga emocional pela qual um indivíduo se liberta do afeto que acompanha a recordação de um acontecimento traumático [Pode ser provocada, por exemplo, por hipnose, ou ocorrer de forma espontânea no decorrer do processo psicoterápico.]” (HOUAISS, 2009).

A teoria da psicanálise reconhece que o paciente resiste à memória traumática e ao mesmo tempo evoca essa memória, mesmo inconscientemente. Sarlo (2007, p. 9) afirma:

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade).

A lembrança exige uma perseguição, pois nunca está completa, além do fato de que a memória faz sempre uma seleção. Os testemunhos organizam as lembranças, o que remete ao que Sarlo (2007, p. 12) chama de “procedimentos da narrativa”. A subjetivação expressa pela narrativa em primeira pessoa pode muitas vezes, por meio da recuperação das lembranças, ajudar a libertar-se de um passado opressor, proporcionando o que Sarlo denomina de “guinada subjetiva” ou mudança de rumo. Isso exige um reordenamento no modo de encarar o que passou para alterar o condicionamento herdado do passado. “O texto em primeira pessoa oferece um reconhecimento que, de certo modo, tem caráter indiscutível, tanto pelo imediatismo da experiência como pelos princípios morais que foram violados” (SARLO, 2007, p. 86-87).

Sarlo (2007) admite que a história oral e o testemunho ajudaram a restituir a confiança nesse narrador em primeira pessoa que conta sua vida, seja ela privada seja pública, afetiva, política com o intuito de conservar as lembranças ou de compensar uma identidade traumatizada ou apenas sofrida. O testemunho histórico do holocausto hoje é preservado em museus, em especial no Memorial aos Judeus Mortos da Europa,³⁹ em Berlim, Alemanha, e no Yad Vashem,⁴⁰ em Jerusalém, Israel.

³⁹ Este museu é também conhecido como Memorial do Holocausto, projetado pelo arquiteto Peter Eisenman e pelo engenheiro Buro Happold (Disponível em: <<https://www.penaestrada.blog.br/o-imperdivel-memorial-do-holocausto-em-berlim>>. Acesso em 17 jul. 2017).

⁴⁰ Conhecido também como Museu do Holocausto, foi inaugurado em março de 2005, construído numa estrutura de um prisma triangular e tem 180 metros de comprimento na forma de um espigão que corta a montanha simbolizando como o nazismo cortou ou interrompeu a história do povo judeu. A origem do nome é um versículo bíblico: “E a eles darei a minha casa e dentro dos meus muros *um memorial e um nome (Yad Vashem)* que não será arrancado” (Isaías 56: 5). O memorial está localizado no sopé do Monte Herzl, no Monte da Recordação (Har Ha Zikaron), em Jerusalém. O Yad Vashem é um complexo de cerca de 18 hectares que contém o moderno Museu da História do Holocausto, vários memoriais, como o Memorial das Crianças e a Sala da Memória, O Museu de Arte do Holocausto, contém esculturas, lugares comemorativos ao ar livre, como o Vale das Comunidades, a sinagoga, arquivos, um instituto de pesquisa, biblioteca, uma editora e um centro educacional, a International School for Holocaust Studies (Escola Internacional para o Estudo do Holocausto). Os não judeus que salvaram judeus durante o período do holocausto, com risco das próprias vidas, são honrados pelo Yad Vashem como “Justos entre as Nações”. A passagem principal do museu, em formato triangular, une

4.9.2 Freud e a guerra

A teoria de Freud abre um pouco mais as perspectivas: o homem tem em si possibilidades de tender para o mal. As situações políticas, sociais e econômicas *colaboram* para sua ação, mas não a *determinam*. O lado negativo acaba se sobressaindo ou sendo despertado. Freud afirmava ser necessário reprimir os desejos agressivos e sexuais para tornar possível a vida em comum.

Em *O mal-estar na civilização* (2011), Freud afirma que a pressão civilizatória havia crescido numa escala insuportável, o que geraria mal-estar na civilização, conflito entre indivíduos e, em certa medida, infelicidade. Nesse sentido, completa em 1929: “É difícil escapar à impressão de que em geral as pessoas usam medidas falsas, de que buscam poder, sucesso e riqueza para si mesmas e admiram aqueles que os têm, subestimando os autênticos valores da vida” (FREUD, 2011, p. 7). Esses comentários antes da guerra foram se acentuando conforme evoluía o domínio nazista na Europa, em especial a partir de 1933 com a ascensão de Hitler ao poder. Para ele, uma das fontes de sofrimento do homem era a vida social, e embora o homem não admitisse, as instituições criadas por ele não traziam bem-estar e proteção para todos. Com a guerra, a afirmativa tornou-se ainda mais verdadeira.

Em 1931, o Instituto Internacional para Cooperação Intelectual foi instruído pelo Comitê Permanente para a Literatura e as Artes, da Liga das Nações,⁴¹ a promover a troca de correspondência entre intelectuais de renome a respeito de assuntos destinados a servir aos interesses comuns à Liga das Nações e à vida intelectual e a publicar essas

as diversas salas de exposição. As paredes são ásperas, feitas de betão armado e cobre uma área superior a 4.200 m², a maior parte dos quais subterrâneos. Na parte superior da galeria principal existe uma claraboia saliente na crista da montanha. Há nas salas de exposição fotografias e objetos pessoais doados por sobreviventes do holocausto, por famílias dos que morreram e por outros museus e memoriais do holocausto de todo o mundo, organizados cronologicamente e com apresentações multimídias. O museu foi projetado de forma que o visitante comece a visitar num plano superior, prossiga para o ponto subterrâneo mais baixo no centro do museu e depois lentamente suba em direção à saída, que termina num miradouro com uma espetacular vista das montanhas a oeste de Jerusalém. Assim, o visitante sai de um corredor sombrio para a luz do sol direta (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Yad_Vashem>. Acesso em: 21 jul. 2017).

⁴¹ Liga das Nações era o nome pelo qual a Sociedade das Nações, nome oficial, era mais conhecida. Foi criada em 28 de abril de 1919, pelo Tratado de Versalhes, e tinha como objetivo reunir todas as nações da Terra para, por meio da mediação e da arbitragem entre elas, manter a paz e a ordem no mundo inteiro, evitando conflitos desastrosos como a guerra que devastara a Europa (Primeira Guerra Mundial – 1914-1918). Foi dissolvida em 1946 por não ter alcançado seus objetivos. Em 24 de outubro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), como decorrência dos acordos de paz, e tinha como objetivo principal garantir a paz no mundo por meio do bom relacionamento entre os países. Em 18 de abril de 1946, a Sociedade das Nações passou as responsabilidades à recém-criada ONU.

cartas periodicamente. Einstein foi um dos primeiros escolhidos e sugeriu o nome de Freud. Em julho de 1932, o secretário do Instituto escreveu a Freud, que aceitou o convite.

Einstein e Freud já haviam se encontrado uma vez, na casa do filho mais novo deste último, em 1927. Na ocasião eles se falaram rapidamente. Freud, em carta a um amigo, escreve a respeito: “Ele entende tanto de psicologia quanto eu entendo de física, de modo que tivemos uma conversa muito agradável” (FREUD, 1976, p. 114).

Assim, em 30 de julho de 1932, Einstein escreve a Freud a carta⁴² na qual explica a proposta da Liga e do Instituto, por que o tinha escolhido e apresenta o problema que considera o mais urgente que a civilização tem de enfrentar: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”⁴³ (FREUD, 1976, p. 117). Na carta ele diz que com o progresso da ciência o tema havia adquirido significação de assunto de vida ou morte para a civilização e dá sua opinião enumerando algumas questões: a) de forma superficial ou administrativa, seria necessário, por meio de acordo internacional, criar um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surgisse entre as nações, e estas deveriam se submeter a esse organismo; contudo, vê nisso um problema, porque um tribunal é uma instituição humana que pode ter suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais, uma vez que lei e poder andam de mãos dadas; b) acredita não existir naquele momento qualquer organização supranacional competente capaz de solucionar o problema; c) ressalta estarem em jogo fatores psicológicos quando se considera o fracasso da última década; d) o intenso desejo de poder da classe governante de cada nação se mostra hostil à limitação de sua soberania nacional, e esse poder político interfere diretamente em outro grupo, aquele que visa a ganhos econômicos e é indiferente às condições e aos controles sociais, uma vez que considera a guerra, a fabricação e a venda de armas uma oportunidade de expandir seus interesses e ampliar sua autoridade pessoal. Einstein então se pergunta como é possível fazer essa pequena súcia se dobrar à vontade da maioria, que se resigna a sofrer com uma situação de guerra a serviço da ambição de poucos, uma vez que essa classe dominante atual possui as escolas, a imprensa e geralmente também a Igreja sob seu

⁴² Essa correspondência entre Einstein e Freud (FREUD, 1976) foi publicada em Paris pelo Instituto em março de 1933, em alemão, francês e inglês, simultaneamente, mas sua circulação foi proibida na Alemanha.

⁴³ Freud, que tinha vivido as duas Grandes Guerras, havia escrito antes um artigo sobre o tema da guerra: *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915) e dois livros que abordavam a mesma temática: *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na civilização* (1930).

poderio, possibilitando organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento da mesma minoria.

Einstein enumera então outra questão: “Como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas?” E ele mesmo dá uma resposta: “É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva” (FREUD, 1976, p. 119).

Por fim, Einstein faz a última pergunta: “É possível controlar a evolução da mente do homem de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?” (FREUD, 1976, p. 119). E diz não se referir apenas às massas incultas, pois a experiência prova que a *Intelligentzia* está mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas. Chama a atenção para o fato de se ter referido apenas às guerras entre nações ou conflitos internacionais, mas tem consciência de que o instinto agressivo age sobre outras formas e em outras circunstâncias (guerras civis em razão da intolerância religiosa; fatores sociais; perseguições a minorias raciais).

No final da carta, diz saber que nos escritos de Freud é possível encontrar respostas explícitas ou implícitas a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente, mas afirmava ser da maior importância para todos que Freud apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas.

A carta foi respondida por Freud em setembro de 1932. Seu primeiro comentário é que o assunto abordado por Einstein o pegou de surpresa, e diz considerar que a Liga das Nações não está pedindo que ele proponha medidas práticas, mas que delimite o problema da evitação da guerra de acordo com sua visão como cientista da psicologia. E concordou com tudo o que Einstein tinha dito.

Freud acrescenta que na relação que o cientista fazia entre direito e poder ele substituiria a palavra poder por um sentido nu e cru: violência. Assim, a dupla seria direito e violência como uma antítese mais completa, uma vez que é um princípio geral serem os conflitos de interesses entre os homens resolvidos pelo uso da violência. Isso ocorre em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo para ser excluído. No caso deste, existe ainda o conflito de opinião.

Freud continua sua explanação e diz que, no início, a força muscular permitia decidir quem tinha a posse das coisas; depois isso foi suplantado pelo uso de instrumentos e a posse passou a ser daquele que tinha as melhores armas, ou aquele com

mais habilidade no seu manejo, o que mostrava certa superioridade intelectual sobre a força muscular bruta, tendo o vencido de abandonar suas pretensões. Mas o objetivo era mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse, resultando em duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição; e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo. Matar o inimigo era satisfazer uma inclinação do instinto. Mas a intenção de matar era substituída pela reflexão de que o inimigo podia ser usado na realização de serviços úteis.

Freud destaca ainda que com a evolução todo esse processo inicial foi substituído pelo reconhecimento de que à força superior de um indivíduo podia se contrapor a união de diversos indivíduos fracos. A violência podia ser derrotada pela união. Funciona pelos mesmos métodos e com os mesmos objetivos. A força de uma comunidade também é violência, mas não a violência de um, mas da comunidade. A transição da violência para esse novo direito ou justiça exigiu que uma condição psicológica fosse preenchida: a união tinha de ser estável e duradoura, caso contrário uma pessoa que se julgasse superior em força haveria de tentar estabelecer o domínio por meio da violência, e o jogo repetir-se-ia infinitamente. A comunidade, então, tinha de se organizar e estabelecer leis para se antecipar aos atos de violência. A identidade de interesses acabou por estabelecer vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas e sentimentos comuns, que são a fonte de sua força. Os elementos essenciais são, assim, a violência suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais. Um estado de equilíbrio do grupo só é concebível teoricamente. O que não se pode negar é que essa comunidade abriga graus desiguais de força e poder. As leis são feitas por e para os membros governantes, deixando pouco espaço para os direitos dos que se encontram em estado de sujeição. Por um lado, os indivíduos tentam se colocar acima das proibições para escapar do domínio da lei utilizando o domínio da violência; por outro, os membros oprimidos fazem constantes esforços para obter mais poder e ver reconhecidas na lei algumas modificações efetuadas nesse sentido – querem passar da justiça desigual para a justiça igual para todos.

Desse modo, segundo Freud, se as reivindicações forem atendidas, o direito procura adaptar-se à nova distribuição de poder. Entretanto, se a classe dominante se recusa a admitir a mudança, o que ocorre com mais frequência, cria-se um ambiente para a guerra civil ou para a rebelião.

Na exposição, Freud concorda com Einstein no sentido de que as guerras somente serão evitadas se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central à qual será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesse. Ressalta que essa autoridade deve preencher dois requisitos essenciais: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Afirma que a Liga das Nações seria uma instância desse tipo, mas o segundo requisito não foi atendido, e só poderá adquiri-lo se os membros se dispuserem a ceder esse direito. Considerava naquela época bastante improvável que isso viesse a ocorrer. Para uma comunidade se manter unida são necessários: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações seria o nome usado na psicanálise) entre seus membros.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Freud estuda as chamadas neuroses de guerra e considerou a existência de um novo instinto no homem: o agressivo, não só como de autodefesa, mas sim de agressão pelo prazer da agressão. A esse tipo de instinto dá o nome de instinto de morte. Afirmava Freud (1976, p. 129-130):

De forma que, quando os seres humanos estão incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar – uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. [...] Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. [...] Esse instinto erótico pode ser chamado de instinto de morte. [...] O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia.

O psicanalista diz ainda que, com base na teoria mitológica dos instintos, a fórmula para métodos indiretos de combater a guerra seria contrapor-lhe seu antagonista – Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. E defende que a psicanálise não tem motivo para se envergonhar ao falar de amor, uma vez que a própria religião utiliza as mesmas palavras: “Ama a teu próximo como a ti mesmo”.

Das explicações de Freud podemos deduzir que é necessário haver equilíbrio entre a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais, uma vez que nenhum desses instintos é menos essencial que o outro. Tudo isso sem introduzir juízos éticos de bem e de mal.

Freud pergunta a Einstein: “Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma

das muitas calamidades da vida? Afinal, parece ser coisa muito natural, parece ter uma base biológica e ser dificilmente evitável na prática” (FREUD, 1976, p. 132). E ele mesmo responde:

Reagimos à guerra dessa maneira porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperanças, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade. [...] na sua forma atual, a guerra já não é mais uma oportunidade de atingir os velhos ideais de heroísmo, e a de que, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição, uma guerra futura poderia envolver o extermínio de um dos antagonistas ou, quem sabe, de ambos. [...] Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos (FREUD, 1976, p. 133).

Freud declara que duas dentre as características psicológicas da civilização são as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida ligada aos instintos; e a internalização dos impulsos agressivos, com todas as suas consequentes vantagens e perigos, sendo a guerra a mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização. Mas esses dois fatores não são garantia de que a ameaça da guerra seja afastada. Mas, segundo Freud, uma coisa podemos afirmar: “Tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra” (FREUD, 1976, p. 135). Freud termina a carta dizendo esperar que Einstein o perdoe se o que disse o desapontou.

Seguindo no rastro de Ecléa Bosi (1994), não é possível ignorar tudo quanto a psicologia tem dito sobre a memória e suas relações com o psiquismo e a sociedade. Daí o estudo que fazemos sobre a relação entre o holocausto, a loucura e o ódio de Hitler e de seus seguidores. Essa é nossa tentativa de encontrar algum sentido para o que ocorreu. Assim, juntamo-nos aos que testemunharam e buscamos fazer um registro dessas lembranças.

Lévinas e Freud deram importantes contribuições para a humanidade, cada um em seu campo de estudo. Lévinas, ao considerar em seu enfoque filosófico que a ética da alteridade representa o respeito ao outro e é uma tentativa teórica de dar significado ao humanismo e de reestruturar as relações humanas. Freud, por sua vez, ao considerar que o inconsciente subverte nossas intenções e vontades e que a psicanálise é uma forma de mostrar a necessidade de lidarmos com o mal-estar inerente à condição humana.

4.9.3 Jung e a crise das civilizações

Assim como Einstein e Freud, também Jung acreditava que a Liga das Nações deveria possuir uma autoridade supranacional capaz de administrar os conflitos entre as nações, embora ela própria ainda necessitasse de ajuda e proteção.

Ao nos aprofundarmos nesta literatura cuja temática central é o holocausto, sentimos a necessidade de buscar esclarecimento psicológico para a sintomatologia que saía do aspecto pessoal do testemunho e se estendia para acontecimentos sociopolíticos. Por que Jung? Porque ele, com seus conhecimentos como médico e psicólogo, tentou explicar a si e ao mundo o fenômeno do nacional-socialismo, cunhou o conceito de culpa coletiva e tomou posição diante dos acontecimentos de seu tempo que o preocupavam e a muitas outras pessoas. Jung nasceu em 1875 em Kesswil, Suíça, e faleceu em 1961 em Küsnacht, com 85 anos, portanto viu as consequências das duas Grandes Guerras e presenciou com que violência o homem desencadeou um dos problemas que mais afetaram a humanidade: o genocídio dos judeus.

Para Jung (2012), o conflito na Europa, referindo-se à Primeira Guerra Mundial, era uma crise psicológica com origem no inconsciente coletivo dos indivíduos resultante da relação destes com a sociedade. A esse respeito ele publicou oito volumes entre as duas guerras e quatro logo após (1946). Nos quatro últimos (um deles é o volume 10 tratado nesta tese) ele mostra que sonhos e fantasias individuais podem refletir – do mesmo modo que as revoluções sociais e políticas, qualificadas por ele de epidemias psíquicas – as tendências na vida inconsciente das nações. Essas tendências eram mais facilmente observáveis na Alemanha no comportamento de indivíduos e grupos.

As crises que as civilizações enfrentam hoje são de fundo moral e envolvem as concepções de bem e mal e a função psicológica da consciência. Jung (2012) diz em seus escritos que aceitou a função de presidente da Sociedade Médica Internacional Geral para a Psicoterapia, em 1933, porque considerava esta uma plataforma privilegiada da qual podia combater, com forças e condições, a ameaça que representava para a psicoterapia na Alemanha a dominação nazista. Para ele, o médico psicoterapeuta devia ocupar-se, até por questões práticas, dos fatores que influenciavam de forma decisiva a vida psíquica, que eram de ordem biológica, social ou espiritual.

Jung (2012, p. 41) considerava que a problemática psicoterápica diagnosticada por ele não havia sido superada nas décadas após a Primeira Guerra, desencadeando,

assim, a Segunda Guerra, que se mostrou ainda mais catastrófica. Jung afirma ainda que o sangue derramado na Primeira Guerra poderia ter bastado, mas os alemães não percebiam a realidade. No caso particular isso é chamado de estado crepuscular histórico. Quando todo um povo se acha nesta predisposição, um *Führer-médium* acaba dominando.

Segundo a visão psicanalítica, as pulsões agressivas são acentuadas ou desencadeadas no confronto com as dificuldades. Jung (2012, p. 37) informa que cada indivíduo tem em si uma sombra – a parte negativa da personalidade, o nosso ego mais escuro, o lado animalesco da personalidade humana – que provoca uma cegueira acerca do próprio caráter, a admiração autoerótica de si mesmo e a depreciação e a atormentação do outro. Jung diz que Hitler falava de seu povo com desprezo e ressalta que esse comportamento é determinado pelo caráter.

Se considerarmos os prisioneiros dos campos na situação extrema em que se encontravam, o comportamento de cada um deles estaria relacionado ao caráter: uns procuraram causar dor e sofrimento a outras pessoas; outros se deprimiam e se entregavam ao desespero ou à apatia – aqueles conhecidos como muçulmanos, dos quais já tratamos nesta tese; outros ainda buscavam sobreviver a qualquer preço, mesmo que tivessem de prejudicar alguém; outros ainda procuravam se adaptar de alguma forma às situações e certamente também queriam sobreviver, mas sem causar mais mal ao outro além daquele provocado pela situação em si. Assim, embora a preocupação de todos fosse sobreviver, cada um encontrava uma maneira de não ser corrompido pelo mal ou de criar um anteparo para se proteger deste. Alguns controlavam seus impulsos mais agressivos, mas outros se descontrolavam. De acordo com Jung, normalmente quando o indivíduo tenta esconder e rejeitar seus impulsos termina tendo comportamentos violentos e descontrolados em algum momento da vida.

Com a situação crítica pela qual passava a Alemanha, Hitler presenciou a migração sem destino de milhares de desempregados. Aproveitando-se da situação, ele deu a impressão de pôr de pé o país e produziu o espetáculo de outro processo migratório que colocou em fuga povos por ele perseguidos, em especial os judeus. Considerados por Hitler responsáveis pelo estado em que o país se encontrava, os judeus tentaram escapar de seu ódio e poder. Por sua vez, a irracionalidade desse líder foi se transfigurando aos poucos em ideal dos que passaram a apoiá-lo, e sua personalidade doentia levou o povo alemão ao êxtase, colocando a consciência em segundo plano. Talvez um dos maiores perigos causados pela quase deificação de Hitler

tenha sido sua capacidade de arrebancar as massas somada ao aparelhamento de comunicação que ele possuía, principalmente quando consideramos a seguinte afirmativa de Jung (2012, p. 24):

Quando se trata do movimento da massa e não mais do indivíduo, cessam os regulamentos humanos e os arquétipos passam a atuar. É o que acontece na vida do indivíduo quando este se vê diante de situações que não mais consegue controlar através das categorias que conhece e dispõe. Por fim, podemos observar com bastante nitidez o que pode fazer um “*Führer*” diante de uma massa em movimento, ao sul e ao norte de nosso país.

Escreve Jung (2012, p. 28): “O mito tornou-se realidade, e hoje grande parte da Europa encontra-se em ruínas”. Ele resolveu escrever porque a transmissão exclusivamente oral possibilita, com facilidade, a criação de lendas. Fez ainda outras afirmativas: que a Alemanha constituía um problema de ampla envergadura; que a opinião subjetiva de um médico e psicólogo só poderia responder a um dos aspectos do emaranhado de questões; que os acontecimentos na Alemanha propiciaram a ele, de maneira penosa, experimentar o alcance do conceito psicológico da *culpa coletiva*; que o conceito não se refere a uma construção jurídico-moral, mas a um sentimento de culpa subjetivo ou culpa objetivamente atribuída (participação solidária na culpa). Jung (2012, p. 49) defendeu:

A consciência da culpa pode, portanto, converter-se no mais poderoso movente moral. As sombras devem ser encontradas em todo tratamento de neurose, pois, do contrário, nada pode se alterar. [...]. Sem culpa não pode haver maturação psíquica nem tampouco ampliação do horizonte espiritual.

A culpa só pode ser atribuída a quem viola o direito, mas, segundo Jung, como fenômeno psíquico se estende para além dos limites espaciais e humanos. Assim, o mundo segregou a Alemanha – e, de modo geral, a Europa – diante da atitude do país com Auschwitz e Buchenwald, uma vez que foi em seu solo e pela mão dos alemães que o holocausto ocorreu. Jung (2012, p. 31) afirmava ainda que a culpa coletiva psicológica era uma “*fatalidade trágica*; atinge a todos, justos ou injustos, que, de alguma maneira, se encontravam na proximidade do crime”. Ele acreditava ser essa culpa da massa algo irracional, sinistro, mas possível de ocorrer quando um crime fica sem expiação. E afirmava, por exemplo, que dizer do povo alemão que este carrega uma culpa coletiva não significa condená-lo, mas constatar um fato existente e não um simples preconceito coletivo.

É um fato inegável que o mal alheio rapidamente se transforma no próprio mal, na medida em que acende o mal da própria alma. [...] possibilitamos, em parte, a matança coletiva em nossas mentes e na razão direta de nossa proximidade e percepção (JUNG, 2012, p. 32).

Jung (2012) considera que a culpa coletiva alemã não era de ordem moral ou jurídica, mas decorrente do fenômeno psicológico da culpa. Ele fez um diagnóstico de Hitler e enumerou algumas de suas características: 1) um *pseudologiaphantastica*, uma forma de histeria que se caracteriza pela capacidade especial em acreditar nas próprias mentiras; o pior é quando o pseudólogo é levado a sério por um grande público; à semelhança de Fausto, faz um pacto com o demônio; 2) um demagogo, em cujo rosto se podia ler uma falta de formação que produziu uma presunção delirante; uma inteligência mediana dotada de astúcia histérica e uma fantasia de poder adolescente; 3) executava movimentos artificiais e pré-estudados decorrentes da histeria; 4) publicamente se comportava como herói; 4) procurava cercar-se de figuras tão impressionantes quanto ele: Goebbels (tipo de tratante barato, trapaceiro e literato de boteco, desprezível, perigoso) e Göring (considerado popular por causa de suas fraquezas, suportado por alguns que consideravam a mentira necessária ao sucesso e que este tudo justifica); 5) pretensão de impressionar pela imposição de méritos, desejo insatisfeito de reconhecimento, admiração e amor, características dos histéricos.

Para Jung, as pessoas que acreditam nas próprias mentiras têm, geralmente, por um tempo, um êxito avassalador, sendo por isso perigosas para a sociedade. Não há nada mais convincente do que acreditar na própria mentira, na própria maldade ou achar serem suas más intenções algo de bom. Ele diz que não é sem restrições que ousa compreender todo um povo como “*psicopaticamente inferior*, mas Deus sabe que esta foi a única possibilidade de se explicar de alguma forma o efeito produzido nas massas por esse espantinho”. E diz que já naquela época (1937) concluiu, observando as atitudes de Hitler, “que as catástrofes seriam inevitáveis e mais sangrentas do que havia suposto” (JUNG, 2012, p. 37-38).

Jung (2012, p. 40) afirma ser possível compreender a sedução inicial desempenhada por Hitler, o difícil era conceber a ausência de reação posterior. Por que então não reagir após compreender o caminho a ser trilhado? E diz que só consegue explicar isso considerando uma disposição mental peculiar, uma disposição transitória ou crônica que no indivíduo é denominada histeria. Ele então explica que a disposição

histórica faz parte das “inferioridades psicossomáticas”, não que o indivíduo ou o grupo sejam inteiramente inferiores, mas existe um lugar de menor resistência, uma instabilidade, uma separação maior entre os opostos inerentes a toda psique, o que gera uma tensão energética mais forte – o que explica a incontestável energia e a força dos alemães – e pode até mesmo provocar contradições e conflitos de consciência, desarmonia de caráter, cisão da personalidade: uma mão não sabe o que a outra faz.

De acordo com Jung (2012, p. 33), “a visão do mal acende o mal na própria alma. Não é só a vítima que sofre o mal”. E ainda: “Quando não é mais possível negar o mal, surge o super-homem e o herói, que se enobrece pela envergadura de suas metas” (JUNG, 2012, p. 41).

Depois da Primeira Grande Guerra, o mundo, em especial a Alemanha, segundo Jung, tornara-se uma problemática europeia. Desviou-se de questões decisivas: em vez de procurar soluções escolheu a negação para não pensar nos problemas que tinha de solucionar. Ele afirmava que não se devia julgar a Alemanha, pois esta era uma nação arruinada depois de 1918. E Jung (2012, p. 53) assevera que já nessa época pôde “verificar no inconsciente de alguns pacientes alemães certos distúrbios que não podiam ser atribuídos à sua psicologia pessoal”. A esses fenômenos impessoais manifestados nos sonhos por meio de motivos mitológicos ele chamou de arquétipos, “que são os modos ou formas típicas em que esses fenômenos coletivos são vivenciados” (JUNG, 2012, p. 53). Ele afirma que percebeu nessa época que um curioso estado mental predominava na Alemanha após a Primeira Guerra, mas só distinguiu sinais de depressão, embora suspeitasse que a besta “movimentava-se num sono intranquilo e uma irrupção não era de modo algum impossível” (JUNG, 2012, p. 53).

Observando os arquétipos, Jung disse ter verificado que exprimiam primitividade, violência e crueldade. Se isso ocorria no indivíduo, a concentração em massa representaria um imenso perigo. Contudo, não foi possível avaliar se o número de indivíduos seria suficiente para provocar a irrupção. Mas foi o que se constatou posteriormente. Jung (2012, p. 41) defendeu que a personalidade histórica era insegura:

Dessa insegurança nascem também a petulância, a pretensão, a arrogância, a insolência e a falta de tato pelo que muitos alemães, que em casa são subservientes como cães, firmam no estrangeiro a péssima reputação de seu povo. Da insegurança provém também aquela trágica falta de coragem civil, já criticada por Bismarck (pensemos no lamentável generalato!).

Posteriormente, em relação aos 12 anos de Hitler, Jung pôde fazer sua análise e concluir que era a história patológica de um histérico. Uma neurose ou uma disposição neurótica não significam desonra, mas um empecilho. Não é uma doença mortal, mas se agrava quando é ignorada. Consoante Jung (2012), dizer que os alemães estavam psiquicamente doentes era ser mais benevolente do que dizer que eram criminosos. Acrescentou que não tinha a intenção de desonrar o alemão mentalmente sadio e decente, e fez então uma pergunta retórica: mas se pode dizer que todo um povo seja histérico? Ele afirmou que sim, da mesma forma que acontece com o indivíduo. Realçou que até o próprio demente não é completamente demente. Apesar de seu estado psicopata, o histérico é quase normal, e com o povo acontece o mesmo. Certamente o povo alemão sofreu com sua miséria nacional e tem consciência disso, inclusive com sua “*alienação mental generalizada*” (JUNG, 2012, p. 45).

Para Jung (2012, p. 56), “a irrupção de instintos de massa foi sintoma de um movimento compensatório do inconsciente. Um movimento dessa ordem foi possível devido à alienação do estado de consciência do povo com relação às leis naturais da existência humana”.

Ninguém sabia como a alienação havia ocorrido, “e muito menos os alemães! Como um rebanho hipnotizado, eles se deixaram arrastar para o matadouro pelas mãos de um líder psicopata” (JUNG, 2012, p. 46). Tudo começou com a fundação do Reich em 1871 e foi crescendo paulatinamente. Jung acrescenta que o povo esqueceu seu cristianismo, suas potencialidades espirituais e se consagrou à técnica, trocando a moral pelo cinismo, entregando-se às forças de aniquilação. “Pensem no que significa para os alemães o antissemitismo: a pretensão de exterminar no outro as suas próprias falhas. Já neste sintoma os alemães poderiam ter reconhecido seu erro irreparável” (JUNG, 2012, p. 46). Segundo Jung, os alemães almejavam a ordem, o grande erro foi escolher para líder uma vítima da desordem e da ambição descontrolada. Poderiam ter reconhecido em Hitler suas próprias sombras e o terrível perigo que ele representava.

Jung (2012, p. 67) afirma em 1946 que tinha sido considerado ousado ao utilizar, em relação à atitude dos alemães na Segunda Guerra, a expressão *psicopatia*, mas ele estava e sempre estivera convencido de que “os movimentos políticos de massa, característicos de nosso tempo, são epidemias psíquicas, ou seja, *psicoses de massa*”. Da mesma forma, defende que, como qualquer homicídio, havia razões para levar os alemães à guerra, sendo estas de ordem política, social, econômica e histórica. Mas assegura que os motivos não diminuam ou atenuam o ato em si.

Afirma Jung (2012) que não foi somente em maio de 1945 que percebeu ser uma psicose de massa a explicação para os acontecimentos processados na Alemanha. Em outras ocasiões o fizera. Em 1914, no início da Primeira Guerra, escreve que “os normais... vivenciam sua perturbação mental tanto social como politicamente sob a forma de manifestações patológicas de massa como, por exemplo, a guerra” (JUNG, 2012, p. 69). Em 1916, ele escreve a respeito novamente, e em 1919 tornou a repetir em uma conferência:

Se essa animação (do inconsciente coletivo) se deve a uma destruição de todas as esperanças e expectativas, o grande perigo está na possibilidade do inconsciente vir a ocupar o lugar da realidade consciente. Esse estado é doentio. Atualmente podemos perceber algo semelhante na mentalidade russa e alemã (JUNG, 2012, p. 69).

Em 1932, ano decisivo para o destino da Alemanha, Jung (2012, p. 70-71) voltou a afirmar em uma conferência em Viena:

O principal foi esquecido, isto é, que o psíquico é idêntico à consciência [...]. As gigantescas catástrofes que nos ameaçam não são, de modo algum, acontecimentos elementares de natureza física ou biológica, mas acontecimentos psíquicos. [...] A todo momento contamos com a possibilidade de milhares de pessoas se deixarem tomar por um delírio, e com isso vivermos mais uma guerra mundial ou uma revolução violenta.

Nenhuma dessas afirmações anteriores sobre a psicose de massa que acometia os alemães e levava a catástrofes evitaram, no entanto, que Jung fosse acusado de não ter dito nada antes de 1945, ou seja, antes da publicação do artigo “Depois da catástrofe”.

Para Jung (2012), após a Segunda Guerra, contudo, o povo alemão tinha de compreender a indignação do mundo; ninguém duvidava de seu talento para realizar coisas grandiosas, e quanto à sua eficiência, a própria guerra tinha provado isso, embora o poder desse povo tivesse se voltado para a destruição. Mas mesmo para ele era difícil acreditar:

A Alemanha era com toda propriedade uma nação europeia culta, dotada de grande moral e disciplina. Sendo assim, o desfecho desse movimento de massa tão patente era algo questionável assim como, de início, a figura do *Führer* me parecia somente ambivalente. [...]. Até a era nazista, a Alemanha foi um dos países mais distintos dentre as nações civilizadas da terra e também a base para os laços de sangue, língua e amizade. Tudo faria que estivesse a meu alcance para não romper os laços culturais, pois a cultura constitui, em minha opinião, o único meio contra o perigo devastador da massificação (JUNG, 2012, p. 72-73).

Muitas afirmações de Jung, mesmo hoje, parecem bastante severas. Ele assegurava – além de que o nazismo constituía uma espécie de psicose de massa – que a nação alemã sofria de “profunda baixa, como contrapeso ao seu espírito elevado. Chama-se esse estado, na psicopatologia, de dissociação. Uma dissociação habitual constitui uma das características de disposição psicopática” (JUNG, 2012, p. 74). E esclarece que pode parecer duro ao ouvido do leigo, mas uma parte mínima dos psicopatas chega à clínica psiquiátrica. Sua intenção era diagnosticar o sofrimento que fora a raiz e a causa da deterioração psíquica desse povo.

Segundo Jung relata, não se podia prever, com base nesses conteúdos, se as ações seriam positivas ou negativas, mas, como médico psicanalista, ele tinha de aguardar o desenrolar dos acontecimentos e não julgar precipitadamente. Jung (2012, p. 50) afirma:

O alemão possui a chance única de voltar seu olhar para o interior do homem apesar das dificuldades de sua vida exterior. Desse modo, poderia reparar o pecado da omissão que marca toda a nossa cultura. [...] O refinamento da ciência alcançou um grau inimaginável; a técnica expandiu-se para o incomensurável. [...]. Não se dá nem conta de que ele não está ajustado moral ou psicologicamente a essas transformações.

A aceitação da culpa coletiva, de acordo com Jung (2012), significaria dar um passo para a frente. Não seria uma cura, uma vez que não basta compreendê-la para curar-se, assim como o neurótico não se cura ao tomar conhecimento de sua neurose. É preciso perguntar-se: de que maneira convivo com as sombras e qual a atitude necessária para se viver apesar do mal? Não há uma fórmula, mas as verdades eternas não podem ser transmitidas de forma mecânica; elas precisam ser geradas em cada época pela alma humana. Jung (2012, p. 31) alega: “Caso o alemão pretenda sair-se bem com a Europa, terá de adquirir consciência de que diante da Europa é um culpado”.

Jung defendia que após a guerra a grande tarefa dos alemães não era política, mas espiritual, para a qual ele acreditava serem eles bem-dotados. Considerando o que disse Jung em seu estudo, acreditamos poder afirmar que se o mal está em toda parte, sedento de cadáveres e aniquilamento, é preciso diagnosticá-lo para evitar que se propague. Este não é um assunto esgotado. Ao contrário, precisa ser investigado e trabalhado pelas diversas áreas do conhecimento, inclusive nestas a psicologia, afinal, como dizia Adorno, não podemos permitir que Auschwitz se repita.

CAPÍTULO 5

O PÓS-GUERRA E A CONTRIBUIÇÃO DAS OBRAS DE TESTEMUNHO

*A história é um profeta com o olhar voltado
para trás: pelo que foi e contra o que foi,
anuncia o que será.*

Eduardo Galeano

5.1 O fim da guerra: a revolta com a suprema impunidade

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os crimes praticados nos campos de concentração e de extermínio foram difundidos mundialmente. Não havia como negar as pilhas de cadáveres encontrados pelos aliados nos campos de concentração após o término da guerra. Muitos soldados choraram ao ver as condições em que os prisioneiros se encontravam.

Em sua abordagem sobre o holocausto, Eliane Robert Moraes (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 149) expõe que, após a Segunda Guerra Mundial e ao tomar conhecimento dos documentos divulgados, o povo europeu foi além da perplexidade, uma vez que teve de enfrentar as evidências da barbárie nazista:

[...] parte dos intelectuais da época viu-se compelida a reconsiderar as bases de um humanismo que a realidade colocava radicalmente em xeque. Mais ainda: a própria noção de humanidade tornou-se frágil e, diante do saldo de onze milhões de mortos, alguns se lançaram à urgência de repensá-la.

A Justiça dos países aliados não sabia como julgar os crimes, pois estes eram inéditos, não havia uma lei apropriada para julgá-los. Assim, criou-se

[...] um novo conceito jurídico: o de crime contra a humanidade ou crime de genocídio, que é a tentativa de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico ou religioso. A legislação a respeito deste crime foi instituída pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas em 11 de dezembro de 1946 (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 147).

Desse modo, começa então o primeiro julgamento do nazismo. Nuremberg, cidade alemã onde os nazistas realizaram os primeiros comícios, torna-se palco do

maior julgamento da história, que tem início em 20 de novembro de 1945. “Os quatro grandes aliados fizeram uma lista com os 18 principais criminosos nazistas procurando englobar todos os setores: partido, exército, marinha, aeronáutica, ministérios, indústria, imprensa” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 147). Todos ligados à barbárie do nazismo. Vejamos:

Hitler, Himmler e Goebbels se suicidaram antes do julgamento. Martin Bormann, um dos nazistas mais próximos a Hitler, conseguiu fugir após a guerra. Os aliados consideraram quatro acusações centrais: crime contra a paz, planejamento e execução de uma guerra de agressão que violou tratados internacionais, crimes de guerra (matar ou maltratar civis e presos de guerra, bombardear cidades sem justificativa militar e danos à propriedade pública ou privada) e crimes contra a humanidade. Ao final do julgamento, 12 nazistas foram condenados à morte, três à prisão perpétua e três absolvidos (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 147).

Os juízes de Nuremberg definiram apenas três organizações como criminosas na estrutura de poder da Alemanha nazista: a SS, a Gestapo-SD (serviço de segurança) e as lideranças do partido nazista. Um dos advogados nazistas, com relação à culpabilidade sobre os crimes, declarou à época que todos os outros alemães, com exceção dos membros das organizações criminosas, estavam livres da responsabilidade criminal.

Os processos que ocorreram em Nuremberg jamais foram suficientes para punir todos os culpados pelos crimes contra os judeus. Em 1946, as autoridades norte-americanas elaboraram uma lista de 5 mil alemães que pertenceram aos altos escalões nazistas e deveriam ser julgados. Poucos foram condenados: 20 à prisão perpétua e 25 à morte por crimes de genocídio. Segundo Cytrynowicz (1990, p. 149-150), as condenações foram assim estabelecidas:

Na França, o Ministério da Justiça informou em 11 de abril de 1952 que 10.519 franceses haviam sido executados por colaboração, 846 deles após processos legais. [...] Na Áustria, até 31 de outubro de 1947, 7.144 austríacos haviam sido julgados. Destes, 1.709 foram absolvidos, 1.295 foram condenados a um ano de prisão, 3.948 foram condenados a penas de um a cinco anos de prisão, 135 a penas de 10 a 20 anos, 21 foram condenados à prisão perpétua e 36 à morte.

Após o término da guerra, os aliados implantaram na Alemanha um processo de desnazificação com o intuito de punir alemães que haviam participado ativamente do regime nazista:

Das 13.199.800 de pessoas que responderam a questionários preparados pelos aliados, 3.445.100 foram processadas. Destes 2.489.700 foram anistiadas. Um total de 569.600 foi condenado a pagar multas, 124.400 tiveram restrições de trabalho, 23.100 foram proibidos de exercer cargos públicos, 25.900 tiveram seus bens confiscados, 30.500 foram condenados a realizar trabalhos especiais sem ficarem presos. Um grupo de 9.600 alemães foi condenado a várias penas de prisão. A pena máxima de prisão era de 12 anos de trabalhos forçados. Em 1949, apenas 300 permaneciam presos (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 150).

A literatura de testemunho mostra as mais diversas situações, além do número de emigrantes. Sobre isso Adorno (1995, p. 30-31) esclarece:

É razoável supor que existe uma proporção entre o gesto de não-ter-sabido-de-nada e uma indiferença ao menos embrutecida e amedrontada. [...]. Todos conhecemos a disposição atual em negar ou minimizar o ocorrido – por mais difícil que seja compreender que existem pessoas que não se envergonham de usar um argumento como o de que teriam sido assassinados apenas cinco milhões de judeus, e não seis.

Em uma das muitas pesquisas feitas depois da guerra, um grupo de acadêmicos liderados por Adorno publicou *A personalidade autoritária*, obra que se tornaria um modelo para a teoria e a pesquisa durante anos. As proposições foram quase todas questionadas e refutadas, como, por exemplo,

[...] a inclinação à obediência em relação ao mais forte e à arrogância inescrupulosa e muitas vezes cruel em relação ao mais fraco. Para Adorno e seus colegas, o nazismo era cruel porque os nazistas eram cruéis; e os nazistas eram cruéis porque pessoas cruéis tendem a se tornar nazistas. Como admitiu um dos integrantes do grupo vários anos depois, “a *personalidade autoritária* destacava meramente os determinantes de personalidade para o fascismo em potencial e o etnocentrismo, não levando em conta influências sociais contemporâneas”. A visão de Adorno dividia o mundo em protonazistas de nascença e suas vítimas. Suprimia o triste e sombrio conhecimento de que muitas pessoas gentis podem se tornar cruéis se tiverem uma chance. [...] e que mesmo as vítimas podem perder boa parte de sua humanidade no caminho para a perdição [...] (BAUMAN, 1998, p. 180).

Contrariando essas ideias, Stanley Milgram, em *The individual in a social world*, defendia que “a *crueldade relaciona-se apenas secundariamente às características individuais dos que a cometem, mas de maneira muito forte mesmo à relação de autoridade e subordinação*” (BAUMAN, 1998, 180, grifo no original).

Milgram, citado por Bauman (1998, p. 181), sugeriu e provou que a “desumanidade é uma questão de relacionamentos sociais. Na mesma proporção em que estas são racionalizadas e tecnicamente aperfeiçoadas, também o são a capacidade e a eficiência de produção social da desumanidade”. De forma geral, quanto maior a distância física e psíquica da vítima, mais fácil é ser cruel; a desumanidade está ligada à

distância social. A conclusão de Milgram é simples e convincente. No caso nazista, a ação era dividida em estágios separados pela hierarquia da autoridade: “*Quanto mais racional a organização da ação, mais fácil se torna produzir sofrimento*” – e ficar em paz consigo mesmo (BAUMAN, 1998, p. 183, grifo no original).

Na concepção nazista, os judeus deviam ser exterminados. Essa perseguição aos judeus, como vimos, não tem uma única causa, mas eles acabaram sendo discriminados, mesmo por aqueles sem nenhuma crença religiosa para administrar. No entanto, essa hostilidade religiosa não se extinguiu inteiramente. “Entre os cristãos alemães”, afirmam Adorno e Horkheimer (2014, p. 214), “a única coisa que sobrou da religião do amor foi o antissemitismo”. E sobre isso acrescentam: “A conclusão de que terror e civilização são inseparáveis, que é a conclusão tirada pelos conservadores, é bem fundamentada” (ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 262).

“Assim, Hitler exige que se aceite o assassinato em massa em nome do princípio da soberania dos povos, que tolera a violência nos outros países. Como todo paranoico, ele se aproveita da hipócrita identidade entre a verdade e a sofisticada” (ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 234).

Embora fora do contexto da Segunda Guerra, um pensamento de Benjamin (2013, p. 117) mostra bem a responsabilidade de tantos com o holocausto: “Duzentos oficiais dispostos a morrer teriam bastado para sufocar a revolução em Berlim e noutros lugares, mas não apareceu nem um. No fundo, muitos gostariam de ter salvo vidas, mas na realidade nenhum o desejou a ponto de dar o exemplo, assumir o comando ou agir sozinho”. Mais uma vez a lei da sobrevivência se fez presente: era melhor não tomar conhecimento do horror, melhor viver do que morrer; isso valia para ambos os lados: para o alemão, contrário ao que ocorria; para o judeu, que não tinha como reagir.

Na Alemanha, hoje, “as aulas introdutórias ao tema [nazismo e Terceiro Reich] não são baseadas apenas em livros, mas também em filmes, como *O diário de Anne Frank* (1959) e *O menino do pijama listrado* (2008), além de visitas a diversos museus e memoriais, sinagogas e cemitérios judeus” (SOUTELLO, 2017).

Em entrevista ao *site* DW Brasil, o professor alemão Peter Hoffmann, porta-voz do museu Haus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland (Casa da História da República Federal da Alemanha), em Bonn, diz que, “embora a maioria das pessoas hoje não tenha culpa pelos crimes nazistas, elas se sentem responsáveis”. E afirma: “Os museus e monumentos históricos têm a função de contribuir para que a memória do nazismo e da Segunda Guerra continue viva”. A DW (2017) divulga uma informação

que poucos turistas conhecem: “Além dos memoriais, é possível encontrar em todo o país placas douradas no chão em frente a casas onde viviam famílias de judeus. Nelas, além dos nomes e sobrenomes, há a data de quando as pessoas foram deportadas e em que campo de concentração foram mortas”.

Hoffmann menciona ainda que até hoje não canta o hino alemão em solenidades e que “o ‘orgulho nacionalista’ é uma das questões mais problematizadas na Alemanha atualmente. ‘Nós temos o direito de ter orgulho de sermos alemães? Muitos dizem que sim, outros dizem que não, e que precisamos tomar cuidado com isso. É um tema que está sempre em discussão aqui”, explica ele ao DW Brasil (SOUTELLO, 2017).

5.2 A contribuição das obras

Em nosso trabalho, defrontamo-nos com um problema: nossa descrença com a moral e a ética dos homens – tão corrompida e violada. Mas nossa paixão pela literatura falou mais alto. Sabíamos ainda que a literatura de testemunho do genocídio dos judeus – tendo em vista nosso conhecimento da história do holocausto, tanto das leituras como dos filmes e documentários – não seria uma tarefa prazerosa como ocorre quando nos dedicamos à literatura de cunho mais leve. A temática seria complexa e envolveria fatos históricos carregados de conflito. Mas não era possível escapar ao confronto com o conhecimento do homem e de sua capacidade de transformação da realidade sociopolítica do mundo, em especial da Europa ante a Segunda Guerra Mundial, uma das mais sangrentas e que estabeleceu uma ruptura no comportamento do homem. A literatura de testemunho desse período colocou-nos diante dessa faceta escura do homem, tendo em vista que milhares de judeus não puderam dar seu testemunho, mas muitos os representaram, e este estudo é também um complemento.

Sabemos que uma obra pode ser um texto complexo, permitindo várias leituras, traduções e interpretações, sendo algumas significações sequer imaginadas pelo autor, podendo ter outro sentido além do que lhe foi atribuído pelo leitor da época em que foi escrita. Contudo, vários fatores interferem nessa análise, tais como a cultura do leitor, o contexto histórico e social no qual ela se insere, o tipo de narrativa e a temática, por exemplo. Com a literatura de testemunho o processo é o mesmo. Como qualquer outro tipo de literatura, permite que o leitor lhe atribua significações, da mesma forma que ao autor cabe dar sentido às suas obras. Hans-Georg Gadamer (2004) – um dos maiores

exponentes da hermenêutica filosófica, que trata da interpretação de textos escritos – defende em *Verdade e método* que o significado de uma obra não se esgota, e sua análise depende ainda do diálogo entre passado e presente. Diante dessa afirmação, não podemos negar a importância dos testemunhos e da literatura.

Lemos recentemente, no decorrer da elaboração desta tese, a reportagem “A volta do livro maldito” (RIBEIRO, 2015), que trata dos direitos autorais de *Minha luta*, de Adolf Hitler. Quando o Exército americano tomou Munique do controle dos nazistas em 30 de abril de 1945, apoderou-se também da editora Franz Eher Nachfolger GmbH, responsável pelas publicações do Terceiro Reich, dentre elas a obra de Hitler. Desde então a Baviera tem controlado sua publicação. No entanto, passados setenta anos do término da Segunda Guerra Mundial, a obra torna-se domínio público. Segundo o direito alemão, esse é considerado o prazo de validade dos direitos sobre uma obra após a morte do autor. No caso de Hitler, 1945 é o ano de sua morte.

Desse modo, hoje a obra *Minha luta* pode ser encontrada na internet, em leilões de edições raras ou em sebos. Se há obras que contribuem para que o mal não ocorra, há outras que o incentivam, e essa obra de Hitler é uma delas. Assim, a preocupação dos alemães atualmente é quanto à possibilidade de a obra ser utilizada para usos comerciais e principalmente políticos, uma vez que é o símbolo do pensamento racista que levou o mundo à morte não só de judeus, mas de negros, homossexuais e ciganos, além de toda a destruição provocada pela guerra. Hitler renasce dos mortos e traz a lume sua obra com tudo o que pode desencadear. Como solucionar o impasse entre a liberdade e a dignidade? A reportagem levanta a questão:

A escolha alemã não é simples. Envolve a tensão entre dois princípios basilares da Civilização Ocidental: a liberdade e a dignidade. O que deve prevalecer: a liberdade de circulação de um livro, por mais maldito que seja? Ou a dignidade das vítimas das atrocidades patrocinadas pela ideologia contida na obra? (RIBEIRO, 2015, p. 58).

A reportagem ressalta que o Instituto de História Contemporânea de Munique, com uma equipe de cinco historiadores, prepara uma edição comentada em que busca explicar o contexto em que a obra foi escrita com o intuito de diminuir seu poder de destruição ao apontar omissões, mentiras, contradições, meias-verdades no discurso de Hitler.

Muitos no mundo são contra a publicação: o presidente do Fórum Judeu pela Democracia, Levi Salomon; outras organizações judaicas; o Estado da Baviera. Na Alemanha, o governo chegou a um acordo com bibliotecas digitais, como a da Amazon,

para impedir a venda de exemplares digitalizados; a Holanda pune penalmente sua venda; e a Rússia baniu a obra em 2010. Mas até quando isso será possível? Por trás dessa problemática existe outra faceta: “Controlar um discurso de ódio não abre precedente para a censura total do Estado?” (RIBEIRO, 2015, p. 58). O professor Kendall Thomas, da Universidade Columbia, afirma a respeito do assunto:

Permitir todo e qualquer tipo de discurso de ódio sob o argumento de defender a liberdade ignora o princípio da igualdade entre cidadãos. É preciso entender que a regulação a demonstrações de ódio não vai de encontro aos princípios democráticos. [...] O principal deles [valores fundamentais] é o da dignidade individual e pública.

Como solucionar esse impasse? Parece-nos que a publicação vai alimentar o discurso neonazista. Não podemos falar apenas de liberdade de expressão e de recepção, mas de promover um discurso de ódio diante de uma paz no mundo já tão fragilizada.

O crime de Hitler ainda está na memória e é do conhecimento de muitos, mas caminha para o desaparecimento se o passado não for preservado e divulgado. É preciso lutar contra esse desaparecimento de um fato histórico que tantos males trouxe à humanidade. Afinal, quando a memória é vergonhosa, o homem tenta esquecer. O genocídio é um desses fatos. Esse crime, contudo, não pode prescrever, faz parte de uma memória coletiva que precisa ser preservada. Se pensarmos nas penas atribuídas a esses criminosos de guerra e no preço pago pela Alemanha nazista, podemos afirmar que foi feita justiça? É possível falar em justiça em tal situação? Certamente não é preciso falar de vingança, até porque se não nos cabe perdão, certamente não cabe vingança. Mas a preservação da memória do holocausto é necessária, ao menos com o intuito de não permitir que o mal se perpetue, embora não seja o panorama com o qual a humanidade se depara hoje.

Assim, a história e a literatura, em especial a Academia, têm um papel na preservação da memória desse episódio histórico e de certa forma o fazem. Os estudos continuam e tomam novo sopro com a intensificação do número de dissertações e teses que abordam o assunto. Há duas razões para o fato: que o holocausto, como tantos outros acontecimentos históricos, mudou o curso da história da humanidade; e que há um potencial no mundo que pode desencadear outro holocausto se levarmos em conta que as condições e as inúmeras razões que deram origem a ele se perpetuam.

Os testemunhos são uma forma de resistência da literatura contra o apagamento das informações sobre o campo e sobre a guerra. Com o tempo, esses testemunhos

diretos desaparecerão. Os testemunhos esgotar-se-ão com a morte dos sobreviventes. A história repete-se ou mostra tendência a se repetir ao considerarmos a direção tomada pelo homem. Não é uma perspectiva feliz a que se vislumbra hoje. Coagidos pela imigração e pela necessidade de abandonar seu país de origem, milhares de pessoas se deslocam em busca de uma vida longe de conflitos políticos, econômicos, sociais e religiosos.

A literatura de testemunho não está livre de debates, com posicionamentos de leitores comuns, críticos literários, professores universitários, alunos de mestrados e doutorados, sendo um campo amplo de estudo em que ainda há muito a ser debatido. O estudo da memória foi essencial na pesquisa e mostrou que esse assunto não se esgota, sendo muitos os vieses a serem trabalhados.

Com a disponibilização e a divulgação hoje pela Academia, por meio digital, de dissertações e teses, podemos perceber que os trabalhos sobre o holocausto têm se intensificado. Preservar a memória dá oportunidade às gerações futuras de escrever uma história com outro final, talvez menos terrível do que o do holocausto judeu. Se os testemunhos nos remetem a sentimentos de horror e indignação, o panorama que temos hoje diante dos olhos parece bastante semelhante ao da Segunda Guerra em relação ao tratamento dispensado a milhares de seres humanos em todo o planeta. E de modo geral parece que o papel dos meios de comunicação é apenas o de divulgar. O que podem fazer os que assistem? Direitos humanos é apenas um termo usado com prodigalidade? Seria o nazismo uma temática ultrapassada? Acreditamos que não, havendo ainda muito a ser pesquisado e escrito a respeito. Tanto é verdade que a Academia ainda sobre ela se debruça e o cinema trabalha e retrabalha a guerra, os campos de concentração, as consequências de todo esse processo ideológico que o nazismo representou, além da temática neonazista.

Adorno e Horkheimer⁴⁴ (2014, p. 9) propõem-se a descobrir em *A dialética do esclarecimento* “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado

⁴⁴ Em *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, em “Nota preliminar” o tradutor (2014, p. 5) explica a origem do termo e ressalta que os autores escolheram *esclarecimento* em vez de iluminismo porque esta expressão traduzia com perfeição não apenas o significado histórico-filosófico, mas também o sentido mais amplo de *Aufklärung* na linguagem ordinária e que encontra um “significado correspondente exato na palavra portuguesa esclarecimento, [...] o processo pelo qual uma pessoa vence as trevas da ignorância e do preconceito em questões de ordem prática (religiosas, política, sexuais, etc.)”. Parte da obra foi escrita ainda no período de guerra (1944) e apenas o capítulo “Elementos do antissemitismo” foi acrescentado posteriormente em junho de 1947. Esta obra foi considerada por Habermas uma das mais negras e pessimistas da filosofia contemporânea. E não podia ser diferente, segundo ressalta Gagnebin (1997, p. 108), uma vez que isso se deve “à dramática época histórica da sua redação: de um lado, o nazismo triunfante, do outro, o stalinismo e, no meio, o exílio

verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie. Subestimamos as dificuldades da exposição porque ainda tínhamos uma excessiva confiança na consciência do momento presente”.

Após a guerra, como se reconciliar novamente com o mundo o suficiente ao menos para reconstruir a própria vida? Para o sobrevivente, encontrar o caminho era quase impossível. Muitos se encontravam sozinhos e sem nenhum apoio para recomeçar. Tinham perdido tudo: bens materiais e afetivos. Quanto aos alemães, nos estudos de Freud é possível perceber que o narcisismo coletivo não tinha sido destruído imediatamente após a guerra. Permaneceu no povo. E esse sintoma acabou sendo alimentado pela prosperidade econômica e pela consciência da eficiência posterior à guerra, pois se observou que o país se recompôs com rapidez.

Assim, quando observamos o desenvolvimento dos países por ocasião da Segunda Guerra Mundial, não podemos nos afastar da aporia que dominou Adorno e Horkheimer (2014, p. 11): “A autodestruição do esclarecimento”. Não há como não perceber como as nações mais esclarecidas têm propensão à violência. E concluíram:

[...] a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. [...] A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranoia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual.

Os livros de testemunho não mostram somente a memória daqueles que escreveram, mas representam o grito de todos que não puderam dar seu testemunho e mostrar sua experiência em situações extremas. Tudo o que restou aos que viveram o terror foram lembranças tristes, e expressar isso por meio de palavras foi uma forma que muitos encontraram de se libertar. Assim, são tantos os relatos e a comprovação dos fatos históricos que não é possível negar que o holocausto ocorreu, como muitos tentam fazer. Ficou apenas a certeza de que um homem em sua loucura acreditava que o destino do povo alemão era conduzir a Europa.

dos autores, a constatação do profundo aburguesamento da classe operária no capitalismo avançado. Para onde quer que se dirijam os olhares só há dominação e morte e, pior ainda, acomodação à morte e resignação à dominação”. Adorno e Horkheimer foram dois estudiosos de origem judia que voltaram para a Alemanha, com diferença de anos, após a guerra. Muitos outros preferiram viver em outras nações ou em Israel.

5.3 As representações do cinema e do teatro sobre o holocausto

O estudo de relações entre literatura e outras artes está incluso nas análises da literatura comparada. Não nos aprofundaremos na análise, mas é importante destacar que muitas obras sobre o holocausto foram utilizadas em produções cinematográficas. Embora se processe um diálogo entre obra e filme, são áreas diferentes com características e métodos próprios. O cinema, com suas imagens, causa mais impacto e atinge um público maior e de formação mais variada. O livro, por sua vez, é consumido por um público mais restrito, constituído por pessoas que fazem da leitura campo de estudo ou de lazer.

Citamos a seguir alguns filmes⁴⁵ sobre o holocausto: *Noite e Neblina* (1955), documentário; *O diário de Anne Frank* (1959); *Minha luta* (1960), documentário; *O homem do prego* (1964); *O jardim dos Finzi-Contini* (1970); *O refúgio secreto* (1975); *Hitler: um filme da Alemanha* (1977); *Holocausto* (1978), minissérie em quatro episódios que mostra a saga da família Weiss; *Berlin Alexanderplatz* (1980); *O último metrô* (1980); *A escolha de Sofia* (1982); *A polícia de Hitler: um retrato do mal* (1985); *Shoah* (1985), filme-documentário; *Vá e veja* (1985); *Filhos da guerra* (1990), minissérie belga; *Arquitetura da destruição* (1992), documentário; *A lista de Schindler* (1993); *A vida é bela* (1997); *Bent* (1997); *O longo caminho para casa* (1997), Oscar de melhor documentário do ano; *O trem da vida* (1998); *A vida é bela* (1998); *Cinzas da guerra* (2001); *O pianista* (2002); *Amém* (2002); *A queda – as últimas horas de Hitler* (2004); *Julgamento de Nuremberg* (2000); *Os falsários* (2007); *O menino do pijama listrado* (2008); *Um ato de liberdade* (2008); *O leitor* (2008); *Operação Valquíria* (2008); *A resistência* (2010); *A chave de Sarah* (2011); *Caçadores de obras-primas* (2014); *O jogo da imitação* (2014); *Nos campos do holocausto* (2015), documentário do *Discovery Civilization*; *Em busca da paz* (2015), série que apresenta as duas primeiras décadas de existência do Estado de Israel; *O filho de Saul* (2015); *A dama dourada* (2015); *Negação* (2016); *O Zoológico de Varsóvia* (2017); *Fuga de Sobibor* (2018). Dessa forma, a Segunda Guerra e o genocídio dos judeus – além de despertar a atenção e manter a memória dos fatos ocorridos – trazem à discussão a violência em sua máxima expressão.

⁴⁵ Muitos dos filmes listados são adaptações de obras literárias.

O filme-documentário *Shoah*, de Claude Lanzmann, lançado em 1985, tem nove horas e meia de duração e é resultado de 350 horas de filmagens, realizado entre 1976 e 1982 em lugares e com pessoas que sobreviveram aos campos de concentração nazistas. Conforme Lanzmann revela em seu filme, o mais impressionante no holocausto é a racionalidade do mal, e a mais humilhante verdade: quão poucos homens armados foram necessários para matar milhões.

Cangi (2003, p. 142) – na análise que faz de *Shoah* – defende que o filme busca revelar o funcionamento da solução final e “excluir a violência explicativa dos porquês, deixando à vista a máquina letal, sua potência e seus efeitos sobre o corpo e a alma das vítimas”. O filme busca mostrar nas reminiscências, sem teor apelativo, a cena onde se encontravam as vítimas e os funcionários. Para o diretor do filme, o objetivo deste é retomar o intuito de todos que sobreviveram: testemunhar. O filme-documentário também é um registro, uma vez que dá voz aos sobreviventes.

Os filmes sobre o holocausto, em sua maioria, ou se detiveram no sofrimento dos prisioneiros ou na crueldade dos soldados e dos comandantes alemães. Contudo, não enfocaram o problema da maldade do ser humano com o outro e o desrespeito às diferenças, em especial à capacidade do homem para o mal e as razões de esse mal se propagar com tanta facilidade. O homem é transformado em objeto de destruição e subvalorizado. Desse modo, buscava-se desqualificar o prisioneiro, que perdia no campo a identidade (transformado apenas em número), a dignidade, a individualidade e a privacidade, além da esperança e da vida. A perda da identidade, por exemplo, é um relato corrente nas obras de testemunho.

As peças de teatro baseadas no holocausto e produzidas no Brasil foram: *A – 5087* (2008), direção de Ronaldo Ventura; *Crianças da noite* (2013), direção de Marco Antônio Rodrigues; *Brasilien.13 caixas* (2013), direção Karin Beier; *A resistência* (2015), direção Coletivo; *Auschwitz: o silêncio da memória* (2016), direção de Áurea Vila Nova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Jurei nunca ficar em silêncio sempre e onde
quer que seres humanos estejam passando por
sofrimento e humilhação.*

Elie Wiesel (1928-2016), um dos sobreviventes do holocausto, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1986

Retomar Auschwitz representou uma demanda ética de muitos estudiosos e historiadores. Ao nos depararmos com os primeiros livros de testemunho do holocausto, sentimo-nos tomados pela mesma necessidade de caminhar pelo passado e examinar essa mancha que não se apaga da história da humanidade. O testemunho dá voz àqueles que foram impedidos de contar; traz ao conhecimento e denuncia a intransigência, o desespero, a fome, o frio, situações extremas de dor, racismo e morte – algumas das facetas da violência dessas narrativas.

Nesta tese, analisamos *É isto um homem?* e *A trégua*, de Primo Levi; *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, de Sabina Kustin; e *Rumo à vida*, de Olga Papadopol; *Quero viver: memórias de um ex-morto*, de Joseph Nichthausen; e *Paisagens da metrópole da morte*, de Otto Dov Kulka, que formam o *corpus* do trabalho. Procuramos embasar os testemunhos com as informações históricas e políticas e as medidas adotadas pelo Terceiro Reich para dar sustentação aos relatos que envolveram o mais sistemático e prolongado dos genocídios. Levi representa, em nosso trabalho, o maior expoente do testemunho de Auschwitz. Com uma obra extensa – nove delas de testemunho –, ele descreve o inenarrável. Mas todos os autores estudados deram sua contribuição com informações bastante semelhantes. O nazismo representou o terror do passado, e a literatura de testemunho, seu registro.

Este trabalho enfoca não apenas a vida dos cinco personagens centrais das obras testemunhais (Levi em duas delas; Nichthausen, Kulka, Kustin, Papadopol), mas a de inúmeros outros que traduzem a história de um povo e do grupo imenso que eles representam nessa memória que se converte de individual em coletiva. Os testemunhos assemelham-se e expõem a dimensão do mal causado aos judeus em especial, a outros povos e a toda a humanidade. Mostram ainda a intensidade da luta entre dois povos com

objetivos diametralmente opostos: o alemão – disposto a exterminar um povo de qualquer forma; e o judeu – que busca sobreviver e escapar. O processo de escritura das obras de testemunho proporciona uma catarse, uma forma de libertar-se do trauma. Assim, a tese procurou mostrar que essa literatura busca promover uma aproximação entre passado e presente para compreender o mundo e as consequências do holocausto. As obras mostraram seres humanos em conflito com o passado, mas que fizeram de sua voz uma forma de luta contra o mal. Adorno, por exemplo, embora não fosse um sobrevivente, foi uma das vozes que protestaram.

Procuramos mostrar ainda que o mal só se propagou com tanta eficiência e agilidade em razão do aparato burocrático estruturado sob o signo de uma organização que cobria todas as frentes. Vários outros fatores também foram decisivos: o distúrbio psiquiátrico do Führer e de seus assessores; a lavagem cerebral na juventude da Alemanha nazista, que ambicionava sucesso e poder; a maldade subjacente à tentativa alemã de se tornar uma nação de raça pura; a ambição de dominar os países vizinhos e toda a Europa; a cobiça pelos bens dos judeus, pois estes eram necessários para manter a guerra.

A temática levantada na tese envolve as mais diferentes áreas do conhecimento: memória, história, política, sociologia, estudo da língua, direito, estética, filosofia, psicologia e poética, uma vez que consideramos literárias as obras escolhidas. A relevância para a educação está no fato de permitir que as gerações futuras conheçam obras literárias que possibilitem a integração entre essas áreas, num trabalho multi e interdisciplinar.

Procuramos, nesta finalização do trabalho, mas não à guisa de conclusão, responder à hipótese desta pesquisa: o holocausto como representação do mal, conforme mostrado na literatura analisada. Não há como estabelecer um fator como responsável pelo holocausto. Vários fatores e condições proporcionaram solo fértil para o mal imperar, o que ocorreu com a permissão tácita do homem. Contudo, acreditamos ter sido a burocracia alemã um dos pontos-chave para que o mal se propagasse de forma intensa e com um poder de destruição enorme. A burocracia não foi a causa, mas um dos fatores condicionantes mais marcantes que permitiram os assassinatos em massa até alcançar a cifra de 6 milhões de judeus, embora muitos acreditem que o montante seja ainda maior. Além disso, era mais fácil dar ordens do que executá-las. Quanto mais distante estava aquele que autorizava ou permitia, maior a capacidade de amplidão das ordens. Havia um distanciamento que facilitava o trabalho, e os relatos o ressaltam, em

especial o depoimento de Eichmann, que executou tantos judeus sem sequer sair de seu gabinete. Impressiona o fato de uma única pessoa – Hitler – causar tanto mal, embora não agisse sozinho, mas contasse com colaboradores tão destruidores quanto ele, como Eichmann, Goebels e outros.

Destacamos também a experiência coletiva do holocausto judeu processada pela memória das testemunhas e procuramos mostrar como o mal se propagou com rapidez na Alemanha por intermédio de uma burocracia instituída pelo próprio Estado para atender à ambição de poder de um sujeito. Buscamos compreender como ocorreu esse processo político de desumanização nos campos de concentração por meio dessa literatura que retrata os anos de terror vividos por várias testemunhas individuais, mas que representam a memória coletiva dos judeus que partilharam a mesma situação. Ao narrar sua história, cada um deles expõe situações vividas pelos que partilhavam o mesmo espaço e tempo. Essa literatura é um registro de situações-limite vividas por esses personagens que passaram pelos campos de concentração (Levi, Nichtenhauser, Kustin e Kulka) e mesmo por aqueles que de alguma forma tomaram outros caminhos e escaparam dos campos e da guerra (Papadopol), uma vez que estavam irmanados por um denominador comum – o fato de serem judeus. Da mesma forma, embora as trajetórias sejam diferentes, todos têm o mesmo propósito: sobreviver.

Na tentativa de estabelecer um diálogo entre a teoria e as obras de teor testemunhal, procuramos mostrar que, apesar de não haver explicação para o holocausto, ele representou o resultado das atitudes dos envolvidos em relação ao preconceito e à discriminação. Não tínhamos a pretensão de sermos inéditos, mas esperamos que esta tese propicie a abertura de novos debates. Procuramos coligar as várias facetas do problema – o genocídio dos judeus e a literatura que narra essa história por meio do testemunho.

O mesmo mundo que permitiu que a catástrofe do holocausto manchasse a história da humanidade, após o término da guerra continuava negligente e cuidando de seus negócios. Essa não foi a única catástrofe, podemos enumerar milhares, mas poucas tiveram tal proporção, complexidade, frieza, premeditação, além do aval de milhares de pessoas, não por ordenarem as execuções, mas por se omitirem. É um assunto que não se esgota porque existem infindáveis lacunas. “Sob todos os aspectos”, observa Rutherford (1976, p. 155), “foi a realização de uma psicose em escala nacional”.

A maior insanidade do holocausto está no fato de ter sido perpetrado por pessoas comuns, que, em sua maioria, exerciam tarefas corriqueiras, burocráticas. Ele não foi

executado por indivíduos loucos, criminosos, depravados sociais. Apenas uns 10% dos soldados da SS poderiam ser considerados “anormais” na acepção mais simples da palavra. Seriam cruéis, indecentes, temerosos, mas certamente passariam em testes psiquiátricos. Eichmann, por exemplo, não era um antissemita furioso como outros membros da SS e do partido nazista. Ele conheceu judeus, teve amigos judeus e dizia admirar a coragem desse povo, mas seu trabalho como burocrata era essencial para ele. O mal se perpetrou porque a maioria da população ou era indiferente ou era omissa. A discussão sobre quem foi responsável pelos crimes também não encontra resposta. Para alguns historiadores não é possível culpar ou responsabilizar todos os alemães, mas apenas aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos na execução do genocídio. Daí a banalidade do mal. Se grande parte da população sabia o que estava acontecendo, mas se omitiu ou não se opôs – e os relatos são ricos em exemplos –, isso pode ser atribuído também ao dilema da guerra, na qual tanto podem ser criados heróis como criminosos.

Os espaços partilhados dentro das cercas de arame farpado e os trajetos percorridos para se esconder do inimigo vão determinar inclusive mudanças nas concepções éticas dos indivíduos, que tudo fazem para sobreviver nos países em guerra. Após o holocausto, pertencer ao grupo dos sobreviventes traz responsabilidades das quais não conseguem se eximir: dar o testemunho de sua experiência e da de tantos que passaram pela mesma situação. Eles falam em nome dos que não conseguiram sobreviver e daqueles que sobreviveram, mas não conseguiram partilhar. Para muitos, trazer o passado para o presente é repetir o sofrimento e não se esvaziar da história de uma catástrofe que estará sempre presente. Os testemunhos funcionam também como um alerta para a capacidade de destruição do ser humano.

Os alemães almejavam uma sociedade privilegiada, formada por uma raça pura, mas na realidade tratava-se de uma sociedade mergulhada na decadência e na ruína, longe dos valores que dignificam o homem: respeito, compaixão, ética.

Desse modo, os registros dos testemunhos mostram o século XX não apenas como um período em que a modernidade imperou, mas também como uma época na qual males incomensuráveis foram cometidos. Assim, buscamos dar voz à memória das testemunhas – Levi, Nithausen, Papadopol, Kulka, Kustin – por intermédio de suas obras.

Sem aproximação direta com o sofrimento, uma vez que não temos parentes ou amigos que vivenciaram o holocausto, mas no papel de leitora, ouvinte e pesquisadora

do assunto, falta-nos fôlego e somos tomados pela piedade e pelo assombro ao depararmos com essas narrativas do genocídio. Buscamos, contudo, capturar imagens provocadas pelas descrições dos fatos numa tentativa de reconstruir um passado que se distancia a passos largos e nos esforçamos para encontrar nas particularidades de cada obra as relações com o mal e sua propagação. Somos também testemunhas ao lermos e divulgarmos os relatos por intermédio de artigos, dissertações e teses.

A presença do mal é sentida em todo o percurso da humanidade. A literatura tanto clássica como contemporânea, na representação que faz do ambiente sociopolítico e econômico, é farta em exemplos. Na literatura de testemunho do holocausto, o mal se faz ainda mais patente. Tudo converge para sua existência. Podemos enumerar exemplos na história da humanidade, mais especificamente da desumanidade com que o homem foi capaz de tratar seu semelhante. Auschwitz, apesar de todas as pesquisas que despertou, permanece como um fato sem explicação, fazendo debruçarem-se sobre isso sociólogos, psicólogos, filósofos, teólogos, historiadores, acadêmicos de modo geral. Mas é difícil compreendê-lo, e, mais ainda, explicá-lo.

O mal está presente em todos os relatos que envolveram o regime nazista e as ideias de extermínio dos judeus arquitetadas por Hitler e empreendidas por ele e seus comparsas. Os documentos alemães, e em especial os produzidos pela própria burocracia alemã, bem como os das outras nações envolvidas na Segunda Guerra Mundial, as imagens, as gravações, os julgamentos de Nuremberg e os testemunhos de vários sobreviventes pelo mundo ainda são insuficientes para o teor e o alcance do mal que marcou a história da humanidade.

Para muitos que deram testemunho, uma das grandes dificuldades foi passar da narrativa oral à escrita, fase em que cada um procurou encontrar novo sentido para o que contava. Ao buscar na memória as lembranças de sua experiência traumática, os sobreviventes pretendiam dar aos fatos a clareza necessária para serem entendidos e acreditados. Nessas narrativas do holocausto judeu, encontra-se expressa a memória de milhões de judeus assassinados pelo nacional-socialismo. Acreditamos que cabe a nós, estudiosos e leitores, ao trabalharmos suas obras, sermos também testemunhas ao disseminar esse conhecimento.

Os nazistas aprenderam a obedecer sem questionar – Eichmann foi apenas um dos muitos exemplos –, sem levar em conta suas convicções, ações e consequências. Como disse Arendt (1999) na avaliação que fez do julgamento desse criminoso de guerra, o mal parecia algo tão banal que podia ser praticado nas mais diferentes

circunstâncias. Para ela, o que motivava Eichmann a provocar o sofrimento alheio era seu desejo de obedecer, tanto é verdade que se sentia mal quando não conseguia fazer aquilo que lhe ordenavam, independentemente do que fosse. Segundo ainda a avaliação de Arendt, ele tinha uma total incapacidade de *pensar*, logicamente do ponto de vista de outra pessoa. O mais surpreendente é que ele sempre quis que sua obediência férrea fosse considerada uma virtude e ele, uma vítima do totalitarismo.

A discriminação contra os judeus prevaleceu inclusive nos países para os quais imigraram durante a guerra e depois desta. Seus hábitos e costumes muito diferentes, sua religião peculiar, sua fama de sovinas, sua capacidade econômico-financeira, seu particular senso de raça os mantinha discriminados e separados dos outros povos. A relação era marcada pela alteridade, e esta continua sendo um desafio, tendo em vista que a barbárie não cessou após o término do holocausto judeu.

O massacre judeu foi um evento sem precedentes porque não havia uma razão – mesmo que fosse tida como injustificada – para tanta crueldade. Podemos classificá-lo como um mal gratuito. Além disso, não dava às vítimas a menor condição de defesa. No entanto, o ser humano não para de cometer atrocidades, e com elas nos deparamos a todo momento.

A Segunda Guerra Mundial trouxe consequências para a humanidade que repercutem até nossos dias. De 1939 a 1945, o Brasil também se viu em face do conflito, pois as perseguições aos judeus geraram um processo migratório que se fez sentir também no país e em toda a América Latina, que receberam inúmeros judeus e outros povos que fugiam das zonas de guerra.

Acreditamos que a não violência proposta pelo judaísmo, pelo cristianismo e por outras tradições religiosas é o caminho para a paz e a preservação dos direitos humanos. Contudo, da teoria à ação há uma distância enorme, e o mal continua a expressar-se nos horrores disseminados no mundo contemporâneo.

Para Arendt, a tarefa do educador é preservar o mundo em relação à nova geração e preservar a nova geração em relação ao mundo. Se este é mesmo o propósito, a humanidade não tem sido eficaz em sua tarefa, pois o homem cada vez destrói mais, busca tornar o outro insignificante e não impõe limite à sua ambição de poder e riqueza.

Os conflitos envolvendo o povo judeu e o Estado de Israel repetem-se também na história recente da humanidade, sendo mais um motivo para o estudo dessa temática, pois o problema desencadeado na Faixa de Gaza tem preocupado não só as nações limítrofes, mas o mundo como o todo, pois se não é iminente uma Terceira Guerra

Mundial há prognósticos de uma guerra com grande intensidade na região, em especial para a população civil, que tem sido reiteradamente sacrificada. Por sua vez, o conflito desencadeia um processo de imigração para o qual os países não encontram solução e não estão preparados. Os motivos não são apenas étnicos ou religiosos, mas apresentam – como outrora – condicionantes econômicos e sociopolíticos.

Vemos hoje as misérias se proliferando no mundo e impulsionando a imigração na Europa e no Oriente Médio; os direitos humanos violados diuturnamente de forma arbitrária; a justiça evadindo-se do convívio do homem em diversos lugares e setores; os homens assistindo impassíveis às notícias que chegam pelos meios de comunicação e via internet protegidos pelo distanciamento – ouvem, veem, mas nada podem fazer. O cenário é preocupante. Refugiados e imigrantes vivem situações insustentáveis e ainda convivem com isolacionismo, xenofobia e intolerância.

Analisando com isenção tudo o que ocorreu com os judeus, somos tentados a afirmar que os nazistas pagaram um preço muito baixo por todas as atrocidades que cometeram. As penas foram pequenas e muitos conseguiram escapar para outros países sem serem devidamente punidos, como se seus atos fossem algo sem muita importância. A impunidade gera incredulidade e descrença, além de repetições de erros e crimes, de tal sorte que vemos no mundo os atos se repetirem contra grupos menores.

O holocausto por si mesmo é um marco na história da humanidade que não permite um ponto final pelas proporções que tomou e pelos males que provocou: violência, dor, sofrimento, perda da identidade judaica, perda de vidas humanas, destruição de cidades e patrimônios históricos, trauma para os que o viveram e conseguiram sobreviver.

A história parece se repetir. Somos testemunhas de algum tipo de violência que se impôs ao nosso tempo, certamente testemunhas separadas pela distância. A televisão – mais que os outros meios de comunicação – obriga-nos a isso. É um dos preços da modernidade. Crer nos homens foi uma dificuldade com a qual nos deparamos em toda a nossa pesquisa. Não há como nos furtarmos aos acontecimentos do mundo, e os testemunhos colocam em dúvida nossa fé, não no sentido religioso da palavra, mas fé na humanidade e naquilo que será construído pelas gerações futuras. Assim, ficamos entre a fé e a esperança, de um lado; e a descrença e o pessimismo do outro, mas, acima de tudo, é preciso ter esperança.

Diante das catástrofes do cotidiano, há um processo de desumanização, ou temos essa impressão. A imigração – vista, lida e ouvida à exaustão – retorna com intensidade

imbuída de violência e lembra os testemunhos do holocausto. Para escapar de ditaduras, guerras e guerrilhas, o homem submete-se às mais terríveis condições. Os testemunhos de Sabina Kustin e de Olga Papadopol nesta tese espelham essa situação de fuga ante o terror.

Não precisamos chegar a uma conclusão, contudo podemos afirmar que há uma sintonia entre as narrativas do *corpus* literário e as do *corpus* teórico. Além disso, as obras literárias têm o mesmo discurso quando se trata do processo de seleção e das condições impostas aos judeus nos meios de transporte até a chegada aos campos de concentração; do tratamento dado aos prisioneiros; da alimentação nos campos; da violência, das punições, das privações, da dor e do sofrimento imputados a milhares de pessoas por toda a Europa. Todos os personagens – que são os próprios narradores – fazem de seu testemunho uma forma de despertar a memória.

Assim como os escravos, os que não sobreviveram aos campos não teriam memória, pois não ficou sequer um túmulo para lembrá-los. Tantos perdidos pelo caminho. Ao ver os campos de concentração após a Segunda Guerra, é quase impossível imaginar que ali viveram pessoas com sonhos, esperanças e fragilidades. Morreram em situações torpes e fúteis, sem direito a protestos e reivindicações. Na verdade, sem nenhum direito. Ficaram as cicatrizes. Muitas! As experiências trágicas de Auschwitz e da escravidão, apenas como exemplo, não impediram a propagação do mal, uma vez que a humanidade continua a perpetuar o racismo e a discriminação.

Surpreende que em nossa época, conturbada por questões políticas; revoluções de Estado; perturbações sociais e econômicas; questões polêmicas como sexualidade e gênero; moral; ética e respeito aos direitos humanos, o homem ainda utilize a guerra como solução de conflitos. As guerras, as ambições financeiras, o poder econômico proporcionado pelo dinheiro e o fanatismo religioso e político têm embrutecido o ser humano e alterado os princípios éticos. Contudo, é o objetivo de muitos que atrocidades como o holocausto não se repitam, embora não seja isso que a história mostre. A faxina étnica nos Bálcãs; as ditaduras na América Latina e na África; os conflitos armados na Bósnia e Herzegovina de 1992 a 1995; a guerra Irã-Iraque de 1980 a 1988, conflito comparado à Primeira Guerra Mundial; a ditadura religiosa do Aiatolá Khomeini; os conflitos entre Síria e Turquia, que têm provocado uma imigração desastrosa, mas necessária, para a Europa, com milhões de refugiados sem acesso a alimentos e remédios; a guerra civil na Síria, considerada a maior crise humanitária do século XXI, que dura desde 2011 e vitimou 250 mil pessoas e provocou a saída de 4,5 milhões de

pessoas; o deslocamento dentro da própria Síria de 6,5 milhões de pessoas; os índices de violência nos centros urbanos; as marcantes diferenças sociais e econômicas; o caos da Venezuela. A lista é infinita. Citamos apenas alguns dos problemas que assolam a humanidade. As mídias sociais dão a todos, hoje, oportunidades de debate, fazendo surgir opiniões divergentes acerca das mais variadas temáticas.

Em seu livro *A ascensão do quarto Reich: as sociedades secretas que ameaçam assumir a América*, Jim Marrs (2017) argumenta que alguns membros sobreviventes do Terceiro Reich, juntamente com simpatizantes do nazismo nos Estados Unidos e noutros países, trabalham clandestinamente desde o final da Segunda Guerra Mundial para divulgar os princípios nazistas: militarismo, fascismo, imperialismo, espionagem generalizada e utilização de propaganda para controle de interesses nacionais. O objetivo é infiltrar essas doutrinas na cultura, nos governos e nas empresas pelo mundo.

Embora haja inúmeros fatos na história da humanidade que possam ser associados ao mal, o holocausto sempre esteve no centro de todos os debates. Talvez porque se não foi o maior dos males, foi o mais marcante tendo em vista seu objetivo: exterminar toda uma raça. Não podemos negar, contudo, que marcou o século XX e a história, sem condições de ser apagado ou redimido. Em razão de sua crueldade e violência, parece inacreditável que tenha acontecido, mas é um fato que permanece na memória não só dos judeus, mas de toda a humanidade.

Setenta e três anos após o fim do nazismo, a Alemanha continua estigmatizada em razão do holocausto em todo o mundo. Assim, podemos nos perguntar: O que é o racismo? Ora, é exatamente o que os nazistas fizeram. É a discriminação social baseada no conceito de que existem diferentes raças humanas e que uma é superior às outras. Essa noção toma por base várias motivações, tais como características físicas e outros traços do comportamento, e não tem fundamento científico. Isso gera uma atitude depreciativa e discriminatória em relação a um grupo social ou étnico.

A insatisfação dos alemães com o fim da Primeira Guerra Mundial e o clima político-econômico do país tinha tudo para fomentar o racismo. Os judeus foram, assim, a desculpa que faltava. Hitler em toda a sua trajetória, mesmo antes de assumir o poder, deu mostras de que era antissemita. Para reforçar, a própria igreja católica defendia que o judaísmo era uma religião contrária ao catolicismo e que os judeus tinham crucificado Jesus Cristo. A ideologia nazista estava imbuída de ódio ao cristianismo e ao judaísmo.

Considerando tudo o que foi visto, percebemos como o holocausto suscitou as mais diferentes indagações e todas continuam sem respostas: Por que os judeus não

reagiram? Por que os alemães foram capazes de cometer tantas atrocidades? O que impulsiona esse tipo de comportamento? O que as outras nações poderiam ter feito para não deixar o horror acontecer? Teria havido uma forma de impedi-lo de continuar depois de começado? O que teria acontecido ao mundo se a Alemanha tivesse vencido a guerra? Até onde chegaria o poderio nazista? Foi feita justiça? Diante do extermínio de tantos seres humanos, a Alemanha pagou um preço justo ou justiça soaria como vingança? Nesse contexto, é possível falar em perdão? A preservação da memória desse fato histórico tem sido suficiente para prevenir a humanidade sobre um passado tão terrível? Somos todos responsáveis quando nos deparamos com esse tipo de violência? Somos indiferentes, omissos ou simples vítimas do distanciamento que os meios de comunicação e a internet nos trazem todos os dias? E o mais importante: O que estamos fazendo para que o mal não se repita? Por que matar pode chegar a ser tão prazeroso e banal? Como explicar tamanho barbarismo? Não encontramos resposta em nenhuma das ciências de que se tem conhecimento. Em todas as épocas da história há exemplos de catástrofes dessa natureza.

Os testemunhos foram analisados no contexto de sua escritura, mas procuramos fazer uma analogia com o presente e deparamos novamente com o que Adorno pregava: Que Auschwitz não se repita. Constatamos que o embate passado e presente não tem fim e ameaça o futuro.

Talvez um dos males maiores do nazismo tenha sido o culto à obediência, além do medo. Isso fez com que milhares de pessoas se preocupassem apenas em obedecer e não com o tipo de ordem que estavam seguindo e quais seriam suas consequências, o que gerou uma arquitetura do caos e da destruição. Quando lemos os relatos sobre a guerra, percebemos que a humanidade não tinha empatia pelo sofrimento do outro, esquecendo-se de termos como compaixão, dignidade, respeito, fraternidade, caridade, mas, acima de tudo, ética e respeito aos direitos humanos.

Narrar é quase uma obrigação de quem sobreviveu diante da impossibilidade do outro, daquele que não sobreviveu ou foi afogado, para usar uma expressão de Levi. Viver para contar e contar para voltar a viver. Isso parece um paradoxo, mas era o processo natural vivido por muitos que sobreviveram e se prenderam a essa esperança, a esse objetivo tão simples e ao mesmo tempo tão profundo. Desse modo, a busca pela justiça tem de ser uma ação constante do ser humano e, conforme Comte-Sponville (1999, p. 69), “a justiça existirá se a fizermos”.

Assim, cabe a todos nós lutar para que a Justiça e a valorização do homem – não importa a raça, o credo, a nacionalidade – sejam preservadas. E essa é uma luta urgente, pois o neonazismo tem se disseminado em todo o mundo, em especial nos países europeus, trazendo de volta as ideologias racistas do nacional-socialismo. O apagar da memória das catástrofes que o mundo já vivenciou dá margem a repetições de violência. Cabe, então, dar voz à memória dos fatos e travar uma resistência ao terror.

Ao terminar de produzir o texto da tese, percebemos que a pesquisa parece não ter fim. A cada momento deparamos com um novo viés, uma nova indagação, uma obra que deveríamos ter lido.

As narrativas do testemunho do passado recuperadas pela memória são fortalecidas pelas teorias de inúmeros pesquisadores que utilizaram seu tempo para escrever sobre o holocausto e, acima de tudo, nos parece, para entender sua dinâmica incomum e seu processo de destruição e terror. Do testemunho verbal até a escritura dos testemunhos houve sempre um intervalo significativo, uns mais longos outros menos. Maior ainda o intervalo entre a escrita e sua publicação. Todos os testemunhos analisados têm seu valor como literatura e acima de tudo provam quão importante é esse entrelaçamento entre história e literatura, entre passado e presente, tendo sempre a memória como intermediadora.

Procuramos mostrar que as obras permitem várias leituras e olhares. Acreditamos ser este o papel da literatura: dar margem a muitas interpretações, com ou sem suporte teórico. A leitura desses testemunhos não foi prazerosa, mas, sem dúvida, foi enriquecedora e esclarecedora. Pudemos perceber ainda que racismo, totalitarismo, intransigência, desejos desenfreados de poder, razões políticas e econômicas trazem em seus rastros guerras, miséria, destruição, perseguições religiosas, conflitos étnicos e males que atingem toda a humanidade nos mais diferentes níveis.

Nessa etapa de conclusão do trabalho, é gratificante saber que, de uma forma ou de outra, a tese tem o poder de também dar o testemunho por meio das leituras e dos estudos que fizemos sobre o que representou o holocausto judeu. Pudemos perceber com as leituras das obras escolhidas o poder da literatura de possibilitar a disseminação dos testemunhos.

Extraímos de teóricos das áreas de história, sociologia, filosofia e psicologia os aspectos que envolvem a linguagem e os estudos sobre o mal, procurando características que fazem da literatura a base de estudo sobre o testemunho do holocausto.

Consideramos as seis obras dos cinco autores aqui analisados essenciais neste estudo, cada um com suas especificidades e modos de fazer a escrita literária, ofertando um testemunho ímpar na maneira de relatar os eventos a que foram submetidos. Levi com seu relato da vida no campo e na travessia de volta para a Itália após a desocupação do campo; Kustin com a vida enclausurada por dois anos no subterrâneo de uma igreja sendo escondida por um padre, mas submetida, posteriormente, à vida no campo de concentração até finalmente voltar a viver; Joseph Nichthausser, um jovem de apenas 11 anos que consegue sobreviver em vários campos de concentração onde perde todos da família, inclusive seu irmão mais velho. Quando tudo parece perdido, consegue ser salvo nos últimos dias da guerra; Olga Papadopol, que embora não passe pela experiência do campo tem de lutar para escapar das perseguições nazistas; Kulka, outra criança marcada pelo campo que consegue ser salvo, encontrar o pai e se tornar um renomado historiador israelense. Todos eles perderam anos em meio à dor, mas souberam superar e fazer do sofrimento um ensinamento que tem alcançado gerações.

Todos os autores selecionados para esta tese levam para seus escritos as marcas do nazismo, mas as transmutam em lições de vida e superação. As obras mostram a luta pela sobrevivência em uma época em que o mal e a destruição imperaram de forma significativa e singular. São obras literárias complexas que têm como pano de fundo uma parte da história do século XX e da humanidade. A realidade trazida por essas memórias enriquecem a literatura nacional e internacional ao adentrarem em outro campo, o do real, e não imaginativo e ficcional. Uma realidade que assusta e faz meditar.

Assim, percebemos a importância da literatura ao resgatar seu papel de transmissão de informações ao lado de tantas outras áreas do conhecimento, mas lembrar o holocausto é essencial. Ler e divulgar os testemunhos é uma forma de cultivar essa memória, principalmente se considerarmos a dimensão desse fato histórico.

Esperamos que os temas tratados nesta tese tenham contribuído com esse campo vasto do conhecimento – a pesquisa acadêmica – e despertem o interesse para a leitura destes e de outros testemunhos. A nós cabe disseminar essa literatura que suplantou nossas expectativas iniciais e nos marcou para sempre, pois acreditamos que ela seja, acima de tudo, um protesto contra o autoritarismo e a discriminação e uma palavra que se levanta em prol da justiça. Auschwitz não pode ser apagado, esquecido. Temos consciência de que o mal bate à porta de nossa civilização hoje como outrora.

REFERÊNCIAS

1. *CORPUS* LITERÁRIO

KULKA, Otto Dov. **Paisagens da metrópole da morte**: reflexões sobre a memória e a imaginação. 1. ed. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KUSTIN, Sabina. **A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. (Testemunhos.)

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
_____. **A trégua**. Tradução Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NICHTHAUSER, Joseph. **Quero viver... memórias de um ex-morto**. Petrópolis: Vozes, 1976.

PAPADOPOL, Olga. **Rumo à vida**. São Paulo: Símbolo, 1979.

2. *CORPUS* TEÓRICO

ADORNO, Theodor W. **Minimamoralia**. Tradução L. Bicca. São Paulo: Ática, 1992.
_____. **Dialética negativa**. Tradução Marco Antonio Casanova. Revisão técnica de Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. O que significa elaborar o passado. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 29-50.

_____. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-138.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Ebook, 2014. ISBN: 978-85-378-1202-0.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. Apresentação de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2008 (Estado de Sítio).

_____. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Humanitas.

AGAMBEN, Giorgio. **A linguagem e a morte**: um seminário sobre o lugar da negatividade. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

AGUIAR, Odílio Alves. Sobre a violência e o mal. In: AGUIAR, Odílio Alves. **Filosofia, política e ética em Hannah Arendt**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. (Filosofia, 28.)

ALMEIDA, Jessica. Holocausto: nos 70 anos do fim da Segunda Guerra, ações jogam novas luzes sobre o genocídio. **Jornal O Tempo**, *on-line*, Belo Horizonte, 9 maio 2015. Disponível em: <www.otempo.com.br>. Acesso em: maio 2017.

AQUINO, Julio Groppa; REGO, Teresa Cristina (Org.). **Hannah Arendt pensa a educação**: a educação em tempos sombrios. São Paulo: Segmento, 2014. Ebook. ISBN: 978-85-89636-22-3. (Biblioteca do Professor.)

ARAÚJO, Luís de. **Ética**: uma introdução. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005. Série Universitária.

ARENDRT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. 8.^a reimpressão. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Homens em tempos sombrios**. 2.^a reimpressão. Tradução Denise Bottmann. Posfácio de Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Organização, introdução e revisão técnica Antônio Abranches. Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **A condição humana**. 10. ed. Tradução R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Tradução Leonel Valandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores, v. 2.)

ARQUIVO MAARAVI – REVISTA DIGITAL DE ESTUDOS JUDAICOS DA UFMG. Belo Horizonte, v. 12, n. 22, 2018. Disponível em: <www.periodicos.letras.ufmg.br>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BADIOU, Alain. **Ética**: um ensaio sobre a consciência do mal. Tradução Antônio Trânsito e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BATAILLE, Georges. **A literatura e o mal**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1.)

_____. **O anjo da história**. Organização e tradução João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Filô/Benjamin.)

_____. Para uma crítica da violência. **Escritos sobre mito e linguagem**. Organização, apresentação e notas de Jeanne-Marie Gagnebin. Tradução Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. (Espírito Crítico.)

BERTIN, Carolina Sieja. **Um pesadelo, talvez?** A elaboração social do trauma do holocausto. Disponível em: <centropsicanalise.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BESANÇON, Alain. **A infelicidade do século**: sobre o comunismo, o nazismo e a unidade da Shoah. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. Tradução João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011. 1664 p.

BLACK, Edwin. **IBM e o holocausto**: a aliança estratégica entre a Alemanha nazista e a mais poderosa empresa americana. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. Tradução do alemão e introdução e notas de Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.

CANGI, Adrián. Imagens do horror. Paixões tristes. Cap. 5, p. 139-169. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

CANTO-SPERBER, Monique (Org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. Verbetes: Espiritualismo francês: o mal; Ética; Moral; Tema e Estética. 2. ed. V. 1 e 2. Tradução Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda França Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito e Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. (Ideias/Dicionários.)

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CORDEIRO, Hélio Daniel. **O que é judaísmo**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Primeiros Passos, n. 311.)

COSTA, José André da. Direitos humanos como reconhecimento da alteridade no pensamento de Emmanuel Lévinas. In: SOUZA, Ricardo Timm de; FARIAS, André Brayner de; FABRI, Marcelo (Org.). **Alteridade e ética**: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS), 2008. p. 117-148. (Filosofia, n. 204.)

CYTRYNOWICZ, Roney. **Memória da barbárie**: a história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Nova Stella; Edusp, 1990.

_____. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003. Cap. 4, p. 123-138.

DALRYMPLE, Theodore. **Nossa cultura... ou o que restou dela**: 26 ensaios sobre a degradação dos valores. 1. ed. Tradução Maurício G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. Tradução Fábio Landa com a colaboração de Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Debates, n. 296, dirigida por J. Guinsburg.)

DICIONÁRIO DE PSICOLOGIA. Portal da psique. Disponível em: <www.portaldapsique.com.br/Dicionario_de_psicologia.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DURKHEIM, Émile. Determinação do fato moral. **Sociologia e filosofia**. Tradução J. M. de Toledo Camargo. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense, 1970 [1906].

ECO, Umberto. **Sobre literatura**. 2. ed. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A memória vegetal**: e outros escritos sobre bibliografia. Tradução Joana Angélica D'Ávila. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Estudos.)

FRANCO, João José de Melo. **Pequeno dicionário de termos literários**. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução Paulo César de Souza, 1. ed. (6ª reimpressão). São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise II**: por que a guerra? e outros trabalhos. Livro 29. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Pequena coleção das obras de Freud.)

_____. **Reflexões para o tempo de guerra e morte**. V. 14. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.

FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha nazista e os judeus**. Vol. II. Os anos de extermínio 1939-1945. Tradução Fany Kon et al. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Perspectivas, coleção dirigida por J. Guinsburg. Prêmio Pulitzer de 2008.)

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. Biblioteca Pierre Menard.

_____. Palavras para Hurbinek. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **Catástrofe e representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. A (im)possibilidade da poesia. **Cult**, n. 23, p. 48-51, jun. 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. Disponível em: <sanderlei.com.br/PDF/Adolf-Hitler/Adolf-Hitler-Mein-Kampf-PT.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTCHENS, B. C. **Compreender Lévinas**. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2007.

JAFFE, Noemi. **O que os cegos estão sonhando?: com o Diário de Lili Jaffe (1944-1945) e texto final de Leda Cartum/Noemi Jaffe**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: SigloVeintiuno, 2002. Colección Memorias de la Represión.

JUNG, Carl Gustav. **Aspectos do drama contemporâneo**. 5. ed. Tradução Lucia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2012. Obras completas, v. 10/2.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Tradução Artur Morão. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KEHL, Maria Rita. O sexo, a morte, a mãe e o mal. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **Catástrofe e representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. O desejo, a vida e a morte, cap. XVIII. **Seminário, II**: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **Seminário, V**: As formações do inconsciente. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Seminário, VII**: A ética da psicanálise. Tradução Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAFER, Celso. Posfácio: Hannah Arendt – vida e obra. In: ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 291-312.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. 3. ed. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Tradução Pergentino Stefano Pivatto (Coord.) et al. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Do sagrado ao santo**: cinco novas interpretações talmúdicas. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LÖWY, Michael. Barbárie e modernidade no século 20. **Ecodebate** – informação, artigos e notícias socioambientais. Publicado em 20/05/2010. Disponível em: <www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 14 set. 2017.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11-28.

MADUREIRA, Eduardo Jorge. **Assinala-se hoje o Dia Internacional em Memória das vítimas do holocausto**. Blogue. Disponível em: <blogues.publico.pt/.../assinala-se-hoje-o-dia-internacional-de-memoria-das-vitimas-do>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. **Lua Nova: Revista de Política e Cultura**, n. 62, São Paulo, 2004. Disponível em: <www.Scielo.br>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MARRS, Jim. **A ascensão do quarto Reich**: as sociedades secretas que ameaçam assumir a América. Disponível em: <cultodoconhecimento.files.wordpress.com/.../ascensc3a30-do-quarto-reich.pdf>. Acesso em: 1º maio 2017.

MENESES, Fatima Rejane de. **Alteridade e incomunicabilidade em Contos do imigrante, de Samuel Rawet**. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MORAES, Eliane Robert. A memória da fera. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

NITRINI, Sandra. **Literatura comparada**: história, teoria e crítica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. (Acadêmica, n. 16.)

OLIVEIRA, Luiz Tadeu Martins de. Psicologia: o que é o trauma psicológico? **O Progresso**, Dourados, Editoria Opinião, out. 2013. Disponível em: <www.progresso.com.br/opiniaio/psicologia-o-que-e-o-trauma-psicologico>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PÉREZ-PEDRERO, Susana Gil-Albarellos. Literatura comparada y tematólogía: aproximación teórica. **Revista Internacional de Literatura Comparada**. Universidade de Huelva, v. 6, p. 209-228, 2002. Disponível em: <rabida.uhu.es>. Acesso em: 31 ago. 2018.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. A justiça e o perdão em Jacques Derrida. **Cult**, n. 117, set. 2007. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-justica-e-o-perdao-em-jacques-derrida/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. O perdão e os crimes contra a humanidade: um diálogo entre Hannah Arendt e Jacques Derrida. In: CORREIA, Adriano (Org.). **Hannah Arendt e a condição humana**. Salvador: Quarteto, 2006.

PIMENTEL, Luz Aurora. Tematólogía y transtextualidad. **Nueva Revista de Filología Hispánica**, v. 41, n. 1, p. 215-229, 1993. Disponível em: <nrfh.colmex.mx>. Acesso em: 31 ago. 2018.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1989 (Série Fundamentos).

REVISTA MORASHÁ, n. 100, junho 2018. Disponível em: <www.morasha.com.br/revista>. Acesso em: 14 ago. 2018.

RIBEIRO, Gustavo. A volta do livro maldito. **Época**, p. 57-61, 18 maio 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et al. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Maria Madalena. **Fronteiras da narrativa**: ficção, história, testemunho. 207 p. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Departamento de Teoria Literária e Literatura, Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: <repositorio.unb.br/handle/10482/13227>. Acesso em: maio 2017.

ROSENFELD, Denis L. **Do mal**: para introduzir em filosofia o conceito de mal. Tradução Marco A. Zingano. Porto Alegre: L&PM, 1988.

RUIZ, Castor B. Emmanuel Levinas, alteridade e alteridades: questões da modernidade e a modernidade em questão. In: SOUZA, Ricardo Timm de; FARIAS, André Brayner de; FABRI, Marcelo (Org.). **Alteridade e ética**: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS), 2008. p. 117-148. (Filosofia, n. 204.)

RUTHERFORD, Ward. **Genocídio**: a destruição das minorias raciais. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1976. 160 p. il.

SAFRANSKI, Rüdiger. **El mal**: o el drama de lalibertad. España: Fábula Tusquets Editores, 2010.

SANTAYANA, George. **Revista Superinteressante on-line**. Frases da semana. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/superblog/frase-da-semana-8220-aqueles-que-nao-conseguem-lembrar-o-passado-estao-condenados-a-repeti-lo>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, M.; NESTROVSKI, A. (Org.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. A literatura do trauma. **Cult**, n. 23, p. 40-47, jun. 1999.

_____. Testemunhos da barbárie. **Revista EntreLivros**, v. 3, n. 28, p. 32-35, ago. 2007.

_____. Testemunho da Shoah e literatura. **Portal Rumo à tolerância**. Aula ministrada no curso Panorama Histórico do Holocausto em 2008. Disponível em: <http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2010.

_____. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 7-44.

_____. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 45-58.

_____. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003. Cap. 1, p. 59-88.

_____. Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003. Cap. 14, p. 387-413.

_____. Testemunho da Shoah e literatura. **Revista Eletrônica Rumo à tolerância**. FFLCH-IEL-Unicamp, 2008, p. 16. Disponível em: <ww.diversitas.ffiich.usp.br/files/active/0/aula_8pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. O local do testemunho. In: COELHO, Frederico; MAGALHÃES, Marcelo; CÊRA, Flávia (Org.). **Literatura**. Rio de Janeiro: Funarte, 2017. p. 249-268.

SOUTELLO, Gabriela. DW Akademie. **Como os alemães aprendem sobre o nazismo**. Disponível em: <www.dw.com>. Acesso em: 16 maio 2017. *Site* internacional de notícias com representação no Brasil (DW Brasil).

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. Ilustrações do autor. Tradução Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **La memoria, un remedio contra el mal?** Tradução Manuel Arranz. Barcelona: Arcadia, 2009.

TOMÉ, Márcia Eliane Fernandes. Linguagem ético-religiosa em Emmanuel Lévinas. **Telecomunicação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 338-357, set.-dez. 2010.

TRUNK, Isaiah. **Judenrat**: the Jewish Councils in Eastern Europe. Disponível em: <books. Google.com>. Acesso em: 6 maio 2017.

UMBACH, RosaniKetzner; CALEGARI, Lizandro Carlos; OURIQUE, João Luis Pereira. **Violência e memória na produção cultural**: o autoritarismo na Alemanha e no Brasil. Santa Maria: Editora do PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras), 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2007 (Volume 2: Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos).

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1988.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994. Ensaio de Cultura, 6.

ANEXOS

Anexo 1. Tabela das punições estabelecidas pelo Tribunal de Nuremberg

Nome	Cargo	Condenação
Martin Bormann	Vice-líder do Partido Nazi e secretário particular do <i>Führer</i>	Morte por enforcamento(<i>In absentia</i>)
Karl Dönitz	Presidente da Alemanha e comandante daKriegsmarine	10 anos
Hans Frank	Governador-geral da Polônia	Morte por enforcamento
Wilhelm Frick	Ministro do Interior, autorizou as Leis de Nuremberg	Morte por enforcamento
Hans Fritzsche	Ajudante de Joseph Goebbels no Ministério da Propaganda	Absolvido
Walther Funk	Ministro de Economia	Prisão perpétua
Hermann Göring	Comandante da Luftwaffe, Presidente do Reichstag e Ministro da Prússia.	Morte por enforcamento (suicidou-se antes de ser enforcado)
Rudolf Hess	Vice-líder do Partido Nazi	Prisão perpétua
Alfred Jodl	Chefe de Operações do OKW	Morte por enforcamento
Ernst Kaltenbrunner	Chefe do RSHA e membro de maior escalão da Schutzstaffel vivo.	Morte por enforcamento
Wilhelm Keitel	Chefe do OKW (Oberkommando Der Wehrmacht)	Morte por enforcamento
Gustav Krupp	Industrial que usufruiu de trabalho escravo	Acusações canceladas por saúde debilitada
Robert Ley	Chefe do Corpo Alemão de Trabalho	Suicidou-se na prisão
Konstantin von Neurath	Ministro das Relações Exteriores, Protetor da Boêmia e Morávia	15 anos
Franz von Papen	Ministro e vice-chanceler	Absolvido
Erich Raeder	Comandante-chefe daKriegsmarine	Prisão perpétua
Joachim von Ribbentrop	Ministro das Relações Exteriores	Morte por enforcamento
Alfred Rosenberg	Ideólogo do racismo e Ministro do Reich para os Territórios Ocupados do Leste	Morte por enforcamento

Fritz Sauckel	Diretor do programa de trabalho escravo	Morte por enforcamento
Hjalmar Schacht	Presidente do Reichsbank	Absolvido
Baldur von Schirach	Líder da Juventude Hitleriana	20 anos
Arthur Seyss-Inquart	Líder da anexação da Áustria e Gauleiter dos Países Baixos	Morte por enforcamento
Albert Speer	Líder nazi, arquiteto do regime e Ministro de Armamentos	20 anos
Julius Streicher	Chefe do periódico antisemita <i>Der Stürmer</i>	Morte por enforcamento

Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Julgamentos_de_Nuremberg>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Anexo 2. Fotos da Segunda Guerra Mundial com enfoque no holocausto

Parte 1. O holocausto em fotos⁴⁶



Figura 1. Adolf Hitler

⁴⁶ As figuras de 1 a 21 foram tiradas da internet e são de domínio público.



Figura 2. A destruição dos guetos



Figura 3. Adolf Eichmann

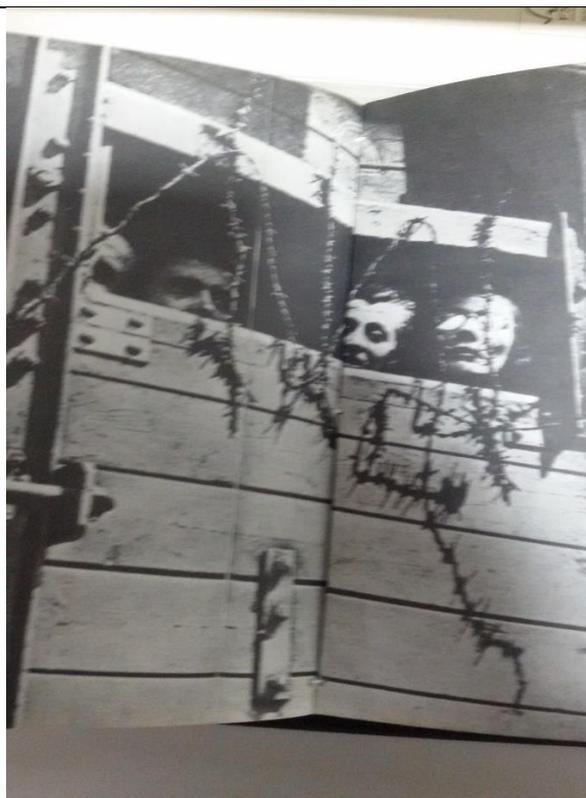


Figura 4. Trem com destino a Auschwitz



Figura 5. Antes do banho de chuveiro

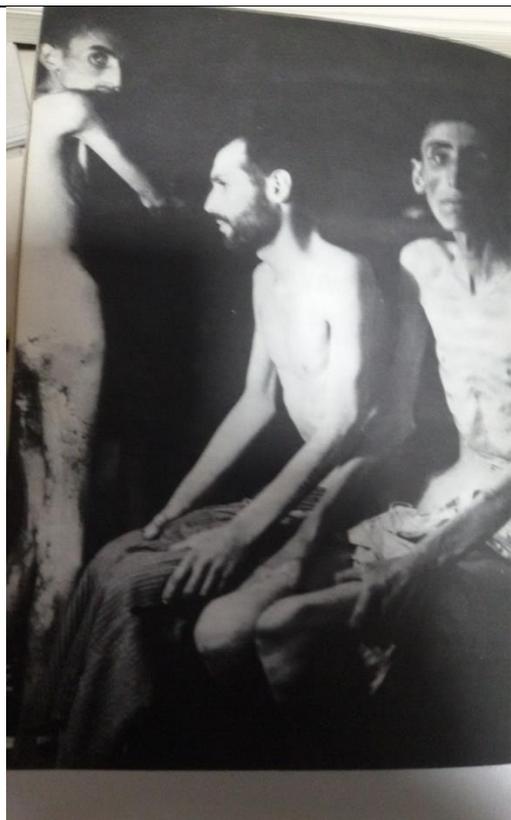


Figura 6. A fome em vários estágios

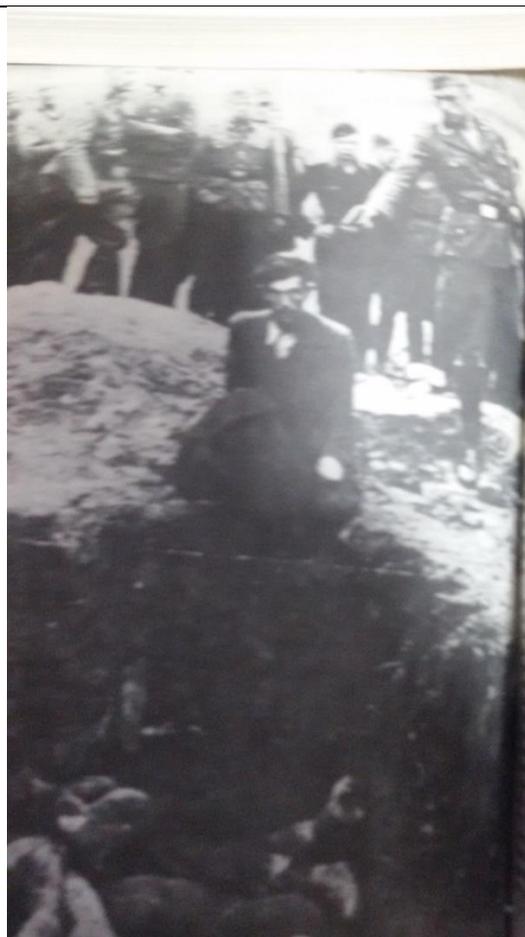


Figura 7. Execução de judeus

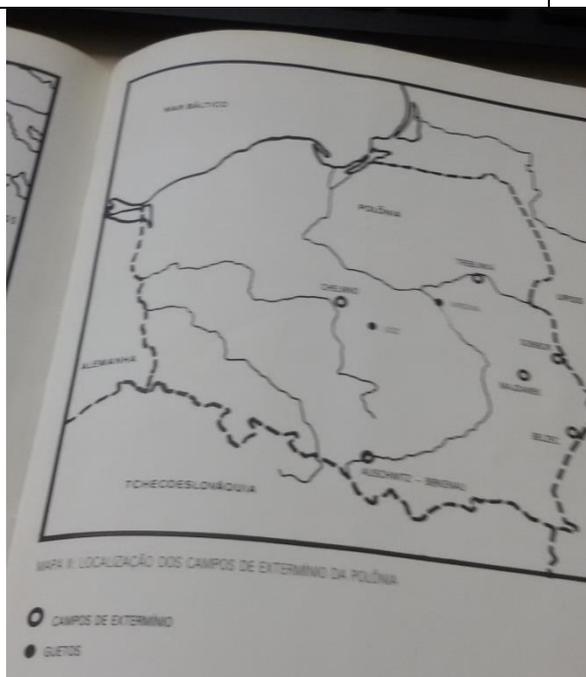


Figura 8. Localização dos campos de extermínio da Polónia



Figura 9. Em cima, deportação de judeus na Polónia; embaixo, Malka Hornstein e Bluma Wiszgrodzka, combatentes do gueto de Varsóvia

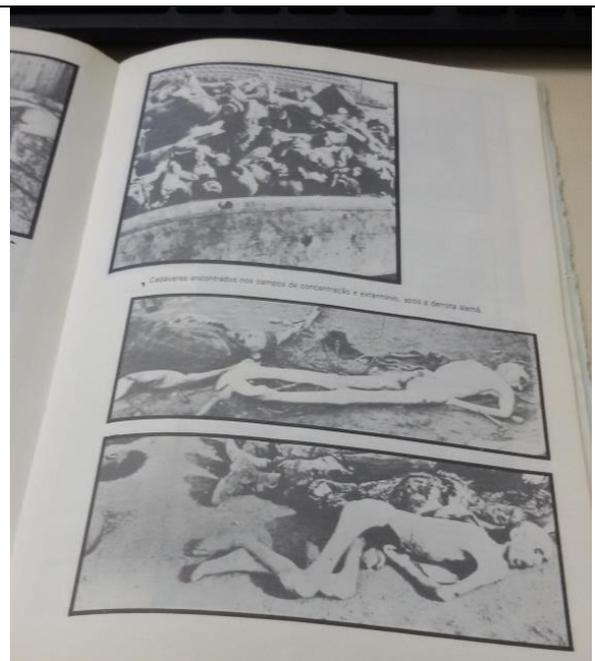


Figura 10. Cadáveres encontrados após a derrota alemã

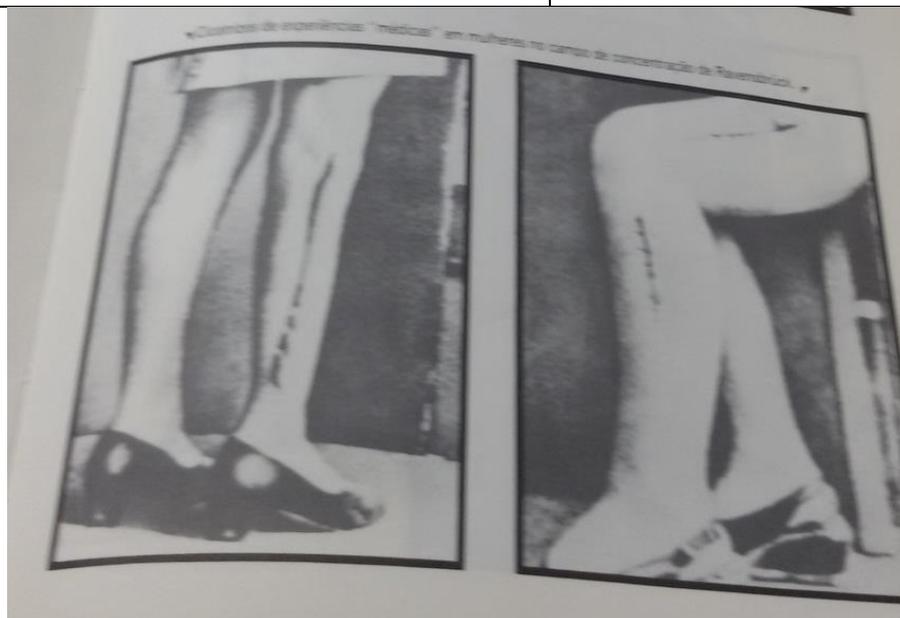


Figura 11. Cicatrizes de experiências



Figura 12. Crianças sobreviventes em Auschwitz

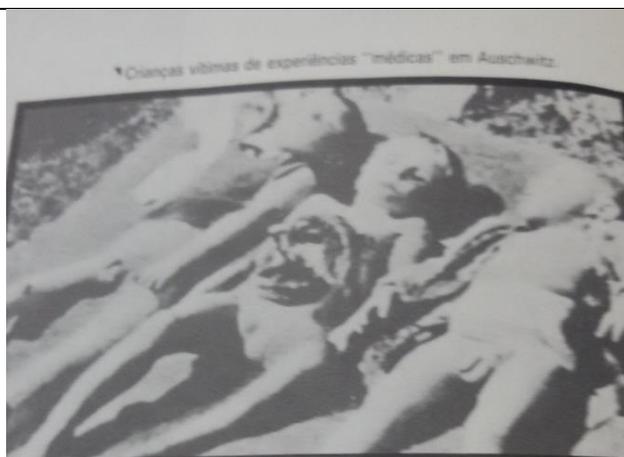


Figura 13. Crianças vítimas de experiências médicas em Auschwitz



Figura 14. Em cima, soldados nazistas cortam a barba de um judeu ortodoxo; embaixo, menina judia com o distintivo em forma de estrela de David



Figura 15. Mordechai Anielewicz, comandante da revolta do gueto de Varsóvia

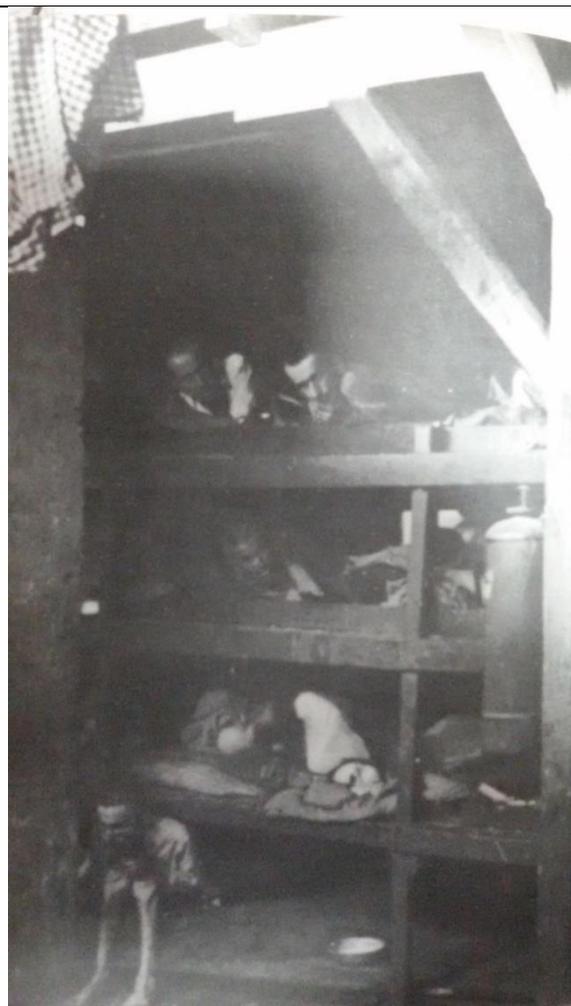


Figura 16. O hospital em Buchenwald

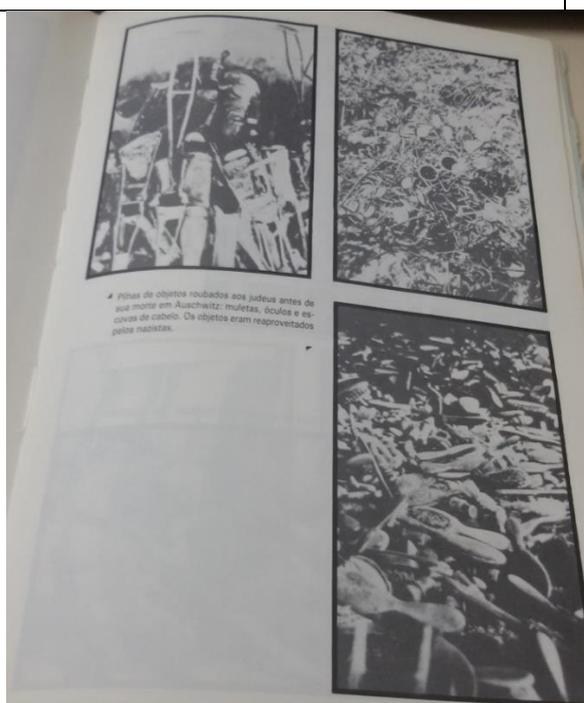


Figura 17. Pilhas de objetos roubados dos judeus (muletas, óculos e escovas de cabelo)

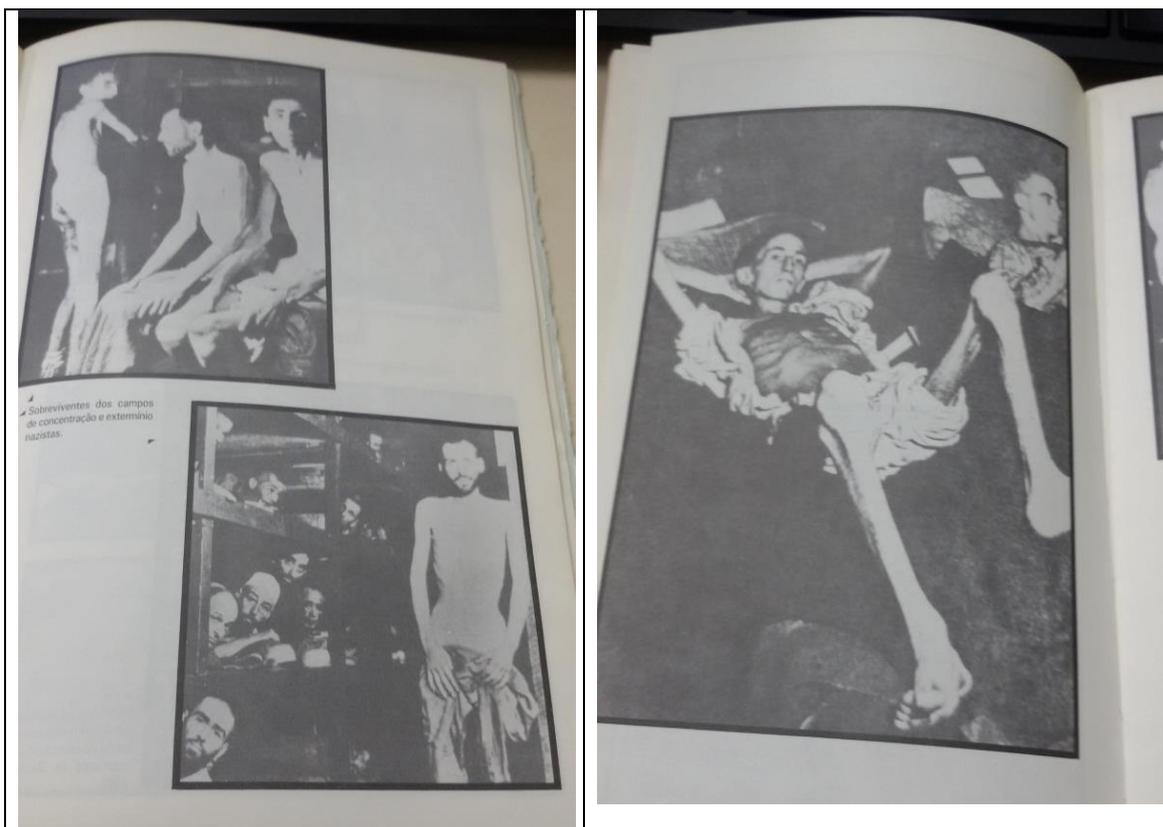


Figura 18. Sobreviventes dos campos de concentração e extermínio (a) e (b)

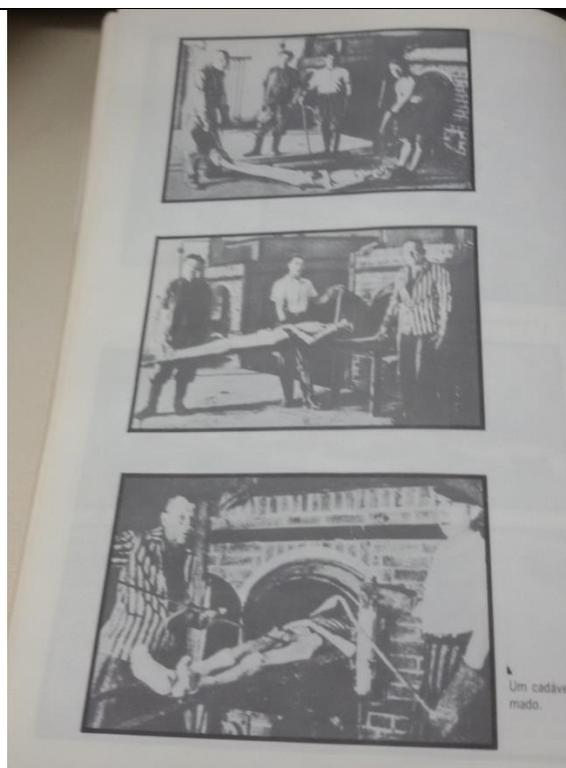


Figura 19. Um cadáver sendo queimado



Figura 20. Prisioneiros de Auschwitz recentemente recolhidos são libertados pelos russos



Figura 21. Hitler nos Jogos Olímpicos de Berlim

Parte 2. Campo de Concentração de Sachsenhausen (considerado hoje um memorial), nos arredores de Berlim⁴⁷



Figura 22. Entrada do campo

⁴⁷ Visita ao Campo de Concentração de Sachsenhausen, nos arredores de Berlim, realizada em setembro de 2015, tendo como foco o campo de prisioneiros. Na área externa existia um campo de treinamento da SS, onde o Kommandant Hoss, de Auschwitz, foi treinado (acervo pessoal da autora).



Figura 23. Local de enforcamento



Figura 24(a). Alojamento dos prisioneiros



Figura 24(b). Alojamento dos prisioneiros



Figura 24(c). Entrada dos alojamentos



Figura 25. Alojamento, vista externa



Figura 26. Prisão especial da Gestapo e SS – liderança do campo



Figura 27. Alojamento da SS



Figura 28(a). Alojamento de prisioneiro político

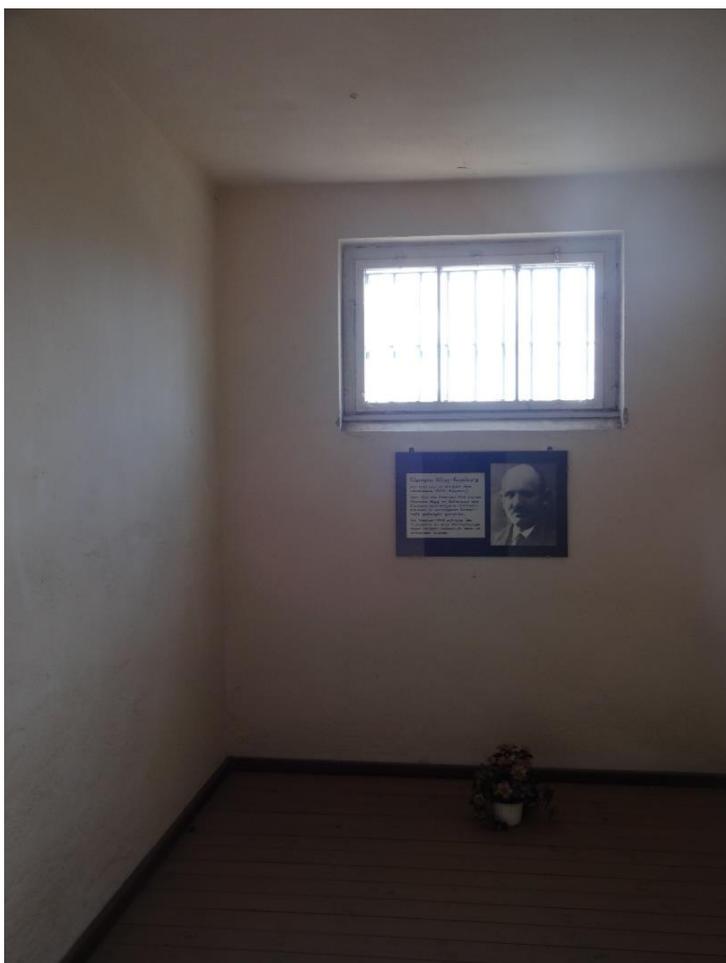


Figura 28(b). Alojamento de prisioneiro político



Figura 29. As partes em cascalho são os alojamentos destruídos



Figura 30. Banheiro



Figura 31. Buraco no chão usado para tortura



Figura 32(a). Guarita



Figura 32(b). Guarita



Figura 33. Lavatórios



Figura 34(a). O muro – antes dele havia uma cerca de arame farpado eletrificada



Figura 34(b). O muro visto de outro ângulo



Figura 35. Vista geral do campo de concentração de Sachsenhausen



Figura 36. Vista geral do campo e da área administrativa